



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2171

Quarta-feira - 18 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alfredo Wagner .....	3	Imbituba .....	216	Ponte Serrada .....	524
Alto Bela Vista .....	4	Indaial .....	218	Porto Belo .....	525
Anchieta .....	9	Iomerê .....	224	Porto União .....	526
Antônio Carlos .....	11	Ipumirim .....	227	Pouso Redondo .....	540
Arabutã .....	23	Iratí .....	265	Princesa .....	541
Ascurra .....	24	Irineópolis .....	268	Rio dos Cedros .....	544
Balneário Piçarras .....	26	Itaiópolis .....	303	Rio do Sul .....	543
Balneário Rincão .....	28	Itapiranga .....	304	Salto Veloso .....	545
Barra Bonita .....	29	Itapoá .....	308	Santa Cecília .....	546
Benedito Novo .....	30	Ituporanga .....	353	Santa Rosa do Sul .....	547
Biguaçu .....	32	Jacinto Machado .....	354	Santa Terezinha do Progresso .....	548
Bom Retiro .....	37	Jaraguá do Sul .....	355	São Bento do Sul .....	549
Botuvera .....	38	Joaçaba .....	357	São Bonifácio .....	551
Braço do Trombudo .....	43	Laguna .....	366	São Domingos .....	559
Brunópolis .....	44	Lajeado Grande .....	371	São João Batista .....	560
Brusque .....	45	Lauro Muller .....	373	São João do Oeste .....	561
Caçador .....	123	Lebon Regis .....	404	São Joaquim .....	562
Campo Alegre .....	124	Lindóia do Sul .....	405	São José .....	568
Campos Novos .....	137	Luzerna .....	406	São José do Cedro .....	569
Canoinhas .....	139	Macieira .....	407	São Lourenço do Oeste .....	570
Capinzal .....	146	Mafra .....	408	São Miguel do Oeste .....	572
Caxambu do Sul .....	149	Maracajá .....	415	São Pedro de Alcântara .....	575
Celso Ramos .....	150	Maravilha .....	425	Schroeder .....	589
Chapadão do Lageado .....	154	Marema .....	426	Seara .....	590
Cocal do Sul .....	155	Meleiro .....	427	Siderópolis .....	602
Concórdia .....	156	Modelo .....	457	Sul Brasil .....	603
Cordilheira Alta .....	176	Mondaí .....	461	Tigrinhos .....	604
Coronel Freitas .....	177	Monte Carlo .....	462	Tijucas .....	605
Coronel Martins .....	178	Morro da Fumaça .....	463	Timbó .....	608
Corupá .....	181	Navegantes .....	464	Três Barras .....	609
Curitibanos .....	182	Nova Trento .....	471	Treze Tilias .....	647
Ermo .....	183	Orleans .....	474	Tunápolis .....	648
Eral Velho .....	185	Ouro .....	475	Turvo .....	666
Faxinal dos Guedes .....	186	Paial .....	477	Urussanga .....	668
Flor do Sertão .....	187	Palhoça .....	478	Vargem Bonita .....	672
Fraiburgo .....	188	Palma Sola .....	504	Vidal Ramos .....	673
Garopaba .....	193	Palmitos .....	512	Videira .....	674
Guaraciaba .....	196	Passos Maia .....	513	Xanxerê .....	678
Guarujá do Sul .....	198	Paulo Lopes .....	517	Xavantina .....	680
Herval d'Oeste .....	200	Penha .....	518	Xaxim .....	683
Ibiam .....	206	Petrolândia .....	520	Zortéa .....	685
Ilhota .....	214	Pinheiro Preto .....	521		
Imarui .....	215	Planalto Alegre .....	523		

### Associações

AMAUC .....	686	AMREC .....	693
AMFRI .....	692	EGEM .....	695



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2171

Quarta-feira - 18 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Consórcios

ARIS .....	696
CIGA .....	697
CIMVI.....	704
CIS/AMMVI.....	708
CISAM .....	708
CVC.....	713
CIAPS.....	714
CIGAMERIOS .....	715
CIRSURES.....	716

# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4153/2017

DECRETO Nº 4153/2017.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Nº 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII.

DECRETA:

ART. 1º - Fica nomeado de acordo com os artigos 10 da Lei Complementar nº 008/2005 Quadro Geral do Município o servidor Juliano de Deus, para o cargo em comissão de Gerencia de Transportes e Obras, a partir de 03 de janeiro de 2017.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, de 03 de janeiro de 2017.

Naudir Antonio Schmitz - PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 4154/2017

DECRETO Nº 4154/2017

NOMEIA A SERVIDORA IZABEL CRISTINA ANDERSEN KRETZER PARA O CARGO COMISSÃO DE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Nº 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII.

DECRETA :

ART. 1º- Fica nomeado de acordo com os artigos 10 da Lei Complementar nº 008/2005 - Quadro Geral do Município a servidora Izabel Cristina Andersen Kretzer, para o cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, a partir de 09 de janeiro de 2017.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, em 09 de janeiro de 2017.

Naudir Antonio Schmitz - PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 4155/2017

DECRETO Nº 4155/2017

NOMEIA O SERVIDOR FABIANO DE ANDRADE PARA O CARGO COMISSÃO DE SECRETARIO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO, PROMOÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Nº 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII.

DECRETA:

ART. 1º- Fica nomeado de acordo com os artigos 10 da Lei Complementar nº 008/2005 - Quadro Geral do Município o servidor

Fabiano de Andrade, para o cargo em comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Comunitário, Promoção e Assistência Social, a partir de 09 de janeiro de 2017.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, de 09 de janeiro de 2017.

Naudir Antonio Schmitz - PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 4156/2017

DECRETO Nº 4156/2017

NOMEIA O SERVIDOR JOAO CONSTANTE DA CRUZ PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETARIO MUNICIPAL DA SAÚDE E SANEAMENTO.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Nº 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII.

DECRETA:

ART. 1º- Fica nomeado de acordo com o artigo 16 da Lei Complementar nº 008/2005 Quadro Geral do Município o servidor João Constante da Cruz, para o cargo em comissão de Secretário Municipal da Saúde e Saneamento, enquanto o servidor titular encontrar-se em gozo de férias.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, de 10 de janeiro de 2017.

Naudir Antonio Schmitz - PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL Nº12

PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2016

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor Preço Global

Data Abertura: 30/01/2017

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner - SC.

Objeto: Contratação de empresa especializada para consultoria, análise e correlação de dados, através da locação temporária um sistema de gestão de dados, visando o ajuste e modernização administrativa do município de Alfredo Wagner.

Errata: Alteração na data de Abertura. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: [www.alfredowagner.sc.gov.br](http://www.alfredowagner.sc.gov.br), duvidas telefone 48- 3276 1211 setor de licitações.

Alfredo Wagner, em 17 de Janeiro de 2017.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.357, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Sr. CRISTIANO ALEX AULER, inscrito no CPF sob nº 080.552.309-00, portador da cédula de Identidade nº 4.235.733 – SSP/SC, para o cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO com as atribuições estabelecidas no art. 11, §2º, da Lei Complementar nº 066, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo único A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 16 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.358, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a sra. LISEMAR ROESE HORN, inscrita no CIC/CPF sob nº 915.060.859/20, portadora da cédula de Identidade nº 1877443 – SSP/SC, para o cargo de COORDENADORA DE CONTROLE OPERACIONAL, lotada na Gerência de Saúde e Assistência Social com as atribuições estabelecidas no art. 16, §2, da Lei Complementar nº 066, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 16 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Marcelo Contessotto

Responsável pelas Publicações



**PORTARIA Nº 010, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.**

CONCEDER FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulamentares aos Servidores Públicos Municipais em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
757	IDENE WEBER GOSENHEIMER	10/01/2016	09/01/2017	10/01/2017	08/02/2017
574	FLAVIO OHLWEILER	05/03/2015 05/03/2016	04/03/2016 04/03/2017	09/01/2017	07/02/2017
11	ADILSON SCHWINGEL	01/01/2016	31/12/2016	18/01/2017	01/02/2017
739	VALDERLEI CADORE	01/06/2016	31/05/2017	17/01/2017	31/01/2017

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor retroagindo a 09 de Janeiro de 2017, revogando a portaria 008/2017 de 09 de janeiro de 2017 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 10 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas publicações

**PORTARIA Nº 011, DE 10 DE JANEIRO DE 2017**

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, TITULARES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do capítulo V, Par. 4º e seguintes do artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais";

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder aos servidores Públicos Municipais abaixo identificados, Progressão por interesse de qualificação;

MAT.	SERVIDORES	HORAS	REF.
11	Adilson Schwingel	Aferir 200 horas pelo requerimento prot. Nº 267/2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas em 2016, 40 horas em 2017.	01
581	Alessandra Manfé	Aferir 1.330 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 221/2015. Sendo aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017 restando 1.090 horas para anos posteriores.	02
475	Ana Paula Gonçalves da Silva	Deferir 300 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 043/2016. Sendo que foram aproveitadas 40 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 180 horas para anos posteriores.	02
567	Ana Paula Pereira da Silva	Aferir 1.800 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 048/2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 1.640 horas para anos posteriores.	02
647	André Schneider	Deferir 200 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 241/2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2016, 80 horas em 2017 restando 40 horas para anos posteriores.	02
197	Andreia Rosana Auler Raizer	Aferir 181 horas pelo requerimento prot. Nº 147/2013. Sendo usadas 20 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 81 horas para anos posteriores.	02
503	Bibiane A. da Rosa Arruda	Aferir 534 horas pelo requerimento prot. Nº 114/2015. Sendo que foram aproveitadas 64 horas em 2015, 80 horas para 2016, 80 em 2017, restando 310 horas para anos posteriores.	02
507	Carlos Alexandre Pegoraro	Aferir 280 horas pelo curso pelo requerimento prot. Nº 014/2015. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas em 2016, 80 em 2017, restando 40 horas para anos posteriores.	02
490	Claudete Lagner	Aferir 1.800 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 034/2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2014, 80 horas em 2015, 80 horas em 2016, 80 em 2017, restando 1.480 para anos posteriores.	02

333	Danieli G. Gonçalves	Aferir 240 horas pelo requerimento prot. Nº 248/2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas em 2016 e 80 horas em 2017. Aferir 173 horas pelo requerimento prot. Nº 162/2013. Sendo que serão utilizadas em anos posteriores. Curso: Alfabetização na Escola Inclusiva, desenvolvido pela Agência de Capacitação Educacional – ACAPED, realizado no ano de 2014, com duração de 260 horas, sendo usadas em anos posteriores.	02
334	Elisane da Costa Alves	Aferir 345 horas pelo requerimento prot. Nº 048/2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2014, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 105 horas para anos posteriores. Aferir 300 horas pelo requerimento prot. Nº 261/2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015, restando 220 horas para anos posteriores.	02
111	Evandro Luiz Benelli	Aferir 80 horas de cursos pela portaria 074/2013, conceder a progressão em 2015, 80 horas em 2016, 40 horas em 2017, restando 18 horas para anos posteriores.	01
491	Fabiana Regina Roth	Aferir 625 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 141/2013. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2013, 80 horas em 2014, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 305 horas para anos posteriores. Aferir 340 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 256/2014. Sendo que foram aproveitadas 80hs em 2015 e 260 horas restantes serão usadas em anos posteriores. Aferir Curso à Distância em Educação Ambiental: a perda da biodiversidade com carga horária de 240 horas. Sendo usadas em anos posteriores. Aferir Curso de Formação continuada: diversidades, Educação Ambiental no Currículo da Educação básica: Princípios Educativos da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, com carga horária de 40 horas. Sendo usadas em anos posteriores. Aferir Curso à Distância em Violência no Cotidiano Escolar, com carga horária de 60 horas. Sendo usadas em anos posteriores. Deferir 200 horas pelo requerimento prot. Nº 236/2016, que serão usadas em anos posteriores.	02
485	Francarlo Gouvea	Aferir 510 horas pelo requerimento prot. Nº 005/2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 350 horas para anos posteriores.	02
477	Giliard Link	Aferir 456 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 143/2013. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2013, 80 horas em 2014, 80 em 2015, 80 em 2016, 80 em 2017, restando 56 horas em anos posteriores.	02
377/605	Gisele Koller Bianqui Castro	Deferir 267 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 194/2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2016, 80 em 2017, restando 107 horas para anos posteriores.	02
34	Ilizandra Brito Dahmer	Aferir 405 horas pelo requerimento prot. Nº 091/2013. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2013, 80 horas em 2014, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017 e 85 horas em anos posteriores. Aferir 570 horas pelo requerimento prot. Nº 242/2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015 e 490 horas restantes serão usadas em anos posteriores. Aferir 176 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 260/2015. Sendo usadas em anos posteriores. Deferir 174 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 243/2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2017 e o restante em anos posteriores.	02
614	Ilizandra Brito Dahmer	Deferir 450 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 22/2016. Sendo usadas 80 horas em 2017 e 370 horas em anos posteriores. Deferir 174 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 243/2016. Sendo que foram aproveitadas em anos posteriores.	02
473	Ivone Aparecida G. Horn	Deferir 280 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 075/2016. Sendo que foram aproveitadas 51 horas em 2016, 80 em 2017 e 149 horas para anos posteriores.	02
42	Jairo Luiz Biasio	Aferir 300 horas pelo requerimento prot. Nº 260/2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015, 12 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 128 horas que serão usadas em anos posteriores. Deferir 80 horas pelo requerimento prot. nº 148/2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em anos posteriores.	02
113	Josi V. Lermen Finger	Deferir 60 horas pelo requerimento prot. Nº 192/2015. Sendo que serão utilizadas 20 horas em 2016 e 40 horas em 2017. Deferir 24 horas de curso pelo requerimento nº 172/2016. Sendo que serão aproveitadas em anos posteriores.	01
385	Juliana Valeria Lermen Steckling	Aferir 173 horas pelo requerimento prot. Nº 163/2013. Sendo que foram aproveitadas 32 horas em 2015, 80 horas em 2016, 40 horas em 2017, restando 21 horas para anos posteriores.	01
345	Jussara Rettore Rekshause	Aferir 537 horas pelo requerimento prot. Nº 109/2013. Sendo que serão utilizados 60 horas em 2015, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 317 horas para anos posteriores.	02
607	Jussara Rettore Rekshause	Deferir 418 horas pelo requerimento prot. Nº 30/2016. Sendo que serão utilizados 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 258 horas para anos posteriores.	02
489	Lilian Schwingel	Aferir 1.840 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 324/2015. Sendo aproveitadas 59 horas em 2016, 80 horas em 2017 e 1.701 horas em anos posteriores.	02
289	Lisneia Raquel Pallas	Aferir 360 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 150/2015. Sendo aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas para 2016, 80 em 2017, restando 120 horas para anos posteriores.	02

470	Loiraci Carmen Maroli	Aferir 117 horas de curso pelo requerimento nº 239/2015. Sendo aproveitadas 60 horas em 2016 e 40 horas em 2017, restando 17 horas em anos posteriores.	01
575	Maico R. L. R. da Silva	Aferir 697 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 295/2015. Sendo aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas para 2016, 80 em 2017, restando 457 para anos posteriores.	02
539	Marcelo Contessotto	Deferir 1050 horas de curso pelo requerimento prot. Nº195/2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2016, 80 em 2017 e 890 horas para anos posteriores.	02
526	Marcia P. F. Burget	Aferir 348 horas de cursos pela Port. Nº 44 de 16 de abril de 2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2014, 80 horas em 2015, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017 e 28 horas para anos posteriores.	02
471	Marcia Schneider Nordt	Aferir 299 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 124/2015. Sendo aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas para 2016, 80 em 2017, restando 59 horas para anos posteriores.	02
569	Marciano Lazzarotti	Aferir 307 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 36/2015. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 67 horas para anos posteriores.	02
646	Marcos Finger	Deferir 348 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 234/2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2016, 80 em 2017, restando 188 horas em anos posteriores.	02
343	Mariane Gossenheimer Silva De Vargas	Aferir 385 horas pelo requerimento prot. Nº 106/2013. Sendo que foram aproveitadas 40 horas em 2013, 80 horas em 2014, 40 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 145 horas em anos posteriores. Aferir 400 horas pelo requerimento prot. Nº 249/2013. Sendo aproveitadas em anos posteriores. Deferir 300 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 244/2016.Sendo usadas em anos posteriores.	02
505	Marinho Sérgio Castro	Aferir 360 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 159 /2015. Sendo aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas para 2016, 80 horas em 2017, restando 120 horas para anos posteriores.	02
588	Sidnei Cancelli	Aferir 1.439 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 175/2015. Sendo aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas para 2016, 80 em 2017, restando 1.199 horas para anos posteriores.	02
499	Vanda Bourckhardt Gastmann	Aferir 500 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 185/2015. Sendo aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 260 horas para anos posteriores.	02
481	Vanda Marise Lautert	Aferir Curso à distância de 300 horas/aula; O lúdico como ferramenta no processo de aprendizagem da língua estrangeira, promovido pela Agencia de capacitação (sede Brasil), com certificado datado de 18 de maio de 2011, sendo que deste serão aproveitadas somente 20 horas em 2013, 80 horas em 2014, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017 e 40 horas em anos posteriores. Aferir 312 horas pelo requerimento prot. Nº 149/2013, que serão usadas em anos posteriores. Aferir 120 horas pelo requerimento prot. Nº 259/2014, que serão usadas em anos posteriores. Deferir 102 horas pelo requerimento prot. Nº 240/2016, que serão usadas em anos posteriores.	02
344	Vania Marilde Lautert	Aferir 340 horas pelo requerimento prot. Nº 272/2015. Sendo que foram aproveitadas 40 horas em 2016, 80 horas em 2017, restando 220 horas que serão usadas em anos posteriores. Deferir 102 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 242/2016.Sendo usadas em anos posteriores.	02

Art. 2º - Serão contadas apenas quarenta (40) ou oitenta (80) horas, segundo o dispositivo no Par. 6º do Art.14 da Lei Complementar 012, de 10 de janeiro de 2005, sendo as horas excedentes aproveitadas para fins da referida progressão em anos posteriores.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017 e revogando a portaria 005/2017 de 02 de janeiro de 2017

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, em 10 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas publicações

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2017**

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2017

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de materiais escolares, para atendimento da demanda do setor de educação do Município de Alto Bela Vista.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 01/02/2017.

Abertura: às 09h do dia 01/02/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 16 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 42/2017**

PORTARIA Nº. 42/2017  
De, 16 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve,

Conceder reajuste do Piso Salarial Nacional do Magistério,

Art. 1º - Fica concedido o reajuste do Piso Salarial Nacional do Magistério para 2017 no percentual de 7,64% (sete virgula sessenta e quatro por cento) a ser pago a partir do mês de Janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 16 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 43/2017**

PORTARIA Nº. 43/2017  
De, 16 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve,

Conceder reajuste do Piso Salarial Nacional do Magistério,

Art. 1º - Fica concedido o reajuste do Piso Salarial Nacional do Magistério para 2017 no percentual de 7,64% (sete virgula sessenta e quatro por cento) sobre os níveis, a ser pago a partir do mês de Janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 16 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 44/2017**

PORTARIA N. 44/2017  
De, 17 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Anular Portaria nº 41/2017,

Art. 1º - Fica anulada a Portaria nº 41/2017 de 12/01/2017, publicada em 16/01/2017, onde objetiva a concessão da Licença Maternidade para a Servidora Pública Municipal efetiva, senhora Geovane Negri, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no período de 09/01/2017 à 07/07/2017.

Art. 2º - A anulação se faz necessária devido a um equívoco ocorrido no Setor de Recursos Humanos, no momento da digitação do nome do atual Prefeito e da Secretária da Administração e Gestão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
Em, 17 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 45/2017**

PORTARIA N. 45/2017  
De, 17 de Janeiro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Conceder Licença Maternidade,

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal efetiva senhora Geovane Negri, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no período de 09/01/2017 à 07/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em, 17 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

### **PREGÃO PRESENCIAL N 002/2017 - HOSPITAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL 002/2017.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com a Lei 8.666/93, 8.883/94 posteriores alterações, que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item, para Contratação de empresa para prestação de serviço médico de sobre aviso de 12hrs diárias, acompanhamento, avaliações de pacientes em observação e que se encontram em estágio terminal, inclusive gestantes, conforme a demanda. Atendimento no turno do trabalhador das 19h00min às 22h00min nas quartas-feiras conforme agendamento realizado no Hospital, bem como realização de procedimentos ambulatoriais junto ao Hospital Municipal Anchietaense, para o período de Fevereiro a Dezembro de 2017. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 31/01/2017. Maiores informações das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas no fone: (xx49)3653-3200.

Anchieta, 17 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL N 003/2017 - HOSPITAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL 003/2017.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com a Lei 8.666/93, 8.883/94 posteriores alterações, que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item, para Contratação de serviços médico, na forma de plantão médico presencial na especialidade de clínica geral, para serem prestados no Hospital Municipal Anchietaense, conforme escala elaborada pelo Hospital, no período de fevereiro a dezembro de 2017. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 31/01/2017. Maiores informações das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas no fone: (xx49)3653-3200.

Anchieta, 17 de Janeiro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 006/2017

DECRETO Nº 006/2017

Aprova o desdobramento da receita prevista para 2017 em metas mensais de arrecadação, estabelece a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento da receita prevista para 2017 em metas mensais de arrecadação, na forma do anexo I deste Decreto.

Art. 2º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para 2017 das Unidades Gestoras: Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e Ipreancarlos, na forma estabelecida no anexo II deste Decreto.

Art. 3º O cumprimento das metas de arrecadação em cada uma das fontes de recursos deverá ser avaliada até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 4º A dotação financiada com a fonte de recurso em que a meta bimestral de arrecadação não for alcançada deverá ser objeto de limitação de empenho e transferência financeira na forma estabelecida no artigo 9º da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, de forma a preservar o equilíbrio de caixa.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 16 de Janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 007/2017

DECRETO Nº 007/2017

Aprova o planejamento físico e financeiro para o exercício de 2017.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o desdobramento das metas fiscais para 2017 em metas quadrimestrais, na forma do anexo I deste decreto;

Art. 2º Fica estabelecido o desdobramento da metas físicas para 2017 em metas quadrimestrais, na forma do anexo II deste Decreto.

Art. 3º As metas quadrimestrais deverão ser objeto de apresentação e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 16 de Janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal



# **DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2017 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO (LRF ART. 13)**

**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
**UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL**

ANEXO I DO DECRETO Nº 006/2017																			
DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2017 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO (LRF ART. 13)																			
Código D.R.	Destinação de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre			4º Bimestre			5º Bimestre			6º Bimestre			TOTAL	
		Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez						
RECEITAS																			
0.1.00.0000000	Recursos Ordinários	1.008.000	1.125.692	878.000	1.060.000	1.300.000	1.094.208	955.000	965.000	1.198.000	1.000.000	1.018.000	1.396.000						12.997.900
0.1.01.0000000	Recursos Impostos p/MDEB - 25%	170.000	182.000	151.000	183.000	285.000	230.000	165.000	165.000	175.000	170.000	177.000	303.650						2.356.650
0.1.02.0000000	Recursos Impostos p/ASPS - 15%	411.000	415.000	342.000	386.000	496.000	438.000	370.000	382.000	388.000	385.000	403.000	442.350						4.858.350
0.1.17.0000000	Iluminação Pública	60.400	60.400	60.400	60.400	60.400	60.400	60.400	60.400	60.400	60.400	60.400	60.600						725.000
0.1.16.0000000	Infra-Estrutura em Transporte	1.675	1.675	1.675	1.675	1.675	1.675	1.675	1.675	1.675	1.675	1.675	1.675						20.100
0.1.58.0000000	MDEB	30.400	30.400	30.400	30.400	30.400	30.400	30.400	30.400	30.400	30.400	30.400	30.600						365.000
0.1.59.0000000	Manutenção de Escolas	0	0	0	0	0	0	1.000	0	0	0	0	0						1.000
0.1.60.0000000	Merenda Escolar	0	0	9.050	9.050	9.050	9.050	9.050	9.050	9.050	9.050	9.050	9.050						90.500
0.1.61.0000000	Manutenção do Transporte Escolar	0	0	10.300	10.300	10.300	10.300	10.300	10.300	10.300	10.300	10.300	10.300						103.000
0.1.62.0000000	Outros Recursos do FNDE	0	0	0	0	0	1.000	0	0	0	0	0	0						1.000
0.1.18.0000000	Rem Profissionais do Magistério - 60%	195.000	175.000	190.000	178.000	186.000	175.000	178.000	178.000	176.000	180.000	188.000	202.000						2.201.000
0.1.19.0000000	Manut. Desenv Ensino Básico - 40%	83.000	80.000	80.000	78.000	74.000	77.000	72.000	68.000	67.000	79.000	84.000	97.000						939.000
0.1.52.000048	FNAS - Fundo Social	0	0	500	500	500	500	500	500	500	500	500	600						5.100
0.1.54.0000000	Melhoria do Trânsito - Polícia Civil	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250						27.000
0.1.55.0000000	Melhoria do Trânsito - Polícia Militar	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250	2.250						27.000
0.1.56.0000000	Melhoria do Trânsito - PMAC	2.410	2.410	2.410	2.410	2.410	2.420	2.420	2.420	2.420	2.420	2.420	2.420						29.000
0.1.63.0000000	Manutenção do FMAS	530	530	530	530	530	530	530	530	530	540	540	540						6.400
0.1.08.0000005	Manutenção Transporte Escolar	0	0	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900	28.900						289.000
0.1.08.0000006	Transporte Escolar - Seg. Grau	0	0	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800	10.800						108.000
0.1.22.0000071	Ampliação da Rede Ensino Infantil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						100.000
0.1.22.0000072	Aquisição Veículos Transporte Escolar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						200.000
0.1.22.0000074	Construção de Quadra Esportiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						400.000
0.1.24.000015	Sistema Tratamento de Esgoto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						500.000
0.1.24.000016	Pavimentação de Ruas	0	0	0	0	0	0	0	0	100.000	100.000	100.000	100.000						500.000
0.1.24.000019	Equipamentos e Implementos Agrícolas	0	0	0	0	0	0	50.000	50.000	0	0	0	0						100.000
0.1.24.000087	Reforma e Revitaliz. Centro Cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						100.000
0.1.24.000095	Ações voltadas ao Turismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						50.000
0.1.24.000097	Casa da Cultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						100.000
0.1.05.000023	Pavimentação de Ruas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						100.000
0.1.05.000025	Construção de Pontes	0	0	0	0	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	100.000						450.000
0.1.05.000008	SDR - Pres. Des. Patrim. Hist.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						5.000
0.1.05.000009	Manut. Serv. Abastecimento Água	500	500	500	500	500	500	5.500	10.500	10.500	10.500	10.500	10.500						61.000

Código D.R.	Destinação de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
		Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
0.1.05.000050	SDR - Recup. Estr. Vicinais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100,000
0.1.05.000085	Convênio SDS - Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50,000
0.1.05.000096	Academia ao Ar Livre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25,000
0.1.05.000098	Construção de Preças	0	0	50,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50,000
0.1.88.000000	Alienação de Veículos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,500
0.1.83.000094	BRDE - Pav Ruas	0	0	0	0	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	400,000	500,000	1,500,000
	<b>SOMA</b>	1,967,415	2,078,107	1,850,965	2,044,965	2,650,975	2,375,183	2,105,975	2,177,975	2,473,985	2,283,985	2,839,985	4,696,985	29,546,500

## UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I DO DECRETO Nº 006/2017														
DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2017 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO (LRF ART. 13) – R\$ 1.000,00														
Código D.R.	Destinação de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
		Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
	<b>RECEITAS</b>													
0.2.12.000000	Manutenção da Vigilância Sanitária	3,000	4,000	4,000	5,000	5,000	4,000	9,000	6,000	6,000	5,000	5,000	6,500	62,500
0.2.02.000000	Rendimentos de Recursos Próprios	1,500	1,500	1,500	1,500	1,500	1,500	1,500	1,500	2,000	2,000	2,000	2,000	20,000
0.2.64.000032	ASPS/PAB	15,100	15,100	15,200	15,200	15,300	15,300	15,300	15,300	15,300	15,300	15,300	15,300	183,000
0.2.66.000033	ASPS/Vigilância Sanitária	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,500	1,500	13,000
0.2.67.000034	ASPS/Farmácia Básica	3,400	3,400	3,400	3,400	3,400	3,400	3,400	3,400	3,400	3,400	3,500	3,500	41,000
0.2.66.000035	Epidemiologia e Controle Doenças	2,600	2,600	2,700	2,700	2,800	2,800	2,800	2,800	2,800	2,800	2,800	2,800	33,000
0.2.64.000036	ASPS/PACS	18,400	18,400	18,400	18,400	18,400	18,400	18,400	18,400	18,400	18,400	18,500	18,500	221,000
0.2.64.000037	ASPS/PSF	21,750	21,750	21,750	21,750	21,750	21,750	21,750	21,750	21,750	21,750	21,750	21,750	281,000
0.2.64.000038	ASPS/Saúde Bucal	2,400	2,400	2,400	2,400	2,400	2,400	2,400	2,400	2,400	2,400	2,500	2,500	29,000
0.2.21.000039	ASPS/PSF ESTADUAL	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000	5,500	5,500	61,000
0.2.21.000042	NASF Estadual	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	21,000
0.2.64.000076	ASPS/PMAQ	13,400	13,400	13,400	13,400	13,400	13,400	13,400	13,400	13,400	13,400	13,500	13,500	161,000
0.2.64.000082	ASPS/NASF Federal	11,750	11,750	11,750	11,750	11,750	11,750	11,750	11,750	11,750	11,750	11,750	11,750	141,000
0.2.21.000040	ASPS/Farmácia Básica Estadual	2,500	2,500	2,600	2,600	2,600	2,600	2,600	2,600	2,600	2,600	2,600	2,600	31,000
0.2.23.000043	Ampliação Unidade Saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	51,000
0.2.64.000092	MAC Federal	4,150	4,150	4,200	4,200	4,200	4,300	4,300	4,300	4,300	4,300	4,300	4,300	51,000
0.2.21.000091	MAC Estadual	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	1,750	21,000
	<b>SOMA</b>	109,450	110,450	110,800	111,800	112,000	111,100	116,100	113,100	113,600	112,600	114,000	166,500	1,401,500

UNIDADE GESTORA IPREANCARLOS

ANEXO I DO DECRETO Nº 006/2017																
DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA 2017 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO (LRF ART. 13) – R\$ 1.000,00																
Código D.R.	Destinação de Recursos	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL		
		Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
RECEITAS																
0.2.03.0000000	Pagto de Inativos e Pensionistas	190,000	330,000	330,000	330,000	330,000	330,000	330,000	330,000	330,000	330,000	330,000	999,000	4.489,000		
0.2.73.0000000	Aporte Déficit Atuarial	15,000	50,000	50,500	51,000	51,500	52,000	52,500	53,000	53,500	54,000	54,500	86,500	624,000		
	SOMA	205,000	380,000	380,500	381,000	381,500	382,000	382,500	383,000	383,500	384,000	384,500	1.085,500	5.113,000		
	TOTAL GERAL	2.281,885	2.568,557	2.342,265	2.537,765	3.144,475	2.868,283	2.604,575	2.674,075	2.971,085	2.780,585	3.338,485	5.948,985	35.061,000		

Antônio Carlos, 16 de Janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

LUCIANO DA CUNHA  
Coordenador Municipal Adm. e Finanças

CARLICEB. SCHMITZ  
Contador

**DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS PARA 2017 EM METAS QUADRIMESTRAIS**

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Art. 9º, §4º, da LRF R\$ 1.000,00

ANEXO I DO DECRETO Nº 007/2017

**DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS PARA 2017 EM METAS QUADRIMESTRAIS**

METAS FISCAIS	QUADRIMESTRE			TOTAL
	PRIMEIRO	SEGUNDO	TERCEIRO	
Receita Total	9.730,45	11.291,41	15.039,14	36.061,00
Receitas Primárias (I)	9.073,67	10.234,64	13.277,09	32.585,40
Despesa Total	9.583,80	10.196,00	16.281,2	36.061,00
Despesas Primárias (II)	10.992,24	11.692,44	12.696,32	35.381,00
Resultado Primário (I-II)	-1.918,57	-1.457,80	580,77	-2.795,60
Resultado Nominal	999,28	1.223,64	162,64	2.385,56
Dívida Pública Consolidada	1.990,41	2.223,41	3.145,41	3.145,41
Dívida Consolidada Líquida	40,41	1.223,41	1.345,41	1.345,41

Memória de Cálculo:

I – A Receita Total de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo do desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação de cada uma das Unidades Gestoras;

II – A Receita Primária de cada quadrimestre é apurada extraindo da Receita Total de cada quadrimestre as receitas financeiras, as Operações de Crédito, as amortizações de empréstimos e as receitas de alienação de ativos apuradas em cada quadrimestre no demonstrativo do desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação de cada uma das Unidades Gestoras;

III – A Despesa Total de cada quadrimestre é apurada com base no demonstrativo da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso de cada uma das Unidades Gestoras;

IV – A Despesa Primária de cada quadrimestre é apurada extraindo da Despesa Total de cada quadrimestre as despesas com amortização, juros e encargos da dívida, as concessões de empréstimos e aquisições de títulos de capitais já integralizados apuradas em cada quadrimestre no demonstrativo da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso de cada uma das Unidades Gestoras;

V – O Resultado Primário de cada quadrimestre é apurado pela operação: Receita Primária – Despesa Primária;

VI – O Resultado Nominal (RN) é apurado pelas operações: Dívida Fiscal Líquida (DFL) do quadrimestre anterior – Dívida Fiscal Líquida (DFL) do quadrimestre de referência. Onde, DFL = Dívida Consolidada Líquida (DCL) + Receitas de Privatizações – Passivos Reconhecidos, conforme abaixo:

R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2016 "a"	QUADRIMESTRES DE 2017		
		1º (b)	2º (c)	3º (d)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.145,41	1.990,41	2.223,41	3.145,41
DEDUÇÕES (II)	3.063,64	1.950,00	1.000,00	1.800,00
Ativo Disponível	3.210,14	2.000,00	1.000,00	2.000,0
Haveres Financeiros	-146,50	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processado	-146,50	-50,00	-	200,00
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I – II)	-918,22	40,41	1.223,41	1.345,41
Receitas de Privatizações (IV)	-	-	-	-
Passivos Reconhecidos (V)	440,38	399,74	359,10	318,46
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	-1.358,61	-359,33	864,31	1.026,95
RESULTADO NOMINAL QUADRIMESTRAL		b - a	c - b	d - c
	1.882,02	999,28	1.223,64	162,64
RESULTADO NOMINAL ANUAL (d – a) 1.026,95 - (1.358,61) = 2.385,56				

Memória:

1. O Ativo Disponível em "b", "c" e "d" foi obtido pela soma da conta "Saldo Anterior" do final de cada quadrimestre da Programação financeira para 2017 das Unidades Gestoras Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde.

2. A Dívida Consolidada em "b" e "c" e "d" foi calculada tomando por base o saldo da DC de 2016 mais as operações de créditos, menos as amortizações programadas para cada quadrimestre e a sua atualização em dezembro de 2017.

VII – O Montante da Dívida Consolidada de cada quadrimestre é apurado considerando as seguintes variáveis: saldo da Dívida Consolidada no exercício de 2016; operações de créditos previstas, amortização da dívida programada; e correção da dívida a ser realizada em dezembro de 2017.

Antônio Carlos, 16 de Janeiro de 2017.

GERALDO PAULI Prefeito Municipal	LUCIANO DA CUNHA Coordenador Municipal de Administração e Finan- ças	CARLICE B. SCHMITZ Contadora

**DESDOBRAMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PARA 2017 EM METAS QUADRIMESTRAIS**

**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

**ANEXO II DO DECRETO Nº****DESDOBRAMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PARA 2017 EM METAS QUADRIMESTRAIS****Art. 9º, § 4º, da LC 101/2000**

R\$ 1.000,00

Código	Programa/Ações	Produto	Unidade Medida	Metas por Quadrimestre						TOTAL	
				1º		2º		3º			
				Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA										5.080.000
0001	Amortização do Déficit Atuarial	Benefic.	Unidade	270	160.000	270	160.000	270	160.000	270	480.000
2001	Manutenção do Gabinete do Prefeito	-	-	1	250.000	1	255.000	1	263.000	1	768.000
2003	Manut. Secretaria Administração	-	-	1	500.000	1	552.000	1	553.000	1	1.605.000
2025	Manutenção da Secretaria de Planejamento	Diversos	Unidade	1	137.000	1	137.000	1	138.000	1	412.000
2033	Administração do Ipreancarlos	Servidor	Unidade	270	50.000	270	50.000	270	55.000	270	155.000
1016	Construção da Sede da Câmara Municipal	Área M2	Unidade	1	100.000	-	-	-	-	1	100.000
2034	Manutenção da Câmara Municipal	Sessão	Unidade	14	520.000	14	520.000	14	520.000	42	1.560.000
0002	ESPORTE É SAÚDE										530.300
2024	Incentivo ao Esporte Amador	Atleta	Unidade	500	150.000	500	178.000	500	176.300	500	504.300
1014	Construção e Reforma Equip. Esportivos	Obras Exec	Unidade	-	-	-	-	1	26.000	1	26.000
0003	ANTONIO CARLOS MAIS BELA										130.000
2023	Apoio a Ações Voltadas para o Turismo	Diversos	Unidade	1	43.000	1	43.000	1	44.000	3	130.000
0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO										7.444.150
1001	Ampliação Rede Física do Ensino Fundamental	Obra Exec.	Unidade	-	-	-	-	1	420.000	1	420.000
1002	Ampliação Rede Física Ensino Infantil	Obra Exec.	Unidade	-	-	-	-	-	102.000	1	102.000
1003	Aquisição de Veículo p/Transporte Escolar	Veículo	Unidade	-	-	-	-	-	345.000	1	345.000
2004	Oferta de Merenda Escolar	Ref./Dia	Unidade	1.397	85.000	1.397	85.000	1.397	90.500	1.397	260.500
2005	Manutenção do Ensino Fundamental	Aluno	Unidade	470	860.000	470	860.000	470	885.000	470	2.605.000
2006	Manutenção do Ensino Infantil	Aluno	Unidade	475	780.000	475	780.000	475	780.650	475	2.340.650
2007	Manut. Transporte Escolar	Aluno/Dia	Unidade	1.300	380.000	1.300	380.000	1.300	383.000	1.300	1.143.000
2008	Apoio aos Estudantes de Ensino Médio	Aluno	Unidade	120	36.000	120	36.000	120	36.000	120	108.000
2009	Apoio aos Estudantes do Ensino Superior	Aluno	Unidade	190	30.000	190	30.000	190	30.000	190	90.000
2010	Apoio à APAE	Entidade	Unidade	1	6.000	1	12.000	1	12.000	1	30.000
0005	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA										529.000
2011	Manutenção da Biblioteca Pública	Acervo	Unidade	20	87.000	20	87.000	20	89.000	60	263.000
1004	Reforma e Revitalização do Centro Cultural	Obra Exec.	Unidade	-	-	-	-	1	115.000	1	115.000
2012	Preservação e Desenv. Patrimônio Histórico	Patrimônio	Unidade	-	-	-	-	1	9.000	1	9.000
2013	Apoio a Grupos e Manif. Artísticas e Culturais	Diversos	Unidade	1	48.000	1	48.000	1	46.000	1	142.000

Código	Programa/Ações	Produto	Unidade Medida	Metas por Quadrimestre								TOTAL	
				1°		2°		3°					
				Física	Financ.	Física	Financ.	Física	Financeira	Física	Financeira		
0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO											6.834.500	
2002	Defesa Civil	Ações	Unidade	-	-	-	-	1	2.000	1	2.000	2.000	
2017	Manutenção dos Serviços de Trânsito	Diversos	Unidade	1	35.000	1	35.000	1	33.000	1	33.000	103.000	
1007	Construção e Aquis. Equip. Públicos	Diversos	Unidade	1	180.000	1	180.000	1	180.000	3	180.000	540.000	
1008	Pavimentação de Vias	Área	M2	-	-	-	-	7.000	2.226.500	7.000	2.226.500	2.226.500	
2018	Manutenção e Melhoria Iluminação Pública	Ponto	Unidade	2.500	240.000	2.500	240.000	2.500	245.000	2.500	245.000	725.000	
2019	Manutenção de Equip. e Serviços Públicos	Diversos	Unidade	1	892.000	1	892.000	1	894.000	1	894.000	2.678.000	
2020	FUREBOM	Diversos	Unidade	1	20.000	1	20.000	1	20.000	1	20.000	60.000	
1009	Saneamento Básico	Área	M	-	-	-	-	1.000	500.000	1.000	500.000	500.000	
0007	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE											6.259.850	
1015	Ampliação e Manut. Estrutura Saúde	Obra Exec.	Unidade	-	-	-	-	1	61.000	1	61.000	61.000	
2026	Manutenção da Unidade de Saúde	Atendimento	Unidade	1.000.000	12.000	1.148.675	12.000	1.148.675	12.000	36.000	36.000	3.297.350	
2027	Ações de Saúde da Família	Atendimento	Unidade	500.000	3.500	3.500	613.000	3.500	613.000	10.500	10.500	1.726.000	
2028	Ações com Agentes Comunit. de Saúde	Atendimento	Unidade	10.000	120.000	10.000	133.000	10.000	133.000	30.000	30.000	386.000	
2029	Ações de Saúde Bucal	Atendimento	Unidade	1.500	100.000	1.500	107.000	1.500	100.000	4.500	4.500	307.000	
2030	Ações de Assistência Farmaceutica Básica	Atendimento	Unidade	10.000	100.000	10.000	105.000	10.000	117.000	30.000	30.000	322.000	
2031	Ações de Vigilância Sanitária	Atendimento	Unidade	400	40.000	400	45.000	400	40.500	1.200	1.200	125.500	
2032	Ações de Vigilância Epidemiológica	Atendimento	Unidade	150	10.000	150	12.500	150	12.500	450	450	35.000	
0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER											371.500	
2014	Manutenção de ações da Assist. Social	Diversos	Unidade	500	64.500	500	64.500	500	64.500	1.500	1.500	193.500	
2015	Atenção a população da Terceira Idade	Pessoa	Unidade	325	28.000	325	28.000	325	33.000	325	325	89.000	
2016	Manutenção do FIA	Atendimento	Unidade	200	1.000	200	1.000	200	1.000	600	600	3.000	
2035	Manutenção do Conselho Tutelar	Atendimento	Unidade	200	28.000	200	28.000	200	30.000	600	600	86.000	
0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTAVEL											2.582.000	
2021	Serviço de Coleta e Dest. Final do Lixo	Resíduo	Tonelada	300	250.000	300	250.000	300	252.000	900	900	752.000	
2022	Manut. Secretaria da Agricultura e MA	Produtor	Unidade	250	576.000	250	576.000	250	578.000	750	750	1.730.000	
1012	Aquisição de Equip. Permanentes Agrícolas	Equipamento	Unidade	-	-	-	-	1	100.000	1	100.000	100.000	
0010	ENCARGOS GERAIS											3.108.100	
0003	Amortização de Dívidas	Contrato	Unidade	4	220.000	4	220.000	4	240.000	4	4	680.000	
0004	Contribuição ao PASEP	Contrato	Unidade	270	60.000	270	63.000	270	67.100	270	270	190.100	
0005	Contribuições a Entidades Municipalistas	Entidade	Unidade	3	30.000	3	35.000	3	35.000	3	3	100.000	
0006	Pagamento de Inativos e Pensionistas	Beneficiários	Unidade	270	606.000	270	606.000	270	606.000	270	270	1.818.000	
0007	Pagto. Inativos e Pensionistas - Tesouro	Beneficiário	Unidade	12	100.000	12	110.000	12	110.000	12	12	320.000	
0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA											3.191.600	
0995	Reserva de Contingência - Prefeitura	Diversos	Unidade					1	33.600	1	1	33.600	



Antônio Carlos, 13 de janeiro de 2017.

CARLICE B. SCHMITZ  
Contadora

# DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8º)

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS  
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO II DO DECRETO Nº 006/2017												
DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8º) – R\$ 1.000												
ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>RECURSOS</b>												
- Metas Arrecadação de todas as Fontes ( I )	4.082,57	3.987,49	3.540,27	3.271,44	3.605,62	3.643,01	3.370,19	3.048,37	3.021,56	2.753,76	2.958,96	4.799,16
- Saldo Anterior	1.967,42	2.078,11	1.850,97	2.044,96	2.650,97	2.375,18	2.105,97	2.177,97	2.473,98	2.283,99	2.839,99	4.696,99
	2.115,15	1.909,38	1.689,30	1.226,48	954,65	1.267,83	1.264,22	870,40	547,58	469,77	1.18,97	102,17
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>												
<b>1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	835,00	835,00	835,00	835,00	855,00	855,00	865,00	865,00	865,00	865,00	870,00	875,30
1.1. Remuneração e Encargos Previdenciários	770,00	770,00	770,00	770,00	790,00	790,00	800,00	800,00	800,00	800,00	805,00	810,30
1.2. Reserva para o 13º Vencimento	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00
<b>2. Dívida Fundada Interna</b>	50,00	54,00	55,00	56,00	56,00	56,00	57,00	58,00	58,00	59,00	60,00	61,00
2.1. Encargos da Dívida	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
2.2. Amortização da Dívida	35,00	39,00	40,00	41,00	41,00	41,00	42,00	43,00	43,00	44,00	45,00	46,00
<b>3. Demais Despesas Operacionais</b>	586,00	586,00	599,60	599,60	599,60	600,60	600,60	600,60	600,60	601,60	601,60	607,35
3.1. Contribuição ao PASEP	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	16,00	16,00	16,00	16,00	17,00	17,00	17,10
3.2. Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00	13,60	13,60	13,60	13,60	13,60	13,60	13,60	13,60	13,60	13,60
3.3. Outras Despesas Operacionais	571,00	571,00	571,00	571,00	571,00	571,00	571,00	571,00	571,00	571,00	571,00	576,65
<b>4. Transferências Financeiras Concedidas</b>	569,19	569,19	569,19	569,19	569,19	569,19	569,19	569,19	569,19	569,19	569,19	595,26
4.1. Transferências Financeiras à Câmara	138,33	138,33	138,33	138,33	138,33	138,33	138,33	138,33	138,33	138,33	138,33	138,37
4.2. Transferências Financeiras ao FMS	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,89
4.3. Transferências Financeiras Ipreancarlos	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	52,00
<b>Investimentos</b>												
<b>5. Secretaria de Educação e Cultura</b>	11,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	82,00	147,00	846,00
5.1. Apoio Grupos e Núcleos Artíst. e Culturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102,00
5.2. Reforma Ampl. Rede Física Ensino Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	30,00	42,00
5.3. Ampl. Rede Física Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	400,00
5.4. Aquisição de Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	95,00	200,00
5.5. Reforma e Revitalização Centro Cultural	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00
5.6. Investimentos Diversos	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	2,00	2,00	15,00
<b>6. Secretaria Transp. Obras e Serv Publ</b>	51,00	101,00	101,00	102,00	102,00	142,00	252,00	252,00	302,00	302,00	302,00	1.278,50
6.1. Construção e Aquisição de Equip Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	50,00	50,00	100,00	100,00	100,00	100,00
6.2. Pavimentação de Ruas	50,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	676,50
6.3. Saneamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
6.3. Investimentos Diversos	1,00	1,00	1,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
												21,00

ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>7. Secretaria Agricultura e Meio Amb</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	51,00	51,00	104,00
7.1. Aquisição Equip. e Implementos Agrícolas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	100,00
7.2. Investimentos Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,00
<b>9. Demais Secretarias</b>	1,00	2,00	3,00	4,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	6,00	6,00	52,00
9.1. Investimentos Diversos	1,00	2,00	3,00	4,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	6,00	6,00	52,00
<b>10. Reserva de Contingência</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,60	33,60
<b>DESPA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	70,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	250,00	263,01	1.933,01
1. Restos a Pagar	70,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	250,00	251,14	1.921,14
2. Consignações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,87	11,87
3. Despesas de Diversas Origens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SOMA DAS DESPESAS</b>	2.173,19	2.298,19	2.313,79	2.316,79	2.337,79	2.378,79	2.499,79	2.500,79	2.551,79	2.634,79	2.856,79	4.617,02	31.479,51

**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
**UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

ANEXO II DO DECRETO Nº 006/2017													
DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8º) – R\$ 1.000,00													
ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>RECURSOS</b>	970,46	911,10	918,32	926,54	934,96	932,48	934,00	930,52	927,54	923,56	920,98	958,93	
- Metas de Arrecadação	109,45	110,45	110,80	111,80	112,00	111,10	116,10	113,10	113,60	112,60	114,00	166,50	1.401,50
- Transferências Financeiras	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,86	404,89	4.858,35
- Saldo Anterior	456,15	395,79	402,66	409,88	418,10	416,52	413,04	412,56	409,08	406,10	402,12	387,54	389,92
<b>DESPA ORÇAMENTÁRIA</b>													
<b>1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	349,00	349,00	349,00	349,00	359,00	359,00	359,00	359,00	359,00	359,00	359,00	364,00	4.273,00
1.1. Remuneração e Encargos Previdenciários	325,00	325,00	325,00	325,00	335,00	335,00	335,00	335,00	335,00	335,00	335,00	340,00	3.985,00
1.2. Reserva para o 13º Vencimento	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	288,00
<b>2. Demais Despesas Operacionais</b>	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,51	1.877,35
2.1. Outras Despesas Operacionais	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,44	156,51	1.877,35
<b>3. Ações do Fundo Municipal de Saúde</b>	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	4,00	6,00	6,00	6,00	6,00	18,00	48,50	109,50
3.1. Ampliação da Unidade de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	41,00	51,00
3.2. Investimentos Diversos	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	4,00	6,00	6,00	6,00	6,00	8,00	7,50	58,50
<b>DESPA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	66,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,23
1. Restos a Pagar	66,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,01
2. Consignações	0,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,22
<b>SOMA</b>	574,67	508,44	508,44	508,44	518,44	519,44	521,44	521,44	521,44	521,44	533,44	569,01	6.326,08

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS  
UNIDADE GESTORA: IPREANCARLOS

ANEXO II DO DECRETO Nº 006/2017													
DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8º) – R\$ 1.000,00													
ESPECIFICAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>RECURSOS</b>	<b>21.729,82</b>	<b>21.956,64</b>	<b>22.190,26</b>	<b>22.424,38</b>	<b>22.659,00</b>	<b>22.889,12</b>	<b>23.119,74</b>	<b>23.345,86</b>	<b>23.572,48</b>	<b>23.799,60</b>	<b>24.022,22</b>	<b>24.971,84</b>	
- Metas de Arrecadação	205,00	380,00	380,50	381,00	381,50	382,00	382,50	383,00	383,50	384,00	384,50	1.085,50	5.113,00
- Transferências Financeiras	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	52,00	338,00
- Saldo Anterior	21.498,82	21.550,64	21.783,76	22.017,38	22.251,50	22.481,12	22.711,24	22.936,86	23.162,98	23.389,60	23.611,72	23.834,34	24.650,52
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>													
<b>1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>162,88</b>	<b>162,88</b>	<b>162,88</b>	<b>162,88</b>	<b>167,88</b>	<b>167,88</b>	<b>172,88</b>	<b>172,88</b>	<b>172,88</b>	<b>177,88</b>	<b>177,88</b>	<b>306,32</b>	<b>2.168,00</b>
1.1. Remuneração e Encargos Prev	1,88	1,88	1,88	1,88	1,88	1,88	1,88	1,88	1,88	1,88	1,88	3,76	24,44
1.2. Pagto de Inativos e Pensionistas	135,00	135,00	135,00	135,00	140,00	140,00	145,00	145,00	145,00	150,00	150,00	250,56	1.805,56
1.3. Pagto Inativos e Pens do Tesouro	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	26,00	52,00	338,00
<b>2. Demais Despesas Operacionais</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>15,00</b>	<b>125,00</b>
2.1. Investimentos de Operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	5,00
2.2. Outras Despesas Operacionais	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	120,00
<b>DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>6,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6,30</b>
1. Restos a Pagar	6,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,30
2. Consignações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SOMA</b>	<b>179,18</b>	<b>172,88</b>	<b>172,88</b>	<b>172,88</b>	<b>177,88</b>	<b>177,88</b>	<b>182,88</b>	<b>182,88</b>	<b>182,88</b>	<b>187,88</b>	<b>187,88</b>	<b>321,32</b>	<b>2.299,30</b>

Antônio Carlos, 16 de Janeiro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

LUCIANO DA CUNHA  
Coordenador Municipal Adm. e Finanças

CARLICE B. SCHMITZ  
Contadora

# Arabutã

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017**

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO LICITATÓRIO Nº004/2017. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017. LEANI KAPP SCHMITT– Prefeita de Arabutã, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, estará realizando o processo Licitatório para Contratação de empresa para prestação de serviços de profissionais para ministrar aulas de música, instrumentos musicais de sopro e instrumentos musicais de fanfarra (Banda Municipal), destinados aos alunos da Oficina de Música e da Banda Municipal. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 17 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 3/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 3/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 31/1/2017 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a aquisição de peças e prestação de serviços de retífica de motor CUMMINS B – para atender as necessidades de uma carregadeira W20E da frota do Município de Ascurra, conforme informações adicionais previstas no termo de referência e edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 18 de janeiro de 2017.  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal

### PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 2-2017 (CORREÇÃO DE TEXTO)

PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO 2/2017

O Prefeito Municipal de Ascurra torna público e oficializa a presente "ERRATA" ao edital em epígrafe, conforme disposições a seguir alinhavadas:

O item 2 do termo de referência do edital 2/2017, onde lia-se:

A tabela abaixo elenca todos os produtos a serem licitados, em suas descrições detalhadas, com unidade e quantidades específicas:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	20.000,00	LITROS	GASOLINA	3,4690	69.380,0000
2	10.000,00	LITROS	GASOLINA ADITIVADA	3,4690	34.690,0000
3	6.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-10	2,9000	17.400,0000
4	120.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-500	2,8400	340.800,0000

Passa a ler-se da seguinte forma:

A tabela abaixo elenca todos os produtos a serem licitados, em suas descrições detalhadas, com unidade e quantidades específicas:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	20.000,00	LITROS	GASOLINA	3,5200	70.400,0000
2	10.000,00	LITROS	GASOLINA ADITIVADA	3,5200	35.200,0000
3	6.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-10	2,9900	17.940,0000
4	120.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-500	2,9500	354.000,0000

Com isso, a data do pregão, que ocorreria às 9 horas do dia 17/1/2017, terá a sessão adiada para o dia 25/1/2017, às 9 horas.

Ascurra, 12 de janeiro de 2017.  
Lairton Antonio Possamai  
Prefeito Municipal

### PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 2-2017 FMS (CORREÇÃO DE TEXTO)

PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO 2/2017 FMS

O Prefeito Municipal de Ascurra torna público e oficializa a presente "ERRATA" ao edital em epígrafe, conforme disposições a seguir alinhavadas:

O item 2 do termo de referência do edital 2/2017 FMS, onde lia-se:

A tabela abaixo elenca todos os produtos a serem licitados, em suas descrições detalhadas, com unidade e quantidades específicas:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	20.000,00	LITROS	GASOLINA	3,4690	69.380,0000
2	10.000,00	LITROS	GASOLINA ADITIVADA	3,4690	34.690,0000

3	15.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-10	2,9000	43.500,0000
4	25.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-500	2,8400	71.000,0000

Passa a ler-se da seguinte forma:

A tabela abaixo elenca todos os produtos a serem licitados, em suas descrições detalhadas, com unidade e quantidades específicas:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	20.000,00	LITROS	GASOLINA	3,5200	70.400,0000
2	10.000,00	LITROS	GASOLINA ADITIVADA	3,5200	44.850,0000
3	15.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-10	2,9900	17.940,0000
4	25.000,00	LITROS	ÓLEO DIESEL S-500	2,9500	73.750,0000

Com isso, a data do pregão, que ocorreria às 11 horas do dia 17/1/2017, terá a sessão adiada para o dia 25/1/2017, às 11 horas.

Ascurra, 12 de janeiro de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ADITIVO 01/2017 DO CONTRATO 01/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO  
ADITIVO Nº 01/2017 DE 17/01/2017  
CONTRATO Nº 001/2016/FMS de 20/01/2016.  
REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 /FMS  
MODALIDADE Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
nº001/2016.  
HOMOLOGADO EM 20/01/2016

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, em locar um imóvel em alvenaria, aproximadamente 1400 m2, localizado na Av. Getúlio Vargas, s/nº, fundos na Rua Paulo Amandio de Borba, 535, Bairro Santo Antônio para funcionamento da estrutura da Secretaria de Saúde.

O prazo de locação é pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se 20 de janeiro de 2017, com término em 19 de janeiro de 2018, data em que o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO se obriga a restituir o imóvel completamente desocupado, no estado em que recebeu, independentemente de notificação ou interpelação judicial, ressalvada a hipótese de prorrogação da locação, o que se fará por escrito.

Parágrafo Único: Caso o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO não restitua o imóvel no prazo contratual, pagará enquanto estiver na posse do mesmo, o aluguel mensal e será reajustado nos termos da cláusula décima sexta até a efetiva desocupação do imóvel objeto deste instrumento.

O aluguel total no período de contratação é de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), os quais serão pagos R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mensais, valores este que o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO se compromete a pagar, até o dia 10(dez) de cada mês subsequente ao vencido.

CASSIANO INÁCIO DOS SANTOS

Balneário Piçarras(SC), 27 de janeiro de 2017.

VINICIO JOSÉ DOS SANTOS – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Fornecedor: R\$196.582,20

AGUAVOLT COMERCIO E DIST DE MAT DE CONSTRUCAO LTDA  
Total do Fornecedor:R\$75.474,90

Balneário Piçarras(SC), 9 de janeiro de 2017.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

### PORTARIA 083/2017

PORTARIA N.º 083/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, junto a Secretaria Municipal de Saúde, o Senhor, VINICIO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, maior, portador do CPF nº 047.518.139-51, CI nº. 4658224 SSP, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.  
REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 10 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### PORTARIA 085/2017

PORTARIA N.º 085/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90 inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, a conduzir os veículos utilitários da Secretaria de Assistência Social, FIAT PALIO Placa MKQ 6679, FIAT UNO Placa MEX 7603 e Chevrolet Corsa placa MLV 0276, o Sr. JEFFERSON FREDERICO PEREIRA habilitação nº 05355990143 "categoria AB", a Sra. CLARA CECILIA WEIBER ARAÚJO habilitação 00969922250 "categoria B", a Sra. VANESSA ENILDA BROCKVELD habilitação 04524596810 "categoria B", a Sra. ANDREA CARLA NUNES MAIA habilitação 03415305831 "categoria AB", a Sra. GILMARA DE SOUZA habilitação 03259544760 "categoria B", a Sra. ANA MARIA SOARES DARIFE habilitação 00347807825 "categoria B", a Sra. ANA PAULA RIBEIRO STIEBLER habilitação 02742513305 "categoria B" e o Sr. LUCAS HENRIQUE STAFFEN habilitação 04992091560 "categoria AB".

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMpra-SE

Balneário Piçarras (SC), 16 de janeiro de 2017.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e

### ATA PREGÃO 20/2016 - FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016 - FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016 – FME

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para materiais de construção, para manutenção, reparos e reformas nos Centros de educação Infantil e Unidades Escolares de Ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei, vigorando até o dia 8 de janeiro de 2018.

A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Empresas Participantes Habilitadas:

MATERIAL DE CONSTRUCAO BARRASUL LTDA EPP Total do

Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017- FME**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017- FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017- FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017- FME

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço GLOBAL, para contratação de empresa para FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EDIFICAÇÕES MODULARES PARA UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL. Recebimento dos Envelopes até: 01/02/2017 às 14h. Data da Sessão Pública: 01/02/2017 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site [balneario-picarras.atende.net](http://balneario-picarras.atende.net). Balneário Piçarras(SC), 17 de janeiro de 2017. LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA- Secretária Municipal de Educação

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/FMS/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/FMS/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 01/02/2017 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de forma parcelada de materiais Odontológicos para uso das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC, durante o ano de 2017.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 17 de Janeiro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### **EDITAL CONVITE Nº10/2017**

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017  
EDITAL DE CONVITE Nº 10/2017

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Convite, objetivando Contratação de mão de obra e materiais para reparos no prédio da Escola Municipal Olavo Bilac localizado na Linha Treze de Maio, conforme descrição de material e mão de obra anexa. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 25 de janeiro de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 17 de janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito

### **EDITAL PREGÃO Nº09/2017**

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2017  
EDITAL DE PREGÃO Nº 009/2017

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS A FEITURA DE MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 30 de janeiro de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 17 de janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - DP 2/2017

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017

O Município de Benedito Novo – SC, torna público que se encontra aberta CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE para o fornecimento de aipim, abobrinha, banana, batata doce, batata inglesa, beterraba, cebola, cenoura, doce de frutas, filé de tilápia, laranja, maçã, mamão, manga, mel de abelha, melado de cana, melancia, pepino, queijo tipo colonial, ricota e tomate, conforme calendário de entrega fornecido pela Secretária Municipal de Educação, de acordo com a Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 26/2013, de 17/06/2013. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e Projeto de Venda até as 9h do dia 06 de fevereiro de 2017. ABERTURA: dia 06 de fevereiro de 2017 as 9:05h. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br). Benedito Novo (SC), 11 de janeiro de 2017  
JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

### DECRETO 001/2017 - ATUALIZA E ESTABELECE A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

DECRETO Nº 001/2017, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

ATUALIZA E ESTABELECE A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, “a”, e de conformidade com o Art. 7º da Lei Complementar nº 49, de 15 de dezembro de 2006, que Altera a Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam atualizados em 1º de janeiro de 2017, os Impostos, Taxas e demais Créditos Tributários, em 7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento), conforme a variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, verificada no período de 1º de dezembro de 2015 a 30 de novembro de 2016.

Art. 2º - Fica igualmente estabelecida a Unidade Fiscal Municipal – UFM, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 3,54 (três reais e

cinquenta e quatro centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 09 de janeiro de 2017.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 001/2017 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 09 de janeiro de 2017.

Marília Panoch  
Agente Administrativo

### DECRETO Nº 002/2017 - DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

DECRETO Nº 002/2017, de 10 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, “a”, e de conformidade com a Lei Complementar nº 25 de 04 de dezembro de 2002, nos artigos 248 a 249;

#### DECRETA:

Art. 1º - O pagamento do Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, em parcela única, poderá ser feito até o dia 18-04-2017, com o desconto de 10% (dez por cento) previsto em lei.

Art. 2º - Ao Contribuinte que optar pelo parcelamento, que poderá ser feito em até 6 (seis) parcelas mensais, terão vencimento em: 1ª parcela em 18-04-2017; 2ª parcela em 15-05-2017; 3ª parcela em 16-06-2017; 4ª parcela em 17-07-2017; 5ª parcela em 15-08-2017; 6ª parcela em 15-09-2017, não incidirá o desconto referido no artigo anterior.

Parágrafo Único – O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 25 (vinte e cinco) UFM's.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 10 de janeiro de 2017.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 002/2017 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 10 de janeiro de 2017.

Joice Aparecida Costa  
Agente Administrativo

**DECRETO Nº 003/2017 - ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Decreto nº 003/2017, de 13 de janeiro de 2017.

Anula o Processo Licitatório nº 76/2016, e dá outras providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e;

Considerando-se o que dispõe as Súmulas 346/STF ("A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos") e 473/STF ("A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial");

Considerando-se o Art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, que reza: A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

Considerando as inconsistências apontadas no projeto de engenharia;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica anulado o processo licitatório na modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 76/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Benedito Novo, aos 13 de janeiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 03/2017 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 13 de janeiro de 2017.

Joice Aparecida Costa  
Agente Administrativo

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 120/2016**

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/2016

Referente: Processo Licitatório nº 79/2016

Contratada: IBF - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILME S/A

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PROCESSADORA PARA RAIO-X

Finalidade do Aditivo: PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Valor Total Contratado: R\$ 82.000,00

Vigência: 20/12/2016 a 28/02/2017

Data Assinatura: 20/12/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 23/2016**

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2016

Referente: Processo Licitatório nº 22/2016

Contratada: LUCINDA REDDIN KRAUSE

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL COM APROXIMADAMENTE 112M2 DE PROPRIEDADE DE LUCINDA REDDIN KRAUSE, LOCALIZADO NA RUA CRUZ E SOUZA, Nº 1.099, PARA FUNCIONAMENTO DO PROJETO VIDA

Finalidade do Aditivo: ADITIVO DE PRAZO

Vigência: 01/01/2017 a 30/04/2017

Data Assinatura: 08/12/2016

DARIO TONOLLI - Prefeito Municipal em Exercício



# Biguaçu

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO DL157/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO DL 157/2016- PMB

O Prefeito Municipal Senhor RAMON WOLLINGER, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Anulação por erros insanáveis no Processo Licitatório DL 157/2016 PMB, que tem por objeto Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de mão de obra e fornecimento de material para a pavimentação e drenagem das Ruas Camboriú, Criciúma, Nova Trento, Treze Tílias, Antônio Carlos, Araranguá, Caçador, Itajaí, Joinville, localizadas no Bairro Jardim Carolina, no Município de Biguaçu.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 41/2016 - PREGÃO PRESENCIAL - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 41/2016 FMS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CRACHAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 1 fevereiro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 1 fevereiro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### CV001/2017-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
AVISO DE CONVITE 001/2017/2016- PMB  
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de confecção de carnês de IPTU referente ao ano de 2017, para o Município de Biguaçu.  
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 26 de janeiro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.  
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às

14:00 horas, do dia 26 de janeiro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: <https://biguacu.atende.net>, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 17 de janeiro de 2017

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 021/2017

PORTARIA nº 021 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Luciano Freiburger, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 09/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Educação

### PORTARIA Nº 022/2017

PORTARIA nº 022 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Mariléia Glória Ferreira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, nível CC-5, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Educação



**PORTARIA Nº 023/2017**

PORTARIA nº 023 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Ana Lúcia da Silva, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor da Policlínica Municipal, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 024/2017**

PORTARIA nº 024 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Ivo João Siqueira Neto, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor do Procon, nível CC-3, na Secretaria Municipal da Receita, a contar de 09/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 025/2017**

PORTARIA nº 025 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Thaysa Nunes Johanson, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Corregedor Municipal, nível CC-2, na Controladoria Geral do Município, a contar de 09/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 026/2017**

PORTARIA nº 026 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Fabiano Tiago José, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Acompanhamento Externo, nível CC-3, na Controladoria Geral do Município, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 027/2017**

PORTARIA nº 027 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Rodrigo Trajano dos Santos, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Procurador Adjunto, nível CC-3, na Procuradoria Geral do Município, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 028/2017**

PORTARIA nº 028 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Fábio David Malischeski, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito, nível CC-3, no Gabinete do Vice Prefeito, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 029/2017**

PORTARIA nº 029 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Cristiane da Silva, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Coordenador do CREAS, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 030/2017**

PORTARIA nº 030 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Robson Regis, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor do Sistema Municipal de Assistência Social, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a contar de 06/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 031/2017**

PORTARIA nº 031 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Saul de Mello Ferreira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Trânsito, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes, a contar de 09/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 032/2017**

PORTARIA nº 032 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Paulo Rodrigo Ferreira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Geral, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 033/2017**

PORTARIA nº 033 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Rogério Garcia, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Desenvolvimento Urbano e Transportes, nível CC-, na Secretaria Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transportes, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 034/2017**

PORTARIA nº 034 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Valdir Valdomiro Bittencourt, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Operacional, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 035/2017**

PORTARIA nº 035 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Anderson Rodrigues de Faria, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente Administrativo, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 036/2017**

PORTARIA nº 036 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Eliane Rocha de Carvalho, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Apoio a Educação, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 037/2016**

PORTARIA nº 037 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Ederson Luiz Silva, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Obras e Manutenção Escolar, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 11/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 038/2017**

PORTARIA nº 038 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Emerson Everaldo Soares, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Turismo, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 10/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 039/2017**

PORTARIA nº 039 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Daniela Garcia Fabrício Galliani, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Assuntos

Administrativos, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 04/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 040/2017**

PORTARIA nº 040 de 17 de janeiro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Luiz Gonzaga de Aquino, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Planejamento Urbano, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 10/01/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/01/2017.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Educação

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### ERRATA PP 02/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO/SC  
ERRATA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde vem a público retificar o Edital Pregão Presencial 02/2017 do FMS, para Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2017. Alterar no Termo de Referência 3. PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTO MÁXIMO ESTIMADO:

ONDE SE LÊ NO ITEM 18- Comprimido  
LEIA-SE: Frasco

ONDE SE LÊ NO ITEM 18- Amoxicilina + Clavulanato de Potássio 400mg

LEIA-SE: Amoxicilina + Clavulanato de Potássio 400mg + 57mg/5ml.

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 17 de janeiro de 2017.  
Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

### MINUTA PREGÃO PRESENCIAL 04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 04/2017 para Contratação de serviço de nutricionista, na elaboração, coordenação e fiscalização de cardápio para a alimentação escolar, para atuar junto às unidades escolares municipais no exercício de 2017. A abertura dos envelopes será dia 30/01/17 às 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 18 de janeiro de 2017.  
Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

### MINUTA PREGÃO PRESENCIAL 05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 05/2017 para Aquisição de Frutas, Verduras e Legumes para a Merenda Escolar das Escolas de Campo, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2017. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 30/01/17 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial:

[www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 18 de janeiro de 2017.

Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

### MINUTA PREGÃO PRESENCIAL 06/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 06/2017 para Aquisição de material de expediente, materias escolares, fornecimento de cartuchos de tinta e toners para impressoras e copiadoras, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Educação, Transportes e Obras e Gabinete do Prefeito, e para atender ao Fundo Municipais de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, no exercício de 2017. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 31/01/17 as 09h30min para inicio do credenciamento. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 18 de janeiro de 2017.

Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal



# Botuvera

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.999/2017

DECRETO Nº 1.999/2017

"Aprova o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI."

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 16 de Janeiro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

#### REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

##### CAPÍTULO I

###### Das Disposições Preliminares

Art. 1. A Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, funcionará junto ao órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário (BTTRANS), cabendo-lhe julgar recursos das penalidades impostas por inobservância de preceitos do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e demais normas legais atinentes ao trânsito.

##### CAPÍTULO II

###### Das Competências e Atribuições

Art. 2. Compete à JARI:

- I. analisar e julgar os recursos interpostos pelos infratores;
- II. solicitar ao órgão municipal executivo de trânsito (BTTRANS), quando necessário, informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma análise mais completa da situação recorrida;
- III. encaminhar ao órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário (BTTRANS), informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos e que se repitam sistematicamente.

##### CAPÍTULO III

###### Dá composição da JARI

Art. 3. De acordo com a Resolução do CONTRAN n. 357/2010, a JARI, órgão colegiado, terá, no mínimo, três integrantes, obedecendo-se aos seguintes critérios para sua composição:

I. 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo nível médio de escolaridade;

a) excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por comprovado desinteresse do integrante estabelecido no item 4.1a (Res. 357/2010), ou quando indicado, injustificadamente, não comparecer à sessão de julgamento, deverá ser observado o disposto no item 7.3 (da Res. 357/2010), e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do

Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato.

II. 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impõe a penalidade.

III. 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

a) excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por inexistência de entidades representativas da sociedade ligada à área de trânsito ou por comprovado desinteresse dessas entidades na indicação de representante, ou quando indicado, injustificadamente, não comparece à sessão de julgamento deverá ser observado o disposto no item 7.3 (da Res. 357/2010), e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato.

b) o presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

c) é facultada a suplência;

d) é vedado ao integrante da JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE.

e) é vedado ao integrante da JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE.

Art. 4. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

§ 1º O mandato será, no mínimo, de um ano, no máximo, de dois anos. O Regimento Interno poderá prever a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

§ 2º Perderá mandato e será substituído o membro que, durante o mandato, tiver:

a) três faltas injustificadas em três reuniões consecutivas;

b) quatro faltas injustificadas em quatro reuniões intercaladas.

Art. 5. O Regimento interno deverá ser encaminhado para conhecimento e cadastro: ao DENATRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos rodoviários da União e da Polícia Rodoviária Federal e aos respectivos CETRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais ou ao CONTRANDIFE, se do Distrito Federal, observada a Resolução do Contran nº 357/10, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 6. Ocorrendo fato gerador de incompatibilidade ou impedimento, o órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário (BTTRANS) adotará providência cabíveis para tornar sem efeito ou cessar a designação de membros (e suplentes) da JARI, garantindo o direito de defesa dos atingidos pelo ato.

Art. 7. Não poderão fazer parte da JARI:

I. estar cumprindo ou ter cumprido penalidade da suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o

documento de habilitação, até 12 (doze) meses do fim do prazo da penalidade;  
II. ao julgamento do recurso, quando tiver lavrado o Auto de Infração;  
III. os condenados criminalmente por sentença transitada em julgado;  
IV. membros e assessores do CETRAN;  
V. pessoas cujos serviços, atividades ou funções profissionais estejam relacionadas com Auto Escolas e Despachantes;  
VI. agentes de autoridade de trânsito, enquanto no exercício dessa atividade;  
VII. pessoas que tenham tido suspenso seu direito de dirigir o a cassação de documento de habilitação, previstos no CTB;  
VIII. a própria autoridade de trânsito municipal.

#### CAPÍTULO IV

##### Das atribuições dos membros da JARI

Art. 8. São atribuições ao presidente da JARI;  
I. convocar, presidir, suspender e encerrar reuniões;  
II. solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos e informações sempre que necessário aos exames e deliberação da JARI;  
III. convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;  
IV. resolver questões de ordem, apurar votos e consignar, por escrito, no processo, o resultado do julgamento;  
V. comunicar à autoridade de trânsito os julgamentos proferidos nos recursos;  
VI. assinar atas de reuniões;  
VII. fazer constar nas atas a justificativa das ausências às reuniões.

Art. 9. São atribuições aos membros:

I. comparecer às sessões de julgamento e às convocadas pelo Presidente da JARI ou, quando for o caso, pela Coordenação da JARI;  
II. justificar as eventuais ausências;  
III. relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentado o voto;  
IV. discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto quando for vencido;  
V. solicitar à presidência a convocação de reuniões extraordinárias da JARI para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos;  
VI. comunicar ao Presidente da JARI, com antecedência mínima de 15 dias, o início de suas férias ou ausência prolongada, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da JARI;  
VII. solicitar informações ou diligências sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso.

#### CAPÍTULO V

##### Das Reuniões

Art. 10. As reuniões das JARI serão realizadas no mínimo uma vez por mês, para apreciação da pauta a ser discutida.

Art. 11. A JARI poderá abrir a sessão e deliberar com a maioria simples de seus integrantes, respeitada, obrigatoriamente, a presença do presidente ou seu suplente.

Parágrafo único. Mesmo sem número para deliberação será registrada a presença dos que comparecerem.

Art. 12. As decisões das JARI deverão ser fundamentadas e aprovadas por maioria simples de votos dando-se a devida publicidade.

Art. 13. As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

I. abertura;  
II. leitura, discussão e aprovação da ata reunião anterior;  
III. apreciação dos recursos preparados;

IV. apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados com a JARI;  
V. encerramento.

Art. 14. Os recursos apresentados a JARI deverão ser distribuídos equitativamente aos seus três membros, para análise e elaboração de relatório.

Art. 15. Os recursos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na JARI.

Art. 16. Não será admitida a sustentação oral do recurso do julgamento.

#### CAPÍTULO VI

##### Do Suporte Administrativo

Art. 17. JARI disporá de um Secretário a quem cabe especialmente:

I. secretariar as reuniões da JARI;  
II. preparar os processos, para distribuição aos membros relatores, pelo Presidente;  
III. manter atualizado o arquivo, inclusive as decisões, para coerência dos julgamentos estatísticas e relatórios;  
IV. lavrar as atas das reuniões e subscrever os atos e termos do processo;  
V. requisitar e controlar o material permanente e de consumo da JARI providenciando, de forma de vida, o que for necessário;  
VI. verificar o ordenamento dos processos com os documentos oferecidos pelas partes ou aqueles requisitados pela JARI, numerando e rubricando as folhas incorporadas ao mesmo;  
VII. prestar os demais serviços de apoio administrativo aos membros JARI.

#### CAPÍTULO VII

##### Dos Recursos

Art.18. O recurso será interposto perante a autoridade recorrida.

Art. 19. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo nos casos previstos no parágrafo 3º do art. 285 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 20. A cada penalidade caberá, isoladamente, um recurso cuja petição deverá conter:

I. qualificação do recorrente, endereço completo e, quando possível o telefone;  
II. dados referentes à penalidade, constantes da notificação ou documento fornecido pelo órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário (BTTRANS);  
III. características do veículo, extraídas do Certificado Registro e Licenciamento do Veículo – CRVL ou Auto de Infração de Trânsito – AIT, se este entregue no ato da sua lavratura ou remetido pela repartição ao infrator;  
IV. exposição dos fatos e fundamentos do pedido;  
V. documentos que comprovem o alegado ou que possam esclarecer o julgamento do recurso.

Art. 21. A apresentação do recurso dar-se-á junto ao órgão que aplicou a penalidade.

§ 1º Para os recursos encaminhados por via postal serão observadas a mesma s formalidades previstas acima;

§ 2º A remessa pelo Correio, mediante porte simples, não assegurará ao interessado qualquer direito de conhecimento do recurso.

Art. 22. O Órgão que receber o recurso deverá:

I. examinar se os documentos mencionados na petição estão efetivamente juntados, certificando nos casos contrários;  
II. verificar se o destinatário da petição é a autoridade recorrida;  
III. observar se a petição se refere a uma única penalidade;



IV. fornecer ao interessado, protocolo de apresentação do recurso, exceto no caso de remessa postal ou telegráfica, cujo comprovante será o carimbo de repartição do Correio;

Art. 23. O órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário (BTTRANS) deverá dar à JARI todas as informações necessárias ao julgamento dos recursos, permitindo aos seus membros, se for o caso, consultar registros e arquivos relacionados com o se objeto.

Art. 24. A qualquer tempo, de ofício ou por representação de interessado, o órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário (BTTRANS) examinará o funcionamento da JARI e se órgão está observando a legislação de trânsito vigente, bem como a obrigações deste Regimento.

Art. 25. A função de membro da JARI é considerada de relevante valor para Administração Pública.

Art. 26. O depósito prévio das multas obedecerá a normas fixadas pela Fazenda Pública, ficando assegurada a sua pronta devolução no caso de provimento do recurso, de preferência mediante crédito em conta bancária indicada pelo recorrente.

Art. 27. Caberá ao órgão ou entidade junto do órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário (BTTRANS) ao qual funcione as JARI prestar apoio técnico, administrativo e financeiro de forma a garantir seu pleno funcionamento.

Art. 28. A JARI seguirá, quanto ao julgamento das autuações e penalidades, o disposto na Seção II, do Capítulo XVIII, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 29. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário (BTTRANS).

Botuverá, 16 de Janeiro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**PL02/2017-CONCORRENCIA Nº01/2017-  
CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE GUINCHO**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA  
Nº. 01/2017

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório nº 02/2017, Modalidade Concorrência Pública nº 01/2017, tipo MENOR TARIFA, para CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE REMOÇÃO POR GUINCHO, DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS, DECORRENTES DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 22/02/2017, sendo a sessão de abertura no mesmo dia e horário. Local: Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de compras, no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br, compras@botuvera.sc.gov.br, site www.botuvera.sc.gov.br Botuverá-SC, 18 de Janeiro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA CONTRATA TEMPORÁRIOS 00172017**

PORTARIA Nº 017/2017

"Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências"

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1197//2013 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 02/2016;

2- O pedido de demissão do médico veterinário titular;

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). JOAO ALVES DE MORAES, brasileira, para o cargo temporário de Médico Veterinário, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Agricultura e desenvolvimento econômico do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação 17/01/2017

Botuverá (SC), 17 de Janeiro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA EXONERA CARGO DE EFETIVO132017**

PORTARIA Nº 013/2017

"Exonera Servidor Estável do Quadro de Servidores do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1 – O Pedido de demissão formulado pelo servidor;

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) estável a Sra. CARLA TERESINHA KOTH, ocupante do cargo de MEDICO VETERINÁRIO, a partir de 11/01/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em 11 de janeiro 2017.

Botuverá (SC), 11 de janeiro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**PORTARIA EXONERA CARGO DE EFETIVO142017**

PORTARIA Nº 014/2017

“Exonera Servidor Estável do Quadro de Servidores do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1 – O Pedido de demissão formulado pelo servidor;

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) estável a Sra. ARIEL LARISSA CUCHI, ocupante do cargo de MONITOR ESCOLAR, a partir de 11/01/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em 11 de janeiro 2017.

Botuverá (SC), 11 de janeiro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**PORTARIA NOMEIA CARGO DE CONFIANÇA00162017**

PORTARIA Nº 016/2017

“NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE AGRICULTURA PARA O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal e na Lei nº 1.197/2013 e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º- Nomear o (a) Sr (a). ALAERCIO PAULINI, brasileiro (a), para o cargo de CHEFE DA UNIDADE DE AGRICULTURA, a partir de 17/01/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação em 17 de janeiro de 2017.

Botuverá (SC), 17 de janeiro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**PORTARIA NOMEIA CARGO DE CONFIANÇA00182017**

PORTARIA Nº 018/2017

“NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO DE ASSISTENTE PEDAGÓGICO PARA O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica

Municipal e na Lei nº 1.197/2013 e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º- Nomear o (a) Sr (a). MARIA ESTER SILVA, brasileiro (a), para o cargo de ASSISTENTE PEDAGÓGICO, a partir de 17/01/2017.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação em 17 de janeiro de 2017.

Botuverá (SC), 17 de janeiro de 2017.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 015/2017**

PORTARIA nº 015/2017

“Nomeia a autoridade municipal de trânsito.”

José Luiz Colombi, Prefeito Municipal de Botuverá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

1) Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

2) Considerando a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. Vilson José Giancesini (Secretário Municipal de Transportes), responsável pelo Órgão Municipal Executivo de Trânsito e Rodoviário de Botuverá (BTTRANS), como autoridade municipal de trânsito.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Botuverá, 16 de Janeiro de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 019/2017**

PORTARIA Nº 019/2017

“Nomeia membros da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências.”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações:

Resolve:

Art. 1º - Nomear os seguintes membros para formar a Comissão de Licitações deste Município para o exercício de 2017:

**Membros Efetivos:**

Presidente: Ana Cláudia Victorino  
Secretário: Maicon Everton dos Santos  
Membro: Fábio Maestri Bagio

**Membros Suplentes:**

João Kennedy Paulini  
Rogério Comandolli  
Márcio Adriano de Oliveira

**Pregoeiros:**

Márcio Adriano de Oliveira  
João Kennedy Paulini

**Equipe de Apoio:**

Fábio Roberto Olinger Eltermann  
Rogério Comandolli  
Cleber José Costa

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação,  
gerando efeitos retroativos desde 01 de janeiro de 2017.

Botuverá(SC), 17 de janeiro de 2017.  
JOSÉ LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 010 2017

DECRETO Nº 010/2017

Delega competências ao Tesoureiro e Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social.

NILDO MELMESTET, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na Lei Municipal nº 0015/93 de 03.03.93 e Lei Municipal nº 0727/2012 de 16.10.2012, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º Fica delegada ao tesoureiro e ao Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, competências sobre movimentação financeira das contas da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, com o CNPJ nº 11.481.782/0001-44 denominado de Fundo Municipal de Saúde e CNPJ nº 13.554.908/0001-99 denominado de Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 22.347.681/0001-00 denominado Fundo Municipal da Pessoa Idosa, bem como movimentação das contas nº 108951-X, nº 131368-1, 5697-9 e a nº 6426-2 com CNPJ 95.952.230/0001-67 da Prefeitura Municipal, sejam efetuadas pela servidora Joice Ramos, inscrita no CPF: 059.627.979-57, nomeada para exercer o cargo de tesoureira, Daniela Prada Mugge inscrita no CPF nº 003.693.279-50, nomeada para exercer o cargo de Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, com as seguintes competências:

- ð Emitir cheques;
- ð Abrir contas de depósito;
- ð Autorizar cobrança;
- ð Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- ð Receber, passar recibo e dar quitação;
- ð Solicitar saldos e extratos;
- ð Requisitar talonários de cheques;
- ð Autorizar débito em conta relativo a operações;
- ð Retirar cheques devolvidos;
- ð Endossar cheque;
- ð Requisitar cartão eletrônico;
- ð Movimentar conta corrente com cartão eletrônico;
- ð Efetuar transferências/pagamentos, exceto por MEI;
- ð Sustar/contrordenar cheques;
- ð Cancelar cheques;
- ð Baixar cheques;
- ð Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- ð Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- ð Efetuar saques – conta corrente;
- ð Efetuar saques – poupança;
- ð Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- ð Efetuar transferências por meio eletrônico;
- ð Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- ð Efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- ð Consultar contas/Aplic. Programas, Repasse Recursos Feder-RPG;
- ð Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/Aasp;
- ð Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- ð Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- ð Emitir comprovantes;
- ð Efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico;
- ð Encerrar contas de depósito;
- ð Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 061/2015

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 17 de janeiro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO N.º 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC

EXTRATO DO CONTRATO N.º 04/2017

ATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Braço do Trombudo, SC e a empresa FATIMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ: 06.139.399/0001-72. Objeto: Aquisição de um distribuidor de adubo orgânico líquido para o município de Braço do Trombudo/SC, objetivando a execução de ações relativas ao Programa de Apoio ao desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, conforme Convênio nº 815266/2014, Operação nº 1022254-97/2014, celebrado entre a União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 14.210,00 (quatorze mil, duzentos e dez reais)

Vigência: de 12/01/2017 até 31/12/2017

Braço do Trombudo, em 12 de janeiro de 2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO N.º 05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO – SC

EXTRATO DO CONTRATO N.º 05/2017

ATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Braço do Trombudo, SC e a empresa ALTAIR FABRO & CIA LTDA ME, CNPJ: 02.730.048/0001-80. Objeto: Aquisição de um distribuidor de adubo e calcário para o município de Braço do Trombudo/SC, objetivando a execução de ações relativas ao Programa de Apoio ao desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, conforme Convênio nº 815266/2014, Operação nº 1022254-97/2014, celebrado entre a União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)

Vigência: de 12/01/2017 até 31/12/2017

Braço do Trombudo, em 12 de janeiro de 2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

# Brunópolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 01/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 01/2017 – Edital de Pregão Presencial nº 01/2017

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 30/01/2017, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

# Brusque

## PREFEITURA

**PORTARIA N.º 11.545/2017**

PORTARIA N.º 11.545, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a, do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 145/09,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Ademir Luiz de Souza para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-1, Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.581/2017**

PORTARIA nº 11.581, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Cleber Luiz Soares Nunes para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.584/2017**

PORTARIA nº 11.584, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Luiz Ademar Venturelli para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.596/2017**

PORTARIA nº 11.596, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Altevir Jose Hoffmann para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município



Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.597/2017**

PORTARIA nº 11.597, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Andrea Patricia Volkmann para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretora, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos/DGI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.598/2017**

PORTARIA nº 11.598, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jussara Dell Agnolo para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos/DGI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.599/2017**

PORTARIA nº 11.599, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Konstantin Harassimov para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.604/2017**

PORTARIA nº 11.604, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ana Claudia dos Santos para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretora, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.



CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.588/2017**

PORTARIA nº 11.588, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Exonera os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão na Administração Pública Municipal Direta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir de 12 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Henrique Ávila de Souza	Secretaria de Saúde
Jeniffer da Silva Peireira Barni	Secretaria de Saúde
Valquiria Kohler	Secretaria de Saúde

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.593/2017**

PORTARIA nº 11.593, 12 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Ádamo Yuri Zimmermann para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Diretoria de Compras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.595/2017**

PORTARIA nº 11.595, 12 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 174, de 20 de setembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Antonio Carlos Cerchiari Junior do cargo de provimento em comissão de Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, Padrão CC-I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.601/2017**

PORTARIA nº 11.601, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Valentin Luiz Dada para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.602/2017**

PORTARIA nº 11.602, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Edione Maria Rescarolli Pedrini para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.609/2017**

PORTARIA nº 11.609, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Mônica Soares para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretora, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.615/2017**

PORTARIA nº 11.615, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Daniela Hoefelmann para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.616/2017**

PORTARIA nº 11.616, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Israel Vermohlen para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.628/2017**

PORTARIA nº 11.628, 13 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Henrique Ávila de Souza para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 147/2017**

PORTARIA Nº 147/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,V

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CLAUDETE ROSELI SAUERESSIG BORGES, matrícula nº 342491-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, em decorrência do atestado médico do dia 16/01/2017 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 31/01/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de janeiro de 2017.

Edena Beatriz Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

**EDITAL 015/2016 PROCESSO SELETIVO LISTA DE INSCRITOS**

Prefeitura Municipal de Brusque

Secretaria Municipal de Educação

Processo Seletivo Simplificado

Edital nº 015/2016

RELAÇÃO DE INSCRITOS- PROCESSO SELETIVO N.015/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA A RELAÇÃO DOS INSCRITOS do Processo Seletivo para o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS, conforme segue:

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**

Edital: 2016-15 - Área: Educação

Servente de Serviços Gerais

001 Adair Aparecida da Cruz Chaves

002 Adelaide da Silva

003 Adelina Santos de Souza

004 Adelir DE Mello

005 Adilamar Regina de Oliveira Pasqualin

006 Adilson Olegario

007 Adilson Torresani

008 Adinete Bernardes Lana

009 Adoir Rosalino Martins

010 Adorli Luiz Ledra

011 Adriana Andrade Souza

012 Adriana Aparecida Carvalho

013 Adriana Corrêa Suem

014 Adriana De Fátima Silva

015 Adriana Elza Torales Benitez

016 Adriana Hodecker Teixeira

017 Adriana Laurindo

018 Adriana Oliveira Alves

019 Adriana Santos da Silva

020 Adriano Crepas

021 Adriano de Souza

022 Adriano Oliveira DE Santana

023 Adrielton Lupas de Sousa Silva

024 Adriely Cardoso dos Santos

025 Agenor Cristiano Da Silva	060 Ana Luiza Coelho
026 Agna Mota De Oliveira	061 Ana Maria Gomes da Silva
027 Airton Lourenço	062 Ana Paula da Silva
028 Alcione Francisco Pereira	063 Ana Paula de Oliveira Ramos
029 Aldevane Pereira De Souza	064 Ana Paula Diniz de Moraes
030 Aleandra Weber	065 Ana Paula Otaviano de Sousa Rak
031 Aleff de Oliveira Barbosa	066 Ana Paula Santos
032 Alejandra Bernada Andrades Lopes	067 Ana Paula Soares de Melo
033 Alessandra Aparecida Oliveira	068 Ana Rosa Preti
034 Alessandra Avelino	069 Ana Rosa Rodrigues
035 Alessandra Bonfanti	070 Anderson dos Santos Lima
036 Alessandra Machado de Lima	071 Anderson Kuster Maciel
037 Alessandro da Silva Pereira	072 Anderson Wagner Franzen
038 Alex Junior Rodrigues DA Silva	073 Andrea Barbosa Lange
039 Alexsandro Kuster	074 Andrea DE Almeida Ferreira
040 Aline Gonçalves Bertoli	075 Andrea de Araújo Dias
041 Aline Lima de Lira	076 Andrea Santana Santos
042 Aline Regina Leite	077 Andrei Junior Barauna
043 Almir Vital Costa	078 Andreia Diangeles Sales dos Santos
044 Almiro da Silva Leite	079 Andreia Rosendo dos Santos
045 Altair Jose Schwartz	080 Andressa de Freitas Meira
046 Alvina Domingos	081 Andrieli Arruda Machado
047 Alyson Antonio Fradique Silva	082 Andrieli dos Santos Corrêa
048 Alzira Laurindo	083 Angela Aparecida Rodrigues DE Oliveira
049 Amanda Da Rosa Cota Kamer	084 Angela Celeste
050 Amarildo Braz Paiao	085 Angela Cristina Bagatim Tavares
051 Amarildo dos Santos	086 Angela Evaristo da Costa
052 Amauri Ribeiro DE Carvalho	087 Angelino Pinheiro de Souza
053 Amelia De Souza Vieira	088 Angelita Aparecida de Almeida
054 Amilton Horner	089 Angelita Campos Becker
055 Ana Caroline Mrovinski	090 Angelita Hoefelmann Pilar
056 Ana Celi Santana de Abreu	091 Angelita Torresani
057 Ana Claudia Oliveira de Jesus	092 Anita Divina dos Santos
058 Ana Claudia Pinheiro Nunes	093 Anselmo Santos De Oliveira
059 Ana Lucia dos Santos Silva	094 Antonia Cristina Guimaraes de Aviz

095 Antonia de Fatima Bertolini	Carlos Alberto da Silva
096 Antonia do Carmo da Silva	Carlos Alberto Gomes
097 Antonia Souza de Jesus	Carlos André Amorim
098 Antonio Carlos de Quadros	Carlos Bento Cardoso
Antonio Carlos Ferri da Silva Filho	Carlos Edenilson Moreira
Antonio dos Reis Teixeira	Carlos Eduardo Barbosa
Aparecida Maria Dos Reis Vieira	Carlos Eduardo Cervi
Aparecida Rizoni Civa DE Abreu	Carlos Eduardo Correa do Nascimento
Aparecido Bueno	Carlos Eduardo Ferreira Bonifacio
Argelia Winter	Carlos Figueiredo do Nascimento
Ariane Ozorio Leite	Carlos Roberto Tillmann
Arildo Martins Cardoso	Carlos Silverio
Aristiliano Martendal	Carmem Lucia DE Souza Andrade
Arivaldo Pinho Junior	Carmen Lucia De Oliveira Gonzaga
Arlete de Souza	Caroline Oliveira Nascimento
Arlete Lana	Catia Elenise Sklar Soares
Arlete Pereira de Chaves	Cátia Patricia Guse
Arlindo Cunha da Silva	Catiane da Silva
Armando de Souza	Celia Alves Martins Maia
Assis DA Costa Alvares	Celia Lopes Ferrante
Ataiza Alexandra da Silva Brito	Celia Maria Barao Correa
Augustinha de Lurdes Barbacovi Guariente	Célia Waltrick
Barbara de Araujo Andrade	Cezar Silva De Andrade
Beatiz Gonçalves	Cirlei Aparecida de Lara
Benedita Aparecida DA Conceição	Civele Fagundes
Bernadete da Silva	Clarice Aparecida Cordeiro dos Santos
Bernadete Fontes	Claudenice Aparecida do Nascimento
Bianca Marinho Abelli	Claudete Batista
Bruno Jose Rossi	Claudete da Aparecida de Arruda
Bruno Ribeiro dos Santos	Claudete Lopes
Cacilda DE Souza	Claudia Barbosa
Camila Dos Santos Moraes	Claudia Fernandes Reis dos Santos
Camila Françiele Roela	Claudia Gislaïne Barreto Zimmer
Carina Carvalho	Claudia Rosane Neuhaus
Carla Alexandra Bremer	Claudineia Rodrigues Alcantara

Claudio DA Silva Brito	Daniele Matias Oliveira Souza
Claudio Fernandes Delfino	Danilo Santana Reis
Claudio Roberto Borges DA Silva	Darlene Almeida dos Santos
Claudiomiro Chaves	David Fernandes
Claudiomiro DE Mouro	Deise Mara Machado
Claudir Moraes	Denise Ferreira Coelho
Cleberon Adriano Amaral	Denise Machado Duarte
Clebia Nascimento De Oliveira	Denivalda Barboza dos Santos de Jesus
Cleci Goncalves	Deuzenir dos Santos Silva
Cledeunice de Oliveira Miranda	Deyveson Aragao dos Santos
Cleia Regina Leal	Dienifer Wesle Santos
Cleinir de Fatima Salvatina de Albuquerque	Dienis de Jesus Moraes Silva
Clenice Aparecida da Silva	Dilma Dalagnolli
Cleociane Batista de Oliveira	Dilza Antero dos Santos
Cleonice Araujo Da Silva	Disleide Izidio Dos Santos
Cleusa Alves da Silva	Diva Rosendo Dos Santos
Cleusa da Silva Teixeira	Divair DE Moraes
Cleusa de Fatima Valkovitz	Divair DO Rocio Dos Santos
Clezia Marileia Oliveira da Silva	Djullian Henrique Estevão
Credione Lima Arcanjo dos Anjos	Domingos da Conceicao Dos Santos
Cristiane Eckel Koszanski	Domingos Pavesi
Cristiane Sacramento da Silva	Domingos Ribeiro da Silva
Cristiano Alves de Moraes	Dorgival Ricardo da Silva
Cristiano Silva	Dorli Maria Schaufelberger Gevaerd
Cristine Beatris Hagge	Dorvalina da Costa
Daiana Silva dos Santos	Douglas Alves DE Oliveira
Daine DA Silva Luz	Douglas Aparecido Alves Lima
Dalva Leoterio da Silva	Durval Paes do Nascimento
Dalvana Odete Cardoso Martins	Edemir Correa Lemos
Dalvani Denise Weschenfelder	Edenilson Jose Leite
Daniela Aparecida da Silva Costa	Edielly Soares das Chagas
Daniela dos Santos Silva	Edilaine dos Santos Cascó
Daniela Gartner Antonio	Edima Machado Santos
Daniela Regina Favero	Edivan Pinheiro
Daniela Vanessa de Faria	Edmilson Marques da Silva

Ednaldo Silva Souza	Ercídio Simões de Oliveira
Elaine Roberta Veloso	Ercília Correia de Lima
Elane Santos Duarte	Eroni Lemes
Elena Cavalcante Ferreira	Estelia de Oliveira
Eli da Silva Oliveira	Ester Miranda de Freitas
Eliana de Fátima P. S. Nascimento	Esther Carvalho Nunes
Eliana Lacerda	Eudice Ramos de Souza
Eliane Amancio Ribeiro	Eva Antero dos Santos
Eliane de Lima Moraes Zacaria	Eva Barbosa
Eliane De Sau Canutes	Eva das Dores Maciel dos Santos E Silva
Eliane Gonçalves	Eva de Fátima Souza
Eliane Mineira Gomed	Evanir de Souza Laurentino
Eliane Rodrigues Neris	Everton Silva de Jesus
Elias Stahnke	Fabiana Cristina Pena
Eliete Aparecida Lopes	Fabiana de Aro Cardoso
Eliete Batista Oliveira	Fabiana Pereira Da Silva
Elisandra Pires Camargo	Fábio Marques de Bairros
Elisangela Cristina Dos Santos Lima	Fabio Roberto Farias
Elisângela da Rocha Silva	Fabio Rodrigues de Lima
Elisangela de Jesus Araujo	Fabricio Gabriel Rodrigues
Elisangela Ferraz	Fabricio Natalino Vilela
Elisângela Monteiro Melo	Fatima Bazi
Elisângela Regina do Nascimento Burg	Fátima Rosa Pereira dos Anjos
Eliseo Torresani	Fatima Rosa Zanchetta
Elizabeth Arruda Miguel Pereira	Fatima Teresinha Pereira Goulart
Elizabeth Goulart Vicentino Comandolli	Felipe Ferreira Dos Santos
Elizabeth Machado	Fernanda Chaves Machado
Elizete Miranda de Freitas	Fernanda Cruz
Elizeu de Souza dos Anjos	Fernanda de Pinho
Elói Pereira	Fernanda Rodrigues Sander Santos
Eloizabete Aparecida Soares	Fernanda Vequi
Elsa Gréggio da Silva	Fernando dos Santos
Elza De Oliveira Martins	Flavia Cristina Pinto Machado
Emilton Oliveira da Paixão	Flavia Lopes Magalhaes
Enedina de Sousa Ricardo	



Florentino João Ventura	Gislaie Ardengue
Flosivaldo Sa Teles Santana	Gledson Gil Funke
Franciane Marcela da Silva Dias Fernandes	Gloria Mirjam Elvira Zen Schlindwein
Francidalva Ribeiro da Silva	Graciele Roberta Pavesi
Franciele Arlete Franco	Grasiela Severino
Franciele DO Carmo Candido	Hanna Assis de Aragão
Franciele Inacio Cardozo	Haroldo DA Silva Santos
Franciele Saueressig Mendonça Borges	Heber Moraes Araujo
Francisca Aguiar Da Silva	Hellen Cristina Lima Martins
Francisca Francineide da Silva	Hemerson Costa Vale
Francisco Cuzik	Hildevan Juliana Machado Floriano
Francisco Edelberg	Iara Aparecida Batista Possidonio
Francisco Romeu Rodrigues	Ieda Maria do Vale
Fredson Cley da Silva Pantoja	Iliana Rodrigues de Carvalho Santos
Gabriel Dos Santos Ribas	Ilza dos Santos Correia
Gabriela Karoline Fernandes dos Santos	Indiana Lurdes Figura
Gedeias de Jesus Correia	Ingrid dos Santos Conceição
Geni Maria DE Pinho Beppler	Ingrid Saporito DA Silva
Genilson Rodrigues	Iolanda da Silva Barbosa
Genivalda Silva	Ionice Maria Sousa Neta
Geovâna da Conceição Costa	Iracema DE Lara
Geovane Cordeiro	Iraci Caetano
Gercina Severo da Silva	Iraci de Brito da Rosa
Gessica Mariana Goncalves	Iraci de Fátima Coimbra
Gilberto Dezideiro	Iraci de Oliveira
Gilmar Benedito Da Silva	Iraci Paulo DE Araujo
Gilmar Hoefelmann	Iraci Rosa DE Paula Freitas
Gilmara Vania P.bittencourt	Iraci Sabina Pena
Gilson Silva Dos Santos	Iraci Ferreira Salomão
Gilson Souza Ferreira	Iradima Zacarias de Borba Oliveira
Gilvanci Oliveira Batista	Iraneide Ferreira da Silva
Gilvano Soares de Abreu	Iranilda Casturina de Amdrade
Giordano Pagno	Irene Arnaldo DE Souza
Gisele DA Silva Nunes	Ireny Mendes Da Silva
Giseli Alves de Araujo	Isolene DE Fatima Kuster Maciel

Israel de Souza	Janete da Silva Dias
Israilene Cristina Silva de Oliveira	Janete Ferreira da Silva Berndt
Ivani Soares Vilela	Janete Martins de Oliveira
Ivanir Bertoldi Goncalves	Jaqueline Cristina Prado Matias
Ivone Costa da Silva	Jaqueline Pereira
Ivone Pereira Da Silva	Jean Carlos Canutes Lana
Ivonete Aparecida Ribeiro	Jeisson Schimitt
Ivonete Lapa DA Silva	Jessica Maiara Kuster DA Rosa
Ivonete Mendes	Jessica Paza
Ivonir Constantino dos Santos	Jessica Rafaella Sousa Povoas
Izabela Silva dos Santos	Jeubson Jonne Vieira de Melo
Izilda Dolores de Gracia Nogueira	Jheniffer Nobre Costa
Jaci Chaves Machado	Joálisson Oliveira dos Santos
Jaciara Bertolini Heck	Joao Eugenio de Mattos
Jaciara de Souza	João Luiz Galvão
Jaciel de Jesus Almeida	Joao Maciel dos Santos
Jackeline Dos Santos Nunes	João Maria de Lima
Jackson Schimitt Rodrigues	Joao Marquezini
Jacqueline Henrique Costa dos Santos	João Vitor da Silva
Jacqueline Santos Barreto	Joaquina Boing Hellmann
Jacy dos Santos	Jocemar Rogerio de Lima
Jadiel Pereira de Sousa	Joeci de Fátima Castro
Jadson da Conceição Costa	Joel Baran Vieira
Jaine Fernandes	Joel Batista Santos Filho
Jair Duarte	Joelma Da Silva
Jair Sagas Filho	Joelma dos Santos Oliveira
Jairo dos Santos	Jonas da Silva Bicca
Jaison Apolinario	Jonatan Pereira Nunes
Jaison Luis Krieger	Jonathan Duarte Peruzzolo
Jalcenira Descovi	Joqueline Miranda de Freitas Oliveira
Jamerson Santos Conceicao	Jorge Luis Bittencourt
Jandira Borges	Jorge Luis Foppa
Jandira Teresinha Dillenburg De Araújo	Jose Adelino dos Santos
Jane Fernanda Pantoja Santos	Jose Augusto Comandolli
Janete Aparecida de Borba	José Alôor Sotini

Jose Antunes Pereira	Jucineia Ribeiro
José Batista Nascimento dos Santos	Juliana Bodenmuller
Jose Carlos de Toledo	Juliana DA Silva Correia
José Claudemir Gonçalves	Juliana Krieger
José Cosme Bispo Costa	Juliana Luana DE Souza Carneiro
Jose DA Conceição Sants	Julita Kolher Silveira
Jose da Silva Leite	Karina de Oliveira Rodrigues
Jose Dalmario Alves de Albuquerque	Karina Josiane de Souza Monteiro
Jose Dias DA Paixao	Karla Cristina Pereira da Silva
JosÉ Eduardo Bertholdi	Karla Dariane de Almeida
José Elias Gonçalves	Katia Cilene Roque Correia
Jose Gilmar de Freitas Duarte	Katia Fernandes Coelho Benjamim
Jose Jarbas Nunes Ferreira	Keliana Betlinski
Jose Lino Eleuterio	Kelly Cristina Antonio
JosÉ Luciano Oliveira Gomes	Ketlin Tomaz
Jose Paulo Costa de Queiroz	Kevelin Taiane Monteiro
Jose Raimundo Franklin Guerra	Keycy Santos Souza
Jose Ribeiro dos Santos	Lais Aires Arnoldo
Jose Theobaldo Robinson Oliveira	Laleska de Oliveira
José Válber Firmiano Meneses	Larice Maria Ramos
José Vieira da Silva	Laudicéia Aparecida de Oliveira
José Wendersom Portal Pereira	Laura Cristina Schmidt Rodrigues
Joseilma Santos do Nascimento Silva	Leandra Lima Santos
Josiane do Socorro da Cruz Pacheco	Leandro Assis de Aragão
Josiane Pavesi	Leandro Roberto Weber
Josiane Pereira	Leidiane Nascimento Oliveira Ramos
Josiane Pinto Marinho	Leiliane Valena Borges Cartagenes
Josineide da Silva Souza Gomes	Lelian Barbosa dos Santos
Jovanildo Dos Santos Pereira	Leoci Maria Cantarelli Pereira
Jovelina Moraes Voss	Leonir Teresinha Penasol dos Santos
Juarez De Oliveira	Lidiane Almeida Coelho
Jucelaine da Silva Gularte	Lilian Regina Schierici
Juciane Silveiro Hellmann	Lindomar Martins
Jucilene Rodrigues de Oliveira	Lourdes Crispim
Jucimeire Barbosa dos Santos	Lourdes da Luz

Lourival de França	Maicon Lucas Da Silva
Luana Oliveira Santos Nuss	Manoel de Jesus Martins Amorim
Luana Soares do Nascimento	Manoel de Novais
Lubiane Vernet	Manoel Joaquim de Freitas
Lucas DA Silva Dos Santos	Marcela Alves
Lúcia de Fátima da Silva	Marcelo Demarche
Lucia Maria Imhof	Marcelo Gonçalves
Luciana Costa Cordeiro	Marcelo Moraes Veiga
Luciana Denise Grims	Marcia Amorim Duarte
Luciana Pinheiro	Marcia Aparecida Angioletti
Luciana Rodrigues Fernandes Conceição	Marcia Azevedo Andrade
Luciane Butch	Marcia Denise Da Costa Baron
Luciane Paz	Marcia Luciana Santos Da Costa
Luciano Carlos da Silva	Márcia Passinho Moraes
Luciano Jorge	Marcia Regina Barbosa da Silva Gustavo
Luciene Ineis Huppés	Marciane Dalazen dos Santos
Luciene Pereira da Silva	Marcio da Silva Cruz
Luciene Pereira de Sousa	Marcio José dos Santos
Lucienne Gomes da Silva	Márcio José Lebeck
Lucimar Graciano DE Souza	Marcos Antonio Casturino Vieira
Lucinei Garcia Balbino	Marcos da Silva Alfaia
Lucineia DE Fatima Silva Oliveira	Marcos Otto Ramos
Lucinelia Oliveira Souza	Marcos Silva Santos
Ludemila Bagatim Tavares	Marcos Vinicio Staroscky
Luiz Carlinho Vieira	Margarete Laurindo
Luiz Inacio Cardozo	Margarete Zaleski
Luiz Maçaneiro	Margarida Gerola
Luiz Narciso	Maria Aparecida Da Silva Pinheiro
Luiza Pagno Padilha dos Santos	Maria Aparecida de Jesus
Lurdes Cabral E Silva	Maria Aparecida Nunes
Luzia de Souza Mayer	Maria Benrs Ventura
Luzia Silva	Maria Beserra da Silva
Madalena Maria dos Santos	Maria Cristiane Gomes do Nascimento
Maiara Pantoja de Souza	Maria Cristina Rodrigues dos Santos
Maicon Alves DA Silva	

Maria Das Neves Sobral Dos Santos  
Maria de F Atima Silva

Maria de Fatima de Alencar

Maria de Fatima Kolody

Maria de Lourdes Angelo

Maria de Lourdes Lauer

Maria DE Lurdes Fiorentin

Maria Delurdes Peixer

Maria Denise Pereira de Souza

Maria Dinalva Campos dos Santos

Maria do Socorro da Silva Filha

Maria dos Remedios da Silva Gonçalves

Maria dos Santos Luiz

Maria Elecir Bertolini Cesari

Maria Glecia Severo da Silva

Maria Gloria Pereira Santos

Maria Helena Paza Oliveira

Maria Helena Rodrigues Furtado

Maria Isabel Elias De Souza

Maria Izabel Maciel

Maria José Longinho Santana dos Santos

Maria Jose Pereira da Silva

Maria Jussara DE Oliveira Santos Bastos

Maria Leonice Vicente Pinheiro

Maria Lourdes Gelatti

Maria Lucia DA Silva

Maria Luiza de Araujo Roela

Maria Luiza Maestri

Maria Luzia da Luz de Mello

Maria Margarete Graf

Maria Nancy Cabral

Maria Ozinete dos Santos E Santos

Maria Raquel Dos Santos

Maria Regiane Ribeiro do Nascimento

Maria Rita de Cássia Alves dos Santos

Maria Rosilda Dalcastagne

Maria Salette Pagno

Maria Solineide Santos Ferreira

Maria Verismar Ribeiro Alves

Mariano Sena Santos

Mariela Jacinto Estevo

Marilda Pereira

Marileia Aparecida Jeske Francisco

Marileia Laurindo Zancanela

Marileidi Simoni Farias Da Silva

Marilene Barbosa dos Santos

Marilene Cristina Miguel

Marilete Generoso De Souza Silva

Marilete Ines Hegnr

Marinalva Gonçalves da Silva

Marines Paz

Marines Tourinho Corso

Marinez Barbosa

Marinilde Maia Oliveira

Marinilson Brito dos Santos

Mario Roberto Braz

Maristela Pereira

Maristela Trindade

Marivani Colombo

Marlene Correia Miguel Paza

Marli Aparecida Souza Pelentier

Marli Farias Machado da Silva

Marli Jovita dos Santos

Marlise Zanon

Marta A Silva Varela

Marta Alves de Oliveira

Marta Ortiz Brites

Mary Iloir DE Souza

Mary Inez DE Souza

Maura Zeverino Batista

Maurilio Madeira da Silva	Neusa Milmersted Bottamedi
Mayara de Souza de Almeida	Nildete Pires
Maycon Daniel Costa	Nirêdes Rodrigues Dos Santos
Melaine Mariano	Nivaldo Aprigio
Melquezedequ DE Souza Gomes	Nivaldo Burg
Meri Taresinha Zambon	Noe Conceição Pereira
Michelli Teresinha Da Silva	Norma Meurer Pering
Miqueia dos Santos Dias de Carvalho	Nubia Oliveira de Jesus
Miriam de Lima Martins	Odail Bonfim Augusto
Miriam Luciano Gomes	Odila Merisio
Mirian de Oliveira	Olintosalatiel Dornelles da Fontoura
Mirian Gonçalves Medina	Ondina Fontes Muniz
Mirieli Costa	Orlandina Vanelli Betinelli
Mislene Silva Pereira	Orlando da Luz
Moizes Dionizio Rocha	Orli Nogueira Pinto
Mônica Açucena Gerola	Pamela Maiguel Lotério
Monique Silva Nascimento	Patricia Nunes Barros
Mouglá Hellen Nardes Elói	Patricia Denise da Silva
Nádia Meireles da Silva de Oliveira	Patricia Laumann Rodrigues
NÁdia Pereira Santos	Patrícia Sousa de Amorim Santos
Nadir Antonio Alves Nadir dos Santos Candiago	Patricia Vieira Da Luz
Naia DO Socorro Ferreira DA Silva	Paula Aparecida Machado Patrocinio
Nanci Batista Santos	Paulo Cesar Carpes
Narciza de Lurdes dos Santos	Paulo Costa Ramos
Natal Abelino	Paulo de Jesus Rodrigues
Natalia Mesquita Santos	Paulo Pereira Chaves
Natanael Moreira Ribeiro	Pedro Jaco Provesi
Natanael Santana Bispo	Pedro Mathias
Neli Ribeiro DE Lima	Pedro Odair Stocki
Nelma Dias Silva	Pedro Paulo de Souza
Nelson Rodrigues dos Santos	Pricila Moraes Rosa Priscila Bahia de Carvalho Silva
Nelsonir Trindade	Priscila Grespy
Nely Aparecida Domingues	Priscila Pinto Machado
Neuraci Terezinha Alves da Silva	Quesia Carvalho Pauluze

Quiteria Maria Dos Santos Alves	Romana Izabela Machado Martins
Rafael Chagas DE Araujo	Ronalda DA Silva
Rafael de Souza Almeida	Ronaldo dos Santos
Rafael Max Pacheco	Roque Robaldo dos Santos
Rafaela Silva Santos	Rosa Maria Machado Bernardi
Raimundo Nonato Souza da Silva	Rosana Pereira Silva Flor
Raquel Alves	Rosane Figlerski
Raquel DE Fatima Nascimento	Rosane Wiederkher
Raquel Estacio	Rosangela DE Oliveira Dos Reis
Raquel Mari de Borba	Rosangela de Souza
Regina DE Vargas	Rosangela Fernandes Raimondi
Regina Machado	Rosangela Nazare da Gama Parreira
Reginaldo Aparecido Bressam DA Costa	Rose Manzke
Reginete Pena dos Santos	Roseane Vilhena Fonseca
Rejane Bispo de Sousa	Roselene Kuhnen dos Santos
Renata dos Reis Pinheiro	Roselene de Souza
Renata Werner Alexandre	Roseli de Souza Anjos Leite
Renato Mendes Queiroz	Roseli Hoefelmann
Reni dos Santos Correia	Roseli Machado
Ricardo Ferreira	Roselis Lang
Rinaldo Robinson de Oliveira	Roselite Avi
Risomar Rodrigues Mendes dos Santos	Rosilda Batista Corrêa
Rita de Cassia de Souza	Rosilda Ferreira Soto
Rita Santana Alves	Rosileia Viera da Silva
Robert Gomes Alves	Rosileide Santos Guerra
Roberta Jaqueline da Silva	Rosileide Silva DE Oliveira
Roberta Keisy Matos Fernandes	Rosilene Ferreira Argolo
Roberta Marques de Lima	Rosineide Bispo dos Santos
Roberto Alves Dos Santos	Rosineide Raimondi
Roberto Francisco Flor	Rosmali Marinho da Gama Prado
Robson Buss	Rosmari Bento
Rodomir Wilson Klann	Ruth Fontes Muniz
Rodrigo dos Santos Guedes	Sabrina DA Silva Varela
Rodrigo Ferreira	Salete de Fatima Severo
Rodrigo Jose Visconti	Salete de Moraes Sampaio



Saete Folchini	Sirlei Rodrigues Biscaia
Salvador Jorge	Sirlei Voroniuk
Salvelina da Silva	Sirlene Cabral de Lima
Samara Mani	Sirlene Conceição Lima Silva
Sandra Regina da Silva	Soeli Alves
Sandra Teresinha Sandri dos Santos	Solange Dell Agnolo Kammer
Sandro de Souza Pereira	Solange Doreli de Brito da Rosa
Sanzia Maria Da Cunha	Sonia Maria de Campos Brum
Sara Lisboa da Hora Santos	Sônia Vieira Dos Santos
Sebastiana de Fatima Lisboa	Sonielle Ribeiro Padilha
Sebastiana do Rocio dos Santos Moreira	Sueli da Silva
Sebastiana Janalina DA Silva	Sueli de Oliveira
Sebastiao Andre DA Silva	Suely Maria Lourenço Teixeira
Sebastiao Dantas Neto	Suzana Maria Pucci
Sebastião Nunes Cardoso	Suzana Pereira
Serli Pires DA Rosa	Suzana Teixeira
Sheila Fagundes Rocha Firmino	Suzane da Silva Borges
Sheila Trindade	Swelling Alexssandra de Ramos
Shirley Andrade Barbosa	Taiane Campos Santos
Sidmara Aparecida de Oliveira Torquarto	Tais Andreia Bardela
Silvana de Lima	Taize Zorrer
Silvane de Fátima Pereira	Talita Santos Domingos
Silvano Merizio	Tania Aparecida Goetzinger
Silvia Aparecida Da Silva Dutra	Tania Pedrini
Silvia Goncalves	Tatiana da Silva Machado
Silvio DE Souza Nunes	Tatiana de Sena Silva
Silvio Rogerio Barbosa da Silva	Tatiana Pedrotti
Simone Aparecida Lopes	Tatiana Trancoso de Britto
Simone Das Graças Kuster	Tatiane Conceição dos Reis
Simoni Lipniarski	Tatiane Riffel
Sionara dos Santos Reis	Taticleia Pereira
Sirlei de Fatima Carneiro	Tavane Batista da Silva
Sirlei DE Fátima Gonçalves Maia	Taynara De Cassia Wolff
Sirlei Martins Pereira	Telma Aparecida Mprobenga DE Melo
Sirlei Narciso	Telma Cristina Lira da Costa

Telma Lapa DA Silva	Victória Tênis Barreto
Telma Leoterio da Silva	Vilma Aparecida DE Souza Santana DE Melo
Teresa Cristina DA Silva	Vilmar Freitas
Teresa Freire da Silva	Vinicius Laurindo Pavesi
Teresinha Goretti Zimmermann	Virgolina Machado Cardoso
Tereza Souza Carneiro	Viviane de Fatima Alves David
Terezinha Aparecida Barboza Da Silva	Viviane Todt
Terezinha de Fátima da Rocha Rodrigues	Viviani Maria Schlindwein Turassi
Terezinha DE Fatima Pedroso	Wagner Petris
Terezinha de Miranda	Waldecir Baringer
Terezinha Lino Rocha De Oliveira	Wesley Castro de Souza
Thais DE Lima	Willian Cristian dos Santos
Thais Gulhak	Zacarias Severino da Silva Neto
Valdeci de Souza Costa	Zelir Fatima Cordeiro dos Santos
Valdeci do Prado	Zenaide Rover
Valdecy Ernestino Anacleto	Zeni Teresinha Trindade Venancio
Valdey Santos Amorim	Zilma da Silva Santos
Valdir Bussolo	Brusque, 17 de janeiro de 2017.
Valdir Jose de Oliveira	JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Valentim Luiz Dada	Diretor de Recursos Humanos
Valentim Tamazia	
Valeria Rosalia Pinto	
Vander DA Silva Becher	
Vanderleia Cristina Pavesi	
Vanderleia Emillia Azevedo Minatti	
Vandoir Vilson Hoppen	
Vanessa Civinski	
Vania Marisa dos Santos	
Vanilda Cesari	
Vanusa Sousa de Jesus da Silva	
Vanuzia Maria Sampaio de Moraes dos Santos	
Vera Lucia Petermann Heining	
Veronica Dzioba	
Veronici Nogueira Vill	

**EDITAL 016/2016 - PROCESSO SELETIVO LISTA DE INSCRITOS**

Prefeitura Municipal de Brusque

Secretaria Municipal de Educação

Processo Seletivo Simplificado

Edital nº 016/2016

RELAÇÃO DE INSCRITOS- PROCESSO SELETIVO N.016/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA A RELAÇÃO DOS INSCRITOS do Processo Seletivo para o cargo de PROFESSOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO, conforme segue:

**RELAÇÃO DE INSCRITOS**

Edital: 2016-16 - Área: Educação Infantil

Professor de Educação Infantil

001 Adeline Bello

002 Adenizia dos Santos

003 Adriana Costa Vieira

004 Adriana Deucher de Jesus

005 Adriana Fornazari dos Santos

006 Adriana Gonçalves Heckert	040 Anne Karoline Moraes Silva Barreto
007 Adriana Schlindwein Leite	041 Ariadna Costa Gonçalves
008 Adriana Sousa	042 Ariani Silva Amaral Costa
009 Adrielly Luana Pezzini	043 Beatriz Lucia Felipim da Silva
010 Alesandra Aparecida da Silva	044 Beatriz Magalhaes Campos
011 Alice Aline DA Silva Moraes	045 Beatriz Perao
012 Alice DA Silva	046 Betânia Wippel
013 Aline Ana Rohden Demate	047 Bianca Coelho Modesto
014 Aline dos Santos Moura	048 Bianca Leite
015 Aline Gonçalo Trindade Bonecher	049 Bruna Barboza
016 Aline Junges	050 Bruna de Almeida Laureano
017 Aline Santos	051 Bruna Germano
018 Alisson Sadi Zambon	052 Bruna Luiza Xavier Bay
019 Altieri Santos da Silva	053 Bruna Maria Hodecker
020 Amabia Braga Steindorf	054 Carina Aparecida da Silva de Souza
021 Amábile Betinelli	055 Carla Edvirges Maciel
022 Ana Beatriz Sotini Bizarri	056 Carla Patricia Schaefer
023 Ana Carolina Andrade Santos	057 Carla Rubia de Souza Pereira
024 Ana Claudia Gomes Santos DA Conceição	058 Carla Silene de Sousa
025 Ana Cristina Torresani Ribeiro	059 Carla Xavier da Silva Lima
026 Ana Flavia Paes do Nascimneto	060 Carmem Lucia Coelho da Silva
027 Ana Lucia da Silva Lima	061 Carolina Giovana Basso Dos Santos
028 Ana Lucia Sousa dos Santos	062 Caroline Bittencourt
029 Ana Paula Bertolini	063 Catarina Brandão Gomes
030 Anderson de Souza	064 Celina Sanches da Silva
031 Andrea Fernanda Pedrozo	065 Christine Machado EchevenguÁ
032 Andreia Andrade Brito	066 Cidneia Vanin Macedo
033 Andreia Cristina Schweigert Wilbert	067 Cinara Debatin Reis
034 Andreia de Oliveira Lara	068 Cintia Reitz
035 Andréia Ibers da Silva Bertoldi	069 Cirlene Maria Wandrey
036 Andréia Minas Vieira dos Santos	070 Claudia Adriana DA Silva
037 Andreza Dos Santos Silva Brito	071 Claudia Souza Santos
038 Angela Cristina Bagatim Tavares	072 Cleomara Willians Turman
039 Aniete Nuske Berndt	073 Cristhiane Giselle Ayroso Zimmermann
	074 Cristiane Ferreira da Silva

075 Cristiane Marques	Edinéia Soares da Silva
076 Cristiane Reis Santos	Edna Marcia dos Santos Pereira
077 Cristiani Aparecida Schineider	Ednilvia Vicente da Silva
078 Cristine Reis Santos	Elaine Cristina Ricken Doerner
079 Daiane DE Aguiar Marmentini Avila DE Souza	Elaine Cristina Slomsky de Melo
080 Daiane Rodrigues Dom	Elaine Todt
081 Dalva Blandina Marcelino	Eleandro DE Jesus Conceicao
082 Daniel de Paula	Elen Cristina Habitzreuter
083 Daniela Deonizio Divino da Rosa	Elenice de Azevedo Pereira
084 Daniela Godoy DA Silva	Eliane Campos Chaves
085 Daniela Horr Martins	Eliane Oliveira Dos Santos
086 Danieli dos Santos Costa	Eliane Pelissaro Possera Soligo
087 Danieli Martins Pereira	Eliane Santos Cunha
088 Daniella Gonçalves Oliveira	Elisa Zierke dos Passos da Maia
089 Danila Tripodi Leonardi	Elisangela Battisti Archer
090 Debora dos Santos Silva	Elisangela Galiza Ristow
091 Débora Silva Resende de Campos	Elisangela Ramos Almeida
092 DÉbora Silva Santos	Elisangela Ribeiro Roux
093 Deborah Keila Figliuolo	Elitânia Silva
094 Dejaine Beller	Elizabeth Borges Dos Santos
095 Dejanira DE Pinho Mariani	Elizabeth Aparecida Kudrek de Oliveira
096 Delma Cristina DE Macedo Esser	Elizete Jesus dos Santos
097 Denise Divino	Eliziane Aparecida Ribeiro
098 Denise Pollheim Fuckner	Ellen Cristina Moraes de Sousa
Denise Serafim	Eloá Andrade de Azevedo de Menezes
Denise Tatiane Bittencourt Leoni	EloÁ DE FÁtima Velho Godinho Peixer
Denize Colombi Correia	Elsângela Silva Sousa
Denize Gonçalves de Lima	Emiliana Fachini Hort
Diana Patricia Fuchter	Erica Sandra DE Souza
Dielma Monteiro Da Silva Moreira Da Silva	Esilia Dalceglio
Dienifer Daiana DO Nascimento	Eva Apararecida Fernandes Araújo
Ediane Izabel Cappellaro Francisco	Évelin Tuxen Cunha de Souza
Edilaine Aparecida Bourdot	Fabiana Batista Froeschlin
Edilene Hodecker	Fabiana Coronel da Silva
Edinalva Lucia da Silva	Fabiana de Almeida Borga

Fabiana Maia da Graça Pinheiro Pereira	Greice Maria Campregheer Jahn
Fabiana Montibeller	Helena Maria Gonçalves
Fábio Marques de Bairros	Heloisa Cavichioli
Fabiola Carla Trierweiler Perao	Hilaria Tirloni Hass
Fabricia Cechin	Hosana Aparecida Alves Miguel
Fabricia Petermann Tomassia	Idiane Sberse
Fernanda Aparecidalucachinski	Ilza Batista Dos Santos
Fernanda Arruda Comodo De Souza	Ines Joana Duarte
Fernanda das Chagas Cardoso Rocha	Ingrid da Silva Rodrigues
Fernanda Pereira dos Santos Pinheiro	Iolanda Wisbecker Alexandre
Fernanda Raiser Bork	Iolita Cassiana Desiderio
Flavia Marilda Silva	Irony Zmozinski
Flávia dos Santos Lourenço	Ivamaire Andrade Guimarães Martimiano
Flavia Wolf	Ivania Gomes da Silva
Franciele Morsch Peron	Izabel Cristina Macedo
Franciele Raquel Hickmann	Izabel de Oliveira Cruz Rodrigues
Francielle Nunes	Izanara de Faria
Francine Marcolla Casagrande	Jaciane Silva dos Santos
Francine Polheim Reis	Jacione Longuinho DA Silva
Francine Ramos De Carvalho	Jaine dos Santos Pereira Sabino
Geamima Machado Floriano Paixao	Jakeline Angioletti Kohler
Geisa Oliveira de Souza	Jakeline Cristina Siegel Hassmann
Genoveva Batista Albuquerque	Jamile Soares da Silva
Gerusa Matilde Paza DE Melo	Janaina Peters
Géssica Goncalves	Jandira Antonia de Souza
Gilin Cassemiro da Silva	Jane Cleide da Silva
Gilvante Silva dos Santos	Jaqueline de Lima Jaques Pinheiro
Gisele Beatriz Lofhagen	Jaqueline Fernandes
Gisele Gelatti	Jaqueline Pedrotti
Gislaine Braz de Oliveira	Jennyfer Dayan Apolinário
Glaucia Vaness Batista Ribeiro	Jessica Alves DA Silva
Glaziely Aparecida DE Oliveira Esser	Jéssica Bottamelli Raulino
Gleiciane Pereira Dos Santos Cavalheiro	Jéssica Monique Buss
Gloria Dognini	Jéssica Vanessa Groh
Gracieli Magnagnagno Rebelo	Joeci Freire Maria

Joice Aparecida Mafra Vorgerau	Lilia de Almeida Silva
Joice da Silva Bertolini	Liliane Nascimento de Souza
Josane Fátima de Medeiros Miranda Miranda	Lindalva Saturnino da Cunha Oliveira
Jose Jarbas Nunes Ferreira	Lineia Carlise Savariz Monteiro
Joseane Matos Mendes	Liriane Tomasi
Josiane Assis da Silva	Luana Constantino Westarb
Joziane Cardoso	Luana dos Santos Rudolfo
JuÇara Veirauch	Luana Macedo Lang
Juciara da Silva Pereira	Luana Maria Pedrini
Jucimara Coelho Salvador	Luana Schwamberger
Juliana Sapelli da Silva	Luciane Facchini Perão
Juliana Tridapalli	Lucilene Kohler
Karine Edla Lacerda Cordeiro	Lucimar Zorrer
Katia Regina Meschke Martinenghi	Lucinéa Barbosa de Oliveira
Keila Di Pelli Machado Pereira	Luzia Furlanetto dos Santos
Kele Marina Costa	Magda Maria Back da Silva
Kenia Batista da Costa	Maiara Cristina Nascimento
Kenia Beatriz Krieger	Maiara Reis Semann
Ketini Caroline Tarter	Maicon Alves DA Silva
Klicia Andrade Pereira	Maisa Oliveira de Menezes
Lais Aires Arnaldo	Manuela Souza Barboza
Larissa Bertulini	Marcia Bohatzuk Rudek
Larissa Popper Cassaniga	Marcia Franzen
Larissa Zanon Fischer	Marcia Maria Demetrio da Silva
Lavinia Mafra	Maria Aparecida Lana
Leila Lupas de Souza Silva	Maria Cristina Gonçalves Nascimento
Leila Marina Sauerbeck	Maria DE Fatima Pereira
Lenir Ajarda	Maria de Fátima Pereira Fonseca Marcolla
Lenita da Veiga	Maria Elenir Teotonho Barros
Letícia Benvenutti	Maria Elenise Censi Silveira
Licinia de Souza Magalhaes	Maria Elisabete Groh Bechtold
Lidia Derner Altino de França	Maria Ernestina Gonçalves Oliveira
Lidia Pedrini	Maria JÚlia Dos Santos Domingos
Lidiane de Souza Magalhães	Maria Julia Feller Pflieger
Ligia Brehm	Maria Magna Bispo dos Santos Xavier

Maria Marchi Fantini	Natalya Caroline de Oliveira
Maria Sabrina Motta	Nathalia Martins Gomes
Maria Salete Dalmolini Zimermann	Neide Neckel Amancio
Maria Veneranda Roqueta de Alcantara	Neide Pacheco
Mariana Luiza Sestari Bertholdi	Neila Becker Alberton
Mariane Maia Siqueira	Neriza Rayane Braz Paiao
Mariangela Ribeiro dos Santos	Nicole Suavi Mendes
Marilde Staack Michel	Nilcilene Ribeiro do Nascimento
Marilene Visconti	Noeli Mattioli Fischer
Marilia Aparecida Bueno	Odirley da Silva Simas
Marília Barbosa de Toledo	Osmerinda Gomes da Silva Nicolaus
Mariluz da Silva Vieira	Ozielitas da Silva Santos
Marisete Miorando	Pamela Harlos
Maristela Silveira Gamba	Patricia Aparecida Silva Valentini
Maristela Vieira Amorim	Patricia de Campos Pavesi
Mariza Kusz	Patricia Silva dos Santos
Marli de Lourdes Balotin	Poliana Oliveira Simao Silva
Marli Dos Santos Ludgero	Priscila Bianca Eccel
Mayara Debatin	Priscila Bittelbrunn Schneider
Mayara Riffel	Priscila de Paula Sousa
Michele Fernanda Costa	Quesia Silveira de Miranda
Michele Gonçalves Schwamberger	Rafaella de Azevedo Pereira
Michelle Aparecidade Souza Oliveira	Raquel Edelberg
Michelle Pollheim Schirmer	Raquel Leonilda dos Santos Toledo
Millena Coimbra de Souza	Raquel Silveira Ferreira
Monica Cardoso Barbosa	Renata Betinelli
Monica Joziana Brick	Rita de Cassea Oliveira da Costa
Monica Oliveira de Jesus	Rita de Cássia Sanderson dos Santos
Morgana Carina Germer	Roberta Keisy Matos Fernandes
Morgana Kling Peper	Rosa Lucia Gastaldi
Nádia Marlouwe de Oliveira da Rocha	Rosane Barreto Claudino Nogueira
Nádia Schaefer Comper	Rosane Conrado
Nadir Aparecida Wilbert	Rosangela Koschnik Bunn
Nadlla Nascimento Bezerra	Rosangela Silva Zorzato Peixoto
Nanci Maria dos Santos	



Rosani Dos Santos	Simone Lourenço
Rosani Minatti	Simone Pedroso de Souza
Roseli Fidelis Ribeiro	Simone Pereira
Rosemeri Brehm	Simone Venera
Rosiane de Oliveira	Sonia Mara Maurici DA Silva
Rosimar Aparecida da Silva Gonzaga	Sonia Nascimento Araujo
Rosimeire da Silva Oliveira	Sonia Regina Mafra Bourdot
Rudvan Quinto DE Souza Santos	Sonia Regina Oliveira
Sabrina Hodecker Carminati	Stephany Estevo DE Souza
Sabrina Nunes do Carmo	Suelen Aparecida Pavesi
Sabrina Oliveira Pereira	Suelen Pereira Gattis
Salete Lyra Colombi	Sueli da Conceição
Samanta Cristina Galisa	Suellen de Toffol
Samara Evelyn Albino	Suellen Hoffmann
Sandra Luiza Rogelin Lisboa	Suzana de Souza
Sandra Maria Treder Vieira	Suzane Becker
Sandra Oliveira de Souza	Suzane Donini
Sandra Regina Gevaerd DA Silva Andrade	Suzete Catarina Diegoli
Sandra Rios	Taiani Vicentini
Sandy de Amorim	Tainá Moritz
Sara Dineia DA Silva Adolfo	Táiris da Silva Poletto
Severina de Araujo Crispim	Taís Cardoso Oliveira
Sheila Aparecida Possamai Fuckner	Tais Tamara Juncks
Sheila Mara Paza	Talita Aline Da Silva Wolf
Sherline da Silva Lima	Talita Tambosi
Sidneia Dutra	Tamaris Fernanda Alles
Silvana Aparecida dos Santos	Tamires Aparecida Comper
Silvana Martins Fonseca	Tamires Curcio Soares Cervi
Silvana Silva Lima	Tamires Gonçalves da Silva
Silvania Leal DE Souza Silva	Tamires Manrich Bertoldi
Silvia Decker Teixeira	Tamires Orthmann da Silveira
Silvia Ingrid Borba	Tamires Rodrigues Bezerra
Simone Aparecida Roden Dos Santos	Tânia Adriana de Godoy Duarte
Simone Bertol	Tania Todt
Simone Kohler	Tatiana Cunha Carminatti

Tatiana Garcia de Andrade	004 Adriana Gonçalves Heckert
Terezinha DE Souza DA Silva	005 Adriana Régia Chaves de Almeida
Terezinha de Souza Fortes	006 Adriane Marta Arozi Gaboardi
Thaís Hank Ferreira	007 Adriano Zancanaro
Tuanny Fernanda Melo DA S Menezes	008 Adrielly Luana Pezzini
Valdenice do Rosário da Paz Nascimento	009 Aleandra Carla Bechtold
Valdirene da Silva Paixão Santos	010 Alesandra Aparecida da Silva
Valquiria Felipe Odisi	011 Aline dos Santos Moura
Vandenilcia de Souza Barth	012 Aline Gonçalves Trindade Bonecher
Vanessa Castro Rezende	013 Amabia Braga Steindorf
Vanessa Correa	014 Amábile Betinelli
Vanessa de Oliveira Leite	015 Ana Cláudia Serpa
Vania Caroline Santos Reis	016 Ana Lucia Sousa dos Santos
Vania Maria Chaves Cesari	017 Ana Maria Comandolli
Vania Maurici	018 Ana Patricia DA Silva Costa
Veridiana Maria dos Santos Pezzini	019 Ana Paula Bertolini
Veridiana Pereira Paiva de Oliveira	020 Ana Paula DE Moura Soares
Vilma Aparecida Martins Vieira de Paula	021 Ana Paula de Souza
Vilma da Fonseca Frutuoso Montibeller	022 Ana Paula Diniz de Morais
Virginia Ines Schweigert	023 Andrea Mariley Moser Erthal
Vitoria Elena Werner Staack	024 Andréa Silva dos Santos
Vivian Machado Floriano Ribeiro	025 Andreia Cristina Schweigert Wilbert
Viviana Raux Lasch	026 Andreia de Oliveira Lara
Viviane Bernardi	027 Andréia Ibers da Silva Bertoldi
Viviane Francisco de Assis	028 Andreza Dos Santos Silva Brito
Viviane Lima dos Santos	029 Andreza Fusão
Walquiria Assis da Silva	030 Aniete Nuske Berndt
Zenaide Alexandre Jacintho	031 Anne Karoline Moraes Silva Barreto
Zeni Aparecida da Silva Amaral	032 Aparecida Assunta Palma Ferreira
Zenildes Souza Santos	033 Ariadna Costa Gonçalves
Zilda Ramos DE Moraes	034 Ariana Aparecida de Liz
Edital: 2016-16 - Área: Ensino Fundamental - Anos Iniciais Professor Anos Iniciais	035 Aurio da Silva
001 Adelita Terezinha dos Santos	036 Beatriz Magalhaes Campos
002 Adriana Costa Vieira	037 Benedita Pessoa Furtado
003 Adriana Deucher de Jesus	

038 Bianca Leite	073 Debora dos Santos Silva
039 Bruna Barboza	074 Debora Regina Venancio
040 Bruna Germano	075 Débora Silva Resende de Campos
041 Bruna Maria Hodecker	076 Dejaine Beller
042 Carina Alessandra Spiess	077 Delma Cristina DE Macedo Esser
043 Carina Venturelli	078 Denice Maria Moreira Carginin
044 Carla Maria Zaferi Moser Kohler	079 Denise Tarciana Tachini
045 Carla Patricia Schaefer	080 Denise Tatiane Bittencourt Leoni
046 Carmem Lucia Coelho da Silva	081 Diana Patricia Fuchter
047 Carmen Lucia Knihs	082 Ediane Izabel Cappellaro Francisco
048 Carolina Dorssi dos Santos	083 Edinéia Soares da Silva
049 Carolina Queiroz Silva	084 Elaine Cristina Ricken Doerner
050 Caroline Bittencourt	085 Eleandro DE Jesus Conceicao
051 Caroline da Silva Comandolli	086 Elen Cristina Habitzreuter
052 Christiane Aparecida dos Santos Gamba	087 Elenice de Azevedo Pereira
053 Cirlene Maria Wandrey	088 Eliane Oliveira Dos Santos
054 Claudete Germano	089 Eliane Pelissaro Posserra Soligo
055 Claudia Adriana DA Silva	090 Elisa Zierke dos Passos da Maia
056 Claudineia LÁzari DE Freitas Marcos	091 Elisangela Battisti Archer
057 Cleiciane da Pixão Guedes	092 Elisangela Ribeiro Roux
058 Cleicilene da Paixão Guedes	093 Elitânia Silva
059 Cleonice Zancanaro Dos Anjos	094 Ellen Cristina Moraes de Sousa
060 Cristiane Ferreira da Silva	095 EloÁ DE FÁtima Velho Godinho Peixer
061 Cristiane Reis Santos	096 Emanuella Raquel Cividini
062 Cristiano Alves de Moraes	097 Emiliana Fachini Hort
063 Cristine Reis Santos	098 Erica Renata Freires da Cruz
064 Daiane Aline Motta	Erica Sandra DE Souza
065 Daiane Comin Valcorte	Evania Aparecida Jaraceski
066 Daiane Pereira	Evelyn Martins Nascimento
067 Daiane Rodrigues Dom	Evenita Beatriz Bonomini
068 Dalva Blandina Marcelino	Fabiana Batista Froeschlin
069 Daniela Horr Martins	Fabiana Maia da Graça Pinheiro Pereira
070 Danieli Martins Pereira	Fabiana Montibeller
071 Danieli Vogel Rohveder	Fabio Gardioli DE Carvalho
072 Danila Tripodi Leonardi	Fabiola Carla Trierweiller Perao

Fatima do Socorro Rabelo Chaves	Jakeline Angioletti Kohler
Fernanda Aparecidalucachinski	Jamile Soares da Silva
Fernanda Arruda Comodo De Souza	Janaina Peters
Fernanda Montibeler Cecato	Jandira Antonia de Souza
Fernanda Pereira dos Santos Pinheiro	Jaqueline Maleski
Fernanda Regina Conceição Cerchiari	Jéssica Vanessa Groh
Flavia Marilda Silva	Joice Aparecida Mafra Vorgerau
Flávia dos Santos Lourenço	Joice de Oliveira Duarte
Francine Taís Butsch Ponticelli	Joice Kistenmacher Voss
Geamima Machado Floriano Paixao	Josane Fátima de Medeiros Miranda Miranda
Gerusa Matilde Paza DE Melo	José Paulo de Simas Frutuoso
Gilvante Silva dos Santos	Josiane Assis da Silva
Giovani Coelho	Juciara da Silva Pereira
Gisele Bruns Paza	Juliana Maria Schovambach Gomes
Gisele Gelatti	Juliana Pedroso Bruns
Gislaine Braz de Oliveira	Karine Edla Lacerda Cordeiro
Gladys Regina Guimarães	Karla Pinheiro Grimm
Glaucia Vaness Batista Ribeiro	Keila Di Pelli Machado Pereira
Glaziely Aparecida DE Oliveira Esser	Kessi Resendes Cardoso
Gloria Dognini	Ketini Caroline Tarter
Graziela Boaszczyk Dalcastagner	Larissa Bertulini
Heide Bruns Vailati	Larissa Cristina Duarte
Helena Maria Gonçalves	Larissa Popper Cassaniga
Heloisa Cavichioli	Leila Lupas de Souza Silva
Idiane Sberse	Leivi Cristiani Minatti
Irmgardt Horn Constantini	Lenemar Cavichioli Zirke
Isabel Cristina Rodrigues	Lenita da Veiga
Isabel Soares Benites	Licinia de Souza Magalhaes
Isabela Valério Cabral E Silva	Lidia Pedrini
Ivanete da Silva Mafra	Lidiane de Souza Magalhães
Izabel Cristina Macedo	Lilia de Almeida Silva
Izabel de Oliveira Cruz Rodrigues	Liliane Nascimento de Souza
Jaciara Bittencourt	Liriane Tomasi
Jacione Longuinho DA Silva	Lisiane Delcastanher
Jaine dos Santos Pereira Sabino	Luana Constantino Westarb

Luana Maria Pedrini  
Luciana Ap. Zuchetti Vismara

Luciana Karina Wagnerbett

Luciane Facchini Perão

Lucilene Kohler

Lucilene Monteiro

Lucinéa Barbosa de Oliveira

Luzia Furlanetto dos Santos

Luzia Vieira Nascimento

Maiara Reis Semann

Maicon Alves DA Silva

Mara Cristina Huppes

Mara Silvia Scodro

Marcia Barbosa Nobrega

Marcia Franzen

Margô Klappoth Kock

Maria Angelica Sedrez Müller

Maria Aparecida Neves de Andrade

Maria Aparecida Vanini Machado

Maria Ariane Chaves de Almeida

Maria da Glória da Silva

Maria Elenir Teotonho Barros

Maria Elenise Censi Silveira

Maria Elisabete Groh Bechtold

Maria Ernestina Gonçalves Oliveira

Maria Jose DA Silva Moresco

Maria JÚlia Dos Santos Domingos

Maria Marchi Fantini

Maria Neide Mantau

Maria Sabrina Motta

Maria Selita Tomasi

Maria Sonia da Silva

Maria Veneranda Roqueta de Alcantara

Mariana de Oliveira Madureira

Mariana Luiza Sestari Bertholdi

Marilda Neduziak de Lima

Marilde Staack Michel

Marilete Horacina Conceição

Marília Barbosa de Toledo

Marinilza Oliveira Santana da Silva

Marise Soares Braga

Marisete Miorando

Maristela Silveira Gamba

Maristela Vieira Amorim

Mariza Kusz

Mayara da Silva

Micaelly de Oliveira Mesquita

Michele Gonçalves Schwamberger

Michelle Pollheim Schirmer

Milana Zanon

Monique Braz Paiao Jardim

Morgana Carina Germer

Morgana Gelatti Bianchini

Morgana Tachini

Nanci Maria dos Santos

Neide Neckel Amancio

Neusa Sapeli Teixeira

Nicole Suavi Mendes

Nilcilene Ribeiro do Nascimento

Osmerinda Gomes da Silva Nicolaus

Ozielitas da Silva Santos

Paloma Sossmeier

Patricia Fenske Vieira

Patricia Inês Colombi Ristow

Priscila Bianca Eccel

Priscila de Paula Sousa

Quesia Silveira de Miranda

Rafaella de Azevedo Pereira

Raquel Leonilda dos Santos Toledo

Raquel Silveira Ferreira

Renata Buosi Monteiro	Solange Eger Michel
Renata Correa Garcia	Sonia Nascimento Araujo
Rita de Cássia Sanderson dos Santos	Suellen Hoffmann
Roberta Pedrini	Suzana de Souza
Roger Luiz Mota	Suzane Becker
Rosa Lucia Gastaldi	Suzane Donini
Rosani Dos Santos	Suzete Catarina Diegoli
Rosania Soares Carminati	Taiani Vicentini
Rosimeire da Silva Oliveira	Tainá Dalbosco
Rosimeire Oliveira Santos	Tainá Moritz
Rosimeri Merizio	Táiris da Silva Poletto
Rozane Aparecida Faria	Talita Aline Da Silva Wolf
Rudvan Quinto DE Souza Santos	Talita Silveira Borges
Sabrina Hodecker Carminati	Tamires Gonçalves da Silva
Samanta Cristina Galisa	Tamires Orthmann da Silveira
Samara do Socorro Ferreira Ataíde	Tamires Rodrigues Bezerra
Sandra Aparecida Borba de Araujo	Tamires Teixeira
Sandra Regina Gevaerd DA Silva Andrade	Tammy Piacentini Rovaris
Sandy de Amorim	Tânia Adriana de Godoy Duarte
Sarita Groh	Tânia Maria Spengler Rampelotti
Scheila Tomaz	Tatiana Garcia de Andrade
Sherline da Silva Lima	Terezinha DE Souza DA Silva
Silvana Martins Fonseca	Thaís Hank Ferreira
Silvana Silva Lima	Urdelina Clarice Vechi
Silvia Ingrid Borba	Vagner Jose Kohler
Simone Aparecida Torres	Valdenice do Rosário da Paz Nascimento
Simone Chiminelli	Valdete de Carvalho Andrade
Simone Kohler	Valdirene da Silva Paixão Santos
Simone Limas Morette	Vanda Maria Ruaro Da Silva
Simone Pedroso de Souza	Vandenílcia de Souza Barth
Simone Pereira	Vanessa de Oliveira Leite
Simone Sarda de Souza Schlichting	Vania Caroline Santos Reis
Simone Venera	Vânia Cristina da Fonseca Naves Martins
Sinvaldiana Viana Debrassi	Veridiana Maria dos Santos Pezzini
Sirley de Souza Mafra	Veridiana Pereira Paiva de Oliveira

Vitoria Elena Werner Staack

026 Rubiana Scremin

Vivian Machado Floriano Ribeiro

027 Rudolfo Alisson Moraes da Silva

Viviana Raux Lasch

028 Sérgio Marcos DA Silva

Viviane Francisco de Assis

029 Tamires Noriller

Viviane Lima dos Santos

030 Thais Helena Tarter

Walquiria Assis da Silva

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Fundamental Anos Finais Professor de Matemática

Warney Gleison Sales Barbosa

001 Adonai Ficagna Camargo

Zenildes Souza Santos

002 Ailson Miguel Dos Santos

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Fundamental Anos Finais Professor de Língua Portuguesa

003 Alex Levy Sousa Silva

001 Adriana Kohler

004 Alexandra Cim Laurindo

002 Andryele Batista Valente

005 Alexandre Blasius

003 Aron Silveira Fialho

006 Altair de Souza

004 Bruna Natalia Ribeiro de Almeida

007 Amanda Reis

005 Bruno Guedes de Lima Kern

008 Andressa Palhano

006 Clarice de Souza Cavichioli

009 Anelise Hodecker

007 Cláucia Garcia Pessoa

010 Bruna Samantha Gomes

008 Cristina Helena DE Souza Assini

011 Bruno Roberto Baumgartner

009 Daniela Rodrigues

012 Caroline Pavesi

010 Dayana da Silva Mendes

013 Charles Ferreira

011 Denise Rocha

014 Claudineia LÁzari DE Freitas Marcos

012 Emiliane Eli Huber

015 Cristiano Marconi da Luz

013 Emilson Jose Cezar Melo

016 Dalton Rodrigues

014 Gianne Malinverni Pagliosa Peirão

017 Daniela Menegazzo

015 Graziela Alves

018 Daniela Rozindo Machado dos Reis

016 Greici de Almeida Gomes Chaves

019 Diego Rodrigues Pina

017 Jailton Antonio DE Souza

020 Eduardo Zanca

018 Jaqueline Cachoeira Dias

021 Eunice Albrecht

019 Jesua Evangelista Dos Santos

022 Evandro Luis Vinoti

020 Juliana Costa Masera

023 Fernanda Schulenburg

021 Larissa Cristina Riffel

024 Francisco Antonio Schmitt

022 Luciane Aparecida dos Santos

025 Gabriela Lopes Fernandes

023 Nilza Pieritz

026 Ivoo Orli Ribeiro Schaefer

024 Regiani Bertoldi

027 Jean Carlos Rezini

025 Roseli Stolfi Schlindwein

028 Jonatas Rodrigues DE Arruda



029 Jose Antonio Silva da Silva	006 Andrea Machado
030 Joselaine Doege	007 Aristides Veloso Junior
031 Julia WÜnsch	008 Carlos Eduardo da Silva
032 Laiane Paisani DE Lima Quennhen	009 Carlos Eduardo Millen Grosso
033 Lucas Pereira	010 Carlos Emanuel Bonecher
034 Luciana Oliveira Micheli	011 Caroline Vieira Dutra
035 Manoel Carvalho Felix	012 Catia Helena Soares Barni
036 Márcia Regina Mosimann	013 Cleifer Leonny Augustinho de Brito
037 Marcio Sansao	014 Cleuvir Antonio Perotoni
038 Marco Antônio Vieira	015 Cristiano Pessatti DE Matos
039 Marcondes Cândido da Silva	016 Daniela da Silvawilcke
040 Maria Carolini Kailer Carvalho	017 Denise Sella Fonseca
041 Maria Vanete Pieper	018 Eberton Amaral de Oliveira
042 Mariele Salvador Querino	019 Edu Gevaerd Neto
043 MÁrio Sidnei Schaefer	020 Eduardo Acosta Campelo
044 Marliane Moser	021 Elisangela Hoffmann
045 Myrelle Valente da Silva	022 Enza Machado
046 Nicolas Andre Bertolini	023 Fabio Novak Dos Santos
047 Pedro André Gastaldi	024 Felipe Teixeira
048 Rafael	025 Franck Alexandre Dutra Farias
049 Raquel Bender Lopes	026 Geisa Carla Gripa
050 Sandra Denise Floriani	027 Gerson Da Silva Fião
051 Silvana Aparecida Martins	028 Gilmar Pires de Souza
052 Tainá da Silva	029 Graziela Maffezzolli
053 Tanara Aparecida DE Abreu Schaefer	030 Henderson Assunção Lima
054 Tania Luiza Graupner de Modesti	031 Israel Scharan
055 Valdilene Rodrigues Guerreiro	032 Janaina Borgonha
056 Vinicius Macedo	033 Joelma da Silva
Edital: 2016-16 - Área: Ensino Fundamental Anos Finais Professor de História	034 Leanderson Cristiano Voznei
001 Adriana Cristina de Oliveira de Andrades	035 Lucimar Graf
002 Alan Rodrigo Rocha	036 Maria Zuila de Oliveira
003 Aline Boa Sorte Gasparetti	037 Mary Carneiro da Silva
004 Américo Eleutério	038 Matheus Obeidi Cruz Dias
005 Anali Aparecida Bastos	039 Micaelly de Oliveira Mesquita
	040 Nathalia Lucia Sobrinho Pereira

041 Neide Pacheco  
042 Paola Vanessa Zanotti Pitoni  
043 Paula Castro Almeida  
044 Paulo Junior Marinho Gomes  
045 Pricyla Barboza Lopes  
046 Raquel da Cunha  
047 Renato Hörner  
048 Rosenei Stocki Haveroth  
049 Sandra Mara Garcia Vieira  
050 Sidinei Bozi Moreira  
051 Silvia Helena Dias Bello  
052 Sonia Martins de Araujo  
053 Thiago Rodrigo Luiz  
054 Valmir Cherobin  
055 Vânia Cristina da Fonseca Naves Martins  
056 Vicente Jonas de Simas  
Edital: 2016-16 - Área: Ensino Fundamental Anos Finais Professor de Geografia  
001 Adriana Cristina de Oliveira de Andrades  
002 Alberto José Araújo dos Santos  
003 Anali Aparecida Bastos  
004 Andre Missfeldt  
005 Bruno Franklin Lopes Gaspar  
006 Carla Cristina Uhlmann  
007 Carlos Alberto de Souza  
008 Cassiani Perovano  
009 Clédna de Lima Sousa  
010 Durvalino Pereira  
011 Edivan Rodrigo Kohler  
012 Emile Zimmermann Schaefer  
013 Filipe de Souza  
014 Iramar Ricardo Paulini  
015 Jair DE Souza  
016 Janderson Maranhão Gomes  
017 Jhemerson Augusto Dos Santos Lima Friaes

018 Joelci Maciel Santetti  
019 Jussara Manuela Santos de Santana  
020 Leonardo da Silva Carvalho  
021 Ligia Dalmarco  
022 Luciano Ferreira DE França  
023 Luzia Horner Schlindwein Sgrott  
024 Maria Ivone Crespi Noldin  
025 Maria Zuila de Oliveira  
026 Marilene DE Lemos Ferreira  
027 Mylena Abelino Rubituci  
028 Nadir Lima Carvalho  
029 Rosiane Wilke Vieira  
030 Sandra Regina Pacheco  
031 Silvia Helena Dias Bello  
032 Tafaél Cassaniga  
033 Tiago Lucas de Souza  
034 Willian Felipe Gandin  
035 Wilson Edson Pires  
Edital: 2016-16 - Área: Ensino Fundamental Anos Finais Professor de Ensino Religioso e Filosofia  
001 Adeilson Lobato Vilhena  
002 Américo Eleutério  
003 Bruno Guedes de Lima Kern  
004 Camila Leão Lopes  
005 Carlos Eduardo da Silva  
006 Carlos Eduardo Pinheiro Brito  
007 Caroline Vieira Dutra  
008 Cristiano Vieira de Oliveira  
009 Daniel Paulino da Silva Falcão  
010 Dirceu Scapim  
011 Ederson Safrá Melo  
012 Edivan Rodrigo Kohler  
013 Emilson Jose Cezar Melo  
014 Gilmar Antonio Mallmann Feil  
015 Gleisy Tatiana Picoli

016 Gustavo Assi	013 Cristiano Da Costa Alves
017 Joel Pedro Fuhr	014 Danielle Teixeira dos Santos
018 Luis Carlos Aires	015 Durvalino Pereira
019 Maicon Cesari	016 Ederson Carlos de Camargo Junior
020 Marcela Peixe	017 Erika Maysa Dos Santos
021 Márcio Francisco Rodrigues Filho	018 Fabiano Butsch
022 Marcos Gabriel dos Santos Vieira	019 Fábio Bento da Silva Caetano
023 Maria Umbelina Teixeira de Sousa	020 Fabio Bosio
024 Matheus Obeidi Cruz Dias	021 Gisele Moraes Buch
025 Natally Cristina Henchen	022 Heloisa Betania Silva Oliveira
026 Paulo Junior Marinho Gomes	023 Igor da Silveira Berned
027 Régis Aloar de Oliveira Machado	024 Ines Gabriela Weber Nunes Camargo
028 Rosiane Wilke Vieira	025 Jadson da Silva Santos
029 Selma Cilene Kormann Verwiebe	026 Jaine Samara Andres
030 Sergio de Oliveira Rodrigues	027 Jean Carlos Rezini
031 Sidinei Bozi Moreira	028 Jefferson Ribeiro
032 Silas Honorato Martins	029 Jessé Ulisses da Luz
033 Thiago Rodrigo Luiz	030 Joselaine Doege
034 Tiago Martins dos Reis	031 Josiane Nunes
035 Vladson Ferreira Trindade	032 Juliana Janjar Casarin
036 Willian Soares da Silva Junior	033 Kelle Cristina Leite Henschel
Edital: 2016-16 - Área: Ensino Fundamental Anos Finais Professor de Ciências	034 Leonardo Groh Rosa
001 Aida Rita Bonomini	035 Lucimar Aparecida Appi
002 Alaidés Sidiane Pereira Halaiko	036 Marcelo Boccia Leite
003 Alessandra Hodecker	037 Márcia Regina Mosimann
004 Aline Coêlho dos Santos	038 Marília da Conceição S. Machado Cercal
005 Ana Julia Cunha	039 Matheus Henrique Henschel
006 Ana Luiza dos Santos Cardoso	040 Mauricio Soares Halaiko
007 Aparecida Assunta Palma Ferreira	041 Mauro Manoel de Oliveira Júnior
008 Camila DO Espirito Santo	042 Moises Krieger
009 Camila Eccel	043 Mylena Abelino Rubituci
010 Cássio Barcellos Hervé	044 Natália de Carvalho Moreira
011 Cleiton Bruno Pires	045 Natieli Fátima da Costa
012 Cleiton Filipe Barros Da Silva	046 Pâmela Catiúscia Felipim da Silva Fischer
	047 Patricia Fernanda Beckhauser

048 Rafaella Caroline Bernardi Marchiotti

049 Roberta Pedrini

050 Rodineli Loebens

051 Roger Luiz Mota

052 Silvana Guizolfi DA Silva DE Oliveira Madruga

053 Tatiele Atkienson

054 Telson Imianowsky

055 Thalita Lussoli Marchi

056 Vanesssa Regina Gonçalves

057 Vanya Gonçalves Climaco

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira

001 Adriana Aparecida Gasparoti

002 Andryele Batista Valente

003 Angelina Pereira

004 Aron Silveira Fialho

005 Cláucia Garcia Pessoa

006 Dariete Cruz Gomes Saldanha

007 Denise Rocha

008 Jailton Antonio DE Souza

009 Karina Spengler Schramm

010 Lucas Wachter Lehn

011 Michele Patricia Mota DE Oliveira Guimaraes

012 Paulo Gerson Borges de Carvalho

013 Rogério Perego

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de Língua Estrangeira Moderna / Inglês

001 Anivia Terezinha Otto

002 Arthur Gustavo Souza

003 Bruno Zorrer

004 Cristina Helena DE Souza Assini

005 Diana Battisti Archer Bianchini

006 Fabio de Araujo Cintra

007 Josimar Coutinho de Aguiar Júnior

008 Larissa Maria Sestari

009 Leandro Vieira Nascimento

010 Márcio Devis Ferreira Aracati

011 Marcos Vinícius Bertholdi

012 Monica Riffel

013 Rudolfo Alisson Moraes da Silva

014 Tamires Noriller

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de Língua Estrangeira Moderna / Espanhol

001 Lucelia da Silva Pereira

002 Maicon Cesari

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de Matemática

001 Alexandre Blasius

002 Ana Paula de Oliveira Ramos

003 Andressa Palhano

004 Barbara Moreira Veiga

005 Bruna Samantha Gomes

006 Charles Ferreira

007 Cleiton Scuissiatto

008 Daniela Menegazzo

009 Edson Batistel

010 Freddy Vinicius Costa

011 Gabriel Truyllo Gmach

012 Lucas Pereira

013 Luciana Oliveira Micheli

014 Maicon Willrich

015 Marco Antônio Vieira

016 Maritsa Robeline Gomes Rodrigues

017 Rodrigo José da Silva

018 Tainá da Silva

019 Tais Cristiane da Silva

020 Vinicius Macedo

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de História

001 Aristides Veloso Junior

002 Carlos Eduardo Millen Grosso

003 Carlos Emanuel Bonecher

004 Cristiano Pessatti DE Matos

005 Daniela da Silvawilcke

006 Denise Sella Fonseca

007 Eduardo Acosta Campelo

008 Enza Machado

009 Fabio Brito DA Silva

010 Fabrício Beuting Martins Pessoa

011 Geneson DE Souza Lucas

012 Geraldo Cicero Dos Santos Veiga

013 Gladson Matos Canuto

014 Graziela Maffezzolli

015 Henderson Assunção Lima

016 Isaque de Miranda

017 Israel Scharan

018 Jaime Koschnik

019 Janaina Borgonha

020 João Rafael Dias

021 Leanderson Cristiano Voznei

022 Leandro Freitas Oliveira

023 Marcia Erbs

024 Mary Carneiro da Silva

025 Nathalia Lucia Sobrinho Pereira

026 Nelson Nascimento DE Brito

027 Rafael Giovane Cunha

028 Roberto Scappini

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de Geografia

001 Alberto José Araújo dos Santos

002 Bruno Franklin Lopes Gaspar

003 Clédna de Lima Sousa

004 Emile Zimmermann Schaefer

005 Filipe de Souza

006 Ilse Krieger

007 Janderson Maranhão Gomes

008 Jhemerson Augusto Dos Santos Lima Friaes

009 Luciano Ferreira DE França

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de Arte

001 Ana Solangela Lacerda Bender

002 Armando Luiz Boos

003 Diego da Rosa Ramos

004 Diord Luid Borges

005 Fábio Rodrigo de Matos

006 Jenifer Pitz

007 Leonardo Heckert

008 Michele Schmitz Riccio

009 Pedro Paulo Costa de Almeida

010 Rodolfo Dutra Neto

011 Ruan Vinicius Pedrini

012 Sandra Hodecker Scharf

013 Sérgio Luiz Westrupp

014 Silvana Kuskowski

015 Sueli Pedroso DE Souza

016 Taciana Dada

017 Yáskara Beiler Dalla Rosa

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de Química

001 Ana Luiza dos Santos Cardoso

002 Arthur Gustavo Souza

003 Bruna Lyra Colombi

004 Graziela Salvador

005 Gustavo Silva Queiroz

006 Igor da Silveira Berned

007 Ivoo Orli Ribeiro Schaefer

008 Janaína de Mendonça Pandini

009 Juliane SchÚ

010 Laiane Paisani DE Lima Quennhen

011 Letícia Samori

012 Luiz Carlos Greber

013 Nilson Alexandre

014 Rodrigo José da Silva

015 Tais Cristiane da Silva

016 Thalita Lussoli Marchi

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de Física

001 André DA Rosa Dos Santos

002 Barbara Moreira Veiga

003 Bruna Lyra Colombi

004 Cristiano Da Costa Alves

005 Dalton Rodrigues

006 Gabriel Truyllo Gmach

007 Marcelo Pedroni da Silva

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de Biologia

001 Alessandra Hodecker

002 Aline Coêlho dos Santos

003 Ana Julia Cunha

004 Cássio Barcellos Hervé

005 Cleiton Bruno Pires

006 Cleiton Filipe Barros Da Silva

007 Ederson Carlos de Camargo Junior

008 Erika Maysa Dos Santos

009 Fabiano Butsch

010 Fábio Bento da Silva Caetano

011 Fabio Bosio

012 Ines Gabriela Weber Nunes Camargo

013 Jaine Samara Andres

014 Jefferson Ribeiro

015 Josiane Nunes

016 Juliana Janjar Casarin

017 Kelle Cristina Leite Henschel

018 Leonardo Leite Ferraz de Campos

019 Leticia Narciso Felizardo

020 Lucimar Aparecida Appi

021 Luiz Carlos Greber

022 Marcelo Boccia Leite

023 Mauro Manoel de Oliveira Júnior

024 Moises Krieger

025 Natália de Carvalho Moreira

026 Patricia Fernanda Beckhauser

027 Rafaela Steimbach Fruteira

028 Rafaella Caroline Bernardi Marchiotti

029 Rodineli Loebens

030 Silvana Guizolfi DA Silva DE Oliveira Madruga

031 Silvana Morandi Sachete

032 Vanesssa Regina Gonçalves

033 Vanya Gonçalves Climaco

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de Filosofia

001 Adeilson Lobato Vilhena

002 Adriano de Souza

003 Aline Neckel Amancio

004 Carlos Eduardo Pinheiro Brito

005 Cinthia Berwanger Pereira

006 Cristiano Vieira de Oliveira

007 Daniel Luis Cidade Goncalves

008 Dirceu Scapim

009 Ederson Safrá Melo

010 Edson DE Oliveira Silva

011 Fabio Gardioli DE Carvalho

012 Gleisy Tatiana Picoli

013 Jaime Koschnik

014 Janice Amaral

015 Jose Sebastiao Mapa

016 Lucimar Graf

017 Luis Carlos Aires

018 Marcela Peixe

019 Márcio Francisco Rodrigues Filho

020 Marcos Gabriel dos Santos Vieira

021 Rafaela Schuartz Caviquioli

022 Sergio de Oliveira Rodrigues

023 Tiago Martins dos Reis

024 Vinicius Bertoncini Vicenzi

025 Vladson Ferreira Trindade

026 Wesley Felipe de Oliveira

Edital: 2016-16 - Área: Ensino Médio

Professor de Sociologia

001 Adimilson Renato da Silva

002 Adriano de Souza

003 Danilo Paiva Ramos

004 Fabio Brito DA Silva

005 Ilse Krieger

006 Jaqueline Bitencourt

007 Sandra Regina Barbeiro

008 Wilson Edson Pires

Edital: 2016-16 - Área: Educação Infantil - Ensino Fundamental e  
Médio Professor de Educação Física

001 Adonis Marcos Lisboa

002 Adriel Felipe Duare

003 Alan Amorim

004 Albina Rosa Cabral

005 Alexandre Barros da Rocha

006 Alexandre Silva Fonseca

007 Aline Leoni

008 Aline Novo

009 Amanda Dalbosco

010 Amanda Gallo Silva

011 Ana Carolina da Silva Moço Peri

012 Ana Carolina Santana

013 Ana Carolina Schweigert

014 Ana Paula Kohler

015 Ana Paularodrigues

016 André Fabiano Gnoatto

017 André Julio Ferretti

018 André Ricardo Marinho

019 Andreia Bosio

020 Andressa Machado

021 Antonio Marcos Gomes DE Azevedo

022 Antonio William da Silva

023 Ariel DA Luz Silva

024 Ariela Boaventura Brasil

025 Bento Eliomar Sgrott

026 Bruna de Almeida Laureano

027 Camila Jorge

028 Carla Airoso Bittelbrunn

029 Carolaine Tormena

030 Caroline Dellai

031 Claudia Jane Nyland

032 Claudio Stein Filho

033 Cleber Vermoehlen

034 Clecio Junior Nunes Gomes

035 Cleiton Schmidt

036 Cristiane Teolinda Bodnar

037 Cristiano Ullmann

038 Daiane Johann

039 Daniela Jovelina Reinert Alves

040 Daniela Montibeller Rodrigues

041 Daniele Lima dos Santos

042 Danilo Salvador Querino

043 Darlan Adailton dos Santos Souza

044 Deisenara Marcos

045 Deivison Foppa

046 Denise Cadorin

047 Doriedson Garcia Pereira

048 Dorimar de Jesus



049 Eden Marcos dos Santos	084 Izabel Dias Santana
050 Ederson Guedes	085 Izolda dos Santos Souza
051 Ederson Serafim Vicentini	086 Jaci Francisco Vechani
052 Edson Garcia	087 Jamerson Vandresen
053 Eduardo Matos Borges Junior	088 Jean Carlos de Souza
054 Elaine Cristina Apolinário	089 Jean Pierre Vinotti
055 Elias Mello de Oliveira	090 Jeferson de Souza
056 Elisângela Brachtvogel	091 Jeferson Gonçalves dos Santos
057 Eloiza Rengel	092 Jefferson Martinenghi Ploncoski
058 Elvis Martins	093 Jenifer Luana Dietrich
059 Emanuele Fernanda Oselame	094 Jeniffer Mattioli
060 Ervino Adonis Haag	095 Jéssica Pamella Benedet DE Moraes
061 Evandro Dalmarco	096 Jêssica Rothermel Bretzke
062 Éverton Luiz do Nascimento	097 João Francisco Nunes
063 Felipe Paulo de Miranda	098 João Rafael Dias
064 Fernanda Scarlet Nasgüeweitz Tottene	Jose Armando Vasquez Soto
065 Fernando Noro	Jose Carlos de Oliveira
066 Franciele Aparecida Chemeres Cunha	José Carlos Torresani
067 Franciele Aparecida Quevedo	José Eduardo Fagundes
068 Francielle Evangelista	José Luis Bambineti
069 Francine Klabunde	Jovani Baron
070 Gabriel Andre Schwartz	Karina Patrícia de Souza
071 Gabriela Fritze	Karine Helena Moraes
072 Gabriela Noldin	Larissa Cristina Duarte
073 Gabrielle de Mello	Laura Raquel Burg
074 Gerusa Maleski Sgrott	Leonardo Boeing
075 Gislaine Grepa	Leticia Battisti
076 Guilherme Capoano Procópio Machado	Luana Gomes do Amaral
077 Guilherme Lopes Saporito da Silva	Lucas Duarte
078 Guilherme Willian Rocha Tavares	Lucas Vitor Baumgartner
079 Gustavo Luiz de Souza Vinotti	Luiz Antonio Moretto
080 Henrique DE Almeida Machado	Luiz Fernando Galan
081 Israel Luiz Pereira	Luiz Gustavo Feuser
082 Iuri Leandro Silva	Luiz Henrique Debatin
083 Ivan Cardoso	Luiz Ricardo de Souza

Maiara Fagundes	Rodrigo Natalino Schaadt
Maiara Nicoletti	Roselaine Maciel Martins
Maicon Eduardo Russi	Ruan Carlo Pereira
Maicon Francisco de Mendonça	Ruan Casola
Marcel Laurence Paza	Sabrina Caviquioli
Marcelo Alves Boera	Sandro Alex Lemmermeier da Rosa
Marcelo Amorim	Savio Maia Azevedo
Márcio Alexandre Ribeiro	Scheila Tomaz
Marco Aurelio Araujo de Oliveira	Selma Diegoli
Marilene da Silva Amorim	Sergio Luís Gonçalves
Marlete Maria Rangheti Dada	Sueli Terezinha Coelho
Marlon Imhof	Taís Cristóvão da Silva
Marlon Kuneski de Souza	Tais Tamara Juncks
Marta Lidiane Masiero	Tarciso Kalil Rodrigues
Mateus Gamba	Tatiana DE Fátima Liebel
Matheus Fraga	Thaila Fernanda Serpa
Maurício Rosin	Thiago Santos Coelho
Mauricio Thomas	Tiago Dalvã Hugue
Michel Cristian Artmann	Vanessa Nicoletti
Milana Zanon	Veronica Niele Lang Gugel
Miliana Roseli Ricardo	Vicente Carlos Pereira Junior
Milton Cesar Cassiano	Vinicius Tavares de Carvalho Nascimento
Patricia Minella	Vladimir Antunes Neubuser
Patricia Ramos Hassmann	Wagner Ricardo Batistoti
Paulo Ricardo Gayer Pereira da Costa	Yasmin Inacio da Silva
Raquel Cristiane Teixeira Rodrigues Farias	Edital: 2016-16 - Área: Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais Professor de Arte
Renata Chiminelli	001 Adeline Bello
Renata Correa Garcia	002 Adriana Beatriz Pacher Raach
Ricardo Oliveira da Rocha	003 Adriana Furbringer
Ricardo Rescarolli	004 Alan Rodrigo Rocha
Roberta Groh Venturelli	005 Alice Hoffmann Knihs
Roberti Iaczczak	006 Ana Paula Kerme Harthman de Oliveira
Robson Buss	007 Ana Solangela Lacerda Bender
Robson Erthal	008 Andréia Paula da Silva
Rodrigo Buosi Monteiro	

009 Azenir Deichmann Lemed	043 Sérgio Luiz Westrupp 044 Sidinei Ernane Baron
010 Bianca Coelho Modesto	045 Sônia Regina Costa Maurici
011 Camila Leão Lopes	046 Sueli Pedroso DE Souza
012 Cintia Torresani Pagel	047 Taciana Dada
013 Cleide Reis Silva	048 Valéria Venciguerra Romagnolo dos Santos
014 Cleifer Leonny Augustinho de Brito	049 Vanessa Outeiro Ribeiro de Arruda
015 Daniel Paulino da Silva Falcão	050 Yáskara Beiler Dalla Rosa
016 Denise Tarciana Tachini	Edital: 2016-16 - Área: Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais Professor de Língua Estrangeira Moderna / Inglês
017 Everson Bertucci	001 Adalberto Appel
018 Fábio Rodrigo de Matos	002 Ana Claudia Ristow
019 Flávio Moreira Borges	003 Andressa Correa
020 Franciele Morsch Peron	004 Braian Felipe Hochsprung
021 Francine Ramos De Carvalho	005 Bruna Natalia Ribeiro de Almeida
022 Gabriella Coelho de Leão Moreira	006 Caroline Pinotti
023 Gilsenei Lopes	007 Danielawilcke
024 Isabela Valério Cabral E Silva	008 Diana Battisti Archer Bianchini
025 Jenifer Pitz	009 Emiliane Eli Huber
026 Karina Bianchini Stoll	010 Fabio de Araujo Cintra
027 Leonardo Heckert	011 Felipe Teixeira
028 Louise Clemente	012 Fernanda Casola
029 Luis Henrique Petermann	013 Francine Marcolla Casagrande
030 Maiara Cristina Nascimento	014 Larissa Cristina Riffel
031 Maicon Torresani	015 Larissa Maria Sestari
032 Marlise Maria da Costa	016 Leonardo Groh Rosa
033 Marly Gaigner	017 Luís Fernando Machado
034 Marly Lima dos Santos Lunardelli	018 Maiara Petruschky
035 Matheus Teixeira	019 Marcos Vinícius Bertholdi
036 Michele Schmitz Riccio	020 Maria Umbelina Teixeira de Sousa
037 Natalia Rodrigues da Silva	021 Monica Riffel
038 Paola Vanessa Zanotti Pitoni	022 Rosana Paza
039 Pedro Paulo Costa de Almeida	023 Rose Aparecida Padilha Rayser
040 Ruan Vinicius Pedrini	024 Sabrina Hoefelmann
041 Salete Adami Lopes	025 Thaise Floriani
042 Sandra Hodecker Scharf	026 Valéria Venciguerra Romagnolo dos Santos

027 Verônica Senem Ramos  
Edital: 2016-16 - Área: Educação Especial  
Professor de Educação Especial  
001 Andreia Andrade Brito  
002 Antonio William da Silva  
003 Bruna Luiza Xavier Bay  
004 Chirleia de Jesus Santos Silveira  
005 Cleonice dos Santos  
006 Daniela Godoy DA Silva  
007 Denise Serafim  
008 Denize Gonçalves de Lima  
009 Eduardo Arruda Costa  
010 Evandro Kohler  
011 Evenita Beatriz Bonomini  
012 Fernanda Casola  
013 Flavia Wolf  
014 Flávio Moreira Borges  
015 Geisa Carla Gripa  
016 Gleiciane Pereira Dos Santos Cavaleiro  
017 Ines Joana Duarte  
018 Iolita Cassiana Desiderio  
019 Jaqueline de Marco  
020 Joelma da Silva  
021 Klicia Andrade Pereira  
022 Marcia Dos Santos Padilha Fernandes  
023 Maria Salete Dalmolini Zimmermann  
024 Maria Sonia da Silva  
025 Mariana de Oliveira Madureira  
026 Marlenealves Dreher Weiber  
027 Millena Coimbra de Souza  
028 Nicole de Cassia Hecht  
029 Paulyani Vissoci  
030 Renata Buosi Monteiro  
031 Rosangela Silva Zorzato Peixoto

032 Samalla do Nascimento  
033 Sandra Regina Pacheco  
034 Sandra Rios  
035 Sarita Groh  
036 Simone Aparecida Torres  
037 Suelen Pereira Gattis  
038 Tânia Maria Spengler Rampelotti  
039 Tania Todt  
040 Tarciso Kalil Rodrigues  
041 Tatiane Jancowski P.s.cavaleiro  
042 Washington Luiz Nascimento da Silva  
Edital: 2016-16 - Área: Educação Especial  
Professor de Educação Especial / Intérprete  
001 Adriana Gonçalves Maders  
002 Andrea Gonçalves  
003 Cineide do Nascimento  
004 Jaqueline de Marco  
005 Jeniffer Cristine da Silva  
006 Luciana Pimentel da Silva Pissango  
007 Meiriane DE Jesus Oliveira Santana  
008 Rosana Gomes Jacinto  
009 Tirza Natach Dutra Medeiros Herai  
010 Vanessa Barbosa de Araujo Lima  
Edital: 2016-16 - Área: Biblioteca Escolar Professor para os Programas de Leitura e Escrita  
001 Adriano Zancanaro  
002 Adriele Rieg  
003 Alexsandra Coelho Modesto  
004 Alice Aline DA Silva Moraes  
005 Aline Thaís Siegel  
006 Antonio Carlos Ferri da Silva Filho  
007 Dejanira DE Pinho Mariani  
008 Elisangela Ramos Almeida  
009 Francisdalva Joaquim da Silva Schmitt  
010 Gianne Malinverni Pagliosa Peirão

011 Gisele Bruns Paza  
012 Gracieli Magnagnagno Rebelo  
013 Guilherme Felipe Bernardi  
014 Hilaria Tirloni Hass  
015 Hosana Aparecida Alves Miguel  
016 Jaqueline Cachoeira Dias  
017 Jaqueline Pedrotti  
018 Jeferson Vesterlon  
019 Jeniffer Cristine da Silva  
020 Jesua Evangelista Dos Santos  
021 João Pedro Machado Pereira  
022 Karina Spengler Schramm  
023 Leandro Schaefer de Farias  
024 Lenemar Cavichioli Zirke  
025 Liane Demarche  
026 Luciane Aparecida dos Santos  
027 Luciane da Silva Fagundes  
028 Magda Maria Back da Silva  
029 Maiara Carolina Kohler  
030 Marcele Misael  
031 Marcia Dos Santos Padilha Fernandes  
032 Marcia Rosin Gaspar  
033 Margarete Maria Biesek Rossetto  
034 Maria Aparecida Neves de Andrade  
035 Mariluz da Silva Vieira  
036 Marina DA Silva  
037 Matheus Teixeira  
038 Mayara Riffel  
039 Michele Fernanda Costa  
040 Morgana Tachini  
041 Nadlla Nascimento Bezerra  
042 Patricia Inês Colombi Ristow  
043 Raquel da Cunha  
044 Regiani Bertoldi  
045 Riely Guedes Garcia

046 Rodolfo Dutra Neto  
047 Rogério Perego  
048 Roselaine Maciel Martins  
049 Roseli Stolfi Schlindwein  
050 Rubiana Scremin  
051 Sandro Vergilio Francisco  
052 Suellen de Toffol  
053 Thais Helena Tarter  
054 Willian Soares da Silva Junior  
Edital: 2016-16 - Área: EJA - Educação de Jovens e Adultos Professor de alfabetização  
001 Alexsandra Coelho Modesto  
002 Aline Thaís Siegel  
003 Angela Weiss  
004 Carmen Lucia Knihs  
005 Cidneia Vanin Macedo  
006 Conceição Albuquerque Ferreira  
007 Denice Maria Moreira Carginin  
008 Evelyn Martins Nascimento  
009 Graziela Boaszczyk Dalcastagner  
010 Ivania Gomes da Silva  
011 Jane Cleide da Silva  
012 Jaqueline Maleski  
013 Juliana Tridapalli  
014 Larissa Zanon Fischer  
015 Luana dos Santos Rudolfo  
016 Luci Dolores Pedrini Imhof  
017 Margarete Maria Biesek Rossetto  
018 Maria Angelica Sedrez Müller  
019 Maria DE Fatima Pereira  
020 Marina DA Silva  
021 Mayara da Silva  
022 Nádia Schaefer Comper  
023 Paloma Sossmeier  
024 Patrícia Ana Battisti

025 Patricia Ramos Hassmann

026 Rosana Gomes Jacinto

027 Roseli Cassemiro da Silva

028 Rosiane de Oliveira

029 Severina de Araujo Crispim

030 Valdete de Carvalho Andrade

031 Virginia Ines Schweigert

Edital: 2016-16 - Área: EJA - Educação de Jovens e Adultos

Professor de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna / Inglês

001 Alcino Müller

002 Ana Claudia Ristow

003 Daniela Rodrigues

004 Danielawilcke

005 Greici de Almeida Gomes Chaves

006 Jacir Martins da Silva

007 Josimar Coutinho de Aguiar Júnior

008 Marcelo Weiwanko Lucas

009 Paulo Gerson Borges de Carvalho

010 Rose Aparecida Padilha Rayser

011 Sabrina Hoefelmann

012 Sandro Vergilio Francisco

013 Sérgio Marcos DA Silva

014 Sirley de Souza Mafra

015 Tatiana Jacaúna Andrade

016 Verônica Senem Ramos

Edital: 2016-16 - Área: EJA - Educação de Jovens e Adultos Professor de Matemática e Ciências

001 Ana Paula de Oliveira Ramos

002 Angela Weiss

003 Catarina Maria de Jesus Santana Valentim

004 Cristiane Wagner da Rosa Braitenbach

005 Cristiano Marconi da Luz

006 Debora Regina Venancio

007 Edson Batistel

008 Francisco Antonio Schmitt

009 Freddy Vinicius Costa

010 Heloisa Betania Silva Oliveira

011 Jadson da Silva Santos

012 Jessé Ulisses da Luz

013 Julia Wünsch

014 Leonardo Leite Ferraz de Campos

015 Leticia Narciso Felizardo

016 Luciano Maffezzoli

017 Maicon Willrich

018 Manoel Carvalho Felix

019 Maria Carolini Kailer Carvalho

020 MÁrio Sidnei Schaefer

021 Marliane Moser

022 Pâmela Catiúscia Felipim da Silva Fischer

023 Pedro André Gastaldi

024 Silvana Morandi Sachete

025 Silvia DE Fatima Liandro

026 Tanara Aparecida DE Abreu Schaefer

027 Teylon Imianowsky

028 Thiago Teixeira Silva

029 Valdilene Rodrigues Guerreiro

Edital: 2016-16 - Área: EJA - Educação de Jovens e Adultos

Professor de Geografia, História, Filosofia, Arte e Cultura e História das Religiões

001 Adimilson Renato da Silva

002 Adriana Furbringer

003 Aline Boa Sorte Gasparetti

004 Ana Paula Kerme Harthman de Oliveira

005 Andréia Paula da Silva

006 Armando Luiz Boos

007 Carlos Alberto de Souza

008 Cassiani Perovano

009 Cinthia Berwanger Pereira

010 Clair Teresinha Felipim Kleemann

011 Conceição Albuquerque Ferreira

012 Diord Luid Borges	047 Soeli Trigalo Pinheiro
013 Edivane de Fatima Medeiros	048 Sylmara Ferreira Duarte Hyarup
014 Edu Gevaerd Neto	049 Valéria de Fátima Ribeiro Gomes
015 Fabrício Beuting Martins Pessoa	050 Vicente Jonas de Simas
016 Franck Alexandre Dutra Farias	051 Vinicius Bertoncini Vicenzi
017 Geneson DE Souza Lucas	052 Wesley Felipe de Oliveira
018 Geraldo Cicero Dos Santos Veiga	053 Willian Felipe Gandin
019 Gerson Da Silva Fião	Edital: 2016-16 - Área: Coordenação Pedagógica Coordenador
020 Gilmar Antonio Mallmann Feil	001 Adriana Kohler
021 Gladson Matos Canuto	002 Aleandra Carla Bechtold
022 Guilherme Paixão Campelo	003 Altair de Souza
023 Isaque de Miranda	004 Ana Lucia da Silva Lima
024 Janice Amaral	005 Ana Paula DE Moura Soares
025 João Soares da Silva	006 Andrea Machado
026 Joelci Maciel Santetti	007 Angelina Pereira
027 Jose Sebastiao Mapa	008 Anivia Terezinha Otto
028 Juliana Maria Schovambach Gomes	009 Aurio da Silva
029 Jussara Manuela Santos de Santana	010 Beatriz Lucia Felipim da Silva
030 Leonardo da Silva Carvalho	011 Benedita Pessoa Furtado
031 Lourenço Luciano Carneiro Filho	012 Betânia Wippel
032 Luciano Maffezzolli	013 Carla Silene de Sousa
033 Luzia Horner Schlindwein Sgrott	014 Catia Helena Soares Barni
034 Marçal Gomes da Costa Neto	015 Cinara Debatin Reis
035 Marcia Erbs	016 Cleiton Scuissiatto
036 Marlise Maria da Costa	017 Cleonice Zancanaro Dos Anjos
037 Mauro Alves DA Costa	018 Daiane Pereira
038 Milton Roque Pavesi	019 Daniel Fernando Padilha
039 Nelson Nascimento DE Brito	020 Danieli Vogel Rohveder
040 Paula Castro Almeida	021 Edivane de Fatima Medeiros
041 Pricyla Barboza Lopes	022 Elaine Cristina Slomsky de Melo
042 Renato HÖrner	023 Eva Apararecida Fernandes Araújo
043 Roberto Scappini	024 Fabiana Coronel da Silva
044 Selma Cilene Kormann Verwiebe	025 Fernanda Raiser Bork
045 Silvana Kuskowski	026 Fernanda Schulenburg
046 Silvia DE Fatima Liandro	



027 Giovani Coelho  
028 Gladys Regina Guimarães  
029 Graziela Alves  
030 Isabel Cristina Rodrigues  
031 Ivanete da Silva Mafra  
032 Jaqueline Puhler  
033 Jessica Alves DA Silva  
034 Jéssica Monique Buss  
035 Joice de Oliveira Duarte  
036 Karine Helena Morais  
037 Leivi Cristiani Minatti  
038 Leticia Battisti  
039 Ligia Dalmarco  
040 Luzia Vieira Nascimento  
041 Mara Cristina Huppess  
042 Marcele Misael  
043 Maria Aparecida Vanini Machado  
044 Maria de Fátima Pereira Fonseca Marcolla  
045 Maria Regis Flores  
046 Marilene Bendini Sedrez  
047 Marilene Visconti  
048 Marilete Horacina Conceição  
049 Marli Dos Santos Ludgero  
050 Morgana Gelatti Bianchini  
051 Neusa Sapeli Teixeira  
052 Nilza Pieritz  
053 Patricia Minella  
054 Rafael de Oliveira Orlof  
055 Rosania Soares Carminati  
056 Rosemeri Brehm  
057 Salete Lyra Colombi  
058 Sandra Aparecida Borba de Araujo  
059 Sandra Luiza Rogelin Lisboa  
060 Tainá Dalbosco  
061 Talita Silveira Borges

062 Talita Tambosi  
063 Tamires Teixeira  
064 Tania Luiza Graupner de Modesti  
065 Urdelina Clarice Vechi  
066 Vagner Jose Kohler  
067 Valdiva Teixeira  
068 Valquiria Felipe Odisi  
069 Vania Maurici

Brusque, 17 de janeiro de 2017.  
JOEL CESAR SCHWAMBERGER  
Diretor de Recursos Humanos

### **EDITAL 017/2016 PROCESSO SELETIVO LISTA DE INSCRITOS**

Prefeitura Municipal de Brusque

Secretaria Municipal de Educação

Processo Seletivo Simplificado

Edital nº 017/2016

RELAÇÃO DE INSCRITOS- PROCESSO SELETIVO N.017/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA A RELAÇÃO DOS INSCRITOS do Processo Seletivo para o cargo de MONITOR ESCOLAR I, II E III E EDUCADOR SOCIAL, conforme segue:

Edital: 2016-17 - Área: Educação

Monitor Escolar I

001 Adriana de Cassia Azarias  
002 Adriano Velasques Martins  
003 Adrielly Luana Pezzini  
004 Adrielton Lupas de Sousa Silva  
005 Ailane Gomes dos Santos  
006 Airton Moises Chaves da Silva  
007 Alciele Dias Fonseca  
008 Aldair José Miller de Sousa da Silva  
009 Alessandra Bonfanti  
010 Alessandra Sokacheski  
011 Aline Boettger  
012 Aline Cristina Machado Santana  
013 Aline DA Silva Mendes  
014 Aline Daiane Stamm

015 Aline Lima de Lira	050 Antonio dos Reis Teixeira
016 Aline Mandelli Manso	051 Antonio Mauricio Santos da Silva
017 Aline Orthmann	052 Aparecida Carvalho Delega
018 Aline Santos	053 Aparecida de Fatima de Saouza
019 Alisson Lebeck	054 Ariane da Luz Oliveira
020 Almicelia Alves DA Silva	055 Arina Dalsochio
021 Almir Coutinho	056 Armando de Souza
022 Almir Vital Costa	057 Azenir Bueno dos Santos Vaz
023 Alzira Laurindo	058 Beatriz de Lima
024 Amanda Teodoro	059 Bianca dos Santos
025 Ana Claudia Martins da Silva Dalpiva	060 Bianca Marinho Abelli
026 Ana Claudia Oliveira de Jesus	061 Bianca Schmitz
027 Ana Maria Dalcastagne	062 Bruna Cristina Doerner
028 Ana Maria Soares	063 Bruna de Almeida Laureano
029 Ana Paula Coelho da Silva	064 Bruna Leal
030 Ana Paula Martins	065 Bruna Melissa Wiederkher Miotto
031 Ana Paula Raimondi de Oliveira	066 Bruno Miguel Cadore
032 Ana Paula Soares de Melo	067 Bruno Rafael França Correa
033 Anderson dos Santos Lima	068 Bruno Ribeiro dos Santos
034 Anderson Pereira	069 Bruno Vitor Fuechter
035 Andrea Aparecida Ceccato	070 Caiane da Silva Santos
036 Andrea de Araújo Dias	071 Camila Eduarda da Silva
037 Andreia de Almeida Sigeiro	072 Carissa Fernandes DE Oliveira
038 Andrelise Alves Mattos	073 Carleane Dos Santos Costa
039 Andressa Carvalho Massafra	074 Caroline Alves de Souza Costa
040 Andressa de Freitas Meira	075 Caroline Oliveira Nascimento
041 Andreza Soares Sales	076 Cassia da Rosa Guimaraes
042 Anelize Feler Araldi	077 Cassio Schauemberg de Campos
043 Angela Feitas	078 Cátia da Silva Santos
044 Angela Maria Da Silva Pereira	079 Cátia Patricia Guse
045 Angelica Martins Da Silva	080 Cicero Andre dos Santos
046 Angelina Vidal de Oliveira Silva	081 Clara da Assunção Coelho
047 Anne Raielma Cruz de Araújo Pereira	082 Clarice Ceratti
048 Antonia Cristina Guimaraes de Aviz	083 Claudete Batista
049 Antonia do Carmo da Silva	

084 Claudia Lucotte da Silva	Elisângela da Rocha Silva
085 Clebia Nascimento De Oliveira	Elisangela de Jesus Araujo
086 Cleide da Silva Pantoja Miranda	Elisangela Franklin Guerra
087 Cleilma Santos dos Anjos	Elisângela Regina do Nascimento Burg
088 Cleiton Filipe Barros Da Silva	Elizabeth Hintemann
089 Cleusa Alves da Silva	Elizandra Eleuterio Alexandre
090 Cleusa da Silva Teixeira	Elizete Siqueira Torme
091 Cleusa de Fatima Valkovitz	Elizeu de Souza dos Anjos
092 Cristiane Celeste Rescarolli	Erica Simone Willrich Leoni
093 Cristina Bispo Santos	Eulinda Alves da Silva
094 Cyntia Gomes Moares	Evelyn Cristina Lourenço Delogu
095 Dalvana Odete Cardoso Martins	Fabiana Martins Sales Gomes
096 Dalvani Denise Weschenfelder	Fabiana Pereira Da Silva
097 Damiles Vitalino dos Santos	Fabiane Caroline Francisco
098 Daniele Moreira	Fabio Domingos Pereira
Danielly de Lima Crepaldi da Silva	Fernanda de Pinho
Danilo Santana Reis	Flavia Carolina dos Santos
David Santos Conceição	Franciane Marcela da Silva Dias Fernandes
Debora Barros Fidencio Antonio	Franciele DO Carmo Candido
Deisenara Marcos	Franciele Lana
Dellane Gonçalves Oliveira	Francisca Martins Marques
Denise Formento	Francisco Monteiro Silva Junior
Deyveson Aragao dos Santos	Fredson Cley da Silva Pantoja
Dienis de Jesus Moraes Silva	Gabriele Eleuterio Vaz
Dirce Maidel	Gean Carlos Alves
Doglamara Cristina Moraes	Genivaldo Souza Sampaio Junior
Dorgival Ricardo da Silva	Geovane Cordeiro
Douglas Crespi	Gideon da Silva Ferreira
Douglas Martins	Gildevan Barreto DE Sousa
Eberton Amaral de Oliveira	Gisele Celeste
Edna Marcia dos Santos Pereira	Gisele Erthal
Ednéia Cristiane Dias	Gleissiane Vieira dos Santos
Eduarda Cardoso	Graciane Ceratti
Eliezer Ferreira Da Silva	Hanna Assis de Aragão
Elisângela Aparecida Santos Silva	Heibron de Jesus Lago

Hildevan Juliana Machado Floriano	José Wendersom Portal Pereira
Indiana Lurdes Figura	Joseane Severino
Iraci Caetano	Joseilma Santos do Nascimento Silva
Irene Pader Alves	Josiane Batisti
Ivanete Francisca da Silva Carneiro	Josiane de Souza
Ivani Paula Noldin Lamim	Josiane Pavesi
Ivo Grimm	Josiane Schinaider de Moraes
Ivonei João Tormena	Jucelaine da Silva Gularte
Ivoneite Aparecida Alves Coelho	Juciane de Campos
Ivoneite Aparecida Filipus Flor	Judith Araujomessias Rosa Firmino
Izabela Silva dos Santos	Juliana Krieger
Jadson da Conceição Costa	Juliana Martins da Silva
Jalcenira Descovi	Juliane de Fatima Melo Ribeiro
Jamile Dos Santos Pereira	Juliano Silva DE Jesus
Janete Aparecida de Borba	Julio Cesar Lang
Jaqueline Frigotto	Julio Sergio Fernandes da Silva
Jeferson Tamanini	Jussara Aparecida Antunes DE Oliveira
Jeovane Moreira Dos Santos	Juvenia Vinotti
Jerônimo Petermann	Kamille Cardoso Medeiros
Jessica Beatriz Marcos5493755	Kamily Mendes Batista
Jessica Leite	Karine Bozio
Jessica Maria da Silva	Karine Malaggi Andrade
Jessica Thayze Avundano DA Silva	Katia Cilene Roque Correia
Jheniffer Ramos de Matos	Katia Fernandes Coelho Benjamim
Joálisson Oliveira dos Santos	Kauly Kely Maria de Sousa da Silva
Joao Paulo Oliveira Domingos	Kellen Sheila Dos Santos Gonçalves
Jocelia Paisani de Lima	Ketilin de Araujo Rocha
Jocemar Rogerio de Lima	Kevelin Taiane Monteiro
Jose Carlos Nascimento Vargas	Lais Fernanda Mandu do Carmo
Jose da Silva Leite	Larine Rocha De Jesus
Jose Dalmario Alves de Albuquerque	Larissa Grignani
Jose Daniel DA Silva Oliveira	Larissa Luana Sampaio dos Santos
JosÉ Eduardo Bertholdi	Leandro Schaefer de Farias
Jose Maria Gomes	Leilane Valquíria Borges Cartagenes
José Mateus Vinotti	Lelian Barbosa dos Santos

Letícia Arruda DA Silva	Marcos António Romão Filho
Leticia Goulart Pacheco	Marcos Otto Ramos
Lidiane Almeida Coelho	Mari Marli Inocente Tholl
Liliane Cristina Lassolli	Maria Aparecida Bunde
Lourdes da Luz	Maria Aparecida Da Silva Pinheiro
Luana Evenly Fernandes Dela Rovere	Maria Auxiliadora de Sousa Ribeiro
Luana Machado Marques	Maria Be Sguario
Luana Machado Tardivo	Maria Cristina Pires Vieira
Luana Martins Santana	Maria Das Neves Sobral Dos Santos
Luana Melo dos Santos	Maria de Fatima de Alencar
Lucas Müller	Maria do Socorro da Silva Filha
Lucca Batschauer Corrêa da Silva	Maria Eduarda Campos Prudente
Luciana dos Santos Francisco	Maria Eduarda Schwartz
Luciane do Espirito Santo Barbosa	Maria Gilmaria dos Santos
Luciane Schauemberg DE Campos	Maria Ines Lucas Guimaraes
Luciene Pereira da Silva	Maria Iracilma da Silva da Silva
Lucilene Kuhn	Maria Lucia da Silva Cunha
Lucimar Graciano DE Souza	Maria Nancy Cabral
Lucio Hernandez Moreno Rodrigues	Maria Ozinete dos Santos E Santos
Luis Sérgio de Oliveira Vieira	Maria Raquel Dos Santos
Luise Dos Santos Roos	Maria Rita de Cássia Alves dos Santos
Luiz Claudio Pereira da Silva	Maria Simone Feitoza DE Oliveira
Luiza Pagno Padilha dos Santos	Mariana da Silva Brocardo
Lurdes Cabral E Silva	Marileia Aparecida Jeske Francisco
Maiara Schmitz	Marineia de Souza Martins
Maindra Rita Bertolini	Marisete Piva
Manuela Furtado Prestes	Marlene Rosa Cardoso
Marcela Alves	Marli Lacerda
Marcela Joana Rezini	Marluce Lara de Souza
Marcelo Demarche	Max Alexandre Cardoso Rodrigues
Marcelo Gonçalves	Mayara Ribeiro Marinho
Marcia Amorim Duarte	Meri Taresinha Zambon
Marcia Freitas de Oliveira	Michael Bittencourt Junior
Márcia Gomes Cardoso	Michele Laurindo de Souza
Marcos Antonio Casturino Vieira	Michelle Willamoski

Mikaelly Guimaraes Correa	Rosangela Kohler
Milene Aparecida Paulo	Rosemar da Silva Elisio
Mirian Pereira	Rosemeire Costa dos Santos
Mônica Açucena Gerola	Rosmari DE Oliveira DE Lima
Morieny Priscila DE Leao Nascimento	Rozane Aparecida Faria
Nadja Santos DO Nascimento	Rozeane Pereira Cunha
Natalia Klabunde	Ruan Andrade Pereira
Natalia Leoni	Ruberval Grimm
Neusa Graciela DA Fontoura	Saionara Carla Hames da Silva
Nicolle Monique Paza	Saete Nunes
Nivaldo Burg	Samuel Borba Ferreira
Odirleimayer	Sandra Martins de Novais
Pablo Jacomede	Sandreza Silane Ribeiro da Silva
Paloma Santos de Castro	Sandy Ariel Silva Rodrigues
Patricia Denise da Silva	Sara Lisboa da Hora Santos
Patricia Monteiro dos Anjos	Savio Maia Azevedo
Patrícia Sousa de Amorim Santos	Sebastiao Moura Marcondes
Patricio Conceição de Abrantes	Selma Barreto dos Santos
Paula Pereira Rodrigues	Sharlene Cristina de Oliveira
Paulo Jose da Silva Priscila Goncalves de Araujo	Sheila Cristine da Silva
Priscila Silva Pereira	Silvia Goncalves
Rafael Chagas DE Araujo	Silvinha Reginha Imianovsky Ferreira
Rafael de Sousa Monteiro	Simone Débora Tormena
Rejane Bispo de Sousa	Sionara dos Santos Reis
Remerson Thiago Almeida Bezerra	Sirlei Martins Pereira
Renata dos Reis Pinheiro	Solange Doreli de Brito da Rosa
Renato Mendes Queiroz	Sonia Martins de Araujo
Reni dos Santos Correia	Taina Loara Coimbra Figueiredo
Risomar Rodrigues Mendes dos Santos	Tainara Torresani Casett
Roberta Marques de Lima	Taís dos Santos Martins Taís Souza Santana
Rodrigo José da Silva	Taísa dos Santos Martins
Rodrigo Jose Visconti	Taise Cesari Vanderlinde
Ronalda DA Silva	Talita Suyane da Silva Pinheiro
Rosane Figlerski	Tamara Machado dos Santos

Tatiane Aparecida Ramos dos Santos	014 Alessandra de Lima Godoy
Tatiane Riffel	015 Alessandra Moraes Sousa
Tayna da Costa Faria	016 Alexandra Raiser
Taynara De Cassia Wolff	017 Alice Maira de Souza
Teresa Cristina DA Silva	018 Alice Mara Ouriques
Thais Cristina Gonçalves	019 Aline Adriana de Matos
Thais Matias Galvão	020 Aline Cunha Freitas
Thais Suelen Aparecida de Liz	021 Aline da Cruz
Thayná Ferreira Viana	022 Aline Hodecker Raiser
Thaynara Chaves Baumaia	023 Aline Rafaela Mantovani
Thayse Cristina dos Santos Emilio	024 Aline Souza dos Anjos
Vanderleia DA Silva	025 Amanda Becker
Vanessa DE Souza	026 Amanda Couto DE Vilhena Santos
Vanessa Zimmermann Toniêto	027 Amanda Gabriela Giancesini
Vanuza de Souza Pereira	028 Amanda Martins
Vitor Hugo Vieira Nascimento	029 Amanda Morandi da Silva
Viviane De Fatima Batista	030 Amanda Naiara Fernandes
Viviane Guirra de Sousa	031 Amanda Paula Delvoss
Yasmim Maurici Barbosa	032 Amanda Santos de Jesus
Zoadson Henrique Dos Santos Souza	033 Amanda Vieira
Edital: 2016-17 - Área: Educação Monitor Escolar II	034 Amanda Vivien Gomes de Castro Bueno
001 Adaiane Borges da Silva	035 Amélia Teresinha Zen
002 Adeilda Aparecida da Conceicao Rodrigues	036 Ana Beatriz Sotini Bizarri
003 Adelia Laurindo Rahm	037 Ana Carolina da Silva Moço Peri
004 Adenizia dos Santos	038 Ana Caroline Schneider
005 Adriana Furbringer	039 Ana Celia Farias Pacheco
006 Adriana Gonçalves Maders	040 Ana Cláudia Gross
007 Adriana Pereira Pinheiro da Silva	041 Ana Claudia Pinheiro Nunes
008 Adriana Rech	042 Ana Cláudia Serpa
009 Adriani Wilamoski	043 Ana Cristina Torresani Ribeiro
010 Adrieli de Lima Módolo	044 Ana Elisa Penha De Oliveira
011 Adryelle Lourenço Pedroso Demétrio	045 Ana Laura Gusmãosantos
012 Aida Rita Bonomini	046 Ana Luiza dos Santos Cardoso
013 Alessandra Conhaque	047 Ana Maria Comandolli
	048 Ana Paula de Souza



049 Ana Paula Farias	084 Bruna Ferraz
050 Ana Paula Garcia da Silva	085 Bruna Luize Silveira
051 Ana Paula Gomes da Silva	086 Bruna Maia
052 Ana Paula Otaviano de Sousa Rak	087 Bruna Natalia Ribeiro de Almeida
053 Ana Paula Santos	088 Bruna Portalupi Dos Santos
054 Anatielli Bastos Camargo Luciano	089 Bruno Eduardo Miranda
055 Anderson de Souza	090 Caline Dalva Mendes
056 André dos Santos Zambon	091 Camila Eccel
057 Andrea Fernanda Pedrozo	092 Camila Keila Pantoja da Ressurreição
058 Andreia Aparecida da Silva Faria	093 Camila Leite
059 Andreia Visconti	094 Camila Luçolli
060 Ane Caroline de Souza Soares	095 Camila Pianezzer
061 Anélia Maria de Sousa Gomes	096 Camile Martins Teixeira
062 Angela Ferreira da Silva	097 Carina Aparecida da Silva de Souza
063 Angela Maria Lima Paiva	098 Carina Carvalho
064 Ângela Rosane Saldanha Fontela	Carla Alexandra Bremer
065 Angélica Back Antunes	Carla Civinski
066 Anne Renata Vieira Nascimento	Carla Mariano
067 Antonia Ribeiro Mikiewicz	Carlos Alberto Gomes
068 Antonia Souza de Jesus	Carlos Alberto Lopes
069 Antoniel Nogueira Lima	Carlos Becker Junior
070 Aparecida Derungs Euzebio	Carmemaparecidachavesdasilva
071 Ariane Aparecida Martins Siqueira Roma Correa	Carmen Ines Uhlmann
072 Ariani Silva Amaral Costa	Carolaine Tormena
073 Beatriz Aparecida Amorim	Carolinados Santos Rosa
074 Beatriz Batisti	Caroline Barbieri
075 Beatriz Carolina Ruthes	Caroline Dellai
076 Beatriz Gripa	Caroline dos Santos Amorim Germano
077 Berenice Teresa de Oliveira	Caroline Emanuele Bolsoni
078 Bianca Coelho Modesto	Caroline Lopes Kunh
079 Bianca da Cunha Oliveira	Catarina Brandão Gomes
080 Bianca Hoepers Mascarenhas	Catriane Jamile Russi
081 Breylla Káfinny de Souza Batista	Cecilia Neta de Jesus
082 Bruna Cristina Ribeiro	Celina Maria dos Santos Macedo
083 Bruna Darceli Bonamente	Chaila Renata Rocha

Charles John Heimann	Daniele Pereira Martins
Chirleia de Jesus Santos Silveira	Danieli Alves
Cineide do Nascimento	Danielle de Souza Campos
Cintia Regina Venske Martins	Debora Carolini dos Santos
Claudia Souza Santos	Debora Daltroso Kohler
Clebson Santos de Abreu	Débora de Oliveira Gonçalves
Cleiciane da Pixão Guedes	Debora Dos Santos Morato Marietto
Cleicilene da Paixão Guedes	Debora Fagundes Rocha
Cleicy Anny Tourinho Corso	Debora Goulart Soares
Cleide Cdos Santos Barbosa	Débora Longen
Cleide Dos Reis Santana	Débora Rosa Lebeck
Cleide Gonzaga Fugazza	Débora Silva Resende de Campos
Cleide Soares de Melo	Debora Thais DE Azevedo Caetano
Cristiane Liskoski	Deibson Farias de Queiroz
Cristiane Oliveira	Deise Borges
Cristiane Sacramento da Silva	Diana Maria Zorrer
Cristiani Aparecida Schineider	Diandra Pereira de Souza
Cristiani Quinelato de Oliveira	Dienifer Daiana DO Nascimento
Cristina Aparecida Volstein	Dinara Thamires de Azevedo
Cristina Masiero Pedroso	Dirce GonÇalves Duarte Pereira
Daiana Cristina Iaczzak	Disleide Izidio Dos Santos
Daiana Graziela Raiser	Divair DE Moraes
Daiane Aparecida Pereira Pavesi	Dorimar de Jesus
Daiane Cristine da Silva	Douglas Manasses
Daiane Fuckner Moritz	Ediele Jardim
Daiane Mirela Ramos Machado	Edilaine Borges Gomes Torresani
Daiane Rodrigues de Oliveira Santos	Edina Verbinen
Daiane Wolf Leao	Edivane de Fatima Medeiros
Dainara Rodrigues	Eduarda Andrade Villar
Dalet Lopes da Cunha	Eduarda Roberta Outeiro Rodrigues
Damaris Ribeiro	Eduarda Silveira Deichmann
Daniela Cristina Maia	Elaine Cristina de Souza
Daniela Gartner Antonio	Elaine Todt
Daniela Pereira	Elane Santos Duarte
Daniela Severino Wietcovky	Eliana da Rocha

Eliane Aparecida Saldanha	Evelyn Ristow
Eliane Barbosa Todt	Ezirlene Alves Nascimento de Souza
Eliane Caidolini Bizarri	Fabiana Barbosa Caetano
Eliane Francisco	Fábio Marques de Bairros
Eliane Rosario Ribeiro Figueira	Fernanda Casola
Eliene Batista da Silva	Fernanda Chieza
Elis Simone Sklar Weimer	Fernanda Felício
Elisa Decker Rocha	Fernanda Fernandes Victor Fachinelli
Elisa Witt de Oliveira	Fernanda Louise Copi Drosdosky Bodenmüller
Elisandra Moritz	Fernanda Malanga de Oliveira
Elisangela Galiza Ristow	Fernanda Pereira Rodrigues
Elisangela Guareze	Flávia de Souza Argolo
Elisangela Ramos Almeida	Franciane Santos Santana
Elisemar Jacob Pering	Franciele Luana Dell Agnolo
Elizabeth Borges Dos Santos	Franciele Medeiros Sedrez
Elizabeth Goulart Vicentino Comandolli	Franciele Paulo Carvalho
Elizabeth Muller Kammers	Francieli Vviviane dos Santos Lana
Elizabeth Aparecida Kudrek de Oliveira	Francine Scheidt Padilha
Ellen Haacke	Gabriela Alves Paganelli Branco
Ellen Silveira dos Santos	Gabriela Karoline Fernandes dos Santos
Elza Mara Pereira Goularte	Gabriel Ricardo
Emanuele Ines Voltolini	Gabrielle de Mello
Emanueli Fernanda Sandri dos Santos	Gabrielle Janning Valim
Emelin Horanne Dell Antônio	Geani Dias da Silva
Emilene das Almas Pereira Paulo Teixeira	Genoveva Batista Albuquerque
Emília Dione Silva de Oliveira	Geovana Aparecida Trevisol
Emilly Almeida Guimarães de Araujo	Geovâna da Conceição Costa
Emily Rodermel	Gessica Dias da Silva
Emmanuelly Anastacio Ouriques	Gildenice da Silva Dias
Enir Gomes DE Lima	Giliardi Budtikevitz
Eriane Couto Ferreira	Gilvana Daniela Batistel
Erica Renata Freires da Cruz	Giovani Bretzke
Erica Sosa da Silva	Giovanna Lourenço Vila Nova
Eudicleia dos Santos Pacheco de Vilhena	Gisele Machado Bittencourt da Silva
Eveline Maria Fachini Orso	Gizeli Marques

Glória Alice Wanka	Jandira Cesari Roncelli
Graciela Pereira Schneider	Janete Moller Cavilha
Graciele de Oliveira	Jaquelina Aparecida Marques
Graciely Regina Maia Teixeira	Jaqueline Cristina Prado Matias
Grasiela B Rosa	Jaqueline Desiderio
Graziele Correia	Jaqueline Fernandes
Graziele do Amaral Battisti	Jaqueline Maria da Silva Sbardelatti
Guilherme Barbosa Oliveira	Jayara Silva Ferreira Sobral
Helena Maria Gonçalves	Jeferson Vesterlon
Heloisa Cavichioli	Jennifer Barbosa da Silva
Helyn Cristinde de Souza	Jennyffer Aparecida de Jesus
Heverton Tarcisio Santos da Silva	George Luis Silva de Sousa
Hilma Solange de Almeida Viau	Jessica Angioletti Hoffmann
Hirlanda Maria Fischer Staak	Jéssica Bottamelli Raulino
Iara Gohr Panca	Jessica Ribeiro
Igor de Oliveira	Jessica Sayonara Graf
Ilsimara Pobenga	Jéssica Tainá de Mello
Inajara Antunes	Joana Carla Petermann
Ingrid da Silva Rodrigues	Joanita Todt Wolf
Ingrid Emanuelle de Oliveira Martins	João Guilherme Cardoso Lopes
Iraci de Fátima Coimbra	Jocimara Cristina da Paz Gama
Irene Rafele Pereira Oribes	Joeci Freire Maria
Isabelle Meira Teixeira	Joelma dos Santos Oliveira
Isaura Oliveira Cosmo	Joelma Mariano Dezsi do Nascimento
Ivani Cristiane Desiderio	Joice Izabel Wietcowsky Martins
Ivone Costa da Silva	Jonathan Pelisson
Jacira Aparecida Betinelli Mafra	Joscelia Goncalves
Jacnicelia Nina de Farias	Jose Evelasio Dietrich
Jacqueline Henrique Costa dos Santos	Joseane Matos Mendes
Jacqueline Santos Barreto	Joselita Sousa Rocha Pereira
Jakeline Cristina Siegel Hassmann	Josemari Furtado Lopes
Jamylle Souza	Josenade Lucas de Jesus
Janaína Belino	Josiani Brogni
Janaina Molinari	Josikeli de Souza Cabral Rocha
Janara Sapelli	Joziane Cardoso

Juana da Rocha Chaves	Leandra Lima Santos
Jubenita Barboza DE Souza Palmeira	Leidiane Nascimento Oliveira Ramos
Juciane Silveiro Hellmann	Leila Lupas de Souza Silva
Julia Carolina Minella Arruda	Leila Viviane Borges Cartagenes
Julia Wünsch	Leiliani Altino de França Blaszczak
Juliana Correia Eccel	Letiana Aparecida Pimentel
Juliana Cristinavinoti	Letícia Benvenuto
Juliana Marloch	Leticia dos Santos Lopes
Juliana Salustino Lopes	Leticia Giulia Lemes
Juliana Sapelli da Silva	Letícia Tomasi
Jussara Aparecida Nancias de Souza	Ligia Torresani Zimmermann
Jussara Baron	Liliane Chagas Oliveira
Jussara Portalupi Santos	Liliane Hames
Kariane Kuhn Machado	Liliane Santos DE Carvalho Moreira
Karina Fernanda Ferreira Salomão	Lindalva de Abreu de Jesus
Karina Josiane de Souza Monteiro	Livia Franciny Clemente dos Santos
Karina Machado Alves	Lívia Maria Morais Duarte
Karine Edla Lacerda Cordeiro	Luana Bonfim Nunes
Karla Andrea Silva Moreira	Luana Carla Ferreira Coito
Katia Regina Meschke Martinenghi	Luana Cibele Rech Will
Kelismara Marques	Luana Elias
Kellen Cristiane de Oliveira Pereira	Luana Gabrielli Cavichioni
Kethelyn Vill	Luana Natália Berndt
Ketlin Tomaz	Lucélia Lilian Pedrini
Ketlyn Daiane Souza Silva	Luci Janete Hames Giancesini
Ketrin Keli Schmitz	Lucia Andreia Muniz Da Silva Gomes
Keycy Santos Souza	Lucia Baio
Lais Aires Arnaldo	Luciana Andrade Villar
Larissa Cristie Pinto Garcia	Luciana Correa do Nascimento
Larissa Hasckel Franco	Luciana de Oliveira Cordeiro Minella
Larissa Leoni	Luciana Fernandes
Larissa Popper Cassaniga	Luciana Karina Wagnerbett
Laurenir de Jesus Souza	Luciane Aparecida Barbosa de Campos
Lavinia Mafra	Lucimar Graf
Lavinya Rosa de Souza	

Lyvian Martins Santi	Maria Jacione Santos da Silva
Maiara Garcia	Maria Julia Feller Pfleger
Maiara Aparecida Pereira	Maria Leonita de Almeida Dias Mota
Maiara Luiza Baumgart Leal	Maria Magna Bispo dos Santos Xavier
Maiara Pantoja de Souza	Maria Regiane Ribeiro do Nascimento
Maicon Garcia	Maria Regina Sbardelatti
Maindra Mafra Visconti	Maria Valeria DE Rezende Gomes
Maira Maria Rodrigues Correa	Mariana Barbosa de Toledo
Maísa Hodecker	Mariane da Chaga da Silva
Manoele Ferreira Romero	Mariangela Ribeiro dos Santos
Marcia Aparecida Das Neves Disner	Marileia Laurindo Zancanela
Marcia Bohatzuk Rudek	Marilene Dos Santos Magallaes
Marcia Borges da Silva	Marilia da Silva
Márcia Deusdete da Silva	Mariluz da Silva Vieira
Marcia Knichs Martins	Marinilde Maia Oliveira
Marcia Luciana Santos Da Costa	Marisa Aparecida Dariz
Marcia Regina da Cunha Gonçalves	Marlenealves Dreher Weiber
Marciane Inocente Libardo	Marli Terezinha Ferraz dos Santos
Marcieli Poliana Pontes	Marluce Soeiro Lucas
Marcos Antônio de Lira Silva	Marta Regina Oliveira DE Brito Morelli
Marcos Antonio Rodrigues Feitoza	Marta Teles Andrade
Marcos Cézar da Silva	Mateus Da Rosa Pimentel Dos Santos
Maria Adrielly Souza Reis	Matheus Fraga
Maria Aparecida Cristao	Maura Len Fernandes Werner
Maria Augusta DA Silva Raulino	Maurina Rosa de Oliveira Stegemann
Maria Beatriz Evangelista dos Santos	Melaine Mariano
Maria Bernadete Valiati Schroeder	Melissa Colzani Schroeder
Maria De Jesus Da Silva	Mercia Aparecida Neckel de Assis
Maria do Carmo Vidal de Oliveira	Michele Fagundes Rocha
Maria Eduarda Becker	Michele Martins
Maria Eduarda Fischer	Michele Sthefani Cordeiro Haskel
Maria Eduarda Marchi da Silva	Milene Pilar
Maria Eduarda Nunes Pereira	Milene Tavares de Araujo
Maria Elenise Censi Silveira	Millena Coimbra de Souza
Maria Isabel DA Silva Pinheiro Nuss	Mirella Daiane Imhof

Miriam Priscilla Vilhena Fonseca Graudin

Priscila Kalkmann

Miriam Zanato Cidral

Priscila Mafra

Monica Cardoso Barbosa

Quêna Alves de Andrade

Monica Lima Alves Santos

Quiteria Maria Dos Santos Alves

Monika Kelli Batista Ramos

Rafaela Albuquerque

Monique Fuckner Dias

Rafaela de Lima Lins

Monique Silva Nascimento

Rafaela Ristow

Murillo de Aguiar Severo

Rafaella Brito dos Santos Nascimento

Nádia Camila Gomes da Silva

Raquel Edelberg

Naiara Hort Klettenberg

Regiane Carneiro Ribeiro

Najla Pontes do Nascimento

Reginalda Carneiro da Silva

Natália de Oliveira Santos

Reinaldo Bernardo

Natalia Martins DA Silva

Renam Gomes Borges

Nathalia Martins Gomes

Rhuan Carlos Teixeira da Silva

Nathália Schauemberg de Campos

Rita Cristiane Heil Schaefer

Neila Becker Alberton

Roberta Keisy Matos Fernandes

Nicolý Delsochio

Robson Diego dos Santos Braz

Nilceia dos Santos de Paula Carvalho

Rosana Aparecida De Aviz

Nilma Malheiros Pinheiro

Rosana Lisboa

Noeli Aparecida Pires

Rosana Pereira Silva Flor

Noeli de Fatima Simão

Rosane Conrado

Noeli DE Lima Lemes

Roseli Fidelis Ribeiro

Ornela Martens

Roseli Teresinha De Araújo

Palestina de Jesus Batista de Almeida

Rosemari Domingues dos Santos de Souza

Pamela Cristine Cunha Langoni

Rosiane Ortmann

Pamela Maiguel Lotério

Rosilene Müller Alexandre

Patricia Aparecida Silva Valentini

Rosinha DE Oliveira

Patricia da Silva Monteiro Albrecht

Ruana Souza dos Santos

Patrícia Schmitz

Rubia Mara Vequini

Patricia Soares Lima

Sabrina Cabral Rocha

Paula Francielly Arboski Espirito Santo

Sabrina Felipim Kleemann

Paula Gessica da Silva Ribeiro

Sabrina Nunes do Carmo

Paula Mary Boesch

Samanta Carla Desplanches

Poliana Oliveira Simao Silva

Samara Silvério Rodrigues

Priscila Bittelbrunn Schneider



Samia Ruth Magalhaes Sampaio	Talita Cristini Cargnelutti
Sandra Coelho da Silva	Tamara Corrêa
Sandra Colzani Costa	Tamaris Fernanda Alles
Sandra Maria Treder Vieira	Tamires Manrich Bertoldi
Sara Ferreira de Ataíde	Tamires Orthmann da Silveira
Scarlet Souza dos Santos	Tamires Rodrigues Bezerra
Sergio Fernandes Batista	Táscita Correia Fuzão
Sheila Aparecida Possamai Fuckner	Tassiani Danieli da Silva
Sheila Fagundes Rocha Firmino	Tatiana Ermes
Sheila Mara Paza	Tatiana Pedrotti
Sheyla Martins Silva	Tatiana Pereira
Shirlei Souza Macedo	Tatiane Conceição dos Reis
Silvana Aparecida Mota	Tatiane da Silva
Silvana Coelho Torrezani	Tatiane Gilli dos Santos
Silvana de Oliveira Gonçalves	Thaina Marian dos Santos
Silvana Paoli	Thais Aparecida Pereira DE Andrade
Simara Floriani	Thais de Oliveira
Simone Aparecida Roden Dos Santos	Thais Gulhak
Simone Bertol	Thais Helena Thomaz
Simoni Lipniarski	Thamires Perao Dionysio
Sirlei Rodrigues Biscaia	Thauany Maraia Bissoni
Solange Pedrini Orlandi	Thuany Gabriela Maté
Solange Taboni	Tuane Rafaela Farias Pereira
Sonia Regina Oliveira	Valdecir da Luz Monteiro
Stephani Silva dos Santos	Valdecy dos Santos Nascimento
Sthefanie Gabriela de Almeida Dias Ramos	Valdelissa Sayonara Dourado
Suelen de Lima Lins	Valdirene da Silva Paixão Santos
Suelen Pereira Gattis	Valeria Fortuna Ferreira
Suellen de Jesus Batista	Valquiria Andreza Costa Silva
Suliane de Lima Silva	Vanda dos Santos
Suzana Beatriz Santi Soares	Vanderléia Araldi
Taiane Cristine Fischer	Vanderleia Guckert
Taiani Vicentini	Vanessa de Sousa Santos
Tainá Taisi Pasquali	Vanessa de Souza Carneiro
Tainara Till	Vanessa Fagundes

Vanessa Nobre Duarte	011 Ana Patricia DA Silva Costa
Vanessa Outeiro Ribeiro de Arruda	012 Andrei Felipe Fuck
Vanessa Suem	013 Angélica Dalcastagne da Cunha
Vanete dos Santos Queiroz Silva	014 Antonio Carlos da Luz
Vania Maria Chaves Cesari	015 Ataide dos Reis
Vanusa Sousa de Jesus da Silva	016 Bruno Arnon Bittencourt
Vera Lucia de Oliveira Heck	017 Caio Cleverson Gabriel
Vera Lucia Wagner da Rosa	018 Carlos Cesar Lang
Vilma Aparecida Martins Vieira de Paula	019 Carlos Figueiredo do Nascimento
Vilma da Fonseca Frutuoso Montibeller	020 Caroline Passinho Miranda
Vilma M dos Santos Lang	021 Caroline Pavesi
Vitor Augusto Santamaria Puodzius	022 Cristina Machado Ribas
Viviane Nery Pacheco da Silva	023 Dácia Iunceck
Wagner Carvalho Batista	024 Daiane Cristina Schmitt
Walquiria Zanutto Maurici	025 Daniela Aparecida da Silva Costa
Wiara Oliveira da Silva	026 Danila Tripodi Leonardi
Willian Joseph de Souza	027 Danúbia de Oliveira
Yasmin Romano dos Santos	028 Debora Fernanda da Silva
Yuri Thaylor dos Santos Macedo	029 Deise Baron
Zayne Luisa Belão Salgado	030 Deivid Samuel Hodecker
Zélia Cedorak da Rosa	031 Deivison Araldi
Zeni Aparecida da Silva Amaral	032 Diego Fernando Scodro Pereira
629 Zenir Rosana Vailati	033 Diogo Grimm Lopes
Edital: 2016-17 - Área: Educação	034 Durvalino Pereira
Monitor Escolar III	035 Dyeison Küster Valente
001 Abgail Oliveira Silvestre Paz	036 Ediane Alves Dos Santos
002 Adonai Ficagna Camargo	037 Edilson Rafael Odorizzi
003 Adriana Dalmarco Schovambach	038 Eliane Santos Cunha
004 Adriana Neide Dos Santos	039 Elisama Gomes da Silva
005 Alessandra Riffel dos Santos	040 Évelin Tuxen Cunha de Souza
006 Alexandre Provesano Moresco	041 Fabiane Pavesi
007 Alison Ricardo Ferreira Lopes	042 Felipe Santos da Silva
008 Amanda Alves Franquini	043 Flavio dos Santos Hipolito
009 Amanda Vigentin	044 Gabrielli da Conceição Bossa
010 Ana Caroline Gobatto	045 Geisa DE Oliveira Meirelis

046 Geison Paitra	081 Lidiane Ferreira Ribeiro
047 Gilmar Antonio Mallmann Feil	082 Lorival dos Santos
048 Girlane Santos Nunes	083 Luana Carvalho Matter
049 Gisele Daiana Dell Agnolo	084 Luana Gonçalves
050 Gisele Maria Dias Duarte Dos Reis	085 Lucas Vinicius Michel
051 Gregue Rodighero Conde	086 Lucas Vitor Baumgartner
052 Gustavo Aparecido de Souza Lopes	087 Luciana Dias França Mendonça
053 Iran Mariano Silva de Arruda	088 Luciano Andre Weber
054 Isaías Ferreira	089 Lucineide Muniz da Silva
055 Jamile Roslindo	090 Luis Henrique Petermann
056 Janaina DE Souza	091 Maicon Alves DA Silva
057 Jaqueline Adriana Dreyer	092 Maikon Jhonatan Cerezolli
058 Jaqueline Antonia de Souza Papa	093 Marcelo Kaipers
059 Jean Pierre Farias	094 Maria Ariane Chaves de Almeida
060 Jenifer Amanda Gripa	095 Maria Eliziane Silva Kuhn
061 Jessica de Melo	096 Maria Páscoa de Nazaré Cruz Duarte Nascimento
062 Jéssica Pamella Benedet DE Moraes	097 Mariangela Ildefonso DA Silva
063 Jéssica Roncálio	098 Marina Regina Lana
064 João Luiz de Lima Moreira	Marise Barth
065 Jocimar Fischer	Marta Rocha Prestes DE Souza
066 Joe Baptistotti Wanka	Matheus Teixeira
067 Jonatas Rodrigues DE Arruda	Matheus Xavier
068 Jorge Luiz dos Santos Fontana	Mauricio Moura Ferreira
069 José Henrique Rocha Pereira	Meri Teresinha Scherer
070 Josiana Visconti	Michelle Aparecidade Souza Oliveira
071 Juliano Lubke	Milena Gomes da Silva
072 Kal-el Dias Cerqueira	Moacir Koschnik Junior
073 Kessi Resendes Cardoso	Monica Penteado
074 Ketri Schutz	Nadine Tecchio
075 Kétria Spiazzi Angioletti	Natally Cristina Henchen
076 Larissa Cristina Duarte	Natieli Fátima da Costa
077 Leandro Ordonez Hyarup	Neide Pacheco
078 Leandro Silva DA Fonseca	Olga Luísa dos Santos
079 Leonardo Heckert	Pablo Darla Marques
080 Letícia Isabele Moraes Da Silva Dalarosa	Pablo Roberto de Souza

Pablo Vinicius Beira da Silva	Wellington da Silva Leal
Patricia Dos Santos Conceicao	Edital: 2016-17 - Área: Educação
Patricia Pereira	Educador Social
Rafael Correa de Lara	001 Adeline Bello
Rafael da Rosa Rodrigues	002 Adriana Régia Chaves de Almeida
Rafael Oliveira Batista	003 Adriane Marta Arozi Gaboardi
Rafaela Maria Santos De Jesus	004 Adriano de Souza
Riely Guedes Garcia	005 Adriany de Araujo Lopes
Rodolfo Dutra Neto	006 Alba Michele Santana DA Silva
Rosara Madruga Bueno da Silva	007 Alexandra Clerise Karvak
Rosely Aparecida dos Santos	008 Alexandra Valle
Rosileia Viera da Silva	009 Alexandre de Borba Zanão
Samuel Venturelli	010 Alexandre Santos Lima
Sândia Guimarães	011 Alexsandra Coelho Modesto
Sarah Gonçalves	012 Aline Ana Rohden Demate
Sebastião Manfredo DA Costa Neto	013 Aline Colzani
Simone Pereira	014 Aline dos Santos Moura
Simone Piloneto	015 Aline Gonçalo Trindade Bonecher
Sirley de Souza Mafra	016 Aline Junges
Suzani Merizio	017 Aline Maria de Marchi
Taciana Rodrigues dos Santos	018 Aline Marques
Taiane Trindade	019 Aline Neckel Amancio
Tainara Gabriela Farias do Nascimento	020 Alisson Avelar
Tais Cristiane da Silva	021 Alisson Pereira dos Santos
Talita Loliara Cecilio	022 Alysson Henrique Rudek
Thais Maciel Moura	023 Amanda Paula da Silva
Thales de Oliveira Borges	024 Américo Eleutério
Thiago Rodrigo Luiz	025 Ana Claudia Gomes Santos DA Conceição
Thierry Floriani	026 Ana Marcia Giancesini
Thuane de Paula Campos	027 Ana Paula Carvalho
Valmi Brito Favacho	028 Ana Paula DE Moraes
Vanusa Eleuterio	029 Ana Paula de Oliveira Ramos
Vicente Carlos Pereira Junior	030 Ana Paula de Souza
Wallan da Silva Souza	031 Ana Paula Diniz de Moraes
Washington Luiz Nascimento da Silva	

032 Ana Rosa Silva da Silva	067 Cananda Prim
033 Anali Aparecida Bastos	068 Carla Maria Zaferi Moser Kohler
034 Anderson Fabian Bernardes	069 Carla Renata Oliveira Silva
035 André Fabiano Gnoatto	070 Carlos Emanuel Bonecher
036 Andre Luiz Barbosa das Neves Bernardes	071 Carmen Silvia Marques
037 Andréa Sousa Soares de Oliveira	072 Carolina Giovana Basso Dos Santos
038 Andréia Minas Vieira dos Santos	073 Carolina Queiroz Silva
039 Andréia Paula da Silva	074 Caroline Pereira Gonsalves
040 Andreina Jacauna Andrade	075 Caroline Staroscky
041 Andresa da Silva Kormann	076 Cassia Maria Moreno Moraes
042 Andressa Correa	077 Cássia Raquel Dreher
043 Andressa Katiane Córdova Fernandes	078 Catia Fischer Custodio
044 Andreza Fusão	079 Celso Dorvalino Deucher Junior
045 Angela Cristina Bagatim Tavares	080 Charlene Costa de Aquino
046 Angela Veloso Toscano DE Oliveira	081 Cinara Debatin Reis
047 Angélica Aparecida Hoffmann	082 Cinthia Berwanger Pereira
048 Anna Carolina Lamim Pedrini	083 Cintia Reitz
049 Antonio Carlos Ferri da Silva Filho	084 Claudia Adriana DA Silva
050 Aparecida de Fátima da Silva	085 Claudio Stein Filho
051 Ariane Zancanella Berkembrock	086 Clayton Silveira Fernandes
052 Beatriz Magalhaes Campos	087 Cleifer Leonny Augustinho de Brito
053 Beatriz Wochner Grubert	088 Cléria Geib
054 Berenice Eliana Félix de Souza Lopes	089 Cleusa dos Santos
055 Bianca Corrêa	090 Conceição dos Santos Moraes
056 Bismarck Lucas de Jesus Ferreira	091 Cristhiane Giselle Ayroso Zimmermann
057 Bruna de Souza Rodrigues	092 Cristiane Reis Santos
058 Bruna dos Santos	093 Cristiano Alves de Moraes
059 Bruna Preti	094 Crístila Gritti
060 Bruno Georg Harle	095 Daiane Comin Valcorte
061 Bruno Guedes de Lima Kern	096 Daiane DE Aguiar Marmentini Avila DE Souza
062 Bruno Rodrigo Lyra	097 Daiane de Camargo
063 Camila Benvenuti	098 Daiane Romanini
064 Camila DO Espirito Santo	Daiane Silva Carlos
065 Camila Oliveira Monteiro	Dalton Rodrigues
066 Camila Ullrich	Daniel Fernando Padilha

Daniela Alberton Babolim	Edson Luis Hassmann
Daniela Brand	Eduardo Compiani
Daniela Nunes	Eduardo de Modesti
Daniela Pereira Arruda Fagundes	Elaine Acunha Lopes
Daniela Yuri Miyakoda	Elaine Cristina Apolinário
Daniele Brogni	Elane Louise DE Carvalho Andrade
Daniele Dobener Antunes das Neves	Eliane Cappellaro De Souza
Daniele Lima dos Santos	Eliane Giacomosi Bertolini
Danieli Martins Pereira	Eliane Oliveira Dos Santos
Daniella Gonçalves Oliveira	Eliane Pelissaro Possara Soligo
Danyelle Goncalves DE Souza Vasconcelos	Elias Mello de Oliveira
Darlene Bertolini	Elisa Regina Debatin Testoni
Dayana da Silva Mendes	Elisa Zierke dos Passos da Maia
Dayvid Jhonny Santos DE Sousa	Elizandra Silverio
Debora Mara Leite Hodecker	Elizangela da Cruz Gerati
Debora Regina Venancio	Elizeth Pereira DA Silva
Deborah Keila Figliuolo	Ellen Cristina Moraes de Sousa
Deizeane Calazans dos Santos	Eloiza Rengel
Delson Francisco Domingos	Emanuela Delfes Cruz
Denise Ferreira De Oliveira	Erica da Silva Fagundes
Denise Tarciana Tachini	Eroni Linkel Rosa de Oliveira
Diana Damaceno Silva	Eunice Albrecht
Diego Rodrigues Pina	Eunice Maria Estevao
Dinelia Menezes Silva	Evelen Fonseca Moraes
Diord Luid Borges	Fabiana Coronel da Silva
Djeine Machado	Fabiana de Almeida Borga
Duane Bertolini	Fabiana Rodrigues Martins
Ediane da Silva Cavalheiro	Fabio Brito DA Silva
Edilaine Aparecida Bourdot	Fabio Herculano dos Santos
Edilene Aparecida Pedroso Felipin	FÁbio Maluche
Edinalva Lucia da Silva	Fabio Novak Dos Santos
Edinara Dehlagne	FÁtima Molverstet Giraldi
Edivana Aparecida Carvalho Moura	Felipe Paza
Edson Antonio Gallo Silva	Felipe Sales Salum DA Costa
Edson Batistel	Fernanda Graf de Oliveira

Fernanda Wolff da Silva	Greice Kelly Soares Benites
Flavia Cruz Alves DA Maia	Guilherme Cenellas
Flávia Teresa Schaefer Martins	Gustavo Habitzreuter
Flávio Mendes Soares	Heloisa Betania Silva Oliveira
Franciane Edelberg	Heloísa Helena Cruz Duarte
Franciele Aparecida Chemeres Cunha	Hugo Mauricio Grubert
Franciele Aparecida Quevedo	Idiane Sberse
Franciele Da Silva	Ingrid Saporito DA Silva
Franciele Pereira Comper	Irene Arnaldo DE Souza
Franciele Zabel	Irmgardt Horn Constantini
Francieli Josiane Marques	Isabel Soares Benites
Francesca Souza Pinto	Isabella Sanches Belini
Francine Pires DA Silva	Islandia Maria dos Santos de Jesus Brandao
Francinete Dos Santos E Santos	Israel Luiz Pereira
Franciney Pereira Apolonio	Ivaneuza Kienen
Francisco Tiago DA Silva Nascimento	Iza Cristina dos Santos Lima
Francislaine Aparecida Costa De Melo	Jaciara Bittencourt
Gabriel Fernandes da Silva	Jacione Longuinho DA Silva
Gabriela Maria Merisi	Jackeline Dos Santos Nunes
Gabriela Nunes De Oliveira	Jailton Antonio DE Souza
Geamima Machado Floriano Paixao	Jaine dos Santos Pereira Sabino
Geisa Oliveira de Souza	Jair DE Souza
Genivaldo Lima	Janaina Peters
Geórgia Da Silva Galdino	Janaina Ventura Gelati
Geovane José Eleutério	Jane Cleide da Silva
Geraldo Cicero Dos Santos Veiga	Janete Bittelbrunn
Gianfranco Rigo	Janete Rodrigues da Silva
Gilmar Pires de Souza	Jaqueline Camargo
Gisele Aparecida de Lima	Jaqueline Pedrotti
Gisele Aparecida Hang Lopes	Jaqueline Puhler
Glauber Marcelo da Silva	Jenifer Pitz
Gleiciane Pereira Dos Santos Cavalheiro	Jeniffer Cristine da Silva
Gleide de Jesus Lago	Jessica Alves DA Silva
Gracieli Magnagnagno Rebelo	João Pedro Machado Pereira
Graziela Alves	João SÁ Teles Santana



João Soares da Silva	Lisiane Delcastanher
Joelma da Silva	Lizandra Emerim de Oliveira
Joice Aparecida Mafra Vorgerau	Lourenço Luciano Carneiro Filho
Jonathan Cristopher Dias	Luana Ferreira de Belém
Jorge Alberto Schmitt Pruteanu	Luana Paza
Jose Mauricio Soares Pinheiro	Lucas Josué Cavaco
José Roberto Cercal	Lucas Moresco Becker
Juliana Angelita Hang Felisbino	Lucelia da Silva Pereira
Juliana Boiani	Luciana de Fatima Chaves Neves
Juliana da Silva	Luciana Pimentel da Silva Pissango
Juliane Cristine Cervi Adami	Luciane Facchini Perão
Juliane SchÚ	Lucilene Kohler
Kamila Nere de Oliveira	Lucilene Monteiro
Karina Martins	Lucineide Bernardo Da Cunha
Karina Schipitoski	Luise da Silva
Katie Moraes Buch	Luiz Carlos Falchetti
Keila Kalbusch Santana	Magali Conceição Inácio
Kelly Christine Bodemuller	Magda Maria Back da Silva
Kethilen Andrietti	Magna Lima DE Souza
Klicia Andrade Pereira	Magnum Lepkoski da Silva
Laíza Nunes Paz	Maiara Carolina Kohler
Laura Raquel Burg	Maiara Cristina Nascimento
Lázaro José Adolfo Lopes	Maicon Francisco de Mendonça
Leandro Moura Dos Santos	Manoela Gerlach
Leidiane Cristina de Assis	Mara Silvia Scodro
Leila Salette Sant Ana	Marçal Gomes da Costa Neto
Lenir Ajarda	Marcelo da Silva Gomes
Leonardo Leite Ferraz de Campos	Marcelo França Farias
Leonora Alves Celeste Gubert	Marcia Barbosa Nobrega
Letícia dos Santos	Marcia Daniele de Carvalho Silva
Leticia Rodrigues	Marcia Dos Santos Padilha Fernandes
Liane Demarche	Marcio Augusto Castro
Ligia Brehm	MÁrcio Deivis Ferreira Aracati
Liliane da Silva Adolfo	Marcio Sansao
Lindalva Saturnino da Cunha Oliveira	

Marcondes Cândido da Silva	Monique Daiane Hoffmann
Maria Aparecida Vanini Machado	Morgana Flor Gelati
Maria DE Fatima Dos Santos Sousa Maria DE Fatima Nunes DE Carvalho	Morgana Kling Peper
Maria Ester Silva	Morgana Vitorino Melato Comper
Maria Giseuda de Carvalho Silva	Nádia Marlouwe de Oliveira da Rocha
Maria Guadalupe Fuentes	Nadlla Nascimento Bezerra
Maria Jaqueline Cettolin	Natalia Rodrigues da Silva
Maria Jose DA Silva Moresco	Neide Aparecida Silva Sebold
Mariane dos Santos Herkenhoff	Nicole de Cassia Hecht
Mariane Dubiella de Farias	Nicole Minela Otto
Marina DA Silva	Nilcilene Ribeiro do Nascimento
Marinalva Rodrigues Neves DE Souza	Olintos Roberto Santos de Freitas
Marinei DE Souza	Oseias Roberto de Freitas Filho Pamela Cristina Cortegoso Moraes
Marines Mendes dos Santos	Pâmela Notas de Cerqueira Sabino
Marisete Miorando	Patrícia Ana Battisti
Maristela Batschauer Pazzini	Patricia Aparecida Bernich
Maristela Vieira Amorim	Patricia de Campos Pavesi
Marli de Lourdes Balotin	Patricia Horn
Marlon Kuneski de Souza	Patricia Kricinski
Marloneduardo Silverio de Amorim	Patricia Regina Dos Santos
Matheus Henrique Henschel	Paula Castro Almeida
Matheus Ledra	Paulo Gerson Borges de Carvalho
Mauriane Lira Maestri	Paulo Junior Marinho Gomes
Mauro Chagas dos Santos	Paulyani Vissoci
Max Tertuliano Fischer	Pedro Conceicao Dos Santos
Mayara Apolonia Freitas Dos Santos	Pollyanna Cristina Voltolini
Meiriane DE Jesus Oliveira Santana	Presley Martins Santana
Michel Patitucci	Pricyla Barboza Lopes
Michele da Silva Pereira	Priscila Martins Santana
Michele Schmitz Riccio	Quesia Silveira de Miranda
Mikael Scuissiatto	Rafael Nascimento Vargas
Mikaella Morelli	Rafaela Schuartz Caviquioli
Mirela Thamara Heckert Lopes	Raiany Teodoro Mendes
Moisés Monziel de Albuquerque	Raquel de Oliveira Day Fonseca

Rayana da Silva Miranda	Silvana dos Santos
Renata Buosi Monteiro	Silvania Leal DE Souza Silva
Ricardo Luciano Pereira DA Silva	Silvia Aparecida Patrocinio
Ricardo Oliveira da Rocha	Silvia Helena Amorim Silva
Rodrigo Mendes Masene Reis	Simone Limas Morette
Rosana Gomes Sales	Simone Lourenço
Rosangela Caviquioli Werner	Simone Venera
Rosangela Paula da Anunciação	Sinara Cristina Rech
Rosani Dos Santos	Soeli Trigalo Pinheiro
Roselene Batista	Sônia Soares Teixeira
Roselis Caviquioli Lemmermeier DA Rosa	Stela Lopes de Lima
Rosenei Stocki Haveroth	Sueli da Conceição
Rosiane Lebeck	Suzana Souza Marinho
Rosilene Rodrigues DE Sousa	Sylmara Ferreira Duarte Hyarup
Rosineide Moreira O Dos Santos	Taís Cardoso Oliveira
Rosmari Makoski	Tais Franciele de Souza
Rubia DA Silva	Tami Teixeira Silva
Rudvan Quinto DE Souza Santos	Tamires Curcio Soares Cervi
Sabrina Luciane Maçaneiro Minatti	Tarciana Donini de Jesus
Sabrina Marques Gama do Nascimento	Tatiana Cunha Carminatti
Sabrina Miotto	Tatiana Jacaúna Andrade
Sabrina Oliveira Pereira	Tatiane DA Silva Avelar
Sabrina Souza DE Oliveira	Tatiane Dada
Salete Zeitz	Tatiele Atkienson
Salomão Aragão Dos Santos	Teilon Imianowsky
Samalla do Nascimento	Thaila Fernanda Serpa
Samira Alessandra Pinheiro Silva	Thais de Souza Alcântara Santana
Sara Barros Fidencio Pedrini	Thais Fagundes
Sara Rolim de Souza	Thays DA Costa Pantoja
Sarah Junckes Duarte	Thuane Caroline Fischer
Sergio Weinfuter	Tiago Henrique Ferreira Lopes
Sheila Cristina Ribeiro Santana	Tiago Olmiro Moreira Rosa
Sherline da Silva Lima	Vagner Jose Kohler
Sherollen Censi	Valdenir Jose Ferreira
Sidneia Dutra	Valdiva Teixeira

Valéria Amaranta Bolonine Silva

Vanessa Barbosa de Araujo Lima

Vanessa Correa

Vanessa Merisio da Silva

Vilmar Coelho

Vilmara Aparecida Giacomossi Ouriques

Viviane Bernardi

Viviane Helena Pereira

Viviane Schipitoski

Waly Gonçalves de Oliveira

Wanessa Regina Pereira Pardim

Warney Gleison Sales Barbosa

Wellen DE Lima Godoy

Wesley Felipe de Oliveira

Yago Filipe Dunka

Yasmin Inacio da Silva

Zenita Margarete Lopes Dearo Paza

Brusque, 17 de janeiro de 2017.

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

### **EXTRATO TERMO ADITIVO 03 CONTRATO 058-2014 SAMAE**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 058/2014

ESPÉCIE: serviços bancários de arrecadação e repasse de tarifas. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: inexigibilidade. PROCESSO LICITATÓRIO: 001/2014. VALOR GLOBAL: R\$ 18.000,00 . Dotação Orçamentária: 2017.80.01.2291.339039810000.20000 PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2017. DATA DA ASSINATURA: 22/12/2016; CONTRATADA: Banco Itau S/A. Diretora Presidente do SAMAE.

Brusque, 22 de dezembro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné  
Diretora Presidente  
SAMAE - Brusque

### **PORTARIA Nº 11.554/2017**

PORTARIA nº 11.554, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo II-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Milene Pugliesi Zapala Roza para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora, Símbolo CC-IV, lotada no Zoobotânico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 11.564/2017**

PORTARIA nº 11.564, DE 09 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Claudinei da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 11.620/2017**

PORTARIA nº 11.620, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo III-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Sandra da Conceição Bossa para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenadora, Símbolo CC-V, lotada no Fundação Cultural de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.621/2017**

PORTARIA nº 11.621, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Angelita Pedrini para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Símbolo CC-VI, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.622/2017**

PORTARIA nº 11.622, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear William Molina para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, Símbolo CC-III, lotado na Secretaria de Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.623/2017**

PORTARIA nº 11.623, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo II-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Vilson Testoni para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo CC-V, lotado no Zoobotânico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.624/2017**

PORTARIA nº 11.624, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear José Mario de Modesti para ocupar o cargo de

provimento em comissão de Coordenador, Símbolo CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 11.625/2017**

PORTARIA nº 11.625, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Valdir da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 11.626/2017**

PORTARIA nº 11.626, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rafael Scheibel de Andrade para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor, Símbolo CC-IV, lotado no

Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 11.582/2017**

PORTARIA nº 11.582, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Pedro Paulo Oliveira Barcelos para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 11.583/2017**

PORTARIA nº 11.583, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Sebastião José Hang para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 11.585/2017**

PORTARIA nº 11.585, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Darci Romeo Reale Junior para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 11.586/2017**

PORTARIA nº 11.586, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Joel Santos da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 11.587/2017**

PORTARIA nº 11.587, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jose Joventino dos Santos para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 11.589/2017**

PORTARIA nº 11.589, 12 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Luis Fernando Sanni do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral, Padrão CC-III, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.



Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 11.590/2017**

PORTARIA nº 11.590, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Exonera os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão na Administração Pública Municipal Direta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir de 12 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Bernardo Cardeal	Secretaria de Saúde
Bruna de Andrade	Secretaria de Saúde
Clotilde Imianowsky	Secretaria de Saúde
João Carlos Paza	Secretaria de Saúde
Luiz Fantini	Secretaria de Saúde
Rosana Hassmann Bertoldi	Secretaria de Saúde

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 11.591/2017**

PORTARIA nº 11.591, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Exonera os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e funções de confiança da Administração Pública Municipal Direta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir de 12 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Símbolo CC-V, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Célia Pereira dos Santos	Secretaria de Saúde
Victor Marcelino de Oliveira Sardo	Secretaria de Saúde

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 11.592/2017**

PORTARIA nº 11.592, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Exonera os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão na Administração Pública Municipal Direta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir de 12 de janeiro de 2017, do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, os servidores a seguir nominados:

Nome	Lotação
Grasiele Maffezzolli	Secretaria de Saúde
Sabrina Aparecida Bosco Radavelli	Secretaria de Saúde

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.600/2017**

PORTARIA nº 11.600, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Pedro Paulo Furtado para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.603/2017**

PORTARIA nº 11.603, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Vanessa de Souza Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.605/2017**

PORTARIA nº 11.605, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Carolina Maria Dalri Meireles para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretora, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.606/2017**

PORTARIA nº 11.606, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Heloisa Fernandes Almeida para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretora, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.607/2017**

PORTARIA nº 11.607, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Jiane Mara de Melo Heil para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretora, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.608/2017**

PORTARIA nº 11.608, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Vinicius Mateus Andrade para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.610/2017**

PORTARIA nº 11.610, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Dorival Depiné para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.611/2017**

PORTARIA nº 11.611, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Sara Leandra Torrezani para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.612/2017**

PORTARIA nº 11.612, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear João Luiz de Lima Moreira para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.613/2017**

PORTARIA nº 11.613, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Norival Carlos de Souza Junior para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.614/2017**

PORTARIA nº 11.614, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Rubens Zimmermann para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.617/2017**

PORTARIA nº 11.617, 12 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Leandra Ferreira da Silva para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.618/2017**

PORTARIA nº 11.618, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 174, de 20 de setembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Dagomar Carneiro para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-I, como Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.619/2017**

PORTARIA nº 11.619, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 174, de 20 de setembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Antônio Carlos Cerchiari Júnior para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.627/2017**

PORTARIA nº 11.627, 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear João Carlos Paza para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11.629/2017**

PORTARIA nº 11.629, 16 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Luiz Mattioli para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 12/2017 LEGISLATIVO**

Portaria Nº 12, de 13 de janeiro de 2017.

Declara a nulidade da Portaria nº 10 e Revoga a Portaria nº 11, ambas de 12/01/2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a nulidade da Portaria nº 10, de 12 de janeiro de 2017, publicada no DOM/SC em 13/01/17, Edição nº 2168, que havia nomeado o Senhor Moacir Giraldi no cargo em comissão de Chefe de Manutenção e Serviços Gerais do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 11, de 12 de janeiro de 2017, publicada no DOM/SC em 13/01/17, Edição nº 2168, que havia nomeado o Senhor Eduardo Serpa no cargo de provimento em comissão de Assessoria da Mesa Diretora do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Brusque, 13 de janeiro de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 13/2017 LEGISLATIVO**

Portaria Nº 13, de 13 de janeiro de 2017.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, no cargo em Comissão de Chefe de Manutenção e Serviços Gerais do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Eduardo Serpa, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.822.421 - SSP/SC, CPF nº 031.567.199-86, a contar de 13 de janeiro de 2017, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 13 de janeiro de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 14/2017 LEGISLATIVO**

Portaria Nº 14, de 13 de janeiro de 2017.

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, no cargo em Comissão de Assessoria da Mesa Diretora do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Moacir Giraldi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1.724.973-2 - SSP/SC, CPF nº 570.298.309-20, a contar de 13 de janeiro de 2017, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 13 de janeiro de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 15/2017 LEGISLATIVO**

Portaria Nº 15, de 17 de janeiro de 2017.

Nomeia Servidora.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, no Cargo Comissionado de Diretor do Departamento Jurídico e Legislativo – CC.DJL, do Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, criado pela Lei nº 3.689/13, a Senhora Fabiana Amalia Dalcastagne, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.580.271 e CPF nº 006.390.679-13, a contar de 23 de janeiro de 2017, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 17 de janeiro de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira  
Diretor Geral

# Caçador

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2017 - SECRETARIA DA FAZENDA

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO, que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT devolveu as notificações encaminhadas ao endereço sede, que consta no cadastro da empresa junto a Prefeitura, indicando a mudança de endereço do contribuinte; e

CONSIDERANDO, que nos termos do Art. 62 § 2 do Código Tributário Municipal o contribuinte é obrigado a comunicar a repartição própria do município, dentro de 20 (vinte) dias, para fins de atualização cadastral, ocorrências relacionadas a alteração de endereço e/ou atividade.

#### NOTIFICA

Que os contribuintes abaixo relacionados solicitem junto a Prefeitura, para exercício das atividades no novo local, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados a partir desta publicação sob pena de multa e cassação da licença, conforme determina o Código Tributário Municipal. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expedindo o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal de Caçador e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

ELÍDIO DE OLIVEIRA – 12.248.226/0001-95  
JANAÍNA RAQUEL DOS REIS – 12.378.821/0001-45  
JEFFERSON DO AMARAL – 21.333.196/0001-06  
JOSÉ VALDECIR DRUN – 11.198.745/0001-23  
PAULO MACEDA – 22.069.332/0001-65  
ROBSON ALEXANDER DE SOUZA MACHADO – 19.627.717/0001-96  
SIGMASUL TRANSPORTES – 13.842.113/0001-86  
CASAREIRA IND. E COM. DE ALIMENTOS – 04.746.496/0001-06  
LEONIDES ANDRADE RIBEIRO FILHO – 04.942.877/0001-52  
KALURI AUTOMAÇÃO COMERCIAL – 04.300.047/0001-21  
NEOMAIR GODOY E CIA – 04.935.174/0001-05  
JKL COMÉRCIO DE CONFECÇÕES – 03.672.171/0001-55  
ALMIR SCHNEIDER E CIA – 04.458.363/0001-26  
SILVIO ANDRE DEBONI – 83.054.957/0001-48  
BEBBER COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS – 75.455.824/0012-08  
ADRIANA KARPINSKI DE GOES – CNPJ 10.811.132/0001-57  
MARCO ANTONIO HEINE FARIAS – CNPJ 09.615.425/0001-80  
BUSINESS TELECOM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS – CNPJ 00.462.869/0001-58  
MICHELE CRISTIANE CARNEIRO – CNPJ 08.865.536/0001-81  
F1 MULTIMARCAS COMÉRCIO DE VEÍCULOS – CNPJ 07.172.031/0001-79  
DJEISON SANTOS MOREIRA – CNPJ 07.618.448/0001-12  
SOUSA CURSOS PROFISSIONALIZANTES – CNPJ 07.989.982/0001-35  
GUILL SOLUÇÕES EMPRESARIAIS – CNPJ 00.370.815/0001-62  
SCODAGO EDITORA JORNALISTICA – CNPJ 08.179.126/0001-87  
ESSENCIA DA VIA PRESENTES – CNPJ 05.508.678/0001-01  
A & V INDÚSTRIA E COMÉRCIO E SERVIÇOS – CNPJ  
BACK REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS – CNPJ 11.846.510/0001-09

Caçador, 13 de Janeiro de 2017.

OSÓRIO ELIAS TIMERMANN  
Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA  
Sec.Adj.Ass.Fazenda

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de botijões de gás de cozinha com 13 quilos e 45 quilos, a base de troca, para utilização em escolas e outros setores da Prefeitura Municipal de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa AB GÁS LTDA, CNPJ: 04.205.215/0001-08, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 97/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	300	Botijão (a base de troca)	GÁS DE COZINHA 13 QUILOS (a base de troca) – Para entrega na REGIÃO “Centro e Bairros próximos ao Centro” (com distância máxima aproximada de 3 km, contados do prédio da Prefeitura Municipal)	56,3976	16.919,28
02	300	Botijão (a base de troca)	GÁS DE COZINHA 13 QUILOS (a base de troca) – Para entrega na REGIÃO “Bateias de Cima/Bateias de Baixo/ Lageado e Fragosos” (com distância máxima aproximada de 15 km, contados do prédio da Prefeitura Municipal)	56,3976	16.919,28
03	50	Botijão (a base de troca)	GÁS GLP 45 - Entrega nas unidades escolares do Centro e Bateias de Baixo.	207,2285	10.361,425
VALOR GLOBAL				R\$ 44.200,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

AB GÁS LTDA  
Representante legal

### CONVOCAÇÃO Nº 003/2017

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 003/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CARLOS GUSTAVO DA SILVA IAGER, inscrito no CPF/MF sob nº 449.053.940-15, aprovado em 6º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público exercendo a Função de ODONTÓLOGO I – 20 HORAS SEMANAIS, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 20 de janeiro de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

### DECRETO Nº 10.245 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 10.245 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO IPRECAL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 87 da CF/88, e tendo em vista o disposto na Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003;  
Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 no art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;  
Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.152, de 29 de julho de 2015;  
Considerando o disposto no Decreto Federal nº 8.948 de 29 de dezembro de 2016; e no Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048 de 06 de maio de 1999;  
Considerando ainda, o disposto na Portaria Interministerial MPS/MF nº 08 de 13 de janeiro de 2017, publicada no D.O.U. em 16 de janeiro de 2017;

DECRETA:



Art.1º) Os benefícios mantidos pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre – IPRECAL, com fundamento no Artigo 40, § 1º, Incisos I, II, III, Alíneas “a” e “b” e § 7º, Incisos I e II da Constituição Federal e Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/03, serão reajustados em 6,58% (seis inteiros e cinquenta e oito décimos por cento), com efeitos retroativos a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art.2º) Os benefícios no valor de um salário mínimo passam de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) para R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), a contar de 01 de janeiro de 2017.

Art.3º) O teto da Previdência Social para o ano de 2017 é no valor de R\$ 5.531,31 (cinco mil, quinhentos e trinta e um reais, trinta e um centavos).

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO.

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
Até janeiro de 2016	6,58
Em fevereiro de 2016	4,99
Em março de 2016	4,01
Em abril de 2016	3,55
Em maio de 2016	2,89
Em junho de 2016	1,89
Em julho de 2016	1,42
Em agosto de 2016	0,77
Em setembro de 2016	0,44
Em outubro de 2016	0,38
Em novembro de 2016	0,21
Em dezembro de 2016	0,14

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 13.972 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.972 DE 17 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal ERNANI DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000741, Registro no Sistema sob nº 955270, ao Cargo Público de Professor IX, Função de Professor de História, exercendo a Função Gratificada de Diretor de Escola da EMEF – Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Diretor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.973 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.973 DE 17 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE, Matrícula Funcional nº 000858, Registro no Sistema sob nº 955557, ao Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.974 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.974 DE 17 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal FERNANDA LEMOS MAROS, Matrícula Funcional nº 000867, Registro no Sistema sob nº 955566, ao Cargo Público de Professor VIII, exercendo a Função de Professor de Geografia, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.975 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.975 DE 17 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO DIRETOR DE ESCOLA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal FERNANDO LUIS RANK, Matrícula Funcional nº 000677, Registro no Sistema sob nº 955108, Cargo Público de Professor II, Função de Professor de Educação Física, exercendo a Função Gratificada de Diretor de Escola da EMEF – Marise Neneve Cordeiro, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Diretor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.976 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.976 DE 17 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias ao Servidor Público Municipal HIRVING ALECSSEY KERETCH ULBIRICH, Matrícula Funcional nº 000871, Registro no Sistema sob nº 955570, ao Cargo Público de Professor V, exercendo a Função de Professor de Língua Portuguesa, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.977 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.977 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A DIRETORA DE ESCOLA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal JANETE DRANCKA, Matrícula Funcional nº 000234, Registro no Sistema sob nº 612201, Cargo Público de Professor I, Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, exercendo a Função Gratificada de Diretor de Escola da EMEB – Bela Vista Profª. Zilka de França Hasselmann, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 21 de fevereiro de 2016 a 20 de fevereiro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 21 de fevereiro de 2016 a 20 de fevereiro de 2016.

Art.2º) A Diretora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.978 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.978 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal JAQUELINE SORAIA AMORIM TABERT, Matrícula Funcional nº 000802, Registro no Sistema sob nº 955468, Cargo Público de Professor I, Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, exercendo a Função Gratificada de Diretor Adjunto de Escola da EMEB – Maria José Duarte Silva Bernardes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Diretora Adjunta gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 21 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.979 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.979 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial

aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal LUANA BRUNA RODRIGUES, Matrícula Funcional nº 000857, Registro no Sistema sob nº 955556, ao Cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.980 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.980 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal LUCIANE DE FÁTIMA ALVES FERREIRA RODRIGUES, Matrícula Funcional nº 000866, Registro no Sistema sob nº 955565, ao Cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.981 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.981 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARIA DORALICE SESTREN ARBIGAUS, Matrícula Funcional nº 000869, Registro no Sistema sob nº 955568, ao Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 13.982 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.982 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A DIRETORA DE ESCOLA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARILDA SCHADECK, Matrícula Funcional nº 000140, Registro no Sistema sob nº 197000, Cargo Público de Professor I, Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, exercendo a Função Gratificada de Diretor de Escola da EMEB – Maria José Duarte Silva Bernardes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 15 de julho de 2016 a 14 de julho de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 15 de julho de 2016 a 14 de julho de 2017.

Art.2º) A Diretora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.983 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.983 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARIANE LOPES, Matrícula Funcional nº 000862, Registro no Sistema sob nº 955561, ao Cargo Público de Professor V, para exercer a Função de Professor da Língua Portuguesa, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 13.984 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.984 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY, Matrícula Funcional nº 000082, Registro no Sistema sob nº 295130, ao Cargo Público e Função de Especialista em Assuntos Educacionais, exercendo a Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica na EMEB – Maria José Duarte Silva Bernardes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2016 a 14 de janeiro de 2017.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 15 de janeiro de 2016 a 14 de janeiro de 2017.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.985 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.985 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARQUIELLI APARECIDA ROSÁRIO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000756, Registro no Sistema sob nº 955355, no Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, exercendo a Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Bela Vista – Profª. Zilka de França Hasselmann, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.986 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.986 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO DIRETOR DE ESCOLA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 33 (trinta e três) dias de férias ao Servidor Público Municipal SILON FLORES DE SOUZA JUNIOR, Matrícula Funcional nº 000785, Registro no Sistema sob nº 955415, ao Cargo Público de Professor VII, na Função de Professor de Ciências, exercendo a Função Gratificada de Diretor da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Paulo Fuckner, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Diretor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 a 27 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.987 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.987 DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA PEDAGÓGICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SIMONE IRENE FUCKNER WALTSMANN, Matrícula Funcional nº 000596, Registro no Sistema sob nº 954829, Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, exercendo a Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica, na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Paulo Fuckner, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 26 de

dezembro de 2016 á 24 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.988 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.988 DE 17 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal VANESSA HACKE DE FARIAS, Matrícula Funcional nº 000861, Registro no Sistema sob nº 955560, ao Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.989 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.989 DE 17 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal VIVIANE CCHALOUPECK SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 000842, Registro no Sistema sob nº 955529, ao Cargo Público de Professor V, exercendo a Função de Professor de Língua Portuguesa, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 21 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.990 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.990 DE 17 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 37 (trinta e sete) dias de férias ao Servidor Público Municipal EMERSON CHRISTIAN RIBAS, Matrícula Funcional nº 000870, Registro no Sistema sob nº 955569, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 31 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.991 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.991 DE 17 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal ERONCLEITON CARNEIRO RIBAS, Matrícula Funcional nº 000697, Registro no Sistema sob nº 955140, ao Cargo Público e na Função de Médico II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 17 de janeiro de 2017 á 26 de janeiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 17 de janeiro de 2017 sob o nº 7.702.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no

endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 13.992 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 13.992 DE 17 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal ALCIOLI RODRIGUES, Matrícula Funcional nº 000793, Registro no Sistema sob nº 955455, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§1º – As férias de que trata o Caput deste Artigo, referente ao período aquisitivo 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

§2º – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2016 á 03 de fevereiro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2016.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PREGÃO 01/2017 FMS**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 01/2017 - FMS  
Objeto: Fixar percentual de desconto que será concedido sobre os valores dos medicamentos constantes da Revista ABC Farma, da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico, em vigor, para futuras aquisições de medicamentos que não compõe a farmácia básica municipal. Medicamentos estes prescritos por médicos, necessários e imprescindíveis para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde  
- A previsão orçamentária para os gastos com os medicamentos (referente ao objeto da licitação) é de R\$ 136.320,00 (cento e trinta e seis mil e trezentos e vinte reais), que poderão ser



consumidos até 31/12/2017, sendo emitido empenho prévio estimativo.

O critério de julgamento será pelo requisito MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre o preço máximo ao consumidor de qualquer dos medicamentos divulgados na Revista ABC Farma, da Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico, em vigor

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: até as 13 horas e 45 minutos, do dia 30/01/2017, no protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data/horário/local para início da realização da sessão pública do Pregão: 30/01/2017, às 14 horas, no prédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

· Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.06 – Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 57 – Assistência Farmacêutica; Projeto: 2.030 – Aquisição e Distribuição de Medicamentos Eletivos; Elemento de Despesa: 3.90.32.00.00.00.00 – Material de Distribuição Gratuita; Recurso: 00.01.0099 – Receita Impostos e Transf. De Impostos - Saúde;

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "01/2017 - FMS".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município. Campo Alegre, 17 de janeiro de 2017.

Carolina da Costa Telma

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**PREGÃO 03/2017**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017**

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de material químico (hidróxido de cálcio, ácido fluossilícico, sulfato de alumínio, cloro gás e hipoclorito de sódio) para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Saneamento Ambiental do município de Campo Alegre – SC, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	10.000	KG	<b>Hidróxido de cálcio líquido com no mínimo 95% em suspensão</b> para correção do pH da água, conforme padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Composição Físico-química: Teor de Ca(OH) <sub>2</sub> : 19% a 21% Teor de CaCO <sub>3</sub> : 0,50 % Máximo Teor de insolúveis em HCl (SiO <sub>2</sub> +resíduos insolúveis): 0,05% Máximo Retido 200 Mesh /Insolúveis em água:0,50% Máximo Suspensão em 24 h: 95,00% (Mínimo) Densidade: 1,10 g/ml (Mínimo) Viscosidade copo Ford 04 mm: 17segundos (Máximo) Dioxinas e Furanos: Isentos Impurezas Metálicas, Metais pesados, Fluoretos, Radionuclídeos: Em conformidade com a ABNT NBR nº15784/2014 e Portaria do MS nº2914/2011. Aspecto: branco leitoso e inodoro. Descrição do produto: Produto químico para fins de correção da alcalinidade da água bruta e de pH da água filtrada do tratamento de água para abastecimento público, conforme norma ABNT NBR 15784:2014 (Produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano), ABNT NBR 14725:2012. (Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente) e Portaria nº 2914/GM/MS, de 12 de dezembro de 2011 (Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade). <b>A empresa vencedora deverá disponibilizar um container de 1.200 kg em forma de comodato na Secretaria de Saneamento Ambiental.</b>	2,40	24.000,00
02	6.000	KG	<b>Ácido Fluossilícico a 20%, para fluoretação de água</b> , conforme estabelece a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Kg 4.000 Especificações técnicas do produto: Composição química: Especificação: Teor de H <sub>2</sub> SiF <sub>6</sub> : mínimo de 20%; Arsênio: máximo de 80,0 mg/kg; Cádmio: máximo de 10,0 mg/kg; Chumbo: máximo de 20,0 mg/ kg; Cromo: máximo de 30,0 mg/kg; Mercúrio: máximo de 80,0 mg/kg; Prata: máximo de 80,0 mg/kg; Selênio: máximo de 80,0 mg/kg; Características físicas: Especificação; Estado físico: líquido; Forma: levemente viscoso Cor: amarelo claro; Odor: penetrante; Densidade: Mínima de 1,17 g/cm <sup>3</sup> Apresentar, em cada entrega, o Certificado de conformidade da composição Físico-Química do produto. Apresentar, a cada 06 meses, Laudo de análise nos valores máximos permissíveis, em mg/Kg, dos seguintes elementos (toxicidade): Arsênio (Máximo de 80,0 mg/kg cada elemento), Cádmio (Máximo de 10,0 mg/kg), Chumbo (Máximo de 20,0 mg/kg), Cromo (Máximo de 30,0 mg/kg), Mercúrio (Máximo de 80,0 mg/kg), Prata (Máximo de 80,0 mg/kg) e Selênio (Máximo de 80,0 mg/kg). <b>A empresa vencedora deverá disponibilizar um container de 1.200 kg em forma de comodato na Secretaria de Saneamento Ambiental.</b>	2,42	14.520,00

03	6.000	KG	<b>Sulfato de Alumínio Granulado, isento de ferro, em sacos de 25 kg.</b> Para tratamento da água, conforme padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Especificações técnicas do produto: Composição química: Especificação Teor de $Al_2(SO_4)_3$ : mínimo de 50% Óxido de Alumínio – $Al_2O_3$ : (% m/m): 7,5 – 8,3; Ferro Total Solúvel $Fe_2O_3$ : (% m/m): Máximo 0,25; Basicidade livre (% m/m - $Al_2O_3$ ): Máximo 0,4; Acidez livre (% m/m - $H_2SO_4$ ): máximo 0,5; pH sol. 1% (m/v) a 25°C: 3,5 - 4,2; Antimônio (mg/kg): máximo de 2; Arsênio (mg/kg): máximo de 4; Cádmio (mg/kg): máximo de 2; Chumbo (mg/kg): máximo de 4; Cromo (mg/kg): máximo de 22; Mercúrio (mg/kg): máximo de 0,4; Selênio (mg/kg): máximo de 4; Fenol: ausente; Resíduo insolúvel em água: = 0,01 %	2,1	12.600,00
04	1.200	KG	<b>Cloro gás</b> , para desinfecção de água, conforme estabelece a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Kg 13.500. Especificações técnicas do produto: Composição química: Especificação: Cloro Ativo: > 99,5% v/v de $Cl_2$ Ferro: < 10 ppm de Fe; Resíduo não volátil: < 75 ppm de RNV; Umidade: < 50 ppm de $H_2$	8,59	10.308,00
05	8.000	KG	<b>Hipoclorito de Sódio 10/12%.</b> Fórmula química: $NaClO$ 2. Características Gerais Hipoclorito de sódio apresenta-se na forma líquida de cor amarela translúcida ou esverdeado, com forte odor de cloro. Determinação Especificação Concentração (Cloro Ativo) (%) Mín. 10,0 Densidade (g/cm <sup>3</sup> ) 1,190 - 1,230 Aspecto Amarelo Chumbo (Pb) Isento Ferro (Fe) (ml/L) Máx. 3,0. <b>(A empresa vencedora deverá disponibilizar um container de 1.200 kg em forma de comodato na Secretaria de Saneamento Ambiental.)</b>	1,84	14.720,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 76.148,00</b>	

Critério julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE.**

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia **30/01/2017, às 10 horas**, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: **até 09 horas e 45 minutos do dia 30/01/2017**, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias Secretaria Municipal Saneamento Ambiental na seguinte classificação:

<b>3.3.90.30.00.00</b>	Material de Consumo
------------------------	---------------------

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone “Licitação” / “Pregão” / “Pregão 03/2017”.

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 17 de janeiro de 2017.

**Lucilaine Mokfa Schwarz**  
Secretária Municipal de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 01/2017**

PORTARIA Nº 01, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORA PARA FUNÇÃO GRATIFICADA – ASSESSORA GERAL

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 064 de 30 de abril de 2009, RESOLVE:

NOMEIA

Art. 1º ) Fica Nomeada, a Servidora Publica Municipal Sra. BETINA MOREIRA DA SILVA, para exercer a função de confiança: ASSESSORA GERAL, para exercer as atribuições definidas no Anexo VII, da Lei Complementar nº 064 de 30 de abril de 2009, percebendo o valor pecuniário conforme previsto no Anexo VIII da mesma Lei, na Função Gratificada FG-2L, lotada na Câmara Municipal de Campo Alegre.

Art. 2º ) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 01 de Janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidência, 17 de janeiro de 2017.

JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK

Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 02/2017**

PORTARIA Nº 02, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA – ASSESSOR CONTABIL E RECURSOS HUMANOS.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 064 de 30 de abril de 2009, RESOLVE:

NOMEIA

Art. 1º ) Fica Nomeado, o Servidor Publico Municipal Sr. FERNANDO GROSSKOPF, para exercer a função de confiança: ASSESSOR CONTABIL E DE RECURSOS HUMANOS, para exercer as atribuições definidas no Anexo VII, da Lei Complementar nº 064 de 30 de abril de 2009, percebendo o valor pecuniário conforme previsto no Anexo VIII da mesma Lei, na Função Gratificada FG-1L, lotado na Câmara Municipal de Campo Alegre.

Art. 2º ) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 01 de Janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidência, 17 de janeiro de 2017.

JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK

Presidente da Mesa

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO PP 04/2017 SERVIÇOS LAVAÇÃO VEÍCULOS - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 06/02/2017 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 18 de janeiro de 2.017.

SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA  
Secretaria Municipal de Saúde

### CHAMADA PÚBLICA 01/2017

CHAMADA PÚBLICA nº 01/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Chamada Pública nº 01/2017, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 04/2015.

A Prefeitura Municipal Campos Novos, pessoa jurídica de direito público, com sede à rua Expedicionário J.B de Almeida, nº 323, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.232/0001-74, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor Silvio Alexandre Zancanaro, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução FNDE nº 04/2015,

através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PENAE, no período de 06 meses. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de 19 de janeiro de 2017 às 13:30 horas até o dia 16 de fevereiro de 2017 às 17:30, na sede da Prefeitura Municipal, localizada à rua Expedicionário Joao Batista de Almeida.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 117/17

PORTARIA Nº 117/17 de 17/01/17

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANO BUGANÇA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JULIANO BUGANÇA para exercer o cargo de ENGENHEIRO CIVIL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2017.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
17 de janeiro de 2017  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 01/2017

Portaria Nº 1/2017

NOMEIA O SERVIDOR LUIZ CELSO KUNEN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS-SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, III, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia, o Senhor LUIZ CELSO KUNEN, brasileiro, casado, portador da CI nº 1.072.392, SSP/SC, expedida em 18/11/2005, CPF nº 345.605.139-53, para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete - CG - 01 da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Campos Novos, 17 de Janeiro de 2017.

José Adelar Carpes

Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 02/2017**

Portaria Nº 2/2017

NOMEIA A SERVIDORA RAQUEL DA COSTA VIEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA JURIDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS-SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, III, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomeia, a Senhora RAQUEL DA COSTA VIEIRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SC sob o nº 22.751, portadora do RG nº 4.244.592 - SSP/SC, CPF nº 036.636.029-90, para o cargo em comissão de Assessora Jurídica - AJ - 01 da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 17 de Janeiro de 2017.

José Adelar Carpes
--------------------

Presidente da Mesa
--------------------

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO 280/2016

DECRETO Nº. 280/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras de Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras de Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 200.000,00

Recursos 11200 – Convênio Trânsito SSP/SC - Prefeitura

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
11200	154.550,00	354.550,00	200.000,00
TOTAL			200.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

### DECRETO 283/2016

DECRETO Nº. 283/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 27.747,59 (vinte e sete mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:



I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Atividade 1.002 – Construções, ampliações e reformas de CEI's

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 27.747,59

Recursos 13600 – Salário Educação -FNDE

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 27.747,59 (vinte e sete mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
13600	2.476.500,00	2.504.247,59	27.747,59
TOTAL			27.747,59

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**DECRETO 285/2016**

DECRETO Nº. 285/2016

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”**

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.927 de 20/10/2016, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.927 de 20/10/2016, no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 01: Câmara de Vereadores de Canoinhas

Unidade 01.01: Câmara de Vereadores de Canoinhas

Função 1: Legislativa

Subfunção 32: Controle Externo

Programa 1: Legislativo Eficiente

Proj./Ativ. 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 250.000,00

Recursos 00602 – Recursos Ordinários

Proj./Ativ. 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 120.000,00

Recursos 00602 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:



I)  
Orgão 01: Câmara de Vereadores de Canoinhas  
Unidade 01.01: Câmara de Vereadores de Canoinhas  
Função 1: Legislativa  
Subfunção 32: Controle Externo  
Programa 1: Legislativo Eficiente  
Proj./Ativ. 3.075 – Construção da Nova Câmara de Vereadores  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 370.000,00  
Recursos 00602 – Recursos Ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **DECRETO Nº 007/2017**

DECRETO Nº. 007/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as inúmeras atribuições incumbidas à Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de delegação para o desempenho de atividades incumbidas ao gestor público;

“DELEGAR PODERES”

Art. 1º - Fica delegado ao servidor DIOGO CARLOS SEIDEL, ocupante do cargo efetivo de Administrador, a partir de 02/01/2017, a responsabilidade pela conferência dos atos de competência do Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento para, inclusive, exarar sua assinatura, em conjunto com este, em todos os atos que lhe competem no regular desempenho da função.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de janeiro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## **DECRETO Nº 008/2017**

DECRETO Nº. 008/2017

“ESTABELECE TABELA DE PREÇOS PARA OS SERVIÇOS DE BALSA NOS DISTRITOS DE PAULA PEREIRA, FELIPE SCHIMDT, NAS LOCALIDADES DE TAUNAY E SANTA LEOCÁDIA”.

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica estabelecida a seguinte tabela de preços para os serviços de Travessia de Balsa nos distritos de Paula Pereira e Felipe Schmidt e nas localidades de Taunay e Santa Leocádia, a partir de 01 de Janeiro de 2017:

Animais R\$ 1,50  
Automóvel R\$ 10,00  
Bicicleta R\$ 2,00  
Caminhão Toco Carregado R\$ 11,00  
Caminhão Toco Vazio R\$ 11,00  
Caminhão Truck Carregado R\$ 12,00  
Caminhão Truck Vazio R\$ 12,00  
Camionete R\$ 6,00  
Carroça R\$ 3,00  
Máquinas Agrícolas Motorizadas R\$ 11,00  
Motocicleta R\$ 2,50  
Ônibus R\$ 15,00  
Trator R\$ 7,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 036/2017**  
PORTARIA Nº. 036/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 103 § 1º da Lei nº. 2.305/90, resolve:

**INTERROMPER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam interrompidas as Férias concedidas ao servidor RUBENS RIBEIRO, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de janeiro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 039/2017**  
PORTARIA Nº. 039/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora DAIANE RODRIGUES, efetivo no cargo de Técnico de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 23/01/2017 a 11/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 016/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor RICARDO JOSÉ LEMOS PEREIRA DE SOUZA, efetivo no cargo de Técnico em Radiologia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 12/01/2017 a 31/01/2017, conforme Comunicação Interna nº 016/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 040/2017**

PORTARIA Nº. 040/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor LORIVAL SCHIPITOSKI, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 20/01/2017 a 29/01/2017, conforme Comunicação Interna nº 017/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 041/2017**

PORTARIA Nº. 041/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido LINE BEATRIZ RIBEIRO VIEIRA DE LIMA, efetiva no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/01/2017, por motivo de Aposentadoria Junto ao INSS, conforme Comunicação Interna nº 017/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 042/2017**

PORTARIA Nº. 042/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio à servidora BEATRIZ PRUST DA CRUZ, efetiva no cargo de Professora de Anos Iniciais, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 01/02/2017 a 17/03/2017, conforme Comunicação Interna nº 018/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 70 (setenta) dias de Licença Prêmio ao servidor LUÍS ROBERTO HOLLER, efetivo no cargo de Professor de Anos Iniciais, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, a desfrutar no período de 01/02/2017 a 11/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 018/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 044/2017**

PORTARIA Nº. 044/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

**"AUTORIZAR"**

Art. 1º - Fica autorizado RUBENS RIBEIRO, efetivo no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas dentro do Município de Canoinhas, tendo em vista, que este precisa se locomover para transporte de funcionários e entrega de medicamentos nos postos de saúde, conforme comunicação interna nº 013/ST/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 048/2017**

PORTARIA Nº 048/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, e artigo 1º, da Lei nº 2.830 de 11/03/1997, resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE  
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Art. 1º - Fica nomeado JOSÉ DARCI DE MOURA BUENO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Obras e Serviços, junto a Secretaria Municipal de Obras, a partir de 16/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 049/2017**

PORTARIA Nº 049/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, e artigo 1º, inciso II, da Lei nº 5.055 de 10/01/2013, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE  
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeada PATRÍCIA MARQUES WEIL, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisora II, junto ao Gabinete do Prefeito, a partir de 17/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 05/2017 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 06/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 05/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/02/2017, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS LEVES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 02/02/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### PORTARIA 0023/2017

PORTARIA Nº 0023, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Nomear Ivair Lopes Rodrigues, matrícula nº 410146/01 no cargo de provimento em comissão de Diretor do Sistema de Controle Interno, nível CC – 3, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

### PORTARIA 0025/2017

PORTARIA Nº 0025, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Designa servidores para representarem a Administração Municipal de Capinzal, em suas respectivas Secretarias, nos contratos administrativos firmados por intermédio de processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades de licitação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Designar os servidores a seguir relacionados, para representarem a Administração Municipal de Capinzal, em suas respectivas Secretarias, nos contratos administrativos firmados por intermédio de processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades de licitação:

I – Rosane de Lurdes Coroneti, matrícula nº 158909/07, representante da Secretaria de Infraestrutura;

II – Gisela Nara Martins, matrícula nº 310310/01, representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes;

III – Luana Soccol, matrícula nº 330833/05, representante da Secretaria da Administração e Finanças;

IV – Maria Dagmar Wolff Surdi, matrícula nº 110370/01, representante da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente;

V – Leandro Jaco Paza, matrícula nº 313076/01, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

VI – Alessandro Braga Ramos, matrícula nº 305340/01, representante da Secretaria da Saúde;

VII – Sandra Eloíza Jung, matrícula nº 318604/03, representante

da Secretaria da Assistência Social.

VIII - Leandro Jaco Paza, matrícula nº 313076/01, representante do FIA – Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

IX - Alessandro Braga Ramos, matrícula nº 305340/01, representante da FME – Fundação Municipal de Esportes;

X - Rosane de Lurdes Coroneti, matrícula nº 158909/07, representante do FMH - Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º Aos servidores designados compete, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato na condição de representante da Administração especialmente designado, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§1º O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em, no mínimo, quinze (15) dias antes do vencimento do contrato, para a adoção das medidas convenientes.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

HILARIO CHIAMOLERA

Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 0026/2017

PORTARIA Nº 0026, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Designa servidores para representarem a Administração Municipal de Capinzal, em suas respectivas Secretarias, como Ordenadores de Despesas

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Designar os servidores a seguir relacionados, para representarem a Administração Municipal de Capinzal, em suas respectivas Secretarias, como Ordenadores de Despesas:

I – Sandra Eloíza Jung, matrícula nº 318604/03, representante do FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social;

II – Nadir Durli, matrícula nº 324620/06, representante do FMH - Fundo Municipal de Habitação;

III – Alessandro Braga Ramos, matrícula nº 305340/01, representante da FME - Fundação Municipal de Esportes;

IV - Leandro Jaco Paza, matrícula nº 313076/01, representante do FIA – Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

V – Alessandro Braga Ramos, matrícula nº 305340/01, representante

do FMS - Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

HILARIO CHIAMOLERA

Secretário da Administração e Finanças, interino

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****BALANCETE FINANCEIRO - POR CATEGORIA ECONÔMICA - DEZEMBRO/2016**

Betha Sistemas  
Exercício de 2016  
Período: Dezembro  
Página: 1

**SANTA CATARINA**  
**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>632.771,42</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>712.438,63</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.266,65	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>712.438,63</b>
RECEITA PATRIMONIAL	22.792,15	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	335.938,81
RECEITA DE SERVIÇOS	578.694,31	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	193.570,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.018,31	INVESTIMENTOS	182.929,49
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.665.858,67</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.745.034,71</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	100.600,43	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	180.687,01
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	771.404,30	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	760.455,90
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	91.872,11	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	91.872,11
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	701.981,83	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	712.019,69
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.335.011,85</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.176.168,60</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	2.192.163,46	BANCO C/ MOVIMENTO	2.032.450,16
BANCOS C/ VINCULADAS	7.645,77	BANCOS C/ VINCULADAS	7.645,77
POUPANÇA	135.202,62	POUPANÇA	136.072,67
<b>TOTAL</b>	<b>4.633.641,94</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.633.641,94</b>

CAPINZAL, 17/01/2017

SIDNEI PENZO  
DIRETOR

MARIZA BRESSAN R. DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 038/2017

DECRETO Nº 038/2017

“DESIGNA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de acordo com o Inciso IV, do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e Decreto 207/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo Edital 01/2016, que visa à contratação de professores em caráter temporário para o ano letivo de 2017, composta pelos seguintes servidores.

PRESIDENTE: Bernardete Marangoni Vivian

MEMBRO: Ivete Gottardi da Silva

MEMBRO: Nelides Eva Filippin

Art. 2º. A presente comissão fica encarregada de Fiscalizar e Acompanhar todas as etapas do presente Processo seletivo e tomar todas as providências necessárias para sua realização, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Rrevogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto n. 15/2016.

Caxambu do Sul/SC, 16 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 07/2017

PORTARIA Nº 07/2017

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

OSVALDO HUNTEMAM, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art.1º- Fica nomeada a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores de Caxambu do Sul, para atuar em caráter permanente no exercício de 2017, composta por três membros.

Art.2º- A Comissão permanente de Licitação ora instituída será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I- ADILSO GARGHETTI

II- ANTONIO PRIMO ZILLOTTO

III- LIZIANA PASIN SOARES

Art.3º- Os membros da Comissão terão as atribuições previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

Art.4º Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação.

Art.5º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 17 de janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

OSVALDO HUNTEMAM

Presidente

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### ATA CONTRATO 02 E 03/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2017

PROCESSO: 01/2017 – PP: 01/2017

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pelo Sr. ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

POSTO DO ANGELIN LTDA, inscrita no CNPJ nº 02851488/0001-96 com sede na RUA DOM DANIEL HOSTIN, 1455 - CENTRO, neste ato representado pelo Sr. VALDECIR GRASSI;

POSTO DO ESCURINHO, inscrita no CNPJ nº 01545457/0001-44 com sede na RUA DOM DANIEL HOSTIN, 658 - CENTRO, neste ato representado pela Sra. ANA LUCIA BOM MORO, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### 1. DO OBJETO

1.1 O DETENTOR obriga-se a entregar: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) E ÓLEO LUBRIFICANTE CONFORME PORTARIA ANP n.º 129 de 30/07/99, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OFICIAIS, VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, E CAMARA DE VEREADORES DE CELSO RAMOS, BEM COMO AOS AUTOMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

#### 2. DO VALOR E DOS ITENS

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

#### 2.2 - DOS ITENS

#### 3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar o objeto licitado onde for requerido pela Secretaria municipal solicitante de forma imediata.

3.2 Todos os itens entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os produtos deverão ser entregues mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

3.4 - A entrega dos itens deverá ser de maneira imediata, conforme requisição emitida pelo Departamento de Compras do Município.

2.5 - Tendo em vista que se trata de REGISTRO DE PREÇOS a Administração fará a aquisição dos produtos conforme a demanda e necessidade no decorrer do exercício de 2017 a janeiro de 2018.

#### 4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

#### ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o material requisitado de forma imediata conforme a necessidade de cada secretaria.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

#### 6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até 45 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

#### 7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, após 90 dias da homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

#### 8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de

30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### 9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de janeiro/2017 a janeiro/2018.

#### 10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

#### 11. DESPESA

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias de 2017.

02 Câmara de vereadores

05, 08 Gabinete do Prefeito

11 Secretaria de Administração

17 Secretaria de Agricultura

31 Secretaria da Cidade e meio Ambiente

39, 40 Secretaria de Transporte e Obras

44 Secretaria do Esporte, Turismo e Cultura

51, 59, 61, 65 Secretaria de Educação

74 Fundo de Assistência Social

91 Fundo de defesa Civil

101 Fundo Municipal do Idoso

12, 25, 23 Secretaria Municipal de Saúde

#### 12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

#### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

#### 14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 18 de janeiro de 2017.

PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORES:

POSTO DO ESCURINHO

POSTO ANGELIN

Visto e aprovado por:

JOAO GUILHERME BISCARO – ASSESSOR JURIDICO – OAB 28375

#### CANCELAMENTO ITENS 03/17 FMS

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL 03/2017

O Departamento de Compras de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos, através da Pregoeira Larissa Fabiane de Oliveira, comunica o CANCELAMENTO dos seguintes ITENS do PREGÃO PRESENCIAL 03/2017, por não se fazer necessária nova contratação imediata pela administração, tendo em vista que os itens abaixo relacionados no presente Edital de Licitação ainda constam em ata de registro preço vigente:

PREGÃO PRESENCIAL 03/2017

ITENS CANCELADOS: 31, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 100, 101, 115, 159 E 186.

Os itens ora cancelados serão objeto de nova licitação, depois de expirado o prazo da ata de registro de preço vigente.

IMPORTANTE – Os demais itens do pregão relacionado permanecem inalterados, cujas propostas serão abertas na data e horário previsto no Edital.

Entretanto novo arquivo Beta Autocotação sem os itens acima relacionado, será gerado e disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Celso Ramos.

Celso Ramos, 17 de janeiro de 2017.

Larissa Fabiane de Oliveira

Pregoeira

**EDITAIS 06, 08, 09 E 11/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 06/2017

PROCESSO: 06/2017

31/01/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 18 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 06/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 07/02/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 18 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 07/2017

PROCESSO: 08/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 07/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E LAVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OFICIAIS, VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, ASSIM COMO OS AUTOMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS..

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 03/02/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 18 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 09/2017

PROCESSO: 10/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 09/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE 1.ª LINHA, CERTIFICADOS PELO INMETRO, COM NO MÁXIMO 6 MESES DE FABRICAÇÃO À DATA DO FORNECIMENTO, POSSUIR VALIDADE DE NO MÍNIMO DE 05 ANOS A CONTAR DA DATA DE FABRICAÇÃO E AQUISIÇÃO DE CAMARAS DE AR E PROTETORES COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS.

Entrega da documentação e proposta até as 8:30 horas do dia 07/02/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 18 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2/2017

PROCESSO: 11/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADO A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia

## VALORES ATA 02/03/2016

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 1/2017      Licitação: 1/2017 - PR      Data da Homologação: 18/01/2017									
Fornecedor: 6442      - POSTO ANGELIN de VALDECIR GRASSI									
12	187	OLEO COMUM		L	70.000.000	0,0000	3,2100	224.700,00	Venceu
13	1394	DIESEL S10		L	50.000.000	0,0000	3,4000	170.000,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	120.000.000		394.700,00	
Nr. do Processo: 1/2017      Licitação: 1/2017 - PR      Data da Homologação: 18/01/2017									
Fornecedor: 9025      - POSTO DO ESCURINHO de ANA LUCIA B.MORO									
1	189	GRAXA GALÃO DE 20 LT		UN	19,000	0,0000	227,0000	4.313,00	Venceu
2	191	OLEO 40 - GALÃO DE 20 LT		UN	20,000	0,0000	240,0000	4.800,00	Venceu
3	192	OLEO 68 - GALÃO DE 20 LT		UN	60,000	0,0000	230,0000	13.800,00	Venceu
4	193	OLEO 90 - GALÃO DE 20 LT		UN	28,000	0,0000	270,0000	7.560,00	Venceu
5	194	OLEO FLUIDO ATF - GALAO 1 LT		UN	1.000.000	0,0000	23,0000	23.000,00	Venceu
6	195	OLEO LUBRIFICANTE SEMISINTETICO 15W40		UN	150.000	0,0000	25,0000	3.750,00	Venceu
7	446	OLEO LUBRIFICANTE SJ 20W50 - MOTOR A		UN	150.000	0,0000	21,0000	3.150,00	Venceu
8	196	GASOLINA - 1LT		UN	60,000	0,0000	33,0000	1.980,00	Venceu
9	190	OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO 5W30 MOTOR A		UN	60,000	0,0000	33,0000	1.980,00	Venceu
10	1398	GASOLINA - 1LT		GAL	90,000	0,0000	237,0000	21.330,00	Venceu
11	186	MOTOR A DIESEL		UN	100.000	0,0000	19,0000	1.900,00	Venceu
14	2509	FLUIDO DE FREIO 500 ML		L	80.000.000	0,0000	3,9200	313.600,00	Venceu
15	2510	GASOLINA COMUM		UN	120.000	0,0000	67,0000	8.040,00	Venceu
16	5759	ARLA 32 - GALAO DE 20 LT		UN	30,000	0,0000	290,0000	8.700,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	81.877.000		417.123,00	

Celso Ramos, 17 de Janeiro de 2017.



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 030.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 030/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, a Secretária de Escola, MEIRELEIN GRACH MACHADO, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, nos dias 16 a 20 de Janeiro de 2017, 05 (cinco) dias, das férias referentes ao período aquisitivo 2015/2016, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 037.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 037/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, a servidora pública, SINARA REGINA PRIM DE MELO, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 19 de Janeiro de 2017, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2015/2016, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de Janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO N.01-2017

CONTRATO N.º01/2017

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado.

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado.

Contratada: EMPRESA INFO DIGITALLE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA – ME.

Objeto: 1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo LE) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Certidões, Contratos, Convênios, Ofícios / Correspondências enviadas e recebidas, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Lei Orgânica, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Proposição / Pedido de Providencias, Projetos de Lei / Leis, Portarias, Protocolo, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet LE) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos, Portarias, Resoluções e Atas no Servidor Web da CONTRATADA, as Indicações, Moções, Pedidos de Informação e Requerimentos serão publicadas apenas com a Base de dados e as devidas redações, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio [www.legislacaomunicipal.com](http://www.legislacaomunicipal.com).

com e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º – O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 4000Mb (quatro mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 – Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

Valor Mensal: R\$ 382,10 (trezentos e oitenta e dois reais e dez centavos).

Valor Total: R\$4.585,20(quatro mil quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos).

Data da vigência: 10/01/2017 a 31/12/2017.

Alcides Francisco Montibeller  
Presidente.

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 13/FMS/2016

CONTRATO Nº: 129/2013.

ADITIVO Nº: 13/2016.

TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: VIDA ATIVA NATAÇÃO E HIDROGINASTICA LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 10/FMS/2013.

PREGÃO PRESENCIAL: 08/FMS/2013.

Objeto do contrato: Aquisição pelo contratante e fornecimento pela contratada de serviços de especialidade médica, para prestação de serviços especializados para o Fundo Municipal de Saúde, do Município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto, a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 26/04/2013.

Assinatura: 16/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017.

Valor: R\$ 7.875,00 (sete mil e oitocentos e setenta e cinco reais).



# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2016 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de gêneros alimentícios, para atendimento as crianças e adolescentes acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional, bem como os serviços desenvolvidos no CRAS, CREAS e Centros de Convivência; Grupos de Convivência de Idosos e SEDES, para o exercício de 2017, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital, foi alterado, sendo que o prazo para apresentação das propostas, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), fica alterada para dia 01 de fevereiro de 2017 até as 08h15min, sendo que a sessão eletrônica de abertura da licitação, fica para o dia 01 de fevereiro de 2017 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações" e no Portal de Compras Públicas [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 16 de janeiro de 2017.

DENISE JUSTI LOPES

Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2017 – PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível e eventual aquisição de materiais de construção (tubos de concreto, brita mista suja, concreto usinado e concreto asfáltico), para o exercício de 2017, necessários para atender as necessidades das unidades do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 02/02/2017.

Abertura: dia 03/02/2017 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 17 de janeiro de 2017.

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 1/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017 – PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção, através de registro de preços, em atendimento às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, com base na Lei Complementar 75, de 09 de dezembro de 1993, Lei 104, de 08 de junho de 1995 e Lei Municipal nº 4.830, de 17 de Dezembro de 2015 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 01/02/2017.

Abertura: dia 02/02/2017 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 16 de janeiro de 2017.

DENISE JUSTI LOPES

Secretária Municipal De Desenvolvimento

Social Cidadania e Habitação

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 04/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 04/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 276.851,25 (Duzentos e setenta e seis mil e oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos).

Concórdia SC, 17 de Janeiro de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.

Secretário Municipal de Finanças

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2017

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo Público nº 10/2016, de 29 de novembro de 2016.

1. O item 5.2 passa a vigorar com a seguinte redação:

"5.2. A entrega de títulos acontecerá nos dias 23, 24 e 25 de janeiro de 2017, na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, localizada na Rua Marechal Deodoro, 772, Edifício Mirage Office, 12º andar, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 17h30min. O candidato, ou seu procurador, deverá comparecer no local munido de documentos de identificação (originais e cópias) e dos títulos (originais e cópias) que possuir. A validação dos documentos e títulos será realizada durante a entrega dos mesmos, na presença do candidato." (NR)

2. Os recursos referentes às questões da prova escrita, constante no item 6.1.2, deverão ser realizados online, pelo sítio [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), no banner Processo Seletivo ACT 2017, link Área do Candidato, devendo ser apresentado um recurso para cada questão.

3. O item 8.7 passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.7. O candidato classificado, que já atua em alguma unidade de ensino ou outro estabelecimento, deverá apresentar declaração emitida pela unidade escolar ou outro, em papel timbrado, declarando a carga horária e turno de trabalho, identificada e assinada pelo responsável legal." (NR)

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 16 dias do mês de janeiro de 2017.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

## **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 3/2017**

### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 3/2017**

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

### **TORNA PÚBLICO**

o presente Edital de Homologação dos Inscritos no Processo Seletivo Público, objeto do Edital de Processo Seletivo Público nº 10/2016, de 29 de novembro de 2016 e alteração, conforme Anexo Único deste Edital.

1. A prova escrita objetiva será realizada no dia 22 de janeiro de 2017, com início às 8h e término às 12h, independentemente do número de áreas de atuação em que o candidato irá concorrer, já incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta. A prova escrita será realizada no Bloco "A", da Universidade do Contestado – UnC Campus Concórdia, localizada na Rua Victor Sopesa, 3.000, Bairro Nossa Senhora da Salette, Concórdia, SC.

2. Na realização da prova escrita objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

2.1. comparecer no local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos antes do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta;

2.2. os portões serão fechados às 7h45min;

2.3. são considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança

Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

2.4. não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

3. O ensalamento será publicado no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br).

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração  
ANEXO ÚNICO

### **Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)**

Nº Controle	Inscrição	Candidato
1	513834	Adenilce Eleuterio Da Luz
2	518778	Adriana Fatima Zampieron
3	506280	Adrieli Cisotto Lodi
4	515365	Agata Lana Dalmolin Dahmer
5	511927	Aldete Gasparetto
6	523715	Alexandra Simon
7	517813	Aline Carin Da Silva Pansera
8	516405	Alissandra Aparecida Grossi
9	518202	Amanda Patricia Veras Abreu Gugel
10	523027	Ana Cristina Leite Curioletti
11	512136	Ana Lucia Carbolin Dresch
12	506242	Ana Maura Fornari
13	508384	Ana Paula Guimarães
14	508469	Andrea Helena Gripp De Freitas Sousa
15	506272	Annie Cortes Noll
16	506128	Ariane Carine Rahmeier
17	507339	Augusta Rosana Spudeit
18	514281	Camile Pichinini De Santi Da Silva
19	517787	Carla Masson Cembrani
20	520292	Catia Tais Duarte Liesch
21	508452	Cinara Piccinin Soletti Neves
22	514583	Clarice Guimaraes

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
23	513855	Claudete Debiazi Kalsing
24	513939	Claudia Fernandes Borges
25	516430	Claudia Schneider
26	507563	Cleci Toniolo
27	512055	Cristiana Cilene Guerini Otowicz
28	524027	Cristiane Vieira Machado
29	517923	Cristina Graciela De Oliveira Refosco
30	519521	Daciane De Souza Finger
31	510972	Daiane Gomes Borges
32	512316	Daiane Maltauro Roos
33	516236	Daniela Cristina Gross Galante
34	514882	Darli Dalmagro
35	514727	Debora Schneider
36	508539	Diana Maria Bovi
37	514081	Diane Lazarotto Bevilaqua
38	508911	Dirlei Olkoski Soares
39	512390	Dirlei Sievert
40	516146	Ederli Carla Rauschkolb Weber
41	506895	Edete Teresinha Schons
42	515155	Ediana Lucia Cagliari Meneghini
43	512049	Edilce Aparecida Camargo Perka
44	518619	Edineia Martinazzo Dos Santos
45	520809	Edo Loffi
46	512499	Elaine Figueira Schneider
47	511266	Elaine Franciscon
48	514966	Elaine Grando Voidila
49	511892	Elci Vendruscolo Felix
50	517599	Eliane Decarli Nossal
51	514275	Eliane Ivanoff Salla
52	507327	Elienai Teixeira Nunes
53	513226	Eliete da Silva Sales
54	512556	Elisabete Ruviaro Thome
55	507901	Elisandra Neves Forner
56	511312	Elisangela Teresinha Balestrin Soster
57	519874	Erleide Krutzmann
58	524003	Eulita Bertolini Sehn

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
59	513461	Eunice Teresinha Rambo Argenton
60	506451	Eva Luciana De Moura
61	516513	Fabiana Beal
62	507848	Fabiano Santa Helena
63	515690	Fatima Mezzalira Negretti
64	507123	Fernanda Schneider Kartabil
65	520954	Fernanda Veronese Klein
66	511626	Franciele Bertazzon
67	506383	Franciele Siqueira
68	519161	Francieli Cristina Mantovani
69	511944	Genoveva Darigo
70	507085	Gerusa Claudia Rodio
71	508012	Giovana Deon
72	523868	Glasielle De Oliveira Prestes
73	516194	Guiomar Fatima Dallo
74	516421	Helena Maria Da Costa Santin
75	511884	Heloise Bonin
76	518530	Iloine Sanders Herbach
77	512014	Itamara Wunder
78	516923	Ivanete Teresinha Bez Tieppo Tieppo
79	508441	Ivania Araldi Pellin
80	521651	Ivanir Terezinha Dalmolin Dahmer
81	507660	Jailu Cintia Gollo
82	514330	Jane De Lurdes Simoni
83	507541	Janiele Betina Bogoni Schwarz
84	506300	Jaqueline Garghetti
85	511516	Jessica Deggerone Chinelato De Lima
86	513149	Jessica Luana Miglioretto
87	514099	Jessica Pires
88	517861	Joanna A Parecida Cason
89	516232	Josiele Da Silva Lesse
90	506350	Juciane Vitto Da Cruz
91	507529	Jussara Detoni
92	523768	Karine Griebeler
93	507424	Katiane Casarotto Kothe
94	514243	Leda Ines Rosa Dos Santos

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
95	507148	Leide Daiane Gruhlke Kich
96	523116	Leila Eloisa Bet Olivotto
97	511239	Leticia Fabiula Beltrame Haas De Bortoli
98	513175	Liciane Giacomini Rovani
99	515558	Lilian Francis Garcia Medina
100	515864	Lisandra Rodrigues Godoy
101	506651	Luana Pincegher Vieira De Mello
102	519206	Luana Scatolin Germano
103	514863	Lucia Mara Prior
104	517869	Luciana K. Sandi
105	507189	Luciana Wilschmann Pereira
106	520705	Lucinara Silvestre
107	514685	Lucivania Baranoski Silva
108	514316	Lurdes Maria Turmena Siega
109	515200	Maiara Coldebellla
110	513780	Maiara Cristina Tisatto
111	516047	Marcia Lisiana Saatkamp Lawrenz
112	510864	Marcia Sueli Marchesi Galeazzi
113	512626	Marciane Koza
114	512382	Maria De Lurdes Kirsch Pavan
115	514338	Maria Do Socorro Gomes Araujo
116	520384	Maria Luiza Alves Favaretto
117	507756	Maria Rosaria Fasolo Marxreiter
118	513429	Mariane Franke
119	514070	Marianei Salete Soligo Sette
120	524005	Marilei Stoll Chiarello
121	521449	Marilu Aparecida Pires Da Silva
122	516355	Mariluse salete Stockmann
123	518953	Marines Girardi
124	508415	Marisa Fatima Pozzo Hamera
125	520467	Marisa Pasinato Pichetti
126	514462	Marisete Machado Kern
127	508293	Maristela Deola
128	515551	Maristela Maciel
129	512490	Maritania Rosangela Haas Bonissoni
130	506562	Marlei Rauber Siega

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
131	516833	Meire Fernanda Dias Rosa
132	511013	Micaela Dambroz Correa
133	516435	Micheli Furmann Comarella
134	511793	Monalize Savoldi Conte
135	518829	Nivea Maria Sontag
136	516010	Patricia Masiero
137	517208	Patricia Vargas Da Costa
138	516496	Priscila Biffi
139	506502	Raquel Catherine Grebinsky
140	514781	Regiane Ackermann Siega
141	506718	Rejane Cristina Muller
142	507518	Rita Martins Buganca Dalla Costa
143	517334	Rosane Salete De Costa Ritter
144	521529	Rosangela Woloszyn Ernzen
145	513991	Roseli Marlene Lohmann Bohrer
146	514696	Rosemeri Luisa Finger
147	516315	Silvana De Almeida
148	516170	Sirlei Miranda Marquetti
149	518745	Sirlei Teresinha Kovacic Machado Da Silva
150	520032	Sirlei Wedig
151	512812	Suzana Cristina Fleck Kosenhoski
152	514142	Suzana Zamboni
153	506753	Suzane Longo
154	518186	Tainara Hoeckler
155	509227	Taise Daiane Fuchs Wentz
156	523174	Taline Ebert
157	507263	Tassiane De Moraes Lima Buseti
158	513889	Tatiane Heinrichs
159	513735	Teresinha Rubert Zoletti
160	508298	Terezinha Tavares
161	511662	Thaimara Tramontina
162	517814	Valdir Regis Almeida
163	516008	Vanderleia Deon
164	520650	Vanessa Demarco
165	521517	Vanessa Marcia Muller
166	512099	Vanessa Marquette

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
167	519147	Vanessa Teresinha Schwarz
168	507639	Veronica Brandao Paz
169	524416	Vilma Sbaraini Woloszyn
170	516353	Wuilson Luiz Anselmini
171	517912	Zelza Dias De Siqueira Brandao
Arte		
Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	519305	Adriana Chies Ferri
2	511089	Carina Da Silva Galelli
3	506800	Carlos Roberto Schwabenland
4	514687	Cati Ferri
5	518850	Daniela Grün Haupt
6	517778	Daniela Maria Koller De Santi
7	518526	Dariana De Souza Lima
8	511113	Deise Vidal Sarmento
9	511783	Denise Prestes De Oliveira
10	517747	Dirlei Dresch
11	508329	Eliane Alberti
12	514739	Eliane Da Silva
13	509254	Eliane Fatima Azeredo
14	522788	Eliza Woloszyn Tomaz
15	521755	Elizangela Griebeler
16	518617	Fabiano De Oliveira
17	514280	Fernando Da Silva
18	518689	Francieli De Souza
19	517280	Ileane Jucelene Essing
20	508280	Ivaneide Marcia Kossian
21	520176	Josiane Soares Da Silva
22	521382	Leila Nubia Althaus Riffel
23	518835	Luciana Espich
24	508995	Luciane Dirlei Pansera Petrosi
25	515548	Luis Enrique Raineri Bedin
26	508377	Maria Helena Lazzarotti
27	507802	Marilda Rodrigues
28	517953	Miriam Marchezan Piva

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
29	519867	Nadia Vazatta Zucchi De Oliveira
30	516392	Rejane Basseggio Nesi
31	519567	Rodrigo Bisollo Galhart
32	523867	Sabrina Blotz Da Rocha
33	508224	Sonize Fagundes
34	511412	Veranice Veruck
35	508017	Wesley Krackecker Ziliotto
36	524112	Zilma Rodrigues Do Nascimento Poyer
Ciências		
Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	524428	Adriana Teixeira Pain
2	507513	Aline Marsaro Frozza Basso
3	512690	Ana Paula Bertotti Neres
4	515831	Andressa Proinelli
5	516379	Angelita Fatima Camargo
6	507421	Chanaisa Costa
7	516295	Chanaisa Fornari
8	520035	Cladir Savoldi
9	513334	Claudete Gossenheimer
10	506689	Cristiano Alcebiades Celant
11	512816	Cristina Aurelia Bonassi Pretto Muraski
12	508387	Cristine Redecker
13	516160	Debora Marian Benelli
14	521406	Deide Maria Cervelin
15	511114	Deise Vidal Sarmento
16	520690	Edina De Souza Da Silva
17	516332	Edison Sarturi
18	522930	Fabiane Cristina Gusatto
19	523319	Fernanda De Carvalho Bisolo
20	509189	Giana Cristina Crestani
21	507366	Gilnei Bruno Da Silva
22	512388	Giovana Campagnolo Fernandes
23	507658	Graziela Do Prado Borges
24	506797	Joice Schuck
25	519237	Jusciane Cunico Perez

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
26	506726	Marcelo Inacio Da Silva
27	515445	Maria Patricia Rigo
28	518659	Neiva Albino De Abreu
29	523452	Pamela Ferreira Camelo
30	517857	Patricia Bernardi
31	508230	Paula Fernanda Paula Fernanda
32	517713	Rosemilda Peruzzo
33	507187	Thaise Gerber

## Educação Especial

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	520484	Adelar Goncalves
2	513836	Adenilce Eleuterio Da Luz
3	516526	Adriana Goncalves Maders
4	512680	Adriana Aparecida Da Silva
5	522677	Adriana Da Silva Lorensetti
6	515366	Agata Lana Dalmolin Dahmer
7	519754	Aldriane Pereira Von Fruauff
8	507556	Alex Madruga Da Rosa Sbaraini
9	507828	Alice Parisenti
10	514565	Aline Binsfeld
11	518118	Ana Alice Zanella
12	515474	Ana Claudia De Oliveira
13	512292	Ana Claudia Sordi
14	508385	Ana Paula Guimarães
15	508042	Ana Paula Lazzarotti
16	516535	Ana Paula Lerner Wuaden
17	508558	Anadi Rosita Vicente
18	506798	Andreia Cristina Graebin
19	524105	Andreia Raquel Zanon Do Prado Kruger
20	514960	Andressa Cruz Da Silva Paludo
21	518513	Andressa Katiane Rheinheimer
22	512087	Angela Izaura Rocha Peruzzo
23	513415	Bruna Olivia Hermes
24	508650	Carmen Lucia Andrin Schuck
25	522634	Cassia Paula Hedler

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
26	506670	Catiana De Oliveira
27	513856	Claudete Debiazi Kalsing
28	516431	Claudia Schneider
29	514664	Claudiana Dos Santos Silva
30	517703	cristiani petter
31	518329	Dagmara Tiemann Schwarz
32	516069	Daiane Turmena
33	507343	Dalvana Cristina Sandi Zanini
34	507729	Daniela Benelli
35	508044	Danielaterezinharuviaro
36	520030	Daniele Amanda Rufato
37	511145	Dilce Da Rocha
38	514631	Dilema Perka Kirst
39	506449	Dirce Da Silva
40	523798	Dirlei Radetski
41	513696	Dorotti De Carli
42	518368	Ducineia Schneberger Batista
43	507107	Edivana Bet
44	518037	Elaine Viancelli
45	513601	Eliane Fatima Kuhn
46	506104	Elisangela Maria Manfroi Bruniera
47	514175	Eneide Fuelber Spellmeier
48	514223	Eriana Cecchin
49	513581	Esteia Solange Gross
50	516719	Fernanda Borges Pimentel Debona
51	517360	Fernanda Teles
52	514815	Franciele Levandovski Sinnott Silva
53	518690	Francieli De Souza
54	514101	Franciely Amaro Ferreira
55	507359	Gabriela Fornari Selbach
56	515928	Giseli Adriana Ferreira
57	517994	Glauca Heinrichs Justi Lopes
58	506855	Graciele Gross De Freitas Marchesi
59	514058	Graciele Mortari
60	506759	Gracieli Bertocho Kugelmeier
61	515013	Irene Elaine Saatkamp



Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
62	516107	Ires Maria Sulzbach Bender
63	508876	Isanir Salete Garbossa Casarotto
64	508891	Ivanete Goncalves
65	521652	Ivanir Terezinha Dalmolin Dahmer
66	516017	Ivonete Da Silva Alves Costa
67	511199	Izaura Maria Da Silva De Santi
68	507958	Janaina Alves Ribeiro
69	514331	Jane De Lurdes Simoni
70	508797	Jane Terezinha Moterle Robaert
71	507542	Janiele Betina Bogoni Schwarz
72	516286	Jeane Agnolin
73	514100	Jessica Pires
74	514559	Joice Rizello
75	513203	Josenara Terezinha Levandoski
76	506924	Juciane Pereira Cumerlato
77	507782	Juliana Ferreira Gheno
78	506233	Juliana Tormen
79	506512	Juliane Cain Da Silva Pastore
80	516119	Juliane Martins
81	513599	Kascyelly Langaro De Oliveira
82	514734	Kassia Cristina Dartora Elesbao
83	515296	Kauana Caitano
84	512058	Kelen Munaretto
85	506484	Lacita Amant
86	518302	Laisa Dulce Bellincanta Skowronski Sehn
87	516102	Leticia Luana Castoldi
88	515559	Lilian Francis Garcia Medina
89	514127	Loici Solange Muller Pottratz
90	518001	Luana Sperandio Rodrigues Da Silva
91	515593	Luana Tais Poletto
92	507885	Luciana Bochi
93	517686	Luciana Paula Ribeiro
94	511928	Luciane Gorlin
95	513220	Lucineia Soares Dos Santos
96	515201	Maiara Coldebella
97	513781	Maiara Cristina Tisatto

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
98	514172	Maikel Andre Popp
99	511148	Mara Lucia Kuntze
100	514842	Marcia Regina Gregianin
101	514876	Marciane Franchin
102	511150	Marceli Regina Batistella Ramires Souto
103	516579	Margaret Varela
104	514146	Margarida Kruse
105	519518	Mariela Proinelli Hepin
106	512326	Mariele Corezzolla
107	511791	Marilei Salete Frasnelli
108	523793	Marines Cristina Rychcik Lopes
109	507537	Maristela Henke
110	514885	Marizete Zilio
111	516339	Marleni Terezinha Vogt
112	508526	Melania Belluzzo Brunetto
113	521563	Melania Valerius Da Silva
114	513962	Michele Vieira
115	507295	Neiva Valgoi Klassmann
116	510924	Odete De Oliveira Savi
117	508728	Odete Ferreira Kuhn
118	514096	Odete Teixeira Pasinatto
119	514987	Orenilce De Sousa Fernandes
120	509004	Pamela Cristina Mangold
121	506119	Patricia De Souza Casarotto
122	514178	Patricia De Souza Nalin Popp
123	516011	Patricia Masiero
124	506426	Perla Aparecida Siqueira Fiorentin
125	516497	Priscila Biffi
126	513992	Roseli Marlene Lohmann Bohrer
127	520677	Rosemar Botega Fabris
128	509165	Rozemeri Aparecida Santos Munaretto
129	516173	Saionara Teresinha Vendruscolo Schmidt
130	522842	Sandra Gilvana Piola Baldissera
131	515397	Sandra Regina Mariotti
132	514204	Silvia Leszczinski Gotz
133	517595	Sonia Silva Almeida Falossi



Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
134	514723	Taiana Stockmann
135	514825	Tais Regina Schienemayer
136	521805	Tamara Regina Tonello
137	513890	Tatiane Heinrichs
138	516009	Vanderleia Deon
139	518484	Vanessa Paula Dalbosco Hoff
140	523232	Vanessa Samora Da Silva
141	518279	Vanessa Vieira
142	515239	Vania Chiossi Rossetto
143	516411	Vanusa Dal Bello
144	520230	Vera Conceição
145	508359	Vera Lucia Bee
146	508494	Vera Lucia Muller
147	513509	Viviane Cenci Formagini
148	517210	Zenilda Guarezi Salini

## Educação Física

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	516297	Adair Renan Soares De Oliveira
2	516423	Ademir Dambros
3	520402	Adenilson Filipe Ficagna
4	520595	Adriano Basse
5	513611	Aline Balbinot
6	512193	Aline Risso
7	517484	Aluana Costa
8	518155	Ana Paula Torcatto Pinto
9	511792	Anderson Cecchin
10	515834	Andre Lauro Proinelli
11	523643	Andre Wilian Priori
12	508566	Angela Kades
13	518749	Angela Lucia Simon
14	514048	Ariani Arlete Berndt
15	506376	Ariela Fantin Cavalli
16	519104	Artemio Artifon
17	515031	Bernard Klaus Wiggers
18	512269	Bruna Vieira De Oliveira

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
19	519070	Bruno Dias Barcelos
20	513972	Camila Ecker
21	513468	Carine Ines Turmena
22	507390	Carla Graziela Vescovi Sorgetzt
23	522675	Carolina Corradi Minozzo Fruhuf
24	518560	Cedric Felix Rossini
25	506424	Celimara Morandi
26	516703	Charline Reginatto
27	515004	Cintia Leticia Benelli Sacomori
28	514766	Claiton Rodrigo Brinckmann
29	516051	Cleide Regina Baron
30	513417	Cristian Bruschi Marques
31	512036	Cristiane Brunetto
32	514441	Daiane Chiapetti
33	522134	Dailana Ferreira
34	515553	Daivane Fiorini
35	519388	Dangela Cristina Zanquet
36	512074	Daniel Auler
37	506775	Daniela Tereza Paludo Gugel
38	507776	Daniele Raquel Finger
39	512251	Darci De Mattos Junior
40	518517	Darlan Ferri
41	523636	Deise Magedanz
42	506610	Dilvana Aparecida Urbanski Scortegagna
43	514763	Diogenes Lazzari
44	514786	Dirlei Aparecida Carpeggiani
45	518862	Edison De Mattos Maciel
46	508646	Edison Dos Santos
47	514400	Edson Chagas
48	507080	Eliane Salete Barp
49	514934	Elis Regina Pelin
50	506884	Emanuelle Christina Neuhauser
51	506765	Emerson Bortolotto
52	515668	Erika Katia De Oliveira
53	507573	Ester Antonia Lucas
54	516665	Fabiana Paula Picinin

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
55	507849	Fabiano Santa Helena
56	522004	Fabricio Carlos Kerber
57	522025	Fadia Mara Rossi
58	523182	Fernanda Branco De Camargo
59	511603	Fernando Jose Colombo
60	506609	Franciele Cristina Santana Rheinheimer
61	507396	Francieli Agustini
62	506173	Francieli Presotto
63	521673	Gabriel Deola
64	511095	Gabriel Refosco
65	507680	Gabriela Luiza Schrammel Hollerwerger
66	511731	Gisele Müller
67	523543	Inaldo Amorim Martins Junior
68	511512	Itamar Francisco Fornari
69	516252	Jaqueline Josiane Trombetta
70	514884	Jaqueline Zanella
71	518602	Jefferson Martins
72	513215	Jerri Franciscan
73	506359	Jessica Alicia Wermeier
74	514291	Jessica Bampi Ozecoski
75	508239	Joao Batista Reus Biazus De Melo
76	515808	Joao Rodrigo Pedrozo Ghizzoni
77	518288	Jonatan Camargo Rocha
78	507415	Jonatan Da Campo
79	519058	Jose Roberto Oliveira Rosa
80	515227	Julia Ruviaro Dos Santos
81	515018	Juliana Grando
82	515457	Juliano Pravato
83	514894	Jussara Aparecida Da Silva Gava
84	505925	Ladyr Bortolo Miglioretto Junior
85	514272	Laercio Giovanni Dias
86	516314	Lenice Viero
87	507574	Leonardo Gasparotto
88	518002	Luana Sperandio Rodrigues Da Silva
89	506056	Lucas Andre Picoletto
90	506216	Luciane Maito

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
91	507440	Luis Antunes
92	518673	Maicon Correa De Almeida
93	507040	Manuela Cassia Moretto
94	517917	Marilei Basse
95	514474	Marisete Calegari
96	508281	Marlon Fornari
97	512991	Mauricio Jose Kirst
98	513620	Micheli Koza
99	519243	Murilo Somensi
100	511743	Nadia Rosane Palma Miollo
101	506489	Natan Jose Garghetti
102	512824	Neila Silvana Wasem Grando
103	519322	Pablo Luis Orlandini
104	514159	Patricia Do Nascimento
105	514688	Patricia Goncalves
106	506279	Rafael Anderson Kochenborger
107	506015	Renata Artifon
108	508342	Ricardo Andrade
109	506337	Roges Willians Debotolli Fiametti
110	508675	Romiele Friebe
111	519088	Rosana Franceschini Maciel
112	518514	Roseneide Rodrigues Da Silva
113	514024	Rozieli Ramos Orsolin
114	516877	Rubia Schonell
115	507736	Sandra Elisa Fassbinder Tomaz
116	507402	Silvana De Vargas
117	521324	Solange Da Silva
118	520634	Tainara Cavalet Jacintho
119	505999	Tais Dilda
120	513478	Tiago Da Silva
121	513577	Valeria Sganzerla Zwirtes
122	517382	Vanessa Anderson
123	511390	Vanessa Da Silva Balbinot
124	522736	Viviane Salete Cole
125	507036	Volmir Casagrande Zilli
126	516354	Wuilson Luiz Anselmini

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
Educação Infantil (Pré-Escolar e CMEIs)		
Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	512681	Adriana Aparecida Da Silva
2	522678	Adriana Da Silva Lorensetti
3	506709	Adriana Falabretti
4	518779	Adriana Fatima Zampieron
5	506281	Adrieli Cisotto Lodi
6	514276	Alcione Terezinha Nissola Maciel
7	522311	Alessandra De Souza Da Silva
8	517417	Alexandra Godin
9	514566	Aline Binsfeld
10	518203	Amanda Patricia Veras Abreu Gugel
11	506073	Ana Claudia Feo
12	512293	Ana Claudia Sordi
13	523028	Ana Cristina Leite Curioletti
14	506243	Ana Maura Fornari
15	506429	Ana Paula Finger
16	508043	Ana Paula Lazzarotti
17	510851	Ana Paula Teles Silvestre
18	508559	Anadi Rosita Vicente
19	518372	Analucia Malakovski Scoton
20	508470	Andrea Helena Gripp De Freitas Sousa
21	519817	Andreia Rigo Zerbielli
22	517986	Andreia Aparecida Pereira
23	506877	Andreia Da Silva Santiago
24	506534	Andressa Lauxen
25	513843	Angela Maria Zuanazzi
26	514754	Angelica Pedrote
27	506364	Antonia Jessica Veras Abreu
28	506047	Araceli De Oliveira
29	517815	Ariane Dalla Libera Renosto
30	524375	Ariane Delai Cecchim
31	523967	Camila Hebert
32	506475	Carina Bortoli Schiavini
33	520462	Carla Adriane Fazzioni Ramao

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
34	517788	Carla Masson Cembrani
35	520264	Catia Tais Duarte Liesch
36	508574	Chaiane Battistella Bratti
37	508453	Cinara Piccinin Soletti Neves
38	511319	Clarice Brandao Stoll
39	515870	Claudenice Fernandes Borges
40	514665	Claudiana Dos Santos Silva
41	507564	Cleci Toniolo
42	512056	Cristiana Cilene Guerini Otowicz
43	513759	Cristiane Agnolin
44	517704	cristiani petter
45	514833	Cristina Gorette Gnoatto Da Silva Moraes
46	517924	Cristina Graciela De Oliveira Refosco
47	519522	Daciane De Souza Finger
48	518330	Dagmara Tiemann Schwarz
49	517393	Daiane Cristieli Lawrenz Dias
50	507146	Daiane Cristina Moreira Paz
51	510973	Daiane Gomes Borges
52	512317	Daiane Maltauro Roos
53	519023	Dalvana Cristina Sandi Zanini
54	519560	Daniela Kades
55	511186	Daniela Lazarini
56	517841	Daniela Melo
57	515786	Daniela Ramos
58	508802	Daniele Gasperini
59	513605	Danieli Banholini
60	522067	Danieli Florinda Vortmann
61	506694	Darleia Priamo
62	513951	Debora Cristina Lucas
63	507988	Debora Fernanda Silva
64	514728	Debora Schneider
65	516084	Delci Schmitt Schwingel
66	514188	Delires Zagonel Da Silva
67	517009	Denise Aparecida Da Fonseca Hack
68	514369	Denise Goncalves
69	519399	Denise Zarpelon verrel

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
70	508540	Diana Maria Bovi
71	517430	Dianes Frigo
72	514632	Dilema Perka Kirst
73	514056	Dirlei Radetski
74	514150	Dorotilde De Moura Vezaro
75	518369	Ducineia Schneberger Batista
76	516147	Ederli Carla Rauschkolb Weber
77	506896	Edete Teresinha Schons
78	512050	Edilce Aparecida Camargo Perka
79	506851	Edileia Terezinha Trentin
80	515790	Edimar Gugel
81	518620	Edineia Martinazzo Dos Santos
82	514805	Eduarda De Souza
83	507611	Eduardo Tulio Piovesan
84	511267	Elaine Franciscon
85	516244	Elaine Rocha Da Silva
86	511893	Elci Vendruscolo Felix
87	516307	Elenice Fornari
88	507329	Elienai Teixeira Nunes
89	513227	Eliete da Silva Sales
90	516349	Elis Bueno
91	516245	Elisabete De Bortoli
92	507902	Elisandra Neves Forner
93	513512	Elisane Fatima Grana Martello
94	512957	Elisangela Gabriela Gerhard
95	506109	Elisangela Maria Manfroi Bruniera
96	518020	Elisangela Mello
97	511313	Elisangela Teresinha Balestrin Soster
98	511257	Eliza Pintro
99	512518	Eloisa Regina Essing Barboza
100	507724	Emanuele Ribeiro Wallewein
101	514224	Eriana Cecchin
102	519875	Erleide Krutzmann
103	516794	Eula Paula Mendonca Galvao
104	506452	Eva Luciana De Moura
105	516514	Fabiana Beal

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
106	516975	Fabiana Lanfredi Herpich
107	519059	Fabiane Pinto Petzen
108	516398	Fernanda Aparecida Pellizzaro
109	523617	Fernanda Bison
110	523140	Fernanda Lazzarotti Rubini
111	517867	Fernanda Stockmann
112	520955	Fernanda Veronese Klein
113	511627	Franciele Bertazzon
114	507773	Franciele Siqueira
115	519162	Francieli Cristina Mantovani
116	514102	Franciely Amaro Ferreira
117	507360	Gabriela Fornari Selbach
118	514460	Geisiane Pinto
119	524192	Geli Lucia Pessi
120	512295	Gelsi Trentin
121	513990	Geni De Vargas Zottis
122	514923	Giane Rossetto
123	508013	Giovana Deon
124	515929	Giseli Adriana Ferreira
125	513212	Glasiele De Oliveira Prestes
126	518555	Graciela Marcia Ramilio Weber
127	508835	Graciele Gasperini
128	506856	Graciele Gross De Freitas Marchesi
129	514109	Graciele Mortari
130	506760	Gracieli Bertocho Kugelmeier
131	516422	Helena Maria Da Costa Santin
132	511885	Heloise Bonin
133	506177	Idones Aparecida Cittadin
134	516335	Ieda Maria Naibo Moro Rios
135	518531	Iloine Sanders Herbach
136	518828	Inelve Razera
137	516267	Ines Angelina Savaris
138	506596	Ines Maria V Argas De Souza
139	516108	Ires Maria Sulzbach Bender
140	508877	Isanir Salete Garbossa Casarotto
141	511513	Itamar Francisco Fornari

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
142	512015	Itamara Wunder
143	508442	Ivania Araldi Pellin
144	519944	Ivete Presotto Colossi
145	516018	Ivonete Da Silva Alves Costa
146	507661	Jailu Cintia Gollo
147	520270	Jaine Frühauf
148	508750	Jaira Zampieron
149	518660	Jamara De Souza Borges
150	508798	Jane Terezinha Moterle Robaert
151	509076	Janete Borsati Farias
152	521988	Jaqueline Pasqual Trombetta
153	518131	Jenny Sumara Longo
154	511517	Jessica Deggerone Chinelato De Lima
155	512948	Jessica Giachini
156	513150	Jessica Luana Miglioretto
157	506554	Jessica Nietiedt
158	517862	Joanna A Parecida Cason
159	518652	Joice Fernandes
160	514560	Joice Rizello
161	513204	Josenara Terezinha Levandoski
162	523039	Josiani Patricia Zenaro Santos
163	506925	Juciane Pereira Cumerlato
164	522926	Juciane Salete Soares Baranoski
165	506351	Juciane Vitto Da Cruz
166	515228	Julia Ruviano Dos Santos
167	515277	Juliana Camelo De Oliveira Bernardi
168	507783	Juliana Ferreira Gheno
169	507530	Jussara Detoni
170	519672	Jussara Grilo Trevisol
171	514745	Karen Sandra Magedans Wilske
172	513467	Karin Deise Ceron
173	516345	Karine Bevilaqua
174	516793	Karine Griebeler
175	513600	Kascyelly Langaro De Oliveira
176	515960	Katia Regina Patzlaff
177	507425	Katiane Casarotto Kothe

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
178	515297	Kauana Caitano
179	506891	Keila Daniela Goncalves
180	518357	Keith Iane Provin Abel
181	518303	Laisa Dulce Bellincanta Skowronski Sehn
182	506333	Larissa Teles Da Rocha Knecht
183	514011	Leda Ines Rosa Dos Santos
184	523117	Leila Eloisa Bet Olivotto
185	519217	Lenir Davi
186	523440	Leonora Da Silva Bison
187	517559	Leticia Da Rosa
188	513176	Liciane Giacomini Rovani
189	506928	Lidiana Polhmann
190	513973	Lise Mara Schwingel
191	515505	Lorena Oleastro
192	511979	Luana Aparecida Calvi
193	506652	Luana Pincegher Vieira De Mello
194	512783	Luana Thais Benini Dias
195	506394	Luciana Fiorentin Sbaraini
196	517870	Luciana K. Sandi
197	517680	Luciana Paula Ribeiro
198	507190	Luciana Wilsmann Pereira
199	518625	Luciane Almeida Ramos
200	520706	Lucinara Silvestre
201	516357	Lucineia Breda De Siqueira
202	523499	Lucineia De Oliveira Boeno Vicensi
203	513892	Maira Guerra
204	516126	Marcia Frigo
205	518019	Marcia Salete Pinto Johann
206	522800	Marciana Zilio
207	514877	Marciane Franchin
208	512627	Marciane Koza
209	514147	Margarida Kruse
210	512383	Maria De Lurdes Kirsch Pavan
211	514339	Maria Do Socorro Gomes Araujo
212	513430	Mariane Franke
213	506944	Mariele Gastmann

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
214	516180	Marilei Salete Frasnelli
215	524006	Marilei Stoll Chiarello
216	521313	Marilene Haboski
217	515568	Marilene Pellizzari Bisollo
218	522138	Marilize Perin Farina
219	511767	Mariluz Borges Guedes
220	514621	Marines Cristina Rychcik Lopes
221	506184	Marisa Aline Magedans Pedrotti
222	515597	Marisa Remor
223	511420	Maristela Dalavechia
224	508294	Maristela Deola
225	507538	Maristela Henke
226	515552	Maristela Maciel
227	520223	Marizete Goncalves De Meira Garbin
228	511779	Marizete Licheski Baldin
229	514886	Marizete Zilio
230	506563	Marlei Rauber Siega
231	516340	Marleni Terezinha Vogt
232	509265	Marli Ferreira Da Silva
233	524102	Marli Miglioretto Ackermann
234	516278	Marta De Oliveira
235	516834	Meire Fernanda Dias Rosa
236	522167	Melânia Bonato
237	511014	Micaela Dambroz Correa
238	508477	Michele Aline Rizzi Nunes
239	513963	Michele Vieira
240	513942	Micheli Cristina Da Conceicao
241	514993	Miraci Aparecida Calza Falkoski
242	506771	Monalisa Bernardi
243	511794	Monalize Savoldi Conte
244	518017	Morgana Menosso
245	514950	Natalia Azzolini
246	507296	Neiva Valgoi Klassmann
247	507045	Neusa Scherer Dandolini
248	518830	Nivea Maria Sontag
249	517338	Noemi Teles Da Rocha

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
250	508729	Odete Ferreira Kuhn
251	514097	Odete Teixeira Pasinatto
252	509005	Pamela Cristina Mangold
253	511183	Patricia De Souza Casarotto
254	518838	Patricia Petri Curioletti
255	507609	Patricia Vasconcelos Siqueira Camboim
256	509219	Perla Aparecida Siqueira Fiorentin
257	507147	Rachel Rese
258	506678	Rafaela Varela Fruhwirth
259	508676	Raquel Catherine Grebinsky
260	522924	Raquel Franceschini
261	507519	Rita Martins Buganca Dalla Costa
262	506338	Roges Willians Debotolli Fiametti
263	522197	Rosangela Huff
264	514702	Rosangela Teresinha Fracasso
265	521530	Rosangela Woloszyn Erzen
266	523661	Roselene Deuner
267	517553	Roseli Goncalves
268	520678	Rosemar Botega Fabris
269	520501	Rosenei Clarice Schlick Kerber
270	512379	Roseneia Fonseca Da Silva
271	519870	Roseneli Radin Munaretto
272	509166	Rozemeris Aparecida Santos Munaretto
273	517563	Sabrina Nardi
274	509184	Saionara Richardi
275	511713	Salete Libera Dalla Costa Spielmann
276	524097	Sandra Mara Camillo
277	511903	Sandra Mara Sartori Cagliari
278	515733	Serlene Salete Muller
279	523194	Sidiane Terezinha Richardi Pilatti
280	516263	Silvana Amado Scarpatti
281	514677	Silvana Schmidt De Lima
282	507737	Silvia Bernardi Kaiber
283	514205	Silvia Leszczinski Gotz
284	518654	Silvia Saionara Galhart
285	515068	Simone Gomes De Oliveira

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
286	513145	Sirlei Koefender Frare
287	513009	Sirlei Reginato Perin
288	512813	Suzana Cristina Fleck Kosenhoski
289	514143	Suzana Zamboni
290	506754	Suzane Longo
291	514724	Taiana Stockmann
292	513216	Tainara Alves Mendes
293	518187	Tainara Hoeckler
294	509226	Taise Daiane Fuchs Wentz
295	521806	Tamara Regina Tonello
296	507264	Tassiane De Moraes Lima Buseti
297	516343	Tatiana Reginato
298	508299	Terezinha Tavares
299	511663	Thaimara Tramontina
300	520847	Vanderleia Maria Bednarek Fior
301	512072	Vanderleia Salette Cadorin Bison
302	518735	Vanessa Cristina Cmiel
303	514550	Vanessa Da Silva
304	520651	Vanessa Demarco
305	508488	Vanessa Jacqueline Kirsten
306	521518	Vanessa Marcia Muller
307	519734	Vania Fernandes Da Silva Bochi
308	507218	Vania Kaupezinski
309	516412	Vanusa Dal Bello
310	508360	Vera Lucia Bee
311	508495	Vera Lucia Muller
312	513510	Viviane Cenci Formagini
313	508248	Yasmim Cumerlato
314	517913	Zelza Dias De Siqueira Brandao
315	517211	Zenilda Guarezi Salini
Ensino Religioso		
Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	506751	Alice Nazare Tonelotto
2	519400	Denise Zarpelon verrel
3	507637	Gilberto Ribeiro Silva

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
4	506597	Ines Maria V Argas De Souza
5	514485	Katiana Faccin
6	512264	Marinezi Mezacasa Refosco
7	523208	Marjorie Tessie Sozo
8	515344	Marlice Fasnelli Schio
9	521574	Ricardo Rheinheimer
10	507210	Rosangela De Castro Borkoski
11	507868	Rubia Da Silva
12	516418	Rubia Rafaela Schoulten
13	513219	Tânia Irene Munaretto
Geografia		
Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	506658	Adriana Gaio
2	514571	Aildes De Araujo Farinella
3	508167	Alessandra Bauermann Da Silva
4	515177	Carlos Eduardo Dobrovolski Blanck
5	515939	Cristiane Thome Cavalli
6	508604	Douglas Matheus Da Silva
7	508268	Fernanda Schneider Kartabil
8	517868	Fernanda Stockmann
9	519367	Gustavo Ponzoni Dos Santos
10	522484	Jose Adelino Alves
11	517480	Juliano De Santi
12	508210	Juvenir De Mello
13	517329	Larissa Teles Da Rocha Knecht
14	516959	Leticia Cristina Bet
15	520526	Lucivane Wesp
16	506140	Michele Cristina Berner
17	514421	Nauri Martini Merlini
18	517558	Rafael Motter
19	519443	Saionara De Oliveira Thomaz
20	523038	Taiane Sopelsa Grein Dos Santos
21	517644	Tiago Rossi De Moraes
22	523326	Vanda Leticia Albiero



Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
História		
Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	523044	Adinan Lucas Ritter
2	513658	Adreane Cavasin Ferreira
3	508168	Alessandra Bauermann Da Silva
4	523966	Angelica Rossi
5	516380	Angelita Fatima Camargo
6	508570	Beloni Fatima Kades
7	516201	Carina Sandi
8	516110	Carlos Fernando Comassetto
9	517779	Daniela Maria Koller De Santi
10	520125	Dione Coldebella
11	515529	Eliane Regina Suzin
12	507418	Eunice Deise Veruck
13	523797	Gisele Chaves
14	508190	Ivacir Helbing
15	506180	Ivanete Salete Fazzioni De Luca
16	523667	Jacinto Ortigara
17	523209	Jessica Roberta Sozo
18	523608	Joenia Baes Pereira
19	519213	Jone Moraes
20	522485	Jose Adelino Alves
21	523811	Julcilei Claudia Paviani
22	514476	Juliana Teixeira
23	507599	Lairtes Kirsten
24	518836	Luciana Espich
25	518047	Luiziane Lilian Baroni
26	512265	Marinezi Mezacasa Refosco
27	515345	Marlice Fasnelli Schio
28	518712	Nadia Vazatta Zucchi De Oliveira
29	516796	Nadriane Bergamo
30	517028	Nelsi Klumb Colasso
31	517669	Noeli Woloszyn
32	521043	Olivete Resmini
33	507545	Patricia Ampese
34	507259	Paulo Alexandre Pinho

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
35	517154	Raul Kussler
36	518260	Roseli Brandt Koefender
37	516419	Rubia Rafaela Schoulten
38	506466	Sandra Schaefer
39	506167	Santo Herminio De Luca
40	519515	Susimara De Marco Petrolí
41	508567	Tais Regina Deitos
42	516952	Terezinha Pagoto
Laboratório de Informática		
Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	507119	Alana Cristina Galina Bottega
2	515649	Andre Ramos
3	507253	Cristiano A. Zanetti
4	518446	Cristina Laura Schuck
5	514343	Elisangela Marta Da Silva
6	516323	Gustavo Kohnlein
7	519600	Ismael Lawrenz
8	511805	Josiane Bortoli
9	518146	Kleiton Acassio Noara De Souza
10	511223	Lucas Eduardo Zamarki
11	508996	Luciane Dirlei Pansera Petrolí
12	506594	Luis Eduardo Rovani
13	508409	Miguel Antonio Da Silva
14	523251	Rodrigo Cezar Dal Vesco Ruviaro
15	518485	Roseli Fernanda Rodrigues Da Silva
16	515416	Rutia Leilaine Hilgert
17	513064	Sergio Elvico Savoldi
18	513217	Tainara Alves Mendes
19	512542	Tania Carla Freyer
20	516294	Tiago Machado Kern
Laboratório Pedagógico I (Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	516536	Ana Paula Lerner Wuaden
2	518373	Analucia Malakovski Scoton

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
3	506273	Annie Cortes Noll
4	516085	Delci Schmitt Schwingel
5	512500	Elaine Figueira Schneider
6	514967	Elaine Grando Voidila
7	512557	Elisabete Ruviaro Thome
8	516195	Guimar Fatima Dallo
9	516344	Karine Bevilaqua
10	518550	Kelly Cristine Michaelson De Souza
11	512491	Maritania Rosangela Haas Bonissoni
12	523054	Neiva Marisa Borlin Svillen
13	517339	Noemi Teles Da Rocha
14	523257	Rafaela Cristina Franke
15	517564	Sabrina Nardi
16	523195	Sidiane Terezinha Richardi Pilatti
17	518750	Sirlei Teresinha Kovacic Machado Da Silva
18	514551	Vanessa Da Silva

## Laboratório Pedagógico II (Anos Finais do Ensino Fundamental)

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	511250	Adriana Paludo
2	518189	Darlene Buth
3	507449	Fernanda Lair Zuconelli Machado Da Silva
4	506746	Janaina Cristina Ferreira Kuhn Zanetti
5	518556	Maura Patzlaff De Paula
6	520400	Taina Regina Ebertz
7	508568	Tais Regina Deitos
8	511103	Willian Scariot

## Língua Espanhola

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	511251	Adriana Paludo
2	506984	Alan De Bortoli
3	512562	Andreia Cristina Pellizzaro
4	516105	Andressa Fuchina
5	514880	Anelise Tatiane Usinger Lermen
6	523851	Camila Roberta Souza Ferreira

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
7	522872	Caroline Finger
8	515871	Claudenice Fernandes Borges
9	513940	Claudia Fernandes Borges
10	508533	Cleunice Ivana Finger De Souza
11	521533	Cristiane Schinemeier
12	506000	Daniele Minuscoli Antunes
13	514486	Ediane Rodrigues Rios
14	519312	Edivandra Lazzarotto Tapparo
15	514309	Elieser Canargo Kisner
16	512469	Gabriele Tafarel
17	516768	Genoir Conte
18	518656	Jane Catarina Grando
19	511496	Juliano Jorge Philippsen
20	519688	Lidiane Maria Onetta
21	506442	Lilian Da Cruz Scalco
22	508222	Maiara Fernanda Titon
23	519677	Marcelo Lopes De Almeida
24	522284	Marina Prado Carlesso
25	506406	Marta Elisabete Holdefer Felicio
26	515430	Michele Cristina Marchioro Finger
27	507613	Solange Piazentini

## Língua Italiana

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	519107	Marize Aparecida Machado Da Silveira Da Rosa

## Língua Portuguesa

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	512434	Adriana Carla Locatelli
2	512754	Adriana Ruppenthal
3	506985	Alan De Bortoli
4	506816	Aline Cristina Da Silva
5	516247	Aline Schwambach Albiero
6	512522	Angelica Penso
7	508325	Carine Carla Krindges
8	506952	Cassio De Conto
9	521948	Cladir Padoan

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
10	509053	Claudia Carvalho De Lucena
11	507409	Cristiane Aparecida Fiorio
12	514294	Daniele Pegorer Fazzioni
13	514795	Danielen Dorneles De Freitas
14	520976	Danieli Piazza
15	514487	Ediane Rodrigues Rios
16	518767	Eliane Aparecida Martins De Oliveira
17	507450	Fernanda Lair Zuconelli Machado Da Silva
18	515106	Gilberto Basseggio
19	516228	Gleici Mara Dreher
20	516360	Helena Boff Zorzetto
21	506366	Ines Lopes Rodrigues Zilio
22	506748	Janaina Cristina Ferreira Kuhn Zanetti
23	518657	Jane Catarina Grando
24	518462	Jessica Plassa
25	506443	Lilian Da Cruz Scalco
26	507830	Louise Elaine Pech
27	523085	Marcia Andrade
28	512233	Maria Penha Da Silva
29	508031	Marisangela Gutbier
30	506112	Maristela De Lourdes Guedes
31	521410	Mayara Trentini De Souza
32	519940	Morgane Cesco Battistella
33	506579	Nilvania Goncalves Da Costa
34	513645	Olga Marisa Pinto
35	516129	Paula Roberta Biazus
36	507480	Salete Volpato Woloszyn
37	518315	Simone Salete Siqueira
38	513527	Tais Dilda
39	521290	Vanessa Kist
40	512181	Vanessa Lecardelli
41	508126	Vania Dos Santos Rosario
42	511104	Willian Scariot
Literatura Dramatizada		
Nº Con- trole	Inscrição	Candidato

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	521351	Adaiane Dulcineia Lopes Santana Knobloch
2	512435	Adriana Carla Locatelli
3	514277	Alcione Terezinha Nissola Maciel
4	519755	Aldriane Pereira Von Fruauff
5	512194	Aline Risso
6	516248	Aline Schwambach Albiero
7	516406	Alissandra Aparecida Grossi
8	518122	Ana Alice Zanella
9	515475	Ana Claudia De Oliveira
10	517620	Ana Rita De Souza
11	506799	Andreia Cristina Graebin
12	506878	Andreia Da Silva Santiago
13	524106	Andreia Raquel Zanon Do Prado Kruger
14	516134	Andressa Lauxen
15	512088	Angela Izaura Rocha Peruzzo
16	513844	Angela Maria Zuanazzi
17	514755	Angelica Pedrote
18	506365	Antonia Jessica Veras Abreu
19	517816	Ariane Dalla Libera Renosto
20	507340	Augusta Rosana Spudeit
21	506476	Carina Bortoli Schiavini
22	511094	Carina Da Silva Galelli
23	520463	Carla Adriane Fazzioni Ramao
24	506801	Carlos Roberto Schwabenland
25	506671	Catiana De Oliveira
26	515931	Cleucir Sulenta
27	513760	Cristiane Agnolin
28	514834	Cristina Gorette Gnoatto Da Silva Moraes
29	517394	Daiane Cristieli Lawrenz Dias
30	507142	Daiane Cristina Moreira Paz
31	516070	Daiane Turmena
32	508045	Danielaterezinharuviar
33	520031	Daniele Amanda Rufato
34	508803	Daniele Gasperini
35	514295	Daniele Pegorer Fazzioni
36	514796	Danielen Dorneles De Freitas

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
37	513952	Debora Cristina Lucas
38	514189	Delires Zagonel Da Silva
39	511784	Denise Prestes De Oliveira
40	514082	Diane Lazarotto Bevilaqua
41	506445	Dirce Da Silva
42	517748	Dirlei Dresch
43	512391	Dirlei Sievert
44	507108	Edivana Bet
45	516486	Eliane Alberti
46	509255	Eliane Fatima Azeredo
47	512519	Eloisa Regina Essing Barboza
48	514176	Eneide Fuelber Spellmeier
49	513582	Esteia Solange Gross
50	519061	Fabiane Pinto Petzen
51	515691	Fatima Mezzalira Negretti
52	516720	Fernanda Borges Pimentel Debona
53	517361	Fernanda Teles
54	514816	Franciele Levandovski Sinnott Silva
55	514451	Geisiane Pinto
56	512296	Gelsi Trentin
57	517995	Glauca Heinrichs Justi Lopes
58	508836	Graciele Gasperini
59	516361	Helena Boff Zorzetto
60	506178	Idones Aparecida Cittadin
61	522199	Indianara Huff Bussmann
62	506367	Ines Lopes Rodrigues Zilio
63	508895	Ivanete Goncalves
64	519945	Ivete Presotto Colossi
65	508751	Jaira Zampieron
66	518661	Jamara De Souza Borges
67	507959	Janaina Alves Ribeiro
68	506301	Jaqueline Garghetti
69	512949	Jessica Giachini
70	518653	Joice Fernandes
71	516233	Josiele Da Silva Lesse
72	508140	Jucenir Batista Dos Santos

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
73	522927	Juciane Salete Soares Baranoski
74	515278	Juliana Camelo De Oliveira Bernardi
75	516120	Juliane Martins
76	514746	Karen Sandra Magedans Wilske
77	514735	Kassia Cristina Dartora Elesbao
78	518493	Kelly Cristine Michaelsen De Souza
79	511240	Leticia Fabiula Beltrame Haas De Bortoli
80	516103	Leticia Luana Castoldi
81	506929	Lidiana Polhmann
82	514128	Loici Solange Muller Pottratz
83	507831	Louise Elaine Pech
84	512784	Luana Thais Benini Dias
85	506395	Luciana Fiorentin Sbaraini
86	513221	Lucineia Soares Dos Santos
87	514317	Lurdes Maria Turmena Siega
88	514173	Maikel Andre Popp
89	511157	Mara Lucia Kuntze
90	514846	Marcia Regina Gregianin
91	510865	Marcia Sueli Marchesi Galeazzi
92	511151	Marceli Regina Batistella Ramires Souto
93	516580	Margaret Varela
94	511382	Maria Helena Lazzarotti
95	507757	Maria Rosaria Fasolo Marxreiter
96	519519	Mariela Proinelli Hepin
97	506945	Mariele Gastmann
98	521450	Marilu Aparecida Pires Da Silva
99	511768	Mariluz Borges Guedes
100	506185	Marisa Aline Magedans Pedrotti
101	508032	Marisangela Gutbier
102	514463	Marisete Machado Kern
103	506113	Maristela De Lourdes Guedes
104	519108	Marize Aparecida Machado Da Silveira Da Rosa
105	516282	Marta De Oliveira
106	506407	Marta Elisabete Holdefer Felicio
107	518557	Maura Patzlaff De Paula
108	521411	Mayara Trentini De Souza

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
109	508527	Melania Belluzzo Brunetto
110	518543	Melania Valerius Da Silva
111	508478	Michele Aline Rizzi Nunes
112	513943	Micheli Cristina Da Conceicao
113	514994	Miraci Aparecida Calza Falkoski
114	519941	Morgane Cesco Battistella
115	514951	Natalia Azzolini
116	523055	Neiva Marisa Borlin Svillen
117	517029	Nelsi Klumb Colasso
118	520495	Neusa Colasso
119	507046	Neusa Scherer Dandolini
120	506580	Nilvania Goncalves Da Costa
121	513646	Olga Marisa Pinto
122	514988	Orenilce De Sousa Fernandes
123	518839	Patricia Petri Curioletti
124	507610	Patricia Vasconcelos Siqueira Camboim
125	506679	Rafaela Varela Fruhwirth
126	515108	Regiane Ackermann Siega
127	511357	Rosane Salete De Costa Ritter
128	520502	Rosenei Clarice Schlick Kerber
129	516174	Saionara Teresinha Vendruscolo Schmidt
130	507481	Salete Volpato Woloszyn
131	515401	Sandra Regina Mariotti
132	516316	Silvana De Almeida
133	507738	Silvia Bernardi Kaiber
134	518908	Simara Polese
135	515069	Simone Gomes De Oliveira
136	518316	Simone Salete Siqueira
137	513146	Sirlei Koefender Frare
138	513010	Sirlei Reginato Perin
139	508225	Sonize Fagundes
140	518736	Vanessa Cristina Cmiel
141	508489	Vanessa Jacqueline Kirsten
142	521297	Vanessa Kist
143	507154	Vanessa Lecardelli
144	523651	Vanessa Samora Da Silva

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
145	515245	Vania Chiossi Rossetto
146	508127	Vania Dos Santos Rosario
147	507219	Vania Kaupezinski
148	508018	Wesley Krackecker Ziliotto
Matemática		
Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	517243	Adriana Bruckmann Da Silva
2	523504	Adriane Lutz
3	516167	Ailson Hikaru Watanabe De Lima
4	524408	Ana Elisa Bee
5	514804	Anderson Minosso
6	518359	Bruna Müller Da Silva
7	518721	Bruno Cezar Carniel
8	515994	Cheila Felipe Chiella
9	523810	Clademir Kaique Crozetta
10	520036	Cladir Savoldi
11	520054	Cristine Carniel
12	508668	Debora Dahmer
13	518622	Edinaura Nossal
14	508464	Elisabele Maria De Oliveira
15	513652	Elisabete Werkhauser
16	511021	Eliseu Lausch
17	522007	Fernanda Antonelo
18	523197	Franciele Müller
19	524024	Gerson Roque Soster
20	509190	Giana Cristina Crestani
21	520522	Giovanni Luiz Kugelmeier
22	524369	Hilda Geni Alves Paixao
23	507789	Irlei Tania Massing Heydt
24	517315	Jandira Saiba
25	516396	Jaqueline Eduarda Sipp
26	508468	Jennifer Valleriano Barboza
27	523231	Jordana Martins Zolett
28	514525	Karen Daiana Battisti
29	516148	Kelly Campagnolo Marcuzzo

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
30	516755	Leila Miglioretto
31	512702	Luan Octavio Usinger Lohmann
32	512057	Luana Maira Lohmann
33	520178	Luciano Marcos Bueno Eger
34	514240	Maiara Elis Lunkes
35	522891	Maicon Roberto Horn
36	514582	Maria Aparecida Rosa Da Conceicao Pastore
37	518678	Marili Cristina Minella
38	517587	Mauro Sulenta
39	508410	Miguel Antonio Da Silva
40	512470	Nilza Blotz
41	516478	Odair Ceron
42	508601	Patricia Gritti
43	513340	Patricia Presotto
44	506943	Renato Kioshi Ando
45	506200	Samara Elisa Pelisson
46	523192	Simone Batista Golunski
47	506956	Sulei Gross
48	523575	Valeria Pasuch
49	512096	Vanessa Marquette
50	522195	Welerson Kobs
51	508371	William Patrick Dias

**Matemática (Habilitação Ciências)**

Nº Con- trole	Inscrição	Candidato
1	507514	Aline Marsaro Frozza Basso
2	513335	Claudete Gossenheimer
3	506880	Januaria Dani
4	507056	Leane Konrad
5	508634	Nadia Ligianara Nyari
6	517858	Patricia Bernardi

Concórdia, SC, 17 de janeiro de 2017.

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 079/2017

DECRETO Nº079/2017, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal Sra. SILVANI KOLLETT, ocupante do cargo Diretor de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 27/12/2015 à 26/12/2016, que serão gozadas a partir do dia 16/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

SILVANI KOLLETT Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de janeiro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

### DECRETO N. 080/2017

DECRETO Nº080/2017, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. MAURO ARLINDO MORESCO ocupante do cargo Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 10 (dez) dias de férias relativos ao período aquisitivo de 01/09/2016 à 31/08/2017, que serão gozadas a partir do dia 17/01/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 01/2017

Contratado: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL CIGA .

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, ENGLOBANDO OS SEGUINTE SERVIÇOS: DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS DE SANTA CATARINA – DOM/SC (PUBLICAÇÕES DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ORGÃOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS; GESTÃO TRIBUTARIA – GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL; E GESTÃO TRIBUTARIA – REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO – REGIN.

Valor total: R\$ 10.680,00

Vigência: 31/12/2017

Fundamento Legal: É dispensável a licitação Art. 24 da Lei 8.666/93

XVI – para impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração e de edições técnicas oficiais, bem como para a prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito publico interno, por órgãos ou entidades que integrem a administração publica, criados para este fim especifico.

Coronel Freitas (SC) 13 de janeiro de 2017

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 004/2017**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

MÊS/ANO: JANEIRO/2017 NÚMERO CONTRATO: 004/2017

VALOR MENSAL CONTRATO: R\$. 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/01/2017

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a locação de uma sala comercial com aproximadamente 50m<sup>2</sup>(cinquenta metros quadrados) de propriedade do LOCADOR, situada à Rua Getúlio Vargas nº. 196, nesta cidade.

A referida sala ficará destinada para instalação física do Conselho Tutelar, visando o atendimento da população do Município de Coronel Martins.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Alessandra Sippel Martins OAB/SC 38.444A

TIPO DE PESSOA (1/2): 1 CPF/CGC:656.449.219-72

CONTRATADO: Ivone Brandalize

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

**DECRETO Nº 051/2017**

DECRETO Nº. 051 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2017 e Lei Orçamentária Anual nº.686 de 05/12/2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.01.10.301.0051.2014 – Manut. Das ativ. Da saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.7.1.00.00	Transf. De consórcio público	1	1.0002	4.000,00
3.3.7.1.00.00	Transf. De consórcio público	3	1.0002	4.800,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais) pela anulação parcial de dotação orçamentária na seguinte programação de despesas:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.01.10.301.0051.2014 – Manut. Das ativ. Da saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	4	1.0002	8.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 05 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

**DECRETO Nº 052/2017**

DECRETO Nº. 052, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

AMPLIA HORAS EXTRAS DOS OCUPANTES DOS CARGOS DE OPERADOR DE MÁQUINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 005/2003 e,

Considerando o disposto no Artigo 60, Parágrafo Único da Lei Complementar nº. 005, de 14 de abril de 2003;

Considerando a justificativa para ampliação de horas extras assinada pelo Secretário Municipal de Agricultura, datada de 05 de janeiro de 2017;

Considerando que esta é a única época possível de se fazer à silagem e existe uma grande demanda por parte dos agricultores, dentre outros trabalhos como: a limpeza e reabertura de silos, a atual condição dos equipamentos.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica ampliada, a partir desta data até 31 de julho de 2017, a quantidade de horas-extras a serem executadas pelos servidores ocupantes do cargo de Operador de Máquina, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para até 120 horas/mês.

Art. 2º Fica a cargo do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a autorização e o controle das horas-extras a serem realizadas pelos servidores, que deverá ser realizado mensalmente através de relatório próprio, e entregue ao departamento de Recursos Humanos para inclusão na Folha de Pagamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 05 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

**DECRETO Nº 053/2017**

DECRETO Nº. 053 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DO SERVIDOR QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

**REQUISITA:**

Art. 1º O retorno do Servidor, Sr. João Toldo, ocupante do Cargo efetivo de Operador de Máquinas, a partir do dia 18 de janeiro de 2017, em virtude da grande demanda de silagens de milho, Junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de Férias.

Art. 2º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretário de Administração, Planej. e Finanças.

**DECRETO Nº 054/2017**

DECRETO Nº. 054 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DO SERVIDOR QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

**REQUISITA:**

Art. 1º O retorno do Servidor, Sr. Beno Vicente Welchen, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de conservação e manutenção, a partir do dia 18 de janeiro de 2017, Junto a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de Férias.

Art. 2º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 05 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretário de Administração, Planej. e Finanças.

**ERRATA 002/2017**

ERRATA REFERENTE AO DECRETO Nº. 042, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Decreto nº 042, de 05 de janeiro de 2017, o qual onde lê-se:

DECRETO Nº 042, DE 05 DE JANEIRO DE 2016.

Leia-se:  
DECRETO Nº 042, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 17 de Janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 001/2017**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 001 DE CONTRATO DE 15 DE JUNHO DE 2016.

MÊS/ANO: JUNHO/2016 NÚMERO CONTRATO: 019/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/06/2016

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

O objeto do Contrato nº 019/2016, que antecedeu a este Termo Aditivo constitui na EXECUÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA E MACADAME SECO NAS RUAS DÓLIO BELATTO E SANTANA; COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PELA EMPRESA, A SER EXECUTADA NA CIDADE DE CORONEL MARTINS-SC, COM EXECUÇÃO INDIRETA, NO REGIME DE EMPREITADA INTEGRAL.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do Contrato nº 019/2016 que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 01 de maio de 2017.

**CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Alessandra Sippel Martins OAB/SC nº 38.444A

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 01.341.214/0001-94

CONTRATADO: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.

**TERMO ADITIVO Nº 002/2017**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 002/2017.

MÊS/ANO: SETEMBRO/2014. NÚMERO CONTRATO:056/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/09/2014

Celebram o QUARTO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 056/2014, firmado em 22 de setembro de 2014, oriundo do Processo Licitatório nº 038/2014, Tomada de Preço nº 004/2014, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO**

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO**

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Alessandra Sippel Martins OAB/SC nº 38.444A

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 02.131.315/0001-01

CONTRATADA: VISOLI CONSTRUTORA LTDA.

# Corupá

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 1231/17**

DECRETO Nº 1231/17

NOMEIA A SRA. FRANCIELLI APARECIDA BECKER, PARA OCUPAR O CARGO DE COORDENADORA DE SERVIÇOS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a nomeação de Coordenadora de Serviços é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a SRA. FRANCIELLI APARECIDA BECKER, para ocupar o cargo de Coordenadora de Serviços.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 17 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## CÂMARA MUNICIPAL

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 003/16**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 003/16

Processo Licitatório nº 009/16

Dispensa de licitação nº 009/16

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CGC/MF sob o nº. 00.685.840/0001-35, estabelecida na Rua XV de Novembro, nº 1.480, sala 704, no Centro do município de Blumenau (SC), CEP 89.010-918

OBJETO: direito de uso mensal, a manutenção e suporte dos sistemas LEGISLADOR E LEGISLADOR WEB.

Data da Assinatura: 30/11/2016

Data da Vigência: 31/07/2017

CLÁUDIO FINTA

PRESIDENTE CÂMARA DE VEREADORES

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, DIVULGAÇÃO DE INFORMATIVOS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DE RÁDIO AM E FM, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 31/01/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 31/01/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 17 de Janeiro de 2017.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 8/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 8/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E TRANSLADO, PARA PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 30/01/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 30/01/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 17 de Janeiro de 2017.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 9/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 9/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE ESPAÇO EM JORNAL IMPRESSO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA PUBLICAÇÕES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 31/01/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 31/01/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 17 de Janeiro de 2017.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE REVISTA DE EDIÇÃO MENSAL, PARA PUBLICIDADE, DIVULGAÇÃO E ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 31/01/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 31/01/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 17 de Janeiro de 2017.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

# Ermo

## PREFEITURA

### RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

Objeto: Aquisição de Combustíveis para consumo dos veículos e máquinas da frota municipal, durante o exercício de 2017.

Vencedor: Auto Posto Daminelli Ltda

Valor: R\$ 593.420,00

GIANE PIRES LEONARDO - Pregoeiro

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 002/2017

PORTARIA Nº 002 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a designação de servidora para responder pela função de Tesoureira da Câmara de Vereadores de Ermo.

O Vereador DANIEL BORGES, Presidente da Câmara Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto do Art. legais e com base no disposto do Art. 11 da Lei Complementar nº 002 de 17 de agosto de 2005, Resolve Art. 1º Designar a servidora MARIALVA SIMON ROVARIS ACORDI, para responder pela Tesouraria da Câmara Municipal de Ermo, executando as atividades relacionadas à movimentação financeira da Câmara de Vereadores como emitir cheques, solicitar saldos e extratos, requisitar talonário de cheques, abaixar cheques, cadastrar e desbloquear senhas, efetuar pagamento gerenciador financeiro, transações financeiras eletrônicas e outros documentos correlatos, sempre em conjunto com o Presidente da Câmara Municipal de Ermo.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 002 de 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ermo, em 17 de janeiro de 2017.

DANIEL BORGES

Presidente

Registre-se e publique-se.

JOACIR JOSÉ NETO

Primeiro Secretário

### RESOLUÇÃO Nº 001/2017

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia os membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final - CLJRF e os membros da Comissão de Orçamento e Finanças – COF, da Câmara Municipal de Ermo para o exercício de 2017.

O Vereador DANIEL BORGES, Presidente da Câmara Municipal de Ermo, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Art. 39 Incisos VI e VII do Regimento Interno, faz saber a todos os cidadãos ermenses que os Vereadores aprovaram e ele promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Nomear Vereadores para compor a Comissão Permanente de Legislação Justiça e Redação Final e da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Ermo, para o exercício de 2017, conforme se estabelece:

#### I – COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF

Presidente: JOSÉ FÁVARO

Membros: JOACIR JOSÉ NETO

LUCIANO DOMINGOS

#### II – COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COF

Presidente : ELENIR DE O. BARBOSA

Membros: DEOCLÉSIO DA SILVA

LOURIVAL DE V. MACHADO

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Câmara Municipal de Ermo (SC), em 17 de janeiro de 2017.

DANIEL BORGES

Presidente

Registre-se e Publique-se

JOACIR JOSÉ NETO

Primeiro Secretário

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 003/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 004/2017

Edital de Pregão nº 003/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Material Pedagógico e Suprimentos de Informática destinado ao atendimento da rede municipal de ensino e dos diversos Programas do Fundo Municipal de Assistência Social, durante o exercício de 2017 conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 31/01/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 0001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

#### OBJETO:

ITEM 01: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL  
Endereço: RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT  
FLORIANÓPOLIS – Santa Catarina  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

ORIGEM: Dispensa de Licitação n. 0001/2017.

PROCESSO LICITATÓRIO N.: 00006/2017.

VIGÊNCIA: 17 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Faxinal dos Guedes/SC, em 17 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 0003 2017

AVISO DE LICITAÇÃO  
CHAMAMENTO PÚBLICO N. 0003/2017

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Senhor GILBERTO ANGELO LAZZARI, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO, para fins de CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E PREÇOS DE REFERÊNCIA CONSTANTES NESTE EDITAL, pelo que dispõe o presente e as condições de sua realização, sendo que o prazo para a entrega da documentação será até às 09h00m do dia 01 de Fevereiro de 2017, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes/SC, sito a Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro. A análise da documentação será às 09h00m do dia 01 de Fevereiro de 2017, na sala de reuniões do Setor de Licitações, junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro. A íntegra do Edital de Chamamento Público n. 0003/2017 e seus anexos, poderão ser obtidos pelos interessados na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone (0\*\*49) 3436-4300, no horário das 08h00m às 12h00m de segunda à sexta-feira e/ou através do site [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)

Faxinal dos Guedes/SC, 17 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 0004/2017

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0004/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0004/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE ÓLEO DÍSEL E GASOLINA COMUM DE FORMA PARCELADA de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação às 9h00m horas do dia 27 de Janeiro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 09h00m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 16 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL 0005/2017

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0005/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0005/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR NAS LINHAS NRS. 01, 02, 03 e 04 de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação às 9h00m horas do dia 30 de Janeiro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 09h00m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 17 de Janeiro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 108/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 108/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 07/2017  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 19 de janeiro de 2017, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:00 horas do dia 30 de janeiro de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 16 dias do mês de janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 16 dias do mês de janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 109/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 109/2017

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 08/2017  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 19 de janeiro de 2017, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 30 de janeiro de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### **AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002\_2017-SF**

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2017 – SF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0004/2017 - SF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, neste ato representado pelo Presidente, torna público a Dispensa de Licitação nº 0002/2017, relativo ao contrato de rateio objetivando a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, inscrito no CNPJ sob nº 08.484.353/0001-16, tendo por fim a implantação e efetivo funcionamento da sede administrativa do consórcio e a orientação e apoio técnico/administrativo aos consorciados, no valor total de R\$ 57.429,60 (Cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos) que será pago em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 4.785,80 (quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), vencíveis até o último dia de cada mês deste exercício de 2017. Fundamento Legal: Art.24, XXVI da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 17 de janeiro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

Fraiburgo (SC), 16 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003\_2017-SF**

Aviso do Pregão Presencial nº 0003/2017 – SF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Objeto: Aquisição de bomba dosadora de produtos químicos para uso na Estação de Tratamento de Água da Sanefrai, localizada no Bairro Santo Antonio. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 09.02.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0010\_2017-PMF**

Aviso da Dispensa de Licitação nº 0010/2017 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0019/2017-PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0010/2017, para assinatura da revista “FIQUE DE OLHO” para divulgação de mensagens, eventos, atos e publicações em geral deste Município, durante o período de fevereiro a dezembro de 2017, no valor total estimado de R\$ 10.230,00 (dez mil, duzentos e trinta reais), com base no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93. Empresa contratada: MARIANA POMERENING STEFANES ME, inscrita no CNPJ sob. Nº 12.905.851/0001-62.

Fraiburgo(SC), 17 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005\_2017-PMF**

Aviso de Pregão Presencial Nº 0005/2017 – PMF

Registro de Preços Nº 0004/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Objeto: Aquisição de produtos gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos dos para os Centros de Educação Municipais de Fraiburgo, nos meses de fevereiro a julho de 2017, no Município de Fraiburgo/SC. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 30.01.2017 no protocolo geral do município junto a Secretaria-Executiva na sede da prefeitura, localizada a Avenida Rio das Antas, 185, Centro. Credenciamento: Até às 14:15 horas do mesmo dia no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 18 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002\_2017-SF RP 0002 DOM**

Aviso do Pregão Presencial nº 0002/2017 – SF

Registro de Preços nº 0002/2017

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais de pedras para a Sanefrai., durante o período de fevereiro a julho de 2017. Validade da Ata de Registro de Preços: fevereiro a julho de 2017. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 07.02.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006\_2017-RP 0005 PMF-DOM**

Aviso do Pregão Presencial nº 0006/2017– PMF

Registro de Preços Nº 0005/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de pedra brita, para uso do órgão gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de fevereiro a dezembro de 2017. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 08.02.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC.

Credenciamento: ate às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007\_2017-RP 0006 PMF-DOM**

Aviso do Pregão Presencial nº 0007/2017– PMF

Registro de Preços Nº 0006/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa do ramo na prestação de serviços de equitação, para usuários do CRE-AS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e crianças e adolescentes no serviço de acolhimento institucional, durante os meses de fevereiro a dezembro de 2017. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 10.02.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: ate às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

### **PORTARIA Nº 0382/2017**

PORTARIA N.º 0382, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação do afastamento

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 96 da Lei Complementar nº 109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 0036/2017;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o afastamento por 20 horas semanais no período vespertino, do servidor JOÃO ADEMIR CANCELIER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 816.714.829-72, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, com carga horária de 40 horas semanais, para exercício de cargo em comissão ou função de confiança com o ônus da remuneração para o órgão ou entidade cessionária, no período de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 0383/2017**

PORTARIA Nº 0383, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 029/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA ALMEIDA a qual pediu rescisão contratual;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de VERONICA APARECIDA PEREIRA RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 898.662.239-49, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de fevereiro de 2017 até 30 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de janeiro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**DECRETO Nº 012/2017****DECRETO Nº 012, 17 DE JANEIRO DE 2017.**

**HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0008, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO.**

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0008, de 01 de dezembro de 2016, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 17 DE JANEIRO DE 2017.

**CLAUDETE GHELLER MATHIAS**  
Prefeita Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento





Estado de Santa Catarina  
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0008 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Guarda do Patrimônio** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Guarda do Patrimônio (masculino)**

**Critérios de Desempate**

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	23	CRENILSON ALVES	28	6	7	1	NÃO	17/05/1982
2	20	CLEILTON RODRIGO PIRES	21	6	0	0	NÃO	12/02/1984
3	16	DIRCEU DA SILVA PEREIRA	20	5	5	1	NÃO	18/04/1980
4	6	JOÃO DE PROENÇA	17	4	3	0	NÃO	24/12/1960
5	24	ANDERSON FABIAN BERNARDES	15	10	0	0	NÃO	13/11/1982
6	4	WOLMIR DA SILVA	13	4	4	0	NÃO	29/05/1971
7	13	JARDEL LUCIANO SELIAS VAZ	9	4	0	0	NÃO	10/11/1995
8	9	ADAO VIEIRA PADILHA	7	5	2	0	NÃO	12/09/1950
9	11	WESLEY MACHADO	5	0	0	0	NÃO	02/03/1998
10	22	VILMAR FELIPE DOS SANTOS	4	4	0	2	NÃO	19/09/1978
11	1	ANTONIO GONÇALVES DE MORAES	2	0	2	0	NÃO	08/11/1949
12	10	MARCIO MOREIRA GONZAGA	0	0	0	1	NÃO	13/06/1982
13	8	JOÃO MARIA GONZAGA	0	0	0	0	NÃO	01/07/1958

terça-feira, 17 de janeiro de 2017

Página 1 de 1



Estado de Santa Catarina  
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0008 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Guarda do Patrimônio** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Guarda do Patrimônio (feminino)**

**Critérios de Desempate**

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	27	SUELI CORDEIRO CAMARGO	27	10	2	2	NÃO	30/12/1977
2	7	IVONE RIBEIRO ALVES	27	10	2	0	NÃO	07/06/1974
3	12	ERONDINA DOS SANTOS	19	5	4	1	NÃO	29/12/1975
4	18	MICHELI FÁTIMA ANTUNES DE LIMA	15	10	0	0	NÃO	21/01/1990
5	21	ANACI APARECIDA RIBEIRO ALVES	15	8	2	1	NÃO	17/07/1973
6	5	JAQUELINE DOMINGUES	13	8	0	1	NÃO	14/11/1990
7	19	MARISA FATTORI	12	4	3	0	NÃO	23/12/1967
8	25	LEONECI HAASE	9	4	0	1	NÃO	03/02/1978
9	2	ROSEMARI DA SILVA	5	0	0	2	NÃO	04/09/1984
10	15	MARIA CATRINE GONÇALVES SILVEIRA	5	0	0	2	NÃO	25/01/1985
11	14	BARBARA RAQUEL DE CASTRO DA SILVA	5	0	0	2	NÃO	14/08/1990
12	17	JULIANA MORAES DA COSTA NEUJAHR	5	0	0	2	NÃO	25/09/1990
13	26	ANTONIO MARCOS MONTEIRO	5	0	0	0	NÃO	18/07/1979
14	3	JANETE CORTE	4	4	0	1	NÃO	27/02/1984

terça-feira, 17 de janeiro de 2017

Página 1 de 1

# Garopaba

## PREFEITURA

### **ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2013**

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO 4-27/2013

No Extrato de Contrato nº 27/2013 publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, na edição do dia 09/01/2017, onde se lê: Objeto: Prorrogar o prazo de vigência d contrato nº 27/2013 por 12(doze) meses; leia-se: Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 27/2013 por 03(três) meses

### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 032/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 032/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOSE CARLSEN

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 13/01/2017 até 13/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 033/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 033/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BENTO DA ROSA

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 16/01/2017 até 16/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 034/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 034/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: AGENOR ACÁCIO DA CRUZ JUNIOR

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 16/01/2017 até 16/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 035/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 035/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOÃO CARLOS DA SILVA

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 940,16 (novecentos e quarenta reais com dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 13/01/2017 até 13/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 036/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 036/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADÃO DE SOUZA

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 16/01/2017 até 16/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 037/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 037/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VOLNEI DE SOUZA

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 16/01/2017 até 16/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 038/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 038/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOÃO DE AMORIM

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 16/01/2017 até 16/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 039/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 039/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA CELIA SEMEÃO PINHEIRO

Objetivo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Valor: R\$ 996,09 (novecentos e noventa e seis reais com nove centavos) mensais

Vigência: De 16/01/2017 até 16/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

### **EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 040/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 040/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MAYCON DOS SANTOS

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 940,16 (novecentos e quarenta reais com dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 17/01/2017 até 17/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 041/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 041/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUIZ GONZAGA LOURENÇO

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 940,16 (novecentos e quarenta reais com dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 17/01/2017 até 17/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 042/2017.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 042/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOSÉ AILTON RODRIGUES DA SILVA

Objetivo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Valor: R\$ 940,16 (novecentos e quarenta reais com dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 17/01/2017 até 17/03/2017, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO TERMO ADITIVO 1º AO CONTRATO 038/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 038/2016. Processo nº 84/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: HILARIO MARTINS EIRELI ME; CNPJ N.º 06.218.756/0001-98; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do respectivo contrato pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir de 01/01/2017; Data da Assinatura: 29/12/2016.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 1º AO CONTRATO 041/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 041/2016. Processo nº 88/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: HILARIO MARTINS EIRELI ME; CNPJ N.º 06.218.756/0001-98; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do respectivo contrato pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir de 01/01/2017; Data da Assinatura: 29/12/2016.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 1º AO CONTRATO 046/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 046/2016. Processo nº 92/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: NCL PAVIMENTAÇÃO LTDA ME; CNPJ N.º 09.346.667/0001-15; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do respectivo contrato pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir de 01/01/2017; Data da Assinatura: 29/12/2016.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 1º AO CONTRATO 048/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 048/2016. Processo nº 72/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: ROSIVÂNIO MATIAS DE SOUZA ME; CNPJ N.º 11.002.516/0001-25; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do respectivo contrato pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir de 01/01/2017; Data da Assinatura: 29/12/2016.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 1º AO CONTRATO Nº 014/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 014/2016. Processo nº 21/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: NCL PAVIMENTAÇÃO LTDA; CNPJ N.º 09.346.667/0001-15; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do respectivo contrato pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir de 01/01/2017; Data da Assinatura: 29/12/2016.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 2º AO CONTRATO 040/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 040/2016. Processo nº 86/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: HILARIO MARTINS EIRELI ME; CNPJ N.º 06.218.756/0001-98; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do respectivo contrato pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir de 01/01/2017; Data da Assinatura: 29/12/2016.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 2º AO CONTRATO Nº 031/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 031/2016. Processo nº 55/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: NCL PAVIMENTAÇÃO LTDA ME; CNPJ N.º 09.346.667/0001-15; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do respectivo contrato pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 01/01/2017; Data da Assinatura: 29/12/2016.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 2º AO CONTRATO Nº 36/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 036/2016. Processo nº 75/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: bauer engenharia ltda; CNPJ N.º 08.764.139/0001-13; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do respectivo contrato até o dia 31/03/2017; Data da Assinatura: 29/12/2016.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 7º AO CONTRATO  
025/2016****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 025/2016. Processo nº 38/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS EIRELI EPP; CNPJ N.º 13.565.760/0001-98; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do respectivo contrato por mais 90 (noventa) dias conforme solicitado pela Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos; Data da Assinatura: 29/12/2016.

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### GABARITO FINAL EDITAL COMPLEMENTAR 001/2016 DO PROCESSO SELETIVO 003/2016

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2016 DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

GABARITO FINAL – Após os recursos

O Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições, com base nas Leis Municipais nº 1.645/01 e nº 1.646/01 de 27 de dezembro de 2001, nº 1.940/06 de 27 de novembro de 2006 e nº 2518/2013 de 23 de março de 2013 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, o Gabarito Final – Após os recursos, conforme segue:

PROFESSOR I N1 ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL					PROFESSOR I N1 EDUCAÇÃO INFANTIL					PROFESSOR II N1 ARTE			
Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova			
1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	
1	C	D	A	B	1	C	D	A	B	1	B	C	D
2	A	B	C	D	2	B	C	D	A	2	C	D	A
3	B	C	D	A	3	D	A	B	C	3	A	B	C
4	D	A	B	C	4	D	A	B	C	4	A	B	C
5	C	D	A	B	5	A	B	C	D	5	A	B	C
6	A	B	C	D	6	C	D	A	B	6	B	C	D
7	B	C	D	A	7	B	C	D	A	7	C	D	A
8	A	B	C	D	8	B	C	D	A	8	A	B	C
9	D	A	B	C	9	D	A	B	C	9	B	C	D
10	C	D	A	B	10	A	B	C	D	10	C	D	A
11	D	A	B	C	11	C	D	A	B	11	A	B	C
12	D	A	B	C	12	D	A	B	C	12	C	D	A
13	B	C	D	A	13	B	C	D	A	13	B	C	D
14	C	D	A	B	14	C	D	A	B	14	C	D	A
15	A	B	C	D	15	A	B	C	D	15	A	B	C
16	B	C	D	A	16	B	C	D	A	16	B	C	D
17	C	D	A	B	17	C	D	A	B	17	C	D	A
18	D	A	B	C	18	D	A	B	C	18	D	A	B
19	A	B	C	D	19	A	B	C	D	19	A	B	C
20	C	D	A	B	20	C	D	A	B	20	C	D	A

PROFESSOR II N1 EDUCAÇÃO FÍSICA					PROFESSOR II N1 HISTÓRIA					PROFESSOR II N1 MATEMÁTICA				
Tipo de Prova					Tipo de Prova					Tipo de Prova				
1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	4	
1	D	A	B	C	1	D	A	B	C	1	D	A	B	C
2	C	D	A	B	2	B	C	D	A	2	D	A	B	C
3	A	B	C	D	3	A	B	C	D	3	B	C	D	A
4	B	C	D	A	4	A	B	C	D	4	D	A	B	C
5	B	C	D	A	5	B	C	D	A	5	A	B	C	D
6	A	B	C	D	6	A	B	C	D	6	ANULADA	ANULADA	ANULADA	ANULADA
7	B	C	D	A	7	A	B	C	D	7	C	D	A	B
8	D	A	B	C	8	C	D	A	B	8	B	C	D	A
9	A	B	C	D	9	A	B	C	D	9	C	D	A	B
10	A	B	C	D	10	B	C	D	A	10	A	B	C	D

11	B	C	D	A		11	D	A	B	C		11	B	C	D	A
12	B	C	D	A		12	A	B	C	D		12	D	A	B	C
13	B	C	D	A		13	B	C	D	A		13	B	C	D	A
14	C	D	A	B		14	C	D	A	B		14	C	D	A	B
15	A	B	C	D		15	A	B	C	D		15	A	B	C	D
16	B	C	D	A		16	B	C	D	A		16	B	C	D	A
17	C	D	A	B		17	C	D	A	B		17	C	D	A	B
18	D	A	B	C		18	D	A	B	C		18	D	A	B	C
19	A	B	C	D		19	A	B	C	D		19	A	B	C	D
20	C	D	A	B		20	C	D	A	B		20	C	D	A	B

\*Após análise de recursos interpostos, a questão de nº 06 foi anulada para todos os tipos de provas do cargo de Professor II NI Matemática.

Guaraciaba – SC, 17 de Janeiro de 2017.

ROQUE LUIZ MENEGUINI

Prefeito

### **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 03.17 AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO, MATERIAIS DE LIMPEZA SCFV.DOC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2017.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 06/17, Edital de Pregão Presencial Nº 03/17. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Limpeza para Manutenção atividades do SCFV, CRAS e Manutenção Atividades do Bolsa Família; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 02/02/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 02/02/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 17 de janeiro de 2017.

IDIONE KROTH FABBI,

Ordenador do FMAS



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE - FMS 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2017 – INEXIGIBILIDADE N. 01/2017.

O Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 25 Caput da Lei nº. 8666/93, comunica a Aquisição de serviço para realização de exames laboratoriais destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Guarujá do Sul para o ano de 2017, conforme tabela SUS.

Fornecedor: LABORATORIO DE CITOLOGIA CLINICA DANNEBROCK LTDA

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR GUARUJA

Vigência: 31/12/2017

Guarujá do Sul, 17 de janeiro de 2017.

Adelise de Oliveira;

Secretária do FMS

da Lei Municipal 2.255/2013 de 15 de março de 2013, fica estendido ao Subsídio dos Conselheiros Tutelares(detentores de mandato eletivo), o mesmo índice da Revisão Geral Anual de que trata o Art. 1º da presente Lei.

Art. 3º. As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento , e não afetarão as metas de resultados fiscais previstas, bem como atendem as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,

17 de janeiro de 2017-

65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 05/2017 - Convite Nº. 01/2017

Objeto: Contratação de serviços de Assessoria Jurídica ( peças processuais ) a serem prestados pelo contratado ao município de Guarujá do Sul.

Habilitação e Proposta: 26/01/2017 ( Documentação 08:15 e abertura as 08:30 ). Local: Prefeitura Municipal - Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 17 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

### LEI MUNICIPAL 2.512/2017

Lei nº 2.512/2017

Concede Revisão Geral Anual aos vencimentos dos cargos dos Servidores , dos Subsídios dos cargos Eletivos e Secretários do Poder Legislativo Municipal.

Art. 1º. A Revisão Geral Anual de que trata o Inciso X, do Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, e nos termos da Lei Municipal nº 2.325/2013, de 18 de dezembro de 2013, com aplicação no mês de janeiro de 2017, será concedida num percentual de 7,1374, apurado pelo índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) aferido pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado no mês de dezembro de 2015 a novembro de 2016, sobre o vencimento dos cargos comissionados e efetivos, dos subsídios dos detentores de mandato eletivos e dos subsídios dos Secretários do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento , e não afetarão as metas de resultados fiscais previstas, bem como atendem as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,

17 de janeiro de 2017-

65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL 2.511/2017

Lei nº 2.511/2017

Concede Revisão Geral Anual aos vencimentos dos cargos dos Servidores Públicos Municipal, dos Subsídios dos detentores de mandatos eletivos e dos Secretários Municipais.

Art. 1º. A Revisão Geral Anual de que trata o Inciso X, do Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, e nos termos da Lei Municipal nº 2.325/2013, de 18 de dezembro de 2013, com aplicação no mês de janeiro de 2017, será concedida num percentual de 7,1374, apurado pelo índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) aferido pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado no mês de dezembro de 2015 a novembro de 2016, sobre o vencimento dos cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão, sobre os Subsídios dos cargos detentores de mandatos eletivos e dos cargos de Secretários Municipais, e do vencimento dos Aposentados do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Conforme Caput do § 1º, do Art. 38, Seção V, Capítulo IV,

**LEI MUNICIPAL 2.513/2017**

Lei Municipal nº 2.513/2017

Autoriza o poder executivo a fazer a concessão de direito real de uso de bem imóvel, como forma de incentivo á Indústrias, prestadoras de serviços, importadoras, exportadoras, armazém geral, armazém alfandegado e ainda cooperativas de produção e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado em nome do Município, a fazer a concessão de direito real de uso com encargos como forma de incentivo a Indústrias, prestadoras de serviços, importadoras, exportadoras, armazém geral, armazém alfandegado e ainda cooperativas de produção, que estabeleçam suas atividades no Município, bem como aquelas já existentes, que ampliem sua capacidade de produção e demanda de mão de obra, de bem imóvel, de propriedade do município com a seguinte descrição:

I – Imóvel de domínio público, constituído pela Sala Industrial nº 04, localizada na Incubadora, situada no Loteamento Industrial Silvestre Foiatto, com área de 188,54m², com banheiro com 3,90m², totalizando área de 192,44m², com acesso principal pela Rua Reinaldo Antonio Klein.

Art. 2º A Concessão de que trata o artigo anterior, será feita por meio de concorrência, com base na Lei Municipal nº 2.223/2012 de 13 de julho de 2012 e alterações posteriores, constando em seu instrumento os encargos, o prazo de seu cumprimento e clausulas de reversão.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC  
17 de Janeiro de 2017  
65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação.

Claudio Júnior Weschenfelder  
Prefeito Municipal.

Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora  
Secretario da Administração e Fazenda

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 002/2017/SMECE

EDITAL Nº 002/2017/SMECE

Dispõe sobre a escolha de vagas para preenchimento de cargos em caráter temporário na forma do Edital de Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE para o ano letivo de 2017.

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 314/2013 de 09 de dezembro de 2013, torna público:

#### DA ESCOLHA DE VAGAS

Art. 1º - A Escolha de Vagas acontecerá no dia 23 de janeiro de 2017, na Câmara de Vereadores, Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, Herval d'Oeste/SC.

Art. 2º - A escolha acontecerá por cargo/área de atuação conforme segue:

Cargo: Professor

Ordem	Área de Atuação	Horário
1º	Educação Infantil	8:30
2º	Anos Iniciais	9:30
3º	Educação Física	10:15
4º	Língua Portuguesa	
5º	Matemática	
6º	Histórica	
7º	Geografia	
8º	Língua Inglesa	
9º	Informática	
10º	Música	
11º	Artes Cênicas	

Cargo: Agente de Serviços Gerais

Ordem	Atuação	Horário
1º	Unidades Escolares	11:00

#### DO QUADRO DE VAGAS

Art. 3º - O quadro abaixo define as vagas, com respectiva carga horária semanal, turno, vínculo, Unidade Escolar e/ou local.

Professor de Educação Infantil

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
40h	Vespertino	Jael Ribeiro dos Santos Carletti	CMEI Criança Feliz
40h	Vespertino	Carmen Terezinha Ghiggi	CMEI Criança Feliz
40h	Vespertino	Marlene Maria de Oliveira	CMEI Criança Feliz
40h	Vespertino	Marilene Tanello Gomes	CMEI Criança Feliz
40h	Vespertino	Solange Fatima Pontes	CMEI Criança Feliz
40h	Vespertino	Luciana Soraia Costenaro Carrer	CMEI Valdete Souza Nodari
40h	Vespertino	Rosilene Eleutério Brandalise	CMEI Valdete Souza Nodari
40h	Vespertino	Francina Talita Cyrino Ramos	CMEI Profª Tania R. Piovesan Bortoluz
40h	Vespertino	Marinês Couto Alves	CMEI Profª Tania R. Piovesan Bortoluz
40h	Vespertino	Silvana Trevisol Gab	CMEI Profª Tania R. Piovesan Bortoluz

Professor de Educação Infantil

20h	Vespertino	Viviane Sbrusi	GEM Professor Adolfo Becker
20h	Vespertino	-	EBM Estação Iuzerna
20h	Vespertino	Andréia Scalabrin	GEM Nossa Senhora de Fátima
20h	Vespertino	-	EBM Cruz e Sousa

20h	Vespertino	Keli Minéia Camarotto	CME Pequeno Príncipe
20h	Vespertino	Taize Sabei	CME Pequeno Príncipe

**Professor de Anos Iniciais**

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
20h	Vespertino	Ieda Salete Vergani Barbosa (licença maternidade)	CME Pequeno Príncipe
20h	Matutino	Edna Scalabrin Martini (licença tratamento de saúde)	CME Pequeno Príncipe
20h	Vespertino	Edna Scalabrin Martini (licença tratamento de saúde)	CME Pequeno Príncipe
20h	Matutino	Silvana Lazzarini Bulla	CME Pequeno Príncipe
20h	Vespertino	Silvana Lazzarini Bulla	CME Pequeno Príncipe
20h	Vespertino	Deonice Cortellini Parize	GEM Professor Adolfo Becker
20h	Vespertino	Iria Terezinha Matevi	EBM Estação Luzerna
20h	Vespertino	Simara Pasinato	EBM Estação Luzerna
20h	Vespertino	-	ERM Professor Alcino Fernandes
20h	Vespertino	-	ERM Professor Alcino Fernandes
20h	Vespertino	Lucila Brinkmann	EBM Cruz e Sousa
20h	Vespertino	Vanuza de Oliveira (licença sem vencimento)	EBM Cruz e Sousa
20h	Vespertino	Vilmar Varela de Oliveira	EBM Cruz e Sousa

**Professor de Educação Física**

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
40h	Mat/Vesp	Michele da Silva Coelho	GEM Nossa Sra de Fátima
20h	Mat/Vesp	Simone Minks	CME Pequeno Príncipe
30h	Mat/Vesp	Sabrina Rover	EBM Cruz e Sousa
40h	Mat/Vesp	Analiê Pasquali	GEM Professor Adolfo Becker/ERM Professor Alcino Fernandes

**Professor de Língua Portuguesa**

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
20h	Matutino	-	EBM Cruz e Sousa
20h	Matutino	Angela Cristina Bilibio	EBM Estação Luzerna

**Professor de Matemática**

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
20h	Matutino	Rosângela Durigon Ceroni	EBM Estação Luzerna

**Professor de História**

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
20h	Matutino	Vilmar Varela de Oliveira	EBM Cruz e Sousa
20h	Matutino	Ivo Guindani	EBM Estação Luzerna

**Professor de Geografia**

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
10h	Matutino	-	EBM Estação Luzerna

**Professor de Língua Inglesa**

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
30h	Mat/Vesp	Gisele Bulh	EBM Estação Luzerna/CME Pequeno Príncipe
30h	Mat/Vesp	Rosane Aparecida Pereira (licença maternidade)	GEM Professor Adolfo Becker/GEM Nossa Senhora de Fátima/ERM Professor Alcino Fernandes

**Professor de Informática**

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
30h	Mat/Vesp	-	EBM Estação Luzerna/CME Pequeno Príncipe
30h	Mat/Vesp	-	GEM Profº Adolfo Becker/GEM Nossa Sra de Fátima/ERM Profº Alcino Fernandes
10h	Mat/Vesp	-	EBM Cruz e Souza

**Professor de Música**

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
30h	Mat/Vesp	-	EBM Estação Luzerna/CME Pequeno Príncipe
30h	Mat/Vesp	-	GEM Profº Adolfo Becker/GEM Nossa Sra de Fátima/ERM Profº Alcino Fernandes
10h	Mat/Vesp	-	EBM Cruz e Souza

**Professor de Artes Cênicas**

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
20h	Mat/Vesp	-	Teatro Alfredo Sigwalt

**Agentes de Serviços Gerais**

Carga Horária	Turno	Vaga Vinculada	Unidade(s) Escolar(es)
40h	Mat/Vesp	Diva Zarpelon Trevisol	ERM Profº Alcino Fernandes
40h	Mat/Vesp	Rodrigo Francisco da Silva	GEM Profº Adolfo Becker
40h	Mat/Vesp	-	GEM Nossa Sra de Fátima
40h	Mat/Vesp	Iria Ghiggi	CMEI Profº Tania R.P. Bortoluz
40h	Mat/Vesp	Bernadete Spier	CMEI Profº Tania R.P. Bortoluz
40h	Mat/Not	-	EBM Cruz e Sousa
40h	Mat/Vesp	-	CME Pequeno Príncipe
40h	Mat/Vesp	-	CME Pequeno Príncipe

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 4º - A contratação dos candidatos convocados fica sujeita ao atendimento das disposições do art. 5º da Lei Complementar nº 291/2011,

- Ser brasileiro;
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Estar em dia com o serviço militar e eleitoral;
- Ter capacidade física;
- Estar legalmente habilitado para o exercício da função na qual está sendo admitido;
- Estar em conformidade com as disposições contidas no inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal;
- Na hipótese de não haver candidato que preencha a condição prevista no item "e", admitir-se-á pessoal não habilitado, respeitada a ordem classificatória.

Art. 5º - A não apresentação dos documentos listados no prazo de 03 (três) dias úteis após a convocação, conforme dispõe o Art. 20 da Lei Complementar 291/2011, implicará na exclusão do Processo Seletivo do candidato aprovado e convocado, exceto se houver solicitação justificada para reclassificação, caso em que o candidato irá para o final da lista de classificação.

Art. 6º - Quando convocado, caso o candidato não tenha interesse imediato em assumir, deverá solicitar formalmente junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d'Oeste sua reclassificação (Anexo I), ficando no aguardo de nova convocação, se houver, na forma do art. 5º A e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 291/2011.

Art. 7º - As vagas que por ventura surgirem durante a validade deste processo seletivo serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

Art. 8º - O candidato que não estiver presente na escolha das vagas deste Edital será automaticamente reclassificado, ficando no aguardo de nova convocação se houver.

Art. 9º - Os candidatos que assumirem vaga com carga horária inferior a 40h semanais poderão ser novamente convocados se houver necessidade, sempre respeitada a ordem classificatória.

Art. 10 - Os candidatos classificados que solicitarem desistência da vaga oferecida serão reclassificados para o final da lista.

Art. 11 - A relação de documentos necessários à contratação consta no Anexo II deste edital.

Art. 12 - Para os cargos de Professor da área de Educação Especial as vagas serão publicadas em novo Edital no dia 01 de fevereiro de 2017.

Art. 13 - As demais chamadas serão realizadas na medida da necessidade da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, sempre individual e pessoalmente, respeitando-se a ordem de classificação estabelecida na homologação do resultado final.

Art. 14 - A não localização do candidato nas demais chamadas implicará em convocação no Diário Oficial dos Municípios [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com prazo de quarenta e oito horas a contar da data da publicação, para apresentação do candidato na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes ou no Setor de Recursos Humanos.

Art. 15 - Os convocados por este Edital deverão assumir no primeiro dia de aula da Unidade Escolar, conforme informações que serão repassadas individualmente no ato da escolha.

**DA DIVULGAÇÃO**

Art. 16 - A divulgação oficial das informações referentes a este Edital será efetuada por intermédio de publicação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Rua Nereu Ramos, 389, Centro, no Diário Oficial dos Municípios [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no Site Oficial do Município [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br).

Art. 17 - Este edital terá validade a partir da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste, 16 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

ANEXO I

AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL  
DE HERVAL D'OESTE.

REQUERIMENTO DE RECLASSIFICAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, aprovado(a) e classificado(a) em \_\_\_\_\_ lugar no cargo de \_\_\_\_\_, no Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer reclassificação, conforme Art. 5º A da Lei Complementar 291/2011.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

Herval d'Oeste-SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE-SC  
DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA ADMISSÃO - ACT

Cópias de:

1. CARTEIRA DE IDENTIDADE – RG;
2. C.P.F.;
3. TÍTULO DE ELEITOR e COMPROVANTE DE QUITAÇÃO ELEITORAL;
4. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUAL EM NOME DO SERVIDOR, OU CONTRATO DE LOCAÇÃO;
5. CERTIFICADO DE RESERVISTA;
6. NÚMERO DA CARTEIRA DE TRABALHO COM COMPROVANTE DO PIS E DATA DE EMISSÃO;
7. CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO;
8. CERTIDÃO DOS DEPENDENTES PARA SALÁRIO FAMÍLIA (até 14 anos), E IMPOSTO DE RENDA (até 21 anos);
9. COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE E CARTEIRA DE REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE SE FOR O CASO

Documentos em original:

10. UMA FOTO 3/4 COLORIDA RECENTE (Se for primeiro contrato no município);
11. DECLARAÇÃO DE BENS (disponível no Setor de Recursos Humanos);
12. DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS (disponível no Setor de Recursos Humanos);
13. DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO (disponível no Setor de Recursos Humanos);
14. LAUDO MÉDICO ADMISSIONAL, COM MÉDICO DO TRABALHO;
15. APÓS ENTREGA DE TODA A DOCUMENTAÇÃO, SOLICITAR NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS, DECLARAÇÃO PARA ABRIR CONTA NO BANCO BRADESCO SA.

OBS: TODOS OS DOCUMENTOS DEVEM SER ENTREGUES ACOMPANHADOS DO ORIGINAL PARA CONFERÊNCIA;

SEM APRESENTAÇÃO DE TODA A DOCUMENTAÇÃO, ACIMA CITADA, NÃO SERÁ POSSÍVEL A ADMISSÃO;

O SETOR DE RECURSOS HUMANOS NÃO FAZ CÓPIA DE NENHUM DOCUMENTO PARA ADMISSÃO.

**PORTARIA Nº 088/2017**

PORTARIA Nº 088/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº. 314/2016, em que é contratada, em caráter Temporário, a Senhora PATRICIA PILATI VIEIRA LOPES (Matr. 4281), para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, em substituição à servidora Leidionete Zarpelon Danielli, que se encontra readaptada, a contar de 02 de Janeiro de 2017, enquanto perdurar a readaptação desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2017, de conformidade com que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 16 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 089/2017**

PORTARIA Nº 089/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 809/2016, da Servidora CARINE PANERAI DE LAVI (Matr. 2750), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, Nível – 12/1, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2015 e 05 de maio de 2016, para serem gozadas a partir de 17 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 090/2017**

PORTARIA Nº 090/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 17 de janeiro de 2017, da servidora ZAUDILE CHIES CAMPAGNOLLO (Matr. 4023), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 091/2017**

PORTARIA Nº 091/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora FRANCIELE ZAGO (Matr. 2793), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 17 de janeiro de 2017 a 28 de janeiro de 2017.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 092/2017**

PORTARIA Nº 092/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora REMECILDA TERESINHA DOS SANTOS (Matr. 50), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Servente (cargo em extinção), 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de junho de 2015 e 10 de junho de 2016, para serem gozadas a partir de 02 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 001/2017 - PMI

CONTRATO Nº 001/2017.

Termo de Contrato Público Administrativo de Prestação de Serviço Técnico Profissional Sem Vínculo Empregatício.

O Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. IVANIR ZANIN, brasileiro casado, residente na Linha União, interior deste Município, inscrito no CPF/MF sob nº 183.227.439-04 e CI 229.556, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa BRANDALISE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, CNPJ: 07.127.755/0001-09, estabelecida na Rua Brasil, 457, Térreo, Centro, na cidade de Videira/SC, representada por seu Sócio Administrador o Sr. EVAIR GILMAR BRANDALISE, CPF: 789.394.619-91, CI. 2.821.146/SSI-SC, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato de acordo com o disposto nos Artigos 24, II e 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, sujeitando-se às normas do supra mencionado diploma legal, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto Contratado

1.1 - Este contrato tem por objeto aquisição de serviços na área de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho, auxiliando-a no cumprimento da realização de PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho e ASO – Atestado de Saúde Ocupacional e Audiometria conforme avaliação Médica..

#### SERVIÇOS

Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT): análise quantitativa e qualitativa da exposição dos trabalhadores aos riscos existentes no ambiente laboral (agentes físicos, agentes químicos e agentes biológicos. periculosidade, insalubridade e caracterização aposentadoria conforme determina o INSS, no seu Decreto 3.048 de 06.05.1999 e alterado pelo Decreto nº 4.882 de 18/11/2003.

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA): programa desenvolvido com a finalidade de preservar a saúde e integridade dos trabalhadores, estando articulado com o disposto na demais Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial com a NR – 9, através de antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de riscos ambientais.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): programa desenvolvido para promover e preservar a saúde do trabalhador. É elaborado a partir do conhecimento das condições de trabalho, incluindo os processos e ambiente. Identifica os riscos e exigências físicas e psíquicas das atividades dos trabalhadores e propõe medidas, visando a eliminação ou redução da probabilidade de adoecimento pelo trabalho.

Exame Médico Ocupacional: exames médicos (admissional, periódico, retorno ao trabalho, mudança de função e demissional) que compreendem avaliação clínica e exames complementares, realizados de acordo com os termos especificados na Norma Regulamentadora nº 7, com a finalidade de avaliar a saúde no aspecto geral, capacidade laborativa e as possíveis repercussões do trabalho sobre a saúde.

Audiometria Ocupacional: exame complementar que compreende o surgimento das necessidades por exames audiométricos, exigidos de acordo com os riscos a que estão expostos os trabalhadores, a partir da elaboração do PCMSO.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor, Forma de Pagamento e Reajuste

2.1 - O preço total para o fornecimento do objeto descrito na Cláusula Primeira deste contrato, bem como acompanhar possíveis Perícias Judiciais, será de R\$ 7.440,00(Sete mil, quatrocentos e quarenta reais), divididos em 12(doze) parcelas iguais de R\$ 620,00(seiscentos e vinte reais).

#### PROGRAMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

- PPRA: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
- LTCAT: laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho
- ASO: Atesta do de Saúde Ocupacional (admissionais, demissionais, periódicos, mudança de função e retorno ao trabalho.
- Exames de Audiometria conforme avaliação médica.
- Orientações e Visitas periódicas (mensal), na área de segurança do trabalho.

2.1.2 – O LTCAT e o PPRA e PCMSO serão realizados um por ano, e o ASO(Atestado de Saúde Ocupacional) e Exame Audiométrico será realizado conforme a necessidade ( por funcionário).

2.1.3 - O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente, e será efetuado após à prestação dos serviços, conforme Decreto Municipal (fixa cronograma de pagamento), mediante de relatório dos serviços prestados e apresentação de Nota Fiscal Emitida sem rasuras

e, em letra bem legível contendo o número da sua conta bancária, o nome do banco e a respectiva agência. A Contratada deverá discriminar na Nota Fiscal, os serviços prestados, deverá constar ainda o número do Contrato, anexando a Nota Fiscal cópia do comprovante de recolhimento da Previdência Social do período, comprovante de recolhimento da GFIP do período e cópia das folhas de pagamento quitadas dos seus empregados do mesmo período. Nos aspectos previdenciários serão respeitadas as normas previdenciárias vigentes.

§ 1º -Não Haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea d, do inciso II, do artigo 65, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência

3.1 - O presente Contrato terá vigência, a partir da sua assinatura, com término em 30 de dezembro de 2017, podendo ser alterado conforme parágrafo 1º do artigo 65, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### CLÁUSULA QUARTA – Das Dotações Orçamentárias

4.1 - As despesas decorrentes do presente correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA  
Atividade: 2018 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
Comp. Do Detalhamento: 339039500000 – Reduzido 13

#### CLÁUSULA QUINTA – Eventual Atraso do Município

5.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a títulos de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do Município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações da Contratada

- 6.1 – Prestar os serviços contratados, conforme solicitado pela Prefeitura Municipal de Ibiam;
- 6.1.2 – Assumir a responsabilidade por todos os tributos e demais encargos incidentes sobre a prestação dos serviços hora contratados;
- 6.1.3 – O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a Contratada colocar a seu serviço;
- 6.1.4 – É de inteira responsabilidade da Contratada os danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado;
- 6.1.5 – O contratado deverá manter durante toda a vigência deste Contrato, todas as condições habilitação exigidas na fase inicial da licitação;
- 6.1.6 – É de inteira responsabilidade do contratado, todas as despesas relativas a transporte e demais despesas, quando da prestação dos serviços no Município.
- 6.1.7 - O CONTRATADO cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.
- 6.1.7 O CONTRATADO obriga-se a fornecer à Prefeitura de Ibiam, os relatórios dos trabalhos realizados na cláusula segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Obrigações da Contratante

- 7.1 – Pagar no prazo fixado o valor estabelecido na cláusula segunda deste Contrato;
- 7.1.2 – Esclarecer todas as dúvidas que lhe forem apresentadas;
- 7.1.3 – Cumprir e fazer cumprir as demais cláusulas e condições previstas neste Contrato.
- 7.1.4 - Agendar com antecedência os exames médicos e audiométricos;
- 7.1.5 - Designar um funcionário para acompanhamento aos profissionais da CONTRATADA na realização dos trabalhos na Prefeitura;

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

- a) 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia em que não foi prestado o serviço;
- b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o serviço, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

As multas previstas nas letras a) e b) são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - A CONTRATADA se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

9.1.2 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos, obrigações, vinculações a legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução no presente contrato.

9.1.3 - A CONTRATADA assume, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes do fornecimento dos serviços previstos no presente contrato.

9.1.4 - O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de sua assinatura.

9.1.5 Eventuais exames de complementação e/ou encaminhamento a médico especializado, bem como as avaliações de agentes químicos quando julgado necessário, não são objeto deste contrato, sendo de responsabilidade da contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado da entrega da parcela de compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1% (um por cento), ao dia sobre o valor da obrigação não assumida, se o atraso for até 5(cinco) dias. Excedido este prazo, a multa será de 5%(cinco por cento).

10.1.2 - O produto fornecido incorretamente e portanto não aceito, deverá ser substituído por outro na especificação correta, em prazo não superior a 02 (dois) dias corridos;

10.1.3 - A não ocorrência da substituição dentro do prazo acima, ensejará a aplicação da multa prevista no item 10.1 deste contrato.

10.1.4 - O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

10.1.5 - Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente em conta e banco indicados pelo contratante. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Da penalidade aplicada caberá recursos, conforme Art. 109 da Lei 8666/93 no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - O Município a seu critério e através do Secretario de Administração, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços contratados, conforme Portaria 185/2011.

a) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.

b) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas conseqüências e implicações presentes ou futuras.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

13.1 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceitua o art. 65, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93. Sempre através de Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

14.1 - O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de quinze (15) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na Cláusula Oitava deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

15.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO LOCAL DE ATENDIMENTO

- Ø Exame médico: o atendimento será realizado no local de trabalho da contratante.
- Ø Exame de audiometria: o atendimento será realizado no local de trabalho da contratante.
- Ø Para elaboração dos LTCAT, ASO e PPRA será feita vistoria no local de trabalho da contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes subscrevem este, para que produza os legais e desejados efeitos, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ibiam – SC, em 02 de Janeiro de 2017.

IVANIR ZANIN	BRANDALISE ASSES. E CONSUL. LTDA
Prefeito Municipal	CNPJ– 07.127.755/0001-09
Contratante	Sócio Adm: Evair Gilmar Brandalise
	Contratado

#### TESTEMUNHAS :

Alcindo Perosa Rosinei Ceron  
CPF – 637.904.409-49 CPF: 004.918.899-25

Rafael Gonzatto Araldi  
Procurador do Município – OAB/SC 32.184

#### DECRETO Nº 2989/2017

DECRETO Nº 2989, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“ESTABELECE CRONOGRAMA, FIXANDO DATAS PARA O DESEMBOLSO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2017 REFERENTE AOS CREDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VII, XVI e XXIV, do art. 88, da Lei Orgânica do Município, e tendo presentes razões de conveniência e oportunidades públicas, DECRETA:

Art. 1.º O presente decreto disciplina o cronograma de pagamentos para os credores municipais, de acordo com as disponibilidades financeiras.

Art. 2.º Fica estabelecido o cronograma de pagamentos, para os credores municipais de créditos resultantes de compras e de prestação de serviços, conforme consta nos anexos I e II, que integra este decreto.

Art. 3.º Para o disposto neste decreto, o departamento de licitações e compras, deverá ajustar as datas dos pagamentos fixados em decorrência de processos licitatórios, de acordo com o cronograma aqui estabelecido.

Art. 4.º Este decreto obriga a todas as secretarias e demais órgãos públicos do município o cumprimento dos cronogramas estabelecidos, ressalvadas as citações especiais decorrentes de recursos conveniados ou transferidos que ficarão vinculadas às disponibilidades financeiras do mesmo convênio, ou a seu ingresso no município, bem como as respectivas contrapartidas, despesas com pessoal, diárias, adiantamentos, serviços de terceiros - pessoa física, amortização e encargos da dívida.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE JANEIRO DE 2017.

#### Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda  
ANEXO I

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA COMPRAS E SERVIÇOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS

O Município é obrigado a obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Para atender o art.5º da Lei Federal 8.666/96,as compras e serviços deverão seguir o cronograma conforme tabela abaixo , com observação das datas para o seu pagamento.

Nº	DATA DA LIQUIDAÇÃO DAS COMPRAS	MÊS PGTO	DATA DIA
01	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 31 DE JANEIRO	FEVEREIRO	09
02	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE FEVEREIRO	FEVEREIRO	23
03	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 28 DE FEVEREIRO	MARÇO	09
04	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MARÇO	MARÇO	27
05	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MARÇO	ABRIL	10
06	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE ABRIL	ABRIL	24
07	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE ABRIL	MAIO	09
08	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MAIO	MAIO	26
09	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MAIO	JUNHO	09
10	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JUNHO	JUNHO	26
11	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE JUNHO	JULHO	10
12	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JULHO	JULHO	24
13	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE JULHO	AGOSTO	09
14	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE AGOSTO	AGOSTO	25
15	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE AGOSTO	SETEMBRO	11
16	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE SETEMBRO	SETEMBRO	25
17	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE SETEMBRO	OUTUBRO	09
18	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE OUTUBRO	OUTUBRO	25
19	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE OUTUBRO	NOVEMBRO	09
20	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE NOVEMBRO	NOVEMBRO	27
21	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE NOVEMBRO	DEZEMBRO	08
22	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 10 DE DEZEMBRO	DEZEMBRO	14

OBSERVAÇÃO:O servidor que não seguir as presentes instruções, será devidamente responsabilizado.

## ANEXO II

### CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA COMPRAS E SERVIÇOS PREFEITURA MUNICIPAL

O Município é obrigado a obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Para atender o art.5º da Lei Federal 8.666/96,as compras e serviços deverão seguir o cronograma conforme tabela abaixo , com observação das datas para o seu pagamento.

Nº	DATA DA LIQUIDAÇÃO DAS COMPRAS	MÊS PGTO	DATA DIA
01	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 31 DE JANEIRO	FEVEREIRO	10
02	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE FEVEREIRO	FEVEREIRO	24
03	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 28 DE FEVEREIRO	MARÇO	10
04	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MARÇO	MARÇO	28
05	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MARÇO	ABRIL	11
06	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE ABRIL	ABRIL	25
07	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE ABRIL	MAIO	10
08	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE MAIO	MAIO	29
09	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE MAIO	JUNHO	12
10	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JUNHO	JUNHO	27
11	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE JUNHO	JULHO	11
12	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE JULHO	JULHO	25
13	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE JULHO	AGOSTO	10
14	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE AGOSTO	AGOSTO	28
15	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE AGOSTO	SETEMBRO	12
16	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE SETEMBRO	SETEMBRO	26
17	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE SETEMBRO	OUTUBRO	10
18	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE OUTUBRO	OUTUBRO	26
19	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 31 DE OUTUBRO	NOVEMBRO	10



20	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 15 DE NOVEMBRO	NOVEMBRO	28
21	COMPRAS LIQUIDADAS DE 16 A 30 DE NOVEMBRO	DEZEMBRO	11
22	COMPRAS LIQUIDADAS DE 01 A 10 DE DEZEMBRO	DEZEMBRO	15

OBSERVAÇÃO:O servidor que não seguir as presentes instruções, será devidamente responsabilizado.

**DECRETO Nº 2992/2017**

DECRETO Nº 2992, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

“FIXA VALOR DAS TAXAS, RELATIVO A ATOS DA SAÚDE PÚBLICA/VIGILÂNCIA SANITÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e;

Considerando as normas para execução das ações básicas de Saúde/Vigilância Sanitária;

Com amparo no Artigo 88, incisos VII – XIII, e 149 – incisos VI - VIII da Lei Orgânica, c/c. Artigo 52 da Lei 164 de 27 de Dezembro de 2000, e modificações introduzidas pela Lei Nº 451 de 13 de Outubro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º. As Taxas dos Atos de Vigilância Sanitária, instituídas pelo Anexo Único da Lei 451 de 13 de Outubro de 2010, ficam atualizadas e passarão a vigorar conforme anexo deste Decreto.

Art. 2º. As Guias de recolhimento das Taxas previstas no Artigo 1º, serão emitidas pelo Setor de Tributação e Arrecadação do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

**DECRETO Nº 2993/2017**

DECRETO N.º 2993, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

“ESTABELECE VALOR DA UFM – UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VII, da Lei Orgânica do Município c/c o disposto no art. 188 da Lei Complementar n.º 001/98, e

Considerando que a Taxa Referencial (TR) acumulada entre janeiro/2016 a dezembro/2016 atingiu o percentual de 2,0125%;

DECRETA:

Art. 1.º O valor da Unidade Fiscal do Município – UFM, prevista no art. 187 da LC n.º 001/98 – Código Tributário Municipal do Município, será de R\$ 189,85 (cento e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) para o exercício financeiro de 2017.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto n.º 2876, de 21 de dezembro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda



**PORTARIA Nº 064/2017**

PORTARIA N.º 064, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

"INSTITUI COMISSÃO PARA ELABORAR PLANTA DE VALORES."

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto no § 3º do art. 16 da LC n.º 001/98, RESOLVE:

Art. 1.º Ficam nomeados os servidores SARA ELOISA RINALDI VIECELI, CARMELITA CHIESA TRAGANCIN e ROSINEI CERON, para, sob a presidência da primeira, comporem Comissão que elaborará e apresentará planta de valores, destinada a embasar o Decreto que estabelecerá a planta definitiva de valores para efeito de lançamento e cobrança de tributos municipais para o exercício financeiro de 2017.

Art. 2.º Para apoio técnico, a Comissão poderá solicitar a colaboração do Departamento Técnico da AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe.

Art. 3.º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o relatório.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 065/2017**

PORTARIA Nº 065, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

"NOMEIA SERVIDORES PARA MOVIMENTAREM CONTAS BANCÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no Art. 74, inciso VII, IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados os Senhores CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, Tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 490.157.709-30 e o senhor MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA, Secretária Municipal da saúde e Secretária Municipal da Assistência Social, inscrito na CPF sob o nº 015.580.459-61, para efetuar movimentações das contas bancárias do Fundo Municipal da Saúde – CNPJ nº 11.250.761/0001-18

Art. 2º. Os representantes do Município de Ibiã terão poderes para:

- I. 026 solicitar saldos, extratos e comprovantes;
- II. 027 requisitar talonários de cheques;
- III. 031 autorizar débito em conta relativo a operações;
- IV. 036 retirar cheques devolvidos;
- V. 094 sustar/contrordenar cheques;
- VI. 095 cancelar cheques;
- VII. 096 baixar cheques;
- VIII. 098 efetuar resgates/aplicações financeiras;
- IX. 099 cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- X. 100 efetuar saques - conta corrente;
- XI. 104 efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- XII. 105 efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII. 106 efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- XIV. 107 efetuar transferências, exceto por meio eletro;
- XV. 119 liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;
- XVI. 124 solicitar saldos/extratos de investimentos;
- XVII. 126 emitir comprovantes;
- XVIII. 128 efetuar transferência p/ mesma titularidade- m
- XIX. 137 consultar obrigações do débito direto autoriza.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 023, de 12 de janeiro de 2017..

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 066/2017**

PORTARIA Nº 066, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

“NOMEIA SERVIDORES PARA MOVIMENTAREM CONTAS BANCÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no Art. 74, inciso VII, IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados os Senhores MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA, Secretária Municipal da Saúde e Secretária Municipal da Assistência Social, inscrita no CPF sob o nº 015.580.459-61 e o Senhor IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº 183.227.439-04, para efetuar movimentações das contas bancárias do Fundo Municipal da Assistência Social – CNPJ nº 14.760.897/0001-66.

Art. 2º. Os representantes do Município de Ibiã terão poderes para:

- I. 026 solicitar saldos, extratos e comprovantes;
- II. 027 requisitar talonários de cheques;
- III. 031 autorizar débito em conta relativo a operações;
- IV. 036 retirar cheques devolvidos;
- V. 094 sustar/contrapor cheques;
- VI. 095 cancelar cheques;
- VII. 096 baixar cheques;
- VIII. 098 efetuar resgates/aplicações financeiras;
- IX. 099 cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- X. 100 efetuar saques - conta corrente;
- XI. 104 efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- XII. 105 efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII. 106 efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- XIV. 107 efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- XV. 119 liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;
- XVI. 124 solicitar saldos/extratos de investimentos;
- XVII. 126 emitir comprovantes;
- XVIII. 128 efetuar transferência p/ mesma titularidade- m
- XIX. 137 consultar obrigações do débito direto autoriza.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 023, de 12 de janeiro de 2017.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JANEIRO DE 2017.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

# Ilhota

## PREFEITURA

### PROTOCOLO DE CHAMADA DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Protocolo de Chamada de Candidato Aprovado em Concurso Público

Dentro do que estabelece o Edital 001/2014 de 06/03/2014, e o Decreto nº 24 de 10/07/2014 que Homologa Resultado do Concurso Público nº 01/2014, deverá o candidato citado abaixo comparecer munido das documentações exigidas pelo referido edital em até 7 (sete) dias úteis a sua ciência, das 07:00 as 13:00, horas na Prefeitura Municipal de Ilhota, situada à Rua Leoberto Leal, 160, no Centro da Cidade de Ilhota, para o ingresso na carreira de serviço público municipal. O caso de não comparecimento no prazo acima citado importará em ciência do candidato no seu remanejamento para o final da listagem de classificação.

Ilhota (SC), 18 de Janeiro de 2017.

ALINE MICHELE DESCHAMPS  
SECRETARIA MUNICIPAL

Candidato: GABRIELA DA SILVA

Inscrição: 51091-2

Cargo: NUTRICIONISTA

Endereço: BECO JOÃO FERNANDO DA SILVA Nº 410

Bairro: ROÇADO Cidade: SÃO JOSÉ Estado: SC CEP: 88108-145

Fone: 4830354152 4891688165

Ass. Candidato \_\_\_\_\_ CIENTE EM \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 01/2017

	Câmara Municipal de Ilhota Estado de Santa Catarina Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41 Fone / Fax: (047) 3343-1182 Email: camara@ilhota.sc.gov.br	
--	--	--

PORTARIA Nº 01/2017

“CONCEDER FÉRIAS À SERVIDORA ESPECIFICA”

FRANCISCO DOMINGOS, Presidente da Câmara Municipal do Município de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, relativo ao período aquisitivo de 18/07/2015 a 17/07/2016 e período de gozo de férias de 13/01/2017 a 11/02/2017, à servidora MARISTELA CASTELAIN CLASEN, lotada nesta Casa de Leis, no cargo de Auxiliar Técnico Administrativo e Financeiro.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se

Publica-se

Cumpra-se

Ilhota, 13 de janeiro de 2017.

Francisco Domingos

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

**Imarui****PREFEITURA****RETIFICAÇÃO Nº 01/2017 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017**

RETIFICAÇÃO Nº 01/2017 AO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

RUI JOSÉ CANDEMIL JUNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ faz saber a quem possa interessar a presente RETIFICAÇÃO Nº 01/2017 ao Edital de Processo Seletivo Nº 001/2017:

I – Altera-se a Carga Horária Semanal e o Salário do cargo de Psicólogo que passa a vigorar conforme segue:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	SALÁRIO R\$
Psicólogo	01+CR	40h	Curso Superior em Psicologia, com registro no Conselho ou Órgão competente.	R\$ 1.759,29

II – Os demais itens do edital seguem inalterados.

Prefeitura Municipal de Imaruí, 18 de janeiro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JUNIOR

Prefeito

# Imbituba

## PREFEITURA

### PORTARIA PMI.PGM 001.2017

PORTARIA PMI/PGM Nº 001, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre a responsabilidade dos procuradores jurídicos comissionados, vinculados à Procuradoria-Geral do Município, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o grande volume de expediente deixado pelos procuradores comissionados da gestão anterior, que se trata de prazos judiciais e administrativos não cumpridos, e que eram de inteira e exclusiva responsabilidade da gestão anterior;

#### RESOLVE:

Art. 1º Os procuradores comissionados nomeados de 2017 em diante, vinculados à Procuradoria-Geral do Município, não têm nenhuma responsabilidade pelo não cumprimento dos prazos judiciais e administrativos que foram assumidos pelos procuradores da gestão anterior, até a data de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Imbituba/SC, 17 de janeiro de 2017.

Gustavo Borba Benetti  
Procurador-Geral do Município

#### REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### PORTARIA PMI/SEAGP Nº 72/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 72, de 13 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Coordenador Executivo de Trânsito, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 13 de janeiro de 2017, o Sr. VANDERLEI ASSIS DO VALE, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 594.162.389-53, para exercer o cargo de Coordenador Executivo de Trânsito, vinculado ao Departamento Municipal de Trânsito junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA CMI Nº 015/2017

PORTARIA CMI Nº 015/2017

“Exonera Thiago Miguel do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar Especial”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Exonerar o Senhor Thiago Miguel, portador do RG nº 4.851.533-7, inscrito no CPF sob o nº 049.726.849-33, nomeado pela Portaria CMI nº 020/2013, com alteração dada pela Portaria CMI nº 051/2013, do cargo em Comissão de Assessor Parlamentar Especial.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de janeiro de 2017.  
Renato Carlos de Figueiredo  
Presidente

#### REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 17/01/2017.

### PORTARIA CMI Nº 016/2017

PORTARIA CMI Nº 016/2017

“Nomeia Vitor Cardozo Vichiect da Silva para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor Vitor Cardozo Vichiect da Silva, brasileiro, solteiro, portador do RG de nº 5.233.056 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 088.223.279-77, para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de janeiro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 17/01/2017.

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 001/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 001/2017

CONTRATADA: FABIO DE OLIVEIRA 04846642984.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a concessão à empresa privada de espaço para exploração de serviços de lanchonete e bar no Ginásio de Esportes Sérgio Luiz Petters, de acordo com o quadro à seguir, e da legislação correlata.

VALOR: R\$ 14.000,00

PRAZO: 02 de janeiro de 2017 até 02 de janeiro de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017.

Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

IRONE ALDO MAURISENZ

Secretário de Administração e Finanças

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

### CONTRATO Nº 002/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 002/2017

CONTRATADA: MULTI EVENTOS LTDA ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, contratação dos serviços de arbitragem de jogos de Futsal, compreendendo árbitros FIFA, Confederados e Federais e Equipe de Mesários, para arbitragem de jogos do Torneio de Verão, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$48.145,00

PRAZO: 02 de janeiro de 2017 até 01 de março de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017.

### DECRETO Nº 123/17

. DECRETO Nº 123/17

. De 17 de janeiro de 2017

Dispõe sobre os vencimentos de Taxas De Licença e Imposto Sobre Serviço – ISS para o Exercício de 2017, conforme o que dispõe a Lei Complementar 79 de 18/12/2007 - Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar 79, de 18/12/2007 - Código Tributário Municipal, e demais dispositivos legais em vigor,

Decreta:

Art. 1º – Os vencimentos para o pagamento das Taxas de Licença do exercício de 2017 ficam assim estabelecidos:

### DECRETO Nº 122/17

. DECRETO Nº 122/17

. De 17 de janeiro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5383 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 96.620,99 (noventa e seis mil, seiscentos e vinte reais e noventa e nove centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1447	CONSTRUÇÃO DE UBS – BAIRRO DAS NAÇÕES
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03335426	União – UBS Bairro das Nações
	Valor: ( 96.620,99)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no

Tributo	Vencimentos
• Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento (TFLIF) e Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos (TSO)	Quota Única: até 28/02/2017 Parcelado: 1ª Parcela 28/02/2017 2ª Parcela 31/03/2017 3ª Parcela 30/04/2017 4ª Parcela 31/05/2017
I Taxa do Alvará Sanitário (TAS)	Quota Única: até 31/03/2017 Parcelado: 1ª Parcela 31/03/2017 2ª Parcela 30/04/2017 3ª Parcela 31/05/2017 4ª Parcela 30/06/2017
I Taxa de Vistoria Preventiva (TVP)	Quota Única: até 31/03/2017 Parcelado: 1ª Parcela 31/03/2017 2ª Parcela 30/04/2017 3ª Parcela 31/05/2017 4ª Parcela 30/06/2017

Art. 2º - O vencimento do Imposto Sobre Serviço – ISS, do exercício de 2017 fica assim estabelecido:

Tributo	Vencimento
---------	------------



I Imposto Sobre Serviço - Fixo anual – (ISS)	Quota Única: até 28/02/2017 Parcelado: 1ª Parcela 28/02/2017 2ª Parcela 31/03/2017 3ª Parcela 30/04/2017 4ª Parcela 31/05/2017
I Imposto Sobre Serviço – Homologado/Estimado – (ISS)	Até: o dia 15 do mês subsequente

Art. 3º – O não pagamento dos Tributos até as respectivas datas de vencimento incidirão a penalidade de multa e juros, conforme o que determina a Lei Complementar 79, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 4º – O contribuinte pessoa jurídica deve retirar as guias de pagamento através no site do município [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br), ou diretamente nos escritórios de Contabilidade.

Parágrafo único – Em casos excepcionais as guias de pagamento poderão ser retiradas no Departamento de Tributos do Município.

Art. 5º - O contribuinte pessoa física poderá retirar as guias para pagamento dos tributos pelo site do município [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br) ou junto ao Depto. Tributário do Município.

Art. 6º – O Setor de Tributos, responsável pela confecção do Alvará de Licença, somente poderá liberar o referido Alvará com a anuência da Secretaria de Planejamento, onde deverá observar o que determina o Termo de Ajuste de Conduta SIG 06.2015.00006214-4.

Art. 7º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

IRONE ALDO MAURISENZ

Secretário de Administração e Finanças

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 76/17

. DECRETO Nº 76/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA GERAL /

CARMELITA MARIA MOSER DE OLIVEIRA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro, para exercer o cargo em comissão de Diretora Geral (DAE 6), conforme anexo III da Lei 3990/2009, junto a EBM Professora Maria da Graça dos Santos Salai, CARMELITA MARIA MOSER DE OLIVEIRA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 77/17

. DECRETO Nº 77/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA ADJUNTA PORTE VI /

YEDA CRISTINA SCHMIT

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Adjunta, Porte VI, na E.B.M. Maria da Graça dos Santos Salai, YEDA CRISTINA SCHMIT.

Parágrafo Único – Para exercer a função de Diretora Adjunta, Porte VI a servidora irá perceber o equivalente a sessenta por cento (60%) do percebido pela Direção da respectiva instituição educacional, onde o profissional exerce a função, de acordo com o previsto no artigo 90 da Lei Complementar 113/11.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 78/17

. DECRETO Nº 78/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETOR PORTE VI /

DANIEL REIS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretor Porte VI, no Colégio Municipal de Indaial, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, DANIEL REIS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 79/17**

. DECRETO Nº 79/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA ADJUNTA PORTE VI /  
LEILA TAFNER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Adjunta, Porte VI, no Colégio Municipal de Indaial, LEILA TAFNER.

Parágrafo Único – Para exercer a função de Diretora Adjunta, Porte VI a servidora irá perceber o equivalente a sessenta por cento (60%) do percebido pela Direção da respectiva instituição educacional, onde o profissional exerce a função, de acordo com o previsto no artigo 90 da Lei Complementar 113/11.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 80/17**

. DECRETO Nº 80/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE IV /  
JANAINA THAIS TRAEVERT

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte IV, na E.B.M. Tancredo de Almeida Neves, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, JANAINA THAIS TRAEVERT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 81/17**

. DECRETO Nº 81/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE III /  
MARCIA MAGRID LINDNER CIPRIANO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte III, na E.B.M. Leopoldo Simão, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, MARCIA MAGRID LINDNER CIPRIANO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 82/17**

. DECRETO Nº 82/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETOR PORTE IV /  
JAIR GEBIEN

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que irá ocupar um cargo comissionado, ficando a disposição da Secretaria de Educação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretor Porte IV, na E.B.M. Professora Úrsula Kroeger, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, JAIR GEBIEN.

Art. 2º - Fica alterada a carga horária do Servidor Jairo Gebien, passando a 40 h/s.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 83/17**

. DECRETO Nº 83/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETOR PORTE III /  
LAERTE FLORIANI NETO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que irá ocupar um cargo comissionado, ficando a disposição da Secretaria de Educação,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretor Porte III, na E.B.M. Professor Mário Bonessi, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, LAERTE FLORIANI NETO.

Art. 2º - Fica alterada a carga horária do Servidor Laerte Floriani Neto, passando a 40 h/s.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 84/17**

. DECRETO Nº 84/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE III /  
ROSELI SCHURE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte III, na E.B.M. Professora Ana Lúcia Hiendlmayer, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, ROSELI SCHURE.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 85/17**

. DECRETO Nº 85/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /  
VILMA SCHMITZ

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que irá ocupar um cargo comissionado, ficando a disposição da Secretaria de Educação,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na E.B.M. Professora Anna Alves Dias, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, VILMA SCHMITZ.

Art. 2º - Fica alterada a carga horária da Servidora Vilma Schmitz, passando a 40 h/s.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 86/17**

. DECRETO Nº 86/17

. De 11 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /  
SUELY VELMUTH

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que irá ocupar um cargo comissionado, ficando a disposição da Secretaria de Educação,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na E.B.M. Mulde Baixa, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, SUELY VELMUTH.

Art. 2º - Fica alterada a carga horária da Servidora Sueli Velmuth, passando a 40 h/s.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 87/17**

. DECRETO Nº 87/17

. De 12 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /  
ELKE DALLABRIDA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que irá ocupar um cargo comissionado, ficando a disposição da Secretaria de Educação,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na E.B.M. Juvenal Carvalho, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, ELKE DALLABRIDA.

Art. 2º - Fica alterada a carga horária da Servidora Elke Dallabrida, passando a 40 h/s.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 88/17**

. DECRETO Nº 88/17

. De 12 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /  
LIDIANE APARECIDA SABINO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na E.B.M. Encano Baixo Rudolfo Alfarth, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, LIDIANE APARECIDA SABINO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 89/17**

. DECRETO Nº 89/17

. De 12 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA I /  
MÁRCIA BORGES DE LIMA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro, para exercer o cargo em comissão de Diretora I (DAE3), conforme anexo III da Lei 3990/2009, junto a E.B.M. Arapongas, MÁRCIA BORGES DE LIMA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete**DECRETO Nº 90/17**

. DECRETO Nº 90/17

. De 12 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE I /  
CLARICE PASQUALINA FERRARI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer o cargo de Diretora Porte I, na E.B.M. Professora Maria Helena Trentini Machado, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, CLARICE PASQUALINA FERRARI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de EducaçãoMANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 91/17**

. DECRETO Nº 91/17

. De 12 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETOR PORTE I /

MICHEL LENZI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que irá ocupar um cargo comissionado, ficando a disposição da Secretaria de Educação,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer a função de Diretor Porte I, na E.B.M. Encano Central, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, MICHEL LENZI.

Art. 2º - Fica alterada a carga horária do Servidor Michel Lenzi, passando a 40 h/s.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 92/17**

. DECRETO Nº 92/17

. De 12 de janeiro de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /

ZILDA MARIA GARCIA DE GARCIA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 25 de janeiro de 2017, para exercer o cargo de Diretora Porte II, no Centro de Educação de Jovens e Adultos, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, ZILDA MARIA GARCIA DE GARCIA.

Art. 2º - Fica alterada a carga horária da Servidora Zilda Maria Garcia de Garcia.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA  
Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO 1º T.A. - CONTRATO 06/2016**

EXTRATO TERMO ADITIVO No 1 AO CONTRATO Nº 06/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo Licitatório no. 06/2016

Termo de Dispensa no: 06/2016

CONTRATADA: SANDRO GUILHERMO MATIAS

OBJETO: Conforme previsão na Lei Federal 8666/93, o item 1.1. da Cláusula Primeira, do Contrato Original, passará para a seguinte redação: "Contratação de locução e gravação dos resumos das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Indaial, compreendendo até 15 minutos de resumo por sessão ordinária, assim distribuídas durante o ano de 2016: mês de janeiro: nenhuma sessão devido o recesso parlamentar; mês de fevereiro, 4 gravações de sessões ordinárias; mês de março, 6 gravações de sessões ordinárias; mês de abril, 6 gravações de sessões ordinárias; mês de maio, 6 gravações de sessões ordinárias; mês de junho, 6 gravações de sessões ordinárias; mês de julho, agosto e setembro, nenhuma gravação devido ao período eleitoral, em conformidade com o art. 73, letra "b" da Lei 9.504/97; mês de outubro, 6 gravações de sessões ordinárias; mês de novembro, 6 gravações de sessões ordinárias; e mês de dezembro, 3 gravações de sessões ordinárias; Gravações de sessões extraordinárias, desde que solicitado pela Contratante e não ultrapasse o valor descrito no item 3.3..CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO: Conforme previsão no artigo 24, II da Lei Federal 8666/93, o item 3.3. da Cláusula Terceira, do Contrato Original, passará para a seguinte redação: "O valor máximo da remuneração é R\$ 8.000,00 (oito mil reais), Valor este que será deduzido de acordo com a apresentação da nota fiscal e resumo das atividades desempenhadas."

DATA DA ASSINATURA: 12/12/2016.

**PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 01/2017 (REGISTRO DE PREÇOS)**

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL-SC.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 02/2017 –Modalidade:Pregão Presencial nº 01/2017 –Tipo: Menor Preço por Lote - Objeto: aquisição de materiais de limpeza e similares para a Câmara Municipal de Indaial. – Entrega dos envelopes da documentação/proposta: 31/01/2017 até às 10h00min. Abertura da sessão: 31/01/2017 às 10h15min. Demais informações no endereço: Rua Prefeito Frederico Hardt, 148, Centro - Indaial.- Local para obtenção do Edital: o mesmo ou pelo site [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br), ou através telefone/e-mail:(47)3380-6900 secretaria@camaraindaial.sc.gov.br. 17/01/2017 – Osvaldo Metzner - Presidente Câmara.



# Iomerê

## PREFEITURA

### DECRETO 1704/2017

DECRETO Nº. 1704 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.  
Autoriza desmembramento de áreas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Sr. Aujocir Alberto Zago e outros, a desmembrar os lotes abaixo discriminados, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 5.096,19m<sup>2</sup> (cinco mil e noventa e seis metros quadrados e dezenove decímetros quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 35.222:

Lote: 023

Quadra: 34

Inscrição Imobiliária: 01.34.23.00

Área à desmembrar: 07 lotes divididos sobre a totalidade do imóvel.

#### CONFRONTAÇÕES:

Área à desmembrar Área "16" - 890,07m<sup>2</sup>

Ao Norte (Frente): confronta-se com Estrada Municipal SC - 355 com distância de 25,00m e azimute de 66°24'33";

Ao Sul (Fundos): confronta-se com Estrada Municipal linha Bonita IR-28 com distância de 23,56m e azimute de 265°04'41";

Ao Leste (Lado Direito): confronta-se com Lote "17" com 20,60m e com Lote "20", com distância de 21,09m e azimute de 175°15'03";

Ao Oeste (Lado Esquerdo): confronta-se com Estrada Municipal linha Bonita IR-28 com distância de 33,69m e azimute de 355°04'41";

Área à desmembrar Área "17" - 562,13m<sup>2</sup>

Ao Norte (Frente): confronta-se com Estrada Municipal SC - 355 com distância de 25,00m e azimute de 66°24'33";

Ao Sul (Fundos): confronta-se com Lote "20" com distância de 23,66m e azimute de 261°10'35";

Ao Leste (Lado Direito): confronta-se com Lote "18" com distância de 27,03m e azimute de 175°21'32";

Ao Oeste (Lado Esquerdo): confronta-se com Lote "16" com distância de 20,60m e azimute de 355°15'03";

Área à desmembrar Área "18" - 714,95m<sup>2</sup>

Ao Norte (Frente): confronta-se com Estrada Municipal SC - 355 com distância de 25,00m e azimute de 66°10'30";

Ao Sul (Fundos): confronta-se com Lote "21" com distância de 23,68m e azimute de 261°10'35";

Ao Leste (Lado Direito): confronta-se com Lote "19" com distância de 33,50m e azimute de 175°21'32";

Ao Oeste (Lado Esquerdo): confronta-se com Lote "17" com distância de 27,03m e azimute de 355°21'32";

Área à desmembrar Área "19" - 860,28m<sup>2</sup>

Ao Norte (Frente): confronta-se com Estrada Municipal SC - 355 com distância de 24,88m e azimute de 66°16'52";

Ao Sul (Fundos): confronta-se com Lote "22" com distância de 23,44m e azimute de 261°10'35";

Ao Leste (Lado Direito): confronta-se com Marcelina Pastore Donin com distância de 39,91m e azimute de 175°33'46";

Ao Oeste (Lado Esquerdo): confronta-se com Lote "18" com distância de 33,50m e azimute de 355°21'32";

Área à desmembrar Área "20" - 516,20m<sup>2</sup>

Ao Norte (Fundos): confronta-se com Lote "17", com distância de 23,66m e azimute de 81°10'35";

Ao Sul (Frente): confronta-se com Estrada Municipal linha Bonita IR-28 com distância de 23,55m e azimute de 265°04'41";

Ao Leste (Lado Esquerdo): confronta-se com Lote "21", com distância de 22,70m e azimute de 175°21'32";

Ao Oeste (Lado Direito): confronta-se com Lote "16", com distância de 21,09m e azimute de 355°15'03";

Área à desmembrar Área "21" - 637,43m<sup>2</sup>

Ao Norte (Fundos): confronta-se com Lote "18", com distância de 23,68m e azimute de 81°10'35";

Ao Sul (Frente): confronta-se com Estrada Municipal linha Bonita IR-28 em dois alinhamentos distintos, um com distância de 20,16m e azimute de 291°57'40", mais 5,60m e azimute 265°04'41", totalizando uma distância de 25,76m;

Ao Leste (Lado Esquerdo): confronta-se com Lote "22", com distância de 33,43m e azimute de 175°21'32";

Ao Oeste (Lado Direito): confronta-se com Lote "20", com distância de 22,70m e azimute de 355°21'32";

Área à desmembrar Área "22" - 915,13m<sup>2</sup>

Ao Norte (Fundos): confronta-se com Lote "19", com distância de 23,44m e azimute de 81°10'35";

Ao Sul (Frente): confronta-se com Estrada Municipal linha Bonita IR-28 com distância de 24,35m e azimute de 291°57'40";

Ao Leste (Lado Esquerdo): confronta-se com Marcelina Pastore Donin, em dois alinhamentos distintos um com 20,09m e azimute 175°33'46" e outro com 26,00m e azimute 178°44'36", totalizando uma distância de 46,09m;

Ao Oeste (Lado Direito): confronta-se com Lote "21", com distância de 33,43m e azimute de 355°21'32";

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 16 de janeiro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 1705/2017

DECRETO Nº. 1705 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Autoriza desmembramento de áreas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Sr. Aujocir Alberto Zago e outros, a desmembrar os lotes abaixo discriminados, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 56.700,45m<sup>2</sup> (cinquenta e seis mil setecentos metros quadrados e quarenta e cinco decímetros quadrados),

registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 35.221:

Lote: 021

Quadra: 34

Inscrição Imobiliária: 01.34.21.01

Área à desmembrar: 13.453,66m<sup>2</sup> (treze mil quatrocentos e cinquenta e três metros quadrados e sessenta e seis decímetros quadrados)

#### CONFRONTAÇÕES:

Área à desmembrar Área "01" – 5.439,09 m<sup>2</sup>

Ao Norte (Frente): confronta-se com Estrada Municipal SC - 355 em seis alinhamentos distintos sendo eles, com 21,12m e azimute 82°33'14", 10,91m e azimute 79°06'22", 23,27m e azimute 76°30'31", 13,97m e azimute 72°41'40", 15,71m e azimute 71°02'11", 8,44m e azimute 67°25'22", e mais 7,92m e azimute 85°04'41" com a Estrada Municipal Linha Bonita IR-28;

Ao Sul (Fundos): confronta-se com área remanescente com distância de 79,97m e azimute de 265°04'41", e com Lote "02" com distância de 20,00m e azimute de 265°14'36";

Ao Leste (Lado Direito): confronta-se com estrada municipal linha Bonita IR-28, com distância de 47,27m e azimute de 175°04'41", e mais 25,00m com o lote "03" e azimute 175°04'41";

Ao Oeste (Lado Esquerdo): confronta-se com rua 01 com distância de 32,10m e azimute de 355°13'52", e mais 25,00m e azimute 355°13'52" com o Lote "02";

Área à desmembrar área "02" – 500,00 m<sup>2</sup>

Ao Norte (Lado direito): confronta-se com Lote "01" com distância de 20,00m e azimute de 85°14'36";

Ao Sul (Lado esquerdo): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimute de 265°04'41";

Ao Leste (Fundos): confronta-se com Lote "01" com distância de 25,00m e azimute de 175°13'52";

Ao Oeste (Frente): confronta-se com Rua 01 com distância de 25,00m e azimute de 355°13'52";

Área à desmembrar área "03" – 500,00 m<sup>2</sup>

Ao Norte (Frente): confronta-se com Estrada Municipal linha Bonita – IR 28 com distância de 20,00m e azimute de 85°04'41";

Ao Sul (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimute de 265°04'41";

Ao Leste (Lado direito): confronta-se com Lote "04" com distância de 25,00m e azimute de 175°04'41";

Ao Oeste (Lado esquerdo): confronta-se com área Remanescente com distância de 25,00m e azimute de 355°04'41";

Área à desmembrar Área "04" – 500,00 m<sup>2</sup>

Ao Norte (Frente): confronta-se com Estrada Municipal linha Bonita – IR 28 com distância de 20,00m e azimute de 85°04'41";

Ao Sul (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimute de 265°04'41";

Ao Leste (Lado direito): confronta-se com Lote "05" com distância de 25,00m e azimute de 175°04'41";

Ao Oeste (Lado esquerdo): confronta-se com Lote "03" com distância de 25,00m e azimute de 355°04'41";

Área à desmembrar Área "05" – 500,00 m<sup>2</sup>

Ao Norte (Frente): confronta-se com Estrada Municipal linha Bonita – IR 28 com distância de 20,00m e azimute de 85°04'41";

Ao Sul (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimute de 265°04'41";

Ao Leste (Lado direito): confronta-se com Lote "06" com distância

de 25,00m e azimute de 175°04'41";

Ao Oeste (Lado esquerdo): confronta-se com Lote "04" com distância de 25,00m e azimute de 355°04'41";

Área à desmembrar Área "06" – 614,57 m<sup>2</sup>

Ao Nordeste (Frente): confronta-se com Estrada Municipal linha Bonita com distância de 52,26m e azimute de 111°57'40";

Ao Sul (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 46,61m e azimute de 265°04'41";

Ao Leste (Lado direito): confronta-se com Estrada Municipal linha Bonita com distância de 1,37m e azimute de 175°05'49";

Ao Oeste (Lado esquerdo): confronta-se com Lote "05" com distância de 25,00m e azimute de 355°04'41";

Área à desmembrar Área "07" – 600,00 m<sup>2</sup>

Ao Norte (Lado direito): confronta-se com área remanescente com distância de 30,00m e azimute de 85°13'52";

Ao Sul (Lado esquerdo): confronta-se com Lote "08" com distância de 30,00m e azimute de 265°13'52";

Ao Leste (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimute de 175°13'52";

Ao Oeste (Frente): confronta-se com Rua 01 com distância de 20,00m e azimute de 355°13'52";

Área à desmembrar Área "08" – 600,00 m<sup>2</sup>

Ao Norte (Lado direito): confronta-se com Lote "07" com distância de 30,00m e azimute de 85°13'52";

Ao Sul (Lado esquerdo): confronta-se com Lote "09" com distância de 30,00m e azimute de 265°13'52";

Ao Leste (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimute de 175°13'52";

Ao Oeste (Frente): confronta-se com Rua 01 com distância de 20,00m e azimute de 355°13'52";

Área à desmembrar Área "09" – 600,00 m<sup>2</sup>

Ao Norte (Lado direito): confronta-se com Lote "08" com distância de 30,00m e azimute de 85°13'52";

Ao Sul (Lado esquerdo): confronta-se com Lote "10" com distância de 30,00m e azimute de 265°13'52";

Ao Leste (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimute de 175°13'52";

Ao Oeste (Frente): confronta-se com Rua 01 com distância de 20,00m e azimute de 355°13'52";

Área à desmembrar Área "10" – 600,00 m<sup>2</sup>

Ao Norte (Lado direito): confronta-se com Lote "09" com distância de 30,00m e azimute de 85°13'52";

Ao Sul (Lado esquerdo): confronta-se com Lote "11" com distância de 30,00m e azimute de 265°13'52";

Ao Leste (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimute de 175°13'52";

Ao Oeste (Frente): confronta-se com Rua 01 com distância de 20,00m e azimute de 355°13'52";

Área à desmembrar Área "11" – 600,00 m<sup>2</sup>

Ao Norte (Lado direito): confronta-se com Lote "10" com distância de 30,00m e azimute de 85°13'52";

Ao Sul (Lado esquerdo): confronta-se com Lote "12" com distância de 30,00m e azimute de 265°13'52";

Ao Leste (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimute de 175°13'52";

Ao Oeste (Frente): confronta-se com Rua 01 com distância de



20,00m e azimuth de 355°13'52";

Área à desmembrar Área "12" – 600,00 m²

Ao Norte (Lado direito): confronta-se com Lote "11" com distância de 30,00m e azimuth de 85°13'52";

Ao Sul (Lado esquerdo): confronta-se com Lote "13" com distância de 30,00m e azimuth de 265°13'52";

Ao Leste (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimuth de 175°13'52";

Ao Oeste (Frente): confronta-se com Rua 01 com distância de 20,00m e azimuth de 355°13'52";

Área à desmembrar Área "13" – 600,00 m²

Ao Norte (Lado direito): confronta-se com Lote "12" com distância de 30,00m e azimuth de 85°13'52";

Ao Sul (Lado esquerdo): confronta-se com Lote "14" com distância de 30,00m e azimuth de 265°13'52";

Ao Leste (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimuth de 175°13'52";

Ao Oeste (Frente): confronta-se com Rua 01 com distância de 20,00m e azimuth de 355°13'52";

Área à desmembrar Área "14" – 600,00 m²

Ao Norte (Lado direito): confronta-se com Lote "13" com distância de 30,00m e azimuth de 85°13'52";

Ao Sul (Lado esquerdo): confronta-se com Lote "15" com distância de 30,00m e azimuth de 265°13'52";

Ao Leste (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimuth de 175°13'52";

Ao Oeste (Frente): confronta-se com Rua 01 com distância de 20,00m e azimuth de 355°13'52";

Área à desmembrar Área "15" – 600,00 m²

Ao Norte (Lado direito): confronta-se com Lote "14" com distância de 30,00m e azimuth de 85°13'52";

Ao Sul (Lado esquerdo): confronta-se com área Remanescente com distância de 30,00m e azimuth de 265°13'52";

Ao Leste (Fundos): confronta-se com área Remanescente com distância de 20,00m e azimuth de 175°13'52";

Ao Oeste (Frente): confronta-se com Rua 01 com distância de 20,00m e azimuth de 355°13'52";

Área 43.246,79 m² = Remanescente - Matrícula 35.221

Ao Norte (Esquerdo): confronta-se com Lote "02" com distância de 20,00m, mais 79,97m com lote "01", mais 20,00m com o Lote "03", mais 20,00m com o Lote "04", mais 20,00m com o Lote "05", e mais 46,61m com o Lote "06", e azimuth 85°09'06";

Ao Sul (Lado Direito): confronta-se com Aujocir Alberto Zago (matrícula 35.086) com distância de 244,58m e azimuth 265°13'52", e mais 30,00m com o Lote "07" e azimuth 265°13'52";

Ao Leste (Frente): confronta-se com Estrada Municipal Linha Bonita, em onze alinhamentos distintos, sendo eles com distância 80,29m e azimuth 175°05'49"; 13,48m e azimuth 164°20'57"; 13,84m e azimuth 161°16'19"; 9,24m e azimuth 155°42'59"; 18,00m e azimuth 153°00'50"; 16,38m e azimuth 149°33'15"; 14,75m e azimuth 147°09'47"; 13,92m e azimuth 153°19'20"; 9,79m e azimuth 164°35'10"; 13,56m e azimuth 171°54'29"; 24,09m e azimuth 174°44'17";

Ao Oeste (Fundos): confronta-se com a rua 01 com distância de 40,00m, com o lote "07" com distância de 20,00m, lote "08" com distância de 20,00m, lote "09" com distância de 20,00m, lote "10" com distância de 20,00m, lote "11" com distância de 20,00m, lote "12" com distância de 20,00m, lote "13" com distância de 20,00m,

lote "14" com distância de 20,00m e lote "15" com distância de 20,00m, todos com azimuth 355°13'52";

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 16 de janeiro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO 1706/2017

DECRETO Nº 1706 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Altera membro de Equipe de Apoio para Procedimentos referentes a realização de Licitações na modalidade Pregão Presencial, para Todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Iomerê.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e com a Lei n. 10.520/02;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a servidora Maria Fatima Colissi, para compor, na condição de membro, a Equipe de Apoio de Licitações para todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Iomerê.

Art. 2º A alteração se justifica em razão da alteração do servidor Itacir Balbinot, que integrava a equipe de apoio.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê, 17 de janeiro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 07/2017

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 07/2017 para aquisição de óleo lubrificante. A abertura das propostas se dará no dia 31/01/2017 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 17 de janeiro de 2017.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

## Ipumirim

## PREFEITURA

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO - 3º QUADRIMESTRE DE 2016

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC - PODER EXECUTIVO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM  
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.079.798,71	0,00
Pessoal Ativo	12.050.145,82	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	949.534,89	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	80.118,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>13.079.798,71</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>25.113.125,42</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>13.079.798,71</b>	<b>52,08</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>13.561.087,73</b>	<b>54,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>12.883.033,34</b>	<b>51,30</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>12.204.978,95</b>	<b>48,60</b>

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
 Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
 Contador CRCSC 026089/O-9

Claudinei Sganzerla  
 Técnico do Controle Interno

Gilmar Biffi  
 Secretário do Planejamento e Finanças

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>193.148,25</b>	<b>108.168,73</b>	<b>260.751,66</b>	<b>920.383,82</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	193.148,25	108.168,73	260.751,66	920.383,82
Interna	193.148,25	108.168,73	260.751,66	920.383,82
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.860.659,56</b>	<b>2.275.871,47</b>	<b>2.169.958,77</b>	<b>2.217.027,56</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.351.758,58	2.837.679,31	2.512.641,02	2.566.744,61
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	491.099,02	561.807,84	342.682,25	349.717,05
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.667.511,31</b>	<b>-2.167.702,74</b>	<b>-1.909.207,11</b>	<b>-1.296.643,74</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>22.978.827,35</b>	<b>23.408.168,19</b>	<b>23.735.361,76</b>	<b>25.113.125,42</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>0,84%</b>	<b>0,46%</b>	<b>1,10%</b>	<b>3,66%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-7,26%</b>	<b>-9,26%</b>	<b>-8,04%</b>	<b>-5,16%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>27.574.592,82</b>	<b>28.089.801,83</b>	<b>28.482.434,11</b>	<b>30.135.750,50</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>24.817.133,54</b>	<b>25.280.821,65</b>	<b>25.634.190,70</b>	<b>27.122.175,45</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	193.148,25	108.168,73	260.751,66	920.383,82
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	109.814,77	108.168,57	103.661,52	99.193,95
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	109.814,77	108.168,57	103.661,52	99.193,95
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	109.814,77	108.168,57	103.661,52	99.193,95
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	83.333,48	0,16	157.090,14	821.189,87

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	83.333,48	0,16	157.090,14	821.189,87

  

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	127.370,91	95.591,90	89.134,32	134.811,66
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	678.983,73	3.935.618,44	3.459.688,31	509.992,60
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

  

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Claudinei Sganzerla  
Técnico do Controle Interno

Gilmar Biffi  
Secretário do Planejamento e Finanças

FONTE:

**MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>22.978.827,35</b>	<b>23.408.168,19</b>	<b>23.735.361,76</b>	<b>25.113.125,42</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>5.055.342,02</b>	<b>5.149.797,00</b>	<b>5.221.779,59</b>	<b>5.524.887,59</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>4.549.807,82</b>	<b>4.634.817,30</b>	<b>4.699.601,63</b>	<b>4.972.398,83</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
 Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
 Contador CRCSC 026089/O-9

Claudinei Sganzerla  
 Técnico do Controle Interno

Gilmar Biffi  
 Secretário do Planejamento e Finanças

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>664.581,61</b>	<b>821.671,59</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	664.581,61	821.671,59
Interna	664.581,61	821.671,59
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	664.581,61	821.671,59
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>25.113.125,42</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>821.671,59</b>	<b>3,27</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>4.018.100,07</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>3.616.290,06</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.757.918,78</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>821.671,59</b>	<b>3,27</b>

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Claudinei Sganzerla  
Técnico do Controle Interno

Gilmar Biffi  
Secretário do Planejamento e Finanças

**MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")	IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	R\$ 1,00
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
ASSISTENCIA SOCIAL ESTADO Convênios SDR Seara Exerc. Ant. - CIDE Exerc. Ant. - Conv. Educação Estado Exerc. Ant. - IGD Bolsa Família Exerc. Ant. - Recursos ASPS 15% Exerc. Ant. - Recursos de alienação Exerc. Ant. - Recursos FNAS Creche Exerc. Ant. - Salário Educação Exerc. Ant. Conv. Transp. Escolar Médio Exerc. Ant. FNDE Exerc. Ant. Multas de Trânsito Exerc. Ant. Recursos TPCS Exerc. Ant.- Recursos FEPE Exerc. ant. Assistência Social Estado FNAS Atenção Básica FNDE PNATE Médio IGD Bolsa Família Outros Repasses do FNDE Rec. Fundo Esp. Petróleo Recursos ASPS 15% Recursos Conv. União Recursos Convênios Estado para Ensino Recursos da CIDE Recursos de Alienações Recursos FNDE PNAE Recursos FNDE PNATE Recursos Fundo Agropecuário		14.434,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.434,40	0,00	0,00	0,00
		222,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222,17	228,68	0,00	0,00
		19,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,40	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.034,40	0,00	0,00
		13.382,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.382,96	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	537,85	0,00	0,00
		12.959,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.959,12	0,00	0,00	0,00
		457,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457,26	0,00	0,00	0,00
		10.252,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.252,38	9.999,32	0,00	0,00
		655,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655,45	19.680,38	0,00	0,00
		545,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,64	0,00	0,00	0,00
		3.466,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.466,12	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.950,00	0,00	0,00
		875,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	875,34	0,00	0,00	0,00
		7.499,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.499,07	0,00	0,00	0,00
		17.575,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.575,77	875,97	0,00	0,00
		3.973,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.973,02	0,00	0,00	0,00
		2.482,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.482,10	0,00	0,00	0,00
		7.554,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.554,29	0,00	0,00	0,00
		4.872,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.872,18	0,00	0,00	0,00
		64.688,81	0,00	0,00	48.208,35	0,00	16.480,46	0,00	17.394,55	0,00	0,00
		342.701,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	342.701,78	1.948,33	0,00	0,00
		21.741,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.741,95	0,00	0,00	0,00
		1.559,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.559,94	0,00	0,00	0,00
	107.075,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.075,38	0,00	0,00	0,00	
	1.357,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.357,81	836,10	0,00	0,00	
	3.591,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.591,69	0,00	0,00	0,00	
	1.449,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.449,44	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3



**MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Recursos MDE 25%	135.429,62	0,00	107.214,70	3.570,00	24.644,92	0,00	65.187,14	0,00
Recursos Multas de Trânsito	30.898,02	0,00	0,00	0,00	22.669,88	8.228,14	0,00	0,00
Recursos NASF	7.714,41	0,00	0,00	0,00	0,00	7.714,41	0,00	0,00
Recursos SUS Estado	30.672,57	0,00	122,71	0,00	73,71	30.476,15	4.785,88	0,00
Recursos Transferências Fundef 40%	70.094,25	0,00	21.560,81	0,00	6.093,70	42.439,74	37.700,00	0,00
Recursos Transferências Fundef 60%	102.718,46	0,00	63.377,12	0,00	34.570,21	4.771,13	0,00	0,00
SUS - Investimentos	104.369,98	0,00	0,00	0,00	0,00	104.369,98	0,00	0,00
SUS Atenção Básica	32.126,38	0,00	0,00	0,00	2.223,68	29.902,70	0,00	0,00
SUS Estado Farm. Básica	16.502,30	0,00	963,76	0,00	0,00	15.538,54	2.722,33	0,00
SUS Farmácia Básica	6.256,19	0,00	0,00	0,00	0,00	6.256,19	0,00	0,00
SUS Média e Alta Complexidade	77,65	0,00	0,00	0,00	0,00	77,65	0,00	0,00
SUS Vigilância em Saúde	80.444,63	0,00	0,00	0,00	0,00	80.444,63	0,00	0,00
Transp. Escolar Estado - Ens. Médio	19.024,93	0,00	0,00	0,00	0,00	19.024,93	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.281.722,86	0,00	241.447,45	3.570,00	106.756,56	929.948,85	189.880,93	0,00
Exerc. Ant. - Recursos Ordinários	100.316,24	0,00	763,94	15.483,72	30,97	84.037,61	36,06	0,00
Recursos Ordinários	1.083.766,02	0,00	0,00	0,00	28.024,13	1.055.741,89	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	21.361,96	0,00	107.505,66	0,00	0,00	(86.143,70)	301.021,89	0,00
Recursos TPCS	79.577,53	0,00	0,00	0,00	0,00	79.577,53	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.285.021,75	0,00	108.269,60	15.483,72	28.055,10	1.133.213,33	301.057,95	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.566.744,61	0,00	349.717,05	19.053,72	134.811,66	2.063.162,18	490.938,88	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")  
IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Claudinei Sganzerla  
Tecnico do Controle Interno

Gilmar Biffi  
Secretário do Planejamento e Finanças

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		25.113.125,42	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		13.079.798,71	52,08
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		13.561.087,73	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		12.883.033,34	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-1.296.643,74	-5,16
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		30.135.750,50	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		5.524.887,59	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		821.671,59	3,27
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		4.018.100,07	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.757.918,78	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		469.576,92	2.041.800,22

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Claudinei Sganzerla  
Tecnico do Controle Interno

Gilmar Biffi  
Secretário do Planejamento e Finanças

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 6º BIMESTRE DE 2.016

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>23.965.900,00</b>	<b>23.965.900,00</b>	<b>6.043.094,10</b>	<b>25,22</b>	<b>27.525.882,57</b>	<b>114,85</b>	<b>-3.559.982,57</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>22.965.900,00</b>	<b>22.965.900,00</b>	<b>5.346.948,06</b>	<b>23,28</b>	<b>25.113.125,42</b>	<b>109,35</b>	<b>-2.147.225,42</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.362.500,00	1.362.500,00	319.102,34	23,42	1.627.714,95	119,47	-265.214,95
IMPOSTOS	1.305.900,00	1.305.900,00	301.522,59	23,09	1.504.357,23	115,20	-198.457,23
TAXAS	56.600,00	56.600,00	17.579,75	31,06	123.357,72	217,95	-66.757,72
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	143.800,00	143.800,00	23.031,88	16,02	151.007,72	105,01	-7.207,72
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	143.800,00	143.800,00	23.031,88	16,02	151.007,72	105,01	-7.207,72
RECEITA PATRIMONIAL	12.100,00	12.100,00	2.477,15	20,47	215.445,90	1.780,54	-203.345,90
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	2.477,15	0,00	204.217,52	0,00	-204.217,52
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	11.228,38	92,80	871,62
RECEITA DE SERVIÇOS	115.300,00	115.300,00	31.003,43	26,89	139.818,10	121,26	-24.518,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.266.400,00	21.266.400,00	4.933.095,80	23,20	22.799.998,82	107,21	-1.533.598,82
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	21.062.700,00	21.062.700,00	4.823.209,25	22,90	22.343.819,51	106,08	-1.281.119,51
TRANSF. DE PESSOAS	4.800,00	4.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.800,00
TRANSF. DE CONV.	198.900,00	198.900,00	109.886,55	55,25	456.179,31	229,35	-257.279,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	65.800,00	65.800,00	38.237,46	58,11	179.139,93	272,25	-113.339,93
MULTAS E JUROS DE MORA	52.600,00	52.600,00	6.462,87	12,29	64.365,04	122,37	-11.765,04
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.500,00	4.500,00	19.768,05	439,29	46.110,90	1.024,69	-41.610,90
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	8.300,00	8.300,00	12.006,49	144,66	68.442,35	824,61	-60.142,35
RECEITAS DIVERSAS	400,00	400,00	0,05	0,01	221,64	55,41	178,36
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>696.146,04</b>	<b>69,61</b>	<b>2.412.757,15</b>	<b>241,28</b>	<b>-1.412.757,15</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	115.350,43	11,54	821.671,59	82,17	178.328,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	115.350,43	11,54	821.671,59	82,17	178.328,41
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	105.550,00	0,00	105.550,00	0,00	-105.550,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	105.550,00	0,00	105.550,00	0,00	-105.550,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	475.245,61	0,00	1.485.535,56	0,00	-1.485.535,56
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	40.872,41	0,00	883.237,36	0,00	-883.237,36
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	434.373,20	0,00	602.298,20	0,00	-602.298,20
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>23.965.900,00</b>	<b>23.965.900,00</b>	<b>6.043.094,10</b>	<b>25,22</b>	<b>27.525.882,57</b>	<b>114,85</b>	<b>-3.559.982,57</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (d - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>23.965.900,00</b>	<b>23.965.900,00</b>	<b>6.043.094,10</b>	<b>25,22</b>	<b>27.525.882,57</b>	<b>-3.559.982,57</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
TOTAL VII = (V + VI)	23.965.900,00	23.965.900,00	6.043.094,10	25,22	27.525.882,57	-3.559.982,57
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	857.011,49	—	—	857.011,49	—
Superávit Financeiro	—	857.011,49	—	—	857.011,49	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>23.920.365,75</b>	<b>27.920.365,75</b>	<b>4.538.919,17</b>	<b>27.016.806,90</b>	<b>903.558,85</b>	<b>5.692.865,48</b>	<b>26.525.868,02</b>	<b>1.394.497,73</b>	<b>26.176.150,97</b>	<b>490.938,88</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>22.226.400,00</b>	<b>24.389.950,29</b>	<b>4.565.341,90</b>	<b>23.826.105,41</b>	<b>563.844,88</b>	<b>5.171.140,18</b>	<b>23.504.739,76</b>	<b>885.210,53</b>	<b>23.157.547,93</b>	<b>321.365,65</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.776.240,00	13.852.166,77	3.331.134,14	13.552.685,48	299.481,29	3.334.675,92	13.552.685,48	299.481,29	13.298.497,71	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	45.000,00	31.000,00	12.846,10	30.999,41	0,59	12.846,10	30.999,41	0,59	30.999,41	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.405.160,00	10.506.783,52	1.221.361,66	10.242.420,52	264.363,00	1.823.618,16	9.921.054,87	585.728,65	9.828.050,81	321.365,65
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.639.500,00</b>	<b>3.496.215,46</b>	<b>-26.422,73</b>	<b>3.190.701,49</b>	<b>305.513,97</b>	<b>521.725,30</b>	<b>3.021.128,26</b>	<b>475.087,20</b>	<b>3.018.603,04</b>	<b>169.573,23</b>
INVESTIMENTOS	1.545.000,00	3.401.715,46	-28.910,22	3.096.265,47	305.449,99	519.237,81	2.926.692,24	475.023,22	2.924.167,02	169.573,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	94.500,00	94.500,00	2.487,49	94.436,02	63,98	2.487,49	94.436,02	63,98	94.436,02	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>100.000,00</b>	<b>34.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	34.200,00	0,00	0,00	34.200,00	0,00	0,00	34.200,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>23.920.365,75</b>	<b>27.920.365,75</b>	<b>4.538.919,17</b>	<b>27.016.806,90</b>	<b>903.558,85</b>	<b>5.692.865,48</b>	<b>26.525.868,02</b>	<b>1.394.497,73</b>	<b>26.176.150,97</b>	<b>490.938,88</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>23.965.900,00</b>	<b>27.920.365,75</b>	<b>4.538.919,17</b>	<b>27.016.806,90</b>	<b>903.558,85</b>	<b>5.692.865,48</b>	<b>26.525.868,02</b>	<b>1.394.497,73</b>	<b>26.176.150,97</b>	<b>490.938,88</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.000.014,55</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XI + XIII)</b>	<b>23.965.900,00</b>	<b>27.920.365,75</b>	<b>4.538.919,17</b>	<b>27.016.806,90</b>	<b>—</b>	<b>5.692.865,48</b>	<b>27.525.882,57</b>	<b>—</b>	<b>26.176.150,97</b>	<b>490.938,88</b>

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>		27.920.365,75	4.538.919,17	27.016.806,99	100,00	5.692.865,48	26.525.868,02	1.394.497,73	490.938,88
Legislativa	23.965.900,00	840.000,00	138.201,75	743.101,99	2,75	127.493,49	721.740,03	118.259,97	21.361,96
Ação Legislativa	840.000,00	840.000,00	138.201,75	743.101,99	2,75	127.493,49	721.740,03	118.259,97	21.361,96
Essencial à Justiça	59.000,00	59.000,00	13.183,52	58.097,21	0,22	16.561,84	58.097,21	902,79	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	59.000,00	59.000,00	13.183,52	58.097,21	0,22	16.561,84	58.097,21	902,79	0,00
Administração	2.290.200,00	2.446.282,79	454.551,85	2.443.695,93	9,05	499.723,18	2.431.453,71	14.829,08	12.242,22
Planejamento e Orçamento	149.000,00	149.000,00	0,00	148.932,17	0,55	0,00	148.932,17	67,83	0,00
Administração Geral	2.047.200,00	2.203.282,79	434.457,36	2.200.776,72	8,15	479.628,69	2.188.534,50	14.746,29	12.242,22
Controle Interno	94.000,00	94.000,00	20.094,49	93.987,04	0,35	20.094,49	93.987,04	12,96	0,00
Segurança Pública	98.000,00	552.295,22	-14.400,00	537.895,22	1,99	45.399,49	529.145,22	23.150,00	8.750,00
Policimento	18.000,00	18.000,00	-14.400,00	3.600,00	0,01	0,00	3.600,00	14.400,00	0,00
Defesa Civil	80.000,00	534.295,22	0,00	534.295,22	1,98	45.399,49	525.545,22	8.750,00	8.750,00
Assistência Social	1.019.500,00	1.119.754,58	98.373,93	1.069.728,11	4,03	151.584,67	1.082.171,21	37.983,37	7.556,90
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	1.871,50	29.683,87	0,11	1.969,36	29.683,87	316,13	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	158.000,00	155.542,00	21.129,42	144.399,86	0,53	11.142,14	144.399,86	11.142,14	0,00
Assistência Comunitária	831.500,00	934.212,58	75.373,01	915.644,38	3,39	118.520,31	908.067,48	26.125,10	7.556,90
Saúde	5.736.909,23	6.696.720,62	1.178.262,82	6.384.732,25	23,63	1.421.311,81	6.359.291,64	327.428,98	25.440,61
Atenção Básica	3.640.975,00	4.291.194,08	802.052,18	4.025.294,34	14,90	863.550,23	4.010.780,04	280.434,04	14.534,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.804.334,23	2.081.387,58	312.846,63	2.059.817,67	7,62	21.568,91	2.048.914,27	32.476,22	10.906,31
Suporte Profilático e Terapêutico	94.000,00	109.712,69	18.824,26	106.914,27	0,40	18.824,26	106.914,27	2.798,42	0,00
Vigilância Sanitária	129.000,00	142.146,27	29.903,63	142.146,27	0,53	29.903,63	142.146,27	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	68.600,00	72.280,00	14.636,12	50.559,70	0,19	14.636,12	50.559,70	21.720,30	0,00
Educação	6.065.450,60	7.543.353,84	1.754.718,12	7.445.405,64	27,56	1.748.294,93	7.289.293,09	254.060,75	156.112,55
Alimentação e Nutrição	129.300,00	145.950,00	7.770,23	145.930,21	0,54	26.590,67	145.094,11	855,89	836,10
E Ensino Fundamental	4.389.754,68	5.677.194,24	1.314.577,38	5.595.983,65	20,71	1.272.984,43	5.444.694,06	232.500,18	151.298,59
E Ensino Médio	320.600,00	283.401,00	90.429,03	280.546,49	1,04	89.303,82	277.871,28	5.529,72	2.675,21
E Ensino Superior	135.000,00	135.000,00	7.077,80	133.493,99	0,49	13.114,80	133.493,99	1.506,01	0,00
Educação Infantil	1.085.795,92	1.296.808,60	331.987,27	1.284.535,71	4,75	343.804,82	1.284.314,06	12.484,54	221,65
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	2.876,41	4.905,59	0,02	2.496,41	3.825,59	1.174,41	1.080,00
Cultura	90.000,00	81.449,00	11.213,64	80.797,29	0,30	23.895,97	80.547,29	901,71	250,00
Arquitetura	90.000,00	81.449,00	11.213,64	80.797,29	0,30	23.895,97	80.547,29	901,71	250,00
Urbanismo	2.360.300,00	2.766.493,53	35.849,41	2.522.692,33	9,34	604.899,06	2.424.406,88	342.086,65	98.285,45
Infra-Estrutura Urbana	1.428.800,00	1.823.123,53	-92.755,89	1.583.185,77	5,86	398.082,55	1.490.091,44	333.032,09	93.094,33
Serviços Urbanos	931.500,00	943.370,00	128.605,30	939.506,56	3,48	206.916,51	934.315,44	9.054,56	5.191,12
Habituação	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	53.500,00	24.500,00	0,00	24.053,22	0,09	3.360,00	24.053,22	446,78	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	28.500,00	24.500,00	0,00	24.053,22	0,09	3.360,00	24.053,22	446,78	0,00
Recursos Hídricos	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.441.000,00	1.498.900,00	265.562,45	1.464.622,63	5,42	323.979,45	1.315.090,87	183.809,13	149.531,76
Abastecimento	732.000,00	774.400,00	182.102,56	772.442,32	2,86	193.185,31	784.785,31	9.644,68	7.687,00
Extensão Rural	946.000,00	363.500,00	0,00	333.000,00	1,23	36.000,00	192.000,00	171.500,00	141.000,00
Promoção da Produção Agropecuária	130.000,00	130.000,00	6.203,69	128.193,32	0,47	17.557,94	127.348,56	2.851,44	844,76
Defesa Agropecuária	231.000,00	231.000,00	77.256,20	230.986,99	0,85	77.256,20	230.986,99	13,01	0,00
Indústria	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	Até o Bimestre (d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	23.965.900,00	27.920.365,75	4.538.919,17	27.016.806,90	903.558,85	100,00	26.525.868,02	1.394.497,73	490.938,88
Comércio e Serviços	85.000,00	169.200,00	0,00	169.200,00	0,00	0,63	169.200,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	85.000,00	169.200,00	0,00	169.200,00	0,00	0,63	169.200,00	0,00	0,00
Transporte	1.932.540,17	2.205.048,21	208.397,47	2.181.179,32	8,07	8,07	2.179.098,79	25.949,42	2.080,53
Transporte Rodoviário	1.932.540,17	2.205.048,21	208.397,47	2.181.179,32	8,07	8,07	2.179.098,79	25.949,42	2.080,53
Desporto e Lazer	345.000,00	383.700,00	31.833,05	372.996,43	1,38	1,40	371.357,27	12.342,73	1.639,16
Desporto Comunitário	345.000,00	383.700,00	31.833,05	372.996,43	1,38	1,40	371.357,27	12.342,73	1.639,16
Encargos Especiais	1.414.500,00	1.499.467,96	363.171,16	1.498.609,33	5,55	5,62	1.490.921,59	8.546,37	7.687,74
Serviço da Dívida Interna	139.500,00	125.500,00	15.333,59	125.435,43	0,46	0,47	125.435,43	64,57	0,00
Outros Encargos Especiais	1.275.000,00	1.373.967,96	347.837,57	1.373.173,90	5,08	5,15	1.365.486,16	8.481,80	7.687,74
Reserva de Contingência	100.000,00	34.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.200,00	0,00
Reserva de Contingência	100.000,00	34.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.200,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	23.965.900,00	27.920.365,75	4.538.919,17	27.016.806,90	903.558,85	100,00	26.525.868,02	1.394.497,73	490.938,88

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski

Contador CRCSC 026089/O-9

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2016	Feb/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agô/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)	RS 1,00
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>2.475.951,27</b>	<b>2.364.535,21</b>	<b>2.083.075,10</b>	<b>2.296.763,47</b>	<b>2.328.040,09</b>	<b>2.224.741,53</b>	<b>2.292.846,22</b>	<b>2.233.694,40</b>	<b>2.290.489,08</b>	<b>2.342.639,79</b>	<b>2.753.308,89</b>	<b>3.442.357,01</b>	<b>29.120.642,06</b>	<b>26.690.100,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		115.959,52	109.200,59	93.077,68	181.658,18	104.659,70	100.560,27	126.453,42	131.898,80	215.104,36	130.033,10	133.754,96	185.347,38	1.627.714,95	1.377.500,00
I.P.T.U.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.240,17	35.083,18	104.111,41	7.864,88	1.806,12	1.639,06	164.744,82	155.400,00
I.R.F.		27.248,23	17.204,09	17.989,95	96.523,60	36.345,63	20.894,24	45.612,83	27.816,14	26.038,85	50.405,81	42.373,78	73.341,63	483.794,88	448.100,00
I.S.S.		64.273,76	44.437,62	61.849,34	59.419,35	56.960,48	64.650,69	56.159,20	48.980,49	59.762,31	54.943,23	71.689,54	86.374,46	729.088,47	611.900,00
I.T.B.I.		17.554,84	7.378,35	5.689,10	12.834,00	3.210,00	10.509,23	6.052,10	13.322,26	18.455,18	7.406,00	7.806,00	16.512,00	126.729,06	105.900,00
Outras Receitas Tributárias		6.891,69	40.180,52	7.549,29	10.891,23	8.543,59	4.506,11	4.399,02	6.686,73	6.756,61	9.413,18	10.099,52	7.480,23	123.357,72	56.600,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		13.329,20	0,00	26.092,56	12.830,49	13.041,85	12.907,51	12.132,04	12.484,11	13.230,96	11.927,12	11.928,63	11.007,72	151.007,72	143.800,00
RECEITA PATRIMONIAL		18.473,16	21.400,36	17.457,64	29.532,98	21.585,01	23.449,50	20.092,28	22.967,02	18.881,35	18.929,45	16.280,14	-13.802,99	215.445,90	12.100,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		782,00	396,00	5.842,70	8.008,21	11.114,25	15.477,62	8.276,87	24.890,97	22.755,68	11.010,37	18.505,32	12.498,11	139.816,10	115.300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.299.508,23	2.226.523,32	1.904.544,49	2.059.639,85	2.172.625,17	2.064.647,40	2.114.501,48	2.017.653,15	2.002.143,13	2.163.915,60	2.552.112,22	3.229.701,42	26.807.515,46	24.975.600,00
Cota-Parte do FPM		521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	574.515,35	465.840,82	378.821,49	459.849,52	836.988,98	1.315.978,30	7.222.301,84	6.481.900,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		1.161.833,57	948.201,41	958.979,09	985.986,30	953.722,18	942.272,33	972.425,67	960.505,32	1.037.580,40	1.073.315,90	1.038.906,47	1.143.397,62	12.177.125,26	11.450.300,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		33.441,05	53.795,22	76.862,96	80.821,75	74.894,72	99.327,39	83.863,70	89.144,61	83.556,13	65.475,60	114.054,53	16.737,75	872.211,41	884.900,00
Outras Transferências Correntes		236.228,98	258.778,38	169.661,22	206.092,30	192.855,63	200.218,67	186.311,19	196.284,84	187.623,55	204.471,91	196.797,09	349.408,86	2.588.732,62	2.484.500,00
Transferências de LC 61/1989		18.241,98	14.988,33	13.754,68	14.113,45	16.026,97	9.536,76	12.957,84	13.083,77	14.338,47	15.155,00	15.838,18	16.850,30	173.985,73	178.700,00
Transferências de LC 87/1996		4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	48.572,40	48.700,00
Transferências do FUNDEB		323.639,64	294.330,29	284.205,62	294.955,33	303.948,97	291.134,41	280.380,03	288.625,99	294.877,04	336.094,61	341.182,05	383.071,24	3.716.545,22	3.445.100,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		27.900,16	7.014,95	36.060,03	7.093,76	5.014,11	7.329,23	11.390,13	23.812,35	8.273,60	7.024,15	20.727,62	17.509,84	179.139,93	65.800,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>		<b>347.927,70</b>	<b>334.682,73</b>	<b>290.135,35</b>	<b>311.318,25</b>	<b>335.163,91</b>	<b>314.656,65</b>	<b>285.786,00</b>	<b>305.548,27</b>	<b>303.906,29</b>	<b>324.669,65</b>	<b>405.243,01</b>	<b>443.474,83</b>	<b>4.007.516,64</b>	<b>3.709.200,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		347.927,70	334.682,73	290.135,35	311.318,25	335.163,91	314.656,65	285.786,00	305.548,27	303.906,29	324.669,65	405.243,01	443.474,83	4.007.516,64	3.709.200,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		<b>2.128.023,57</b>	<b>2.029.852,48</b>	<b>1.792.939,75</b>	<b>1.985.445,22</b>	<b>1.992.876,18</b>	<b>1.910.084,88</b>	<b>2.007.060,22</b>	<b>1.927.146,13</b>	<b>1.976.582,79</b>	<b>2.018.170,14</b>	<b>2.348.065,88</b>	<b>2.998.882,18</b>	<b>25.113.125,42</b>	<b>22.980.900,00</b>
FONTE:															
IPUMIRIM, 16/01/2017															

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Quadrimestre/2016	Até o Quadrimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Quadrimestre/2016	Até o Quadrimestre/2015	
			Até o Quadrimestre/2016	Até o Quadrimestre/2015	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Quadrimestre/2016	Até o Quadrimestre/2015	Até o Quadrimestre/2016	Até o Quadrimestre/2015	Em 2016	Em 2015
PREVIDÊNCIA SOCIAL								
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Quadrimestre/2016	Até o Quadrimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 3/4

Município de IPUMIRIM - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Continuação 4/4

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Quadrimestre/2016	Até o Quadrimestre/2015	Até o Quadrimestre/2016	Até o Quadrimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski

Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	193.148,25	807.520,88	920.383,82
DEDUÇÕES (II)	1.860.659,56	1.830.074,01	2.217.027,56
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.351.758,58	2.114.862,27	2.566.744,61
Demais Haveres Financeiros	0,00	2,28	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	491.099,02	284.790,54	349.717,05
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.667.511,31	-1.022.553,13	-1.296.643,74
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	109.814,77	101.199,56	99.193,95
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.777.326,08</b>	<b>-1.123.752,69</b>	<b>-1.395.837,69</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-272.085,00</b>	<b>381.488,39</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>1.266.666,66</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9



Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>22.965.900,00</b>	<b>24.908.907,90</b>	<b>22.716.789,56</b>
Receita Tributária	1.362.500,00	1.627.714,95	1.437.383,56
I.P.T.U.	140.400,00	164.744,82	144.375,47
I.S.S.	611.900,00	729.088,47	632.318,17
I.T.B.I.	105.500,00	126.729,06	164.747,84
I.R.R.F.	448.100,00	483.794,88	418.409,77
Outras Receitas Tributárias	56.600,00	123.357,72	77.532,31
Receita de Contribuição	143.800,00	151.007,72	145.800,19
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	143.800,00	151.007,72	145.800,19
Receita Patrimonial Líquida	12.100,00	11.228,38	11.761,45
Receita Patrimonial	12.100,00	215.445,90	273.799,24
(-) Aplicações Financeiras	0,00	204.217,52	262.037,79
Transferências Correntes	21.266.400,00	22.799.998,82	20.871.341,10
F.P.M.	5.285.520,00	5.873.586,98	5.041.066,41
I.P.V.A.	707.920,00	697.770,07	660.109,83
I.C.M.S.	9.160.240,00	9.741.701,20	9.172.111,69
Convênios	198.900,00	456.179,31	293.613,38
Outras Transferências Correntes	5.913.820,00	6.030.761,26	5.704.439,79
Demais Receitas Correntes	181.100,00	318.958,03	250.503,26
Dívida Ativa	8.300,00	68.442,35	52.973,49
Diversas Receitas Correntes	172.800,00	250.515,68	197.529,77
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>2.412.757,15</b>	<b>1.649.601,92</b>
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	821.671,59	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	105.550,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	1.485.535,56	1.649.601,92
Convênios	0,00	602.298,20	1.046.733,97
Outras Transferências de Capital	0,00	883.237,36	602.867,95
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.485.535,56</b>	<b>1.649.601,92</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>22.965.900,00</b>	<b>26.394.443,46</b>	<b>24.366.391,48</b>

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>24.389.950,29</b>	<b>23.826.105,41</b>	<b>22.410.608,95</b>	<b>23.504.739,76</b>	<b>22.232.738,11</b>	<b>321.365,65</b>	<b>177.870,84</b>
Pessoal e Encargos Sociais	13.852.166,77	13.552.685,48	12.561.955,00	13.552.685,48	12.561.955,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	31.000,00	30.999,41	28.245,17	30.999,41	28.245,17	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.506.783,52	10.242.420,52	9.820.408,78	9.921.054,87	9.642.537,94	321.365,65	177.870,84
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>24.358.950,29</b>	<b>23.795.106,00</b>	<b>22.382.363,78</b>	<b>23.473.740,35</b>	<b>22.204.492,94</b>	<b>321.365,65</b>	<b>177.870,84</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.496.215,46</b>	<b>3.190.701,49</b>	<b>2.751.272,34</b>	<b>3.021.128,26</b>	<b>2.250.159,45</b>	<b>169.573,23</b>	<b>501.112,89</b>
Investimentos	3.401.715,46	3.096.265,47	2.495.299,54	2.926.692,24	1.994.186,65	169.573,23	501.112,89
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	94.500,00	94.436,02	255.972,80	94.436,02	255.972,80	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.401.715,46</b>	<b>3.096.265,47</b>	<b>2.495.299,54</b>	<b>2.926.692,24</b>	<b>1.994.186,65</b>	<b>169.573,23</b>	<b>501.112,89</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>34.200,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>27.794.865,75</b>	<b>26.891.371,47</b>	<b>24.877.663,32</b>	<b>26.400.432,59</b>	<b>24.198.679,59</b>	<b>490.938,88</b>	<b>678.983,73</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-4.828.965,75</b>	<b>-496.928,01</b>	<b>-511.271,84</b>	<b>-5.989,13</b>	<b>167.711,89</b>	<b>25.903.504,58</b>	<b>23.687.407,75</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>857.011,49</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	857.011,49	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>-860.500,00</b>	

FONTE:

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVENBRO - DEZEMBRO

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES													RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)						
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015											
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	491.099,02	491.099,02	-	-	-	678.983,73	657.592,62	657.592,62	2.337,39	19.053,72	19.053,72						
EXECUTIVO	0,00	491.099,02	491.099,02	0,00	0,00	0,00	677.654,53	656.849,66	656.849,66	1.751,15	19.053,72	19.053,72						
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	491.099,02	491.099,02	0,00	0,00	0,00	677.654,53	656.849,66	656.849,66	1.751,15	19.053,72	19.053,72						
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.800,00	25.800,00	25.800,00	0,00	0,00	0,00						
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	0,00	1.307,85	1.307,85	0,00	0,00	0,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	0,00	0,00	0,00						
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,59	0,00	0,00	22,59	0,00	0,00						
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	159.266,37	159.266,37	0,00	0,00	0,00	16.812,25	16.537,25	16.537,25	275,00	0,00	0,00						
GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNI(	0,00	715,00	715,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇ	0,00	10.305,66	10.305,66	0,00	0,00	0,00	1.260,00	1.060,00	1.060,00	200,00	0,00	0,00						
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ES	0,00	300.604,18	300.604,18	0,00	0,00	0,00	213.016,40	209.113,02	209.113,02	333,38	3.570,00	3.570,00						
SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E I	0,00	1.040,00	1.040,00	0,00	0,00	0,00	259,50	259,50	259,50	0,00	0,00	0,00						
SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRC	0,00	7.110,00	7.110,00	0,00	0,00	0,00	359.171,40	343.687,68	343.687,68	0,00	15.483,72	15.483,72						
SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FIN/	0,00	10.749,96	10.749,96	0,00	0,00	0,00	23.312,39	22.392,21	22.392,21	920,18	0,00	0,00						
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.329,20	742,96	742,96	586,24	0,00	0,00						
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.329,20	742,96	742,96	586,24	0,00	0,00						
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	491.099,02	491.099,02	0,00	0,00	0,00	678.983,73	657.592,62	657.592,62	2.337,39	19.053,72	19.053,72						
FONTE:																		

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Valnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.330.200,00	1.330.200,00	1.518.654,66	114,17
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	160.000,00	160.000,00	174.802,92	109,25
1.1.1- IPTU	155.400,00	155.400,00	164.744,82	106,01
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	304,83	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	7.967,43	362,16
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.400,00	2.400,00	1.785,84	74,41
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	105.500,00	105.500,00	126.729,06	120,12
1.2.1- ITBI	105.500,00	105.500,00	126.729,06	120,12
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	616.600,00	616.600,00	733.327,80	118,93
1.3.1- ISS	611.900,00	611.900,00	729.146,27	119,16
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	400,00	400,00	423,91	105,98
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	4.300,00	4.300,00	3.316,38	77,13
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	441,24	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	448.100,00	448.100,00	483.794,88	107,97
1.4.1- IRRF	448.100,00	448.100,00	483.794,88	107,97
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	19.046.000,00	19.046.000,00	20.502.237,62	107,65
2.1- Cota-Parte FPM	6.481.900,00	6.481.900,00	7.222.301,84	111,42
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.481.900,00	6.481.900,00	7.222.301,84	111,42
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.450.300,00	11.450.300,00	12.177.125,26	106,35
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	48.700,00	48.700,00	48.572,40	99,74
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	178.700,00	178.700,00	173.995,73	97,37
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	8.030,98	535,40
2.6- Cota-Parte IPVA	884.900,00	884.900,00	872.211,41	98,57
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>20.376.200,00</b>	<b>20.376.200,00</b>	<b>22.020.892,28</b>	<b>108,07</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	—	0,00	25.486,23	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	25.486,23	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	198.900,00	198.900,00	189.245,85	95,15
6.1- Transferências de Convênios	198.900,00	198.900,00	189.245,85	95,15
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	660.500,00	660.500,00	1.006.472,09	152,38
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>859.400,00</b>	<b>859.400,00</b>	<b>1.221.204,17</b>	<b>142,10</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.709.200,00	3.709.200,00	4.004.700,06	107,97
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.196.380,00	1.196.380,00	1.348.714,86	112,73
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.290.060,00	2.290.060,00	2.435.424,06	106,35
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	9.740,00	9.740,00	9.714,48	99,74
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	35.740,00	35.740,00	34.799,20	97,37
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	1.606,12	535,37
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	176.980,00	176.980,00	174.441,34	98,57
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	3.445.100,00	3.445.100,00	3.745.222,42	108,71
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.445.100,00	3.445.100,00	3.716.545,22	107,88
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	28.677,20	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-264.100,00</b>	<b>-264.100,00</b>	<b>-288.154,84</b>	<b>109,11</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.703.714,48	2.829.705,51	2.829.705,28	100,00	2.829.705,28	100,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	331.810,40	357.255,61	357.255,61	100,00	357.255,61	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.371.904,08	2.472.449,90	2.472.449,67	100,00	2.472.449,67	100,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	741.385,52	915.768,17	915.755,91	100,00	878.055,91	95,88	37.700,00
14.1- Com Educação Infantil	377.385,52	450.289,06	450.276,80	100,00	450.276,80	100,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	364.000,00	465.479,11	465.479,11	100,00	427.779,11	91,90	37.700,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.445.100,00	3.745.473,68	3.745.461,19	100,00	3.707.761,19	98,99	37.700,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							3.745.461,19
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							75,56
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							24,45
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-0,01
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		5.094.050,00		5.094.050,00	5.505.223,07	108,07	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.079.195,92	1.260.044,67	1.247.771,78	99,03	1.247.550,13	99,01	221,65
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.773.654,68	4.145.389,61	4.143.175,93	99,95	4.040.510,44	97,47	102.665,49
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.735.904,08	2.937.929,01	2.937.928,78	100,00	2.900.228,78	98,72	37.700,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.037.750,60	1.207.460,60	1.205.247,15	99,82	1.140.281,66	94,44	64.965,49
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.852.850,60	5.405.434,28	5.390.947,71	99,73	5.288.060,57	97,83	102.887,14
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-288.154,84
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							28.677,20
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							333,38
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-259.144,26
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							5.650.091,97
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %							25,66
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	(f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	(h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	487.600,00	848.359,53	779.811,93	91,92	769.812,61	90,74	9.999,32
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	219.400,00	813.409,03	802.857,42	98,70	762.306,54	93,72	40.550,88
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	707.000,00	1.661.768,56	1.582.669,35	95,24	1.532.119,15	92,20	50.550,20
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.559.850,60	7.067.202,84	6.973.617,06	98,68	6.820.179,72	96,50	153.437,34

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	3.570,00	333,38
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	3.570,00	333,38
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	187.958,98	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.716.545,22	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.760.368,69	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	3.606.676,90	0,00
49.2 Restos a Pagar	153.691,79	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	28.677,20	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	172.812,71	0,00

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

## FONTE:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO<sup>1</sup> (I)</b>	<b>1.000.000,00</b>			<b>821.671,59</b>	<b>178.328,41</b>
<b>DESPESAS</b>					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	3.496.215,46	3.190.701,49	3.021.128,26	169.573,23	305.513,97
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>3.496.215,46</b>	<b>3.190.701,49</b>	<b>3.021.128,26</b>	<b>169.573,23</b>	<b>305.513,97</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-2.496.215,46</b>	<b>-2.369.029,90</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-127.185,56</b>

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de IpumirimJuliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00				105.550,00	-105.550,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				105.550,00	-105.550,00
<b>TOTAL</b>		0,00				105.550,00	-105.550,00

  

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00	0,00

  

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		12.959,12		117.859,12

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9



Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.330.200,00	1.330.200,00	1.518.654,66	114,17
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	155.400,00	155.400,00	164.744,82	106,01
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	105.500,00	105.500,00	126.729,06	120,12
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	611.900,00	611.900,00	729.146,27	119,16
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	448.100,00	448.100,00	483.794,88	107,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	400,00	400,00	728,74	182,19
Dívida Ativa dos Impostos	6.500,00	6.500,00	11.283,81	173,60
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.400,00	2.400,00	2.227,08	92,79
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.546.000,00	18.546.000,00	20.023.510,07	107,97
Cota-Parte FPM	5.981.900,00	5.981.900,00	6.743.574,29	112,73
Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	8.030,98	535,40
Cota-Parte IPVA	884.900,00	884.900,00	872.211,41	98,57
Cota-Parte ICMS	11.450.300,00	11.450.300,00	12.177.125,26	106,35
Cota-Parte IPI-Exportação	178.700,00	178.700,00	173.995,73	97,37
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	48.700,00	48.700,00	48.572,40	99,74
Desoneração ICMS (LC 87/96)	48.700,00	48.700,00	48.572,40	99,74
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	19.876.200,00	19.876.200,00	21.542.164,73	108,38
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	601,49	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	601,49	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)
			% (f/e)*100	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.710.909,23	6.655.885,22	6.345.766,47	94,96
Pessoal e Encargos Sociais	3.046.875,00	3.511.700,97	3.259.723,32	92,82
Outras Despesas Correntes	2.664.034,23	3.144.184,25	3.086.043,15	97,34
			95,34	94,96
			92,82	92,82
			98,15	97,34
				25.440,61
				0,00
				25.440,61

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) *100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) *100	
DESPESAS DE CAPITAL	26.000,00	40.835,40	38.965,78	95,42	38.965,78	95,42	0,00
Investimentos	26.000,00	40.835,40	38.965,78	95,42	38.965,78	95,42	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	5.736.909,23	6.696.720,62	6.384.732,25	95,34	6.359.291,64	94,96	25.440,61
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/VI) *100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) *100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.449.000,00	1.505.585,42	1.232.207,43	19,30	1.224.699,22	19,26	7.508,21
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.449.000,00	1.505.585,42	1.232.207,43	19,30	1.224.699,22	19,26	7.508,21
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCLADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCLADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	1.449.000,00	1.505.585,42	1.232.207,43	19,30	1.224.699,22	19,26	7.508,21
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	4.287.909,23	5.191.135,20	5.152.524,82	80,70	5.134.592,42	80,74	17.932,40
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VIh / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup>							23,92
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIh) - (15 x IIIB)/100]</b>							1.921.200,11

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2015	0,00	16.113,25	-16.113,25		0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>16.113,25</b>	<b>-16.113,25</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	275,00		0,00		275,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>275,00</b>		<b>0,00</b>		<b>275,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
Atenção Básica	3.640.975,00	4.291.194,08	4.025.294,34	63,05	4.010.760,04	63,07	14.534,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.804.334,23	2.081.387,58	2.059.817,67	32,26	2.048.911,36	32,22	10.906,31
Suporte Profilático e Terapêutico	94.000,00	109.712,69	106.914,27	1,67	106.914,27	1,68	0,00
Vigilância Sanitária	129.000,00	142.146,27	142.146,27	2,23	142.146,27	2,24	0,00
Vigilância Epidemiológica	68.600,00	72.280,00	50.559,70	0,79	50.559,70	0,80	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.736.909,23</b>	<b>6.696.720,62</b>	<b>6.384.732,25</b>	<b>100,00</b>	<b>6.359.291,64</b>	<b>100,00</b>	<b>25.440,61</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de IpumirimJuliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		23.965.900,00		
Previsão Atualizada		23.965.900,00		
Receitas Realizadas		27.525.882,57		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		857.011,49		
DESPESAS				
Dotação Inicial		23.965.900,00		
Créditos Adicionais		3.954.465,75		
Dotação Atualizada		27.920.365,75		
Despesas Empenhadas		27.016.806,90		
Despesas Liquidadas		26.525.868,02		
Despesas pagas		26.176.150,97		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		490.938,88		
Superavit Orçamentário		1.000.014,55		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.266.666,66	381.488,39	30,12
Resultado Primário		-860.500,00	-496.928,01	57,75
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	678.983,73	2.337,39	657.592,62	19.053,72
EXECUTIVO	677.654,53	1.751,15	656.849,66	19.053,72
LEGISLATIVO	1.329,20	586,24	742,96	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	491.099,02	0,00	491.099,02	0,00
EXECUTIVO	491.099,02	0,00	491.099,02	0,00
TOTAL:	1.170.082,75	2.337,39	1.148.691,64	19.053,72
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.650.091,97	25%	25,66
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.829.705,28	60%	75,56
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			821.671,59	178.328,41
Despesa de Capital Líquida			3.190.701,49	305.513,97
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IPUMIRIM - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		105.550,00	-105.550,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Limite Constitucional Anual	
		Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		5.152.524,82	15,00
			23,92
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
			0,00
Total das despesas/RCL (%)			

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IPUMIRIM, 16/01/2017

Volnei Antonio Schmidt  
 Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski  
 Contador CRCSC 026089/O-9

# Iratí

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03 - AMOSC

Estado de Santa Catarina  
Município de Iratí  
Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

A Comissão de Licitação do Município de Iratí, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto ..... : Contratação de Prestação de serviços e assessoramento técnico institucional através de todos os departamentos da AMOSC para aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Município.

Contratado ..... : ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA - AMOSC, CNPJ/MF 82.805.961/0001-38, com endereço na Avenida Getulio Vargas, 571-S, Centro, 89.801-970, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, VIII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

IRATI, SANTA CATARINA EM 11 DE JANEIRO DE 2017.

SÉRGIO PACHECO  
Comissão de Licitação  
Presidente

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04 - CIS AMOSC

Estado de Santa Catarina  
Município de Iratí  
Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

A Comissão de Licitação do Município de Iratí – Santa Catarina, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto ..... : Contratação de Prestação de serviços de saúde especializados de referência e maior complexidade a nível ambulatorial para a população através do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC.

Contratado ..... : CIS-AMOSC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina, CNPJ/MF 01.336.261/0001-40, com endereço na Avenida Getulio Vargas, 571-S, Sala 13 e 14, Centro, 89.801-970, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, incluído pelo art. 17 da Lei nº 11.107/2005 e do inciso. III, § 1º, do art. 2º, da Lei n. 11.107, de 2005.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

IRATI, SANTA CATARINA EM 11 DE JANEIRO DE 2017

SÉRGIO PACHECO  
Comissão de Licitação  
Presidente

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05 - CIDEMA

Estado de Santa Catarina  
Município de Iratí  
Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2017

A Comissão de Licitação do Município de Iratí, Estado de Santa Catarina, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto ..... : Contratação de serviços destinados a promover e acelerar o desenvolvimento econômico, social e as medidas destinadas à recuperação, conservação e preservação do meio ambiente através do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e do Meio Ambiente – CIDEMA.

Contratado ..... : CIDEMA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE, CNPJ/MF 03.455.536/0001-90, com endereço na Avenida Getulio Vargas, 571-SS, Centro, 89.801-970, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, incluído pelo art. 17 da Lei n. 11.107/2005 e do inciso. III, § 1º, do art. 2º, da Lei n. 11.107, de 2005

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

IRATI, SANTA CATARINA EM 11 DE JANEIRO DE 2017.

SÉRGIO PACHECO  
Presidente da Comissão de Licitações

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06 - CIGA

Estado de Santa Catarina  
Município de Iratí  
Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2017

A Comissão de Licitação do Município de Iratí, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto ..... : Contratação de Serviços de Tecnologia da Informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA.

Contratado ..... : Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, incluído pelo art. 17 da Lei n. 11.107/2005 e do inciso. III, § 1º, do art. 2º, da Lei n. 11.107, de 2005.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

IRATI, SANTA CATARINA EM 11 DE JANEIRO DE 2017.

SÉRGIO PACHECO  
Comissão de Licitação  
Presidente

Certifico que este extrato foi afixado no Mural Público conforme Portaria 102/2010 nesta data, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017, conforme Publicação N.º \_\_\_\_/2017

ANELISE MORETTI  
Responsável p/ publicação

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07 - FECAM

Estado de Santa Catarina  
Município de Irati  
Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº07/2017

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr NEURI MEURER, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto ..... : Contratação de Prestação de serviços e assessoramento técnico institucional através de todos os departamentos da FECAM para aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Município e visando o fortalecimento do Municipalismo.

Contratado ..... : FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS, CNPJ/MF 75.303.982/0001-90, com endereço na Rua Santos Saraiva, Nº 1546, Estreito, CEP 88-070-101 Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, VIII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. ANTONIO GRANDO, Prefeito Municipal.

IRATI, SANTA CATARINA EM 11 de janeiro de 2017

SERGIO PACHECO  
Comissão de Licitação  
Presidente

Certifico que este extrato foi afixado no Mural Público conforme Portaria 102/2010 nesta data.  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/2017, conforme Publicação N.º \_\_\_\_/2017 -

ANELISE MORETTI  
Responsável p/ publicação

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08 - CONSTRUIR CONCURSOS

	ESTADO DE SANTA CATARINA
	Prefeitura Municipal de Irati

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Administrativo nº 008/2017  
Dispensa nº 006/2017

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. Neuri Meurer, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE IRATI/SC.

Contratado ..... : Empresa: CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME, CNPJ: 19.871.211/0001-28, Avenida Sul Brasil, 156 sala 204, Centro de Maravilha/SC. Representante Legal da Empresa Fernanda Buratto.

Valor Total:: R\$ 7.890,00 (sete mil, oitocentos e noventa reais).

Fundamento Legal...: art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. Neuri Meurer, Prefeito Municipal.

Irati - SC, 12 de janeiro de 2017.  
Sergio Pacheco  
Presidente

Certifico que este extrato foi afixado no Mural Público conforme Portaria 102/2010 nesta data.  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/2017, conforme Publicação N.º \_\_\_\_/2017 -

ANELISE MORETTI  
Responsável p/ publicação

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10 - CNM

Estado de Santa Catarina  
Município de Irati  
Rua João Beux Sobrinho, 385 – Centro – CEP 89.856-000

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº10/2017

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr NEURI MEURER Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto ..... : Contratação de Prestação de serviços e assessoramento técnico institucional através da CNM para aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Município e visando o fortalecimento do Municipalismo .

Contratado ..... : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS, CNPJ/MF 07.703.57/000183, com endereço na SCRS 505, Bloco C Lote 01, 3º andar, CEP 70.350-530, Brasília, Distrito Federal.

Fundamento Legal...: art. 24, VIII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. NEURI MEURER, Prefeito Municipal.

IRATI, SANTA CATARINA EM 13 de janeiro de 2017

SERGIO PACHECO  
Comissão de Licitação  
Presidente

Certifico que este extrato foi afixado no Mural Publico conforme Portaria 102/2010 nesta data.

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017, conforme Publicação N ° \_\_\_\_ /2017

ANELISE MORETTI  
Responsável p/ publicação



# Irineópolis

## PREFEITURA

### ATA RP PROC 10/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 10/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 10/2016, Pregão Presencial nº 03/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak- Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Fernando de Lacerda - representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Gesse Bonfim - representante da empresa Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Sr. Andre Trzcinski - representante da empresa Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Reginaldo José de Almeida - representante da empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda; Sr. Paulo Ricardo Silveira representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira - representante da empresa LA Dalla Porta Junior; Sr. Claudio Pereira do Rosário - representante da empresa Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda, Sr. Marcelo kuchla representante da empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda; Sr. Jose Carlos Malkowski - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Josias Bolduan - representante da empresa Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Antoni Senhorin de Souza - representante da empresa A.G. Kienen e Cia Ltda; Sr. Arlei Donizete Prandi - representante da empresa Medicamentos de AZ Eireli EPP.A empresa Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda encaminhou seus envelopes através da empresa Expresso São Miguel CTE 788314.A empresa Prohosp medicamentos e diagnóstica encaminhou seus envelopes através da empresa Brasileira de Correios e Telegrafos pelo Sedex DV403857941BR.Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; LA Dalla Porta Junior; Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda,Prati Donaduzzi & Cia Ltda; Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda; A.G. Kienen e Cia Ltda; Medicamentos de AZ Eireli EPP seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.Encerrou-se a sessão as 11:30h com retorno marcado as 13:30h.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 10/2016, Pregão Presencial nº 03/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak- Pregoeira, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Fernando de Lacerda - representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Gesse Bonfim - representante da empresa Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Sr. Andre Trzcinski - representante da empresa Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Reginaldo José de Almeida - representante da empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda; Sr. Paulo Ricardo Silveira representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira - representante da empresa LA Dalla Porta Junior; Sr. Claudio Pereira do Rosário - representante da empresa Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda, Sr. Marcelo kuchla representante da empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda; Sr. Jose Carlos Malkowski - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Josias Bolduan - representante da empresa Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Antoni Senhorin de Souza - representante da empresa A.G. Kienen e Cia Ltda; Sr. Arlei Donizete Prandi - representante da empresa Medicamentos de AZ Eireli EPP.Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; LA Dalla Porta Junior; Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda,Prati Donaduzzi & Cia Ltda; Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda; A.G. Kienen e Cia Ltda; Medicamentos de AZ Eireli EPP e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A G Kienen & Cia Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
002	Aciclovir	200 mg	comprimido	5.000	BELFAR	0,28	1.400,00
029	Carbamazepina	20 mg/ml	suspensão oral 100ml	100	U QUIMICA	5,45	545,00
047	Cloridrato de Clorpromazina	100 mg	comprimido	5.000	U QUIMICA	0,18	900,00
052	Fosfato dissódico de Dexametasona	4 mg/ml	solução injetável 2,5 ml	1.000	TEUTO	0,69	690,00
062	Dissulfiram	250 mg	comprimido	3.000	SANOFI	0,36	1.080,00
063	Mesilato de Doxasosina	2mg	comprimido	7.000	EMS	0,13	910,00
073	Fenobarbital	100 mg	comprimido	6.000	U QUIMICA	0,08	480,00
106	Cloridrato de Lidocaína,	20 mg/g (2%)	gel 30g	100	PHARLAB	1,55	155,00

108	Cloridrato de Lidocaína, + epinefrina	20mg/ml (2%) + 0,005 mg/ml	solução injetável 20 ml	50	HYPOFARMA	2,95	147,50
123	Cloridrato de Metoclopramida	5 mg/ml	solução injetável 2ml	700	ISOFARMA	0,31	217,00
143	Cloridrato de Oxibutinina	5mg	comprimido	2.000	APSEN	0,73	1.460,00
150	Complexo B Polivitamínico	-	solução injetável 2 ml	500	HYPOFARMA	0,75	375,00
	TOTAL						8.359,50

## Agil Distribuidora de Medicamentos

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
001	Ácido Acetilsalicílico	100 mg	comprimido	70.000	SOBRAL	0,02	1.400,00
004	Água para injeção	-	ampola 5ml	200	SAMTEC	0,16	32,00
024	Bisacodil	5 mg	comprimido	1.000	CIMED	0,12	120,00
041	Cloridrato de Clomipramina	25 mg	comprimido	5.000	EMS	0,62	3.100,00
055	Diazepam	5 mg	comprimido	50.000	SANTISA	0,04	2.000,00
072	Fenitoína sódica	100 mg	comprimido	10.000	TEUTO	0,20	2.000,00
174	Acetonida de Triancinolona	1mg/g	pomada bucal 10g	100	GERMED	3,71	371,00
	TOTAL						9.023,00

## Altermed Material Medico Hospitalar Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
007	Alendronato de sódio	70 mg	comprimido	1.000	ELOFAR	0,25	250,00
010	Cloridrato de Amitriptilina	25 mg	comprimido	150.000	TEUTO	0,04	6.000,00
021	Benzilpenicilina benzatina	600.000 UI	pó para suspensão injetável	200	TEUTO	2,50	500,00
025	Carbonato de Cálcio	500 mg	comprimidos	5.000	IMEC	0,04	200,00
030	Carvedilol	25 mg	comprimido	25.000	TORRENT	0,16	4.000,00
031	Carvedilol	6,25 mg	comprimido	80.000	TORRENT	0,10	8.000,00
057	Digoxina	0,25 mg	comprimido	20.000	TEUTO	0,04	800,00
066	Butilbrometo Escopolamina,	20 mg/ml	solução injetável 1ml	1.000	UNIÃO QUÍMICA	0,89	890,00
070	Espironolactona	25 mg	comprimido	25.000	ASPEN	0,13	3.250,00
078	Ácido Fólico,	5 mg	comprimido	20.000	NATULAB	0,05	1.000,00
083	Gliclazida MR	30mg	comprimido	700	TORRENT	0,35	245,00
095	Iodo polividona degermante	10%	solução 1000ml	100	VIC PHARMA	14,79	1.479,00
096	Iodo polividona tópico	10%	solução 1000ml	100	VIC PHARMA	14,79	1.479,00
107	Cloridrato de Lidocaína,	20mg/ml (2%)	solução injetável 20 ml	50	HIPOLABOR	2,06	103,00
133	Nimesulida	50mg/ml	suspensão oral (gotas) 15ml	700	VITAPAN VITA-MEDIC	1,24	868,00
148	Permanganato de potássio	100mg	comprimido	1.500	FARMAX AMARAL	0,06	90,00
161	Ringer com lactato		soro 500ml	100	FRESENIUS KABI BRASI	3,23	323,00
168	Sulfametoxazol+trimetoprima	40mg/ml + 8mg/ml	suspensão oral 50ml	700	TEUTO	0,82	574,00
171	Sulfato ferroso	25mg/ml	solução oral gotas 30ml	500	HIPOLABOR	0,69	345,00
	TOTAL R\$						30.396,00

## Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
011	Amoxicilina	500 mg	comprimido ou cápsula	30.000	TEUTO	0,14	4.200,00
048	Fosfato de Codeína	30 mg	comprimido	30.000	CRISTALIA	0,81	24.300,00
076	Fluconazol	150 mg	comprimido	3.000	MED QUÍMICA	0,20	600,00
091	Hidróxido de alumínio	61.5 mg/ml (6%)	suspensão oral 100ml	1.000	IFAL	1,80	1.800,00
110	Cloridrato de Loperamida	2 mg	comprimido	2.000	PHARMASCIENSE	0,11	220,00
113	Losartana potássica	50 mg	comprimido	150.000	PRATI D.	0,04	6.000,00
117	Cloridrato de Metformina	500 mg	comprimido	30.000	PRATI D.	0,06	1.800,00

135	Nitrofurantoína	100 mg	cápsula	1.500	TEUTO	0,15	225,00
137	Enantato de Noretisterona + valerato de estradiol	50 + 5 mg/ml	solução injetável	200	MABRA	6,00	1.200,00
139	Cloridrato de Nortriptilina	50 mg	comprimido	5.000	RAMBAXY	0,47	2.350,00
140	Omeprazol	20 mg	cápsula	170.000	PRATI D.	0,04	6.800,00
141	Cloridrato de Ondansetrona	4mg	comprimido dispersível	3.000	BIOLAB	2,30	6.900,00
162	Sais para reidratação	-	pó para solução oral 27,9	3.000	IFAL	0,45	1.350,00
	TOTAL R\$						57.745,00

## Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
032	Cefalexina	500 mg	comprimido	30.000	AUROBINDO	0,44	13.200,00
120	Cloridrato de Metilfenidato	10 mg	comprimido	2.000	NOVARTIS	0,92	1.840,00
121	Cloridrato de Metilfenidato LA	20mg	cápsula	1.000	NOVARTIS	6,27	6.270,00
136	Noretisterona	0,35 mg	cartela com 35 comprimido	500	BIOLAB	6,60	3.300,00
176	Valproato de sódio	500 mg	comprimido	30.000	ABBOTT	0,59	17.700,00
	TOTAL						42.310,00

## Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
043	Cloreto de sódio	9 mg/ml (0,9%)	solução nasal 30ml	1.000	MEDQUIMICA	0,60	600,00
045	Cloreto de sódio	0,9%	solução fisiológica 250ml	2.500	FRESENIUS KABI	2,15	5.375,00
046	Cloreto de sódio	0,9%	solução fisiológica 500ml	2.000	FRESENIUS KABI	2,52	5.040,00
060	Dipirona sódica	500 mg/ml	solução oral 10ml	2.000	FARMACE	0,56	1.120,00
084	Glicose	50mg/ml (5%)	soro glicofisiológica 500ml	700	SANOBIOL	2,70	1.890,00
085	Glicose	5%	soro glicosado 250ml	500	SANOBIOL	2,15	1.075,00
086	Glicose	5%	soro glicosado 500ml	500	SANOBIOL	2,48	1.240,00
109	Carbonato de Lítio	300 mg	comprimido	12.000	HIPOLABOR	0,15	1.800,00
116	Acetato de Medroxiprogesterona	150 mg/ml	suspensão injetável 1ml	500	UNIÃO QUÍMICA	9,90	4.950,00
138	Norfloxacino	400 mg	comprimido	3.000	MEDQUIMICA	0,15	450,00
173	Cloridrato de Tramadol	50 mg	comprimido	20.000	HIPOLABOR	0,09	1.800,00
	TOTAL						25.340,00

## Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
016	Besilato de Anlodipino	5 mg	comprimido	50.000	TEUTO	0,02	1.000,00
023	Cloridrato de Biperideno	2 mg	comprimido	15.000	U. QUÍMICA	0,18	2.700,00
036	Cetoconazol	20mg/g (2%)	xampu 100 ml	500	NATIVITA	3,95	1.975,00
042	Clonazepam	2,5 mg/ml	solução oral 20 ml	2.000	HIPOLABOR	1,40	2.800,00
082	Glibenclâmida	5 mg	comprimido	50.000	MEDQUIMICA	0,02	1.000,00
088	Haloperidol	5 mg	comprimido	12.000	U. QUÍMICA	0,10	1.200,00
089	Hidroclorotiazida	25 mg	comprimido	100.000	CIMED	0,02	2.000,00
153	Prednisona	20mg	comprimido	10.000	HYPERMARCAS	0,17	1.700,00
	TOTAL R\$						14.375,00

## Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
009	Cloridrato de Amiodarona	200 mg	comprimido	15.000	GEOLAB	0,26	3.900,00
018	Azitromicina	500 mg	comprimido	5.000	MEDQUIMICA	0,41	2.050,00
022	Dicloridrato de Betaistina	24 mg	comprimido	20.000	ALTHAIA	0,26	5.200,00

035	Ceftriaxona	1 g	pó para solução injetável	100	BLAU	1,45	145,00
039	Citalopram	20 mg	comprimido	40.000	ZYDUS	0,14	5.600,00
053	Maleato de Dexclorfeniramina	2 mg	comprimido	20.000	GEOLAB	0,05	1.000,00
071	Etinilestradiol + levonorgestrel	0,03 mg + 0,15 mg	cartela com 21 drágeas	3.000	MABRA	0,55	1.650,00
077	Cloridrato de Fluoxetina	20 mg	comprimido	80.000	TEUTO	0,04	3.200,00
081	Furosemda	10 mg/ml	solução injetável 2ml	150	TEUTO	0,43	64,50
099	Mononitrato de Isossorbida	20 mg comprimido 2.000 ZYDUS 0,07					140,00
102	Levofloxacino	500 mg	comprimido	7.000	ZYDUS	0,75	5.250,00
111	Loratadina	10 mg	comprimido	15.000	CIMED	0,05	750,00
124	Cloridrato de Metoclopramida	4mg/ml	solução oral 10 ml	1.500	MARIOL	0,53	795,00
132	Nimesulida	100mg	comprimido	50.000	CIMED	0,05	2.500,00
142	Oxcarbazepina	600mg	comprimido	25.000	RANBAXY	0,88	22.000,00
146	Cloridrato de Paroxetina	20 mg	comprimido	30.000	ZYDUS	0,15	4.500,00
164	Cloridrato de Sertralina	50 mg	comprimido	100.000	GEOLAB	0,11	11.000,00
	TOTAL R\$						69.744,50

## L A DALLA PORTA JUNIOR EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
008	Alopurinol	100 mg	comprimido	15.000	PRATI	0,05	750,00
020	Benzilpenicilina benzatina	1.200.000 UI	pó para suspensão injetável	300	TEUTO	3,03	909,00
051	Dexametasona	0,1 mg/ml	elixir 100 ml	2.000	FARMACE	1,24	2.480,00
069	Butilbrometo Escopolamina, + dipirona sódica	10 mg + 250 mg	comprimido	20.000	PHARLAB	0,42	8.400,00
100	Ivermectina	6 mg	comprimido	700	VITAMEDIC	0,37	259,00
104	Levotiroxina sódica	50 mg	comprimido	25.000	ACHE	0,06	1.500,00
126	Metronidazol	400mg	comprimido	5.000	TEUTO	0,32	1.600,00
127	Metronidazol	20mg/g (2%)	creme vaginal 50g	700	PRATI	3,59	2.513,00
128	Nitrato de Miconazol	20mg/g (2%)	creme dermatológico 28g	700	PRATI	1,30	910,00
147	Pasta d'água		pasta	300	VIC PHARMA	2,86	858,00
149	Permetrina	10 mg/g (1%)	loção 60ml	500	NATIVITA	1,26	630,00
154	Prednisona	5mg	comprimido	10.000	VITAMEDIC	0,08	800,00
163	Secnidazol	1000mg	comprimido	700	PHARLAB	0,45	315,00
167	Sulfadiazina de prata	10 mg/g (1%)	creme 50g	1.000	PRATI	3,70	3.700,00
172	Maleato de Timolol	2,5 mg/ml (0,25%)	solução oftálmica 5ml	100	TEUTO	1,30	130,00
	TOTAL R\$						25.754,00

## Medicamentos de AZ Eireli EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
061	Dipirona sódica	500 mg/ml	solução injetável 2 ml	1.000	SANTISA	0,42	420,00
065	Oxalato de Escitalopram	10mg	comprimido	10.000	EMS	0,20	2.000,00
067	Butilbrometo Escopolamina,	10 mg	comprimido	10.000	UNIÃO QUÍMICA	0,42	4.200,00
074	Fenobarbital	40 mg/ml	solução oral 20 ml	200	SANVAL	2,00	400,00
098	Isoflavona de soja	150 mg	comprimido	600	PHARLASCIENTE	0,35	210,00
129	Nitrato de Miconazol	20mg/g (2%)	creme vaginal 80g	700	HIPOLABOR	3,98	2.786,00
155	Cloridrato de Prometazina	25mg/ml	solução injetável 2 ml	200	SANVAL	1,18	236,00
156	Cloridrato de Propranolol	40 mg	comprimido	50.000	TEUTO	0,02	1.000,00
178	Varfarina	5mg	comprimido	10.000	UNIÃO QUÍMICA	0,09	900,00
	TOTAL R\$						12.152,00

## Prati, Donaduzzi &amp; Cia Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/ COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁ- RIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
003	Aciclovir	50 mg/g	creme dermatológico 10g	300	PRATI	1,95	585,00
006	Albendazol	40mg/ml	suspensão oral 10 ml	2.000	PRATI	0,97	1.940,00
015	Ampicilina	500 mg	comprimido ou cápsula	1.000	PRATI	0,16	160,00
017	Atenolol	50 mg	comprimido	50.000	PRATI	0,03	1.500,00
019	Azitromicina	40 mg/ml	pó para suspensão oral	3.000	PRATI	2,45	7.350,00
038	Cloridrato de Ciprofloxacino	500 mg	comprimido	30.000	PRATI	0,16	4.800,00
054	Maleato de Dex- clorfeniramina	0,4 mg/ml	solução oral 100 ml	2.000	PRATI	0,93	1.860,00
058	Dimeticona	40 mg	comprimido	2.000	PRATI	0,08	160,00
059	Dipirona sódica	500 mg	comprimido	80.000	PRATI	0,06	4.800,00
075	Bromidrato de Fenoterol	5mg/ml	solução inalatória 20ml	700	PRATI	2,15	1.505,00
080	Furosemida 40 mg comprimido 40.000 PRATI					0,03	1.200,00
097	Brometo de Ipra- trópico	0,25 mg/ml	solução inalatória 20 ml	1.500	PRATI	0,60	900,00
112	Loratadina	1 mg/ml	xarope 100 ml	1.000	PRATI	1,71	1.710,00
118	Cloridrato de Metformina	850 mg	comprimido	50.000	PRATI	0,05	2.500,00
125	Metronidazol	250mg	comprimido	10.000	PRATI	0,09	900,00
134	Nistatina	100.000 UI/ml	suspensão oral 50ml	500	PRATI	2,15	1.075,00
152	Fosfato de Predni- solona	4,02 mg/ml (3 mg/ml)	solução oral 100 ml	1.000	PRATI	5,75	5.750,00
169	Sulfametoxazol+- trimetoprima	400mg + 80mg	comprimido	5.000	PRATI	0,09	450,00
170	Sulfato ferroso	40mg	comprimido	30.000	PRATI	0,03	900,00
177	Valproato de sódio	50mg/ml	xarope 100ml	50	PRATI	2,10	105,00
179	Cloridrato de Verapamil	80 mg	comprimido	6.000	PRATI	0,06	360,00
		TOTAL R\$					40.510,00

## Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/ COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNI- TÁRIO R\$	PREÇO TO- TAL R\$
040	Clobazam	20 mg	comprimido	5.000	URBANIL SANOFI	0,61	3.050,00
	TOTAL R\$						3.050,00

## Promefarma Representações Comerciais Ltda

ITEM	DESCRIÇÃO	CONCENTRAÇÃO/ COMPOSIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
005	Albendazol	400 mg	comprimido	5.000	GREENPHAR- MA	0,42	2.100,00
013	Amoxicilina + clavulanato de potássio	500 mg +125 mg	comprimido	25.000	SANDOZ	0,64	16.000,00
014	Amoxicilina + clavulanato de potássio 50 mg/ml +12,5 mg/ml suspensão oral 75ml 1.500 SANDOZ 8,50						12.750,00
026	Carbonato de Cálcio + cole- calciferol	500mg + 400 UI	comprimidos	20.000	NATULAB	0,17	3.400,00
027	Captopril	25 mg	comprimido	100.000	SANVAL	0,02	2.000,00
028	Carbamazepina	200 mg	comprimido	50.000	TEUTO	0,06	3.000,00



033	Cefalexina	50mg/ml	pó para suspensão oral 60 ml	2.000	TEUTO	5,59	11.180,00
037	Cetoprofeno	50mg/ml	solução injetável 2ml	3.000	UNIÃO QUÍMICA	1,35	4.050,00
044	Cloreto de sódio	0,9%	solução fisiológica 100ml	2.000	FARMACE	1,75	3.500,00
049	Deltametrina	0,2mg/ml	shampoo 100ml	1.000	MEDQUÍMICA	4,93	4.930,00
050	Dexametasona	1 mg/g (0,1%)	creme 10 g	3.000	SANVAL	0,57	1.710,00
064	Maleato de Enalapril	10 mg	comprimido	100.000	MEDQUÍMICA	0,04	4.000,00
068	Butilbrometo Escopolamina, + dipirona monoidratada	4mg/ml + 500 mg/ml	solução injetável 5 ml	1.000	FARMACE	1,29	1.290,00
079	Ácido Fólico	0,2 mg/ml	solução oral 30ml	100	NATULAB	5,15	515,00
087	Guaco (Mikania glomerata)	35mg/ml	xarope 100ml	2.000	NATULAB	1,92	3.840,00
090	Succinato de Hidrocortisona	500 mg	pó para solução injetável 4ml	200	UNIÃO QUÍMICA	5,40	1.080,00
092	Ibuprofeno	600 mg	comprimido	100.000	TEUTO	0,07	7.000,00
093	Ibuprofeno	50 mg/ml	suspensão oral 30 ml	3.000	NATULAB	0,99	2.970,00
101	Lactulose	667 mg/ml	xarope 120 ml	1.500	NATURELIFE	6,70	10.050,00
103	Levotiroxina sódica	100 mg	comprimido	12.000	MERCK	0,08	960,00
105	Levotiroxina sódica	25 mg	comprimido	30.000	MERCK	0,07	2.100,00
115	Mebendazol	20 mg/ml	suspensão oral 30ml	500	NATULAB	1,00	500,00
122	Cloridrato de Metoclopramida	10 mg	comprimido	25.000	HIPOLABOR	0,07	1.750,00
144	Paracetamol	500mg	comprimido	120.000	HIPOLABOR	0,04	4.800,00
145	Paracetamol	200mg/ml	solução oral gotas 15ml	3.000	HIPOLABOR	0,50	1.500,00
157	Protetor solar	fator 30	frasco 120ml	100	COSMODERMA	7,40	740,00
159	Cloridrato de Ranitidina	150mg	comprimido	50.000	MEDQUÍMICA	0,06	3.000,00
160	Acetato de Retinol + colestifol	50.000 UI/ml + 10.000UI/ml	solução oral 10ml	500	NATULAB	4,50	2.250,00
165	Sinvastatina	20mg	comprimido	40.000	SANDOZ	0,05	2.000,00
175	Triquilar	-	cartela com 21 comprimidos	1.000	BAYER	6,85	6.850,00
	TOTAL R\$						121.815,00

Irineópolis, 01 de janeiro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

### ATA RP PROC 12/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 12/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Pregos, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 12/2016, Pregão Presencial nº 04/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher; Sra. Andressa Bendlin; e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Luiz Carlos da Rosa - representante da empresa Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Alessandro dos Santos Leal - representante da empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira - representante da empresa L.A Dalla Porta Junior; Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Odontomedi produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda; Sr. Adalberto Luiz Reese - representante da empresa Starmed Artigos Médicos e Hospitalares Ltda; Sr. Regis Luan Cardoso de Souza - representante da empresa Litoral Comercio de Produtos Medicos Eireli ME e Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. A empresa Starmed Artigos Médicos e Hospitalares Ltda foi desclassificada de acordo com item 5, subitem 5.1, alínea "b" problema na leitura do arquivo. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório.

Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda; L.A Dalla Porta Junior; Odontomedi produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda; Litoral Comercio de Produtos Medicos Eireli ME e Altermed Material Medico Hospitalar Ltda seguem classificadas para

a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 12/2016, Pregão Presencial nº 04/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher; Sra. Andressa Bendlin; e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Luiz Carlos da Rosa - representante da empresa Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Alessandro dos Santos Leal - representante da empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira - representante da empresa L.A Dalla Porta Junior; Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Odontomedi produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda; Sr. Adalberto Luiz Reese - representante da empresa Starmed Artigos Médicos e Hospitalares Ltda; Sr. Regis Luan Cardoso de Souza - representante da empresa Litoral Comercio de Produtos Medicos Eireli ME e Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda; L.A Dalla Porta Junior; Odontomedi produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda; Litoral Comercio de Produtos Medicos Eireli ME e Altermed Material Medico Hospitalar Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Os representantes das empresas proponentes não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Altermed Material Medico Hospitalar Ltda

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
010	Unidade	Agulha descartável 13X3 para insulina	12.000	SR	0,08	960,00
012	Unidade	Agulha descartável 20X5,5	2.000	LAMEDID SOLIDOR PROC	0,07	140,00
013	Unidade	Agulha descartável 25X6	3.000	LAMEDID SOLIDOR PROC	0,07	210,00
014	Unidade	Agulha descartável 25X7	3.000	LAMEDID SOLIDOR PROC	0,07	210,00
015	Unidade	Agulha descartável 25X8	5.000	LAMEDID SOLIDOR PROC	0,07	350,00
016	Unidade	Agulha descartável 30X7	7.000	LAMEDID SOLIDOR PROC	0,07	490,00
024	Unidade	Andador articulado em alumínio 702/704	02	AG	98,86	197,72
026	Unidade	Aplicador de creme vaginal	3.000	ELYPLAST	0,82	2.460,00
032	Unidade	Bandagem triangular em algodão tamanho G	10	RESGATE SP	8,76	87,60
034	Unidade	Bandagem triangular em algodão tamanho P	10	MARIMAR	4,24	42,40
037	Pacote	Bateria para AED Plus com 10 unidades (desfibrilador)	02	ZOLL	744,24	1.488,48
046	Unidade	Caixa para esterilização 18X08X03 em aço inox canto arredondados	05	FAMI LUMINOX	34,48	172,40
052	Unidade	Caneta clínica tipo lanterna	20	MD	8,66	173,20
056	Unidade	Colar cervical 4X1 em pvc	04	VNO	28,24	112,96
058	Unidade	Colar cervical neonatal	02	RESGATE SP	15,75	31,50
059	Unidade	Colar cervical P	08	RESGATE SP	15,62	124,96
060	Unidade	Colar cervical pediátrico	05	RESGATE SP	15,40	77,00
073	Pacote	Eletrodo adesivo 5X5 com 04 unidades	30	VALUTRODE	26,00	780,00
074	Unidade	Eletrodo para desfibrilação adulto CPR Stat-PadZ (DEA Zoll Plus)	04	ZOLL	1.290,00	5.160,00
075	Unidade	Eletrodo Pedi PadZ II para desfibrilação infantil (DEA Zoll Plus)	02	ZOLL	1.890,00	3.780,00
078	Unidade	Escada 02 degraus em aço 40X34X40 cm	02	MARCOS MOVEIS	56,49	112,98
084	Pacote	Espátula de Ayres de madeira com 100 unidades	50	THEOTO	5,00	250,00
085	Unidade	Espéculo vaginal descartável médio	1.000	CRAL	0,76	760,00
088	Unidade	Estetoscópio com mangueira simples infantil	10	GLICOMED ACCUMED PRE	13,12	131,20
102	Unidade	Foco auxiliar clínico ginecológico FC 300 220V, garantia mínima de 01 ano	02	VAGALUMI	237,69	475,38
103	Unidade	Frasco para alimentação enteral	200	BIOBASE	0,85	170,00
105	Galão	Gel para Ecg com 05 litros	10	VIC PHARMA	15,53	155,30
106	Unidade	Imobilizador de cabeça (coxim) tamanho adulto com velcro	02	RESGATE SP	145,86	291,72
117	Unidade	Lanterna pupilar	03	MD	8,66	25,98
119	Unidade	Lixeira inox 13 litros com pedal	02	MOR	84,73	169,46
133	Unidade	Máscara de oxigênio com reservatório adulto	30	MD	10,73	321,90
134	Unidade	Máscara de oxigênio com reservatório infantil	20	MD	10,73	214,60
136	Unidade	Máscara para nebulização adulta	20	NEVONI	3,42	68,40
137	Unidade	Máscara para nebulização infantil	20	NEVONI	3,42	68,40
138	Par	Muleta axilar em alumínio com regulagem de altura tamanho médio	02	SEQUENCIAL	49,43	98,86
139	Par	Muleta canadense fixa 312X500	02	CARCI	42,37	84,74
143	Unidade	Oxímetro de dedo com sensor adulto/infantil	05	EIMETA	197,71	988,55
147	Unidade	Pêra de borracha para ECG (adulto)	24	MISSOURI	2,35	56,40
148	Unidade	Pinça anatômica dente de rato reta 12 cm	10	STARK	5,08	50,80



149	Unidade	Pinça anatômica reta 12 cm	10	STARK	4,94	49,40
151	Unidade	Pinça foester curva 18 cm	02	STARK	25,42	50,84
152	Unidade	Pinça kelly curva 12 cm	06	STARK	12,00	72,00
153	Unidade	Pinça kelly reta 12 cm	10	STARK	4,94	49,40
154	Unidade	Pinça mixer baby 14 cm	06	STARK	25,42	152,52
155	Unidade	Porta agulha mayo hegar 12 cm	10	STARK	11,02	110,20
161	Unidade	Reanimador manual pediátrico com máscara e reservatório	02	MD	169,47	338,94
162	Unidade	Refil sabonete bico de silicone 800 ml	100	COSMODERMA	7,81	781,00
163	Galão	Sabonete líquido perfumado 05 litros	20	VIC PHARMA	15,53	310,60
167	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 200 litros com tarja de identificação c/ 100 un	10	RAVA	47,30	473,00
168	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 40 litros com tarja de identificação c/ 100 un	50	RAVA	12,85	642,50
169	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 60 litros com tarja de identificação c/ 100 un	30	RAVA	17,79	533,70
177	Unidade	Scalp nº 25	300	LAMEDID SOLIDOR PROC	0,20	60,00
181	Unidade	Seringa descartável 20 ml sem agulha	1.000	SR	0,37	370,00
182	Unidade	Seringa descartável 3 ml sem agulha	3.000	SR	0,12	360,00
183	Unidade	Seringa descartável 5 ml sem agulha	5.000	SR	0,14	700,00
184	Unidade	Seringa para insulina 1ml 6mm com agulha 0,25mm	10.000	SR	0,52	5.200,00
193	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 12	100	LAMEDID SOLIDOR PROC	3,14	314,00
195	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 16	200	LAMEDID SOLIDOR PROC	3,14	628,00
196	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 18	50	LAMEDID SOLIDOR PROC	3,14	157,00
200	Unidade	Sonda nasogástrica nº 12 longa	100	BIOSANI	0,75	75,00
218	Pacote	Tala de alumínio de dedo 2,6mmX25cm com 12 unidades	02	MSO	11,54	23,08
225	Unidade	Tesoura metzbaum curva 12 cm	06	STARK	13,42	80,52
226	Unidade	Tesoura metzbaum reta 12 cm	06	STARK	13,42	80,52
227	Unidade	Tesoura para bandagem 19 cm vermelha	03	MD	21,45	64,35
228	Unidade	Tesoura spencer 12 cm	06	STARK	15,53	93,18
229	Unidade	Tirante aranha adulto	05	FIBRA RESGATE	38,96	194,80
230	Unidade	Tirante aranha infantil	03	FIBRA RESGATE	38,54	115,62
231	Par	Tornozeloira/caneleira 01 kg	02	BAGUN	25,42	50,84
232	Par	Tornozeloira/caneleira 02 kg	02	BAGUN	29,66	59,32
233	Par	Tornozeloira/caneleira 03 kg	02	BAGUN	42,37	84,74
236	Par	Tornozeloira/caneleira 500 gr	02	BAGUN	21,18	42,36
238	Metro	Tube de látex garrote	20	BIOSANI	1,46	29,20
TOTAL R\$ 33.889,52 (trinta e três mil oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)						

## Cointer Material Médico Hospitalar Ltda

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
076	Unidade	Equipo para soro macro gotas com injetor lateral, com clamp e protetor de dedos	3.000	TKL	1,90	5.700,00
077	Unidade	Equipo para soro micro gotas com injetor lateral, com clamp e protetor de dedos	1.000	TKL	2,05	2.050,00
099	Unidade	Fita para glicemia aparelho Optium	30.000	ABBOTT	0,87	26.100,00
TOTAL R\$ 33.850,00 (trinta e três mil oitocentos e cinquenta reais)						

## L A DALLA PORTA JUNIOR EPP

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
001	Pacote	Abaixador de língua descartável de madeira com 100 unidades	100	ESTILO	2,90	290,00
011	Unidade	Agulha descartável 13X4,5	2.000	STAR MED	0,07	140,00
027	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX08cm – pacote com 12 unidades	500	MB TEXTIL	2,84	1.420,00

029	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX12cm – pacote com 12 unidades				
700						
MB TEXTIL						
4,23						
2.961,00						
031	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX20cm – pacote com 12 unidades	300	MB TEXTIL	7,03	2.109,00
038	Unidade	Bolsa coletora de urina sistema fechado 2000 ml	400	JOAOMED	2,79	1.116,00
065	Caixa	Coletor para perfurocortante 13 litros com 10 unidades	50	VIVA BOX	33,49	1.674,50
069	Pacote	Compressa de gaze super absorvente estéril 100% viscose 7,5X7,5cm (fechada) 7,5X30cm (aberta) peso líquido 1,0/un, com 05 unidades	2.000	MB TEXTIL	0,27	540,00
080	Unidade	Esfigmomanômetro adulto com velcro	15	ACCUMED	55,20	828,00
081	Unidade	Esfigmomanômetro infantil com velcro	05	ACCUMED	60,37	301,85
082	Rolo	Esparadrapo 10 cm X 4,5 mt	30	MISSNER	5,07	152,10
095	Rolo	Fita adesiva microporosa 10 cm com 10 mt com capa protetora	100	MAXICOR	6,48	648,00
096	Rolo	Fita adesiva microporosa 2,5 cm com 10 mt com capa protetora	200	MAXICOR	1,69	338,00
112	Caixa	Lâmina fosca 26X76 com 50 unidades	30	CRAL	2,94	88,20
114	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 22 com 100 unidades	10	STAR MED	20,41	204,10
126	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho extra P caixa com 100 unidades	50	LAGROTTA	15,69	784,50
127	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho grande caixa com 100 unidades	100	LAGROTTA	15,69	1.569,00
159	Unidade	Reanimador manual adulto com máscara	02	ADVANTIVE	142,59	285,18
160	Unidade	Reanimador manual neonatal com máscara e reservatório	01	ADVANTIVE	149,50	149,50
175	Unidade	Scalp nº 21	100	MEDIX	0,19	19,00
176	Unidade	Scalp nº 23	1.000	MEDIX	0,19	190,00
179	Unidade	Seringa descartável 1 ml para insulina sem agulha	10.000	MEDICOR	0,13	1.300,00
TOTAL R\$ 17.107,93 (dezesete mil cento e sete reais e noventa e três centavos)						

## Litoral Comercio de Produtos Médicos Eireli

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
017	Unidade	Agulha descartável 40X12	3.000	DESCARPACK	0,07	210,00
028	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX10cm – pacote com 12 unidades	500	ANDREONI	3,52	1.760,00
030	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX15cm – pacote com 12 unidades	500	ANDREONI	5,28	2.640,00
068	Pacote	Compressa de gaze 7,5X7,5 com 13 fios – 500 unidades	1.000	GAZETEX	8,35	8.350,00
083	Rolo	Esparadrapo 4,5cmX12mm com 10 metros e capa protetora	300	MISSNER	5,36	1.608,00
087	Unidade	Estetoscópio com mangueira simples adulto	10	ADVANTIVE	8,00	80,00
094	Rolo	Fita adesiva branca 16X50	100	CIEX	2,00	200,00
097	Rolo	Fita adesiva microporosa 5,0 cm com 10 mt com capa protetora	100	MISSNER	3,48	348,00
104	Rolo	Gaze 91mmX91mt 13 fios	100	HOSPITEX	21,00	2.100,00
118	Rolo	Lençol de papel branco 70cm com 50 metros	300	CLEAN	6,15	1.845,00
128	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho média caixa com 100 unidades	300	LAGROTTA	15,68	4.704,00
170	Pacote	Saco para lixo preto 30 litros com 100 unidades	50	EREPLAST	15,00	750,00
172	Pacote	Saco para lixo preto 50 litros com 100 unidades	50	EREPLAST	18,00	900,00
TOTAL R\$ 25.495,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e noventa e cinco reais)						

## Metromed Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
008	Unidade	Adaptador para frasco de soro 1,5mm	200	TKL	0,62	124,00

021	Unidade	Almotolia plástica escura reta 500 ml	50	J. PROLAB	2,83	141,50
022	Unidade	Almotolia plástica transparente 100 ml	200	J. PROLAB	1,44	288,00
023	Unidade	Almotolia plástica transparente reta 500 ml	50	J. PROLAB	2,84	142,00
025	Unidade	Aparelho completo para inalação adulto com cachimbo, extensão e máscara, 220V	10	DARU	108,00	1.080,00
039	Unidade	Bolsa mochila Samu medicamentos 717 verde fibra resgate	01	FIBRA	179,86	179,86
041	Unidade	Cabo de bisturi 15	20	RICHARDS	7,65	153,00
042	Unidade	Cabo de bisturi 23	20	RICHARDS	7,65	153,00
047	Unidade	Caixa plástica organizadora com tampa 20 litros	10	PLASVALE	40,67	406,70
048	Unidade	Caixa plástica organizadora com tampa 25 litros	10	PLASVALE	54,16	541,60
049	Unidade	Campo fenestrado em algodão cru 30X30 cm	50	JUNG	4,90	245,00
050	Unidade	Campo fenestrado em algodão cru 35X35 cm com fenestrado de 10 cm	50	JUNG	7,96	398,00
051	Unidade	Campo fenestrado em algodão cru 40X40 cm	50	JUNG	7,96	398,00
053	Unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos adulto				188,00
200	MEDSONDA	0,94				
054	Unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos infantil	100	BIOSANI	1,00	100,00
055	Unidade	Cautério portátil 220V, garantia mínima de 01 ano	02	EMAI/BP-100	1.690,00	3.380,00
057	Unidade	Colar cervical M	05	ORTOCENTER	15,74	78,70
062	Unidade	Colchão piramidal 833X625 68 kg	02	TAYLOR	64,51	129,02
063	Unidade	Colete Ked para imobilização adulto	02	FIBRA	174,90	349,80
067	Unidade	Comadre em inox 2,5 lt	02	FAMITA	118,87	237,74
070	Unidade	Cuba rim inox 26X12 cm	03	FAMITA	28,42	85,26
072	Unidade	Dispositivo para incontinência urinária com preservativo	200	BIOSANI	1,54	308,00
079	Unidade	Escova cervical descartável não estéril	1.000	KOLPLAST	0,18	180,00
086	Unidade	Especulo vaginal descartável pequeno	1.000	KOLPLAST	0,71	710,00
107	Unidade	Incentivador respiratório	02	NCS/RESPIRON	29,64	59,28
113	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 15 com 100 unidades	10	ADVANTIVE	21,75	217,50
115	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 23 com 100 unidades	10	MAXICOR	16,90	169,00
120	Unidade	Lixeira plástica 13 litros com pedal cor branca	20	PLASVALE	23,26	465,20
132	Unidade	Manta térmica aluminizada 2,10X1,40	50	RESGATE SP	5,88	294,00
140	Unidade	Negatoscópio de 02 corpos	02	OLIMEDIC	282,00	564,00
141	Unidade	Óculos de proteção haste regulável acrílico	20	TOP SPEC	3,37	67,40
142	Unidade	Otoscópio halogeneo com regulador de intensidade de luz	05	MIKATOS	226,06	1.130,30
144	Unidade	Papagaio em inox 1000ml	02	FAMITA	69,99	139,98
145	Rolo	Papel kraft 80 gr 60 cm largura com 15 kg	20	DICAPEL	46,48	929,60
146	Pacote	Papel toalha branco 20X22,5cm com 1.000 folhas	500	DAMASPEL	5,90	2.950,00
150	Unidade	Pinça cheron descartável 15 cm	20	ADLIN	1,09	21,80
156	Unidade	Porta lâmina em plástico individual	100	ADLIN	0,42	42,00
157	Unidade	Porta papel toalha em acrílico	10	NOBRE	24,24	242,40
158	Unidade	Preservativo masculino em látex não lubrificado	1.000	MADEITEX	0,17	170,00
166	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 100 litros com tarja de identificação c/ 100 un	10	ARAKEN	28,49	284,90
174	Unidade	Scalp nº 19 rígido	100	SOLIDOR	0,16	16,00
178	Unidade	Scalp nº 27	200	GOLDMAN	0,16	32,00
180	Unidade	Seringa descartável 10 ml sem agulha	3.000	SR	0,24	720,00
185	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 04	100	BIOSANI	0,48	48,00
186	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 06	200	MEDSONDA	0,50	100,00
187	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 08	500	MEDSONDA	0,53	265,00
188	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 10	300	MEDSONDA	0,55	165,00
189	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 12	300	MEDSONDA	0,62	186,00
191	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 16	100	MEDSONDA	0,60	60,00
197	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 18 siliconada	50	MEDICANE	20,30	1.015,00
199	Unidade	Sonda nasogástrica nº 10 longa	100	BIOSANI	0,73	73,00
201	Unidade	Sonda nasogástrica nº 14 longa	100	BIOSANI	0,85	85,00
202	Unidade	Sonda nasogástrica nº 16 longa	100	BIOSANI	0,95	95,00
204	Unidade	Sonda retal nº 24	30	MARK MED	0,84	25,20

205	Unidade	Sonda retal nº 26	30	MARK MED	0,96	28,80
206	Unidade	Sonda retal nº 30	30	MARK MED	1,04	31,20
207	Unidade	Sonda uretral nº 04	100	MEDSONDA	0,45	45,00
208	Unidade	Sonda uretral nº 06	300	MEDSONDA	0,48	144,00
209	Unidade	Sonda uretral nº 08	1.000	MEDSONDA	0,51	510,00
210	Unidade	Sonda uretral nº 10	300	MEDSONDA	0,54	162,00
211	Unidade	Sonda uretral nº 12	1.000	MEDSONDA	0,55	550,00
212	Unidade	Sonda uretral nº 14	200	MEDSONDA	0,52	104,00
213	Unidade	Sonda uretral nº 16	200	MEDSONDA	0,59	118,00
214	Unidade	Sonda uretral nº 18	200	MEDSONDA	0,71	142,00
215	Caixa	Stopper com 500 unidades	10	CIEX	9,57	95,70
216	Unidade	Suporte para lâmpada infravermelha de mesa refletor móvel+ lâmpada 220W	01	VAGALUMY	113,10	113,10
217	Unidade	Suporte para papel toalha em acrílico	10	NOBRE	26,75	267,50
219	Unidade	Tala de papelão G	100	FIBRA	1,49	149,00
220	Unidade	Tala de papelão M	100	FIBRA	1,17	117,00
221	Unidade	Tala de papelão P	100	FIBRA	0,88	88,00
222	Unidade	Termômetro clínico digital	40	MD MEDFEBRE	8,40	336,00
223	Unidade	Termômetro digital de máxima e mínima com cabo extensor	10	J.PROLAB	52,52	525,20
224	Unidade	Tesoura mayo reta 12 cm	06	RICHARDS	22,41	134,46
234	Par	Tornozeleira/caneleira 04 kg	02	ISP	56,30	112,60
235	Par	Tornozeleira/caneleira 05 kg	02	ISP	68,22	136,44
239	Metro	Tubo de látex para oxigênio/aspiração	50	BIOSANI	4,25	212,50
TOTAL R\$ 24.752,24 (vinte e quatro mil setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos)						

## Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda EPP

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
002	Unidade	Abocath nº 14 com dispositivo de segurança	500	POLYMED	1,13	565,00
003	Unidade	Abocath nº 16 com dispositivo de segurança	500	POLYMED	1,21	605,00
004	Unidade	Abocath nº 18 com dispositivo de segurança	500	POLYMED	1,46	730,00
005	Unidade	Abocath nº 20 com dispositivo de segurança	500	POLYMED	1,74	870,00
006	Unidade	Abocath nº 22 com dispositivo de segurança	1.000	POLYMED	1,73	1.730,00
007	Unidade	Abocath nº 24 com dispositivo de segurança	500	POLYMED	1,91	955,00
009	Frasco	Água oxigenada 1000 ml	20	VIC PHARMA	2,94	58,80
018	Frasco	Alcool 70 % com 1000 ml	200	TUPI	4,19	838,00
019	Frasco	Alcool gel 70% com 1000 ml	100	CICLO PHARMA	6,29	629,00
020	Rolo	Algodão hidrófilo 500 gr	200	MELHOR MED	8,52	1.704,00
044	Unidade	Cadeira de rodas 1200X1400 até 120 kg	02	PROLIFE	813,00	1.626,00
045	Unidade	Cadeira de rodas para banho 864X1299 até 72 kg	02	PROLIFE	160,02	320,04
064	Caixa	Coletor para perfurocortante 07 litros com 10 unidades	50	EMBALAIRE	25,38	1.269,00
071	Unidade	Detector fetal digital de mesa, garantia mínima de 01 ano	02	MEDPEJ	596,90	1.193,80
090	Caixa	Fio de sutura 2.0 nylon com 24 unidades	20	PROCARE	27,30	546,00
091	Caixa	Fio de sutura 3.0 nylon com 24 unidades	20	PROCARE	27,30	546,00
092	Caixa	Fio de sutura 4.0 nylon com 24 um	20	PROCARE	27,30	546,00
093	Caixa	Fio de sutura 5.0 nylon com 24 um	20	PROCARE	27,30	546,00
098	Rolo	Fita para autoclave 19mmX30mt	60	CIEX	2,55	153,00
101	Frasco	Fixador citológico 100 ml	30	ADLIN	5,65	169,50
108	Unidade	Infusor 2 vias com clamp	500	VITAL GOLD	0,62	310,00
109	Unidade	Infusor 4 vias com clamp	100	VITAL GOLD	1,31	131,00
110	Kit	Kit de nebulização adulto	04	DARU	5,84	23,36
111	Kit	Kit de nebulização infantil	04	DARU	5,84	23,36
121	Par	Luva estéril nº 07	300	MAXITEX	1,05	315,00
122	Par	Luva estéril nº 08	200	MAXITEX	1,05	210,00
123	Par	Luva estéril nº 6,5	300	MAXITEX	1,05	315,00
124	Par	Luva estéril nº 7,5	300	MAXITEX	1,05	315,00
125	Par	Luva estéril nº 8,5	100	MAXITEX	1,05	105,00
129	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho pequena caixa com 100 unidades	300	SUPERMAX	15,68	4.704,00
130	Caixa	Luva plástica descartável procedimento com 100 unidades	30	BIOSERVICE	1,71	51,30

135	Unidade	Máscara descartável de proteção individual	200	EMBRAMAC	0,08	16,00
165	Unidade	Saco coletor de urina descartável 2000 ml	300	PHARMATEX	2,83	849,00
171	Pacote	Saco para lixo preto 40 litros com 100 unidades	80	JUREMA	12,32	985,60
173	Pacote	Saco para lixo preto 60 litros com 100 unidades	100	JUREMA	18,29	1.829,00
190	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 14	200	MED SONDA	0,72	144,00
192	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 10	100	SOLIDOR	3,18	318,00
194	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 14	100	SOLIDOR	3,17	317,00
198	Unidade	Sonda nasogástrica nº 06 longa	200	MED SONDA	0,71	142,00
203	Unidade	Sonda nasogástrica nº 18 longa	100	MED SONDA	1,12	112,00
TOTAL R\$ 26.815,76 (vinte e seis mil oitocentos e quinze reais e setenta e seis centavos)						

Irineópolis, 01 de janeiro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

## ATA RP PROC 13/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 13/2016, Pregão Presencial nº 05/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher; Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sra. Cassiana Lais Brand, Sra. Andressa Bendlin e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira - representante da empresa L.A Dalla Porta Junior; Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Odontomedi produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda; Sr. Regis Luan Cardoso de Souza - representante da empresa Litoral Comercio de Produtos Medicos Eireli ME e Sr. Pedro Arana - representante da empresa Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP.A empresa Dental Med Equipamentos e Materiais Odontológicos e Hospitalares Ltda encaminhou seus envelopes pela Empresa Brasileira de Correios SEDEX DN546238890BR.A empresa Silme´s Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME encaminhou seus envelopes pela Empresa Brasileira de Correios SEDEX DJ947056982BR.A empresa Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda encaminhou seus envelopes através da Empresa Expresso São Miguel CTE Nº 1477447.Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.A empresa Dental Med Equipamentos e Materiais Odontológicos e Hospitalares Ltda foi desclassificada de acordo com item 5, subitem 5.1, alínea "b" problema na leitura do arquivo.Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas L.A Dalla Porta Junior; Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Odontomedi produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda; Sr. Regis Luan Cardoso de Souza - representante da empresa Litoral Comercio de Produtos Medicos Eireli ME e Sr. Pedro Arana - representante da empresa Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP; Silme´s Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME; Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.Encerrou-se a sessão às 11:30h e com retorno às 13:00h.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 13/2016, Pregão Presencial nº 05/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher; Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sra. Cassiana Lais Brand, Sra. Andressa Bendlin e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Paulo Ricardo Costa Palmeira - representante da empresa L.A Dalla Porta Junior; Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Odontomedi produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda; Sr. Regis Luan Cardoso de Souza - representante da empresa Litoral Comercio de Produtos Medicos Eireli ME e Sr. Pedro Arana - representante da empresa Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP.A empresa Dental Med Equipamentos e Materiais Odontológicos e Hospitalares Ltda encaminhou seus envelopes pela Empresa Brasileira de Correios SEDEX DN546238890BR.A empresa Silme´s Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME encaminhou seus envelopes pela Empresa Brasileira de Correios SEDEX DJ947056982BR.A empresa Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda encaminhou seus envelopes através da Empresa Expresso São Miguel CTE Nº 1477447.Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: L.A Dalla Porta Junior; Odontomedi produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda; Litoral Comercio de Produtos Medicos Eireli ME; Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP; Silme´s Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME e Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope da empresa Dental Med Equipamentos e Materiais Odontológicos e Hospitalares Ltda permanece lacrado no presente processo.Os representantes das empresas proponentes não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Silmes Comercio de Produtos Odontológicos Ltda – EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
007	Unidade	Afastador odontológico de metal 17 cm	12	LM	10,01	120,12
014	Unidade	Alavanca apical	03	LM	15,23	45,69
016	Unidade	Alavanca heidbrink nº 3 direita	01	LM	15,23	15,23



019	Pacote	Alginato tipo II livre de poeira com 410g	90	DENTSPLY	10,19	917,10
033	Frasco	Antisséptico bucal sem álcool 2lt	30	COLGATE	37,70	1.131,00
048	Unidade	Broca 701 haste longa	32	MEDIN	9,38	300,16
050	Unidade	Broca 702 haste longa	32	MEDIN	9,38	300,16
051	Unidade	Broca 702 haste longa carbide	10	MEDIN	9,38	93,80
079	Unidade	Broca shofu chama de vela	30	JON	8,44	253,20
083	Unidade	Brunidor nº 29 oitavado simples	20	LM	7,22	144,40
084	Unidade	Brunidor nº 33	20	LM	7,22	144,40
087	Unidade	Calcador de Hollemnack nº 04	05	LM	4,76	23,80
088	Unidade	Calcador de Hollemnack nº 06	05	LM	4,76	23,80
096	Unidade	Condensador Ward	20	LM	4,76	95,20
099	Tubo	Crete dental infantil sem flúor 50 gr	600	CONDOR	3,29	1.974,00
106	Unidade	Cureta de dentina nº 17	18	LM	5,05	90,90
108	Unidade	Cureta Gracey 11-12	12	LM	7,06	84,72
109	Unidade	Cureta Gracey 7-8	12	LM	7,06	84,72
110	Unidade	Cureta tipo MCcall 13-14	12	LM	7,06	84,72
111	Unidade	Cureta tipo MCcall 17-18	12	LM	7,06	84,72
112	Unidade	Descolador de Molt 2-4	02	LM	11,78	23,56
113	Unidade	Descolador de Molt nº 9	17	LM	11,60	197,20
116	Galão	Desinfetante hospitalar de artigos semi cítricos 5lt	12	CICLO FARMA	26,10	313,20
126	Unidade	Escova de dedo massagedora para bebê	470	EXPRESS	4,45	2.091,50
131	Unidade	Esculpidor Hollembach 355	20	LM	4,76	95,20
159	Unidade	Gengivótomo Kirkland nº 15/16	02	LM	9,43	18,86
175	Unidade	Lima de osso nº 11	05	LM	26,39	131,95
186	Kit	Material restaurador intermediário pó e líquido – pó 38 gr e líquido 15 ml	02	IODONTOSUL	18,59	37,18
191	Unidade	Matriz metálica 0,05X5X500mm	65	AAF	1,07	69,55
193	Kit	Moldeira de metal lisa, jogo completo nº 1, 2, 3, 4 dentado	02	TECNODENT	99,93	199,86
194	Unidade	Moldeira de metal perfurada, jogo completo nº 1, 2, 3 4, lado fora desdentada	01	TECNODENT	103,53	103,53
196	Unidade	Óculos odontológico de proteção incolor em policarbonato	12	SSPLUS	4,51	54,12
225	Unidade	Resina composta direta micro articulada fotopolimerizável A2	10	FGM	10,32	103,20
226	Unidade	Resina composta direta micro particulada fotopolimerizável A3	10	FGM	10,32	103,20
244	Unidade	Sindesmótomo	08	LM	6,35	50,80
246	Frasco	Solução de clorexidina 0,12% 01 litro, para bochechos	42	IODONTOSUL	14,36	603,12
250	Unidade	Sonda exploradora em aço inox grau cirúrgico nº 05	52	LM	5,06	263,12
251	Unidade	Sonda milimetrada	42	LM	8,70	365,40
262	Caixa	Tira de lixa para resina com 150 unidades	10	AAF	5,85	58,50
TOTAL						10.894,89

(Dez mil oitocentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos)

## Dentária e Cirurgica Mercosul Ltda – EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
052	Unidade	Broca 703 haste longa	32	MEDIN	10,70	342,40
053	Unidade	Broca 703 haste longa carbide	10	MEDIN	10,70	107,00
074	Pacote	Broca cirúrgica 702 carbide PM	10	MEDIN	10,70	107,00
102	Pacote	Cunha de madeira odontológica colorida com 100 unidades anatômica	08	IODONTOSUL	7,60	60,80
122	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 150X250 com 100 unidades	87	VEDAMAX	25,70	2.235,90
133	Unidade	Espátula nº 24 flexível	16	PRATA	7,20	115,20
135	Unidade	Espelho bucal nº 05	78	PHARMAINOX	1,62	126,36
TOTAL						3.094,66

(Três mil noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos)

## Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda – ME

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
001	Kit	Acabamento e polimento de acrílico ogivas viking (silicone abrasivo 9235 PM)	04	KG	88,35	353,40
002	Kit	Acabamento granulação fina e ultrafina	05	MICRODONT	28,00	140,00
004	Unidade	Adesivo monocomponente frasco com 6 ml	25	FGM	24,80	620,00
006	Unidade	Afastador minnesota com aspirador	01	GOLGRAN	82,00	82,00
012	Unidade	Alavanca apexo 301	01	GOLGRAN	26,40	26,40

013	Unidade	Alavanca apexo 302	01	GOLGRAN	26,40	26,40
023	Unidade	Alveolótomo biarticulado	10	GOLGRAN	81,00	810,00
037	Unidade	Bandeja odontológica em aço inoxidável 22X12X01	10	FAMI	22,60	226,00
038	Unidade	Bandeja odontológica em aço inoxidável 24X18X05	06	FAMI	44,90	269,40
039	Unidade	Bomba de vácuo portátil capacidade de armazenamento 6,5 litros cirúrgica	01	SUG MASTER	4.505,00	4.505,00
075	Unidade	Broca Endo Z	07	LOCHUS	21,74	152,18
078	Unidade	Broca mini maxicut 1507	13	A.B	60,87	791,31
080	Unidade	Broca zekria 23mm	22	MICRODONT	23,05	507,10
081	Unidade	Broca zekria 28mm	25	MICRODONT	25,72	643,00
082	Unidade	Broca zekria 29mm	27	MICRODONT	31,88	860,76
085	Unidade	Cabo para bisturi	03	GOLGRAN	6,78	20,34
086	Unidade	Cabo para espelho bucal em aço inox nº 05	37	ESTRELA	1,74	64,38
090	Caixa	Cera rosa nº 07 com 18 lâminas	20	LYSANDA	9,42	188,40
091	Caixa	Cera utilidade com 18 unidades	10	LYSANDA	9,42	94,20
092	Caixa	Cimento de hidróxido de cálcio pasta base + catalizador 24 gr radiopaco	04	HIDRO C	44,40	177,60
093	Kit	Cimento de ionomero de vidro R cor A2 - líquido 8 ml, pó 10 gr	10	FGM	13,98	139,80
097	Unidade	Contra ângulo multiplicador 1:2 cirúrgico, para uso com brocas 2,33mm a 2,35mm de diâmetro por 45mm ou 65mm de comprimento	01	SXA 120	1.536,00	1.536,00
100	Unidade	Cuba ultrassônica com reservatório com capacidade para 06 litros	01	SCHUSTER	623,00	623,00
104	Frasco	Curativo alveolar 20 gr	07	BIODINAMICA	16,54	115,78
107	Unidade	Cureta de Molt nº 2/4	20	GOLGRAN	34,78	695,60
118	Kit	Disco para polimento de resina com 100 tdv kit com mandril	03	TDV	172,85	518,55
119	Kit	Disco sof-lex 19590 ½ polegada com mandril	04	TDV	217,39	869,56
132	Unidade	Espátula inserção fio retrator 113 serrilhado	02	PRISMA	38,90	77,80
136	Unidade	Espelho de mão tamanho grande modelo molar	56	TOUCADOR	24,64	1.379,84
138	Caixa	Fio de sutura absorvível revestido (poliglactina 910) nº 05 com 12 unidades	12	SHALON	88,96	1,067,52
139	Caixa	Fio de sutura absorvível revestido (poliglactina 910) nº 06 com 12 unidades	10	SHALON	88,96	889,60
143	Rolo	Fio retrator gengival nº 000 250cm extra fino	05	BIODINAMICA	20,45	102,25
150	Unidade	Forceps adulto nº 151	07	GOLGRAN	55,80	390,60
154	Unidade	Fórceps nº 18L	04	GOLGRAN	54,90	219,60
155	Unidade	Fórceps nº 18R	04	GOLGRAN	54,90	219,60
166	Caixa	Indicador biológico com 10 unidades	106	TEST	36,20	3.837,20
167	Kit	Ionomero de vidro fotopolimerizável pó 5 gr + líquido	17	L.CURE	76,81	1.305,77
169	Unidade	Kit com matriz poliéster 10 metros, com granulações grossa, média, fina e extra fina, com dispensador + 04 rolos de 10 metros	02	TDV	224,34	448,68
170	Caixa	Lâmina para bisturi nº 12 com 100 unidades	06	ADVANTIVE	24,60	147,60
171	Caixa	Lâmina para bisturi nº 15 C inox com 100 unidades	06	ADVANTIVE	24,60	147,60
172	Caixa	Lâmina para bisturi nº 15 com 100 unidades	04	ADVANTIVE	24,60	98,40
173	Unidade	Lamparina de hanna	03	M.A	17,39	52,17
188	Kit	Material restaurador provisório para coroas e pontes, embalagem com 01 base 50g, 01 catalisador 15g e bloco de mistura	05	PROVY	61,59	307,95
189	Unidade	Material restaurador provisório sem eugenol 25g ph neutro com aplicação em endodontia, dentística e prótese	04	CAVITEC	8,76	35,04
204	Caixa	Pasta zinco enólica 120g	30	LYSANDA	28,05	841,50
206	Unidade	Pedra para afiar curetas de periodontia 15X5	12	GOLGRAN	26,09	313,08
207	Unidade	Pinça curva para algodão em aço inox de grau cirúrgico	06	GOLGRAN	5,38	32,28
208	Unidade	Pinça curva para algodão nº 7	44	ESTRELA	5,38	236,72
209	Unidade	Pinça Dietrich Dissecção 16 cm	10	GOLGRAN	82,61	826,10
210	Unidade	Pinça hemostática curva reta	20	GOLGRAN	21,49	429,80
213	Unidade	Ponta de borracha para polimento resina acrílica cônica creme	10	A.B	17,39	173,90
214	Unidade	Ponta de borracha para polimento resina acrílica grossa cônica preta	10	A.B	17,39	173,90
215	Unidade	Ponta de borracha para polimento resina acrílica média cônica verde	10	A.B	17,39	173,90
217	Unidade	Ponta para ultrassom odontológico microdent nº 01	05	MICRODENT	137,68	688,40



218	Unidade	Ponta para ultrassom piezoelétrico Schuster T1-S, T2-S, T3-S, T4-S, P3-S, P4-S, G3-S, G4-S, G5-S, G6-S	100	SCHUSTER	114,40	11.440,00
223	Unidade	Porta matriz adulto tofflemire inox	43	ESTRELA	18,50	795,50
224	Unidade	Protetor facial odontológico com dupla regulagem (cabeça e frontal), anti-embacante e com menos de 100 gramas	02	DX	72,46	144,92
236	Unidade	Resina fotopolimerizável flow A3	12	FGM	13,62	163,44
238	Unidade	Seringa 02 gramas – resina fluída incremento único de 4mm A1	12	FGM	53,62	643,44
239	Unidade	Seringa 02 gramas – resina fluída incremento único de 4mm A2	12	FGM	53,62	643,44
240	Unidade	Seringa 02 gramas – resina fluída incremento único de 4mm A3	12	FGM	53,62	643,44
242	Unidade	Seringa carpule	08	ESTRELA	18,84	150,72
243	Kit	Silicone de adição e condensação	02	LABORDENTAL	331,88	663,76
252	Unidade	Sonda Nabers milimetrada ° 02 (3-6-9-12)	40	GOLGRAN	19,57	782,80
255	Pacote	Sugador de saliva descartável com 40 unidades	405	SSPLUS	4,46	1.806,30
257	Unidade	Tesoura Goldman-Fox curva 13,5cm inox	10	GOLGRAN	25,16	251,60
TOTAL						47.802,32
(Quarenta e sete mil oitocentos e dois reais e trinta e dois centavos)						

## LA Dalla Porta Junior – EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
009	Caixa	Agulha gengival curta 0,3X21 mm com 100 unidades	44	INJEX	29,00	1.276,00
010	Caixa	Agulha gengival extra curta com 100 unidades	30	INJEX	28,60	858,00
024	Caixa	Amálgama 01 dose com 50 cápsulas	13	METALMS	59,50	773,50
025	Caixa	Amálgama 02 porções com 50 cápsulas	07	METALMS	93,00	651,00
027	Caixa	Anestésico cloridrato de lidocaína e fenilefrina injetável c/ 50 un 1,8 ml	90	S.S. WHITE	34,39	3.095,10
030	Caixa	Anestésico mepivacaina 3% sem vasoconstritor 1,8 ml com 50 unidades	04	DLA	63,73	254,92
034	Pacotes	Avental em TNT manga longa com velcro 20gr com 10 unidades	05	MEDGAUZE	13,05	65,25
094	Kit	Composição de hidróxido de cálcio radiopaca com 01 tubo pasta base 13g + 01 tubo pasta catalizadora 11g + 01 bloco de mistura	12	TECHNEW	13,52	162,24
098	Unidade	Creme dental 90 gr	3.800	I.RAYMOUND'S	0,97	3.686,00
123	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 200x330 com 100 unidades	210	HOSPFLEX	36,57	7.679,70
128	Caixa	Escova dental com cerdas macias adulto com 100 unidades	132	KOVACS	55,40	7.312,80
129	Caixa	Escova dental com cerdas macias infantil com 100 unidades	232	KOVACS	37,80	8.769,60
142	Rolo	Fio dental encerado com 100 metros	2.600	HILLO	1,30	3.380,00
145	Rolo	Fita adesiva para autoclave 19mmX30mt	35	CIEX	2,59	90,65
176	Caixa	Luva cirúrgica com pó estéril nº 8 com 50 pares	10	DESCARPACK	52,99	529,90
178	Caixa	Luva de látex para procedimento grande com 100 unidades	20	DESCARPACK	15,99	319,80
179	Caixa	Luva de látex para procedimento média com 100 unidades	355	DESCARPACK	15,99	5.676,45
183	Caixa	Máscara cirúrgica com elástico tripla camada e filtro com 50 unidades	295	TALGE	5,20	1.534,00
195	Pote	Obturador provisório branco 25 gr	10	CAITHEC	8,68	86,80
199	Frasco	Otosporin 10 ml	12	FARMOQUI-MICA	10,96	131,52
202	Frasco	Pasta maisto 10 gr	06	IODONTOSUL	13,50	81,00
203	Tubo	Pasta profilática com flúor para limpeza e polimento 50 gr	17	MAQUIRA	4,67	79,39
211	Caixa	Pincel microbrush com aplicador descartável com 100 unidades	100	KG BRUSCH	7,10	710,00
229	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3	17	HERAUS KULZER	37,40	635,80
233	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g OA2	20	HERAUS KULZER	37,40	748,00
237	Kit	Selante de fossulas e fissuras fotopolimerizável matizado 5 ml com 5 seringas	06	DFL	31,20	187,20
247	Frasco	Solução fixadora para raio x 475 ml	04	CAITHEC	7,00	28,00
248	Frasco	Solução reveladora para raio x 475 ml	04	CAITHEC	7,00	28,00
261	Caixa	Tira de lixa para amálgama 4mm com 12 unidades	25	FAVA	5,30	132,50
265	Frasco	Verniz com flúor 10 ml + 01 fr solvente	10	FGM	13,94	139,40
TOTAL						49.102,52

( Quarenta e nove mil cento e dois reais e cinquenta e dois centavos)

## Litoral M Comercio de Produtos Médicos Eirelli

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
018	Frasco	Alcool 70% 1000 ml	250	CICLO FARMA	4,30	1.075,00
035	Pacote	Babador impermeável descartável 33X47cm cor branco com 100 unidades	105	SSPLUS	9,75	1.023,75
095	Pacote	Compressa de gaze hidrófila 7,5X7,5 cm com 13 fios com 500 unidades	400	GAZETEX	9,00	3.600,00
124	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 90X260 com 100 unidades	350	VITAL PACK	13,80	4.830,00
144	Rolo	Fita adesiva branca para odonto 19mmX30mt	58	CIEX	2,00	116,00
160	Pacote	Gorro branco descartável feminino 100 unidades	46	TALGE	6,60	303,60
180	Caixa	Luva de látex para procedimento pequena com 100 unidades	360	LAGROTA	16,00	5.760,00
264	Unidade	Ultrassom frequência de 30.000 Hz com bomba peristáltica e sistema Piezoelétrico, sem necessidade de instalação	04	KONDORTECK	1.875,00	7.500,00
TOTAL						24.208,35

(Vinte e quatro mil duzentos e oito reais e trinta e cinco centavos)

## Odontomedi – Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda – EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
003	Unidade	Acido gel fosfórico 37% - frasco com 2,5 ml	60	BIODINAMICA	1,06	63,60
005	Unidade	Afastador minessota	05	GOLGRAN	8,29	41,45
008	Frasco	Água oxigenada 01 litro	22	VIC PHARMA	2,99	65,78
011	Caixa	Agulha gengival longa com 100 unidades	20	INJEX	29,00	580,00
015	Unidade	Alavanca apical reta 304069 M	06	GOLGRAN	26,00	156,00
017	Unidade	Alavanca heidbrink nº 3 esquerda	01	GOLGRAN	26,00	26,00
020	Pacote	Algodão odontológico com 100 unidades soft	225	SOFT PLUS	1,55	348,75
021	Pacote	Algodão odontológico rolete nº 01 com 100 unidades	90	CREMER	1,69	152,10
022	Pacote	Algodão odontológico rolete nº 02 com 100 unidades	80	CREMER	1,69	135,20
026	Caixa	Anestésico articaina 4% com epinefrina 1.100.000 com 50 tubos	50	DFL	91,37	4.568,50
028	Frasco	Anestésico lidocaína spray 10% 50ml	10	CRISTALIA	61,18	611,80
029	Caixa	Anestésico mepivacaína 2% + epinefrina 1:100.000 tubete cristal com 50 unidades	160	DFL	74,22	11.875,20
031	Caixa	Anestésico mepivacaína com noradrelina 2% com 50 unidades 1,8 ml tubete cristal	80	DFL	74,40	5.952,00
032	Pote	Anestésico tópico gel benzocaína com 12 gr	70	DFL	5,64	394,80
036	Unidade	Banco mocho ergonômico odontológico, encosto com regulagem de altura e inclinação com encosto na cor azul	01	KAVO	498,00	498,00
040	Unidade	Broca 1032 tronco cônica invertida	10	FAVA	1,49	14,90
041	Unidade	Broca 1033 tronco cônica invertida	15	FAVA	1,49	22,35
042	Unidade	Broca 1034 tronco cônica invertida	15	FAVA	1,49	22,35
043	Unidade	Broca 1035 tronco cônica invertida	15	FAVA	1,49	22,35
044	Unidade	Broca 2200F	05	FAVA	1,49	7,45
045	Unidade	Broca 3083 ponta diamantada	13	FAVA	1,49	19,37
046	Unidade	Broca 3118 acabamento	10	FAVA	1,49	14,90
047	Unidade	Broca 3168 acabamento	05	FAVA	1,49	7,45
049	Unidade	Broca 702 haste curta	34	KAVO KERR	5,99	203,66
054	Unidade	Broca alta rotação 1011	50	FAVA	1,49	74,50
055	Unidade	Broca alta rotação 1012	70	FAVA	1,49	104,30
056	Unidade	Broca alta rotação 1013	60	FAVA	1,49	89,40
057	Unidade	Broca alta rotação 1014	70	FAVA	1,49	104,30
058	Unidade	Broca alta rotação 1091	20	FAVA	1,49	29,80
059	Unidade	Broca alta rotação 1092	30	FAVA	1,49	44,70
060	Unidade	Broca alta rotação 1093	30	FAVA	1,49	44,70
061	Unidade	Broca alta rotação 2200FF	25	FAVA	1,49	37,25
062	Unidade	Broca alta rotação 3118FF	12	FAVA	1,49	17,88
063	Unidade	Broca alta rotação 3168FF	12	FAVA	1,49	17,88
064	Unidade	Broca alta rotação haste longa 1013	30	FAVA	1,49	44,70
065	Unidade	Broca alta rotação haste longa 1014	40	FAVA	1,49	59,60
066	Unidade	Broca baixa rotação nº 10	10	JOTA	3,40	34,00
067	Unidade	Broca baixa rotação nº 2	75	JOTA	2,95	221,25

068	Unidade	Broca baixa rotação nº 4	85	JOTA	2,95	250,75
069	Unidade	Broca baixa rotação nº 6	95	JOTA	2,95	280,25
070	Unidade	Broca baixa rotação nº 8	95	JOTA	2,95	280,25
071	Unidade	Broca carbide alta rotação nº 04	25	KAVO KERR	4,79	119,75
072	Unidade	Broca carbide alta rotação nº 06	25	KAVO KERR	4,79	119,75
073	Unidade	Broca cirúrgica 701 carbide PM	10	JET	7,05	70,50
076	Unidade	Broca maxicut 1503	15	AMERICAN	45,22	678,30
077	Unidade	Broca maxicut 1510	15	AMERICAN	45,22	678,30
089	Frasco	Cariostático 10 ml	05	IODONTOSUL	12,00	60,00
101	Pacote	Cunha de madeira odontológica colorida com 100 unidades	07	IODONTOSUL	6,52	45,64
103	Pacote	Cunha para resina transparente com 20 unidades	06	TDV	21,75	130,50
105	Unidade	Cureta de Crane-Kaplan ou Pádua lima nº 01	02	GOLGRAN	35,80	71,60
114	Unidade	Descolador de periosteio Buser	10	GOLGRAN	48,00	480,00
115	Unidade	Descolador de periosteio Prichard	10	GOLGRAN	48,00	480,00
117	Frasco	Digluconato de clorexidina 2% 100ml	10	VIC PHARMA	1,89	18,90
120	Kit	Disco sof-lex pon on série laranja 4930 9,5mm	02	3M	95,76	191,52
121	Kit	Disco sof-lex pon on série laranja 4931 12,7mm	01	3M	95,76	95,76
125	Unidade	Escala de cores 3D máster todas as cores naturais dos dentes	02	VITA	554,00	1.108,00
127	Unidade	Escova de Robson	150	PREVEN	1,00	150,00
130	Unidade	Escova limpa broca	10	PREVEN	3,86	38,60
134	Unidade	Espátula para resina com ponta de titâneo dupa nº 2	20	PRISMA	34,18	683,60
137	Caixa	Esponja de fibrina com 10 unidades	12	TECHNEW	23,50	282,00
140	Caixa	Fio de sutura agulhado de nylon 4-0 com 24 unidades (agulha 20 mm 3/8)	66	PROCARE	26,00	1.716,00
141	Caixa	Fio de sutura agulhado de seda 4-0 com 24 unidades	60	PROCARE	26,00	1.560,00
146	Frasco	Fixador de dentadura creme 40 gramas	04	COREGA	51,35	205,40
147	Frasco	Fluoreto de fosfato acidulado gel 1,23% frasco com 200 ml	54	IODONTOSUL	2,86	154,44
148	Frasco	Fluoreto de sódio 0,2% líquido 1000 ml	88	IODONTOSUL	11,04	971,52
149	Frasco	Fluoreto de sódio 2% gel	47	IODONTOSUL	2,86	134,42
151	Unidade	Forceps nº 101	01	GOLGRAN	55,00	55,00
152	Unidade	Fórceps nº 150	02	GOLGRAN	55,00	110,00
153	Unidade	Fórceps nº 17	03	GOLGRAN	55,00	165,00
156	Unidade	Forceps nº 69	01	GOLGRAN	55,00	55,00
157	Unidade	Forceps nº 69 infantil	01	GOLGRAN	55,00	55,00
158	Frasco	Formocresol 10 ml	04	BIODINAMICA	3,78	15,12
161	Unidade	Grau de borracha para alginato	02	MAQUIRA	4,26	8,52
162	Caixa	Haste flexível de plástico com algodão tipo cotonete com 100 unidades	138	CREMER	1,90	262,20
163	Frasco	Hemostático líquido 10 ml	26	BIODINAMICA	13,27	345,02
164	Unidade	Hidróxido de cálcio fotopolimerizável, 01 seringa com 2g + 03 bicos aplicadores	14	BIODINAMICA	19,00	266,00
165	Frasco	Hidróxido de cálcio pó 10 gr	06	IODONTOSUL	3,35	20,10
168	Unidade	Kit cirúrgico de campos + aventais + protetores de mangueira	40	PROT DESC	13,17	526,80
174	Unidade	Lima 21mm 1ª série	04	KAVO KERR	15,35	61,40
177	Caixa	Luva de látex para procedimento extra pequena com 100 unidades	155	SUPERMAX	15,99	2.478,45
185	Kit	Material de restauração nano-híbrido fluído universal de média viscosidade com carga superior a 81% em seringa anti gotejamento, kit nas cores A1, A2, A3, A3,5, WO 5X2g + escala de cores e acessórios	01	VOCO	381,71	381,71
187	Kit	Material restaurador provisório com eugenol reforçado por polímeros para forramento de cavidades sob restauração de amálgama pó 38g + líquido 15ml	02	BIODINAMICA	19,95	39,90
190	Caixa	Matriz de poliéster pré molar transparente com 20 unidades	01	TDV	76,00	76,00
192	Unidade	Matriz metálica 0,05X7X500mm	80	MAQUIRA	1,14	91,20
197	Frasco	Óleo para lubrificação spray de alta rotação 200 ml	08	MAQUIRA	14,60	116,80
198	Frasco	Óleo para lubrificação spray de baixa rotação 200 ml	08	MAQUIRA	14,60	116,80
200	Caixa	Papel carbono para articulação 20x100mm com 12 unidades	67	IODONTOSUL	1,50	100,50
201	Frasco	Paramonoclorofenol canforado 20 ml	10	IODONTOSUL	4,19	41,90
205	Caixa	Pastilha para revelação de placa com 120 unidades	30	BIODINAMICA	13,30	399,00
212	Kit	Polimento de amálgama 8089	05	KG	35,91	179,55
216	Caixa	Ponta Enhance para polimento dental com 07 pontas sortidas	08	DENTSPLY	55,02	440,16

219	Unidade	Porta agulha castroviejo curvo	03	GOLGRAN	111,00	333,00
220	Unidade	Porta agulha mayo 14 cm	05	GOLGRAN	20,19	100,95
221	Unidade	Porta agulha tipo castroviejo com ponta de vídea	22	GOLGRAN	166,25	3.657,50
222	Unidade	Porta amálgama plástico	23	MAQUIRA	6,78	155,94
227	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radio-paca fotopolimerizável 4 g A1	10	CHARISMA	37,50	375,00
228	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radio-paca fotopolimerizável 4 g A2	18	CHARISMA	37,50	675,00
230	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radio-paca fotopolimerizável 4 g A3.5	17	CHARISMA	37,50	637,50
231	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radio-paca fotopolimerizável 4 g B1	13	CHARISMA	37,50	487,50
232	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radio-paca fotopolimerizável 4 g B2	15	CHARISMA	37,50	562,50
234	Unidade	Resina composta micro particulada a base de micro glass fotopolimerizável 4 g A2	10	CHARISMA	37,50	375,00
235	Unidade	Resina fotopolimerizável flow A2	13	FGM	13,60	176,80
245	Frasco	Solução 0,5% de hipoclorito de sódio – líquido de Dakin – 1000 ml	02	VIC PHARMA	3,06	6,12
249	Unidade	Sonda clínica Perry curva	40	HU FRIEDY	167,00	6.680,00
253	Unidade	Sonda periodontal milimetrada tipo Carolina do Norte 15mm UNC 15	10	GOLGRAN	34,18	341,80
254	Caixa	Sugador cirúrgico plástico descartável com 40 unidades	105	MAQUIRA	36,90	3.874,50
256	Unidade	Tesoura cirúrgica 15 cm reta ponta fina	32	GOLGRAN	22,61	723,52
258	Unidade	Tesoura Goldman-Fox reta 13,5cm inox	10	GOLGRAN	25,15	251,50
259	Unidade	Tesoura ouro 10cm para corte de metal	10	GOLGRAN	18,84	188,40
260	Frasco	Ticresol formalina 10 ml	12	BIODINAMICA	4,05	48,60
263	Caixa	Tira de poliéster com 100 unidades	14	K-DENT	1,86	26,04
TO-TAL						63.868,27

Irineópolis, 01 de janeiro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

#### ATA RP PROC 53/2016 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 53/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 53/2016, Pregão Presencial nº 19/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. José Donizete Ruckl - representante da empresa Anesio Buzzi e Cia Ltda, Sr. Salvio Inacio - representante da empresa Walendowsky & Cia Ltda; Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Anesio Buzzi e Cia Ltda e Walendowsky & Cia Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 53/2016, Pregão Presencial nº 19/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. José Donizete Ruckl - representante da empresa Anesio Buzzi e Cia Ltda, Sr. Salvio Inacio - representante da empresa Walendowsky & Cia Ltda; Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Anesio Buzzi e Cia Ltda e Walendowsky & Cia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Anesio Buzzi & Cia Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor unitário	Valor total R\$
02	3.000	Litro	Gasolina Comum	3,50	10.500,00

TOTAL	10.500,00
(dez mil e quinhentos reais)	

Irineópolis, 01 janeiro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

### **ATA RP PROC 56/2016 FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 56/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 56/2016, Pregão Presencial nº 20/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sra. Daniele Flavia Sorg- representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Sr. Walter Ernst Ahlf - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Papelaria São Bento Ltda ME e AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Encerrou-se a sessão as 11:30h e com retorno as 13:00h

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 56/2016, Pregão Presencial nº 20/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sra. Daniele Flavia Sorg- representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Sr. Walter Ernst Ahlf - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. A empresa Lech & Cia Ltda apresentou item 7, subitem 7.2 alínea "f" vencida e o item 7, subitem 7.3, alínea "b" em desacordo com o solicitado no edital. A empresa Papelaria São Bento Ltda ME apresentou o item 7, subitem 7.3, alínea "b", índice de liquidez de 2014. A empresa AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP deixou de apresentar o índice de liquidez apresentando índice de solvência geral. Por orientação jurídica a comissão decide aplicar o artigo 48, §3º "quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas,..." pela única empresa habilitada vender somente frutas e verduras. Abre-se prazo de 08(oito) dias úteis para apresentação dos documentos solicitados. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública relativo ao Processo Licitatório nº 56/2016 - Pregão Presencial nº 20/2016, os membros da Comissão de Licitação: Sra. Patricia Fabiane Fronczak- Pregoeira; Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Andressa Bendlin, designados pela Portaria nº 01/2016, para análise dos documentos encaminhados pelas proponentes interessadas em participar do presente processo. Após recebimento e análise dos documentos encaminhados pelas proponentes AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP; Lech & Cia Ltda e Papelaria São Bento Ltda EPP e foi verificado que as mesmas apresentaram os documentos restantes descritos na ata nº 66/2016 do dia 13 de dezembro de 2016, com isso dando continuidade no presente processo, encaminhando-se o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda



ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS ALIMENTOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
4	80	QUILO	<p>ACHOCOLATADO EM PÓ</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – MISTURA EM PÓ PARA O PREPARO DE ACHOCOLATADO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS. O PRODUTO DEVE ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS DE COR, SABOR, CHEIRO, PRESERVADAS, DEVE SER FORMULADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SELECIONADAS. INGREDIENTES: AÇÚCAR, CACAU EM PÓ, MALTO DEXTRINA, AMIDO DE MILHO, SAL REFINADO, AROMATIZANTES, VITAMINAS (PP, B6, B2, B1, B12 E ÁCIDO FÓLICO) E ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA.</p> <p>EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1KG</p> <p>RENDIMENTO: 1,010KG = 40 PORÇÕES DE 200ML</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍN.12 MESES.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 60 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	GOODLAK	8,80	704,00
5	20	PACOTE	<p>AÇÚCAR REFINADO ESPECIAL</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO PROCESSADO DA CANA-DE-AÇÚCAR COM MOAGEM REFINADA. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, COLORAÇÃO, MISTURAS E PESO INSATISFATÓRIO;</p> <p>EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 5KG.</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	ALTO ALEGRE	13,85	277,00
13	10	PACOTE	<p>ARROZ PARBOILIZADO TIPO I</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: GRUPO: PARBOILIZADO. CLASSE: LONGO FINO - TIPO I.</p> <p>O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES PERCENTUAL DE IMPUREZAS ACIMA DE 5% (GRÃOS QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS).</p> <p>EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5KG, EM EMBALAGENS DE POLIETILENO TRANSPARENTE;</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	MINUTINHO	13,20	132,00
47	40	UNIDADE	<p>DOCE DE FRUTAS DIVERSOS SABORES</p> <p>INGREDIENTES: POLPA DE FRUTA, AÇÚCAR, GLICOSE DE MILHO, CONSERVANTE SORBATO DE POTÁSSIO E ÁCIDO CÍTRICO.</p> <p>EMBALAGEM: POTES DE POLIETILENO ATÓXICO, COM PESO LÍQUIDO DE 400G.</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	DIFRUTTI	3,60	144,00

57	05	QUILO	FEIJÃO PRETO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – PRETO TIPO I, NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS, SEM A PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARUNCHADOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	BRINGUETTI	7,60	38,00
64	50	PACOTE	FLOCOS DE MILHO AÇUCARADOS INGREDIENTES: MILHO, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, SAL, ÁCIDO ASCÓRBICO (VITAMINA C), NIACINAMIDA (NIACINA), MONONITRATO DE TIAMINA (VITAMINA B1), RIBOFLAVINA (VITAMINA B2), PIRIDOXINA (VITAMINA B6), COBALAMINA (VITAMINA B12), PANTOTENATO DE CÁLCIO (ÁCIDO PANTOTÊNICO), PIROFOSFATO FÉRRICO (FERRO), ÁCIDO FÓLICO, SULFATO DE ZINCO (ZINCO), ANTIOXIDANTE LECITINA DE SOJA, REGULADOR DE ACIDEZ BICARBONATO DE SÓDIO. EMBALAGEM: SACOS DE POLIETILENO TRANSPARENTE DE 1 KG A 2 KG. DEVE APRESENTAR EMBALAGEM E ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	GOLD FLAKES	26,60	1.330,00
66	10	PACOTE	FLOCOS DE MILHO PRÉ COZIDO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FUBÁ DE MILHO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS OU IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 500G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	SINHA	1,70	17,00
76	1000	LITRO	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL UHT CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO CLASSIFICADO EM INTEGRAL, PASSANDO PELO PROCESSO DE PASTEURIZAÇÃO, AQUECIDO A 139°C E ENVASADO ASSEPTICAMENTE EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL A GERMES. INGREDIENTES: TEOR DE GORDURA DE 3%, LEITE FLUIDO INTEGRAL E ESTABILIZANTES CITRATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO, DIFOSFATO DE SÓDIO E TRIFOSFATO DE SÓDIO. EMBALAGEM: O LEITE INTEGRAL UHT, DEVE SER ENVASADO EM CAIXAS DE 1 LITRO COM MATERIAL ADEQUADO PARA AS CONDIÇÕES PREVISTAS DE ARMAZENAMENTO E QUE GARANTA A HERMETICIDADE DA EMBALAGEM E PROTEÇÃO APROPRIADA CONTRA CONTAMINAÇÃO. NÃO DEVERÁ CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS MACRO E MICROSCOPICAMENTE VISÍVEIS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	LANGUIRU	2,56	2.560,00
137	40	UN	LEITE CONDENSADO – EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 350G	PIRACANJUBA	3,59	143,60
148	100	PCT	GARFO PLÁSTICO DESCARTÁVEL – PEQUENO – EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	STRAWPLAST	2,45	245,00



149	100	PCT	PRATO DESCARTÁVEL – PEQUENO 15CM – PACOTE COM 10 UNIDADES	COPOSUL	1,10	110,00
150	100	PCT	PRATO DESCARTÁVEL – MÉDIO 21CM - PACOTE COM 10 UNIDADES	COPOSUL	2,10	210,00
151	100	PCT	PRATO DESCARTÁVEL – GRANDE 25,8CM – PACOTE COM 10 UNIDADES	COPOSUL	3,90	390,00
TOTAL R\$ 6.300,60 (SEIS MIL TREZENTOS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)						

## Frutas e Verduras Indiana Ltda – EPP

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS ALIMENTOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
10	100	UNIDADE	ALFACE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – DE 1ª QUALIDADE, FOLHAS FIRMES, ÍNTEGRA, NÃO PODERÁ ESTAR MURCHA, TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES TRANSPARENTES. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO.	IN NATURA	0,94	94,00
17	500	QUILO	BANANA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: 1ª QUALIDADE. GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, UNIDADES MÉDIAS APROXIMADAMENTE 120G. PRODUTOS MADUROS OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO.	IN NATURA	2,99	1.495,00
18	50	QUILO	BATATA INGLESA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BATATA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO.	IN NATURA	2,19	109,50
37	50	QUILO	CENOURA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CENOURA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, PRODUTO COM TAMANHO MUITO PEQUENO OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO.	IN NATURA	1,95	97,50
38	50	QUILO	CEBOLA DE CABEÇA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CEBOLA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO.	IN NATURA	1,52	76,00

74	500	QUILO	<p>LARANJA</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. A LARANJA DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE, PRODUTO COM TAMANHO PEQUENO OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS.</p> <p>EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO</p>	IN NATURA	2,99	1.495,00
78	500	QUILO	<p>MAÇÃ FUJI</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MAÇÃ VERMELHA CLASSIFICADA TIPO A. DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. A MAÇÃ DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE, PRODUTO COM DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS.</p> <p>EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO</p>	IN NATURA	4,60	2.300,00
89	200	QUILO	<p>MAMÃO FORMOSA</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. O MAMÃO DEVE SER ENTREGUE PRONTO PARA A DEGUSTAÇÃO, NÃO ESTANDO VERDE E NEM MUITO MADURO, LIVRES DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE.</p> <p>EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO</p>	IN NATURA	4,69	938,00
99	50	DÚZIA	<p>OVOS DE GALINHA</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: OVO CLASSE A, ÍNTEGRO, SEM MANCHAS OU SUJIDADES, TAMANHO UNIFORME. DEVE APRESENTAR CASCA LISA, POUCO POROSA, RESISTENTE E FORMATO CARACTERÍSTICO, SEM PERFURAÇÕES OU RACHADURAS QUE COMPROMETA O CONSUMO HUMANO.</p> <p>EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM CAIXA FECHADA CONTENDO 12 UNIDADES INTACTAS, COM INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO SIF.</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: VALIDADE MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 05 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM CAIXAS DE PAPELÃO BEM FECHADAS EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	KOHIYAMA	5,29	264,50
114	50	QUILO	<p>REPOLHO</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: REPOLHO DE 1ª QUALIDADE, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. PRODUTOS DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS.</p> <p>EMBALAGEM: UNIDADES EM MÉDIA DE 1 KG. O PRODUTO DEVE ESTAR EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES E TRANSPARENTES O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO.</p>	IN NATURA	1,20	60,00

122	50	QUILO	TOMATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO.	IN NATURA	2,99	149,50
TOTAL R\$ 7.079,00 (SETE MIL E SETENTA E NOVE REAIS)						

Lech &amp; Cia Ltda

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS ALIMENTOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
35	300	QUILO	CARNE MOÍDA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PEÇA DE CARNE BOVINA SEM OSSO, CONGELADA E MOÍDA SEM SEBO. DEVE APRESENTAR COR, APARÊNCIA, TEXTURA E AROMA CARACTERÍSTICOS. EMBALAGEM: SEM ABERTURAS, INTACTA. EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE. DEVERÁ ESTAR CONGELADA, EM PACOTES DE 2 KG, COM INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO SIF. PRAZO DE VALIDADE: VALIDADE MÍNIMA DE 60 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO E REFRIGERADO, OU EM CAIXAS DE ISOPOR BEM FECHADAS EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	DISTRIBOI	14,84	4.452,00
36	100	QUILO	CARNE BOVINA (COXÃO MOLE) EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIPROPILENO REFORÇADO E REVESTIDO POR CAIXA DE PAPELÃO (TIPO KRAFT) OU CAIXA PLÁSTICA LIMPA, DE ATÉ 20KG. EMBALADOS EM PACOTES DE ATÉ 1KG DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NOS DEMAIS APÓS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: VALIDADE MÍNIMA DE 60 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO E REFRIGERADO, OU EM CAIXAS DE ISOPOR BEM FECHADAS EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	DISTRIBOI	22,90	2.290,00
50	20	UNIDADE	EXTRATO DE TOMATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONCENTRADO. O EXTRATO DE TOMATE DEVE SER PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, ESCOLHIDOS, SÃOS, SEM PELE E SEM SEMENTES. O PRODUTO DEVE ESTAR ISENTO DE FERMENTAÇÕES. SEM ADITIVOS E CONSERVANTES. INGREDIENTES: TOMATE, SAL E AÇÚCAR. EMBALAGEM: EMBALAGEM SACHE DE 1,020GR PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	QUERO	6,00	120,00

67	100	QUILO	FRANGO CONGELADO – COXA E SOBRE-COXA: CARACTERÍSTICA TÉCNICAS: COXA E SOBRE-COXA DE FRANGO CONGELADO. A AVE DEVE ESTAR FIRME E SEM MANCHAS, PEÇA LISA E COLORAÇÃO CLARA, ADERENTE, SEM ODORES; DEVERÃO SER TRANSPORTADOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA; EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM BANDEJAS OU SACOS DE POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 1 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO E REFRIGERADO, OU EM CAIXAS DE ISOPOR BEM FECHADAS EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	LAR	6,60	660,00
87	50	UNIDADE	MAIONESE INGREDIENTES: ÁGUA, ÓLEO VEGETAL, AMIDO MODIFICADO DE MILHO (GENETICAMENTE MODIFICADO A PARTIR DE BACILLUS THURINGIENSIS E/OU STREPTOMYCES VIRIDOCROMOGENES E/OU AGROBACTERIUM TUMEFASCIENS E/OU ZEA MAYS), AÇÚCAR, OVOS PASTEURIZADOS, SAL, VINAGRE, ACIDULANTES: ÁCIDO LÁCTICO E ÁCIDO CÍTRICO, ESTABILIZANTES: GOMA GUAR E GOMA XANTANA, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO, AROMATIZANTES, SEQUESTANTE EDTA - CÁLCICO DISSÓDICO, CORANTE PÁPRICA E ANTIOXIDANTES: BHT E BHA. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM POTES DE POLIETILENO BEM VEDADOS DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	SOYA	3,50	175,00
93	60	PACOTE	MILHO PARA PIPOCA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES E OUTRAS MISTURAS DE ESPÉCIES, EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM PACOTES DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	JUREIA	2,70	162,00
98	50	UNIDADE	ÓLEO DE SOJA INGREDIENTES: ÓLEO DE SOJA 100% NATURAL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM EMBALAGENS TRANSPARENTES ATÓXICAS TIPO PET NÃO APRESENTANDO AMASSAMENTO OU VAZAMENTO, APRESENTANDO CONTEÚDO DE 900 ML. ÓLEO OBTIDO DE MATÉRIA-PRIMA VEGETAL EM BOM ESTADO SANITÁRIO. DEVE ESTAR ISENTO DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO E ISENTO DE IMPUREZAS À 25°C, TER ASPECTO LÍMPIDO, COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	LEVE	3,43	171,50

117	300	QUILO	<p>SALSICHA TIPO HOT DOG CONGELADA</p> <p>INGREDIENTES: SALSICHA TIPO HOT DOG, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CORANTES NATURAIS, CARNE DE AVE E DE SUÍNO, CONGELADA. DEVE APRESENTAR-SE COM ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E APARÊNCIA CARACTERÍSTICOS, SEM MANCHAS ESVERDEADAS, LIVRES DE PARASITAS, SUJIDADES E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE.</p> <p>EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, SEM ABERTURAS. ACONDICIONADO À VÁCUO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, ATÓXICA, 500G OU 3 KG, COM INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SIF/DIPOA E CARIMBO DE INSPEÇÃO SIF.</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 45 DIAS.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO E REFRIGERADO, OU EM CAIXAS DE ISOPOR BEM FECHADAS EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	FRICASA	5,24	1.572,00
123	10	UNIDADE	<p>VINAGRE DE ÁLCOOL</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FERMENTADO ACÉTICO DE ÁLCOOL HIDRATADO E ÁGUA. ACIDEZ 4%.</p> <p>EMBALAGEM: EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 900 ML. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA.</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	HENING	1,15	11,50
129	20	UN	<p>FERMENTO EM PÓ QUÍMICO</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, PARA CONFEÇÃO DE BOLOS. ISENTO DE MOFO E QUALQUER SUBSTÂNCIA NOCIVA.</p> <p>EMBALAGEM: POTE PLÁSTICO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM TAMPA DE ROSCA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, CONTENDO 100G DO PRODUTO.</p>	FLEISCHMAN	2,09	41,80
130	20	PCT	LEITE EM PÓ DESNATADO – EMBALAGEM COM 500G	GLORIA	8,50	170,00
133	05	UN	CRAVO – EMBALAGEM DE 39G			
INCAS	1,84	9,20				
142	500	UN	BEBIDA LÁCTEA – DIVERSOS SABORES – EM BALAGEM DE 900ML	PIA	4,15	2.075,00
143	50	UN	PALITO PARA CHURRASCO - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PARANA	2,68	134,00
144	50	UN	PALITO PARA PICOLE – EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	INCAS	1,70	85,00
145	100	KG	PEITO DE FRANGO – EMBALAGEM DE 01KG	LAR	8,07	807,00
146	50	KG	PATINHO DE CARNE BOVINA – EMBALAGEM DE 01KG	DISTRIBOI	20,62	1.031,00
TOTAL R\$ 13.967,00 (TREZE MIL NOVECENTOS E SESENTA E SETE REAIS)						

Papeleria São Bento Ltda – EPP

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS ALIMENTOS	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------------	---------	-------------------------	-------	--------------------	-----------------

11	10	CAIXA	<p>AMIDO DE MILHO</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO. DEVE SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTA DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS OU IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO.</p> <p>EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EMBALAGEM DE 500G. DEVE CONTER SUA FORMULAÇÃO, INDICAÇÃO PARA PREPARO, E PRAZO DE VALIDADE.</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍN 10 MESES.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX 60 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	NEILAR	3,34	33,40
24	300	PACOTE	<p>BISCOITO LEITE</p> <p>INGREDIENTE: FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR INVERTIDO, SORO DE LEITE EM PÓ, SAL REFINADO, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE AMÔNIO, BICARBONATO DE SÓDIO E PIROFOSFATO ÁCIDO DE SÓDIO, MELHORADOR DE FARINHA: METABISSULFITO DE SÓDIO, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE</p> <p>EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE (COM DUPLA EMBALAGEM) COM PESO DE 400G.</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	PRODASA	3,39	1.017,00
32	10	QUILO	<p>CANJIQUEINHA DE MILHO AMARELO FINA</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CANJIQUEINHA DE MILHO AMARELA/XERÉM FINA.</p> <p>EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1KG, LIVRE DE VIOLAÇÕES.</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	ZANIN	2,54	25,40
34	15	UNIDADE	<p>CANELA EM PÓ</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CANELA EM PÓ</p> <p>EMBALAGEM: EMBALAGEM 30G</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO</p>	NEILAR	1,99	29,85
52	20	PACOTE	<p>FARINHA DE TRIGO ESPECIAL</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, TIPO I, DE COR BRANCA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO.</p> <p>EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA E SER RESISTENTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 5KG.</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	ALVIVERDE	11,24	224,80
59	10	UNIDADE	<p>FERMENTO EM PÓ BIOLÓGICO</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FERMENTO BIOLÓGICO, SECO, INSTANTÂNEO, PARA PÃO. ISENTO DE MOFO E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS.</p> <p>EMBALAGEM: HERMETICAMENTE FECHADA (VÁCUO), CONTENDO 125G EM ENVELOPES ALUMINIZADOS.</p> <p>PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES.</p> <p>DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.</p> <p>ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.</p>	POKAMAYA	4,39	43,90

88	60	POTE	MARGARINA COM SAL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: COM REDUÇÃO DE 50% TEOR DE LIPÍDEOS. EMBALAGEM: EMBALAGEM DE PLÁSTICO, ATÓXICO, INDIVIDUAL, DEVE CONTER PESO LÍQUIDO DE 500G, DE POLIETILENO LEITOSO E RESISTENTE, APRESENTANDO VEDAÇÃO ADEQUADA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	COAMO EXTRA	4,19	251,40
91	50	UNIDADE	MILHO VERDE EM CONSERVA INGREDIENTES: MILHO, ÁGUA, E SAL, SEM CONSERVANTES. EMBALAGEM: SACHÊ DE 200G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	OLE	1,88	94,00
115	10	PACOTE	SAGÚ - FÉCULA DE MANDIOCA INGREDIENTES: SAGU: FÉCULA DE MANDIOCA (FORMATO PÉROLA), SEM ADIÇÃO DE GLÚTEN; MISTURA SABOR DE UVA: AÇÚCAR, ÁCIDO CÍTRICO (INS330), AROMA NATURAL DE UVA, CORANTE NATURAL DE CLOROFILA (INS 140I) E CORANTE NATURAL DE CARMIM (INS 120), SEM ADIÇÃO DE GLÚTEN. EMBALAGEM: POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 500 GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	NEILAR	3,09	30,90
116	10	QUILO	SAL REFINADO IODADO INGREDIENTES: SAL IODADO. EMBALAGEM: POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	CRUZEIRO	1,58	15,80
118	50	LATA	SARDINHA ENLATADA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: SARDINHAS AO PRÓPRIO SUCO C/ ÓLEO COMESTÍVEL, REPARADA COM PESCADO FRESCO, LIMPO, EVISCERADO, COZIDO, IMERSA EM ÓLEO COMESTÍVEL. INGREDIENTES: SARDINHAS, ÁGUA DE CONSTITUIÇÃO (AO PRÓPRIO SUCO), ÓLEO COMESTÍVEL E SAL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM LATAS DE 125G. PRAZO DE VALIDADE: MÍN.12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 60 DIAS. ENTREGA: O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM VEÍCULO FECHADO, EM BOAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E QUE GARANTAM A QUALIDADE E CONSERVAÇÃO DO PRODUTO.	88	2,87	143,50
124	500	UN	SUCO EM PÓ – EMBALAGEM DE 20G	NEILAR	0,79	395,00
126	300	PCT	BISCOITO SALGADO – EMBALAGEM DE 360G	PRODASA	4,25	1.275,00
127	100	PCT	BISCOITO DOCE – EMBALAGEM DE 700G	PRODASA	6,88	688,00
128	20	PCT	GRANULADO – EMBALAGEM DE 150G	DORI	2,87	57,40
131	100	CX	PÓ PARA GELATINA – EMBALAGEM DE 30G – DIVERSOS SABORES	NEILAR	0,79	79,00
132	50	LATA	ERVILHA EM CONSERVA EMBALAGEM DE 500G	OLE	1,50	75,00
134	50	UN	PÓ PARA PUDIM – DIVERSOS SABORES – EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 50G	NEILAR	1,28	64,00
135	40	CX	CHÁ MATE NATURAL – CAIXA COM 12 UNIDADES	CHINES	3,40	136,00
136	40	UN	CREME DE LEITE – EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	ITALAC	1,84	73,60



138	40	UN	DOCE DE LEITE – EMBALAGEM COM 500G	TRIANGULO	3,99	159,60
139	10	PCT	FARINHA DE MILHO TIPO BIJU – EMBALAGEM DE 01 KG	PICOLI	3,64	36,40
140	10	PCT	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE – PACOTE COM 500G	OGLIARI	2,58	25,80
141	10	PCT	MACARRÃO TIPO PARAFUSO – EMBALAGEM COM 500G	OGLIARI	2,59	25,90
147	100	PCT	COLHER PLÁSTICA DESCARTÁVEL – PEQUENA – PACOTE COM 50 UNIDADES	STRAPLAST	2,48	248,00
152	500	PCT	COPO DESCARTÁVEL 150ML, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	BOMPACK	3,29	1.645,00
153	500	PCT	COPO DESCARTÁVEL 200ML, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	BOMPACK	4,59	2.295,00
TOTAL R\$ 9.188,65 (NOVE MIL CENTO E OITENTA E OITO REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)						

Irineópolis, 01 janeiro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

## ATA RP PROC 62/2016 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 62/2016, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 25/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher; Sr. Lucio Flavio Lima, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda.; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa M Mobille Eirelli - EPP; Sr. Matheus Briancini - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda. EPP; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda. EPP, e Sr. Luis Kaminski, representante da empresa Luis Kaminski - ME. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; M Mobille Eirelli - EPP; Papelaria São Bento Ltda ME, Luis Kaminski - ME e AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Encerrou-se a sessão as 11:30h e com retorno as 13:00h.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 62/2016, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 25/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher; Sr. Lucio Flavio Lima, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda.; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa M Mobille Eirelli - EPP; Sr. Matheus Briancini - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda. EPP; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda. EPP, e Sr. Luis Kaminski, representante da empresa Luis Kaminski - ME. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Lech & Cia Ltda; M Mobille Eirelli - EPP; Papelaria São Bento Ltda ME, Luis Kaminski - ME; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe.

A empresa AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP apresentou o item 7, subitem 7.3 alínea "b" com cálculo em desacordo com o solicitado no edital, sendo considerada INABILITADA.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata. O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 2 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: LUIS KAMINSKI - ME - LK MOVEIS P/ESCRITORIO E SUPR, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 16 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: LECH & CIA LTDA, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 36 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: M MOBILE EIRELI, pelo motivo: O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 37 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: M MOBILE EIRELI, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 38 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 40 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: M MOBILE EIRELI, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 43 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: LECH & CIA LTDA, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 51 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL.

O Fornecedor LUIS KAMINSKI - ME - LK MOVEIS P/ESCRITORIO E SUPR é ex-vencedor do Item 2 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: M MOBILE EIRELI, pelo motivo: pede desistência por ter ganhado somente este item .O envelope com a documentação da empresa Luis Kaminski - ME, permanecerá lacrado junto ao processo. Sem nada mais a tratar encerra a presente sessão.

Lech & Cia Ltda

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
07	34	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	GIRANDO-SOL	1,10	37,40
34	34	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonato de sódio. embalagem de 1Kg	ASSIM	5,40	183,60
43	06	Unidade	Toalha de rosto 100% algodão, medidas mínimas 48X70cm	KARSTEN	5,40	32,40
47	12	Gl	Água mineral 20 litros	TREZE TI-LHAS	9,50	114,00
69	03	Unidade	Tapete emborrachado	MULTI	16,90	50,70
TOTAL R\$ 418,10 (quatrocentos e dezoito reais e dez centavos)						

#### M Mobile Eireli – EPP

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	43	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	ZAVASKI	1,98	85,14
02	42	Litro	Álcool etílico hidratado 46,2% embalagem 1 litro	DA ILHA	5,13	215,46
06	06	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem de 2 litros	VERDESAN	4,29	25,74
18	10	Par	Luva Multiuso de Latex cor amarela tamanho M	VOLK	4,65	46,50
24	06	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	MARTINS	3,40	20,40
27 100 Pacote Papel toalha bronze, interfolhas, 100% de fibras celulósicas, tamanho 20x21cm, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.250 folhas ILHAPEL 9,75 975,00						
41	24	Unidade	Saco - Pano de chão alvejado 100% algodão, encorpado e absorvente, – medidas mínimas comprimento 83cm e largura 60cm	MARTINS	3,98	95,52
56	30	Unidade	Pano de limpeza multiuso 35X29 cm	VABENE	2,60	78,00
58	50	Pacote	Papel toalha branco c/02 rolos com 60 toalhas 22X20 cm	BOB	3,30	165,00
61	07	un	Vassoura nylon com cabo e cerda média	INOVATA	7,88	55,16
TOTAL R\$ 1.761,92 (um mil setecentos e sessenta e um reais e noventa e dois centavos)						

#### Papelaria São Bento Ltda – EPP

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
03	02	Frasco	Amaciante de roupa com 02 litros	VERDESAN	3,98	7,96
04	05	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	ARGPLAST	7,28	36,40
10	32	Unidade	Esponja dupla-face multi-uso Esponja dupla-face multi-uso, 100x71x20mm, bicolor: lado verde de fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado amarelo de esponja macia para limpeza mais delicada.	BETAMIN	0,97	31,04
11	02	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades	INOVE	1,89	3,78

12	02	Unidade	Esponja de aço inoxidável com 8 gramas, Produto fabricado em aço inox com fio 0,10mm. Não enferruja, não solta fuligens. Produto especial para brilho em louças de alumínio.	ZAWASKI	1,97	3,94
21	20	Pacote	Maço de fósforo com 10 unidades com 40 palitos	PARANA	2,29	45,80
22	04	Frasco	Multi Uso com 500 ml	WORKEN	2,84	11,36
31	05	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	COLOMBINA	8,89	44,45
33	16	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	ZAWASKI	6,77	108,32
38	60	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 30 liros/6kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 59 x 62 cm.	SABENSUL	29,59	1.775,40
39						
52						
		Pacote				
			Saco p/ lixo capacidade 50 liros/10kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 63 x 80 cm.			
			SABENSUL			
			24,98			
			1.298,96			
51	06	Pct	Copo plástico descartável transparente 180 ml c/100 um	BOMPACK	3,29	19,74
62	50	Pacote	Saco de lixo – 150 litros	BOMPACK	3,97	198,50
63	44	Fr	Álcool gel	CHEMIN	5,40	237,60
64	100	Pacote	Guardanapo grande – embalagem com 50 unidades	BOB	2,49	249,00
65	100	Pacote	Guardanapo pequeno – embalagem com 50 unidades	BOB	0,99	99,00
66	10	Caixa	Luvas plásticas descartáveis - caixa com 100 unidades – tamanho M	LAGROTA	2,83	28,30
67	04	Unidade	Flanela	MARTINS	1,19	4,76
68	01	Unidade	Jogo de tapetes para banheiro	POWER	44,38	44,38
TOTAL R\$ 4.248,69 (quatro mil duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos)						

Irineópolis, 05 janeiro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

## ATA RP PROC 62/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 62/2016, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 25/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher; Sr. Lucio Flavio Lima, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda.; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa M Mobille Eirelli - EPP; Sr. Matheus Briancini - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda. EPP; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda. EPP, e Sr. Luis Kaminski, representante da empresa Luis Kaminski - ME. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; M Mobille Eirelli - EPP; Papelaria São Bento Ltda ME, Luis Kaminski - ME e AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Encerrou-se a sessão as 11:30h e com retorno as 13:00h.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 62/2016, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 25/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Marcia Maria Kerscher; Sr. Lucio Flavio Lima, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda.; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa M Mobille Eirelli - EPP; Sr. Matheus Briancini - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda. EPP; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda. EPP, e Sr. Luis Kaminski, representante da empresa Luis Kaminski - ME. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Lech & Cia Ltda; M Mobille Eirelli - EPP; Papelaria São Bento Ltda ME, Luis Kaminski - ME; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe.

A empresa AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP apresentou o item 7, subitem 7.3 alínea "b" com cálculo em desacordo com o solicitado no edital, sendo considerada INABILITADA.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 2 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: LUIS KAMINSKI - ME - LK MOVEIS P/ESCRITORIO E SUPR, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 16 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: LECH & CIA LTDA, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 36 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: M MOBILE EIRELI, pelo motivo: O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 37 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: M MOBILE EIRELI, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 38 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 40 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: M MOBILE EIRELI, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 43 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: LECH & CIA LTDA, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL O Fornecedor AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA é ex-vencedor do Item 51 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: PAPELARIA SAO BENTO LTDA - EPP, pelo motivo: EMPRESA EM DESACORDO COM DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA NO EDITAL - CALCULO DA LIQUIDEZ CORRENTE NO BALANÇO PATRIMONIAL. O Fornecedor LUIS KAMINSKI - ME - LK MOVEIS P/ESCRITORIO E SUPR é ex-vencedor do Item 2 do Processo 62/2016, o novo vencedor é: M MOBILE EIRELI, pelo motivo: pede desistência por ter ganho somente este item .O envelope com a documentação da empresa Luis Kaminski - ME, permanecerá guardado junto ao processo. Sem nada mais a tratar encerra a presente sessão.

Lech & Cia Ltda

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
07	200	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	GIRANDO-SOL	1,10	220,00
25	120	Fardo	Papel higiênico - embalagem com 64 rolos de 60 metros	MILLI	35,00	4.200,00
34	60	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonato de sódio. embalagem de 1Kg	ASSIM	5,40	324,00
47	80	Gl	Água mineral 20 litros	TREZE TI-LHAS	9,50	760,00
48	50	Gl	Água mineral 5 litros	TREZE TI-LHAS	4,90	245,00
52	50	Pct	Copo plástico descartável transparente 50 ml c/100 um	TOTALPLAST	2,00	100,00
TOTAL R\$ 5.849,00 (cinco mil oitocentos e quarenta e nove reais)						

M Mobile Eireli – EPP

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	140	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	ZAVASKI	1,98	277,20
06	100	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem de 2 litros	VERDESAN	4,29	429,00
18	80	Par	Luva Multiuso de Latex cor amarela tamanho M	VOLK	4,65	372,00
24	20	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	MARTINS	3,40	68,00
40	52	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 100 litros/2kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 75 x 105 cm.	IDEAL	39,50	2.054,00
41	80	Unidade	Saco - Pano de chão alvejado 100% algodão, encorpado e absorvente, – medidas mínimas comprimento 83cm e largura 60cm	MARTINS	3,98	318,40

56						
20						
Unidade						
Pano de limpeza multiuso 35X29 cm						
VABENE						
2,60						
52,00						
57	120	Fardo	Papel higiênico folha simples 100m com 12 um	BOB	18,80	2.256,00
58	20	Pacote	Papel toalha branco c/02 rolos com 60 toalhas 22X20 cm	BOB	3,30	66,00
61	30	un	Vassoura nylon com cabo e cerda média	INOVATA	7,88	236,40
TOTAL R\$ 6.129,00 (seis mil cento e vinte e nove reais)						

## Papeleria São Bento Ltda – EPP

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
04	10	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade de 15 litros.	ARGPLAST	7,28	72,80
05	200	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 200 ml - Pacote com 100 unidades	BOMPACK	3,50	700,00
10	240	Unidade	Esponja dupla-face multi-uso Esponja dupla-face multi-uso, 100x71x20mm, bicolor: lado verde de fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado amarelo de esponja macia para limpeza mais delicada.	BETAMIN	0,97	232,80
11	15	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades	INOVE	1,89	28,35
12	20	Unidade	Esponja de aço inoxidável com 8 gramas, Produto fabricado em aço inox com fio 0,10mm. Não enferruja, não solta fuligens. Produto especial para brilho em louças de alumínio.	ZAWASKI	1,97	39,40
21	20	Pacote	Maço de fósforo com 10 unidades com 40 palitos	PARANA	2,29	45,80
29	10	Rolo	Plástico para alimentos de 5kg com 100 unidades	SABENSUL	4,49	44,90
31	20	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	COLOMBINA	8,89	177,80
32	50	Unidade	Rodo de espuma 25 cm com fibra abrasiva cor verde cabo e estrutura do rodo em madeira, espuma de alta densidade grossa	COLOMBINA	9,67	483,50
33	20	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	ZAWASKI	6,77	135,40
42						
40						
Frasco						
Saponáceo líquido embalagem de 300g						103,60
SANIBRILHO						
2,59						
46	20	Tubo	Adesivo instantâneo universal 3 gr	TEK BOND	4,98	99,60
49	200	Un	Aparelho de barbear 02 lâminas revestidas de cromo e platina com cabo deslizante	BIC	2,89	578,00
50	20	Um	Cera líquida incolor 750 ml	RUBI	3,59	71,80
51	800	Pct	Copo plástico descartável transparente 180 ml c/100 um	BOMPACK	3,29	2.632,00
53	05	Un	Garrafa térmica 1 litro	ALADIN	29,89	149,45
55	30	Frasco	Odorizador de ar 360 ml	ULTRAFLECH	8,49	254,70
59	200	Unidade	Pedra Sanitária 40 gr	SANIBRILHO	1,19	238,00
60	200	Rolo	Saco plástico para alimentos 3kg 28X28cm c/100 un	SABENSUL	3,69	738,00
TOTAL R\$ 6.825,90 (seis mil oitocentos e vinte e cinco reais e noventa centavos)						

Irineópolis, 05 janeiro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal



**CONTRATO Nº 01/2017 - FMS**

CONTRATO Nº 01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2015  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2015

2º Termo Aditivo ao Contrato de locação de imóvel nº 11/2015, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a Sra. Nelci Carvalho da Rocha Moreira.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, de ora em diante denominado de Locatário e de outro lado a Sra. Nelci Carvalho da Rocha Moreira, residente e domiciliada a Rua Bahia, nº 216, Centro, na Cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, portadora do CPF nº 035.400.649-58, RG nº 3.411.051-8 SSPSC de ora em diante denominada de Locador, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 04/2015, modalidade Dispensa de Licitação n.º 01/2015, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Terceira do Contrato n.º 11/2015, de acordo com o Ofício nº 533/2016, da Senhora Giseli Kempinski, deferido em 17 de novembro de 2016, pela Senhora Circe Neppel Sfair, Prefeita Municipal em Exercício, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência de 01.01.2017 à 31.12.2017.

**CLAUSULA SEGUNDA**

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Clausula Quinta do Contrato nº 11/2015, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

Parágrafo único. Eventuais débitos municipais inscritos em dívida ativa ou não, em nome do LOCADOR, de pessoa jurídica que este integre ou ainda incidentes sobre o imóvel objeto da presente, são de integral responsabilidade daquele (locador) e poderão ser descontadas dos créditos a receber do Município.

**CLAUSULA TERCEIRA** - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 01 de janeiro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS	NELCI CARVALHO DA ROCHA MOREIRA
GISELI KEMPINSKI	
Locatário	Locador
Testemunhas:	
Nome: Valdir Marafigo	Nome: Gessica Greschechen
CPF: 017.851.289-30	CPF: 072.218.599-57

**CONTRATO Nº 02/2017 - FMS**

CONTRATO 02/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 23/2013 - FMS  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 05/2013

3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2014 para Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de exames de ecografia que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Geriped Clínica Médica Ltda- EPP.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, de ora em diante denominado de Contratante; e a empresa Geriped Clínica Médica Ltda- EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 12.445.577/0001-96, com sede a rua Primeiro de Maio, 398, União da Vitória- PR, neste ato representado pela Sr Gledemir Fernandes Leal, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 357.736.770-91, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 23/2013, modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços n.º 05/2013 (FMS), pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo Artigo 40, inciso XIV, alínea "c", artigo 55, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Quarta do Contrato nº 01/2014, de acordo com o Ofício nº 534/2016, da Senhora Giseli Kempinski, deferido em 17 de novembro de 2016, pela Senhora Circe Neppel Sfair, Prefeita Municipal em Exercício fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência de 01.01.2017 à 31.12.2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Clausula Quarta do Contrato nº 01/2014, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 01 de janeiro de 2017.

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis	Geriped Clínica Médica Ltda- EPP
Giseli Kempinski	Gledemir Fernandes Leal
Testemunhas:	
Nome: Valdir Marafigo	Nome: Gessica Greschechen
CPF: 017.851.289-30	CPF: 072.218.599-57

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 10/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 10/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: AG Kienen & Cia Ltda; Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Prati, Donaduzzi & Cia Ltda; Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda; Promefarma Representações Comerciais Ltda; Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Ciamed Distribuidora de medicamentos Ltda; Medicamentos de AZ Eireli EPP; Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda; LA Dalla Porta Junior; Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda e Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Irineópolis, 01 de janeiro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 12/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 12/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda; L.A Dalla Porta Junior; Odontomedi produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda; Litoralmed Comercio de Produtos Medicos Eireli ME e Altermed Material Medico Hospitalar Ltda.

Irineópolis, 01 de janeiro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 13/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: L.A Dalla Porta Junior; Odontomedi produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda; Litoralmed Comercio de Produtos Medicos Eireli ME; Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP; Silme's Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME e Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda.

Irineópolis, 01 de janeiro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal



# Itaiópolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 2/2017**

Pregão Presencial nº 2/2017 – Objeto: contratação de empresas para prestarem serviços de Escavadeira Hidráulica com rompedor e serviços de caminhão com prancha. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 31 de Janeiro de 2017, até às 09h15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 31 de Janeiro de 2017, às 09h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioptolis.sc.gov.br](http://www.itaioptolis.sc.gov.br). Itaiópolis, 16 de Janeiro de 2017. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 019 DE 13 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 019, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Comissão de Análise da documentação para deslocamento de Professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 2.4 do Edital nº 04/2016, de 28 de novembro de 2016;

#### Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores ELENICE ANA KIRCHNER, RICARDO KRAEMER e DENISE FRIEDRICH para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão de Análise da documentação para deslocamento de Professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 13 de janeiro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretaria de Administração.

### DECRETO Nº 020 DE 13 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 020, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Itapiranga SC, exercício de 2016, por conta da previsão do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057 de 30 de novembro de 2016;

#### Decreta:

Art. 1º Fica o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2017, por conta do "superávit financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recurso 176 – Recurso do Tesouro do Exercício anterior – Transferência de Capital da União, no valor de R\$ 228.454,38 (Duzentos e vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos) e a fonte de recurso 607 – Recursos do Tesouro do Exercício Anterior – Convenio Polícia Militar, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

03.01 – Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos  
04.181.0014.2007 – Convenio de Transito  
33.90.00.00.00.00.00.0607 – Aplicações diretas .....

..... R\$ 15.000,00

06.01 – Secretaria Municipal Educação Cultura e Desporto – Ensino Fundamental

12.361.0066.1029 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais

44.90.00.00.00.00.00.0176 – Aplicações diretas .....  
..... R\$ 228.454,38

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 13 de janeiro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 13 de janeiro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 021 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 021, de 16 de janeiro de 2017

Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas respectivas alterações, no município de Itapiranga/SC para o fim de regulamentar, em âmbito local, as parcerias e os acordos de cooperação entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, e contém outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações,

#### DECRETA:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1º Recepção, no âmbito local, as definições previstas no art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as atualizações e os acréscimos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de setembro de 2015.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente ao disposto neste Decreto:

I - o Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre Procedimento de Manifestação de Interesse, a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública;

II – o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública

federal e as organizações da sociedade civil.

§ 3º A administração pública municipal adotará procedimentos para orientar e facilitar a realização de parcerias e estabelecerá, sempre que possível, critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados.

§ 4º A Secretaria de Fazenda e Planejamento publicará, no sítio eletrônico oficial do Município, informações que contemplem os procedimentos a serem observados em todas as fases da parceria, para orientar os gestores públicos e as organizações da sociedade civil, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e suas alterações.

§ 5º A atualização das informações referidas no § 3º deve ser constante, tendo como base as alterações da legislação federal.

§ 6º As demais secretarias da administração pública municipal poderão editar orientações complementares, de acordo com as especificidades dos programas e das políticas públicas setoriais.

Art. 2º As parcerias entre a administração pública municipal e as organizações da sociedade civil terão por objeto a execução de atividade ou projeto e deverão ser formalizadas por meio das seguintes modalidades:

I - termo de fomento ou termo de colaboração, quando envolver transferência de recurso financeiro; ou

II - acordo de cooperação, quando não envolver transferência de recurso financeiro.

Art. 3º O acordo de cooperação previsto no inciso II do art. 2º:

I – poderá ser proposto pela administração pública municipal ou pela organização da sociedade civil;

II – será firmado pelo Prefeito, permitida a delegação;

III – poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

Parágrafo único. São aplicáveis ao acordo de cooperação as regras e os procedimentos referidos no art. 5º do Decreto Federal nº 8.726/2016.

Art. 4º O termo de fomento ou termo de colaboração se dará nos termos estabelecidos nos Capítulos a seguir do presente decreto.

## CAPÍTULO II

### DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA SELEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Art. 5º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública municipal, por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e suas alterações.

§ 1º O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, mediante formalização de termo de atuação em rede, se houver previsão no edital, observadas as formalidades dos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser formalizada, em sua fase interna, pelos respectivos conselhos, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.

§ 3º Os termos de fomento ou de colaboração que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados com dispensa do chamamento público, nos termos dos arts. 29 e 30, VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º O chamamento público poderá ser dispensado ou será considerado inexigível nas hipóteses previstas nos art. 30 e art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, mediante decisão fundamentada do Prefeito, nos termos do art. 32 da referida Lei.

§ 5º Além das condições exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil interessada em parceria, nos termos deste Decreto, não poderá estar em débito com a fazenda pública municipal.

Art. 6º A administração pública municipal nomeará Comissão de Seleção e de Julgamento para o Chamamento Público, sendo esta um órgão colegiado, composto por três agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 1º Quando se tratar de Chamamento Público para parceria que envolva programas ou políticas públicas setoriais, a Comissão de que trata este artigo poderá ser composta por mais dois servidores da Secretaria na qual o projeto será realizado.

§ 2º Na portaria de nomeação o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção assumirão a responsabilidade pela condução dos trabalhos.

§ 3º Será impedida de participar de Comissão, para fins deste artigo, o servidor que, nos últimos cinco anos, tenha mantido vínculo jurídico com, ao menos, uma das entidades em disputa.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 5º O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 7º A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º As propostas serão classificadas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II – as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III – os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV – o valor global.

Art. 8º A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 9º As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ 1º Os recursos que não forem reconsiderados pelo colegiado no prazo de cinco dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados ao Prefeito para decisão final.

§ 2º Os recursos poderão ser apresentados no setor de protocolo da Prefeitura.

§ 3º Não caberá novo recurso da decisão do recurso previsto neste artigo.

Art. 10. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

## CAPÍTULO III

### DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 11. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à administração pública municipal, diretamente na Secretaria vinculada à área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§ 1º O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação de viabilidade, de custos, de benefícios e de prazos de execução da ação pretendida.

§ 2º Preenchidos os requisitos, a administração pública municipal deverá tornar pública a proposta no sítio eletrônico do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade sobre o tema.

§ 3º A realização do procedimento previsto no § 2º não obrigará a execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com as possibilidades da administração pública municipal.

§ 4º A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.

§ 5º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público.

Art. 12. A execução das parcerias pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

§ 1º A atuação em rede pode se efetivar pela realização de ações coincidentes, quando há identidade de intervenções, ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria.

§ 2º A rede deve ser composta por:

I - uma organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública municipal, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública municipal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

§ 3º A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

§ 4º Aplica-se, à atuação em rede, o disposto nos arts. 45 e seguintes do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

#### CAPÍTULO IV

#### DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. A Comissão de Monitoramento e Avaliação é a instância administrativa colegiada responsável por:

I - monitorar o conjunto de parcerias;

II - apresentar proposta de aprimoramento dos procedimentos;

III - padronizar objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação; e

IV - homologar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

§ 1º A administração pública municipal designará, por portaria, os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, a ser constituída por três membros, pelo menos dois servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal.

§ 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos, especialmente quando a parceria envolver programas ou políticas públicas setoriais.

§ 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 51 a 53 do Decreto Federal nº 8.726, de 2016.

§ 4º O monitoramento e a avaliação de parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados pela Comissão Municipal com atuação temática na respectiva área- fim.

Art. 14. O membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação

deverá se declarar impedido de participar do monitoramento e da avaliação da parceria quando verificar que tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado da organização da sociedade civil ou que tenha participado da Comissão de Seleção e de Julgamento.

#### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Para os processos administrativos das parcerias formalizadas nos termos deste Decreto será observado, subsidiariamente, o que dispõe a Lei da União nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A juízo da administração pública municipal e a pedido da organização da sociedade civil, poderá ser realizada audiência para esclarecimento necessário à instrução do processo.

Art. 16. Não constituem parceria, para fins do disposto neste Decreto:

I - os patrocínios, apoio financeiro e contribuições concedidos a atividades e/ou projetos a qualquer pessoa física ou jurídica, nos termos da LC nº 101, art. 26;

II - subvenções sociais para entidades de que trata a Lei nº 13.019, art. 3º, IV; III - subvenções econômicas;

Art. 17. No âmbito da administração pública municipal, a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica, relacionada à execução da parceria, prevista no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, caberá à Procuradoria do Município.

§ 1º Antes de promover a tentativa de conciliação e solução administrativa, o órgão jurídico deverá consultar a Secretaria de Administração e Finanças, quanto à existência de processo de apuração de irregularidade concernente ao objeto da parceria.

§ 2º É assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado perante a administração pública municipal, especialmente em procedimento voltado à conciliação e à solução administrativa de dúvidas decorrentes da execução da parceria.

Art. 18. A administração pública municipal fará reuniões públicas com as organizações da sociedade civil, a fim de orientá-las quanto à Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como sobre a aplicação deste Decreto.

Art. 19. As prestações de contas também serão disciplinadas pelas Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no que tange ao repasse de recursos à entidades sem fins lucrativos.

Art. 20. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga(SC), 16 de janeiro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretário de Administração.

**DECRETO Nº 022 DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 022, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Delega atribuições à Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

**D e c r e t a:**

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições à Secretária da Fazenda e Planejamento, Tecla Royer Scholz, matrícula nº 15262/01, para cumulativamente de 18 a 24 de janeiro de 2017, efetuar a assinatura de toda documentação da Secretaria Municipal de Administração Obras e Serviços Urbanos por motivo da viagem para tratar de interesses particulares, do Secretário Lauro Schlickmann, matrícula nº 15264/01.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 17 de janeiro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann  
Secretário de Administração.

**PORTARIA Nº 75/2017**

Portaria nº 75 de 16 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a partir do dia 16 de janeiro de 2017, Daniel Soares Welter matrícula nº 15274/01, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção Hidráulica, com 40 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 02/2016, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 541 classe A-02.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 16 de janeiro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 76/2017**

Portaria nº 76 de 16 de janeiro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 14/2017 de 9/1/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a partir do dia 16 de janeiro de 2017, Bernardo Ivo Sohn matrícula nº 10345/04 para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do Posto Agropecuário com 40 horas semanais.

Art.2º. O servidor municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível 503, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 16 de janeiro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

**TERMO DE EXERCICIO Nº 1/2017**

TERMO DE EXERCICIO 1/2017

No dia dezesseis de janeiro de 2017, entrou em Exercício Daniel Soares Welter, portador da Identidade nº 6105445669, inscrito no CPF nº 020.409.110-14, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção Hidráulica, em conformidade com a Portaria nº 75 de 16 de janeiro de 2017.

Itapiranga SC, 16 de janeiro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Daniel Soares Welter  
Servidor Municipal

**TERMO DE POSSE Nº 1/2017**

TERMO DE POSSE 1/2017

No dia dezesseis de janeiro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, tomou posse Daniel Soares Welter, portador da Identidade nº 6105445669, inscrito no CPF nº 020.409.110-14, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção Hidráulica, conforme disposto no Decreto nº 90 de 29 de junho de 2016 que homologa a classificação final do Concurso Público nº 02/2016 e na Portaria nº 75 de 16 de janeiro de 2017.

Itapiranga SC, 16 de janeiro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Daniel Soares Welter  
Servidor Municipal



# Itapoá

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 0050/2017**

PORTARIA Nº 0050/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) GERSON DOS SANTOS CHAVES, matrícula 7-8, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0051/2017**

PORTARIA Nº 0051/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) GIOVANE TEREZINHA DA SILVA, matrícula 60577-8, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0052/2017**

PORTARIA Nº 0052/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) HELLEN TATIANE DOS SANTOS, matrícula 027, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0053/2017**

PORTARIA Nº 0053/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) HELOIZA HELENA MOREIRA, matrícula 122139-6, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0054/2017**

PORTARIA Nº 0054/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) HILDA CRISTINA CARDOSO, matrícula 149-0, investido(a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0055/2017**

PORTARIA Nº 0055/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) IARA CRISTINE HOPFNER, matrícula 259-3, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0056/2017**

PORTARIA Nº 0056/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ILVAN LUIZ GELAMO, matrícula 58897-0, investido(a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0057/2017**

PORTARIA Nº 0057/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) IRENE FRANCO DA SILVA BARBOSA DOS SANTOS, matrícula 60265-5, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0058/2017**

PORTARIA Nº 0058/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ISABEL GOMES DA SILVA, matrícula 607479, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

#### **PORTARIA Nº 0059/2017**

PORTARIA Nº 0059/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, matrícula 572-0, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

#### **PORTARIA Nº 0060/2017**

PORTARIA Nº 0060/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) IVANIR TEREZINHA LOPES, matrícula 60646-4, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

#### **PORTARIA Nº 0061/2017**

PORTARIA Nº 0061/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) IVONE ZAGONEL VIDA ALMEIDA, matrícula 607886, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

#### **PORTARIA Nº 0062/2017**

PORTARIA Nº 0062/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação e 5% referente a Pós-Graduação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO, matrícula 60755-0, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

#### **PORTARIA Nº 0063/2017**

PORTARIA Nº 0063/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JADIR SOUZA DA GRAÇA, matrícula 44-2, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0064/2017**

PORTARIA Nº 0064/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JANAYNA GOMES SILVINO, matrícula 57627-1, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0065/2017**

PORTARIA Nº 0065/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JANICE MARIA GUIMARÃES MORARA, matrícula 60550-6, investido(a) no cargo de PSICÓLOGO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0066/2017**

PORTARIA Nº 0066/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOACIR BORBA DA SILVA, matrícula 4022, investido(a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0067/2017**

PORTARIA Nº 0067/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOÃO JOSÉ DA CUNHA, matrícula 60449-6, investido(a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0068/2017**

PORTARIA Nº 0068/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação e 4% referente a Graduação de Nível Superior, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JHONATA GALANTE CABRAL, matrícula 78113-4, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0069/2017**

PORTARIA Nº 0069/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSÉ ERALDO ARAÚJO, matrícula 256-9, investido(a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0070/2017**

PORTARIA Nº 0070/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSÉ TEOBALDO POSSAMAI, matrícula 59028-2, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0071/2017**

PORTARIA Nº 0071/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, matrícula 321-2, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0072/2017**

PORTARIA Nº 0072/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, matrícula 60481-0, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0073/2017**

PORTARIA Nº 0073/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação e 4% referente a Graduação de Nível Superior, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSELICE PEREIRA DE ASSUNÇÃO, matrícula 60754-1, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0074/2017**

PORTARIA Nº 0074/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSENIO VIEIRA BERNARDI, matrícula 567949, investido(a) no cargo de ODONTÓLOGO 40HS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0075/2017**

PORTARIA Nº 0075/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSI CRISTINA S. RODRIGUES DE BAIRRO, matrícula 60683-9, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0076/2017**

PORTARIA Nº 0076/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JUZIANA CONCEIÇÃO DA SILVA, matrícula 60572-7, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0077/2017**

PORTARIA Nº 0077/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:



**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) KARINA JUSSARA DOS SANTOS, matrícula 123996-1, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0078/2017**

PORTARIA Nº 0078/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) KARLA CRISTINA ESTEVAM DAROS, matrícula 586714, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0079/2017**

PORTARIA Nº 0079/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) KLEBER PEREIRA DE ALMEIDA, matrícula 121735-6, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0080/2017**

PORTARIA Nº 0080/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LIDIANE PEREIRA, matrícula 121109-9, investido(a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0081/2017**

PORTARIA Nº 0081/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LINDAURA NERES DE SOUZA, matrícula 60687-1, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0082/2017**

PORTARIA Nº 0082/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LIZ MARY HENK, matrícula 60547-6, investido(a) no cargo de PSICÓLOGO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0083/2017**

PORTARIA Nº 0083/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LOECI CÂMARA, matrícula 61623-0, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0084/2017**

PORTARIA Nº 0084/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LORIANE PEREIRA DE ARZÃO BUENO, matrícula 616311, investido(a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0085/2017**

PORTARIA Nº 0085/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 3% referente a Curso Técnico, 2% referente à Graduação de Nível Superior, e 2% referente a Pós-Graduação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LUCIANE DE OLIVEIRA, matrícula 728284, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0086/2017**

PORTARIA Nº 0086/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LUCINETE NERES DE SOUZA MIRANDA, matrícula 60641-3, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0087/2017**

PORTARIA Nº 0087/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LUZANIRA CORDEIRO DE ALENCAR MEDEIROS, matrícula 60778-9, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0088/2017**

PORTARIA Nº 0088/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARCELO HENRIQUE GRANDINI JOSÉ, matrícula 59142-4, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0089/2017**

PORTARIA Nº 0089/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARCELA DEUNÍSIO OLKOSKI, matrícula 740225, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0090/2017**

PORTARIA Nº 0090/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARCIANE RECH, matrícula 57699-3, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO III, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0091/2017**

PORTARIA Nº 0091/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:



**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARGARETE GALANTE, matrícula 276-3, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0092/2017**

PORTARIA Nº 0092/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS, matrícula 58721-4, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0093/2017**

PORTARIA Nº 0093/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA APARECIDA DE SOUZA DA SILVA, matrícula 606901, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0094/2017**

PORTARIA Nº 0094/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA CECÍLIA DE FREITAS CRISANTO, matrícula 59329-0, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0095/2017**

PORTARIA Nº 0095/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA DA LUZ MARTINS CÂNDIDO, matrícula 60745-2, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0096/2017**

PORTARIA Nº 0096/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA DA LUZ MACHADO DA SILVA, matrícula 60435-6, investido(a) no cargo de COZINHEIRA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0097/2017**

PORTARIA Nº 0097/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA DE LOURDES BASE, matrícula 60416-0, investido(a) no cargo de COZINHEIRA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0098/2017**

PORTARIA Nº 0098/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA EDUVIRGEM MIRANDA, matrícula 60671-5, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0099/2017**

PORTARIA Nº 0099/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA NECY DOS SANTOS SILVA, matrícula 58672-2, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0100/2017**

PORTARIA Nº 0100/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA SATOMI YAMASHITA, matrícula 265-8, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **PORTARIA Nº 0101/2017**

PORTARIA Nº 0101/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

#### **CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARILUCI CABRAL, matrícula 60670-7, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **PORTARIA Nº 0102/2017**

PORTARIA Nº 0102/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

#### **CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARISTELA DE SOUZA SPECK, matrícula 62327, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **PORTARIA Nº 0103/2017**

PORTARIA Nº 0103/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

#### **CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA DE SOUZA SPECK, matrícula 605867, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **PORTARIA Nº 0104/2017**

PORTARIA Nº 0104/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

#### **CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIZA APARECIDA FILLA, matrícula 60561-1, investido(a) no cargo de TELEFONISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **PORTARIA Nº 0105/2017**

PORTARIA Nº 0105/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

#### **CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARISA ZANETTI, matrícula 60638-3, investido(a) no cargo de PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0106/2017**

PORTARIA Nº 0106/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MAURÍCIO DEUNÍSIO OLKOSKI, matrícula 59857-7, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0107/2017**

PORTARIA Nº 0107/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MILTON DIAS, matrícula 62441-1, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0108/2017**

PORTARIA Nº 0108/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação e 4% referente a Graduação de Nível Superior, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MÔNICA SIQUEIRA FRIZZO, matrícula 124033-1, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0109/2017**

PORTARIA Nº 0109/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) NADEA DA GRAÇA SILVA, matrícula 616303-1, investido(a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 0110/2017**

PORTARIA Nº 0110/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIZA RITA JUNG PERKOWSKI, matrícula 60336-8, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0111/2017**

PORTARIA Nº 0111/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) NEIDE TEREZINHA BECHER LUPATELLI, matrícula 121-0, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0112/2017**

PORTARIA Nº 0112/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação e 3% referente a Conclusão do Ensino Médio, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) NEUCI MORMITO FREIRE, matrícula 826936, investido(a) no cargo de TELEFONISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0113/2017**

PORTARIA Nº 0113/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) NEUSON HARRES E PIRES GODOY, matrícula 337, investido(a) no cargo de ENGENHEIRO CIVIL III, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0114/2017**

PORTARIA Nº 0114/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) NINON ROSE DA ROSA PERES, matrícula 62374-1, investido(a) no cargo de PSICÓLOGO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0115/2017**

PORTARIA Nº 0115/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) NOELI SCHWETLER SAIDEL, matrícula 61467-0, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0116/2017**

PORTARIA Nº 0116/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ODAIR CRISSANTO, matrícula 61697-4, investido(a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0117/2017**

PORTARIA Nº 0117/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) PATRÍCIA MEDEIROS, matrícula 59331-1, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0118/2017**

PORTARIA Nº 0118/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) PRISCILA JUBANSKI GONÇALVES, matrícula 123975-9, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0119/2017**

PORTARIA Nº 0119/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) PRISCILA JUBANSKI GONÇALVES, matrícula 123975-9, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0120/2017**

PORTARIA Nº 0120/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) PRISCILA DE SOUZA DA SILVA, matrícula 1183710, investido(a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0121/2017**

PORTARIA Nº 0121/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) RAFAEL FERNANDO CEZÁRIO, matrícula 61166-2, investido(a) no cargo de FISIOTERAPEUTA I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0122/2017**

PORTARIA Nº 0122/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) RAFAEL VIDA ALMEIDA, matrícula 59838-0, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0123/2017**

PORTARIA Nº 0123/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) RAQUEL DE MELO SILVA, matrícula 121040-8, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 0124/2017**

PORTARIA Nº 0124/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação e 4% referente a Graduação de Nível Superior, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) RENATA DE AVIZ, matrícula 1150774, investido(a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0125/2017**

PORTARIA Nº 0125/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROCHELE ANTONI, matrícula 59318-4, investido(a) no cargo de FISIOTERAPEUTA I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0126/2017**

PORTARIA Nº 0126/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROLAND ITNER, matrícula 235-6, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0127/2017**

PORTARIA Nº 0127/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROSANGELA DA SILVA SILVEIRA, matrícula 135-0, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0128/2017**

PORTARIA Nº 0128/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROSELI GONÇALVES PINHEIRO, matrícula 57543-7, investido(a) no cargo de COZINHEIRA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0129/2017**

PORTARIA Nº 0129/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROSELI ITNER, matrícula 937-2, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0130/2017**

PORTARIA Nº 0130/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROSILDA APARECIDA BOLDORI, matrícula 60776-2, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0131/2017**

PORTARIA Nº 0131/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROSIMERI DO NASCIMENTO, matrícula 60501-8, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0132/2017**

PORTARIA Nº 0132/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SANDRA LUCIA AGUIAR DE SOUZA, matrícula 58519-0, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0133/2017**

PORTARIA Nº 0133/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SANDRA TEREZINHA SPECK PACHECO, matrícula 57097-4, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0134/2017**

PORTARIA Nº 0134/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SIMONI DIAS FERNANDES DE SOUZA, matrícula 60303-1, investido(a) no cargo de FI-SIOTERAPEUTA II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0135/2017**

PORTARIA Nº 0135/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 4% referente a Curso de Graduação de Nível Superior, e 5% referente a Pós-Graduação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SIRLEI APARECIDA WESTPHAL, matrícula 69-8, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0136/2017**

PORTARIA Nº 0136/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SOELI GERKER FERREIRA, matrícula 60460-7, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0137/2017**

PORTARIA Nº 0137/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SOLANGE SILVEIRA DO ROSÁRIO, matrícula 60246-9, investido(a) no cargo de COZINHEIRA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0138/2017**

PORTARIA Nº 0138/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SULMÁRIA MARIA DA SILVA, matrícula 56226-2, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0139/2017**

PORTARIA Nº 0139/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, matrícula 60790-8, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0140/2017**

PORTARIA Nº 0140/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SÔNIA HELOISA RAMOS RODRIGUES, matrícula 619914, investido(a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0141/2017**

PORTARIA Nº 0141/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SUZANA BESEN MARTINS, matrícula 59091-6, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

**PUBLICADO EM EDITAL**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0142/2017**

PORTARIA Nº 0142/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) TÂNIA MARA FERREIRA, matrícula 582360, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.



Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **PORTARIA Nº 0143/2017**

PORTARIA Nº 0143/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 3% referente a Curso Técnico, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) THALES AIMONE, matrícula 59344-3, investido(a) no cargo de FISCAL SANITÁRIO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **PORTARIA Nº 0144/2017**

PORTARIA Nº 0144/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VALDIRIENE PERES CRISANTO, matrícula 60656-1, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **PORTARIA Nº 0145/2017**

PORTARIA Nº 0145/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VALERIO PACHECO, matrícula 151-1, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **PORTARIA Nº 0146/2017**

PORTARIA Nº 0146/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VALDIR MARTINS GONÇALVES, matrícula 2380, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **PORTARIA Nº 0147/2017**

PORTARIA Nº 0147/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VANDERLEI DE SOUSA, matrícula 62439-0, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0148/2017**

PORTARIA Nº 0148/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI, matrícula 120195-6, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0149/2017**

PORTARIA Nº 0149/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VERA LUCIA SOARES, matrícula 60748-7, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0150/2017**

PORTARIA Nº 0150/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VOLNICE MARGARETE DA CUNHA STEIL, matrícula 60329-5, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0151/2017**

PORTARIA Nº 0151/2017

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

**CONCEDE:**

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a Curso de Capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) WILMARA JAQUELINE MADEIRA PITTA, matrícula 60567-0, investido(a) no cargo de CONTADOR II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0152/2017**

PORTARIA Nº 0152/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ADEMIR DA SILVA COSTA, matrícula 605093, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0153/2017**

PORTARIA Nº 0153/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ALAIR MARIA SCHNEIDER REOLON, matrícula 579793, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0154/2017**

PORTARIA Nº 0154/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ALCIDES TADEU DA SILVA JUNIOR, matrícula 1211145, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0155/2017**

PORTARIA Nº 0155/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ALINE ZANELA, matrícula 622575, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0156/2017**

PORTARIA Nº 0156/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:



ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, matrícula 587699, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0157/2017**

PORTARIA Nº 0157/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANA JOSÉLIA DALLACOURT RIBAS, matrícula 603694, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0158/2017**

PORTARIA Nº 0158/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANA PAULA ROSÁRIO, matrícula 605921, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0159/2017**

PORTARIA Nº 0159/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANDRÉA BATISTA DIAS, matrícula 604720, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0160/2017**

PORTARIA Nº 0160/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANDRÉ VINÍCIUS ARAÚJO, matrícula 585297, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0161/2017**

PORTARIA Nº 0161/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANDRÉIA ZIMERMANN DE SOUZA, matrícula 605832, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0162/2017**

PORTARIA Nº 0162/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANGELA MARIA MACHADO DA SILVA, matrícula 616966, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II 20HS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0163/2017**

PORTARIA Nº 0163/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANGELA MARIA NUNES OLIVEIRA, matrícula 604763, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0164/2017**

PORTARIA Nº 0164/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANGELA MARIA STOCCO, matrícula 604313, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0165/2017**

PORTARIA Nº 0165/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANA MARILSA REINERT, matrícula 1213652, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0166/2017**

PORTARIA Nº 0166/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANGELA SCHMIDT FERNANDES, matrícula 605450, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0167/2017**

PORTARIA Nº 0167/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANA PAULA DUTKA DE MIRANDA, matrícula 562203, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0168/2017**

PORTARIA Nº 0168/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) AMANDA FEHRMANN GERN, matrícula 619809, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0169/2017**

PORTARIA Nº 0169/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) APARECIDA GRANDINI JOSÉ, matrícula 580430, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0170/2017**

PORTARIA Nº 0170/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ANA PAULA VIEIRA, matrícula 1211153, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0171/2017**

PORTARIA Nº 0171/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ADILSON RODRIGUES DE MARAFIGO, matrícula 607711, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0172/2017**

PORTARIA Nº 0172/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) BERENICE DE FÁTIMA HAU MAOSKI, matrícula 606499, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0173/2017**

PORTARIA Nº 0173/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) BERNADETTE SOARES SANCHES, matrícula 593389, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL



**PORTARIA Nº 0174/2017**

PORTARIA Nº 0174/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CATIA ELIANE NICOLACHIK, matrícula 605107, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0175/2017**

PORTARIA Nº 0175/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CATIA HUEBNER KERKHOVEN, matrícula 722235, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0176/2017**

PORTARIA Nº 0176/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CARLOS ALBERTO OSGA JUNIOR, matrícula 606596, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0177/2017**

PORTARIA Nº 0177/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CARLOS EDUARDO VERRI, matrícula 1206125, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0178/2017**

PORTARIA Nº 0178/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CARMELITA DO CARMO GARCIA, matrícula 590940, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0179/2017**

PORTARIA Nº 0179/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CENITA SCHIZZI DANI, matrícula 604305, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0180/2017**

PORTARIA Nº 0180/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016

da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CLAUDIA NASCIMENTO, matrícula 584010, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0181/2017**

PORTARIA Nº 0181/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CLAUDIO SÉRGIO COSTA DA SILVA, matrícula 620, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0182/2017**

PORTARIA Nº 0182/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento

padrão do(a) servidor(a) CLAUDINEI FERREIRA MENDES, matrícula 580236, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0183/2017**

PORTARIA Nº 0183/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CRISTIANE DA SILVA, matrícula 617377, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0184/2017**

PORTARIA Nº 0184/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CAROLINE MILBRATZ OPAZO SOUZA, matrícula 617369, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0185/2017**

PORTARIA Nº 0185/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) CAROLINE DE OLIVEIRA FERNANDO NERIS, matrícula 716812, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0186/2017**

PORTARIA Nº 0186/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) DENISE BATISTA, matrícula 875015, investido(a) no cargo de PROFESSOR II 30HS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 0187/2017**

PORTARIA Nº 0187/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) DIEGO ANDRÉ AZAMBUJA, matrícula 619230, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0188/2017**

PORTARIA Nº 0188/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) DILMA MOREIRA DOS SANTOS NUNES, matrícula 737810, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0189/2017**

PORTARIA Nº 0189/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) DIONÍSIO TESLUK, matrícula 621722, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0190/2017**

PORTARIA Nº 0190/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) DANÚBIA AKEMI SAKAI, matrícula 619159, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0191/2017**

PORTARIA Nº 0191/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) DENISE ALVES, matrícula 619540, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0192/2017**

PORTARIA Nº 0192/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) EDINÉIER FARIAS, matrícula 590851, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0193/2017**

PORTARIA Nº 0193/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) EDUARDO FIGUEREDO, matrícula 602213, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0194/2017**

PORTARIA Nº 0194/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELAINE MACHADO DA SILVA DE FREITAS, matrícula 606170, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0195/2017**

PORTARIA Nº 0195/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELAINE NUNES NEVES BURBELLO, matrícula 616427, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0196/2017**

PORTARIA Nº 0196/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELASIO FRISANCO, matrícula 605239, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0197/2017**

PORTARIA Nº 0197/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELENICE CORDEIRO DE OLIVEIRA, matrícula 606600, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0198/2017**

PORTARIA Nº 0198/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELENITA SEBEN REICHARDT JUNG, matrícula 605557, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0199/2017**

PORTARIA Nº 0199/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELIANE APARECIDA DO ROSÁRIO, matrícula 606669, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0200/2017**

PORTARIA Nº 0200/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELIANE MARIA VALORE DE SIQUEIRA, matrícula 622451, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0201/2017**

PORTARIA Nº 0201/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELIANE DO NASCIMENTO SOUZA, matrícula 605875, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0202/2017**

PORTARIA Nº 0202/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ELISETE BUDAL ARINS, matrícula 604011, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0203/2017**

PORTARIA Nº 0203/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) ERDNER LÚCIO COSTA E OLIVEIRA, matrícula 619701, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0204/2017**

PORTARIA Nº 0204/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) EDINEI JOSÉ MARTINI, matrícula 622346, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



**PORTARIA Nº 0205/2017**

PORTARIA Nº 0205/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FABIANA BESTEL PAWLINA, matrícula 606340, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0206/2017**

PORTARIA Nº 0206/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FABIANI ROBERTA PEREIRA, matrícula 618470, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0207/2017**

PORTARIA Nº 0207/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FABIOLA KASUE TANAKA, matrícula 618799, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0208/2017**

PORTARIA Nº 0208/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FERNANDA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS TESLUK, matrícula 621390, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0209/2017**

PORTARIA Nº 0209/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FERNANDA PERES DO ROSÁRIO,

matrícula 605603, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **PORTARIA Nº 0210/2017**

PORTARIA Nº 0210/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FLÁVIA APARECIDA PERES DO ROSÁRIO, matrícula 605905, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **PORTARIA Nº 0211/2017**

PORTARIA Nº 0211/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FÁTIMA CRISTINA BAPTISTA DOS SANTOS, matrícula 620378, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **PORTARIA Nº 0212/2017**

PORTARIA Nº 0212/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FLAVIANA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA SLEZINSKY, matrícula 624713, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **PORTARIA Nº 0213/2017**

PORTARIA Nº 0213/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) FELIPE JEFFERSON GELAMO CUSTODIO, matrícula 620122, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0214/2017**

PORTARIA Nº 0214/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) GILMAR SANTIN, matrícula 565865, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0215/2017**

PORTARIA Nº 0215/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) IRACEMA MARQUES FERREIRA, matrícula 580309, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0216/2017**

PORTARIA Nº 0216/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) IVETTE LONGO FONSECA DE SIQUEIRA, matrícula 618446, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0217/2017**

PORTARIA Nº 0217/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANAINA SARTOR, matrícula 607924, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0218/2017**

PORTARIA Nº 0218/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:



ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANETE LUKASEWICZ DE SOUZA, matrícula 605786, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0219/2017**

PORTARIA Nº 0219/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANETE MARIA DOS REIS, matrícula 1214187, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0220/2017**

PORTARIA Nº 0220/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANIMAR LUKASEWICZ SILVESTRO, matrícula 606227, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0221/2017**

PORTARIA Nº 0221/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANINE CRISTINA RODRIGUES, matrícula 621587, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0222/2017**

PORTARIA Nº 0222/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA, matrícula 619116, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0223/2017**

PORTARIA Nº 0223/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JESANA CARVALHO DA SILVA, matrícula 1213660, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0224/2017**

PORTARIA Nº 0224/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JOELMA APARECIDA ROSA, matrícula 605409, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0225/2017**

PORTARIA Nº 0225/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JOSÉ ANTONIO SOARES, matrícula 607509, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0226/2017**

PORTARIA Nº 0226/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JULIANA MARASCK FAGUNDES, matrícula 727067, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0227/2017**

PORTARIA Nº 0227/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JULIANA YUMI MORI GALLÉAS, matrícula 1211048, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **PORTARIA Nº 0228/2017**

PORTARIA Nº 0228/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JULIO CESAR ABREU, matrícula 434, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **PORTARIA Nº 0229/2017**

PORTARIA Nº 0229/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) JULIANA ROEDER, matrícula 605816, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **PORTARIA Nº 0230/2017**

PORTARIA Nº 0230/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) KIARA COSTA VELHO, matrícula 622877, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **PORTARIA Nº 0231/2017**

PORTARIA Nº 0231/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) KELI ADRIANA DE SOUZA SPECK, matrícula 588490, investido(a) no cargo de PROFESSOR II 20HS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0232/2017**

PORTARIA Nº 0232/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LEILA IVANY BARBOSA CABRAL, matrícula 604844, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0233/2017**

PORTARIA Nº 0233/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCIANA FERNANDES COAN, matrícula 2135, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0234/2017**

PORTARIA Nº 0234/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério

Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCIANE NASCIMENTO DO ROSÁRIO, matrícula 571520, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0235/2017**

PORTARIA Nº 0235/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCIANE DOS SANTOS SILVA, matrícula 603490, investido(a) no cargo de PROFESSOR, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0236/2017**

PORTARIA Nº 0236/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:



ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCILENE APARECIDA BRODOWSKI, matrícula 1209132, investido(a) no cargo de PROFESSOR I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0237/2017**

PORTARIA Nº 0237/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCÉLIA RANATA BORGES, matrícula 626082, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0238/2017**

PORTARIA Nº 0238/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCY HELENA WIELEWICKI, matrícula 587605, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0239/2017**

PORTARIA Nº 0239/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUCYMAR RODRIGUES DE FARIA, matrícula 619493, investido(a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 0240/2017**

PORTARIA Nº 0240/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUIZA MOTALVÃO DE OLIVIRA, matrícula 578100, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Itapoá, 13 de Janeiro de 2017.

Elisiane de Souza Martins  
Secretária Municipal de Assistência Social

**PORTARIA Nº 0241/2017**

PORTARIA Nº 0241/2017.

De: 02 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de um adicional correspondente a 2% sobre o vencimento base, a cada 80 (oitenta) horas anuais de curso de capacitação e aperfeiçoamento, dos Servidores do Magistério Público Municipal de Itapoá/SC, CONSIDERANDO o Edital 31/2016 da Secretaria Municipal de Educação;

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedido um adicional de 2% sobre o vencimento padrão do(a) servidor(a) LUIZ PEREIRA, matrícula 603651, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais, conforme Lei Municipal 153/03, Art. 9º.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: RESULTADO FINAL DO EDITAL 039/2016**

Resultado Final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 039/2016

Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 60 pontos, conforme item 5.5. do Edital.

1ª Andréa Eugênia Santana: 85 pontos

2ª Patricia Maria Carvalho Vieira: 70 pontos

Marina Macedo Nobre: 55 pontos

Maria Elizabeth Rahuam Vidal: 50 pontos

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: ERRATA QUADRO DE VAGAS VINCULADAS Nº 02/2017 DO EDITAL Nº 030/2016**

ERRATA AO QUADRO DE VAGAS Nº 02/2017

Ighor Zakaluk, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público a presente errata ao Quadro de Vagas vinculadas, devido ao aumento da demanda nas escolas da rede:

Onde lê-se:

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 30/2016 – Ighor Zakaluk, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Quadro de Vagas vinculadas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	Vagas	CH	Área	Período de Contrato	
1	06	40hs	Professor Auxiliar de Turma	01/02/2017	15/12/2017
2	01	20hs	Libras	01/02/2017	15/12/2017
3	01	40hs	AEE	01/02/2017	15/12/2017

Leia-se:

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2017 DO EDITAL 039/2016**

TERMO DE CONVOCAÇÃO 001/2017 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL Nº 039/2016

Elisiane de Souza Martins no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata Andréa Eugênia Santana para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto ¾ recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 13 de Janeiro de 2017.

Elisiane de Souza Martins  
Secretária Municipal da Assistência Social

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 30/2016 – Ighor Zakaluk, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Quadro de Vagas vinculadas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	Vagas	CH	Área	Período de Contrato	
1	04	40hs	Professor Auxiliar de Turma	01/02/2017	15/12/2017
2	05	20hs	Professor Auxiliar de Turma	01/02/2017	15/12/2017
3	01	20hs	Libras	01/02/2017	15/12/2017
4	01	40hs	AEE	01/02/2017	15/12/2017

Ighor Zakaluk  
Secretário de Educação

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017 DO EDITAL Nº 030/2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 01/2017

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 30/2016 – Ighor Zakaluk, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 20/01/2017, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	20 hs	Professor Bilíngue	Nelma Machado	01/02/2017	15/12/2017

De acordo com o item 8.2 do Edital 030/2016: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida;
- Não comunicarem alterações de endereço/telefone/e-mail.

Itapoá, 17 de janeiro de 2017.

Ighor Zakaluk  
Secretário de Educação

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2017 DO EDITAL Nº 030/2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 02/2017

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 30/2016 – Ighor Zakaluk, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 20/01/2017, as 9h15min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	20 hs	Professor Auxiliar de Turma	Elisabete de Mira	01/02/2017	15/12/2017
2	20 hs	Professor Auxiliar de Turma	Maria Helena Tebinca	01/02/2017	15/12/2017
3	40 hs	Professor Auxiliar de Turma	Joselaine Aparecida Coimbra Cardoso	01/02/2017	15/12/2017
4	20 hs	Professor Auxiliar de Turma	Silvia Pereira dos Santos Frisanco	01/02/2017	15/12/2017
5	20 hs	Professor Auxiliar de Turma	Juliana Cristina Soares Speck	01/02/2017	15/12/2017
6	40 hs	Professor Auxiliar de Turma	Janete Mariza Gonçalves	01/02/2017	15/12/2017
7	40 hs	Professor Auxiliar de Turma	Claudineia Machado	01/02/2017	15/12/2017
8	40 hs	Professor Auxiliar de Turma	Francielle de Souza	01/02/2017	15/12/2017
9	20 hs	Professor Auxiliar de Turma	Geisa Rafaela Malanski Pomari	01/02/2017	15/12/2017

De acordo com o item 8.2 do Edital 030/2016: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;



- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida;
- Não comunicarem alterações de endereço/telefone/e-mail.

Itapoá, 17 de janeiro de 2017.

Ighor Zakaluk  
Secretário de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2017 DO EDITAL Nº 030/2016**  
TERMO CONVOCAÇÃO Nº 03/2017

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 30/2016 – Ighor Zakaluk, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 20/01/2017, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
1	40 hs	Professor AEE	Maria Helena Tebinca	01/02/2017	15/12/2017

De acordo com o item 8.2 do Edital 030/2016: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida;
- Não comunicarem alterações de endereço/telefone/e-mail.

Itapoá, 17 de janeiro de 2017.

Ighor Zakaluk  
Secretário de Educação

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 - PREFEITURA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 130 CESTAS BÁSICAS DE FORMA FRACIONADA PARA A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº01/2017

Processo: 01/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 130 CESTAS BÁSICAS DE FORMA FRACIONADA PARA A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 01 de fevereiro de 2017 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 01 de fevereiro de 2017 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 18 de janeiro de 2017

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 - PREFEITURA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº02/2017

Processo: 02/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC: Menor Preço Por Lote. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 31 de janeiro de 2017 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 31 de janeiro de 2017 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 18 de janeiro de 2017

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 FEXPONACE - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DO BAILE DA ESCOLHA DA RAINHA DA 24ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA**

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº01/2017

Processo: 01/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DO BAILE DA ESCOLHA DA RAINHA DA 24ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 30 de janeiro de 2017 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 30 de janeiro 2017 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 18 de janeiro de 2017

Artur Alexandre Korb

Presidente Interino da Fexponace

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO - PL Nº 04\_2017

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 04/2017 - Pregão Presencial - menor preço do custo final

Objeto: Destinação final de resíduos sólidos urbanos (domiciliares e comerciais) do município de Jacinto Machado, em aterro sanitário devidamente regularizado nos órgãos competentes.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 30/01/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 30/01/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h às 13h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3535-1133. João Batista Mezzari

Prefeito Municipal

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### **SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 003/2017**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
LICITAÇÃO Nº: 003/2017  
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA E PEDRA MIRACEMA  
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 18/01/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h  
DATA DA ABERTURA: 31/01/2017 às 14 horas  
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-  
Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)  
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### **SAMAE - PORTARIA Nº 017/2017**

PORTARIA SAMAE JSU Nº. 17/2017  
O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012, e suas alterações,

CONSIDERANDO o Cap. IV – da Avaliação de Desempenho Funcional - da Lei Municipal nº. 6.088/2011, de 19/08/2011;

CONSIDERANDO a ficha de avaliação de desempenho do servidor,

#### RESOLVE:

Art. 1º PROMOVER, o servidor SILDON STRENSK, matrícula 431, para o nível "F", do cargo de Pedreiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/12/2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### **SAMAE - PORTARIA Nº 018/2017**

PORTARIA /SAMAEJSU Nº 18/2017  
Designa Fiscal de Contrato.

O DIRETOR - PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 154/2014 e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 da Lei Federal Nº 8.666/1993 de 21 de junho de 1993;

#### RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o servidor público municipal, ROBERTO LUIS PACHECO, matrícula nº 657, ocupante do cargo de Coordenador de Fiscalização Técnica para em consonância a legislação vigente,

atuar como Fiscal do Contrato nº 487/2015, originário do processo licitatório – na modalidade de CONCORRÊNCIA- nº 174/2015, celebrado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul - SAMAE e a empresa CONSTRUTORA ELEVAÇÃO LTDA.

Art.2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do contrato, notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra executada em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

Art.3º Comunicar, imediatamente, o Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, sobre as irregularidades constatadas e as medidas administrativas eventualmente tomadas.

Art.4º O objeto do Contrato nº 487/2015 refere-se à contratação de empresa para execução da Estação de Tratamento de Água - ETA do sistema de abastecimento de água de Jaraguá do Sul, com capacidade de 1000 (Um mil) litros por segundo, com fornecimento total de materiais e compreendendo a execução de obra civil e instalações acessórias com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, instalações e pré-operação, conforme Termo de Referência.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos até a vigência do referido contrato.

Jaraguá do Sul, 13 de Janeiro de 2017.

Ademir Izidoro  
Diretor-Presidente

### **SAMAE - RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 001/2017**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC  
RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
REAGENDAMENTO DA SESSÃO DE ABERTURA

O Samae de Jaraguá do Sul faz saber a todos os interessados que foi RETIFICADO o Edital do Processo Licitatório nº 001/2017, referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS LEGAIS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

1. Estamos retificando o Edital de Licitação 001/2017 quanto a descrição do objeto, item 1 do Edital.

2. A entrega dos envelopes e sessão de abertura resta reagendada para o dia 30/01/2017 às 14 horas, na Sede do Samae.

O Edital Retificado encontra-se disponível no site do Samae: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9114

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 14/2017**

PORTARIA Nº 14/2017

Designa Vereador para Comissão Permanente.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e nos termos dos Artigos 61 e 62 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Fica nomeado para fazer parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, no cargo de Membro, o vereador Jaime Negherbon.

Artigo 2º - A nomeação ora realizada produzirá efeito até o dia 1º de fevereiro de 2017.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 13 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA
Presidente

# Joaçaba

## PREFEITURA

### COMUNICAÇÃO ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Considerando a caracterização do descumprimento ao contrato nº 914/2012/PMJ por parte da empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME;  
Considerando o relatório final exarado no processo administrativo nº 6.332/2016, o qual foi acatado pelo Prefeito na data de 23 de dezembro de 2016.

O Município de Joaçaba, com fulcro no disposto no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, comunica à empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME., CNPJ nº 07.178.641/0001-80, a aplicação das seguintes penalidades:

a) ADVERTÊNCIA, nos termos da fundamentação do relatório final; Em face do encerramento do processo administrativo este ficará arquivado no setor de compras e licitações.

Atenciosamente,

DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

### COMUNICAÇÃO ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Cientificamos a empresa AR Serviços de Terraplanagem e Transportes Ltda, CNPJ 14.719.979/0001-67, e a todos os possíveis interessados, que o Processo Administrativo, iniciado pela portaria nº 6.333/2016, foi encerrado e arquivado no Setor de Compras e Licitações, após o indeferimento do pedido, estando disponível para consulta pública, servindo este documento como certificação dos interessados sobre o proferimento de decisão final no procedimento.

Atenciosamente,

DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

### COMUNICAÇÃO ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Cientificamos a empresa LA CN Informática Ltda., CNPJ 11.924.851/0001-47, e a todos os possíveis interessados, que o Processo Administrativo, iniciado pela portaria nº 5.233/2016, foi encerrado e arquivado no Setor de Compras e Licitações, sem a aplicação de qualquer penalidade, estando disponível para consulta pública, servindo este documento como certificação dos interessados sobre o proferimento de decisão final no procedimento.

Atenciosamente,

DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

### ERRATA 96/2012 FMAS - TA 07

PREFEITURA DE JOAÇABA – SC

Errata ao extrato de contrato nº 96/2012/PMJ – TA 07, publicado no DOM em 22/12/2016.

1) Onde se lê:

1	No preâmbulo: neste ato representada pela Sra. Cleuza Maria Olivo Pellizzaro, portadora da Carteira de Identidade nº 240.023 e CPF 296.434.499-04, residente e domiciliada na rua Arthur Formigheri, nº 54, apto 3, centro, na cidade de Curitiba-SC
2	Na assinatura: Cleuza Maria Olivo Pellizzaro

Leia-se:

1	No preâmbulo: neste ato representado pelo Sr. Daniel Martarello, portador da Carteira de Identidade nº 1.064.77 e CPF 384.675.509-53, residente e domiciliado na rua Anacleto Antunes de Souza, nº 99, centro, na cidade de Curitiba-SC
2	Na assinatura: Daniel Martarello

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 17/01/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO Nº-39.015/BNDES AUTOMÁTICO – BRDE MUNICÍPIOS

EXTRATO DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO Nº-39.015/BNDES AUTOMÁTICO – BRDE MUNICÍPIOS

AGENTE: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE – CNPJ 92.816.560/0001-37

CREDITADO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ 82.939.380/0001-99

FINALIDADE DO CRÉDITO: EXECUÇÃO DAS OBRAS DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DE 05 VIAS URBANAS – RUA AUGUSTO ARBUGERI, MINAS GERAIS, CELSO RAMOS, LAURINDO DA LUZ E VALDOMIRO DE MARCO – TOTALIZANDO 9.882,00M².

ORIGEM DOS RECURSOS: BRDE

VALOR DO CRÉDITO: R\$ 1.479.146,00

PRAZOS: CARENÇA DE 12 MESES

AMORTIZAÇÃO DE 48 MESES

TOTAL: 60 MESES.

FLORIANÓPOLIS-SC, 03 DE NOVEMBRO DE 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITO

MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ 82.939.380/0001-99

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE - CNPJ 92.816.560/0001-37



**EXTRATO DO CONTRATO 003/2017/PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2017/PMJ

PROVENIENTE DO PL 01/2017/PMJ – DL 01/2017/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DA REGIÃO COLONIAL DO MEIO OESTE - COPAFAM

OBJETO: fornecimento, pela CONTRATADA, de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em consonância com o estabelecido art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009 e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – 1/2016/PMJ.

VALOR TOTAL CONTRATADO: Valor Total: R\$ 125.443,67 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e sete centavos)

DOTAÇÃO:

Proj. Ativ. 2.099 – Manutenção da Alimentação Escolar Educação Pré Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 – Aplicações Diretas

Proj. Ativ. 2.098 – Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 – Aplicações Diretas

Proj. Ativ. 2.083 – Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 – Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: FERNANDA LUNARDI

VIGÊNCIA: terá vigência até 31 de dezembro de 2017, a contar da data de sua assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 17/01/2017.

Joaçaba – SC, 17 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARILENA ZANOELLO DETONI

**EXTRATO DO CONTRATO 004/2017/PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2017/PMJ

PROVENIENTE DO PL 01/2017/PMJ – DL 01/2017/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

OBJETO: fornecimento, pela CONTRATADA, de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em consonância com o estabelecido art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009 e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – 1/2016/PMJ.

VALOR TOTAL CONTRATADO: Valor Total: R\$ 5.305,00 (cinco mil trezentos e cinco reais)

DOTAÇÃO:

Proj. Ativ. 2.099 – Manutenção da Alimentação Escolar Educação Pré Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 – Aplicações Diretas

Proj. Ativ. 2.098 – Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 – Aplicações Diretas

Proj. Ativ. 2.083 – Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 – Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: FERNANDA LUNARDI

VIGÊNCIA: terá vigência até 31 de dezembro de 2017, a contar da data de sua assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 17/01/2017.

Joaçaba – SC, 17 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARILENA ZANOELLO DETONI

**EXTRATO PL 1/2017/PMJ - DL 1/2017/PMJ**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2017/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017/PMJ

1 – DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – de fevereiro a dezembro de 2017, em consonância com o estabelecido no art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009 e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – 1/2016/PMJ.

## 2 – DA JUSTIFICATIVA

O presente processo de dispensa de licitação para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, segundo memorando encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, justifica-se em razão do estabelecido no art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009, que determina o seguinte:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

## 3 – DAS EMPRESAS VENCEDORAS / CONTRATADAS:

COOPERATIVA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DA REGIÃO COLONIAL DO MEIO OESTE - COPAFAM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.077.161/0001-22, estabelecida na Linha Km 20, s/nº, interior do Município de Joaçaba – SC, representada neste ato pelo Sr. Celso Iran Fabro, inscrito no CPF/MF sob o nº 780.542.819-00.

COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.720.068/0001-24, estabelecida na Rua Porto Alegre, nº 223, centro, no Município de Chapecó, SC, representada neste ato pelo Sr. Antonio Luiz Schnorr, inscrito no CPF/MF sob o nº 687.528.309-34.

## 4 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 130.748,67 (cento e trinta mil setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos), para a execução do objeto, conforme proposta apresentada para o referido processo, sendo:

## COOPERATIVA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DA REGIÃO COLONIAL DO MEIO OESTE

QTDE	UN	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO* (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
80	kg	ALHO	25,00	2.000,00
500	kg	REPOLHO BRANCO	3,14	1.570,00
400	kg	BETERRABA	2,97	1.188,00
500	mç	BRÓCOLIS em maço	3,39	1.695,00
1.000	kg	AIPIM congelado cortado em pedaços médios – em embalagem de 1kg	4,55	4.550,00
100	mç	COUVE MANTEIGA	2,34	234,00
700	mç	TEMPERO VERDE (salsa e cebolinha) – 100 g	2,06	1.442,00
3.000	dz	OVOS CAIPIRA	5,40	16.200,00
800	kg	DOCE DE FRUTAS – embalagem de vidro ou plástico – atóxica, de 1 kg	13,08	10.464,00
400	kg	FEIJÃO PRETO – pacote de 1 kg	5,69	2.276,00
1.000	kg	FUBÁ embalagem em quilogramas	2,70	2.700,00
787	kg	MACARRÃO CASEIRO – tipo parafuso/espaguete/farfalle congelado – embalagem de 1 kg	10,55	8.302,85
727	kg	BOLACHA CASEIRA SABORES VARIADOS – coco, açúcar mascavo, mel, melado	16,08	11.690,16
908	l	SUCO NATURAL DIVERSOS SABORES – embalagem de 1 litro	10,50	9.534,00
300	kg	AÇÚCAR MASCADO	7,15	2.145,00
100	mç	RÚCULA	2,53	253,00

QTDE	UN	PRODUTOS ORGÂNICOS EM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO* (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.998	pé	ALFACE LISA CRESPA – pés de tamanho médio (orgânico)	2,55	5.094,90
498	pé	RÚCULA (pés de tamanho médio) orgânico	2,48	1.235,04
399	mç	ESPINAFRE orgânico	2,50	997,50
999	mç	TEMPERO VERDE (salsa e cebolinha) orgânico	2,50	2.497,50
1.599	kg	REPOLHO BRANCO – produto orgânico	2,80	4.477,20
1.200	kg	BETERRABA tamanho médio, sem sujidades (produto orgânico)	3,52	4.224,00
798	mç	BRÓCOLIS (produtos orgânico)	3,50	2.793,00
699	kg	CENOURA (tamanho médio, sem sujidades) orgânica	3,48	2.432,52
600	mç	CHICÓRIA (produto orgânico)	2,50	1.500,00
750	kg	MORANGA CABUTIÁ orgânica	3,16	2.370,00
198	kg	GRÃO DE PIPOCA (pacote 1 kg) orgânico	6,00	1.188,00
600	kg	CHUCHU orgânico	2,00	1.200,00
600	mç	COUVE-MANTEIGA orgânica	2,80	1.680,00
500	pcte	CHÁ – erva doce/camomila/cidreira/melissa – pacote de 10 gramas.	2,00	1.000,00
200	cx	CHÁ – erva doce/camomila/cidreira/melissa – caixa com 10 unidades	3,50	700,00
1.500	kg	FEIJÃO PRETO – pacote de 1 kg	6,50	9.750,00

300	kg	BATATA DOCE	4,00	1.200,00
2.700	kg	LARANJA	1,80	4.860,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$				125.443,67

## COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

QTDE	UN	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO* (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
500	kg	MACARRÃO CASEIRO – cabelo de anjo, congelado – embalagem de 1 kg	10,61	5.305,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$				5.305,00

## 5 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Tal dispensa está em consonância com o estabelecido no art. 4, § 1º da Lei nº 11.947/2009.

## 6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Proj. Ativ. 2.099 – Manutenção da Alimentação Escolar Educação Pré Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 – Aplicações Diretas

Proj. Ativ. 2.098 – Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 – Aplicações Diretas

Proj. Ativ. 2.083 – Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 – Aplicações Diretas

## FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

O contrato proveniente desta dispensa de licitação será acompanhado/fiscalizado pela servidora Fernanda Lunardi.

## PONTOS DE ENTREGA:

Escolas Municipais e Entidades, conforme Anexo II do Edital de Chamamento Público nº 01/2016.

## PAGAMENTO DAS FATURAS:

Os pagamentos do fornecimento realizado pelo fornecedor da agricultura familiar, como consequência da comercialização de gêneros alimentícios, serão realizados pelo Município em até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será feito de acordo com a apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

Joaçaba (SC), em 17 de janeiro de 2017.

MARILENA ZANOELLO DETONI  
Secretária Municipal de Educação

## RATIFICAÇÃO

Comunicado à autoridade superior em 17/01/2017.

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 17 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 1/2017/PMJ - DL 1/2017/PMJ**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 1/2017 - DL</b>  Processo Administrativo: 1/2017 Processo de Licitação: 1/2017 Data do Processo: 02/01/2017
	Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, DIOCLÉSIO RAGNINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 1/2017  
b ) Licitação Nr.: 1/2017-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 17/01/2017  
e ) Data da Adjudicação: 17/01/2017 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - de fevereiro a dezembro de 2017, em consonância com o estabelecido no art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009 e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar - 1/2016/PMJ.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

					(em Reais R\$)	
	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item	

**COOP. PROD. AGROIND. FAM. REG. COLONIAL MEIO OESTE (10255)**

1 ALHO	KG	80	-	25,00	2.000,00
2 REPOLHO BRANCO	KG	500	-	3,14	1.570,00
3 BETERRABA	KG	400	-	2,97	1.188,00
4 BRÓCOLIS EM MAÇO	MÇ	500	-	3,39	1.695,00
5 AIPIM CONGELADO CORTADO EM PEDAÇOS MÉDIOS - EM EMBALAGEM DE 1KG	KG	1000	-	4,55	4.550,00
6 COUVE MANTEIGA	MÇ	100	-	2,34	234,00
7 TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA)	MÇ	700	-	2,06	1.442,00
8 OVOS CAPIRAS	DZ	3000	-	5,40	16.200,00
9 Doce fruta, embalagem de vidro ou plástico atóxico de 01 kg.	KG	800	-	13,08	10.464,00
10 FEIJÃO PRETO -PACOTE DE 1 KG	KG	400	-	5,69	2.276,00
11 FUBÁ EMBALAGEM EM QUILOGRAMAS	KG	1000	-	2,70	2.700,00
12 Macarrão caseiro congelado, tipo parafuso / espaguete / farfalle - embalagem de 01 kg	KG	787	-	10,55	8.302,85

Joaçaba, 17 de Janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  <b>CNPJ: 82.939.380/0001-99</b> <b>AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 1/2017 - DL</b>  <b>Processo Administrativo: 1/2017</b> <b>Processo de Licitação: 1/2017</b> <b>Data do Processo: 02/01/2017</b>
	Folha: 2/3

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### COOP. PROD. AGROIND. FAM. REG. COLONIAL MEIO OESTE (10255)

14	BOLACHA CASEIRA SABORES VARIADOS - COCO, AÇÚCAR MASCADO, MEL, MELADO	KG	727	-	16,08	11.690,16
15	SUCO NATURAL - SABORES - EMBALAGEM 1 LITRO	LTO	908	-	10,50	9.534,00
16	Açúcar mascavo - embalagem de 01 kg	KG	300	-	7,15	2.145,00
17	Rúcula	MÇ	100	-	2,53	253,00
18	ALFACE LISA OU CRESPA - PÉS DE TAMANHO MÉDIO (ORGÂNICO)	PÉ	1998	-	2,55	5.094,90
19	RÚCULA (PÉS DE TAMANHO MÉDIO) ORGÂNICO	PÉ	498	-	2,48	1.235,04
20	ESPINAFRE ORGÂNICO	MÇ	399	-	2,50	997,50
21	TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA) ORGÂNICO	MÇ	999	-	2,50	2.497,50
22	REPOLHO BRANCO - PRODUTO ORGÂNICO	KG	1599	-	2,80	4.477,20
23	Beterraba, sem sujidades - tamanho médio (orgânico)	KG	1200	-	3,52	4.224,00
24	BRÓCOLIS (PRODUTO ORGÂNICO)	MÇ	798	-	3,50	2.793,00
25	CENOURA (TAMANHO MÉDIO, SEM SUJIDAS) ORGÂNICA	KG	699	-	3,48	2.432,52
26	CHICÓRIA (PRODUTO ORGÂNICO)	MÇ	600	-	2,50	1.500,00
27	MORANGA CABUTIÁ - TAMANHO MÉDIO (PRODUTO ORGÂNICO)	UN	750	-	3,16	2.370,00
28	GRÃO DE PIPOCA (PACOTE DE 1 KG) ORGÂNICO	KG	198	-	6,00	1.188,00
29	CHUCHU ORGÂNICO	KG	600	-	2,00	1.200,00
30	COUVE-MANTEIRA ORGÂNICA	MÇ	600	-	2,80	1.680,00
31	Chá (erva doce / camomila / cidreira / melissa) pacote de 10 gramas	PCT	500	-	2,00	1.000,00
32	CHÁ - ERVA DOCE/ CAMOMILA/ CIDREIRA/ MELISSA - CAIXA COM 10 UNIDADES	CX	200	-	3,50	700,00
33	Feijão preto - pacote de 01 kg (orgânico)	KG	1500	-	6,50	9.750,00
34	Batata doce (orgânico)	KG	300	-	4,00	1.200,00
35	Laranja (orgânico)	KG	2700	-	1,80	4.860,00

**Total do Fornecedor: 125.443,67**

Joaçaba, 17 de Janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 1/2017 - DL</b>
	Processo Administrativo: 1/2017 Processo de Licitação: 1/2017 Data do Processo: 02/01/2017

Folha: 3/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL (10685)**

13 Macarrão caseiro congelado, tipo cabelo de anjo - embalagem de 01 kg KG 500 - 10,61 5.305,00

**Total do Fornecedor: 5.305,00**

**Total Geral: 130.748,67**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (103), 2.098.3.3.90.00.00.00.00.00 (105), 2.099.3.3.90.00.00.00.00.00 (107)

Joaçaba, 17 de Janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO 01/2017**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DO CONTRATO NR. 01/2017

PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 020/2016

DISPENSA NR. 013/2016

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

OBJETO: prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades: I – promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; II – inclusão digital das Câmaras de Vereadores; III – disponibilização de informações e serviços ao cidadão; IV – acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; V – divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; VI – promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; VII – economia dos recursos públicos.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais) – valor total para o período de 01/01/2017/2016 a 31/12/2017.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93 e na Lei Municipal n.º 4.002/2010.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00-MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO COMPLEM.:

3.3.90.39.90.00.00.00 FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Joaçaba (SC), 09 de dezembro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Licitações

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0004/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0004/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0013/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2016

PROTOCOLO Nº 0684/2016

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviço de usinagem para execução de solda de flanges, rosca em flange e em tubos de diâmetros que variam de 1 ½" até 4" (aço galvanizado), e de 80mm até 250mm (FºFº).

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Empresa Vencedora
1	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 1 ½"	SV	20,00	R\$ 30,00	FIORIN USINA-GENS LTDA ME
2	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 2"	SV	30,00	R\$ 30,00	
3	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 3"	SV	20,00	R\$ 30,00	
4	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 4"	SV	10,00	R\$ 35,00	
5	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	SV	10,00	R\$ 60,00	
6	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	SV	20,00	R\$ 65,00	
7	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	SV	20,00	R\$ 70,00	
8	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	SV	20,00	R\$ 90,00	
9	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	SV	20,00	R\$ 120,00	
10	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	SV	10,00	R\$ 60,00	
11	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	SV	20,00	R\$ 65,00	
12	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	SV	20,00	R\$ 70,00	
13	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	SV	20,00	R\$ 90,00	
14	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	SV	20,00	R\$ 120,00	
15	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	SV	10,00	R\$ 90,00	
16	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	SV	20,00	R\$ 100,00	
17	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	SV	20,00	R\$ 120,00	
18	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	SV	20,00	R\$ 140,00	
19	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	SV	20,00	R\$ 160,00	

VIGÊNCIA: 18/04/2016 a 17/04/2017

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o SIMAE, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 18 de janeiro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE.

# Laguna

## PREFEITURA

### LEI ORDINÁRIA Nº. 1.897

Lei Ordinária nº. 1.897, de 16 de janeiro de 2017.

"DISPÕE SOBRE A ESCOLHA, MEDIANTE ELEIÇÃO DIRETA, DE DIRETORES E VICE-DIRETORES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal manteve e eu promulgo, nos termos do artigo 48, §5º, da Lei Orgânica do Município e artigo 66, §5º, da Constituição da República, a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

##### CAPÍTULO I: DO MANDATO

Art. 1º As funções de Direção e Vice-direção das escolas da rede pública municipal serão exercidas por profissionais do magistério, escolhidos mediante eleição na forma desta Lei e das demais disposições aplicáveis.

Parágrafo único. Caberá aos eleitos coordenar o processo político, pedagógico e administrativo da Escola, em consonância com a legislação vigente e com as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º A eleição do Diretor importará a do Vice-Diretor com ele registrado na mesma chapa.

§ 1º As Escolas com mais de 1.500 (mil e quinhentos) alunos regularmente matriculados, elegerão 02 (dois) Vice-Diretores.

§ 2º Para os fins determinados no parágrafo anterior, o número de alunos de cada Escola será igual ao número de matrículas ali existentes no primeiro dia útil do mês previsto para o registro da(s) chapa(s).

Art. 3º Os candidatos eleitos serão nomeados para o exercício das funções por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. O Secretário Municipal da Educação dará posse aos eleitos, após a publicação do ato de nomeação no Diário Oficial do Município.

Art. 4º O mandato do Diretor e do Vice-Diretor é de 04 (quatro) anos, com início no primeiro dia do ano subsequente àquele em que se verificou a eleição, admitida apenas 01 (uma) reeleição consecutiva.

#### TÍTULO II

##### CAPÍTULO I: DOS ATOS CONVOCATÓRIOS

Art. 5º A eleição referida no artigo 1º desta Lei será convocada mediante edital do Secretário Municipal da Educação.

§ 1º Após o ato referido no caput deste artigo, ao Diretor da Escola caberá dar ao Colegiado Eleitoral, publicidade das normas que regerão o pleito, afixando-as em local visível e de fácil acesso.

§ 2º A votação será realizada no último sábado do mês de novembro de cada ano eleitoral, das 8h às 16h.

§ 3º O processo eleitoral terminará até 30 (trinta) dias após a publicação do edital que o deflagrou.

Art. 6º O Prefeito Municipal designará uma Comissão Eleitoral composta por 13 (onze) membros, assim constituída:

I – 05 (cinco) representantes da Secretaria Municipal da Educação, indicados pelo Secretário Municipal da Educação;

II – 02 (dois) procuradores do Município indicados pelo Procurador Geral do Município;

III – 02 (dois) profissionais do magistério, indicados pelo Sindicato dos Servidores do Magistério;

IV – 02 (dois) representantes de pais, integrantes de Conselho de Escola das Escolas Municipais, indicados por seus pares;

V – 01 (um) servidor público municipal, indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;

VI – 01 (um) Vereador da Câmara Municipal de Laguna, indicado pelo Presidente daquela Casa.

§ 1º A Comissão Eleitoral será presidida por um dos membros, que será escolhido entre os nomeados.

§ 2º Os membros da Comissão Eleitoral poderão ser substituídos até 24 horas antes da deflagração do processo eleitoral.

§3º Aos membros da Comissão Eleitoral é vedada a participação no pleito.

§4º A Comissão Eleitoral será dissolvida após a resolução de todos os recursos administrativos.

Art. 7º A Comissão Eleitoral terá as seguintes atribuições:

I – coordenar, acompanhar e assessorar técnica e juridicamente o processo eleitoral;

II – deferir ou indeferir o pedido de registro de chapa (s), até o 15º (décimo quinto) dia que antecede a votação;

III – cassar o registro de chapa (s), na hipótese prevista no artigo 15, § 5º desta lei;

IV – julgar os recursos interpostos;

V – proclamar os eleitos, informando, por expediente próprio, ao Prefeito Municipal, para fins do disposto no caput do artigo 3º desta Lei;

VI – resolver, ouvido o Secretário Municipal da Educação, os casos omissos referentes ao processo eleitoral.

Parágrafo único. O desempenho das atividades da Comissão Eleitoral é considerado de relevante interesse da Administração Municipal e terá prioridade, para os servidores municipais, sobre o exercício das demais atribuições do cargo público.

#### CAPÍTULO II

##### DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 8º Após o recebimento do edital de deflagração do processo eleitoral na Escola, caberá ao Diretor:

I - convocar o Colegiado Eleitoral para a 1ª Assembleia Geral, a ser realizada até o 23º (vigésimo terceiro) dia que antecede a votação;

II - presidir a 1ª Assembleia Geral, até a composição da Mesa Eleitoral, que será formada por integrantes do Colegiado Eleitoral não postulantes às funções de Diretor ou Vice-Diretor;

III – A Mesa Eleitoral é a autoridade local do processo eleitoral.

Art. 9º Não havendo registro de chapas na 1ª Assembleia, a Mesa Eleitoral convocará o Colegiado Eleitoral para a 2ª Assembleia, a ser realizada até o 21º (vigésimo primeiro) dia que antecede a votação.

§ 1º Deverá ser respeitado o prazo de 24 horas entre a realização da 1ª e da 2ª Assembleia.

§ 2º Persistindo a ausência de registro de chapa, será aplicado o disposto pelo § 3º do artigo 15 desta Lei.

Art. 10. O Colegiado Eleitoral, para os fins desta Lei, compreende:

I – integrantes do quadro do magistério e servidores em efetivo exercício do cargo na Escola;

II – aluno regularmente matriculado na escola, com 16 (dezesesseis) anos ou mais;

III – pai ou mãe ou responsável por aluno regularmente matriculado na Escola, menor de 16 (dezesesseis) anos;

IV – profissionais da educação à disposição da Secretaria Municipal da Educação, em efetivo exercício na Escola.

Art. 11. São atribuições do Colegiado Eleitoral:

I – constituir a Mesa Eleitoral, dentre os componentes do Colegiado Eleitoral

presentes na primeira Assembleia, e não postulantes à função de Diretor ou de Vice-Diretor;

II – tomar ciência da Proposta de Trabalho da(s) chapa(s);

III – acompanhar todo o processo eleitoral.

Art. 12. A Mesa Eleitoral, responsável pela execução do processo

eleitoral na Escola, terá de 05 (cinco) a 07 (sete) membros, escolhidos dentre os integrantes do Colegiado Eleitoral, para as funções de presidente, vice-presidente, secretário (s) e mesário (s):

Art. 13. São atribuições da Mesa Eleitoral:

I - informar aos eleitores as competências da Mesa Eleitoral e divulgar a existência da Comissão Eleitoral;

II - expedir, se necessário, edital de convocação para a 2.ª Assembleia Geral do Colegiado Eleitoral, responsabilizando-se por sua condução;

III - receber os pedidos de registro de chapas;

IV - divulgar, após o deferimento pela Comissão Eleitoral, a relação de chapas registradas e afixá-la em locais visíveis na Escola;

V - comunicar, por escrito, à Comissão Eleitoral, após esgotado o prazo para a realização das duas Assembleias previstas, a inexistência de pedido de registro de chapa;

VI - encaminhar à Comissão Eleitoral, até o 19º (décimo nono) dia que antecede a votação, a documentação referente ao pedido de registro das chapas;

VII - receber, analisar e julgar denúncias referentes ao processo eleitoral;

VIII - encaminhar e dar ciência aos interessados do parecer conclusivo da Comissão Eleitoral, nos recursos interpostos;

IX - receber, por escrito, o registro de até 02 (dois) fiscais por chapa e seus respectivos suplentes;

X - definir, com os candidatos, as normas e o material que poderá ser utilizado para a propaganda durante o processo eleitoral, observadas as disposições dos artigos 17 e 18 desta Lei;

XI - manter a ordem durante todo o processo eleitoral e no dia da votação;

XII - providenciar local adequado na Escola para o dia da votação, bem como todo o material necessário ao processo eleitoral;

XIII - providenciar as credenciais para os fiscais;

XIV - decidir sobre a inclusão de nomes nas relações dos eleitores;

XV - substituir, se necessário, os membros da Mesa Eleitoral;

XVI - lavrar e assinar, em livro ata, específico, todas as ocorrências relativas ao processo eleitoral;

XVII - distribuir aos eleitores que estiverem na fila de votação, às 16 (dezesseis) horas, senhas rubricadas, seguindo a respectiva ordem numérica;

XVIII - proceder à apuração dos votos;

XIX - designar, se necessário, componentes do Colegiado Eleitoral para auxiliar na apuração dos votos;

XX - lavrar a ata de votação;

XXI - entregar à Comissão Eleitoral, depois de encerrada a votação e até as 20 (vinte) horas do mesmo dia, toda a documentação relativa ao processo eleitoral.

§ 1º. Os fiscais suplentes atuarão somente nos impedimentos dos fiscais titulares.

§ 2º. A dissolução da Mesa Eleitoral ocorrerá concomitantemente à da Comissão Eleitoral.

### CAPÍTULO III

#### DOS CANDIDATOS

Art. 14. Poderá concorrer às eleições o integrante do Quadro do Magistério em efetivo exercício na Escola, desde que:

I - já tenha cumprido o período de estágio probatório no cargo pelo qual pretende concorrer;

II - tendo 02 (dois) cargos em Escolas Municipais distintas, o registro da candidatura ocorra em apenas uma delas;

III - não tenha recebido penalidade administrativa aplicada após processo administrativo disciplinar, em que tenha havido o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos 05 (cinco) anos anteriores ao pedido do registro da candidatura;

IV - possua disponibilidade para atuar em regime de dedicação integral, com o cumprimento de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, a fim de gerenciar a escola em todo o seu funcionamento, observado o seguinte:

a. o Diretor deverá ter disponibilidade para atender a escola em todos os períodos

de funcionamento, respeitada sua carga de trabalho de 40 horas

semanais;

b. o Vice-Diretor deverá substituir o Diretor em seus impedimentos e deverá ter disponibilidade para atender a escola em todos os períodos de funcionamento, considerando como prioritário no desempenho de suas atribuições, a gestão das atividades noturnas exercidas na Escola, respeitada a jornada de trabalho de 40 horas semanais;

c) nas Escolas com 02 (dois) Vice-Diretores e oferta de período noturno, um deles, a critério do Diretor, estará sujeito ao disposto na alínea b deste artigo.

V - não tenha sido condenado em ação penal por sentença irrecorrível;

VI - apresente atestado de saúde ocupacional - ASO, sem restrição psicológica e/ou psiquiátrica, emitido nos últimos 03 (três) anos;

VII - seja detentor de vaga fixa ou tenha desempenho ininterrupto das atividades na Escola, nos 03 (três) anos que antecederem ao registro da candidatura;

§ 1º As chapas deverão apresentar ao Colegiado Eleitoral, na Assembleia em que lançarem sua candidatura, uma Proposta de Trabalho que seja consoante às diretrizes e orientações da Secretaria Municipal da Educação.

§ 2º Não poderão se candidatar às funções de Diretor e Vice-Diretor na mesma chapa, profissionais do magistério que sejam cônjuges ou companheiros, ou ainda que guardem entre si parentesco até o segundo grau.

§ 3º Os candidatos não se afastarão das funções do cargo durante o processo eleitoral, inclusive o Diretor e o Vice-Diretor que pretendem concorrer à reeleição.

### CAPÍTULO IV

#### DO REGISTRO DAS CHAPAS

Art. 15. O registro de chapa (s) far-se-á por meio de composição de candidatos à função de Diretor e à de Vice-Diretor.

§ 1º O pedido de registro de chapa deverá ser feito por escrito à Mesa Eleitoral, pelos candidatos a Diretor e Vice-Diretor durante a Assembleia Geral do Colegiado Eleitoral e deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento de registro da chapa, onde conste declaração de que os candidatos atendem as condições previstas no artigo 14 desta Lei;

II - duas vias da Proposta de Trabalho que contemple a gestão político-pedagógica, administrativa, financeira e de articulação com a Comunidade Escolar, apresentada na Assembleia Geral do Colegiado Eleitoral.

§ 2º. A Comissão Eleitoral indeferirá o registro de chapa que não atender ao prazo estabelecido no inciso VI do artigo 13.

§ 3º. Não havendo solicitação de registro de chapa nos prazos previstos, a indicação para as funções de Diretor e Vice-Diretor será procedida pelo Colegiado Eleitoral e a nomeação se dará por ato do Prefeito Municipal.

§ 4º. Para efeito do § 3º deste artigo, fica vedada a indicação de profissional do magistério que já tenha cumprido tempo equivalente a dois mandatos em qualquer das duas funções.

§ 5º. Será cassado pela Comissão Eleitoral o registro de chapa que não atender ao disposto nos incisos I a VII do artigo 14 desta Lei.

§ 6º. O pedido de cassação será encaminhado à Comissão Eleitoral, que decidirá, em caráter irrecorrível, em 03 (três) dias úteis do recebimento.

§ 7º. Estará sujeito a responder penal e administrativamente o candidato que declarar informação falsa ou inidônea, com o objetivo de obter o registro de sua candidatura, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

### CAPÍTULO V

#### DOS ELEITORES

Art. 16. Poderão votar:

I - os profissionais do magistério em exercício com vaga fixa, provisória ou substituta na Escola;

II - os profissionais da educação não docentes em efetivo exercício na Escola;

III - os profissionais da educação de outras Instituições, docentes

ou não, à disposição da Secretaria Municipal da Educação e em exercício na Escola há pelo menos 06 (seis) meses anteriores à data do pleito;

IV – o pai ou a mãe ou o responsável por aluno regularmente matriculado;

V - os alunos com 16 anos ou mais, regularmente matriculados;

VI - os eleitores especificados nos incisos I a IV que se encontrem, no dia do pleito, em afastamento legal do exercício da função.

§ 1º O integrante do Quadro do Magistério que possuir 02 (duas) matrículas ou uma matrícula e RIT na mesma escola tem direito a 01 (um) voto.

§ 2º Independente do número de filhos matriculados na escola, o voto da comunidade é 01 (um) por família.

§ 3º O profissional da escola, responsável legal por aluno, votará pelo segmento da escola, podendo, outro membro da família, votar pelo segmento da comunidade.

§ 4º É vedada a dupla representatividade.

### TÍTULO III

#### CAPÍTULO I

##### DA PROPAGANDA

Art. 17. A propaganda eleitoral só deverá ser iniciada após o deferimento do registro da chapa.

Art. 18. À Mesa Eleitoral caberá definir com a(s) chapa(s), mediante registro em ata, as normas para a propaganda durante o processo eleitoral, observando:

A) que não haja prejuízo do processo pedagógico desenvolvido na Escola;

b) que o material de campanha seja de inteira responsabilidade dos candidatos, vedada a utilização do material ou estrutura da Escola;

c) o prazo de 24h (quarenta e oito horas) antes do início da votação para o encerramento da propaganda eleitoral;

d) que a utilização do material de propaganda não cause dano ao patrimônio público e privado.

#### CAPÍTULO II

##### DAS INFRAÇÕES ELEITORAIS

Art. 19. É proibido impedir ou dificultar o processo eleitoral e, especialmente:

I - coagir ou aliciar eleitor em favor ou desfavor de qualquer chapa;

II - usar do poder econômico ou do poder de qualquer autoridade para obstar a liberdade do voto;

III - usar de violência moral ou física ou grave ameaça para tolher a liberdade de votar, ainda que os fins visados não sejam atingidos;

IV - falsificar, no todo ou em parte, documento público, alterar documento público verdadeiro ou fazer uso para fins eleitorais;

V - violar ou tentar violar o sigilo do voto;

VI - divulgar, sob qualquer forma, fato que sabe inverídico, capaz de exercer influência sobre o eleitorado;

VII - utilizar a distribuição de camisetas, bonés e brindes de forma geral, bem como a de alimentos, mercadorias e utilidades, prêmios ou sorteios ou qualquer concessão ou supressão de vantagem, visando angariar o voto para si ou para outrem, ou conseguir abstenção;

VIII - ao membro da Mesa Eleitoral praticar ou permitir que seja praticada qualquer irregularidade ou anormalidade que determine a anulação do processo eleitoral;

IX - fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, que venha a ofender a dignidade ou o decoro de outrem, ou dilapidar o patrimônio público e privado;

X – fazer propaganda em meio eletrônico nas redes sociais;

XI – utilizar carro de som;

XII – utilizar imagem de alunos da Rede Municipal de Ensino.

#### CAPÍTULO III

##### DAS DENÚNCIAS NO PROCESSO ELEITORAL E DOS RECURSOS

Art. 20. Qualquer pessoa vinculada ao processo eleitoral poderá denunciar, por escrito, ato relacionado ao processo eleitoral que seja contrário às disposições desta Lei, desde que protocolado junto à Mesa Eleitoral, em vinte e quatro horas do ocorrido.

Art. 21. As denúncias não terão efeito suspensivo, salvo nos casos

de cassação de registro de chapa única.

Parágrafo único. No caso de cassação do registro de chapa única o processo eleitoral daquela unidade escolar será anulado aplicando-se o prazo previsto no artigo 30 desta lei.

Art. 22. Compete à Mesa Eleitoral analisar e julgar o fato denunciado no prazo de vinte e quatro horas do seu recebimento.

Art. 23. Da decisão da Mesa Eleitoral caberá recurso escrito à Comissão Eleitoral no prazo de 01 (um) dia útil após a Mesa Eleitoral dar ciência aos interessados.

§ 1º Ocorrendo o previsto no caput deste artigo, o recurso e toda a documentação referente ao caso deverá ser protocolado perante a Comissão Eleitoral.

§ 2º A Comissão Eleitoral analisará e julgará no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento do recurso, podendo requisitar à Mesa Eleitoral ou aos interessados, documentos ou esclarecimentos que julgar pertinentes.

§ 3º O Presidente da Comissão Eleitoral poderá determinar a realização de diligências, designando membros da Comissão para tanto.

§ 4º. As decisões da Comissão Eleitoral são irrecorríveis.

Art. 25. Denúncias contra a Mesa Eleitoral, formuladas por escrito e devidamente fundamentadas, serão protocoladas diretamente na Comissão Eleitoral.

Art. 26. Os prazos para denúncias e recursos terão caráter preclusivo.

Art. 27. Denúncias anônimas não serão conhecidas.

Art. 28. As denúncias contra a votação só serão analisadas pela Comissão Eleitoral se tiver havido prévia impugnação perante a Mesa Eleitoral, devidamente consignada na ata da votação.

Art. 29. Constatados indícios de irregularidade funcional a Comissão Eleitoral encaminhará o feito à Comissão Permanente de Sindicância da Procuradoria Geral do Município.

Art. 30. Nos casos de anulação da votação, caberá à Secretaria Municipal de Educação, por meio da Comissão Eleitoral, promover novas eleições na respectiva Escola, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da decisão da anulação.

#### TÍTULO IV

##### CAPÍTULO I

##### DOS ATOS PREPARATÓRIOS E DA VOTAÇÃO

Art. 31. Até o décimo quinto dia antes da data marcada para a votação, cada Escola qualificará e cadastrará todos os eleitores e afixará a relação dos votantes de cada segmento – Escola e Comunidade, em lugar visível e de fácil acesso para conhecimento de todos.

Parágrafo único. Caberá pedido de impugnação de eleitor à Mesa Eleitoral, até o último dia útil imediatamente anterior ao pleito.

Art. 32. Compete à Mesa Eleitoral, no dia da votação:

I - providenciar urnas separadas para cada um dos segmentos (Escola e Comunidade) que assegurem a inviolabilidade do voto, bem como todo o material necessário à votação;

II – instalar Mesa Eleitoral em local adequado e que assegure a visibilidade do ambiente de votação e a privacidade do eleitor;

III – garantir a permanência no local de votação apenas dos membros da Mesa Eleitoral e de um fiscal de cada chapa e do eleitor, durante o tempo necessário à votação;

IV - providenciar as credenciais para os fiscais das chapas;

V - decidir sobre a inclusão ou exclusão de nomes nas relações dos eleitores;

VI – rubricar a cédula de votação, na presença do eleitor;

VII – distribuir aos eleitores que estiverem na fila de votação, às 16h (dezoito horas), senhas rubricadas, segundo a respectiva ordem numérica;

VIII – lacrar as urnas vazias, após a retirada de todos os votos, na presença de 01 (um) fiscal de cada chapa ou de qualquer dos candidatos, e de mais 01 (uma) testemunha;

IX – designar, se necessário, componentes do Colégio Eleitoral para auxiliar na apuração dos votos;

X – proceder à apuração dos votos.

1º. Os Mesários/Secretários substituirão o Presidente, quando necessário.



2º. Qualquer eleitor, respeitada a representatividade, poderá ser nomeado pelo

Presidente da Mesa Eleitoral, caso falte, no dia da votação, algum dos membros indicados na Assembléia do Colegiado Eleitoral.

Art. 33. A votação far-se-á através de sufrágio direto e secreto, vedado o voto por procuração e fora do dia e horário determinados no edital que deflagrar o processo eleitoral.

## CAPÍTULO II

### DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 34. Encerrada a votação, os componentes da Mesa Eleitoral iniciarão a apuração dos votos verificando se foi respeitada a representatividade, em separado, da Comunidade e da Escola, conforme segue:

I - contar o total de votantes nas listas de presença da votação elaborada a partir dos dados constantes no Sistema Educacional, conferindo se o total de votos corresponde a 1/6 do total de eleitores da Escola e de 1/6 do total de eleitores da Comunidade;

II - só será processada a abertura das urnas e a contagem de votos, por processo manual ou eletrônico, conforme o tipo de urna utilizada, se o percentual de 1/6 de cada segmento tiver sido alcançado;

III - abrir as urnas, separadamente, e contar o número de cédulas eleitorais, sem abri-las ou, no caso de uso de urnas eletrônicas, proceder ao início do processamento de contagem eletrônica do número de votantes da Comunidade e da Escola;

IV - coincidindo o número dos votantes com o de cédulas eleitorais nas urnas ou com o número de votos processados eletronicamente, dar continuidade à apuração dos votos por chapas, os nulos e os brancos, contando separadamente os da Comunidade e os da Escola;

V - não coincidindo o número de votantes com o número de votos processados eletronicamente ou com o número de cédulas nas urnas, a Mesa Eleitoral decidirá quanto à continuação ou não da apuração dos votos, lavrando-se em ata o teor da decisão;

VI - deliberada, na situação prevista no inciso anterior, a interrupção da apuração dos votos, todo o material será lacrado e entregue, pessoalmente, pelo Presidente da Mesa acompanhado do(s) candidato(s) e/ou de seus fiscais, à Comissão Eleitoral;

VII - no caso de uso de cédulas eleitorais, serão consideradas nulas aquelas que:

A) não corresponderem ao modelo oficial;

B) assinalarem mais de uma chapa;

C) contiverem expressões, frases ou palavras que possam identificar o votante;

D) não estiverem rubricadas pela Mesa Eleitoral.

§ 1º. Quando não alcançado o percentual de 1/6 de comparecimento em cada um dos segmentos, a Mesa Eleitoral não abrirá as urnas, registrará o fato em ata e encaminhará todo o material de votação à Comissão Eleitoral, para fins de aplicação do disposto no artigo 30 desta Lei.

§ 2º. Após a realização do novo pleito, uma única vez, permanecendo não atendidas as condições estabelecidas no parágrafo 1º deste artigo, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 3º do artigo 15 desta Lei.

§ 3º. A decisão proferida pela Mesa Eleitoral na situação prevista no inciso V é irrecurável.

Art. 34. Na apuração dos votos será aplicada a seguinte fórmula:

$E(X) \cdot C(X)$

$V(X) = \frac{E(X)}{E} \cdot 50 + \frac{C(X)}{C} \cdot 50$

$E \cdot C$

Onde:

$V(X)$  = total de votos alcançados pelo candidato

$E(X)$  = número de votos da Escola para o candidato

$E$  = número de eleitores que votaram pela Escola

$C(X)$  = número de votos da Comunidade para o candidato

$C$  = número de eleitores que votaram pela Comunidade

Parágrafo único. Em caso de empate será considerado eleito, sucessivamente, o candidato com maior:

I - tempo de serviço na Escola;

II - tempo de serviço no Magistério Municipal;

III - tempo no Serviço Público Municipal;

IV - idade.

Art. 35. A chapa única, para ser considerada eleita, após cumprido o disposto no inciso I do artigo 33, deverá obter 60% do total dos votos após a aplicação da fórmula do artigo 34.

§ 1º. Verificando-se que a chapa única não atendeu ao requisito estabelecido no caput, será aplicado o disposto no artigo 30 desta Lei.

§ 2º. Após a realização do novo pleito, uma única vez, permanecendo não atendidas as condições estabelecidas no caput deste artigo, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 3º do artigo 15 desta Lei.

## CAPÍTULO III

### DO ENCERRAMENTO DA APURAÇÃO

Art. 36 Encerrada a apuração, a Mesa Eleitoral entregará à Comissão Eleitoral os seguintes documentos:

I. ata da votação;

II. listas de votantes da Escola e da Comunidade;

III. cédulas da Escola e cédulas da Comunidade;

IV. relatório emitido pelo sistema informatizado.

Parágrafo único. A documentação será entregue em invólucro lacrado e rubricado pelos membros da Mesa Eleitoral, candidatos e fiscais, sob protocolo.

## CAPÍTULO IV

### DAS NULIDADES NO PROCESSO ELEITORAL

Art. 37. É nula a votação quando:

I - for feita perante Mesa Eleitoral composta em descumprimento ao estabelecido nesta Lei;

II - não forem lavradas as respectivas atas ou for preterida qualquer formalidade legal;

III. houver extravio por parte da Mesa Eleitoral dos documentos elencados no artigo 36, incisos I ao III;

IV. ocorrer falsidade, fraude ou coação;

V. o julgamento das denúncias em grau de recurso declarar a nulidade do processo eleitoral.

Art. 38. Poderá ser anulado o processo eleitoral, por ato da Comissão Eleitoral, quando houver infração às disposições do artigo 19 desta Lei.

Art. 39. Os pedidos de nulidade da votação por infração a um ou mais dos incisos I a IV do artigo 37, serão encaminhados pela Mesa Eleitoral, imediatamente ao seu recebimento, para análise e decisão da Comissão Eleitoral.

Art. 40. Sendo anulada a votação ou o processo eleitoral, aplicar-se-á o disposto no artigo 30 desta Lei.

Parágrafo único. Após a realização do novo pleito, uma única vez, permanecendo não atendidas as condições estabelecidas nesta Lei para homologação válida da votação ou do processo eleitoral, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 3º do artigo 15 desta Lei.

## TÍTULO V

### CAPÍTULO I

#### DA CHAPA ELEITA

Art. 41. Resolvidos os pedidos de impugnações e recursos, a Comissão Eleitoral proclamará os eleitos, que serão nomeados na forma do artigo 3º desta Lei.

Art. 42. A chapa eleita deverá:

I- apresentar um Plano de Ação consoante parâmetros e indicadores de qualidade e demais diretrizes da Secretaria Municipal da Educação, a ser desenvolvido ao longo do mandato, construído com todos os segmentos da Comunidade Escolar, tendo como fundamento a Proposta de Trabalho apresentada na Assembléia em que lançou sua candidatura;

§ 1º O Plano de Ação será submetido ao acompanhamento e à avaliação da Comunidade Escolar, semestralmente, de acordo com Portaria da Secretaria Municipal da Educação.

Art. 43. Quando a avaliação do Plano de Ação for considerada insuficiente por três períodos, sucessivos ou não, o Diretor e o Vice-Diretor serão imediatamente destituídos das respectivas funções, hipótese em que deverá ser aplicado o disposto no artigo 45 desta



Lei.

## TÍTULO VI

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44. Dar-se-á a convocação do Vice-Diretor para assumir a função de Direção no caso de morte, renúncia ou impedimento legal do Diretor.

§ 1º Vagando a função de Diretor e assumindo o Vice-Diretor, este indicará um novo Vice-Diretor para a complementação do mandato, observadas, no que couber, as disposições do artigo 14 desta Lei.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, a indicação do Vice-Diretor será submetida ao referendo do Conselho de Escola e encaminhada ao Secretário Municipal da Educação para os atos finais.

§ 3º Tratando-se de Escola que possua 02 (dois) Vice-Diretores, assumirá como Diretor aquele com mais tempo de serviço na unidade.

§ 4º Não será permitida a permuta de funções do Diretor e do Vice-Diretor no curso do mandato.

Art. 45. Vagando a função de vice-diretor, será aplicado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 46.

Art. 46. Vagando, simultaneamente, as funções de Diretor e Vice-Diretor, serão observadas as seguintes disposições:

I – se a vacância ocorrer fora do ano eleitoral, será deflagrado de imediato novo processo, na forma desta Lei, e a chapa eleita será nomeada até o último dia do ano civil em que se daria o término do mandato anterior;

II – se a vacância ocorrer no ano eleitoral, o Conselho de Escola, por maioria simples, organizará em até 15 dias da vacância, uma lista tríplice dentre aqueles que preencherem os requisitos do artigo 14 desta Lei, cabendo ao Secretário Municipal da Educação a indicação do Diretor.

§ 1º Caberá ao Diretor a escolha do Vice-Diretor, observado o disposto no artigo 14 desta Lei.

§ 2º A indicação do Vice-Diretor será submetida ao referendo do Conselho de Escola.

§ 3º Na ausência de candidatos para o cumprimento no disposto no caput deste artigo, aplicar-se-á o disposto no § 3º do artigo 15 desta Lei.

## TÍTULO VII

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. Na Escola em que não houver programas e projetos no período noturno, autorizados pela Secretaria Municipal da Educação, o Vice-Diretor atenderá somente o turno diurno.

Art. 48. Na Escola criada fora do ano eleitoral, as funções de Diretor e Vice-Diretor decorrerão de indicação do Secretário Municipal da Educação e nomeação por ato do Prefeito Municipal, cujo mandato vigorará até a realização da primeira eleição subsequente.

§ 1º Não haverá eleição em Escola criada em ano eleitoral, ficando postergado para o pleito subsequente o processo de escolha.

§ 2º Atendidas as condições previstas nos incisos I a VII do artigo 14, é garantida a elegibilidade dos nomeados.

§ 3º Para fins de reeleição, será considerada como 01 (um) mandato, o exercício de função de Diretor ou Vice-Diretor com duração igual ou superior a 2 (dois) anos.

Art. 49. O Diretor e/ou o Vice-Diretor poderão ser afastados de suas funções, por ato do Secretário Municipal da Educação e com suspensão da função gratificada, durante o trâmite de processo administrativo, quando figurar(em) como denunciado(s) por prática de atos que configurem irregularidade funcional, aplicando-se o disposto no artigo 44 desta Lei.

§ 1º. Verificada situação ensejadora do afastamento do Diretor e do Vice-Diretor, conforme caput deste artigo caberá ao Secretário Municipal da Educação indicar a substituição para ambas as funções.

Art. 50. Perderá o mandato o Diretor e/ou o Vice-Diretor que receber penalidade administrativa durante a gestão.

§ 1º Quando a perda do mandato for para o Diretor e o Vice-Diretor

aplica-se o disposto no artigo 46 desta lei.

§ 2º Quando a perda do mandato for apenas para o Diretor aplica-se o disposto no artigo 44 desta lei.

§ 3º - Quando a perda do mandato for apenas para o Vice-Diretor, o Diretor indicará um novo Vice-Diretor para a complementação do mandato, observadas, no que couber, as disposições do artigo 14 e do artigo 44, §2º desta lei.

Art. 51 A denúncia de irregularidades na gestão deverá se dar por escrito e poderá ser formulada por qualquer membro da Comunidade Escolar perante a Secretaria Municipal da Educação.

Parágrafo único. Haverá uma apuração preliminar imediata ao conhecimento dos fatos que será promovida perante a Secretaria Municipal da Educação, devendo consistir, no mínimo, em relatório circunstanciado sobre o que se verificou.

Art. 52. Na transição entre mandatos, o Diretor e o Vice-Diretor em exercício deverão entregar aos sucessores eleitos, até o último dia letivo do ano, relatório sobre a situação da Escola, bem como acervo documental, inventário patrimonial e material e devidas prestações financeiras, com cópia para a Secretaria Municipal da Educação.

§ 1º Sendo reeleito, o Diretor convocará o Conselho de Escola, para se reunirem até o último dia letivo do ano em que se realizaram as eleições, para apresentar a documentação mencionada no caput deste artigo.

§2º Será considerado descumprimento do dever funcional sujeito a processo administrativo disciplinar à infração ao disposto no caput deste artigo.

Art. 53. Compete a Comissão Eleitoral resolver, ouvido o Secretário Municipal da Educação, os casos omissos referentes ao processo eleitoral.

Art. 54. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 051/2017 DE 13/01/2017 CONCEDE FÉRIAS PROPORCIONAIS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARA RITA MARASCHIM DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.051/2017  
DE 13/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS PROPORCIONAIS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARA RITA MARASCHIM DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 66 parágrafo único Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

CONSIDERANDO os contratos temporários a que se referem as portarias n. 0048/2016 de 15/02/2016 e 062/2016 de 17/02/2016 CONSIDERANDO a necessidade de alteração dos contratos acima citados a que se referem as portarias n. 268 e 269 de 23/12/2016.

#### DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias proporcionais ao Servidor Público Municipal MARA RITA MARASCHIM pelo prazo de 27 dias, de 02/01/2017 A 28/01/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 15 de fevereiro de 2016 a 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de janeiro de 2017.  
Noeli Jose Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora designada

### **PORTARIA Nº 052/2017 DE 13/01/2017 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCISMARA GASPERRINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n. 052/2017  
DE 13/01/2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCISMARA GASPERRINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,  
CONSIDERANDO o atestado médico indicando a necessidade do afastamento funcional do respectivo servidor.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal FRANCISMARA GASPERRINI por 15 dias a partir 06/01/2017

Art.2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 13 de janeiro de 2017.  
Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora Designada

### **PORTARIA Nº 053/2017 DE 13/01/2017 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GLAUCIA FIORENTIN DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA n.053/2017  
DE 13/01/2017

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GLAUCIA FIORENTIN DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

#### DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal GLAUCIA FIORENTIN pelo prazo de 30 dias, de 18/01/2017 A 06/02/2017, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 06 de junho de 2015 a 05 de junho de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 13 de janeiro de 2017.  
Noeli Jose Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.  
Jaqueline Fortes Martins  
Servidora designada

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS 001/2017, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2017 PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS**

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

O Fundo Municipal de Saúde de Lajeado Grande – SC, torna público a todos os interessados que de acordo com a Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, encontra-se aberto o Processo Licitatório FMS 001/2017, na modalidade de Pregão Presencial 001/2017 para a realização de exames laboratoriais. O recebimento e abertura dos envelopes dar-se-á até a data de 01 de fevereiro de 2017, às 09h30min, no Setor de Licitações e Contratos. Maiores informações e/ou a íntegra do presente edital poderão ser obtidas junto a Administração Municipal, sito a Rua Vitória, n. 503, Centro, Lajeado Grande, CEP: 89828-000, de Segunda à Sexta-Feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo fone 0xx49-33550012, ou ainda pelo Site [www.lajeadogrande.sc.gov.br](http://www.lajeadogrande.sc.gov.br)

Lajeado Grande em 17 de janeiro de 2017.

NOELI JOSE DAL MAGRO

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS 002/2017, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2017 PARA A AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO E MATERIAL PERMANENTE**

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

O Fundo Municipal de Saúde de Lajeado Grande – SC, torna público a todos os interessados que de acordo com a Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, encontra-se aberto o Processo Licitatório FMS 002/2017, na modalidade de Pregão Presencial 002/2017 para a aquisição de veículo novo e material permanente. O recebimento e abertura dos envelopes dar-se-á até a data de 01 de fevereiro de 2017, às 08h00min, no Setor de Licitações e Contratos. Maiores informações e/ou a íntegra do presente edital poderão ser obtidas junto a Administração Municipal, sito a Rua Vitória, n. 503, Centro, Lajeado Grande, CEP: 89828-000, de Segunda à Sexta-Feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo fone 0xx49-33550012, ou ainda pelo Site [www.lajeadogrande.sc.gov.br](http://www.lajeadogrande.sc.gov.br)

Lajeado Grande em 17 de janeiro de 2017.

NOELI JOSE DAL MAGRO

Prefeito Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 032/2017

DECRETO Nº 032/2017.

FIXA AS DATAS DE VENCIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal combinado com o Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam fixadas as datas de vencimento para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, do exercício de 2017, conforme abaixo descritas:

- 1º PARCELA: 10 DE ABRIL DE 2017
- 2º PARCELA: 10 DE MAIO DE 2017
- 3º PARCELA: 12 DE JUNHO DE 2017
- 4º PARCELA: 10 DE JULHO DE 2017

Parágrafo Único – Para os contribuintes que optarem pelo pagamento em 02 (duas) parcelas, 10 de Abril e 10 de Maio de 2017, será concedido desconto de 20% (vinte por cento).

Art. 2º - O contribuinte que tiver direito a isenção deverá protocolar o requerimento até o 10/04/2017 no Setor de Tributação e Fiscalização desta Prefeitura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JANEIRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### DECRETO Nº 033/2017

DECRETO Nº 033/2017.

FIXA AS DATAS DE VENCIMENTO DA LICENÇA LLF/LFF, ALVARÁ SANITÁRIO, ISSQN HOMOLOGADO E ISSQN FIXO 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal combinado com o Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam fixadas as datas de vencimento para pagamento da Licença LLF/LFF, ISSQN Homologado e ISSQN Fixo, do exercício de 2017, conforme abaixo descritas:

ALVARÁ SANITÁRIO - Vencimento: 28/02/2017

LICENÇA LLF/LFF - Vencimento: 31/03/2017

ISSQN FIXO - Vencimento: 20/04/2017

ISSQN HOMOLOGADO - Vencimento: até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao fato gerador

Parágrafo Único – A emissão das guias de arrecadação do ISSQN Homologado deverá ser feita por meio digital, através do site [www.meuiss.com.br](http://www.meuiss.com.br).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JANEIRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/PMLM/2017

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/PMLM/2017

OBJETIVO: O Município de LAURO MULLER torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso XXVI, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação a Contratação da empresa CIGA – Consorcio de Informática na Gestão Pública Municipal, para prestação de serviços no ano de 2017. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei Nº. 8.666/93. RECONHECIDO: em 18/01/2017, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto – Secretária de Administração e Finanças. Lauro Muller, 18 de Janeiro de 2017. Genivaldo da Silva  
Presidente da Comissão de Licitações

### EDITAL DE PREGÃO Nº 05/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/PMLM/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 02/02/2017 às 9h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios para atender ao Programa de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano letivo de 2017.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de

segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com)  
Lauro Muller, 17 de Janeiro de 2017.

Pregoeiro  
Genivaldo da Silva

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/PMLM/2017**

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 004/PMLM/2017

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação de empresa para aquisição materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Portal Aprende Brasil para a rede de ensino municipal de Lauro Muller/ SC.

CONTRATADA: EDITORA POSITIVO LTDA.

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller - SC, através da Secretaria de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 12/01/2017, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto - Secretaria de Administração e Finanças.

Lauro Muller, 12 de Janeiro de 2017.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**RGF 2º SEM**

**MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.472.050,01	1.382,86
Pessoal Ativo	23.450.189,64	1.232,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	21.860,37	150,86
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	821.783,46	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	821.783,46	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>22.650.266,55</b>	<b>1.382,86</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	35.745.922,83	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>22.651.649,41</b>	<b>63,37</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>21.447.553,70</b>	<b>60,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>20.375.176,01</b>	<b>57,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>19.302.798,33</b>	<b>54,00</b>

FONTE:

Lauro Muller, 17/01/2017

\_\_\_\_\_  
 FABRICIO KUSMIN ALVES  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 ROSANA BENEDET  
 Contadora CRC/SC 023922/O5



MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>2.861.151,21</b>	<b>3.221.088,99</b>	<b>3.207.946,80</b>
Dívida Mobiliária	45.232,49	39.433,46	26.291,27
Dívida Contratual	2.815.918,72	3.181.655,53	3.181.655,53
Interna	2.815.918,72	3.181.655,53	3.181.655,53
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>2.199.621,34</b>	<b>877.605,64</b>	<b>1.019.472,08</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.572.445,84	2.196.624,45	1.224.062,57
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	372.824,50	1.319.018,81	204.590,49
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>661.529,87</b>	<b>2.343.483,35</b>	<b>2.188.474,72</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>32.256.179,84</b>	<b>33.477.170,65</b>	<b>35.745.922,83</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>8,87%</b>	<b>9,62%</b>	<b>8,97%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>2,05%</b>	<b>7,00%</b>	<b>6,12%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>38.707.415,81</b>	<b>40.172.604,78</b>	<b>42.895.107,40</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>34.836.674,23</b>	<b>36.155.344,30</b>	<b>38.605.596,66</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.815.918,72	3.181.655,53	3.181.655,53
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.644.636,11	3.108.435,70	3.108.435,70
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.644.636,11	3.108.435,70	3.108.435,70
Previdenciárias	2.644.636,11	2.644.636,11	2.644.636,11
Demais Contribuições Sociais	0,00	463.799,59	463.799,59
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	171.282,61	73.219,83	73.219,83
Interna	171.282,61	73.219,83	73.219,83
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	669.439,07	1.259.596,88	846.827,55
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	310.943,08	1.234.912,05	77.735,01

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Lauro Muller, 17/01/2017

\_\_\_\_\_  
FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ROSANA BENEDET  
Contadora CRC/SC 023922/O5

FONTE:

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>32.256.179,84</b>	<b>33.477.170,65</b>	<b>35.745.922,83</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>7.096.359,56</b>	<b>7.364.977,54</b>	<b>7.864.103,02</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>6.386.723,61</b>	<b>6.628.479,79</b>	<b>7.077.692,72</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

Lauro Muller, 17/01/2017

\_\_\_\_\_  
FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ROSANA BENEDET  
Contadora CRC/SC 023922/O5

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>471.660,60</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	471.660,60
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	471.660,60
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	471.660,60
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>35.745.922,83</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>5.719.347,65</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>5.147.412,89</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.502.214,60</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>471.660,60</b>	<b>1,32</b>

FONTE:

Lauro Muller, 17/01/2017

FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET  
Contadora CRC/SC 023922/O5

**MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Alienação de bens / Demais Secretarias  CEX  Cofinanciamento da Atenção Básica / Estado Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM Compensação Financeira Esforço Exportador - CEX CONFINCIAMENTO ESTADUAL SERVIÇO DE PROTEÇÃO E Conv. Ministério Meio Ambiente Convênio Recursos da União - Hospital Convênio Transito - Militar Convênio Transito - Polícia - Civil Convênio Transito - Prefeitura Convênios Estado - Outros Estado - NASF FEA ALTA COMPLEXIDADE - ESPECIAL - INVESTIMENTO FEA ATENÇÃO BASICA - CUSTEIO FIA Imposto de Renda FNAS - BPC FNAS - PBVA/SCFV FNAS - PPD/APAE IGB-PBF - Bolsa Família IGD - SUAS Inc. Ações de Vig. e Prev. e Cont. DST/AIDS Infra Estrutura Urbana Piso Fixo Vigi. Sanitária / FNS Piso Fixo Vigilância em Saúde / PFVS PNAE PNATE Rec. Conv. Saúde União - Hospital	(56.150,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(56.150,00)	0,00	0,00
	(2.928,67)	0,00	0,00	0,00	38,23	(2.966,90)	0,00	0,00
	(6.209,29)	0,00	0,00	0,00	127,84	(6.337,13)	150,86	0,00
	2.097,13	0,00	0,00	0,00	73,25	2.023,88	0,00	0,00
	6.281,52	0,00	0,00	0,00	0,00	6.281,52	0,00	0,00
	(8.346,38)	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.346,38)	0,00	0,00
	147,23	0,00	0,00	0,00	0,00	147,23	0,00	0,00
	0,00	4.083,00	0,00	0,00	0,00	(4.083,00)	0,00	0,00
	37.705,83	0,00	0,00	0,00	13,60	37.692,23	0,00	0,00
	49.160,41	0,00	0,00	0,00	0,00	49.103,62	0,00	0,00
	4.413,79	0,00	0,00	0,00	0,00	4.139,99	0,00	0,00
	(145.168,07)	0,00	0,00	0,00	0,00	(147.170,37)	0,00	0,00
	231.225,89	0,00	0,00	0,00	0,00	218.752,41	0,00	0,00
	166,67	0,00	0,00	0,00	0,00	166,67	0,00	0,00
	8.380,18	0,00	0,00	0,00	0,00	8.380,18	0,00	0,00
	(883,68)	0,00	0,00	0,00	0,00	(896,28)	0,00	0,00
	1.079,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.079,26	0,00	0,00
	(14.009,53)	0,00	0,00	0,00	0,00	(15.150,01)	0,00	0,00
	22,90	0,00	0,00	0,00	0,00	22,90	0,00	0,00
	18.793,55	0,00	0,00	22,05	0,00	18.736,30	62,15	0,00
	6.032,98	0,00	0,00	0,00	0,00	5.986,18	0,00	0,00
	30.839,20	0,00	0,00	0,00	0,00	30.839,20	0,00	0,00
	0,00	40.936,88	0,00	0,00	0,00	(40.936,88)	0,00	0,00
17.839,66	0,00	0,00	0,00	0,00	17.839,66	0,00	0,00	
33.662,80	0,00	0,00	0,00	0,00	33.662,80	0,00	0,00	
180,74	0,00	0,00	0,00	0,00	180,74	0,00	0,00	
16.751,67	0,00	0,00	0,00	0,00	(276,27)	17.027,94	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.267,18	(42.267,18)	0,00	0,00

Continua 1/4

**MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Receita do CAPS	166.688,55	0,00	0,00	0,00	(71,66)	166.760,21	0,00	0,00
Recursos Convênio Estado / Manutenção	617,82	0,00	0,00	0,00	0,00	617,82	0,00	0,00
Recursos de Imposto p/ASPS - 15%	3.791.918,62	1.783,65	0,00	0,00	308.603,16	3.481.531,81	0,00	0,00
Salário Educação	73.830,29	250,00	0,00	0,00	(280,93)	73.861,22	0,00	0,00
SUPERAVI FINANCEIRO / Farmácia Básica Estado	(21.675,81)	0,00	0,00	0,00	0,00	(21.675,81)	0,00	0,00
Superavit Financeiro - Transferência de Convênios	(178.307,83)	0,00	0,00	0,00	393,00	(178.700,83)	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO / CONVÊNIO	(20.120,58)	0,00	0,00	0,00	0,00	(20.120,58)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / CRAS	(5.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.000,00)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / FEA-ATENÇÃO BÁSICA - CUSTEIO	(1.683,80)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.683,80)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / IGD SUAS	8,40	0,00	0,00	0,00	75,00	(66,60)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / NASF	(45.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(45.000,00)	0,00	0,00
Superavit Financeiro / PAB	(164.393,95)	0,00	0,00	0,00	0,00	(164.393,95)	0,00	0,00
Superavit Financeiro / PACS	(68.531,91)	0,00	0,00	0,00	420,09	(68.952,00)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / PMAQ	(16.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(16.000,00)	0,00	0,00
Superavit Financeiro / Polícia Militar	(42.017,40)	0,00	0,00	0,00	(1,00)	(42.016,40)	0,00	0,00
Superavit Financeiro / Programa Brasil Carinhoso	(1.780,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.780,01)	0,00	0,00
Superavit Financeiro / PSF	(22.682,64)	0,00	0,00	0,00	0,00	(22.682,64)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / SAMU	(39.261,20)	0,00	0,00	0,00	738,80	(40.000,00)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / VIG. SANITARIA ANVISA	(12.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.000,00)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO CEX	(6.143,10)	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.143,10)	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO FUNDEB 60%	(46.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(46.000,00)	0,00	0,00
Superavit Financeiro PNATE	(126,02)	0,00	0,00	0,00	(126,02)	0,00	0,00	0,00
Transferência de Recursos do - FNDE	1.555,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.555,46	0,00	0,00
Transferência Direta do FNDE / Programa Brasil Carinhoso	1.894,81	0,00	0,00	0,00	0,00	1.894,81	0,00	0,00
Transferências Convênios - UNIÃO - Outros	303.710,97	282,81	67.145,25	72.540,00	272,57	163.470,34	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	231.763,72	0,00	39.522,95	0,00	0,00	192.240,77	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	96.749,34	836,09	0,00	0,00	1.957,09	93.956,16	0,00	0,00
Transferências do FUNDEF - 60%	(2.272.274,31)	0,00	0,00	0,00	85.477,23	(2.357.751,54)	1.232,00	0,00
Vigilância Sanitária - ANVISA	(39.309,03)	0,00	0,00	0,00	38,73	(39.347,76)	0,00	0,00



**MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	
Vigilância Sanitária - ANVISA	(39.309,03)	0,00	0,00	0,00	38,73	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.897.516,18	48.172,43	106.690,25	72.540,00	455.761,34	1.445,01	0,00
Atenção Básica - PAB FIXO	125.719,76	0,00	0,00	0,00	33,14	0,00	0,00
Atenção Básica - PACS	(941,25)	2.661,46	0,00	0,00	(8,50)	0,00	0,00
Atenção Básica - Saúde Bucal	99.896,29	0,00	0,00	0,00	67,88	0,00	0,00
Atenção Básica - Saúde da Família (ESF)	(39.085,92)	0,00	0,00	0,00	(1.669,09)	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade - IMAC - SUS	(126.361,72)	0,00	0,00	0,00	0,50	0,00	0,00
Contribuição de Interv.do Domínio Econômico - CIDE	303,72	0,00	0,00	0,00	427,40	0,00	0,00
Contribuição p/Custeio dos Serv.de Iluminação - CO	314,18	0,00	17,20	0,00	437,44	0,00	0,00
Estado - Farmácia Básica	(8,05)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado - Farmácia Básica	21.721,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia Básica - SUS União	12.412,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FNAS - CRAS	29.851,82	0,00	8,35	0,00	4.037,70	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	839,20	0,00	0,00	0,00	(1,87)	0,00	0,00
PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - P	20.210,53	0,00	0,00	0,00	493,39	0,00	0,00
Recursos de Imposto p/ASPS - 15%	53.758,93	4.990,82	0,00	0,00	220.675,04	0,00	0,00
Recursos de Impostos p/MIDEF - 25%	(986.890,10)	2.603,04	9.110,95	0,00	39.417,64	0,00	0,00
Recursos ordinários	0,00	8.494,39	21.730,77	0,00	0,00	3.750,00	0,00
Recursos Ordinários	(1.687.617,71)	0,00	0,00	0,00	89.172,41	0,00	0,00
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	71.270,35	0,00	0,00	0,00	(106,20)	0,00	0,00
Serviços de Saúde - Hospital	98.489,32	0,00	0,00	0,00	7.734,89	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / RECURSOS PRÓPRIOS	(590.509,42)	0,00	0,00	0,00	15.467,02	0,00	0,00
SUPERAVIT FINANCEIRO / RECURSOS PRÓPRIOS SAUDE	(204.091,20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUS - Vigilância Sanitária	17.996,50	110,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Transporte Escolar - Educação	51.208,78	0,00	0,00	0,00	2.261,91	0,00	0,00
Transferências do FUNDEF - 40%	2.357.458,19	0,00	0,00	0,00	12.605,51	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	(673.453,61)	18.880,54	30.867,27	0,00	391.046,21	3.750,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.224.062,57	67.032,97	137.557,52	72.540,00	846.827,55	5.195,01	0,00

Continuação 3/4

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")		Continuação 4/4 R\$ 1,00									
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Lauro Muller, 17/01/2017

FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET  
Contadora CRC/SC 023922/O5

**MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**Até o 2º Semestre de 2016**

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	35.745.922,83	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	22.651.649,41	63,37
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	21.447.553,70	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	20.375.176,01	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	2.188.474,72	6,12
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	42.895.107,40	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.864.103,02	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.719.347,65	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.502.214,60	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.195,01	100.104,53

FONTE:

Lauro Muller, 17/01/2017

\_\_\_\_\_  
 FABRICIO KUSMIN ALVES  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 ROSANA BENEDET  
 Contadora CRC/SC 023922/O5

## RREO 6º BIM

Município de Lauro Müller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	R\$ 1,00					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.409.909,00	43.409.909,00	8.437.301,77	19,44	36.300.847,24	83,62
RECEITAS CORRENTES	32.931.509,00	32.931.509,00	8.073.336,77	24,52	35.745.922,83	108,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.811.630,00	2.811.630,00	412.586,59	14,67	3.016.721,29	107,29
IMPOSTOS	1.939.929,00	1.939.929,00	393.308,18	20,27	2.643.520,24	136,27
TAXAS	869.454,00	869.454,00	19.278,41	2,22	373.201,05	42,92
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.247,00	2.247,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	118.003,00	118.003,00	9.470,95	8,03	88.781,63	75,24
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	118.003,00	118.003,00	9.470,95	8,03	88.781,63	75,24
RECEITA PATRIMONIAL	137.350,00	137.350,00	16.289,44	11,86	192.255,31	139,97
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	137.350,00	137.350,00	16.289,44	11,86	192.255,31	139,97
RECEITA DE SERVIÇOS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	403.402,84	672,34
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.415.706,00	29.415.706,00	7.329.582,12	24,92	31.220.560,11	106,14
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	28.878.300,00	28.878.300,00	6.888.999,13	23,86	29.808.887,48	103,22
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE PESSOAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	100,00
TRANSF. DE CONV.	437.406,00	437.406,00	440.582,99	100,73	1.401.672,63	320,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	388.820,00	388.820,00	305.407,67	78,55	824.201,65	211,98
MULTAS E JUROS DE MORA	142.872,00	142.872,00	34.434,25	24,10	173.807,25	121,65
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	87.453,00	87.453,00	8.869,07	10,14	155.608,37	177,93
RECEITAS DIVERSAS	158.495,00	158.495,00	282.104,35	165,37	494.786,03	312,18
RECEITAS DE CAPITAL	10.478.400,00	10.478.400,00	363.965,00	3,47	554.924,41	5,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.478.400,00	9.478.400,00	363.965,00	3,84	554.924,41	5,85
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.478.400,00	9.478.400,00	363.965,00	3,84	554.924,41	5,85
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	43.409.909,00	43.409.909,00	8.437.301,77	19,44	36.300.847,24	83,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		43.409.909,00	43.409.909,00	8.437.301,77	19,44	36.300.847,24	83,62
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	1.071.108,79	—
TOTAL VII = (V + VI)		43.409.909,00	43.409.909,00	8.437.301,77	19,44	37.371.956,03	86,09
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)		—	1.582.883,39	—	—	1.534.768,01	—
Superávit Financeiro		—	1.582.883,39	—	—	1.534.768,01	—
Reabertura de Créditos Adicionais		—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre	(f)	(g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre	(h) = (e-h)	(i)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	43.409.909,00	51.341.205,81	6.629.240,84	37.377.151,04	37.377.151,04	13.964.054,77	7.386.489,44	37.371.956,03	13.969.249,78	37.234.398,51
DESPESAS CORRENTES	31.571.682,00	39.677.895,10	6.257.392,43	35.267.748,51	35.267.748,51	4.410.146,59	7.007.927,18	35.262.553,50	4.415.341,60	35.231.664,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.939.366,00	24.523.556,99	5.011.585,22	23.534.120,43	23.534.120,43	989.436,56	5.233.075,46	23.532.888,43	990.668,56	23.523.777,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.632.317,00	15.154.338,11	1.245.797,21	11.733.628,08	11.733.628,08	3.420.710,03	1.774.851,72	11.729.665,07	3.424.673,04	11.707.886,70
DESPESAS DE CAPITAL	11.738.227,00	11.563.310,71	371.858,41	2.109.402,53	2.109.402,53	9.453.908,18	378.562,26	2.109.402,53	9.453.908,18	2.002.734,33
INVESTIMENTOS	11.532.227,00	11.434.310,71	368.936,75	1.984.537,52	1.984.537,52	9.449.773,19	375.640,60	1.984.537,52	9.449.773,19	1.877.869,32
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	206.000,00	129.000,00	2.921,66	124.865,01	124.865,01	4.134,99	2.921,66	124.865,01	4.134,99	124.865,01
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	43.409.909,00	51.341.205,81	6.629.240,84	37.377.151,04	37.377.151,04	13.964.054,77	7.386.489,44	37.371.956,03	13.969.249,78	37.234.398,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>43.409.909,00</b>	<b>51.341.205,81</b>	<b>6.629.240,84</b>	<b>37.377.151,04</b>	<b>13.964.054,77</b>	<b>7.386.489,44</b>	<b>37.371.956,03</b>	<b>13.969.249,78</b>	<b>37.234.388,51</b>	<b>5.195,01</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>43.409.909,00</b>	<b>51.341.205,81</b>	<b>6.629.240,84</b>	<b>37.377.151,04</b>	<b>—</b>	<b>7.386.489,44</b>	<b>37.371.956,03</b>	<b>—</b>	<b>37.234.388,51</b>	<b>5.195,01</b>

FONTE:

Lauro Muller, 17/01/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET  
Contadora CRC/SC 023922/O5



Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.150,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.150,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.150,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	-56.150,00		-112.300,00

FONTE:

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-f)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	R\$ 1,00				
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		%	(b/Total b)				No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	(d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)														
Administração	31.878.259,00	37.346.890,86	4.352.708,84	25.231.966,48	100,00	4.796.600,05	25.226.922,33	12.119.938,53	5.044,15					
Administração Geral	5.147.780,00	6.470.512,26	1.283.257,90	5.912.611,23	23,43	1.425.464,67	5.908.861,23	561.651,03	3.750,00					
Alimentação e Nutrição	4.075.000,00	5.379.365,26	1.251.253,19	5.259.311,69	20,84	1.343.621,71	5.255.561,69	123.804,57	3.750,00					
Ensino Superior	462.780,00	481.146,00	11.666,71	467.710,12	1,85	27.336,86	467.710,12	13.435,88	0,00					
Segurança Pública	610.000,00	610.000,00	20.338,00	185.589,42	0,74	54.506,10	185.589,42	424.410,58	0,00					
Policimento	146.472,00	218.126,97	10.886,16	185.037,78	0,73	11.997,46	185.037,78	33.089,19	0,00					
Assistência Social	246.472,00	218.126,97	10.886,16	185.037,78	0,73	11.997,46	185.037,78	33.089,19	0,00					
Assistência Comunitária	2.513.527,00	2.618.712,67	221.907,86	1.104.966,10	4,38	251.508,35	1.104.903,95	1.513.808,72	62,15					
Educação	11.571.908,00	13.128.848,06	1.981.344,06	10.827.367,42	42,91	2.042.801,04	10.826.135,42	2.302.712,64	1.232,00					
Ensino Fundamental	7.401.908,00	8.068.222,41	1.282.777,49	6.651.926,82	26,36	1.333.231,82	6.650.694,82	1.417.527,59	1.232,00					
Educação Infantil	4.170.000,00	5.060.625,65	698.566,57	4.175.440,60	16,55	709.569,22	4.175.440,60	885.185,05	0,00					
Cultura	340.000,00	378.600,00	-18.452,80	104.213,51	0,41	8.725,62	104.213,51	274.386,49	0,00					
Urbanismo	340.000,00	378.600,00	-18.452,80	104.213,51	0,41	8.725,62	104.213,51	274.386,49	0,00					
Infra-Estrutura Urbana	3.968.575,00	5.694.818,47	411.664,57	2.990.618,56	11,85	488.505,82	2.990.618,56	2.694.199,91	0,00					
Serviços Urbanos	2.340.000,00	2.438.164,25	120.600,55	405.026,19	1,61	120.600,55	405.026,19	2.033.138,06	0,00					
Habituação	1.628.575,00	3.246.654,22	291.064,02	2.585.592,37	10,25	367.905,27	2.585.592,37	661.061,85	0,00					
Habituação Urbana	920.000,00	840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840.000,00	0,00					
Saneamento	1.154.320,00	1.104.320,00	83.098,39	363.848,01	1,44	108.857,79	363.848,01	740.471,99	0,00					
Saneamento Básico Urbano	1.154.320,00	1.104.320,00	83.098,39	363.848,01	1,44	108.857,79	363.848,01	740.471,99	0,00					
Agricultura	1.411.677,00	1.350.692,36	121.415,08	743.256,58	2,95	165.103,30	743.256,58	607.435,78	0,00					
Extensão Rural	1.411.677,00	1.350.692,36	121.415,08	743.256,58	2,95	165.103,30	743.256,58	607.435,78	0,00					
Indústria	601.000,00	551.000,00	24,73	49.998,13	0,20	2.275,33	49.998,13	501.001,87	0,00					
Promoção Industrial	601.000,00	551.000,00	24,73	49.998,13	0,20	2.275,33	49.998,13	501.001,87	0,00					
Comércio e Serviços	410.000,00	360.000,00	56.699,16	87.334,40	0,35	56.699,16	87.334,40	272.665,60	0,00					
Turismo	410.000,00	360.000,00	56.699,16	87.334,40	0,35	56.699,16	87.334,40	272.665,60	0,00					
Transporte	2.260.000,00	2.680.530,95	124.523,06	1.749.795,90	6,93	156.195,24	1.749.795,90	930.735,05	0,00					
Transporte Rodoviário	2.260.000,00	2.680.530,95	124.523,06	1.749.795,90	6,93	156.195,24	1.749.795,90	930.735,05	0,00					
Desporto e Lazer	983.000,00	1.222.836,80	1.662,28	574.341,36	2,28	3.604,28	574.341,36	648.495,44	0,00					
Desporto Comunitário	983.000,00	1.222.836,80	1.662,28	574.341,36	2,28	3.604,28	574.341,36	648.495,44	0,00					
Encargos Especiais	350.000,00	637.862,32	74.678,39	538.577,50	2,13	74.851,99	538.577,50	99.284,82	0,00					
Outros Encargos Especiais	350.000,00	637.862,32	74.678,39	538.577,50	2,13	74.851,99	538.577,50	99.284,82	0,00					

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Totalb)	No Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.878.259,00	37.346.860,86	4.352.708,84	25.231.966,48	12.114.894,38	100,00	25.226.922,33	12.119.938,53	5.044,15
Reserva de Contingência	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
Reserva de Contingência	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	31.878.259,00	37.346.860,86	4.352.708,84	25.231.966,48	12.114.894,38	100,00	25.226.922,33	12.119.938,53	5.044,15

FONTE:

FONTE:

Lauro Muller, 17/01/2017

FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito MunicipalROSANA BENEDET  
Contadora CRC/SC 023922/05

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Lauro Müller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (U.T. 12 MES.)	RS 1,00
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>2.761.542,49</b>	<b>3.124.841,49</b>	<b>2.784.972,18</b>	<b>3.366.165,15</b>	<b>3.365.370,49</b>	<b>3.263.202,63</b>	<b>3.190.094,71</b>	<b>3.077.988,81</b>	<b>2.888.108,47</b>	<b>3.262.764,12</b>	<b>3.636.965,93</b>	<b>5.167.873,26</b>	<b>40.209.829,73</b>	<b>37.417.195,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		112.452,15	171.278,19	331.954,24	690.133,85	452.845,83	174.648,46	135.492,53	147.647,33	257.047,62	129.633,90	154.720,85	257.865,74	3.016.721,29	2.811.630,00
IPTU		983,57	16.006,28	127.598,05	491.156,86	327.469,85	24.576,40	11.929,70	8.958,07	4.877,68	4.692,62	3.704,55	14.846,38	1.038.917,01	890.246,00
IRPJ		0,00	0,00	0,00	9.662,85	0,00	9.403,67	24.179,43	30.003,99	94.203,96	42.291,13	9.102,52	147.320,35	366.972,80	74.200,00
I.S.S.		77.348,84	115.559,03	66.749,29	110.043,05	98.970,22	88.181,12	60.156,80	74.417,76	124.524,52	53.001,08	104.202,41	79.598,68	1.092.754,81	877.580,00
I.T.E.I.		11.806,47	16.851,59	21.003,85	28.675,02	7.900,52	27.294,57	11.768,84	12.467,89	7.388,44	7.167,14	16.792,52	14.748,77	188.875,62	137.800,00
Outras Receitas Tributárias		22.333,27	22.862,29	116.265,05	50.596,06	18.505,24	25.192,70	28.437,76	20.985,22	26.353,12	22.481,93	17.925,85	1.382,56	373.201,05	871.701,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		3.099,48	851,00	4.754,66	8.194,01	2.870,56	10.882,99	15.216,57	14.489,29	10.482,22	8.977,80	8.782,37	688,58	88.781,63	118.003,00
RECEITA PATRIMONIAL		14.120,77	13.816,34	19.526,78	14.469,25	13.976,83	13.703,62	15.619,40	10.227,44	9.192,75	51.513,69	6.467,60	9.801,84	192.253,31	137.350,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		1.100,45	39.592,93	43.370,96	46.972,25	53.171,25	52.628,44	33.237,56	37.290,92	49.417,85	46.574,24	0,00	0,00	403.402,94	60.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.599.632,72	2.878.285,89	2.388.680,14	2.630.874,95	2.831.028,07	2.975.243,51	2.943.550,66	2.738.055,85	2.509.789,59	2.946.240,29	3.719.492,07	4.647.592,47	35.884.467,01	33.901.382,00
Cota-Parte do FPM		869.535,16	1.088.532,28	691.194,76	789.019,59	1.046.214,97	863.916,90	957.525,58	776.401,03	631.369,16	706.411,87	1.368.314,95	2.185.505,75	12.029.945,01	13.624.357,00
Cota-Parte do ICMS		875.425,35	716.728,70	724.894,72	745.300,04	720.911,84	712.255,93	735.049,69	728.039,16	784.299,64	811.311,92	785.302,02	864.288,13	9.201.805,14	7.757.334,00
Cota-Parte do IPVA		66.788,44	89.246,18	110.776,94	116.126,62	111.373,51	164.786,33	139.654,05	137.370,47	135.128,24	269.001,12	205.235,61	183.066,42	1.731.559,13	1.387.410,00
Cota-Parte do ITR		82,80	33,06	45,95	50,56	143,25	37,50	23,83	3.059,62	0,00	9.825,18	222,89	125,36	14.110,00	5.618,00
Outras Transferências Correntes		215.414,81	464.634,96	373.736,41	390.728,04	416.293,07	723.448,24	617.010,76	596.588,83	438.592,62	500.077,25	722.590,09	740.698,09	6.156.742,50	5.076.547,00
Transferências de LC 61/199		13.859,84	10.759,83	10.502,08	10.776,02	12.237,04	8.338,28	9.893,64	9.997,44	10.947,81	11.571,25	12.083,51	12.856,65	133.839,39	93.259,00
Transferências de LC 87/1996		3.059,62	3.059,62	3.059,62	3.059,62	3.059,62	3.059,62	3.059,62	3.110,48	3.059,62	3.059,62	3.059,62	3.059,62	36.765,30	34.397,00
Transferências do FUNDEB		555.456,70	505.282,26	484.479,66	506.335,26	521.794,77	499.755,71	481.333,49	495.489,62	506.392,50	576.979,75	585.773,37	667.625,45	6.276.668,54	5.921.860,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		31.166,92	21.507,14	16.696,40	75.575,84	31.417,95	39.294,61	45.976,00	130.276,48	52.168,44	77.724,20	53.483,04	251.924,63	824.201,65	388.820,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>		<b>365.792,01</b>	<b>391.873,55</b>	<b>302.062,60</b>	<b>332.798,15</b>	<b>376.587,85</b>	<b>350.399,50</b>	<b>302.747,92</b>	<b>331.195,43</b>	<b>312.960,69</b>	<b>374.236,78</b>	<b>481.043,51</b>	<b>550.458,91</b>	<b>4.463.905,90</b>	<b>4.485.686,00</b>
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		365.792,01	391.873,55	302.062,60	332.798,15	376.587,85	350.399,50	302.747,92	331.195,43	312.960,69	374.236,78	481.043,51	550.458,91	4.463.905,91	4.485.686,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		<b>2.395.750,48</b>	<b>2.733.167,94</b>	<b>2.482.875,58</b>	<b>3.033.407,00</b>	<b>3.006.722,64</b>	<b>2.912.803,13</b>	<b>2.887.346,79</b>	<b>2.746.793,38</b>	<b>2.575.147,78</b>	<b>2.888.527,34</b>	<b>3.455.922,42</b>	<b>4.617.414,35</b>	<b>35.745.922,83</b>	<b>32.931.509,00</b>
FONTE:															
Lauro Müller, 17/01/2017															
FABRÍCIO KUSMIN ALVES Prefeito Municipal															
ROSANA BENEDET Contadora CRC/SC 028922/O-5															

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.861.151,21	3.210.868,46	3.207.946,80
DEDUÇÕES (II)	2.199.621,34	753.151,18	1.014.744,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.572.445,84	2.258.498,17	1.219.334,99
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	372.824,50	1.505.346,99	204.590,49
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	661.529,87	2.457.717,28	2.193.202,30
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	463.799,59	463.799,59
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>661.529,87</b>	<b>1.993.917,69</b>	<b>1.729.402,71</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-264.514,98</b>	<b>1.067.872,84</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Lauro Muller, 17/01/2017

\_\_\_\_\_  
FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ROSANA BENEDET  
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso II)

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		32.794.159,00		35.553.667,52		31.970.149,85	
Receita Tributária		2.811.630,00		3.016.721,29		3.002.216,89	
I.P.T.U.		850.249,00		1.036.917,01		829.297,97	
I.S.S.		877.680,00		1.052.754,81		1.135.521,67	
I.T.B.I.		137.800,00		186.875,62		169.436,78	
I.R.R.F.		74.200,00		366.972,80		330.919,28	
Outras Receitas Tributárias		871.701,00		373.201,05		537.041,19	
Receita de Contribuição		118.003,00		88.781,63		58.363,26	
Receitas Previdenciárias		0,00		0,00		0,00	
Outras Contribuições		118.003,00		88.781,63		58.363,26	
Receita Patrimonial Líquida		0,00		0,00		0,00	
Receita Patrimonial		137.350,00		192.255,31		286.029,99	
(•) Aplicações Financeiras		137.350,00		192.255,31		286.029,99	
Transferências Correntes		29.415.706,00		31.220.560,11		27.306.518,94	
F.P.M.		10.994.935,00		9.789.311,34		8.401.777,11	
I.P.V.A.		1.109.928,00		1.385.248,21		1.309.609,55	
I.C.M.S.		6.205.867,00		7.361.446,01		6.176.816,28	
Convênios		437.406,00		1.401.672,63		989.852,43	
Outras Transferências Correntes		10.667.570,00		11.282.881,92		10.428.463,57	
Demais Receitas Correntes		448.820,00		1.227.604,49		1.603.050,76	
Dívida Ativa		87.453,00		155.608,37		168.588,48	
Diversas Receitas Correntes		361.367,00		1.071.996,12		1.434.462,28	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		10.478.400,00		554.924,41		283.579,20	
Operações de Crédito (III)		1.000.000,00		0,00		0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00		0,00		0,00	
Alienação de Ativos (V)		0,00		0,00		0,00	
Transferências de Capital		9.478.400,00		554.924,41		283.579,20	
Convênios		9.478.400,00		554.924,41		283.579,20	
Outras Transferências de Capital		0,00		0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00		0,00		0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		9.478.400,00		554.924,41		283.579,20	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		42.272.559,00		36.108.591,93		32.253.729,05	
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSORITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	39.677.895,10	35.267.748,51	29.780.743,78	35.262.553,50	29.780.743,78	5.195,01	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	24.523.556,99	23.534.120,43	19.214.307,53	23.532.888,43	19.214.307,53	1.232,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	15.154.338,11	11.733.628,08	10.566.436,25	11.729.665,07	10.566.436,25	3.963,01	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	39.677.895,10	35.267.748,51	29.780.743,78	35.262.553,50	29.780.743,78	5.195,01	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	11.563.310,71	2.109.402,53	2.428.261,46	2.109.402,53	2.326.219,89	0,00	102.041,57
Investimentos	11.434.310,71	1.984.537,52	2.180.998,31	1.984.537,52	2.078.956,74	0,00	102.041,57
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>11.563.310,71</b>	<b>2.109.402,53</b>	<b>2.428.261,46</b>	<b>2.109.402,53</b>	<b>2.326.219,89</b>	<b>0,00</b>	<b>102.041,57</b>
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	129.000,00	124.865,01	247.263,15	124.865,01	247.263,15	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>11.434.310,71</b>	<b>1.984.537,52</b>	<b>2.180.998,31</b>	<b>1.984.537,52</b>	<b>2.078.956,74</b>	<b>0,00</b>	<b>102.041,57</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>100.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>51.212.205,81</b>	<b>37.252.286,03</b>	<b>31.961.742,09</b>	<b>37.247.091,02</b>	<b>31.859.700,52</b>	<b>5.195,01</b>	<b>102.041,57</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-8.939.646,81</b>	<b>-1.143.694,10</b>	<b>291.986,96</b>	<b>-1.138.499,09</b>	<b>394.028,53</b>	<b>36.103.396,92</b>	<b>32.151.687,48</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.534.768,01</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	1.534.768,01	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>0,00</b>	

FONTE:

Lauro Muller, 17/01/2017

FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

ROSANA BENEDET  
Contadora CRC/SC 023922/O5

Município de Lauro Müller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>											
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	247.383,89	125.440,61	289.464,57	16.326,96	67.032,97	135.522,56	102.041,57	157.344,57	157.344,57	7.679,56	72.540,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	247.383,89	125.440,61	289.464,57	16.326,96	67.032,97	135.522,56	102.041,57	157.344,57	157.344,57	7.679,56	72.540,00
Fundo Municipal do Meio Ambiente	238.031,37	125.440,61	289.464,57	12.841,09	61.166,32	135.522,56	102.041,57	157.344,57	157.344,57	7.679,56	72.540,00
GABINETE DO PREFEITO	9.442,73	0,00	80,96	762,57	8.599,20	7.262,13	0,00	0,00	0,00	7.262,13	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAME	2.585,50	0,00	0,00	0,00	2.585,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES	8,23	0,00	0,00	2,36	5,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO	665,03	75.769,02	69.103,02	7.331,03	0,00	417,43	0,00	0,00	0,00	417,43	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO	37.690,04	49.671,59	79.510,59	970,00	6.871,04	55.303,00	0,00	55.303,00	55.303,00	0,00	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	44.994,80	0,00	0,00	3.775,11	41.219,69	0,00	45.891,57	45.891,57	45.891,57	0,00	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	142.655,04	0,00	140.770,00	0,00	1.885,04	72.540,00	56.150,00	56.150,00	56.150,00	0,00	72.540,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	9.352,52	0,00	0,00	3.485,87	5.866,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I) + (II):</b>	<b>247.383,89</b>	<b>125.440,61</b>	<b>289.464,57</b>	<b>16.326,96</b>	<b>67.032,97</b>	<b>135.522,56</b>	<b>102.041,57</b>	<b>157.344,57</b>	<b>157.344,57</b>	<b>7.679,56</b>	<b>72.540,00</b>
<b>139.572,97</b>											

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

FONTE:

**MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.149.702,00	1.149.702,00	1.746.373,80	151,90
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	937.702,00	937.702,00	1.192.525,38	127,18
1.1.1- IPTU	850.249,00	850.249,00	1.036.917,01	121,95
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	87.453,00	87.453,00	155.608,37	177,93
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	137.800,00	137.800,00	186.875,62	135,61
1.2.1- ITBI	137.800,00	137.800,00	186.875,62	135,61
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	74.200,00	74.200,00	366.972,80	494,57
1.4.1- IRRF	74.200,00	74.200,00	366.972,80	494,57
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	22.783.483,50	22.783.483,50	23.031.422,58	101,09
2.1- Cota-Parte FPM	13.505.465,50	13.505.465,50	11.913.341,62	88,21
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.505.465,50	13.505.465,50	11.581.875,92	85,76
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	331.465,70	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.757.334,00	7.757.334,00	9.201.806,14	118,62
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	34.397,00	34.397,00	36.766,30	106,89
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	93.259,00	93.259,00	133.839,39	143,51
2.5- Cota-Parte ITR	5.618,00	5.618,00	14.110,00	251,16
2.6- Cota-Parte IPVA	1.387.410,00	1.387.410,00	1.731.559,13	124,81
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>23.933.185,50</b>	<b>23.933.185,50</b>	<b>24.777.796,38</b>	<b>103,53</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	942.622,00	942.622,00	841.732,06	89,30
5.1- Transferências do Salário-Educação	700.000,00	700.000,00	624.926,52	89,28
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	1.040,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	161.980,00	161.980,00	150.732,00	93,06
5.4- Transferências Diretas - PNATE	80.642,00	80.642,00	65.033,54	80,64
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	2.000.000,00	2.000.000,00	191.948,61	9,60
6.1- Transferências de Convênios	2.000.000,00	2.000.000,00	182.979,11	9,15
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	8.969,50	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	547.234,00	547.234,00	703.519,91	128,56
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>3.489.856,00</b>	<b>3.489.856,00</b>	<b>1.737.200,58</b>	<b>49,78</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.485.686,00	4.485.686,00	4.463.906,90	99,51
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.629.632,00	2.629.632,00	2.240.633,67	85,21
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.551.467,00	1.551.467,00	1.840.360,13	118,62
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.880,00	6.880,00	7.353,21	106,88
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	19.101,00	19.101,00	26.427,05	138,35
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.124,00	1.124,00	2.821,92	251,06
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	277.482,00	277.482,00	346.310,92	124,80
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	5.921.860,00	5.921.860,00	6.376.698,54	107,68
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.921.860,00	5.921.860,00	6.376.698,54	107,68
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>1.436.174,00</b>	<b>1.436.174,00</b>	<b>1.912.791,64</b>	<b>133,19</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.621.860,00	6.167.860,00	6.158.249,25	99,84	6.157.017,25	99,82	1.232,00
13.1- Com Educação Infantil	1.500.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	100,00	1.700.000,00	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	4.121.860,00	4.467.860,00	4.458.249,25	99,78	4.457.017,25	99,76	1.232,00
14- OUTRAS DESPESAS	310.000,00	310.000,00	244.757,20	78,95	244.757,20	78,95	0,00
14.1- Com Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	137.294,08	68,65	137.294,08	68,65	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	110.000,00	110.000,00	107.463,12	97,69	107.463,12	97,69	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.931.860,00	6.477.860,00	6.403.006,45	98,84	6.401.774,45	98,83	1.232,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							6.403.006,45
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							96,57
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							3,84
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-0,41
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		5.983.296,38		5.983.296,38	6.194.449,10	103,53	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.170.000,00	3.851.780,01	3.758.995,01	97,59	3.758.995,01	97,59	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.986.860,00	5.532.860,00	5.518.785,43	99,75	5.517.553,43	99,72	1.232,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.231.860,00	4.577.860,00	4.565.712,37	99,73	4.564.480,37	99,71	1.232,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	755.000,00	955.000,00	953.073,06	99,80	953.073,06	99,80	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.156.860,00	9.384.640,01	9.277.780,44	98,86	9.276.548,44	98,85	1.232,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							1.912.791,64
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							1.912.791,64
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							7.364.988,80
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							29,72
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	705.000,00	705.000,00	571.171,89	81,02	571.171,89	81,02	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.520.048,00	2.849.208,05	810.842,72	28,46	810.842,72	28,46	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.225.048,00	3.554.208,05	1.382.014,61	38,88	1.382.014,61	38,88	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	11.381.908,00	12.938.848,06	10.659.795,05	82,39	10.658.563,05	82,38	1.232,00

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	51.186,96	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.376.698,54	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.381.263,06	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	6.381.263,06	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	46.622,44	0,00

Lauro Muller, 17/01/2017

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO<sup>1</sup> (I)</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>			<b>1.000.000,00</b>
<b>DESPESAS</b>					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	11.563.310,71	2.109.402,53	2.109.402,53	0,00	9.453.908,18
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>11.563.310,71</b>	<b>2.109.402,53</b>	<b>2.109.402,53</b>	<b>0,00</b>	<b>9.453.908,18</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-10.563.310,71</b>	<b>-2.109.402,53</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-8.453.908,18</b>

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.637.122,00	10.535.945,79	9.683.722,76	91,91	9.683.571,90	91,91
Pessoal e Encargos Sociais	4.576.688,00	6.077.592,59	5.936.583,90	97,68	5.936.583,90	97,68
Outras Despesas Correntes	4.060.434,00	4.458.353,20	3.747.138,86	84,05	3.746.988,00	84,04
DESPESAS DE CAPITAL	724.528,00	1.267.998,58	468.845,34	36,98	468.845,34	36,98
Investimentos	724.528,00	1.267.998,58	468.845,34	36,98	468.845,34	36,98

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	724.528,00	1.267.998,58	468.845,34	36,98	468.845,34	36,98	0,00
Investimentos	724.528,00	1.267.998,58	468.845,34	36,98	468.845,34	36,98	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	9.361.650,00	11.803.944,37	10.152.568,10	86,01	10.152.417,24	86,01	150,86
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	4.206.650,00	5.236.778,54	3.763.869,80	37,07	3.763.718,94	37,07	150,86
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.508.780,00	3.526.509,75	2.970.228,60	29,26	2.970.077,74	29,25	150,86
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.697.870,00	1.710.268,79	793.641,20	7,82	793.641,20	7,82	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	4.206.650,00	5.236.778,54	3.763.869,80	37,07	3.763.718,94	37,07	150,86
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	5.155.000,00	6.567.165,83	6.388.698,30	62,93	6.388.698,30	62,93	0,00
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>							
<b>(VII%) = (Vi / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup></b>							
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi) - (15 x VIIb)/100]</b>							
6.388.698,30							

Continua 2/4

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+1" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Lauro Muller, 17/01/2017

---

FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

---

ROSANA BENEDET  
Contadora CRC/SC 023922/O5

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 5/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 5/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4/2015  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 3/2015

#### RETIFICAÇÃO

Pelo presente instrumento particular a autarquia HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE LEBON RÉGIS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.684.324/0001-13, com sede na Rua Valdir Ortigari, n. 74, Centro, Lebon Régis/SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Moacir Galeno Varela Furtado, , doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua XV de Novembro, 355, centro, no município de Lebon Régis-SC, inscrito no CNPJ 08.542.283/0002-96, neste ato, representada por seu Diretor, Fabiano Martinello, a seguir denominada CONTRATADA, RESOLVEM:

1º.: Retificar a cláusula primeira do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 5/2015 para vencimento em 30 de Abril de 2017.

2º.: Ratificam-se as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Lebon Régis, 10 de Janeiro de 2017.

Hosp. e Mat. Mun. S. Antonio  
Leoniro da Silva Pahl

J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA  
Fabiano Martinello  
Diretor

Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

ADVOGADO  
OAB/

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 01/2017 FMS**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01/2017 EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA FONOAUDIOLOGIA

Fabiano Biezus Frare, Secretária Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul – SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Credenciamento de Prestadores de serviços fonoaudiologia. O credenciamento inicia-se a partir do dia 19 de janeiro de 2017. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto ao setor de compras, no Prédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua Tamandaré, 98, Município de Lindóia do Sul - SC, telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Lindóia do Sul-SC, 17 de janeiro de 2017.

Fabiano Biezus Frare

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PR 04/2017 PMLS**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

GENIR LOLI – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para aquisição de tubos de concreto, e conjunto de fossas sépticas, a abertura dos envelopes será no dia 31 de janeiro de 2017, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de protocolo, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 17 de janeiro de 2017.

Genir Loli - Prefeito Municipal.

### **DECRETO Nº 2.887/2017, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 2.887/2017, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA SUPERVISOR DAS CATEGORIAS DE BASE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, VI, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009,

#### DECRETA

Art. 1º - Nomear ADAO DE ALVES AYRES, para exercer o cargo de Supervisor das Categorias de Base, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 16 de Janeiro de 2017, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se

Em, 16 de Janeiro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo RH

# Luzerna

## PREFEITURA

**PORTARIA 007/17**

PORTARIA Nº 007/17 de 13 de janeiro de 2017.

“CONCEDE RETORNO AS ATIVIDADES A SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- CONCEDER RETORNO AS ATIVIDADES ao servidor GILMAR MOTTA Operador de Máquinas, Nível 07, Classe “B”, 44 horas semanais, do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004, que estava em licença sem vencimento, com fulcro no inciso IV, do art.40 da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 13 de janeiro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna



# Macieira

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 0003/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2017

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. ZELIR CITADIN, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação nº 0003/2017 para a locação de sistema administrativo de controle de serviços prestados, compreendendo suporte técnico, através de atendimento remoto e "in loco", destinado ao atendimento as secretarias municipais do Município de Macieira. Através da empresa CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA ME, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0006/2016

Vigência do Contrato: Até 31 de dezembro de 2017.

Valor Total do Contrato: R\$ 7.800,00 (sete mil oitocentos reais), sendo o valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais fixos e irrecorríveis.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 13 de janeiro de 2017.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Rejane Spanholo Abraão

### **AVISO DE LICITAÇÃO \_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2017**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2017

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2017

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0005/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0001/2017, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, que até 09h00min, do dia 31 de janeiro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3588, de 03 de janeiro de 2017, estará recebendo propostas para o Registro de Preços para a contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de horas máquina (com máquina e operador qualificado), a serem realizados com trator agrícola, 4X4, potência mínima de 60 cv, com ensiladeira equipada acoplada, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, destinados ao atendimento dos produtores rurais do município, a serem prestados conforme Lei Municipal nº 546/2011 e Decreto nº 1621, de 11 de janeiro de 2017, conforme quantitativos, descrições e demais especificações contidas no anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 31/01/2017, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0001/2017, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 13h00min.

Macieira - SC, 17 de janeiro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber:

TRIBUNA DA FRONTEIRA PUBLICAÇÕES S/C LTDA

CNPJ: 83.742.536/0001-00

Nota Fiscal nº 408 R\$ 618,26

Nota Fiscal nº 1186 R\$ 291,63

Nota Fiscal nº 539 R\$ 77,77

VALOR: R\$ 987,66

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento. A empresa contratada é a responsável pela divulgação das ações e informações de utilidade pública da Administração Municipal, bem como divulgação de campanhas de IPTU e informações de cobrança de dívida ativa, através de jornal local, para que em atendimento ao princípio da publicidade, todos os municípios estejam cientes dos serviços e informações das Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 18 de janeiro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber:

EMPRESA JORNALÍSTICA GAZETA DE RIOMAFRA LTDA

CNPJ: 73.778.334/0001-64

Nota Fiscal nº 197 R\$ 592,59

Nota Fiscal nº 205 R\$ 1.073,54

Nota Fiscal nº 208 R\$ 3.126,48

Nota Fiscal nº 084 R\$ 601,92

Nota Fiscal nº 085 R\$ 990,14

Nota Fiscal nº 192 R\$ 844,56

Nota Fiscal nº 182 R\$ 423,06

Nota Fiscal nº 180 R\$ 409,06

Nota Fiscal nº 175 R\$ 228,64

Nota Fiscal nº 166 R\$ 1.107,42

Nota Fiscal nº 168 R\$ 94,88

Nota Fiscal nº 015 R\$ 916,11

Nota Fiscal nº 028 R\$ 1.355,19

Nota Fiscal nº 006 R\$ 291,63

Nota Fiscal nº 005 R\$ 8.077,81

Nota Fiscal nº 018 R\$ 935,99

Nota Fiscal nº 022 R\$ 1.417,81

Nota Fiscal nº 055 R\$ 2.406,14

Nota Fiscal nº 042 R\$ 2.847,67

Nota Fiscal nº 075 R\$ 1.424,71

Nota Fiscal nº 067 R\$ 2.191,50

VALOR: R\$ 31.356,85

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento. A empresa contratada é a responsável pela divulgação das ações e informações de utilidade pública da Administração Municipal, bem como divulgação de campanhas de IPTU e informações de cobrança de dívida ativa, através de jornal local, para que em atendimento ao princípio da publicidade, todos os municípios estejam cientes dos serviços e informações das Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 18 de janeiro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber:

JORNAL FOLHA DE RIO MAFRA

CNPJ: 22.105.299/0001-81

Nota Fiscal nº 145 R\$ 1.000,00

Nota Fiscal nº 041 R\$ 405,00

Nota Fiscal nº 083 R\$ 300,00

VALOR: R\$ 1.705,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento. A empresa contratada é a responsável pela divulgação das ações e informações de utilidade pública da Administração Municipal, bem como divulgação de campanhas de IPTU e informações de cobrança de dívida ativa, através de jornal local, para que em atendimento ao princípio da publicidade, todos os municípios estejam cientes dos serviços e informações das Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 18 de janeiro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTO**  
CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber:

ELISANGELA SCHULKA – JORNAIS

CNPJ: 08.618.922/0001-79

Nota Fiscal nº 069 R\$ 960,00

Nota Fiscal nº 068 R\$ 728,00

Nota Fiscal nº 062 R\$ 1.657,60

Nota Fiscal nº 052 R\$ 897,97

Nota Fiscal nº 046 R\$ 1.479,00

Nota Fiscal nº 043 R\$ 1.272,20

Nota Fiscal nº 041 R\$ 6.613,75

Nota Fiscal nº 030 R\$ 2.453,75

Nota Fiscal nº 008 R\$ 300,00

Nota Fiscal nº 028 R\$ 2.242,50

Nota Fiscal nº 024 R\$ 2.084,36

Nota Fiscal nº 022 R\$ 2.136,86

Nota Fiscal nº 157 R\$ 1.260,00

Nota Fiscal nº 188 R\$ 2.507,79

Nota Fiscal nº 185 R\$ 600,26

Nota Fiscal nº 181 R\$ 3.842,75

Nota Fiscal nº 193 R\$ 6.750,00

Nota Fiscal nº 191 R\$ 1.283,69

Nota Fiscal nº 070 R\$ 365,90

Nota Fiscal nº 090 R\$ 1.600,00

VALOR: R\$ 41.036,38

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento. A empresa contratada é a responsável pela divulgação das ações e informações de utilidade pública da Administração Municipal, bem como divulgação de campanhas de IPTU e informações de cobrança de dívida ativa, através de jornal local, para que em atendimento ao princípio da publicidade, todos os munícipes estejam cientes dos serviços e informações das Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafrá (SC), 18 de janeiro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTO**  
CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 01.795.373/0001-69

PAPELARIA COPIATIC LTDA ME

Nota Fiscal nº. 5462 R\$ 57.693,60

Nota Fiscal nº. 5459 R\$ 375,00

Nota Fiscal nº. 5362 R\$ 258,00

Nota Fiscal nº. 5463 R\$ 10.990,03

Valor Total: R\$ 69.316,63

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma

atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de mobiliário e materiais de expediente necessários para dar continuidade aos serviços prestados pelas Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafrá (SC), 18 de janeiro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

**CRONOLOGIA DE PAGAMENTO**  
CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber:

LINDAMIR LOURENÇO PETTERS ME

CNPJ: 10.477.550/0001-50

Nota Fiscal nº 37 R\$ 454,62

Nota Fiscal nº 02 R\$ 294,00

Nota Fiscal nº 23 R\$ 1.187,76

VALOR: R\$ 1.936,38

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento. A empresa contratada é a responsável pela divulgação das ações e informações de utilidade pública da Administração Municipal, bem como divulgação de campanhas de IPTU e informações de cobrança de dívida ativa, através de jornal local, para que em atendimento ao princípio da publicidade, todos os munícipes estejam cientes dos serviços e informações das Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafrá (SC), 18 de janeiro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 297/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 297/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ON LINE COMÉRCIO DE BOLSAS LTDA

CNPJ Nº 03.550.980/0001-94

Valor Registrado: R\$ 42.882,00 (quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais)

Objeto: Aquisição de materiais didáticos e brindes para divulgação das campanhas realizadas pelas unidades de Saúde

Origem: Processo nº 523/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 130/2016

Data de Assinatura: 19 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 18 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafrá.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 298/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 298/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ESTILO JEFERSON LOPES - MEI

CNPJ Nº 23.841.024/0001-79

Valor Registrado: R\$ 163.055,00 (cento e sessenta e três mil e cinquenta e cinco reais)

Objeto: Aquisição de materiais didáticos e brindes para divulgação das campanhas realizadas pelas unidades de Saúde

Origem: Processo nº 523/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 130/2016

Data de Assinatura: 19 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 18 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 299/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 299/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: GLOBALPED MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS LTDA-EPP

CNPJ Nº 10.291.271/0001-05

Valor Registrado: R\$ 143.391,00 (cento e quarenta e três mil, trezentos e noventa e um reais)

Objeto: Aquisição de materiais didáticos e brindes para divulgação das campanhas realizadas pelas unidades de Saúde

Origem: Processo nº 523/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 130/2016

Data de Assinatura: 19 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 18 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 300/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 300/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: COMERCIAL SOETHE LTDA-ME

CNPJ Nº 21.264.454/0001-40

Valor Registrado: R\$ 41.980,00 (quarenta e um mil, novecentos e oitenta reais)

Objeto: Aquisição de materiais didáticos e brindes para divulgação das campanhas realizadas pelas unidades de Saúde

Origem: Processo nº 523/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 130/2016

Data de Assinatura: 19 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 18 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: DAL POSSO E SAUER LTDA-ME

CNPJ Nº 17.749.533/0001-73

Valor Registrado: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de próteses de uso odontológico, destinadas a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 618/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº

152/2016

Data de Assinatura: 23 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 23 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 302/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 302/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: CLÍNICA ODONTOLÓGICA 19 DE DEZEMBRO LTDA-ME

CNPJ Nº 05.395.154/0002-24

Valor Registrado: R\$ 45.240,00 (quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais)

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de próteses de uso odontológico, destinadas a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 618/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 152/2016

Data de Assinatura: 23 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 23 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 303/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 303/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA

CNPJ Nº 07.634.816/0001-16

Valor Registrado: R\$ 103.484,50 (cento e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro mil e cinquenta centavos)

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 624/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 153/2016

Data de Assinatura: 20 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 20 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 304/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 304/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: SUPERMERCADO DJEK E SHERON &amp; CIA LTDA

CNPJ Nº 06.077.065/0001-11

Valor Registrado: R\$ 115.825,30 (cento e quinze mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos)

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 624/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 153/2016

Data de Assinatura: 20 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 20 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.



**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: WILLNER PLUS LTDA

CNPJ Nº 04.217.643/0001-42

Valor Registrado: R\$ 114.014,50 (cento e quatorze mil, quatorze reais e cinquenta centavos)

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 624/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 153/2016

Data de Assinatura: 20 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 20 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 307/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 307/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: BACKES CONFECÇÕES LTDA - ME

CNPJ Nº 01.570.669/0001-81

Valor Registrado: R\$ 28.558,75 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos)

Objeto: Aquisição de Fardamento destinado ao Corpo de Bombeiro Militar de Mafra.

Origem: Processo nº 446/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 109/2016

Data de Assinatura: 19 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 19 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP

CNPJ Nº 93.726.446/0001-89

Valor Registrado: R\$ 20.360,00 (vinte mil, trezentos e sessenta reais)

Objeto: Aquisição de Fardamento destinado ao Corpo de Bombeiro Militar de Mafra.

Origem: Processo nº 446/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 109/2016

Data de Assinatura: 19 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 19 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 308/2016**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 308/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: WOOLUE CONFECÇÕES LTDA

CNPJ Nº 80.498.546/0001-53

Valor Registrado: R\$ 30.680,00 (trinta mil, seiscentos e oitenta reais)

Objeto: Aquisição de Fardamento destinado ao Corpo de Bombeiro Militar de Mafra.

Origem: Processo nº 446/2016, REGISTRO DE PREÇOS nº 109/2016

Data de Assinatura: 19 de dezembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 19 de dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**ATA Nº 01/2017 SESSÃO SOLENE DE POSSE PREFEITO, VICE E VEREADORES E ELEIÇÃO MESA DIRETORA/2017**

ATA Nº 01/2017 FL Nº 001/2017

**SESSÃO SOLENE****1º EXERCÍCIO****18ª LEGISLATURA**

No Primeiro dia do mês de Janeiro de Dois Mil e Dezessete, às 18:00 horas, no Cineplus Emacite, sito à Rua Coronel Vitorino Bancelar, nº 63, nesta cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina, reuniu-se em caráter Solene, para Posse do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores que irão compor a 18ª Legislatura. Prefeito: Wellington Roberto Bielecki, Vice-Prefeito: Vicente de Paulo Bezerra Saliba e Vereadores: Abel Bicheski, Adilson Sabatke, Cirineu Corrêa Cardoso, Cláudia Maria Bus, Dimas Humenhuk, Edenilson Schelbauer, Eder Gielgen, Elcion José Peters, João Carlos Reiser, José Marcos Witt, Marise Valério Braz de Oliveira, Valdir Sokolski e Vanderlei Peters; e para eleição para os cargos da Mesa Diretora para o Exercício de 2017. Presentes todos os senhores Vereadores conforme determina a Lei Orgânica do Município. Assumiu a presidência o Vereador mais votado, José Marcos Witt. O Presidente em Exercício convidou o Pastor Jairo Lindolfo Menezes dos Santos

e o Padre Vilnei Carlos Pscheidt para abençoarem a solenidade, representando todas as religiões.

Padre Vilnei Carlos Pscheidt: Cumprimentou as autoridades presentes, o prefeito e vice-prefeito municipal, os vereadores e o público presente. Leu o capítulo 7, versículo 3, do livro de Ester. Expôs a crise que o país está passando, afirmou que podemos mudar esta realidade. Frisou que a política tem que ser feita para o povo, em benefício deste povo, e não em interesses pessoais do político. Invocou a bênção de Deus sobre todos os políticos. Convidou todos para em pé, fazerem orações.

Pastor Jairo Lindolfo Menezes dos Santos: Cumprimentou as autoridades presentes e o público presente. Agradeceu as palavras do Padre Vilnei, o qual encorajou a todos. Divulgou que quase 90% dos brasileiros se identifica com a fé ou com a religião cristã e evangélica. Revelou que fontes de pesquisa fizeram uma pesquisa das instituições brasileiras de maior credibilidade, e no final desta lista estão as instituições políticas. Afirmou que podemos mudar este gráfico, é só querermos e acabarmos com a corrupção, com a ganância, dentre outros, os quais fazem com que a população não confie mais nos seus políticos. Rogou as bênçãos de Deus sobre todos os presentes, e sobre os políticos que estarão a frente do nosso município, os quais tem o objetivo de dar um rumo bom à nossa cidade.

ATA Nº 01/2017 FL Nº 002/2017

O Cerimonial (senhor Emilio Manchenho) deu início aos trabalhos, e agradeceu a presença das autoridades, nomeando-os.

O Senhor Vereador José Marcos Witt - Presidente em Exercício presidiu os trabalhos. Convidou os Vereadores eleitos para que, munidos dos seus respectivos diplomas, assumam seus lugares à Mesa pela seguinte ordem: Vereadora Cláudia Maria Bus, Vereadora Marise Valério Braz de Oliveira, Vereador Abel Bicheski, Vereador Adilson Sabatke, Vereador Cirineu Corrêa Cardoso, Dimas Humenhuk, Vereador Edenilson Schelbauer, Vereador Eder Gielgen, Vereador Elcion José Peters, Vereador João Carlos Reiser, Vereador Valdir Sokolski e Vereador Vanderlei Peters.

O Senhor Presidente em Exercício, sob a proteção de Deus e em nome da comunidade, cumprindo determinação da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno, declarou aberta a Sessão Solene e instalada a 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina. Convidou a todos para ouvirem o Hino Nacional. O Senhor Presidente em Exercício convidou a Vereadora Cláudia Maria Bus para secretariar os trabalhos da Sessão Solene.

Na sequência, o senhor Presidente em Exercício fez o Compromisso de Posse em nome de todos os Vereadores: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DE MAFRA E O BEM ESTAR DO MEU POVO".

A Vereadora Secretária ad hoc fez a chamada dos Senhores Vereadores, que responderam: "ASSIM O PROMETO".

Senhor Presidente em Exercício disse que: "Pelos poderes que me confere a Constituição Federal e legislação vigente, declaro empossados os Vereadores da 18ª Legislatura".

Pediu aos senhores Vereadores que apresentem à Secretária a sua declaração de bens com a qual também se desincumbem do processo de desincompatibilização.

Senhor Presidente em Exercício: Convidou as Vereadoras Cláudia Maria Bus e Marise Valério Bráz de Oliveira, para recepcionarem até a Mesa os senhores: Wellington Roberto Bielecki e Vicente de Paulo Bezerra Saliba, para a Cerimônia de Posse nos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito de Mafra.

Senhor Presidente em Exercício: Convidou o senhor Wellington Roberto Bielecki para prestar juramento na condição de Prefeito Municipal de Mafra".

#### ATA Nº 01/2017 FL Nº 003/2017

Senhor Wellington Roberto Bielecki-Prefeito Municipal de Mafra: Fez o juramento: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica de Mafra, observar as leis, promover o bem geral dos municípios e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade, da legalidade e da honestidade".

Senhor Presidente em Exercício: Declarou empossado o senhor Wellington Roberto Bielecki, no cargo de Prefeito Municipal de Mafra.

Senhor Presidente em Exercício: Convidou o senhor Vicente de Paulo Bezerra Saliba para prestar juramento na condição de Vice-Prefeito de Mafra.

Senhor Vicente de Paulo Bezerra Saliba-Vice-Prefeito Municipal de Mafra: Fez o juramento: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica de Mafra, observar as leis, promover o bem geral dos municípios e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade, da legalidade e da honestidade".

Senhor Presidente em Exercício: Declarou empossado o senhor Vicente de Paulo Bezerra Saliba, no cargo de Vice-Prefeito de Mafra.

Senhor Presidente em Exercício: Na sequência concedeu a palavra aos senhores Vereadores (2 minutos).

Vereador Abel Bicheski: Cumprimentou a todos os presentes. Agradeceu a toda a sua família e amigos, que fizeram com que fosse eleito novamente. Declarou que sempre estará à disposição do prefeito municipal, para os assuntos que beneficiem os municípios mafrenses. Desejou um feliz ano novo a todos os presentes.

Vereador Adilson Sabatke: Cumprimentou a todos os presentes. Agradeceu a todos que contribuíram para a sua vitória nas urnas, frisou que é muito importante não desistir dos sonhos. Desejou feliz ano novo a todos.

Vereador Cirineu Corrêa Cardoso: Cumprimentou a todos os presentes. Agradeceu por todos que votaram em seu número nas urnas. Desejou feliz ano novo a todos.

Vereadora Cláudia Maria Bus: Saudou todos os presentes. Agradeceu pelos votos de confiança do povo mafrense que a elegeu. Citou um trecho escrito pelo Papa João VI, frisou que é muito importante vivermos todos como irmãos.

Vereador Dimas Humenhuk: Cumprimentou todos os presentes. Agradeceu a todos que o ajudaram para ser eleito. Afirmou que a política é muito importante para mudar a sociedade para melhor.

Vereador Edenilson Schelbauer: Cumprimentou todos os presentes. Agradeceu as palavras do padre e do pastor, que refletiram sobre o momento político de nosso país. Frisou a responsabilidade do poder executivo e do poder legislativo frente à comunidade.

#### ATA Nº 01/2017 FL Nº 004/2017

Vereador Eder Gielgen: Saudou a todos os presentes. Agradeceu à sua família e amigos pela grande ajuda nesta corrida eleitoral, frisou que não estaria no lugar em que está neste momento sem eles. Afirmou que estará sempre dando apoio à comunidade. Solicitou aos municípios que participem das sessões e demais reuniões da Câmara de Vereadores, pois a presença do público é muito importante. Externou felicitações de ano novo a todos.

Vereador Elcion José Peters: Saudou a todos os presentes. Agradeceu a todos que votaram em sua pessoa. Realçou as palavras do vereador Eder Gielgen, pedindo que a comunidade compareça às sessões da Câmara de Vereadores. Desejou feliz ano novo a todos. Vereador João Carlos Reiser: Cumprimentou a todos os presentes. Agradeceu a sua família e amigos pela ajuda na campanha eleitoral.

Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira: Cumprimentou a todos os presentes. Desejou que todos os eleitos, tanto vereadores como prefeito e vice-prefeito, possam fazer a diferença para o município. Agradeceu a todos que votaram em seu nome para vereadora, afirmou que fará valer a pena esses votos.

Vereador Valdir Sokolski: Saudou a todos os presentes. Pediu a bênção de Deus sobre todos os eleitos, para que façam sempre o melhor. Agradeceu a sua família. Frisou que a comunidade tem que cobrar dos vereadores, para assim, a população ser atendida. Desejou feliz ano novo a todos.

Vereador Vanderlei Peters: Cumprimentou a todos os presentes. Agradeceu a sua família pelo apoio, e aos amigos pelos votos. Afirmou que todos os vereadores e o executivo unidos, só farão o bem para o município. Desejou felicitações a todos.

Senhor Presidente em Exercício: Convidou o Vereador Edenilson Schelbauer para assumir a Presidência.

Vereador Edenilson Schelbauer: Concedeu a palavra ao Vereador José Marcos Witt.

Vereador José Marcos Witt: Agradeceu a Deus e a sua família pelo apoio, e aos municípios que votaram para seu nome ser eleito. Parabenizou todos os vereadores que foram eleitos e os chefes do executivo. Afirmou que exercerá seu mandato com excelência. Desejou ao prefeito e vice-prefeito, e aos vereadores uma gestão produtiva para o bem do município. Agradeceu o pastor e o padre pelas bênçãos derramadas sobre o município de Mafra. Externou felicitações de ano novo a todos.

Vereador Edenilson Schelbauer: Na sequência, agradeceu e repassou a presidência ao Vereador José Marcos Witt.

Senhor Presidente em Exercício: Reassumindo a presidência, concedeu a palavra ao Vice-Prefeito de Mafra, Vicente de Paulo Bezerra Saliba".

#### ATA Nº 01/2017 FL Nº 005/2017

Vice-Prefeito de Mafra, Vicente de Paulo Bezerra Saliba: Cumprimentou a todos os presentes. Agradeceu as autoridades presentes. Rogou as bênçãos divinas sobre todos os eleitos que iniciarão seus trabalhos. Afirmou que todos os políticos tem que dar exemplo de seu cargo, frente à gigante crise em nosso país, a qual é mais crise ética do que política. Externou felicitações a todos.

Senhor Presidente em Exercício: Concedo a palavra ao Prefeito de Mafra, Wellington Roberto Bielecki”.

Prefeito de Mafra, Wellington Roberto Bielecki: Saudou as autoridades e presentes e a todos os demais presentes. Agradeceu ao investidor do CinePlusEmacite, por acreditar em nosso município e trazer novamente o entretenimento de um cinema para a região. Afirmou que tem que ter muita coragem para ser político nos dias atuais, expôs que no dia em que foi eleito na Câmara municipal de Mafra, devido a cassação do ex-prefeito, fez um juramento a sua mãe que jamais a envergonharia, mesmo estando em tempos muito difíceis. Agradeceu a todos os munícipes que confiaram em seus serviços e o elegeram. Agradeceu aos vereadores da 17ª Legislatura pela coragem, pois mudaram o município, cassando o ex-prefeito, e elegendo a chapa Wellington e Vicente Saliba, para prefeito e vice-prefeito respectivamente. Expôs que diversos municípios em nosso país estão com muitas dívidas, e estão renegociando os salários dos servidores municipais, mas Mafra está com os salários de todos os funcionários em dia, bem como, as dívidas também estão em dia, frisou que várias empresas estão se instalando no município e trazendo muitas vagas de emprego. Desejou a todos um feliz ano novo e rogou a oração de todos para que sempre seja feita a coisa certa para o município.

Senhor Presidente em Exercício: Pediu ao Prefeito e Vice-Prefeito empossados que apresentassem à Secretária ad hoc a Declaração de Bens, e assinassem o Termo de Posse.

Senhor Presidente em Exercício: Na sequência os senhores Vereadores foram chamados por ordem alfabética, para assinarem o Termo de Posse.

Senhor Presidente em Exercício: Neste momento a sessão foi suspensa por 2 minutos, para na sequência ser realizada a eleição da Mesa Diretora para o 1º Exercício da 18ª Legislatura, conforme dispõe o art. 22 da Lei Orgânica Municipal.

Reaberta a sessão, o senhor Presidente solicitou à Secretária ad hoc para fazer a chamada dos senhores Vereadores.

Vereadora 1ª Secretária ad hoc fez a chamada conforme lista de presença.

Senhor Presidente em Exercício: "Por haver quorum regimental, prosseguimos com nossos trabalhos, para eleição da Mesa Diretora para o 1º Exercício da 18ª Legislatura".

ATA Nº 01/2017 FL Nº 006/2017

Senhor Presidente em Exercício: Solicitou à Secretária ad hoc para fazer a leitura da chapa única, inscrita de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mafra, no dia 07.12.2016.

Secretária Ad hoc:

CHAPA ÚNICA:

Presidente: Vereador Eder Gielgen

Vice-Presidente: Vereador Adilson Sabatke

1ª Secretária: Vereadora Cláudia Maria Bus

2º Secretário: Vereador Valdir Sokolski

Senhor Presidente em Exercício: "Daremos procedimento à votação: A Vereadora Secretária ad hoc fará a chamada dos senhores Vereadores conforme a ficha de presença, os quais responderão: sim ou não à chapa única".

Vereadora Secretária ad hoc fez a chamada dos senhores Vereadores:

Vereador Abel Bicheski - Sim

Vereador Adilson Sabatke - Sim

Vereador Cirineu Corrêa Cardoso - Sim

Vereadora Cláudia Maria Bus - Sim

Vereador Dimas Humenhuk - Sim

Vereador Edenilson Schelbauer - Sim

Vereador Eder Gielgen - Sim

Vereador Elcion José Peters - Sim

Vereador João Carlos Reiser - Sim

Vereador José Marcos Witt - Sim

Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira - Sim

Vereador Valdir Sokolski - Sim

Vereador Vanderlei Peters - Sim

Vereadora Secretária ad hoc: Divulgou o resultado da votação: 13 votos para a chapa única.

Senhor Presidente em Exercício: "Comunico a todos os presentes que a Mesa Diretora para o 1º Exercício da 18ª Legislatura, ficou assim composta:

Presidente: Vereador Eder Gielgen

Vice-Presidente: Vereador Adilson Sabatke

1ª Secretária: Vereadora Cláudia Maria Bus

2º Secretário: Vereador Valdir Sokolski

Senhor Presidente em Exercício: "Convido os Vereadores eleitos para o 1º Exercício da 18ª Legislatura, para assumirem seus cargos na Mesa Diretora. Declaro-os empossados e convido-os para assinarem o Termo de Posse da Mesa Diretora".

ATA Nº 01/2017 FL Nº 007/2017

Presidente Vereador Eder Gielgen: Agradeceu a todos os Vereadores pelos votos de confiança para a Mesa Diretora ora empossada. Convidou toda a população para estarem presentes nas sessões da Câmara de Vereadores de Mafra, pois será de grande proveito a todos.

Cerimonial: Passou a palavra ao Presidente eleito para encerramento desta sessão solene.

Presidente Vereador Eder Gielgen: "Ao concluir esta solenidade quero, em nome do Poder Legislativo agradecer a presença das autoridades, do público, imprensa e de todos os presentes".

Presidente Vereador Eder Gielgen: Convido todos para em pé, ouvirmos o Hino de Mafra".

Cerimonial: "Informo que na sequência, logo após o término desta solenidade, todos os convidados serão agraciados com o filme: "Moana: um mar de aventuras".

Presidente Vereador Eder Gielgen: "Nada mais constando, e tendo sido cumprida a sua finalidade, declaro encerrada a presente Sessão Solene, e convoco todos para a primeira Reunião Ordinária a ser realizada no dia 6 de Fevereiro de 2017, às 19:00 horas".

Ver. Eder Gielgen  
Presidente

Verª Claudia Maria Bus  
1ª Secretária



**PORTARIA Nº 11/2017**

PORTARIA Nº 11/2017, de 17 de janeiro de 2017.

DETERMINA A BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Eder Gielgen, no uso das atribuições legais e regimentais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam declarados como baixados do Registro Patrimonial da Câmara de Vereadores de Mafra, os equipamentos abaixo especificados, pertencentes a esta Casa de Leis.

Bem	Produto	Valor
268	Armário em madeira Pinus em cor imbuia com 24 port	118,08
492	BEBEDOURO DE AGUA COMPACTO ELETRONIC DE MESA. AGU	154,60
527	Cadeira Realme 605, Digitador, Couro, Cor Azul, pequena com apoio para braços	100,80

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra(SC), 17 de janeiro de 2017.

Ver. Eder Gielgen

Presidente da Câmara

# Maracajá

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL - PREGÃO 02/2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
<p><b>AVISO DE LICITAÇÃO</b>  <b>MODALIDADE:</b> Pregão Presencial 002/2017  <b>OBJETIVO:</b> A presente licitação tem por objeto a aquisição de combustíveis para manutenção da frota do Município de Maracajá e do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2017.  <b>DATA DE ABERTURA:</b> Dia 27 de janeiro de 2017 às 16:00h.  <b>EDITAL:</b> Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 – bairro Centro, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 17:30 horas, ou pelos telefones (**48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do endereço eletrônico <a href="mailto:compras@maracaja.sc.gov.br">compras@maracaja.sc.gov.br</a>  Maracajá, 17 de janeiro de 2017.  <b>ARLINDO ROCHA</b>  <b>PREFEITO MUNICIPAL</b></p>	

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CRICIÚMA DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
<p><b>AVISO DE LICITAÇÃO</b>  <b>MODALIDADE:</b> Pregão Presencial 259/PMC/2015  <b>OBJETIVO:</b> Aquisição de equipamentos, para uso no Centro de Processamento da Merenda Escolar, pertencente à Rede Municipal de Ensino de Criciúma/SC.  <b>DATA DE ABERTURA:</b> Dia 15 de janeiro de 2016 às 16:00h.  <b>EDITAL:</b> Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (**48) 3431.0072, ou no site <a href="http://www.criciuma.sc.gov.br">www.criciuma.sc.gov.br</a> ou através do endereço eletrônico <a href="mailto:editais@criciuma.sc.gov.br">editais@criciuma.sc.gov.br</a>  Criciúma, 29 de dezembro de 2015.   <b>NELI SEHNEM DOS SANTOS</b>  <b>PREGOEIRA</b></p>	

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CRICIÚMA DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
--	--

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CRICIÚMA DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
<p><b>AVISO DE LICITAÇÃO</b>  <b>MODALIDADE:</b> Pregão Presencial 257/PMC/2015  <b>OBJETIVO:</b> A presente licitação tem por objetivo a contratação, através de empresas especializadas, para prestação de serviços de manutenção de aparelhos de ar condicionado no edifício sede da 6ª CIRETRAN de Criciúma-SC., compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, peças, equipamentos, máquinas e ferramentas normais e especiais necessárias. <b>CONVÊNIO:</b> PMC SSP TRÂNSITO.  <b>DATA DE ABERTURA:</b> Dia 15 de janeiro de 2016 às 14:00h.  <b>EDITAL:</b> Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (**48) 3431.0072, ou no site <a href="http://www.criciuma.sc.gov.br">www.criciuma.sc.gov.br</a> ou através do endereço eletrônico <a href="mailto:editais@criciuma.sc.gov.br">editais@criciuma.sc.gov.br</a>  Criciúma, 29 de dezembro de 2015.   <b>NELI SEHNEM DOS SANTOS</b>  <b>PREGOEIRA</b></p>	

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CRICIÚMA DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
<p><b>AVISO DE LICITAÇÃO</b>  <b>MODALIDADE:</b> Pregão Presencial 250/PMC/2015  <b>OBJETIVO:</b> REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO (MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA E ELÉTRICA) DA FROTA DE VIATURAS DA CIRETRAN DE CRICIÚMA/SC., CONFORME CONVÊNIO PMC SSP TRÂNSITO.  <b>DATA DE ABERTURA:</b> Dia 14 de janeiro de 2016 às 14:00h.  <b>EDITAL:</b> Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (**48) 3431.0072, ou no site <a href="http://www.criciuma.sc.gov.br">www.criciuma.sc.gov.br</a> ou através do endereço eletrônico <a href="mailto:editais@criciuma.sc.gov.br">editais@criciuma.sc.gov.br</a>  Criciúma, 21 de dezembro de 2015.   <b>NELI SEHNEM DOS SANTOS</b>  <b>PREGOEIRA</b></p>	

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CRICIÚMA DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
--	--

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 251/PMC/2015

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a aquisição de grelhas de ferro, contendo as resistências mínimas especificadas em normas brasileiras (ABNT), para drenagem em diversas ruas do município de Criciúma – SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de janeiro de 2016 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 às 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 09 de dezembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 249/PMC/2015

OBJETIVO: PERMISSÃO PÚBLICA PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS POR ATÉ 06 (SEIS) EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA/SC, CONDICIONADA A OUTORGA ONEROSA, EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2015, DECRETO 1353/2015, Lei 10.520/02 E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93, COM A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL PERTINENTE.

DATA DE ABERTURA: Dia 21 de dezembro de 2015 às 09:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 às 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 08 de dezembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 241/PMC/2015

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a contratação, através de empresas do ramo pertinente, para execução de forma parcelada, de serviços de conserto e reparação de 430 (quatrocentos e trinta) móveis de escritório (cadeiras, sofás e mesas), da 6ª CIRETRAN de Criciúma para o período de janeiro a dezembro de 2016 – Convênio PMC SSP Trânsito.

DATA DE ABERTURA: Dia 17 de dezembro de 2015 às 17:30h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 às 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 03 de dezembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA  
assinado no original

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 246/PMC/2015

OBJETIVO: Aquisição de APARELHOS DE AR SPLIT para uso na Sede do Conselho Tutelar do Município de Criciúma – SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de dezembro de 2015 às 16:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 às 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 03 de dezembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA  
assinado no original

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 243/PMC/2015

OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO (ELÉTRICA) DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES DO MUNICÍPIO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, FUNDAÇÃO CULTURAL, FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE DE CRICIÚMA E COSIP.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de dezembro de 2015 às 16:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 às 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 30 de novembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA  
assinado no original

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 240/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de Materiais para aquisições futuras destinados à conserto, restauração e manutenção predial na CIRETRAN de Criciúma/SC., de acordo com Convênio PMC SSP TRÂNSITO.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de dezembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 às 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 26 de novembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA  
assinado no original

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 238/PMC/2015

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto, a contratação de empresa, para execução de forma parcelada, de 1000 (mil) horas de serviços de mão-de-obra especializada, para conserto, restauração e manutenção das redes elétrica e hidráulica, assim como de pedreiro e carpintaria no edifício sede da 6ª CIRETRAN de Criciúma-SC, CONVÊNIO: PMC SSP TRÂNSITO.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de dezembro de 2015 às 16:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 23 de novembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

assinado no original

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 237/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de equipamentos e materiais de informática e escritório para aquisições futuras no atendimento a CIRETRAN de Criciúma/SC., de acordo com Convênio PMC SSP TRÂNSITO.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de dezembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 23 de novembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

assinado no original

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 236/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de FOGOS DE ARTIFÍCIO E SHOW PI-ROTÉCNICOS, através de empresa do ramo pertinente para aquisições futuras, no atendimento à eventos da administração pública municipal de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 02 de dezembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 18 de novembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

assinado no original

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 235/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de material escolar, através de empresas do ramo pertinente, para aquisições futuras, no atendimento as escolas da rede municipal de ensino de Criciúma/SC.

DATA DE ENTREGA DAS AMOSTRAS: até o dia 26 de novembro de 2015 às 18:30h.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de dezembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 13 de novembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

assinado no original

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 231/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de peças e serviços para aquisições futuras, na manutenção mecânica da frota de veículos do 4º BBM do município de criciúma. CONVÊNIO: 001/PMC/2012.

DATA DE ABERTURA: Dia 12 de novembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3431-0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br)

Criciúma, 28 de outubro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

assinado no original

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 230/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de materiais de limpeza, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Criciúma, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundação municipal de Esportes, Fundação Municipal de Meio Ambiente e Fundação Cultural de Criciúma/SC.

DATA DE PROTOCOLO DOS ENVELOPES: Dia 10 de novembro de 2015 às 14:00h.

DATA DE LANCES: Dia 19 de novembro de 2015 às 13:30h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 19 de outubro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

assinado no original

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 228/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de materiais de funilaria e pintura, para aquisições futuras, no atendimento a manutenção de veículos e equipamentos rodoviários do município de Criciúma/SC. DATA DE ABERTURA: Dia 04 de novembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 15 de outubro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 227/PMC/2015

OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS NA MANUTENÇÃO (MECÂNICA) DA FROTA DE CAMINHÕES E ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de novembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 15 de outubro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 226/PMC/2015

OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS (RETROESCAVADEIRA, MOTONIVELADORA, ROLO COMPACTADOR, PÁ CARREGADEIRA, TRATOR DE ESTEIRA E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA), DA FROTA MUNICIPAL DE CRICIÚMA.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de novembro de 2015 às 16:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 15 de outubro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 225/PMC/2015

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza e desentupimento de fossas, rede coletora de esgoto, filtros anaeróbicos, sumidouros e caixas de gorduras, através de equipamentos/caminhões apropriados, em escolas e demais edificações de uso do poder público e ruas do município de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 28 de outubro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 15 de outubro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 223/PMC/2015

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada, licenciada e legalizada, para disposição final dos resíduos provenientes da construção civil (construção/demolição/reforma) e serviços urbanos (poda/varrição/limpeza de terrenos baldios e galerias) no município de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 23 de outubro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 07 de outubro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 224/PMC/2015

OBJETIVO: Seleção de instituição financeira para concessão com exclusividade dos direitos referentes à administração das contas salários dos servidores ativos, inativos e pensionistas da administração direta e indireta do Município de Criciúma, bem como a concessão real de uso de espaço físico para instalação de PAB – Posto de Atendimento Bancário e Postos de Auto-Atendimento/Caixas Eletrônicos, pelo período de 60 (sessenta) meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de outubro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 08 de outubro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 220/PMC/CISAMREC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de medicamentos e fórmulas infantis, através de empresas do ramo pertinente, para aquisições futuras e eventuais, destinados ao atendimento às necessidades da rede básica municipal de saúde dos 12 Municípios da AMREC consorciados (CISAMREC).

PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: Dia 13 de outubro de 2015 às 13:00h.

LANCES: Dia 21 de outubro de 2015 às 09:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 24 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 219/PMC/2015

OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS DE CARGAS DE GÁS (GLP P-13 e P-45), PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CRICIÚMA/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de outubro de 2015 às 15:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 24 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 216/PMC/2015

OBJETIVO: Contratação de serviços de telefonia móvel pessoal, para atendimento ao 9º batalhão de polícia militar de Criciúma/SC. CONVÊNIO Nº.: PMC/CONV. POLÍCIA MILITAR(053/2014) E PMC/CONV. RÁDIO PATRULHA(003/2015).

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de outubro de 2015 às 17:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 24 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 215/PMC/2015

OBJETIVO: Contratação de serviços de telefonia móvel pessoal, para atendimento ao 4º batalhão de bombeiro militar de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de outubro de 2015 às 16:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 24 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 214/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de peças e serviços para aquisições futuras, nos serviços de funilaria de pintura, para manutenção da frota de veículos leves e caminhões do 9º BPM do município de criciúma. CONVÊNIO: PMC/CONV. TRANSITO/PMSC, PMC/CONV. POL. MILITAR(053/2014) e PMC/CONV. RÁDIO PATRULHA(003/2015).

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de outubro de 2015 às 17:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 22 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 213/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de peças e serviços para aquisições futuras, na manutenção mecânica da frota de veículos leves e caminhões do 9º BPM do município de Criciúma. CONVÊNIO: PMC/CONV. TRANSITO/PMSC, PMC/CONV. POL. MILITAR(053/2014) e PMC/CONV. RADIO PATRULHA(003/2015).

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de outubro de 2015 às 15:30h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 22 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 212/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de peças e serviços para aquisições futuras, na manutenção mecânica, funilaria e pintura da frota de motocicletas do 9º BPM do município de Criciúma. CONVÊNIO: PMC/CONV. TRANSITO/PMSC, PMC/CONV. POL. MILITAR(053/2014) e PMC/CONV. RADIO PATRULHA(003/2015).

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de outubro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 22 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 209/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de materiais de pavimentação, para aquisições futuras, no atendimento a diversos logradouros públicos atendidos pelos serviços da CASAN, no município de Criciúma/SC. CONVÊNIO: Contrato de Programa nº277/2012 - CASAN

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de setembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 15 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 206/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de serviços de recauchutagem e vulcanização de pneus, para aquisições futuras, na manutenção de veículos e equipamentos rodoviários que compõem a frota oficial do Município de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de setembro de 2015 às 16:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 10 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 207/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de lubrificantes e filtros, para aquisições futuras, na reposição e manutenção de veículos e equipamentos rodoviários que compõem a frota oficial do Município de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 23 de setembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 10 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 204/PMC/2015

OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ELÉTRICOS, PARA RESTAURAÇÃO DA REDE ELÉTRICA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CRICIÚMA-SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 22 de setembro de 2015 às 17:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 09 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 203/PMC/2015

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo, receber propostas para contratação de empresa jornalística para prestação de serviços diários de publicação legal e de atos oficiais do município que devam produzir efeitos externos, assim entendidos aqueles não alcançados pela divulgação no Diário Oficial Eletrônico, para publicação na imprensa escrita, em jornal de circulação diária no município de Criciúma.

DATA DE ABERTURA: Dia 21 de setembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 12:30 as 18:30 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 08 de setembro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 201/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de monólitos para serem instalados em diversos pontos do município de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de setembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 31 de agosto de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 202/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de Concreto Asfáltico Usinado a Quente - CAUQ, através de empresas do ramo pertinente, para aquisições futuras, no atendimento a reabilitação, capeamento e pavimentação em diversas ruas do Município de Criciúma /SC.CONVÊNIO: Subação 11126 Apoio ao Sistema Viário – FUNDOSOCIAL.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de setembro de 2015 às 10:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 28 de agosto de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 196/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas, no âmbito nacional e internacional, para aquisições futuras, no atendimento às secretarias, diretorias, fundos e fundações da administração municipal de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de setembro de 2015 às 09:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 24 de agosto de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 193/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de peças e serviços para aquisições futuras, na manutenção mecânica da frota de veículos leves e motocicletas do Município de Criciúma/SC., Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Cultural e Fundação de Meio Ambiente de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de setembro de 2015 às 08:30h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 21 de agosto de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 190/PMC/2015

OBJETIVO: Aquisição de eletrodomésticos para uso nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Criciúma – SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 04 de setembro de 2015 às 09:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 18 de agosto de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 192/PMC/2015

OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS DE CARGAS DE GÁS (GLP P-13 e P-45), PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CRICIÚMA/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 03 de setembro de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 18 de agosto de 2015.NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 191/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de água mineral, para aquisições futuras, no atendimento as Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de setembro de 2015 às 15:30h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 18 de agosto de 2015.NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 137/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de Materiais gráficos, para aquisições futuras, no atendimento ao 9º Batalhão da Polícia Militar do Município de Criciúma /SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de agosto de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 13 de agosto de 2015.NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 187/PMC/2015

OBJETIVO: Contratação de serviços de telefonia móvel pessoal, para atendimento ao 9º batalhão de polícia militar de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 25 de agosto de 2015 às 09:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 12 de agosto de 2015.NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 186/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de combustíveis, para aquisições futuras, no atendimento ao 4º Batalhão de Bombeiro Militar do Município de Criciúma /SC., de acordo com Convênio 001/BM.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de agosto de 2015 às 15:30h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 11 de agosto de 2015.NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 184/PMC/2015

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, para execução de serviços de recuperação de passeios praças ruas, prédios públicos e outros, para atendimento as necessidades da subprefeitura do Distrito de Rio Maina, Criciúma – SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 21 de agosto de 2015 às 09:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br) Criciúma, 10 de agosto de 2015.NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 177/PMC/2015

OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) "VEÍCULOS NOVOS 4X4, ZERO KM", PARA ATENDIMENTO AO 4º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CRICIÚMA/SC. CONVÊNIO 001/BM.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de agosto de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br)

Criciúma, 03 de agosto de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 175/PMC/2015

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada, licenciada e legalizada, para disposição final dos resíduos provenientes da construção civil (construção/demolição/reforma) e serviços urbanos (poda/varrição/limpeza de terrenos baldios e galerias) no município de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de agosto de 2015 às 09:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br)

Criciúma, 24 de julho de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 171/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de Materiais de Construção e esquadrias de vidros temperados e alumínio para aquisições futuras, destinados à manutenção de instalações e obras, do 4º Batalhão da Bombeiro Militar do Município de Criciúma /SC., de acordo com Convênio 001/BM.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de agosto de 2015 às 09:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br)

Criciúma, 24 de julho de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 170/PMC/2015

OBJETIVO: Registro de preços de gêneros alimentícios, para aquisições futuras, no atendimento ao 4º Batalhão da Bombeiro Militar do Município de Criciúma /SC., de acordo com Convênio 001/BM.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de agosto de 2015 às 09:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br)

Criciúma, 23 de julho de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 168/PMC/2015

OBJETIVO: O presente Edital tem pôr objetivo a aquisição de livros, para uso nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de julho de 2015 às 14:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br)

Criciúma, 14 de julho de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 167/PMC/2015

OBJETIVO: Contratação de assessoria técnica especializada na área de orientação de projetos e acompanhamento de processos, âmbito do Distrito Federal, junto aos órgãos Governamentais Federais, organismos Internacionais e Embaixadas, e na área de captação de recursos junto ao Governo Federal, Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais e Organismos Internacionais, com o objetivo de proporcionar melhorias nos serviços públicos municipais oferecidos aos cidadãos do município de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de julho de 2015 às 11:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, na Rua Estevão Emilio de Souza nº325 – bairro Ceará, Criciúma/SC, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0072, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br)

Paço Municipal Marcos Rovaris, 13 de julho de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS  
PREGOEIRAESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA  
DIRETORIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRA-  
TOS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Pregão Presencial 002/PMC/2015

OBJETIVO: O presente Edital tem pôr objetivo a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços e fornecimento de peças para manutenção (MECÂNICA) da Frota de Viaturas movidas a gasolina, do 4º Batalhão de Bombeiro Militar de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 22 de janeiro de 2013 às 09:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria Executiva de Licitações e Contratos do Município de Criciúma, no pavimento superior do Edifício sede da Municipalidade na Rua Domênico Sonogo, 542, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3431.0359 ou fone/fax 3431.0356, ou no site [www.criciuma.sc.gov.br](http://www.criciuma.sc.gov.br) ou através do endereço eletrônico [editais@criciuma.sc.gov.br](mailto:editais@criciuma.sc.gov.br)

Paço Municipal Marcos Rovaris, 08 de janeiro de 2015.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PREGOEIRA

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 52/2017

DECRETO Nº 52, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 17 de janeiro de 2017 a 16 de janeiro de 2018, da servidora MARCIELE FERNANDA SCHROEDER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 105.991.019-54, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 17 de janeiro de 2017.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 53/2017

DECRETO Nº 53, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 17 de janeiro de 2017 a 16 de janeiro de 2018, da servidora JEANETE ROSA LUCAS DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 816.437.809-72, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 02 ESF CAIC, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 17 de janeiro de 2017.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 008/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 008/2017 - Modalidade Pregão Presencial n. 006/2017 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Interino de Maravilha - SC, SANDRO DONATI, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, para posterior aquisição, conforme necessidade, de material de expediente, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/06, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 01 de fevereiro de 2017 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19 horas. Maravilha - SC, 17 de janeiro de 2017. SANDRO DONATI – Prefeito Interino de Maravilha.

# Marema

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 002/2017**

Município de Marema/FMS-Fundo Municipal de Saúde

A Prefeitura Municipal de Marema – SC, através do FMS-Fundo Municipal de Saúde FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 003/2017 - Pregão Presencial n. 002/2017 para Prestação de Serviços Médicos. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 30/01/2017, às 14h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 30/01/2017 às 14h00min. Maiores informações ou a cópia integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 16 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2017**

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 004/2017 - Pregão Presencial n. 004/2017 – Registro de Preço, para possível contratação de serviços de manutenção e reposição de peças de veículos, máquinas e equipamentos do Município. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 31/01/2017, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 31/01/2017 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 16 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL N. 005/2017**

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 005/2017 - Pregão Presencial n. 005/2017, para aquisição de sistema de ensino para fornecimento de material didático a alunos e professores. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 31/01/2017, às 14h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 31/01/2017 às 14h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 17 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal



# Meleiro

## PREFEITURA

### DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO COM SAÚDE 6º BIM DE 2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Balancete das Receitas e Despesas no período de 01.01.2016 a 31.12.2016

RECEITAS		RECEITAS CORRENTES	R\$ 526.230,58
RECEITAS CORRENTES	R\$ 4.598.161,03	Transferências do Município	R\$ 350.000,00
Transferências do Município	R\$ 3.187.000,00	Receitas de Convênio (PAB, SISVAN, Vigilância Sanitária, ETC)	R\$ 176.230,58
Receitas de Convênio (PAB, SISVAN, Vigilância Sanitária, ETC)	R\$ 1.411.161,03		
		DESPESAS	
DESPESAS		DESPESAS CORRENTES	R\$ 497.019,44
DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.447.734,76	Despesas com Pessoal	R\$ 261.811,49
Despesas com Pessoal	R\$ 2.042.257,56	Despesas com Obrigações Sociais	R\$ 67.609,11
Despesas com Obrigações Sociais	R\$ 477.746,07		
Despesas com Consórcios Públicos	R\$ 487.415,00		
Despesas com Instituições Privadas (Hospital)	R\$ 203.500,00	Despesas com Transferências Consórcios Públicos	R\$ 39.340,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.236.816,13		
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 163.355,51	TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 499.719,44
Despesas com Obras e Instalações	R\$ 100.542,30		
Despesas com Equipamentos e Material Permanente (Moveis, Equipamentos e Veículos)	R\$ 62.813,21	SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO	R\$ 26.511,14
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 4.611.090,27		
DEFICIT ORÇAMENTÁRIO	R\$ (12.929,24)		

Demonstrativo da Aplicação na Saúde até 6º Bimestre de 2016

RECEITAS COM IMPOSTOS	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	15.310.995,18	100,00
Valor Mínimo a ser Aplicado na Saúde	2.296.649,28	15,00
Despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.611.090,27	30,12
(-) Despesas com recursos de convênios	1.411.056,87	9,22
Total das Despesas com Saúde	3.200.033,40	20,90
Valor acima do limite	903.384,12	5,90

### DEMONSTRATIVO DO APLICAÇÃO COM EDUCAÇÃO 6º BIM DE 2016

Demonstrativo da Aplicação na Educação até 6º Bimestre de 2016		
RECEITAS COM IMPOSTOS	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	15.310.995,18	100,00
Mínimo de Aplicação em Educação	3.827.748,80	25
DESPESAS COM ENSINO INFANTIL	Valor (R\$)	
Educação Infantil	2.324.555,98	15,18
(-) Deduções (PNAC, Convênio FNDE)	205.043,14	1,34



Total das Despesas com Ensino Infantil	2.119.512,84	13,84
DESPEAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	Valor (R\$)	%R. imp.
Ensino Fundamental + Depto Educação	4.318.016,24	28,20
(-) Deduções – Alienação Bens, Sal. Educ. Transporte Escolar	909.201,91	5,94
(-) Ganho com Fundeb	1.229.858,19	8,03
Total das Despesas com Ensino Fundamental	2.178.956,14	14,23
DESPEAS COM EDUCAÇÃO	Valor (R\$)	% R.Total
Total das Despesas com Educação Infantil	2.324.555,98	15,18
Total das Despesas com Ensino Fundamental	4.318.016,24	28,20
Total das Despesas com Merenda Escolar	425.184,09	2,78
Total das Despesas com Esporte	418.354,98	2,73
Total das Despesas com Ensino Superior	18.658,00	0,12
Total das Despesas com Especial	44.000,00	0,29
Total das Despesas com Cultura	876.382,59	5,72
Total das Despesas com Educação	8.425.151,88	55,03
Despesas educação (sem convênios, esporte, Merenda e Superior)	4.298.468,98	28,07
Gastos com Remuneração de Profissional do Magistério		
DESPEAS COM PROFISSIONAL DO MAGISTERIO	Valor (R\$)	%
Total dos Recursos Oriundos do Fundeb	3.895.006,16	100
60 % dos Recursos Oriundos do Fundeb	2.337.003,70	60
Total dos Gastos efetuados com Profissional Magistério	3.050.103,14	78,31
Valor acima do limite (60% do Fundeb c/ Profissional)	713.099,44	18,31

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004-2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
 AVISO DE LICITAÇÃO  
 PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 31/01/2017 às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E PARA AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2017. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 16 de janeiro de 2017.  
 EDER MATTOS  
 Prefeito Municipal

**BALANÇO ORÇAMENTARIO 6 BIMESTRE DE 2016**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		33.000.000,00	33.000.000,00	5.015.809,17	15,20	23.492.781,19	71,19	9.507.218,81
RECEITAS CORRENTES		28.102.000,00	28.102.000,00	4.671.820,38	16,62	21.987.494,92	78,24	6.114.505,08
RECEITA TRIBUTÁRIA		3.309.000,00	3.309.000,00	304.658,98	9,21	2.166.878,04	65,48	1.142.121,96
IMPOSTOS		2.200.000,00	2.200.000,00	277.978,04	12,64	1.732.761,60	78,76	467.238,40
TAXAS		1.009.000,00	1.009.000,00	26.680,94	2,64	434.025,88	43,02	574.974,12
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	90,56	0,09	99.909,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		310.000,00	310.000,00	67.243,98	21,69	280.692,44	90,55	29.307,56
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		310.000,00	310.000,00	67.243,98	21,69	280.692,44	90,55	29.307,56
RECEITA PATRIMONIAL		227.500,00	227.500,00	-13.790,58	0,00	150.063,76	65,96	71.436,24
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		227.500,00	227.500,00	-13.790,58	0,00	150.063,76	65,96	77.436,24
RECEITA AGROPECUÁRIA		50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS		50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS		949.000,00	949.000,00	123.255,37	12,99	687.247,88	72,42	261.752,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		22.030.500,00	22.030.500,00	4.072.020,34	18,48	17.901.527,75	81,26	4.128.972,25
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		21.457.500,00	21.457.500,00	4.001.866,12	18,65	17.538.768,33	81,74	3.918.731,67
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		9.000,00	9.000,00	30.000,00	333,33	30.000,00	333,33	-21.000,00
TRANSF. DE PESSOAS		2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	11.515,01	575,75	-9.515,01
TRANSF. DE CONV.		562.000,00	562.000,00	40.154,22	7,14	321.244,41	57,16	240.755,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.226.000,00	1.226.000,00	118.432,29	9,66	801.085,05	65,34	424.914,95
MULTAS E JUROS DE MORA		492.000,00	492.000,00	19.545,76	3,97	104.364,36	21,21	387.635,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		50.000,00	50.000,00	80.598,65	161,20	422.882,18	845,76	-372.882,18
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		631.000,00	631.000,00	18.207,92	2,89	142.723,56	22,62	488.276,44
RECEITAS DIVERSAS		53.000,00	53.000,00	79,96	0,15	131.114,95	247,39	-78.114,95
RECEITAS DE CAPITAL		4.898.000,00	4.898.000,00	343.988,79	7,02	1.505.286,27	30,73	3.392.713,73
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		3.010.000,00	3.010.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.010.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		3.010.000,00	3.010.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.010.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS		51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	121.100,00	237,45	-70.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		39.000,00	39.000,00	0,00	0,00	121.100,00	310,51	-82.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.809.000,00	1.809.000,00	343.988,79	19,02	1.384.186,27	76,52	424.813,73
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.809.000,00	1.809.000,00	343.988,79	19,02	1.384.186,27	76,52	424.813,73
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		33.000.000,00	33.000.000,00	5.015.809,17	15,20	23.492.781,19	71,19	9.507.218,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>33.000.000,00</b>	<b>33.000.000,00</b>	<b>5.015.809,17</b>	<b>15,20</b>	<b>23.492.781,19</b>	<b>9.507.218,81</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>						
TOTAL VII = (V + VI)	33.000.000,00	33.000.000,00	5.015.809,17	15,20	23.492.781,19	9.507.218,81
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>						
Superávit Financeiro	—	1.491.632,15	—	—	1.491.632,15	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	1.491.632,15	—	—	1.491.632,15	—
		0,00			0,00	—
						8.655.092,55

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>										
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>33.000.000,00</b>	<b>37.833.228,97</b>	<b>-699.643,44</b>	<b>24.344.907,45</b>	<b>13.488.321,52</b>	<b>4.272.233,85</b>	<b>24.344.907,45</b>	<b>13.488.321,52</b>	<b>24.184.084,35</b>	<b>0,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.537.000,00	25.825.543,13	1.048.797,29	19.965.380,19	5.860.162,94	3.528.317,86	19.965.380,19	5.860.162,94	19.965.380,19	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.008.500,00	14.082.367,28	2.418.614,40	11.813.396,77	2.268.970,51	2.425.044,10	11.813.396,77	2.268.970,51	11.813.396,77	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	130.000,00	110.000,00	2.274,52	71.192,83	38.807,17	12.280,16	71.192,83	38.807,17	71.192,83	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>8.443.000,00</b>	<b>11.987.685,84</b>	<b>-1.748.440,73</b>	<b>4.379.527,26</b>	<b>7.608.158,58</b>	<b>743.915,99</b>	<b>4.379.527,26</b>	<b>7.608.158,58</b>	<b>4.218.704,16</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	7.993.000,00	11.557.685,84	-2.014.616,89	3.950.940,04	7.606.745,80	466.862,07	3.950.940,04	7.606.745,80	3.790.116,94	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	450.000,00	430.000,00	266.176,16	428.587,22	1.412,78	277.053,92	428.587,22	1.412,78	428.587,22	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>										
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>33.000.000,00</b>	<b>37.833.228,97</b>	<b>-699.643,44</b>	<b>24.344.907,45</b>	<b>13.488.321,52</b>	<b>4.272.233,85</b>	<b>24.344.907,45</b>	<b>13.488.321,52</b>	<b>24.184.084,35</b>	<b>0,00</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>										
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 33

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>3</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	33.000.000,00	37.833.228,97	-699.643,44	24.344.907,45	13.488.321,52	4.272.233,85	24.344.907,45	13.488.321,52	24.184.084,35	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.000.000,00	37.833.228,97	-699.643,44	24.344.907,45	—	4.272.233,85	24.344.907,45	—	24.184.084,35	0,00

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDENCIA DO 6º BIM DE 2016**

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

**Município de MELEIRO - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2015 a 2089**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:



## DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA 6 BIM 2016

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mar/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ULT. 12 MES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.986.943,71</b>	<b>2.078.044,36</b>	<b>1.749.373,95</b>	<b>2.143.336,52</b>	<b>1.986.044,88</b>	<b>1.901.215,66</b>	<b>1.984.335,91</b>	<b>1.765.042,05</b>	<b>1.767.654,82</b>	<b>2.017.502,95</b>	<b>2.210.785,01</b>	<b>3.058.261,67</b>	<b>24.652.542,89</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	142.469,91	187.137,74	208.916,80	472.569,94	138.814,22	144.785,78	188.463,12	123.116,81	153.030,77	125.184,07	123.673,64	180.985,34	2.166.878,04
I.P.T.U.	0,00	8.515,68	59.811,29	239.040,05	20.207,53	28.138,91	16.616,39	6.305,70	8.882,57	3.965,87	3.084,16	4.934,11	398.682,27
I.P.R.F.	22.616,56	28.582,88	20.880,26	23.079,34	18.945,17	11.557,88	26.524,57	22.542,00	34.411,12	25.088,99	24.598,00	40.230,50	297.518,29
I.S.S.	50.360,53	63.789,05	47.868,37	47.827,94	58.713,38	55.537,21	62.827,56	54.905,33	62.718,14	57.080,77	42.363,77	68.746,20	671.630,25
I.T.B.I.	31.057,63	24.226,07	12.898,49	33.378,87	8.904,11	21.122,21	47.296,08	27.329,74	36.504,06	29.452,03	43.113,26	48.847,04	384.930,79
Outras Receitas Tributárias	38.434,89	64.024,05	68.088,39	129.442,73	31.042,03	28.409,56	15.228,52	12.034,04	10.534,88	10.196,41	10.513,45	16.167,49	434.116,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.598,11	22.011,72	24.213,62	24.312,56	23.517,16	24.136,02	24.157,35	21.598,99	24.382,59	22.590,33	23.143,72	44.100,26	280.892,44
RECEITA PATRIMONIAL	15.025,41	18.220,89	18.081,33	19.875,64	21.479,45	19.203,30	18.946,35	16.302,86	11.516,95	8.196,55	-2.471,13	7.690,55	150.063,76
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	50.763,91	50.214,87	61.914,23	55.650,63	55.578,13	57.222,85	58.651,90	58.633,61	58.632,00	56.730,38	59.307,59	63.857,78	687.247,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.886.042,36	1.726.241,43	1.358.867,81	1.478.463,91	1.685.057,72	1.602.771,63	1.687.342,21	1.528.075,45	1.453.450,32	1.724.465,02	2.010.233,09	2.659.014,55	20.566.875,72
Cota-Parte do FPM.	921.721,09	653.119,36	383.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	375.635,93	465.840,59	378.821,49	459.948,52	538.988,98	1.031.695,33	6.739.239,42
Cota-Parte do ICMS.	533.040,96	434.102,56	439.036,29	451.401,09	436.630,03	431.388,12	445.182,81	438.735,48	475.021,76	491.382,09	475.628,84	523.465,66	5.576.026,29
Cota-Parte do IRVA.	37.631,42	62.028,97	88.022,61	81.234,75	90.402,41	108.531,43	81.234,59	87.931,59	67.747,20	80.207,05	71.832,52	42.547,55	900.352,49
Cota-Parte do ITR.	37,29	84,82	622,29	409,03	348,25	57,41	381,07	104,02	113,03	11.666,46	240,52	302,86	25.574,95
Outras Transferências Correntes	246.684,16	261.837,84	133.066,03	198.097,05	204.587,59	235.031,55	454.887,21	220.796,04	204.882,58	322.306,02	258.742,25	652.179,68	3.352.877,00
Transferências da LC 61/1989	8.351,51	6.449,89	6.297,11	6.461,40	7.337,41	4.266,09	5.932,32	5.994,54	6.584,37	7.259,97	7.714,35	7.714,35	79.688,18
Transferências da LC 87/1996	1.853,10	1.853,10	1.853,10	1.853,10	1.853,10	1.853,10	1.853,10	1.853,10	1.853,10	1.853,10	1.853,10	1.853,10	22.237,20
Transferências do FUNDEC	337.323,25	303.794,89	293.353,53	307.416,35	316.789,03	303.433,99	292.225,18	300.819,69	307.488,99	350.230,56	355.595,91	399.254,92	3.870.710,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.443,09	76.217,71	77.280,16	92.941,24	63.598,20	54.065,88	36.742,35	25.314,33	86.632,19	80.387,60	15.009,10	102.623,19	801.085,05
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>220.526,78</b>	<b>231.527,58</b>	<b>186.880,43</b>	<b>202.593,90</b>	<b>232.739,85</b>	<b>212.861,06</b>	<b>182.045,76</b>	<b>200.261,68</b>	<b>188.265,54</b>	<b>210.379,09</b>	<b>279.178,75</b>	<b>318.048,55</b>	<b>2.665.147,97</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	220.526,78	231.527,58	186.880,43	202.593,90	232.739,85	212.861,06	182.045,76	200.261,68	188.265,54	210.379,09	279.178,75	318.048,55	2.665.147,97
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I) - (II)</b>	<b>1.766.416,93</b>	<b>1.846.516,78</b>	<b>1.562.493,52</b>	<b>1.941.242,62</b>	<b>1.753.305,03</b>	<b>1.688.354,60</b>	<b>1.792.290,15</b>	<b>1.567.780,37</b>	<b>1.579.389,28</b>	<b>1.807.123,86</b>	<b>1.931.606,26</b>	<b>2.740.213,12</b>	<b>21.987.494,92</b>

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DO 6º BIM DE 2016**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)										R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)			
RECEITA DE CAPITAL										
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		51.000,00					121.100,00		-70.100,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		12.000,00					0,00		12.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		39.000,00					121.100,00		-82.100,00	
TOTAL		51.000,00					121.100,00		-70.100,00	
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)		
Despesas de Capital		168.100,00	121.100,00	121.100,00	121.100,00	0,00	0,00	47.000,00		
Investimentos		168.100,00	121.100,00	121.100,00	121.100,00	0,00	0,00	47.000,00		
TOTAL		168.100,00	121.100,00	121.100,00	121.100,00	0,00	0,00	47.000,00		
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)		
		0,00	0,00					0,00	0,00	

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DAS PPP 6º BIM DE 2016**

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

MELEIRO, 13/01/2017

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES EM SAÚDE 6º BIM DE 2016

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.830.000,00	2.830.000,00	1.863.564,50	65,85	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	600.000,00	600.000,00	398.682,27	66,45	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	230.000,00	230.000,00	364.930,79	158,67	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	600.000,00	600.000,00	671.630,25	111,94	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	770.000,00	770.000,00	297.518,29	38,64	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	100.000,00	100.000,00	10.425,05	10,43	
Dívida Ativa dos Impostos	400.000,00	400.000,00	91.760,85	22,94	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	130.000,00	130.000,00	28.617,00	22,01	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.920.000,00	16.920.000,00	13.343.088,53	78,86	
Cota-Parte FPM	7.800.000,00	7.800.000,00	6.739.239,42	86,40	
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	25.574,95	127,87	
Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	900.352,49	69,26	
Cota-Parte ICMS	7.500.000,00	7.500.000,00	5.576.026,29	74,35	
Cota-Parte IPH-Exportação	200.000,00	200.000,00	79.658,18	39,83	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	100.000,00	100.000,00	22.237,20	22,24	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	100.000,00	100.000,00	22.237,20	22,24	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	19.750.000,00	19.750.000,00	15.206.653,03	77,00	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	46.000,00	46.000,00	18.837,74	40,95	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	46.000,00	46.000,00	18.837,74	40,95	
DESPESAS COM SAÚDE (P or Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
			Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	5.339.000,00	6.047.196,34	4.446.529,26	73,53	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.772.000,00	3.035.971,34	2.520.003,63	83,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.567.000,00	3.011.225,00	1.926.525,63	63,98	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	469.000,00	641.232,52	163.355,51	25,48	163.355,51	25,48	0,00
Investimentos	469.000,00	641.232,52	163.355,51	25,48	163.355,51	25,48	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	5.808.000,00	6.688.428,86	4.609.884,77	68,92	4.609.884,77	68,92	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/V)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.935.000,00	2.221.428,86	1.409.851,37	30,58	1.409.851,37	30,58	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.935.000,00	2.221.428,86	1.409.851,37	30,58	1.409.851,37	30,58	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	1.935.000,00	2.221.428,86	1.409.851,37	30,58	1.409.851,37	30,58	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	3.873.000,00	4.467.000,00	3.200.033,40	69,42	3.200.033,40	69,42	0,00
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>							
<b>(VII%) = (V/h / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup></b>							
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(V/h) - (15 x IIIb)/100]</b>							
							919.035,45

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	-		-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica  TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (n/Total m) *100
	6.203.000,00	6.574.441,98	4.543.459,04	98,56	4.543.459,04	98,56
	120.000,00	125.931,48	53.571,83	1,16	53.571,83	1,16
	20.000,00	23.055,40	12.853,90	0,28	12.853,90	0,28
	6.343.000,00	6.723.428,86	4.609.884,77	100,00	4.609.884,77	100,00
						0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

<sup>4</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando c

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

As informações contidas neste relatório foram elaboradas com base nos dados constantes nos sistemas de informação do Município de Meleiro, SC, e foram verificadas e aprovadas pelo Conselho Municipal de Controle de Gestão, em 14/1/2012.



## DEMONSTRATIVO DE DESPESAS POR FUNÇÃO 6 BIM 2016

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-e)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	33.000.000,00	37.833.228,97	-699.643,44	24.344.907,45	100,00	4.272.233,85	24.344.907,45	13.488.321,52	0,00
Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	144.289,52	819.641,94	3,37	155.799,60	819.641,94	180.358,06	0,00
Ação Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	144.289,52	819.641,94	3,37	155.799,60	819.641,94	180.358,06	0,00
Administração	2.500.000,00	2.577.489,50	223.114,47	2.352.515,85	9,66	436.414,17	2.352.515,85	224.973,65	0,00
Administração Geral	2.500.000,00	2.577.489,50	223.114,47	2.352.515,85	9,66	436.414,17	2.352.515,85	224.973,65	0,00
Assistência Social	1.159.000,00	1.351.671,72	21.203,48	751.024,12	3,08	149.834,28	751.024,12	600.647,60	0,00
Assistência ao Idoso	192.000,00	197.000,00	-8.984,54	50.514,23	0,21	7.376,28	50.514,23	146.485,77	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	32.000,00	12.000,00	-608,00	7.296,00	0,03	608,00	7.296,00	4.704,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	370.000,00	476.545,00	14.551,82	270.878,51	1,11	59.590,16	270.878,51	205.666,49	0,00
Assistência Comunitária	585.000,00	666.126,72	16.244,20	422.335,38	1,73	82.259,84	422.335,38	243.791,34	0,00
Saúde	6.400.000,00	6.760.428,86	-179.462,20	4.611.090,27	18,94	791.675,79	4.611.090,27	2.169.338,59	0,00
Atenção Básica	6.280.000,00	6.631.441,98	-185.334,42	4.544.664,54	18,67	782.748,76	4.544.664,54	2.086.777,44	0,00
Atenção Básica	120.000,00	125.931,48	8.424,32	53.571,83	0,22	8.424,32	53.571,83	72.359,65	0,00
Violência Sanitária	20.000,00	23.055,40	-2.552,10	12.853,90	0,05	502,71	12.853,90	10.201,50	0,00
Violência Epidemiológica	8.930.000,00	9.201.659,42	993.173,12	7.130.414,31	29,29	1.471.700,60	7.130.414,31	2.071.245,11	0,00
Educação	530.000,00	560.178,98	-67.159,93	425.184,09	1,75	63.555,42	425.184,09	154.994,89	0,00
Alimentação e Nutrição	5.710.000,00	5.862.868,04	679.249,35	4.318.016,24	17,74	960.870,45	4.318.016,24	1.544.851,80	0,00
Ensino Fundamental	115.000,00	115.000,00	-35.405,00	18.658,00	0,08	1.125,00	18.658,00	96.342,00	0,00
Ensino Superior	2.465.000,00	2.533.612,40	416.488,70	2.324.555,98	9,55	441.749,73	2.324.555,98	209.056,42	0,00
Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	70.000,00	70.000,00	0,00	44.000,00	0,18	4.400,00	44.000,00	26.000,00	0,00
Educação Especial	630.000,00	925.288,90	24.242,35	876.382,59	3,60	29.357,90	876.382,59	48.906,31	0,00
Cultura	630.000,00	925.288,90	24.242,35	876.382,59	3,60	29.357,90	876.382,59	48.906,31	0,00
Urbanismo	7.884.000,00	9.565.156,52	-1.842.104,72	4.148.006,31	17,04	569.703,75	4.148.006,31	5.417.150,21	0,00
Infra-Estrutura Urbana	4.505.500,00	5.686.695,16	-1.535.779,34	1.421.535,51	5,84	227.715,17	1.421.535,51	4.265.159,65	0,00
Serviços Urbanos	3.378.500,00	3.878.461,36	-306.325,38	2.726.470,80	11,20	371.988,58	2.726.470,80	1.151.990,56	0,00
Habituação	177.000,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.000,00	0,00
Habituação Rural	51.000,00	61.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00
Habituação Urbana	126.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00
Saneamento	1.900.000,00	2.903.842,61	-247.314,34	1.311.210,93	5,39	134.771,65	1.311.210,93	1.592.631,68	0,00
Saneamento Básico Rural	86.000,00	86.000,00	0,00	5.026,06	0,02	0,00	5.026,06	80.973,94	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.814.000,00	2.817.842,61	-247.314,34	1.306.184,87	5,37	134.771,65	1.306.184,87	1.511.657,74	0,00
Agricultura	1.300.000,00	2.100.691,44	-167.435,58	1.270.678,66	5,22	112.190,80	1.270.678,66	830.012,78	0,00
Extensão Rural	1.300.000,00	2.100.691,44	-167.435,58	1.270.678,66	5,22	112.190,80	1.270.678,66	830.012,78	0,00
Indústria	170.000,00	170.000,00	0,00	6.325,00	0,03	0,00	6.325,00	163.675,00	0,00
Promoção Industrial	170.000,00	170.000,00	0,00	6.325,00	0,03	0,00	6.325,00	163.675,00	0,00
Desporto e Lazer	420.000,00	465.000,00	51.632,38	418.354,98	1,72	73.960,52	418.354,98	46.645,02	0,00
Desporto Comunitário	420.000,00	465.000,00	51.632,38	418.354,98	1,72	73.960,52	418.354,98	46.645,02	0,00
Encargos Especiais	510.000,00	660.000,00	279.038,08	649.262,49	2,67	316.824,79	649.262,49	10.737,51	0,00
Serviço da Dívida Interna	510.000,00	660.000,00	279.038,08	649.262,49	2,67	316.824,79	649.262,49	10.737,51	0,00

Continua 1/2

3

2

Continuação 2/:

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.000.000,00	37.833.228,97	-689.643,44	24.344.907,45	100,00	13.488.321,52	4.272.233,85	24.344.907,45	100,00	13.488.321,52	0,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	33.000.000,00	37.833.228,97	-689.643,44	24.344.907,45	100,00	13.488.321,52	4.272.233,85	24.344.907,45	100,00	13.488.321,52	0,00

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por consar no orçamento.

2

1

-

-

**DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL 6º BIM DE 2016**

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)		3.010.000,00	0,00		3.010.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	11.987.685,84	4.379.527,26	4.379.527,26	0,00	7.608.158,58
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	11.987.685,84	4.379.527,26	4.379.527,26	0,00	7.608.158,58
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-8.977.685,84	-4.379.527,26	-	-	-4.598.158,58

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESAS COM AÇÕES NA EDUCAÇÃO NO 6º BIM 2016**

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	2.830.000,00	2.830.000,00	1.863.564,50	65,85
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	950.000,00	950.000,00	506.060,10	53,27
1.1.1- IPTU	600.000,00	600.000,00	398.682,27	66,45
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	7.062,42	14,12
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	250.000,00	250.000,00	74.221,62	29,69
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	26.093,79	52,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	230.000,00	230.000,00	364.930,79	158,67
1.2.1- ITBI	230.000,00	230.000,00	364.930,79	158,67
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	880.000,00	880.000,00	695.055,32	78,98
1.3.1- ISS	600.000,00	600.000,00	671.630,25	111,94
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	50.000,00	50.000,00	3.362,63	6,73
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	17.539,23	11,69
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	80.000,00	80.000,00	2.523,21	3,15
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	770.000,00	770.000,00	297.518,29	38,64
1.4.1- IRRF	770.000,00	770.000,00	297.518,29	38,64
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	16.920.000,00	16.920.000,00	13.343.088,53	78,86
2.1- Cota-Parte FPM	7.800.000,00	7.800.000,00	6.739.239,42	86,40
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.800.000,00	7.800.000,00	6.739.239,42	86,40
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.500.000,00	7.500.000,00	5.576.026,29	74,35
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	100.000,00	100.000,00	22.237,20	22,24
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	200.000,00	200.000,00	79.658,18	39,83
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	25.574,95	127,87
2.6- Cota-Parte IPVA	1.300.000,00	1.300.000,00	900.352,49	69,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>19.750.000,00</b>	<b>19.750.000,00</b>	<b>15.206.653,03</b>	<b>77,00</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	344.000,00	344.000,00	239.721,47	69,69
6.1- Transferências de Convênios	344.000,00	344.000,00	239.721,47	69,69
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	843.000,00	843.000,00	784.181,15	90,65
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.192.000,00</b>	<b>1.192.000,00</b>	<b>1.003.902,62</b>	<b>84,22</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.384.000,00	3.384.000,00	2.665.147,97	78,76
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.560.000,00	1.560.000,00	1.344.380,02	86,18
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.500.000,00	1.500.000,00	1.115.204,16	74,35
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	4.447,44	22,24
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	15.931,68	39,83
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	5.114,88	127,87
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	260.000,00	260.000,00	180.069,79	69,26
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	4.400.000,00	4.400.000,00	3.895.006,16	88,52
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.380.000,00	4.380.000,00	3.870.710,19	88,37
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.000,00	20.000,00	24.295,97	121,48
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>996.000,00</b>	<b>996.000,00</b>	<b>1.205.562,22</b>	<b>121,04</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.260.000,00	3.340.000,00	3.050.103,14	91,32	3.050.103,14	91,32	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.100.000,00	1.180.000,00	1.141.943,98	96,77	1.141.943,98	96,77	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.160.000,00	2.160.000,00	1.908.159,16	88,34	1.908.159,16	88,34	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.140.000,00	1.161.602,23	908.516,19	78,21	908.516,19	78,21	0,00
14.1- Com Educação Infantil	510.000,00	487.818,69	430.727,23	88,30	430.727,23	88,30	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	630.000,00	673.783,54	477.788,96	70,91	477.788,96	70,91	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.400.000,00	4.501.602,23	3.958.619,33	87,94	3.958.619,33	87,94	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							3.958.619,33
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							78,31
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							23,33
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %							-1,63
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100			
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	4.937.500,00		4.937.500,00		3.801.663,26 77,00		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.610.000,00	1.667.818,69	1.572.671,21	94,30	1.572.671,21	94,30	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.643.000,00	5.469.783,54	4.052.609,17	74,09	4.052.609,17	74,09	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.790.000,00	2.833.783,54	2.385.948,12	84,20	2.385.948,12	84,20	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.853.000,00	2.636.000,00	1.666.661,05	63,23	1.666.661,05	63,23	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.253.000,00	7.137.602,23	5.625.280,38	78,81	5.625.280,38	78,81	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							1.205.562,22
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							24.295,97
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							1.229.858,19
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							4.395.422,19
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							28,9
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	380.000,00	532.778,30	522.408,69	98,05	522.408,69	98,05	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	472.000,00	666.278,89	427.128,69	65,08	427.128,69	65,08	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	857.000,00	1.194.057,19	949.537,38	79,52	949.537,38	79,52	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.110.000,00	8.331.659,42	6.574.817,76	78,91	6.574.817,76	78,91	0,00

Continuação 2/3



MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		101.602,23	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.870.710,19	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.956.732,41	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		3.956.732,41	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		24.295,97	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		39.875,98	0,00

MELEIRO, 13/01/2017

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS 6º BIM DE 2016

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anotização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (III + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		RECETAS REALIZADAS
		Até o Bimestre/2016
		Até o Bimestre/2015
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:



**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 6º BIM DE 2016**

Município de MELEIRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	327.462,03	250.073,23	239.195,47
DEDUÇÕES (II)	1.534.188,73	33.022,63	675.430,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.767.024,20	1.026.036,78	836.253,80
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	232.835,47	993.014,15	160.823,10
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.206.726,70	217.050,60	-436.235,23
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.206.726,70</b>	<b>217.050,60</b>	<b>-436.235,23</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-653.285,83</b>	<b>770.491,47</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>44.179,03</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:



## DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO 6º BIM DE 2016

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)			21.837.431,16	19.871.792,45		
Receita Tributária			2.166.878,04	1.907.347,81		
I.P.T.U.			398.682,27	354.716,09		
I.S.S.			671.630,25	633.728,99		
I.T.B.I.			364.930,79	334.299,24		
I.R.R.F.			297.518,29	259.742,80		
Outras Receitas Tributárias			434.116,44	324.860,69		
Receita de Contribuição			280.692,44	278.071,20		
Receitas Previdenciárias			0,00	0,00		
Outras Contribuições			280.692,44	278.071,20		
Receita Patrimonial Líquida			0,00	0,00		
Receita Patrimonial			150.063,76	183.766,59		
(-) Aplicações Financeiras			150.063,76	183.766,59		
Transferências Correntes			17.901.527,75	16.514.688,08		
F.P.M.			5.394.859,40	4.713.012,25		
I.P.V.A.			720.282,70	704.609,50		
I.C.M.S.			4.460.822,13	4.525.047,50		
Convênios			321.244,41	336.522,99		
Outras Transferências Correntes			7.004.319,11	6.235.495,84		
Demaís Receitas Correntes			1.488.332,93	1.171.685,36		
Dívida Ativa			142.723,56	197.438,41		
Diversas Receitas Correntes			1.345.609,37	974.246,95		
RECEITAS DE CAPITAL (II)			1.505.286,27	4.153.877,82		
Operações de Crédito (III)			0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos (IV)			0,00	0,00		
Alienação de Ativos (V)			121.100,00	162.800,00		
Transferências de Capital			1.384.186,27	3.991.077,82		
Convênios			1.384.186,27	3.991.077,82		
Outras Transferências de Capital			0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital			0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)			1.384.186,27	3.991.077,82		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			23.221.617,43	23.862.870,27		
DESPESAS PRIMÁRIAS			23.221.617,43	23.862.870,27		
DESPESAS CORRENTES (VIII)			17.917.587,95	0,00		
Pessoal e Encargos Sociais			11.813.396,77	0,00		
Juros e Encargos da Dívida (IX)			71.192,83	0,00		
Outras Despesas Correntes			8.080.790,59	0,00		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)			17.890.629,04	0,00		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)			5.971.662,17	0,00		
Investimentos			5.594.749,54	0,00		
Inversões Financeiras			0,00	0,00		
Concessão de Empréstimos (XII)			0,00	0,00		

Município de MELEIRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>11.987.685,84</b>	<b>4.379.527,26</b>	<b>5.971.662,17</b>	<b>4.379.527,26</b>	<b>5.971.662,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	430.000,00	428.587,22	376.912,63	428.587,22	376.912,63	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>11.557.685,84</b>	<b>3.950.940,04</b>	<b>5.594.749,54</b>	<b>3.950.940,04</b>	<b>5.594.749,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>20.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>37.293.228,97</b>	<b>23.845.127,40</b>	<b>23.485.378,58</b>	<b>23.845.127,40</b>	<b>23.485.378,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-7.609.728,97</b>	<b>-623.509,97</b>	<b>377.491,69</b>	<b>-623.509,97</b>	<b>377.491,69</b>	<b>23.221.617,43</b>	<b>23.862.870,27</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.255.817,42</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	1.255.817,42	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-2.801.500,00	

FONTE:

# Modelo

## PREFEITURA

### 4º TERMO ADITIVO CORREIOS B

4º (Quarto) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912342817 QUE ENTRE SI FAZEM Município de Modelo E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

#### CONTRATANTE:

Razão Social: Município de Modelo		
CNPJ: 83.021.832/0001-11	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: Município de Modelo	Ramo de Atividade: 84.11-6-00 - Administração Pública em Geral	
Endereço: Rua do Comércio, 1304 - Centro		
Cidade: Modelo	UF: SC	CEP: 89872-000
Telefone: (49) 3365-3137	FAX	
Endereço Eletrônico: gilneivogel@pzo.com.br		
Nome do Responsável: Ricardo Luiz Maldaner		
Cargo: Prefeito Municipal	RG: 2.996.527	CPF: 987.238.989-68

#### CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23	
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário		
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		
Diretor Regional: Vladimir Rodrigues		
RG: 2.030.268-1 SESP/SC	CPF: 461.090.990-15	
Gerente de Vendas: Moacir Aguiar		
RG: 3.752.011 SSP/SC	CPF: 003.720.399-10	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 29/01/2017 até 29/01/2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Departamento: 03 Diretoria Geral Administração e Fazenda

Projeto/Atividade/Programa de Trabalho: 2.169 Manutenção das Atividades de Administração Geral do Município

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 100 Recursos Ordinários

**CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São José/SC, 17/01/2017.

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Ricardo Luiz Maldaner		Vladimir Rodrigues
Prefeito Municipal		Diretor Regional
		Moacir Aguiar
		Gerente de Vendas

**TESTEMUNHAS:**

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011-2017  
CÓPIAS E IMPRESSÕES**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Nº: 071/2017

Modalidade: Pregão Nº 011/2017

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DOS DEPARTAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 31 de janeiro de 2017

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 31 de janeiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo/SC 17 de janeiro 2017.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012-2017  
CÓPIAS E IMPRESSÕES-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo Nº: 076/2017  
Modalidade: Pregão Nº 012/2017  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC

Entrega dos Envelopes: 10:15 horas do dia 31 de janeiro de 2017

Abertura dos Envelopes: 10:30 horas do dia 31 de janeiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo/SC 17 de janeiro de 2017.

Erno Michielin  
Gestor do FMS

**CONTRATO 042-2014 - TERMO ADITIVO 04-2016 - MHNET - PRAZO**

TERMO ADITIVO Nº 004/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 042/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2014, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA MHNET EMPREENDIMENTOS LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa MHNET EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Anita Garibaldi, 340, Sala 04, Centro, na Cidade de Maravilha – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.245.502/0001-04, neste ato representada pelo Senhor RENAN VICENTE WERLANG, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº 427/2014 – Pregão nº 015/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO**

Fica aditado o contrato nº 042/2014 de 17.04.2014, constante da Cláusula Quarta, com a PRORROGAÇÃO da vigência. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de mais 12 (doze) meses, contado a partir do dia 1º de janeiro de 2017 e terminando em 31/12/2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, inciso II da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa,

Que inicialmente, o término estava previsto para o dia 31 de dezembro de 2014; com o Termo Aditivo nº 01/2014 de 29/12/2014, foi prorrogado por 12 (doze) meses, cujo término está previsto para 31/12/2015; com o Termo Aditivo nº 003/2015 de 23/12/2015, foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, cujo término está previsto para 31/12/2016; e com este aditivo de 12 (doze) meses o prazo terminará em 31 de dezembro de 2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente termo aditivo decorre de autorização e justificativa do Prefeito Municipal exarada através da Justificativa Prorrogação Contratual, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 042/2014 de 17/04/2014.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 27 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	MHNET EMPREENDIMENTOS LTDA Renan Vicente Werlang Sócio Administrador - Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

### **PORTARIA Nº 014/2017**

PORTARIA Nº 014/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOURDES SPEROTTO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a concessão de férias à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Lourdes Sperotto	03.07.2015 a 02.07.2016	02.01.2017 a 31.01.2017 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),

aos 16 de janeiro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2017 - FMS-

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017  
Inexigibilidade de licitação nº. 002/2017

O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa a Av. Laju, 420, Centro, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados que, a partir do dia 20 de Janeiro de 2016, estarão abertas as inscrições para Credenciamento dos Serviços de Saúde, a prestadores de serviço pessoa jurídica, privada ou publica, lucrativa ou não, para a execução/fornecimento dos serviços de saúde – Exames laboratoriais. A licitação será processada e julgada em conformidade com a lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993. As informações completas poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação – CPL, pelo telefone (49) 3674-3134, pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, pelo e-mail [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br) ou através do site do Município [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br).

Mondaí – SC, 17 de Janeiro de 2017

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº.001/2017-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ – FMAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 001/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito abaixo: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2017.

TIPO: Menor Preço.

OBJETO: Aquisição de produtos de higiene e limpeza, gêneros alimentícios, de copa e cozinha para manutenção das atividades dos grupos de idosos, seguindo as normativas do Decreto nº. 7.892/2013, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I, deste edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h30min do dia 30 de Janeiro de 2017.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: As 09h00min do dia 30 de Janeiro de 2017.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3134 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br).

MONDAI (SC), 17 de Janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal



# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 501/2017/FMS

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 501/2017/FMS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 501/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. VALCEMIR ANTÔNIO CORDEIRO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO visando contratações futuras e parceladas de MEDICAMENTOS.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 19/janeiro/2017 até às 09:00 horas do dia 31/janeiro/2017

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 10:00 horas do dia 31.janeiro.2017

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 10:00 horas do dia 31.janeiro.2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

INFORMAÇÕES: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo – SC, 17 de Janeiro de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 502/2017/FMS

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 502/2017/FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 501/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato pelo Gestor Sr. VALCEMIR ANTÔNIO CORDEIRO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando contratações futuras e parceladas de GRADES DE PROTEÇÃO para portas e janelas.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – JULGAMENTO GLOBAL

RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 23/janeiro/2017 até às 12:00 horas do dia 31/janeiro/2017

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 15:00 horas do dia 31.janeiro.2017

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 15:00 horas do dia 31.janeiro.2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo – SC, 17 de Janeiro de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 076/2017

PORTARIA Nº 076/2017 DE, 16 DE JANEIRO DE 2017.

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DESIGNA COMISSÃO SINDICANTE.

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece o art. 69, inciso IX da Lei Orgânica do Município.

Considerando que há indícios veementes de várias irregularidades que afetam diretamente a saúde pública do Município de Morro da Fumaça, dentre as quais, armazenamentos e condicionamento de medicamentos, ambiente estrutural: livre, arejado e limpo, sem a temperatura ideal para o armazenamento dos fármacos, entre outras;

Considerando que a Sindicância Investigativa visa apurar irregularidades, em que não há vestígio de indicação de autoria, e prescinde da observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

Considerando a necessidade de instrução preparatória e informativa cujo relatório da Sindicância servirá de base a uma decisão fundamentada da Administração;

Considerando ainda, que é dever da administração Pública, apurar fatos que contenham indícios de infrações disciplinares cometida por servidores públicos.

#### RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Investigativa, para apurar possíveis irregularidades

Art. 2º Designar a servidora MARGARIDA MARIA PIVA na condição de Presidente, a senhora ALICE LOUISE PIMENTEL VIEIRA e a senhora DRIELLY DA SILVA FLORENTINO, para apuração dos fatos acima mencionados.

Art. 3º Deliberar que tal sindicância, por sua natureza investigativa, será célere, ocorrerá sem publicidade e não terá natureza acusatória.

Art. 4º A Comissão ora nomeada, terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir a apuração dos fatos, dando ciência dos mesmos à administração Municipal.

Art. 5º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 16 de Janeiro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

#### REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### REGISTRO DE PREÇOS 009/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 009/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ENTREGAS EM UNIDADES INDIVIDUALIZADAS, conforme anexo I. Data: 30/01/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVÂNIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

### REGISTRO DE PREÇOS 010/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 010/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS, DRENOS E MEIO FIO, conforme anexo I. Data: 30/01/2017 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVÂNIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 FME

ATA DA SESSÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 FME

NO DIA 05 DE JANEIRO DE 2017, FOI ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES SUL ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS QUE SE ENQUADRA COMO ME/EPP E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO DE CLUBES DE FUTEBOL AMADOR DE ITAJAÍ AMBAS DEVIDAMENTE CREDENCIADA. FOI DISPONIBILIZADO PARA QUE OS REPRESENTANTES VISTASSEM OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.

NA SEQUÊNCIA FOI ABERTO OS ENVELOPES RELATIVO À PROPOSTA. VERIFICOU QUE AS EMPRESAS CUMPRIAM COM EXIGIDO NO EDITAL. FOI APRESENTADO AS LICITANTES PRESENTES PARA SEREM VISTADAS.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FOI ABERTO O ENVELOPE DA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS E VERIFICOU - SE QUE A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA CUMPRIA COM O EDITAL. FOI DISPONIBILIZADO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA SEREM VISTADOS. NÃO HÁ MENÇÃO DE RECURSO. SENDO ASSIM ENCERRA - SE O CERTAME.

CARLA CLAUDINO - PREGOEIRA

JOSEZITE DOS SANTOS - MEMBROS

TATIANA DE ALENCAR CARLINI - MEMBROS

### ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 FME

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 FME

NO DIA 05 DE JANEIRO DE 2017 AS 14H00, FOI ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI. A EMPRESA SE ENQUADRA COMO ME/EPP. FOI DISPONIBILIZADO PARA QUE O REPRESENTANTE VISTASSE OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.

NA SEQUÊNCIA FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA. VERIFICOU -SE QUE A EMPRESA CUMPRIA COM O EDITAL. FOI DISPONIBILIZADO AO PRESENTE PARA SER VISTADA.

APÓS A SESSÃO LANCE, FOI ABERTO O ENVELOPE CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO E VERIFICOU - SE QUE A MESMA POSSUI A CND FEDERAL VENCIDA, PORÉM POR SE ENQUADRAR COMO ME/EPP, ELA POSSUI O PRAZO LEGAL PARA APRESENTAR A CND FEDERAL VÁLIDA. A HABILITAÇÃO FOI DISPONIBILIZADA PARA O PRESENTE VISTAR. NÃO HÁ MENÇÃO DE RECURSO. SENDO ASSIM ENCERRA - SE O CERTAME.

CARLA CLAUDINO - PREGOEIRA

JOSEZITE DOS SANTOS - MEMBROS

TATIANA DE ALENCAR CARLINI - MEMBROS

### DECRETO 02/2017 REAJUSTA VALORES DAS TARIFAS E SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

DECRETO Nº 02 de 13 de janeiro de 2017

REAJUSTA VALORES DAS TARIFAS E SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60, III da Lei Orgânica do município,

CONSIDERANDO o disposto na Deliberação nº 001/2017 da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento-ARIS, que aprovou o reajuste de 10,67% sobre os valores das tarifas e serviços de água,

CONSIDERANDO que o Município de Navegantes adquire a água tratada do município de Itajaí e que desde março de 2016 entrou em vigor o reajuste da tabela tarifária do SEMASA aumentando os custos da presente Secretaria.

CONSIDERANDO o artigo 37 da Lei Federal nº 11. 445/2007 e o art.108 da Resolução/ARIS nº 001/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica reajustada a tabela de tarifas de consumo de água e de serviços da Secretaria Municipal de Saneamento Básico, constante dos Anexos I e II do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de março de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## ANEXO I

Categoria	Tarifa	Limite Inferior	Limite Superior	Valor M <sup>2</sup> Antigo	Valor m <sup>2</sup> atual acrescido 10,67 %
Residencial	Social	-	10	R\$ 1,606	R\$ 1,777
Residencial	Social	11	25	R\$ 2,980	R\$ 3,297
Residencial	Social	26	9999999	R\$ 8,129	R\$ 8,996
Residencial	Normal	-	10	R\$ 3,209	R\$ 3,551
Residencial	Normal	11	25	R\$ 5,964	R\$ 6,600
Residencial	Normal	26	9999999	R\$ 8,146	R\$ 9,015
Residencial	Especial	-	10	R\$ 3,209	R\$ 3,551
Residencial	Especial	11	25	R\$ 5,964	R\$ 6,600
Residencial	Especial	26	9999999	R\$ 8,146	R\$ 9,015
Residencial	Promorar	-	10	R\$ 3,209	R\$ 3,551
Residencial	Promorar	11	25	R\$ 5,964	R\$ 6,600
Residencial	Promorar	26	9999999	R\$ 8,146	R\$ 9,015
Poder Público	Normal	-	10	R\$ 4,990	R\$ 5,522
Poder Público	Normal	11	9999999	R\$ 7,833	R\$ 8,668
Poder Público	Especial	-	10	R\$ 2,951	R\$ 3,265
Poder Público	Especial	11	9999999	R\$ 6,681	R\$ 7,393
Comercial	Normal	-	10	R\$ 4,990	R\$ 5,522
Comercial	Normal	11	9999999	R\$ 7,833	R\$ 8,668
Comercial	Especial	-	10	R\$ 4,990	R\$ 5,522
Comercial	Especial	11	9999999	R\$ 7,833	R\$ 8,668
Industrial	Normal	-	10	R\$ 4,990	R\$ 5,522
Industrial	Normal	11	9999999	R\$ 7,833	R\$ 8,668
Industrial	Industrial	-	10	R\$ 4,990	R\$ 5,522
Industrial	Industrial	11	9999999	R\$ 7,833	R\$ 8,668

TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO - ACRESCIDO O PERCENTUAL DE 10,67%

## ANEXO II

TABELA DE PREÇOS E SERVIÇOS (REAJUSTE 10,67%)

Descrição	Preço Antigo	Preço Reajustado
3101 - LA CONS. CAV. DANIF	R\$ 36,96	R\$ 40,903
3357 - LA INST. RES DN 1/2" E 3/4" LOC. S/ASF.	R\$ 106,06	R\$ 117,376
3922 - LA RELIG/CORTE CAV.	R\$ 33,79	R\$ 37,395
1023 - TAXA ENTREGA ENDEREÇO ALTERNATIVO	R\$ 1,827	R\$ 2,021
3705 - LA SUBST. HIDR. AFERICAO DN 1/2" E 3/4"	R\$ 38,45	R\$ 42,552
3926 - REATIVAÇÃO	R\$ 102,54	R\$ 113,481
3305 - LA INST. N. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC C/ASF	R\$ 150,66	R\$ 166,735
3307 - LA INST. N. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC S/ASF	R\$ 145,22	R\$ 160,714
3818 - LA VER IRREGULARIDADE	R\$ 5,427	R\$ 6,006
4723 - LE SUBST. TAMPA/REPOSICAO CI DANIF.	R\$	R\$
4511 - LE DECLARAÇÃO VIABILIDADE DE LIG. ESGOTO/ÁGUA	R\$ 19,022	R\$ 21,051
3509 - LA REDIMENSIONAMENTO DN RP P.U.	R\$ 140,88	R\$ 155,911
1053 - AC COBR INF. CONSUMO ESTIMADO*	R\$ 220,72	R\$ 244,270
1057 - AC COBR. INF. VIOLACAO LACRE LIG. CORTADA	R\$ 48,09	R\$ 53,221
1002 - AC ALT. CAD. DADOS HIDR	R\$ -	R\$
3923 - LA RELIG/CORTE CAV. (Acerto de Cadastro)	R\$ 28,647	R\$ 31,703
3925 - LA RELIG/CORTE RP (Acerto de Cadastro)	R\$ 83,11	R\$ 97,511
3337 - LA INST. DN 2" LOC. S/ASF. MAT. USU.	R\$ 369,86	R\$ 409,324
1201 - IRPJ - IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	R\$ -	R\$
1203 - CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	R\$ -	R\$
1205 - PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	R\$ -	R\$
1207 - COFINS - CONTRIB P/ FINANC DA SEGURIDADE	R\$ -	R\$
5652 - RA AMPL. 60MM JE CL 15 S/ ASF. P/M.L.C/V.E	R\$ -	R\$
3358 - LIGAÇÃO TEMPORARIA	R\$ 111,27	R\$ 123,142

3340 - LA INST. DN 3" LOC S/ ASFALTO MAT. USU	R\$ 1.473,11	R\$ 1630,290
3317 - LA INST. DNÂ 1" LOC S/ ASFALTO	R\$ 204,94	R\$ 226,807
3327 - LA INST.DN 1" LOC C/ ASFALTO	R\$ 209,29	R\$ 231,621
3339 - LA INST. DN 2" LOC. C/ ASF	R\$ 392,27	R\$ 434,125
3345 - LA INST. DN 3" LOC. C/ ASF	R\$ 1.529,15	R\$ 1692,310
3360 - LA INST. RESIDENCIAL BAIXA RENDA DNÂº 1/2	R\$ 52,01	R\$ 57,559
1250 - DISTRIBUIÇÃO DE AGUA P/ METRO CÚBICO	R\$ 11,20	R\$ 12,395
3120 - CONCERTO- VAZAMENTO NO CAVALETE	R\$ -	R\$
3905 - LA ANALISE DE AGUA	R\$ 342,64	R\$ 379,199
1058 - AC COBR.INF HIDROMETRO INVERTIDO CN	R\$ 100,85	R\$ 111,610
3751 - LA SUBST. HIDR. DANIF. DN 1/2" E 3/4" CAP 3M3/H	R\$ 211,38	R\$ 233,934
1055 - AC COBR. INF. SANCAO REGULAMENTAR	R\$ 86,44	R\$ 95,663
3709 - LA SUBST. HIDR. INVERTIDO GC*	R\$ 164,90	R\$ 182,494
3707 - LA SUBST. HIDR. INVERTIDO CN	R\$ 164,90	R\$ 182,494
3285 - LA DESLOC. RP DN 2" LOC. C/ASF. MAT. USU	R\$ 164,90	R\$ 182,494
3287 - LA DESLOC. RP DN 2" LOC. S/ASF. MAT. USU.	R\$ 164,90	R\$ 182,494
3233 - LA DESLOC. CAV. DN 2" MAT. USU	R\$ 81,64	R\$ 90,350
3966 - LA RELIG. RP. CORTE LIGACAO BY-PASS OU CLANDESTINA	R\$ 277,01	R\$ 306,566
3981 - LA VENDA TUBO P/METRO	R\$ 11,01	R\$ 12,184
3954 - LA RELIG. CAV. CORTE VIOLADO	R\$ 83,24	R\$ 92,121
3958 - LA RELIG. CAV. CORTE SANCAO REGULAMENTAR	R\$ 147,77	R\$ 163,537
1021 - AC EMISSAO 2 VIA EXTRAVIO	R\$ 1,58	R\$ 1,748
1024 - AC TAXA ENTREGA AVISO DÉBITO	R\$ 3.66	R\$ 4,050
3355 - LA INST. RES. DN 1/2" E 3/4" LOC. C/ASF	R\$ 159,79	R\$ 176,839
3251 - LA DESLOC. RP DN 1/2" E 3/4" LOC. C/ASF.	R\$ 148,89	R\$ 164,776
3253 - LA DESLOC. RP DN 1/2" E 3/4" LOC. S/ASF	R\$ 144,08	R\$ 159,453
3306 - LA INST. CAV.	R\$ 101,65	R\$ 112,496
3201 - LA DESLOC. CAV. DN 1/2" E 3/4"	R\$ 54,42	R\$ 60,226
3924 - LA RELIG/CORTE RP	R\$ 83,24	R\$ 92,121
3110 - LA CONS. CAV. DANIF	R\$ 36,96	R\$ 40,903

## ERRATA PORTARIAS 419/2017 E 415/2017

### ERRATA

- - Na publicação da Portaria nº 419 de 04 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 06/01/2017.

Onde se lê:

pelo período de 12 (doze) meses 90 (noventa) dias a partir de 05 de setembro de 2016, conforme ofício 114/2016 da junta médica

Leia-se:

pelo período de 90 (noventa) dias a partir de 05 de setembro de 2016, conforme ofício 114/2016 da junta médica

- - Na publicação da Portaria nº 415 de 04 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 06/01/2017.

Onde se lê:

no período de 27/03/2016 a 14/12/2016 27/03/2014 a 14/12/2016.

Leia-se:

no período de 27/03/2014 a 14/12/2016.

Tal medida é necessária devido a desconsideração de caractere tachado nas publicações do DOM, conforme art. 10, III da portaria 01/2014 do Diário Oficial dos Municípios.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 270/2016.**

EXTRATO CONTRATO 270/2016 - RETIFICADO

Inexigibilidade PMN Nº 139/2016

Processo: IL139/2016.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A BANDA INCANDESCENTE, A SER REALIZADO NO DIA 01 DE JANEIRO DE 2017 NA PRAÇA CENTRAL DE NAVEGANTES, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2017, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: DIRCEU ANACLETO

CNPJ: 22.706.585/0001-00

Valor: R\$ 4.000,00

Recursos: 2.062 3.3.90.00.00

Vigência: 28/12/2016-27/01/2017

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

**PORTARIA 451/2017 DESIGNA FISCAL**

PORTARIA N º 451 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1 º DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a ata de registro de preços Nº 138/2016 PMN, REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10 COMUM) PARA ABASTECIMENTO E SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, DURANTE O ANO DE 2017. Conforme Pregão Presencial nº 138/2016 PMN, a fiscal designada: ANA EISING .

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 452/2017 COMISSÃO PARA COORDENAR A AVALIAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA CONFORME LEI 2230/2009**

PORTARIA N º 452 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

INSTITUI COMISSÃO PARA COORDENAR A AVALIAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, CONFORME LEI 2230/2009, LEI COMPLEMENTAR 72/2010, QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão que coordenará a avaliação da alteração

de carga horária para os ocupantes de cargo efetivo de professor do quadro de magistério público de Navegantes.

II A Comissão ora instituída terá a seguinte composição:

- a) ADRIANA RODRIGUES LUZ MACARINI;
- b) ANA CLAUDIA SOUZA;
- c) FRANCISCA ENIR P. DA SILVA;
- d) MARI ANGELA ROCHA FERREIRA;
- e) MARIA LUISA RANGHETTI.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 453/2017 COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DA PROGRESSÃO VERTICAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME LEI 72/2010**

PORTARIA N º 453 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DA PROGRESSÃO VERTICAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME LEI 72/2010, QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão para avaliação da progressão vertical da Secretaria de Educação.

II A Comissão ora instituída terá a seguinte composição:

- a) ADRIANA RODRIGUES LUZ MACARINI;
- b) ANA CLAUDIA SOUZA;
- c) FRANCISCA ENIR P. DA SILVA;
- d) MARI ANGELA ROCHA FERREIRA;
- e) MARIA LUISA RANGHETTI.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 454,455,456,457,458,459,460,461,462,463,464,465,466,467/2017 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

PORTARIA N º 454 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de



acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora CRISTINA MARIA ROSA, ocupante do cargo de PROFESSORA ACT 335712 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 09/12/2016 a 01/01/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 455 DE 16 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora MARIA JOSE COUTO, ocupante do cargo de ORIENTADORA EDUCACIONAL EFETIVA 153014 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 17/12/2016 a 21/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 456 DE 16 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora JEANINE FERREIRA BOING DA SILVA, ocupante do cargo de AGENTE DA EDUCAÇÃO EFETIVA 6257504 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 01/11/2016 a 23/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 457 DE 16 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora MARILECIA VIEIRA, ocupante do cargo de PROFESSORA EFETIVA 309804 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 31/10/2016 a 23/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 458 DE 16 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora DAISY APARECIDA LEITE REISER, ocupante do cargo de MONITORA EFETIVA 63307301 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 11/10/2016 a 22/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 459 DE 16 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE



O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora ANA MATILDE DA SILVA, ocupante do cargo de PROFESSORA EFETIVA 222811 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 21/10/2015 a 22/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 460 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora ANA MATILDE DA SILVA, ocupante do cargo de PROFESSORA EFETIVA 222812 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 21/10/2015 a 22/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 461 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora LUVANES DE SOUZA, ocupante do cargo de MONITORA EFETIVA 386608 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 14/09/2016 a 21/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 462 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora KARLA ROSANA DA SILVA, ocupante do cargo de PROFESSORA EFETIVA 165411 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 03/11/2016 a 21/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 463 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora KARLA ROSANA DA SILVA, ocupante do cargo de PROFESSORA EFETIVA 165415 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 03/11/2016 a 21/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 464 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora ANA CLAUDIA DE FREITAS, ocupante do cargo de MONITORA EFETIVA 6276701 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 04/07/2016 a 20/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 465 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor ANDERSON DO ROSARIO, ocupante do cargo de PROFESSOR EFETIVO 408003 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 24/11/2016 a 19/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 466 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora MARIA REGINA DE MELLO, ocupante do cargo de PROFESSORA EFETIVA 268305 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 03/02/2016 a 19/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 467 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora MARIA BERNADETE DA SILVA SANTOS, ocupante do cargo de PROFESSORA EFETIVA 1429401 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 12/07/2016 a 19/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 005/2017

DECRETO Nº 005, de 17 de janeiro de 2017

Declara situação anormal caracterizada como "Situação de Emergência" no Município de Nova Trento/SC, devido a queda de uma ponte.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 94, inciso VIII e XXVIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, pelo Art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução No 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil;

Considerando a forte enxurrada que ocorreu neste município, no dia 05 de janeiro do corrente ano, inundando vias públicas, residências, comércios e indústrias, além da queda de barreiras obstruindo vias públicas, e, inclusive, danificando totalmente a ponte, denominada "José Tridapalli", na Rua Felipe Schmidt, zona urbana, Bairro de Ribeirão da Velha (Velha de dentro), apresentando rachaduras no leito e problemas nas cabeceiras;

Considerando os riscos que a ponte oferecia aos usuários, a mesma foi interditada;

Considerando a queda a ponte, no dia 17 de janeiro do corrente ano;

Considerando que a queda da ponte interrompeu o regular trânsito de pedestres, do transporte escolar, do transporte veicular particular, do transporte de cargas, como também dificultou a prestação de serviços públicos com a utilização de veículos, máquinas e equipamentos, uma vez que agora, é necessário transitar por outra via pública, perfazendo um trajeto a mais de 5 quilômetros;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal por intempérie natural, a qual é caracterizada como Situação de Emergência no Município de Nova Trento, conforme Avaliação de Danos, anexo ao presente Decreto;

Fls. 02 – Decreto nº 005/2017

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida especialmente para o Bairro Ribeirão da Velha (Velha de dentro), município de Nova Trento, comprovadamente afetada pela queda da ponte principal e da queda parcial da margem do lado direito do Ribeirão da Velha, colocando as edificações de alguns moradores, em risco de desabamento.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC e autoriza-se o desencadear do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta as situações emergências.

Parágrafo Único - Essas atividades serão coordenadas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC e Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

Art. 4º De acordo com o estabelecimento nos incisos XI e XXV

do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta a situação de emergência, em casos de risco iminente:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação especialmente junto ao Acampamento 10 de Maio;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único - O prazo de vigência deste decreto pode ser prorrogado até completar um período máximo de 180 dias ou considerado nulo quando comprovado o fim do período de situação de anormalidade.

Fls. 03 – Decreto nº 005/2017

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Trento,  
em 17 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Prefeitura e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

### NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

Notificação de Lançamentos

Contribuinte: Central Imóveis e Corretora de Seguros Ltda - CNPJ: 13.140.324/0001-77

Notificamos V.Sa. nos termos do artigo 31 da Lei Complementar nº 1.739/2000, para efetuar o recolhimento da Taxa de Publicidade e Propaganda no valor de R\$ 122,49 (cento e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos), sob pena do mesmo ser inscrito em Dívida Ativa, para posterior cobrança judicial.

A Notificação foi enviada via Correios (AR), mas o contribuinte não foi localizado.

Nova Trento, 18 de janeiro de 2017.

Rhavy Marcel Moser

Fiscal de Postura e Urbanismo

Matr. 7096

Notificação

Contribuinte: Weiss Comunicação Visual Ltda ME - CNPJ 82.123.423/0001-63

Notificamos V.Sa. nos termos do art. 104, parágrafo 3º, da Lei nº 1.739/2000 (Código de Posturas) c/c art. 198, parágrafo único, da Lei nº 1.738/2000 (Código de Obras), para no prazo de 05 dias regularizar a sua situação referente a falta de Licença para Publicidade do ano 2016 (art. 31 da Lei nº 1.739/2000). Nos termos da

referida Lei, o não atendimento a essa notificação poderá acarretar a aplicação de multa.

A Notificação foi enviada via Correios (AR), mas o contribuinte não foi localizado.

Nova Trento, 18 de janeiro de 2017.

Rhavy Marcel Moser

Fiscal de Postura e Urbanismo

Matr. 7096

### **PORTARIA Nº 017/2017**

PORTARIA Nº 017/2017

Dispõe Sobre a Composição e o Funcionamento da Comissão Permanente de Licitações.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito do município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no Parágrafo 4º do artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Federal nº 8.883/94 e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Fica assim composta a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura de Nova Trento,

Presidente: Aprígio José Botameli

Membros Efetivos: Maria Cipriani  
Rafael Visentainer Adami

Membros Suplentes: Jeferson dos Santos  
Lorena Polli

Art. 2º - Incumbe à Comissão promover, desde a abertura até o julgamento, as licitações para compra, serviços e alienações da Prefeitura, observada a legislação e demais normas aplicáveis às licitações.

Art. 3º - É facultado à Comissão sempre que entender necessário ao melhor julgamento, recorrer à manifestação instrutiva de quaisquer dos setores da Prefeitura.

Art. 4º - É de competência do Presidente:

- a) dirigir os trabalhos e despachar o expediente da Comissão;
- b) Exercer além do voto ordinário, o de qualidade, em caso de empate;
- c) Convocar membros suplentes para substituírem os efetivos, quando ausentes ou impedidos, com atuação plena, bem como secretariar as reuniões da comissão, neste caso, sem direito de voto.

Art. 5º - Incumbe o servidor público municipal Rafael Visentainer Adami, concursado no cargo de Técnico Administrativo, matrícula 7050, substituir com plenitude de funções, o Presidente nas suas faltas e impedimento.

Art. 6º - Incumbe ao Secretário a lavratura das atas das reuniões da Comissão e a execução das tarefas que lhe forem cometidas pelo Presidente nos limites de sua competência.

Art. 7º - As decisões da comissão serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros efetivos, considerando-se como tais, para esse efeito, os suplentes convocados na forma desta Portaria.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, em 16 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Registrada nesta Prefeitura e publicada a presente Portaria no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 018/2017**

PORTARIA Nº 018/2017

Nomeia Aprígio José Botameli, como Pregoeiro e Leiloeiro.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE;

Art. 1º - Nomear o servidor público municipal Aprígio José Botameli, concursado, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nomeado para o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Compras, Nível CC-25, como Pregoeiro e Leiloeiro, dos Certames Licitatórios a serem realizados nesta Prefeitura até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Nomear inclusive, os membros da comissão de licitação, como equipe de apoio, quando da abertura de processos licitatórios, na modalidade Pregão e Leilão.

Prefeitura de Nova Trento, em 16 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Registrada e publicada a presente Portaria, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 004/2017**

PORTARIA Nº 004/ 2017

Concede Licença Gestante

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 107, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto de Servidores do Magistério Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Gestante à Servidora Pública Municipal JULIANA MARCHIORI VINOTTI, matrícula nº 62, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência I, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Creche Ciranda Cirandinha – Espreado e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 10 de janeiro de 2017 a 09 de maio de 2017, conforme atestado médico datado de 10/01/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de janeiro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **RESULTADO PROPOSTA - CONCORRÊNCIA PUBLICA N° 001/2016**

Resultado do Julgamento da PROPOSTA – Processo Licitatório nº 109/2016 – Concorrência nº 001/2016 – SRP N° 042/2016 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de medicamentos para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade - Postos de Saúde, Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição e SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, na fase de julgamento das propostas decidiu a comissão: FOI DESCLASSIFICADA A PROPOSTA DA EMPRESA OLIMED POR APRESENTAR PROPOSTA COM CNPJ DA EMPRESA OLIMEDIC, OU SEJA, DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA OLIMED E PROPOSTA DA EMPRESA OLIMEDIC. HAVENDO SORTEIO DOS ITENS EMPATADOS, RESTOU VENCEDORA A EMPRESA PRODUVALE NOS ITENS 48, 90, 329, E 341. NO ITEM 406 RESTOU VENCEDORA A EMPRESA DIMACI/SC. HOUVE A DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA ISAMED NO ITEM 419 POR NÃO ATENDER AO ESPECIFICADO NO EDITAL. DESCLASSIFICOU-SE AS EMPRESAS ALTERMED, PRODUVALE, ISAMED E METROMED NO ITEM 132 POR NÃO ATENDEREM O ESPECIFICADO NO EDITAL; DESCLASSIFICAR AS EMPRESAS ISAMED, ALTERMED, PRODUVALE E METROMED NO ITEM 265 POR NÃO ATENDEREM O ESPECIFICADO NO EDITAL. CONCEDIDA A PALAVRA AOS REPRESENTANTES PRESENTES, NÃO HOUE MANIFESTAÇÃO QUANTO A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

Nova Trento (SC), 16 de janeiro de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

# Orleans

## PREFEITURA

**PROCESSO 03/2017 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 3/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 2/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE SAÚDE PADRE SANTOS SPRICIGO NO BAIRRO COLONINHA.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada

Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48)

3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 17 de Janeiro de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretaria de Saúde

**PROCESSO 4/2017 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 4/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 3/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO SAMU.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada

Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48)

3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 17 de Janeiro de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretaria de Saúde



# Ouro

## CÂMARA MUNICIPAL

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017.

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo de contratação de empresa de radiodifusão em AM ou FM, habilitadas junto à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para divulgação dos atos oficiais da Câmara Municipal de Ouro/SC, ementas de projetos, indicações, requerimentos, moções, transmissão das sessões legislativas e informativos aos cidadãos, e que o serviço de radiodifusão tenha abrangência em todo perímetro territorial do Município de Ouro/SC. A empresa deverá informar o preço unitário por sessão ordinária transmitida e total correspondente à quantidade estimada de 46 (quarenta e seis) sessões durante o período correspondente no edital.

OBJETO PRIMEIRO - PERÍODO NOTURNO: Programa semanal, com a transmissão ao vivo das sessões ordinárias da Câmara de Vereadores do Município de Ouro/SC, às segundas feiras, a partir das 20 horas, no primeiro período de 03/02/2017 até dia 17/07/2017 e segundo período de 03/08/2017 até 15/12/2017.

OBJETO SEGUNDO - PERÍODO MATUTINO: Programa semanal com 30 (trinta) minutos de duração, no dia seguinte ao da transmissão ao vivo das sessões, entre às 07h30min às 09horas, transmitindo um resumo da Sessão Ordinária ocorrida na segunda feira antecedente ao dia da transmissão, com a divulgação de atos institucionais e serviços da câmara, das Proposições dos vereadores, os atos administrativos (votações de projetos), emendas de projetos, indicações, requerimentos, moções, palavra livre, excluindo as entrevistas dos vereadores da Câmara Municipal de Ouro fora do horário da Sessão Ordinária, no primeiro período de 03/02/2017 até dia 17/07/2017 e segundo período de 03/08/2017 até 15/12/2017.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 13h45min, para abertura às 14h do dia 30/01/2017.

#### MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, Rua Formosa, nº 73, Centro, Ouro/SC.

HORÁRIO: das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17 horas.

TELEFONE Nº (049) 3555.2114

Câmara Municipal de Ouro, 16 de janeiro de 2017.

Fernando Bedin  
Pregoeiro

Claudir Duarte  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017.

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a prestação de serviços especializados de apoio e instrução técnica nas áreas das Ciências Contábeis, da Administração Pública e do Direito Público Constitucional, Administrativo e Financeiro, por meio da encomenda de pareceres escritos, informações técnicas, recebimento de boletins periódicos e assinatura de revista digital mensal através de acesso a site da Rede Mundial de Computadores (Internet), incluindo, para livre e irrestrito acesso do assinante, atualizações, legislação, artigos, notícias recentes, jurisprudência, todos relacionadas à Gestão Pública Municipal. A contratante terá direito a ilimitados acessos ao conteúdo do website e direito de solicitar pareceres e informações técnicas nas áreas das Ciências Contábeis, da Administração Pública e do Direito Público Constitucional, Administrativo e Financeiro, durante a vigência do contrato.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 15h, para abertura às 15h15min do dia 30/01/2017.

#### MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, Rua Formosa, nº 73, Centro, Ouro/SC.

HORÁRIO: das 08h às 11h30min e das 13h:30min às 17h horas.

TELEFONE Nº (049) 3555.2114

Câmara Municipal de Ouro, 16 de janeiro de 2017.

Fernando Bedin  
Pregoeiro

Claudir Duarte  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro



**TERMO DE POSSE PREFEITO E VICE 2017-2020**

TERMO DE POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO.

(Administração 2017/2020)

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, as oito e trinta horas, nas dependências do plenário da Câmara de Vereadores de Ouro, compareceram na sessão de posse os senhores Neri Luiz Miqueloto e José Camilo Pastore, candidatos a prefeito e vice-prefeito respectivamente, eleitos no pleito de (2016) dois mil e dezesseis para tomarem posse dos cargos de prefeito e vice-prefeitos que lhes forem conferidos, também os nomes já haviam entregado na secretaria da Câmara, prestaram o compromisso de posse, conforme o art. 11 inciso VI alínea "A", do regimento interno e foram declarados empossados pelo presidente Ivanir Nardi. Nada mais a tratar lavrou-se o termo de posse que foi assinado pelo prefeito e vice - prefeito e também pelos vereadores. Ouro - Santa Catarina em primeiro de janeiro de dois mil e dezessete.

Prefeito: Neri Luiz Miqueloto

Vice-Prefeito: José Camilo Pastore

Vereadores:

Aldecir Meneghini

Amarildo José Ganzala

Cesar João Prando

Claudir Duarte

Elone M. Ribeiro Masson

Evandro Marcelo Neis

Ivanir Nardi

Ivonei Antônio Dambrós

Patrícia Casagrande

Claudir Duarte

Presidente da Câmara de Vereadores de Ouro

# Paial

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2017

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Paial  
Departamento de Compras  
Aviso de Licitação  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº01/2017

Processo Licitatório 01/2017

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2017

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE ,nas quantidades conforme descritas no Edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: . Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 06/02/2017 às 08h30min

Local de Abertura: Sede da Prefeitura Municipal. Informações complementares: Poderão ser obtidas em horário comercial na Prefeitura Municipal de Paial pelo telefone 49 34510045, ou e-mail [licitacao@paial.sc.gov.br](mailto:licitacao@paial.sc.gov.br) ou web site: [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br)

Paial 09 de Janeiro de 2017.

Nevio Antonio Mortari

Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 4448/2016

PORTARIA Nº. 4448/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SIMONE PINTO DE SOUZA, Matrícula nº. 211035-3 titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### DECRETO Nº 2.098, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.098, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

COMITÊ GESTOR DE GOVERNO. Regulamenta.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe a Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º O Comitê Gestor de Governo, criado pela Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, será composto pelo Secretário Municipal de Administração, que o presidirá, pelo Secretário Municipal de Fazenda, pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e pelo Secretário Executivo de Gabinete e Desburocratização.

§ 1º O Comitê Gestor de Governo reunir-se-á 02 (duas) vezes por semana, em datas e locais a serem definidas pelo Presidente, para discutir, deliberar, e propor ao Prefeito Municipal sobre os temas que lhe sejam afetos por competência, com apoio de servidor a ser convocado pelo Presidente do Comitê Gestor.

§ 2º As deliberações do Comitê Gestor de Governo terão força normativa, imperativa e vinculante no âmbito de toda a Administração Municipal, Direta e Indireta.

§ 3º Na hipótese de empate em deliberação tomada pelo Comitê Gestor, caberá ao Prefeito Municipal decidir a questão.

Art. 2º Cabe ao Comitê Gestor de Governo, no âmbito de toda a Administração Municipal, Direta e Indireta, previamente analisar, deliberar e autorizar:

I – toda e qualquer contratação direta que se pretenda realizar através de dispensa ou inexigibilidade de processo licitatório;

II – aquisições, contratações, alterações e prorrogações de contratos e instrumentos congêneres de materiais, serviços e obras, cuja despesa seja igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III – convocação dos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

IV – contratação de serviços "terceirizados" e afins;

V – a concessão de horas extraordinárias de trabalho a servidores públicos municipais e contratados;

VI – a concessão de todo e qualquer benefício remuneratório aos servidores públicos municipais;

VII – demais atos administrativos a serem definidos em Resolução.

Art. 3º O Comitê Gestor de Governo somente receberá requerimentos, solicitações e consultas encaminhados e firmados pelos Secretários Municipais, Presidentes de Autarquias e Fundações e Procurador Geral do Município.

Parágrafo único. As solicitações a serem encaminhadas ao Comitê Gestor de Governo deverão ser acompanhadas de exposição de motivos, parecer jurídico, e se for o caso, pareceres técnicos, justificativa de preços com pesquisa de mercado ou tabela de referência e justificativa de contratação do fornecedor.

Art. 4º Serão atendidas com prioridade, por todas as secretarias municipais e demais órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, as requisições de informações e documentos realizados pelo Comitê Gestor de Governo, que fixará prazo peremptório para cumprimento das demandas.

Art. 5º O Comitê Gestor de Governo poderá requisitar servidores para auxiliar no assessoramento e execução de suas atividades e deliberações.

Art. 6º O Comitê Gestor de Governo desempenhará também outras atribuições e tarefas designadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º Dúvidas a respeito da interpretação deste Decreto serão dirimidas em Resolução pelo próprio Comitê Gestor de Governo.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 9º Fica revogado o Decreto 2.088, de 10 de janeiro de 2017 e demais disposições contrárias.

Palhoça, 12 de janeiro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 4371/2016**

PORTARIA Nº. 4371/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR MIRIAN ADRIANA BRANCO, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4372/2016**

PORTARIA Nº. 4372/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR PRISCILLA RODRIGUES SIMÕES, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007 e Processo Seletivo Edital nº. 025/2016, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Turismo – Inglês III e IV, Extensão – Núcleo Línguas Inglês I e Inglês II e Extensão – Maturidade Inglês I e Inglês II, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 11/10/2016 à 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4373/2016**

PORTARIA Nº. 4373/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR RAFAELA MARIA FREITAS, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a

contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4374/2016**

PORTARIA Nº. 4374/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR RANGEL DE OLIVEIRA MEDEIROS, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4375/2016**

PORTARIA Nº. 4375/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR RENATA CAVALLAZZI ZIMMER, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4376/2016**

PORTARIA Nº. 4376/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR SINOMAR DE ARAUJO LOPES, titular do cargo de Professor Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 08 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4377/2016**

PORTARIA Nº. 4377/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR, nos termos da Lei nº. 096/2010, 097/2010 e Decreto nº 1.442/2012, para atuarem as servidoras do quadro de pessoal efetivo, ANDREZA PATRICIA ZLUHAN, ROSANA JUTTEL, para substituir os membros RUTNEIA GONÇALVES DEFREY e ROSI MARIA VARELLA, na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar no seguintes processos 21082/2016 e 18358/2016

Esta Portaria entra em vigor a contar de 22/11/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4378/2016**

PORTARIA Nº. 4378/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1697 de 05 de abril de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora SIMONE TERESINHA CHINI ESPINDOLA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 10/12/2016, de acordo com o Processo nº.

9263/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4379/2016**

PORTARIA Nº. 4379/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0715 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora THAIS CAROLINE DA SILVA, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2016, de acordo com o Processo nº. 18660/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4380/2016**

PORTARIA Nº. 4380/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0720 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora FRANCINE CRISTINA DE SOUZA, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2016, de acordo com o Processo nº. 19523/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4381/2016**

PORTARIA Nº. 4381/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2854 de 08 de julho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ELAINE CRISTINA DE SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/11/2016, de acordo com o Processo nº. 12401/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4382/2016**

PORTARIA Nº. 4382/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1018 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ANNE CAROLINY DE CAMPOS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 17511/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4383/2016**

PORTARIA Nº. 4383/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1038 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora SABRINA JACINTHO LAURINDO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 21397/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4384/2016**

PORTARIA Nº. 4384/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0801 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora JHULIANE JACIARA DE SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 20703/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 4385/2016**

PORTARIA Nº. 4385/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0506 de 22 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora SILVANIA DOS SANTOS, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 20424/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4386/2016**

PORTARIA Nº. 4386/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0952 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora CRISTINA BOHRER COELHO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 20483/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4387/2016**

PORTARIA Nº. 4387/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0945 de 02 de março de 2016, que Admitiu

por Tempo Determinado da servidora VIVIANE HENSING DE SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 20354/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4388/2016**

PORTARIA Nº. 4388/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1031 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ROBERTA REGINA ANTUNES DOS SANTOS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 20289/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4389/2016**

PORTARIA Nº. 4389/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2857 de 08 de julho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora CARMELITA TRISTÃO DA SILVA DE SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 20140/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração



SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### PORTARIA Nº. 4390/2016

PORTARIA Nº. 4390/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria que Contratou por Tempo Determinado os servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura.

NOME	PRORROGAR ATÉ
Altino José Martins Filhos	31/08/2017
Ana Bárbara Silveira Mendonça	31/08/2017
Ana Claudia Taú	30/09/2018
Ana Paula Pietro Nobre Montoro	30/09/2018
Angelita Pereira	30/09/2017
Bernardo Villanueva de Castro Ramos	30/12/2017
Clamir Eliane Liberato	30/06/2017
Clodomir Coradini	30/06/2017
Cris Regina Gambeta Juncker	31/08/2017
Daniela Viviani	30/09/2018
Edivane Lucia Verardi Dutra Martins	30/12/2017
Eduardo Pedro de Sousa	30/09/2018
Fabiana Elisa Boff Silveira	30/12/2017
Gisele Gonçalves	30/12/2017
Grégori Michel Czizeweski	30/09/2018
Janaina Sena	30/09/2018
Jean Gilberto Ribeiro	31/08/2017
João Raphael Coutinho Bertocelli	31/08/2017
Júlia Adriana Geraldi	30/06/2017
Jussara Carmisini de Lima Ferreira	31/07/2017
Kelly Cristhiany Vieira Vicente	31/08/2017
Lisiani Fabris Chiumento	30/09/2018
Marcelo Eyng	30/04/2018
Mario Aleixo Correa da Motta	30/12/2017
Najla Elisangela dos Santos	30/12/2017
Odimar Lorensen	31/07/2017
Rene Ahlfeldt	31/07/2017
Rosenei de Lourdes Peixer	30/04/2018
Rosilene Dolores Paranhos Rodrigues	30/04/2018
Susana Medeiros Vieira	30/09/2018
Vinicius Piérri	30/06/2017

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### PORTARIA Nº. 4391/2016

PORTARIA Nº. 4391/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria que Contratou por Tempo Determinado os servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura.

NOME	PRORROGAR ATÉ
Denis Liberto Delfino	31/01/2017
Leandro Pickler	31/01/2017

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### PORTARIA Nº. 4392/2016

PORTARIA Nº. 4392/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, IVONETE MARCELINO MARCON, Matrícula nº. 3761107-1 titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4393/2016**

PORTARIA Nº. 4393/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1001 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora IONARA OLIVIA ALVES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 21359/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4394/2016**

PORTARIA Nº. 4394/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1615 de 05 de abril de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora DALILA CELINA DA SILVEIRA HOOG, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 21499/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4395/2016**

PORTARIA Nº. 4395/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0528 de 22 de fevereiro de 2016, que

Admitiu por Tempo Determinado da servidora TAMYRIS DA SILVA, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 21744/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4396/2016**

PORTARIA Nº. 4396/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0811 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora VANESSA FRANCISCO MIGUEL, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 21941/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4397/2016**

PORTARIA Nº. 4397/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0920 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora KELLY DOS REIS MACIEL DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/11/2016, de acordo com o Processo nº. 20876/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4398/2016**

PORTARIA Nº. 4398/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR CAROLINE ROSILENE DAUCEN, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4399/2016**

PORTARIA Nº. 4399/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR EDILEINE PRISCILLA DOS SANTOS, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4400/2016**

PORTARIA Nº. 4400/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR FERNANDA TEREZINHA DE SOUZA GUTIERREZ, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4401/2016**

PORTARIA Nº. 4401/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR GISELI NOGUEIRA, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4402/2016**

PORTARIA Nº. 4402/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR JULIANA WEINGARTNER VELHO, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4403/2016**

PORTARIA Nº. 4403/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ARI DA CRUZ, matrícula nº. 500269-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Planejamento, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2009 a 01/03/2014, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 28/11/2016 à 28/02/2017.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4404/2016**

PORTARIA Nº. 4404/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Poliana Mendes Moura	35	40	16/11/2016 a 14/12/2016

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4405/2016**

PORTARIA Nº. 4405/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 0900 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ELAINE CRISTINA MENDES LIBERATO GOULART, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2016, de acordo com o Processo nº. 21988/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4406/2016**

PORTARIA Nº. 4406/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2869 de 08 de julho de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora RAFAELY AMARANTE DA SILVA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/12/2016, de acordo com o Processo nº. 22065/2016, face a mesma ser gestante.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4407/2016**

PORTARIA Nº. 4407/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, PRISCILLA DAIANE DE OLIVEIRA BORGES, Matrícula nº. 3761195-1 titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4408/2016**

PORTARIA Nº. 4408/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para JOBI VIEIRA, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2015.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4409/2016**

PORTARIA Nº. 4409/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para AURORA IRINESIA LAMIN, matrícula nº. 800015-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 07/07/1999 a 07/07/2004, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 09/01/2017 à 09/02/2017.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4410/2016**

PORTARIA Nº. 4410/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
801871-1	Andreia Silveira	R\$ 578,40
122755-1	Elane Nazare Batista Alves	R\$ 775,12
122006-1	Lucilene Velho Cristiano	R\$ 738,21
210809-5	Samanta Manuela Meirel	R\$ 366,00

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4411/2016**

PORTARIA Nº. 4411/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para SAMANTA MANUELA MEIREL, matrícula nº. 210809-5, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Santa Marta da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4412/2016**

PORTARIA Nº. 4412/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ELANE NAZARE BATISTA ALVES, matrícula nº. 122755-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Dona Maricota da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



**PORTARIA Nº. 4413/2016**

PORTARIA Nº. 4413/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ANDREIA SILVERIO, matrícula nº. 801871-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Anjinho da Guarda da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4414/2016**

PORTARIA Nº. 4414/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para LUCILENE VELHO CRISTIANO, matrícula nº. 122006-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI São Tomé da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4415/2016**

PORTARIA Nº. 4415/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANA PAULA SCHEIB STEIN, Matrícula nº. 3760736-1 titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4416/2016**

PORTARIA Nº. 4416/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº. 1937 de 15 de abril de 2015, Prorrogou o Contrato por Tempo Determinado da servidora FELIPE DO AMARAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo que devera ser até 31/12/2016, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4417/2016**

PORTARIA Nº. 4417/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NELSON MARTINS FILHO, matrícula nº. 100089-2, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/09/2007 a 02/09/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 09/01/2017 à 09/02/2017.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4418/2016**

PORTARIA Nº. 4418/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATYANA MARCONDES QUINT, matrícula nº. 130002-1, titular do cargo de Auditor Fiscal do Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da FCAM - Fundação Cambirela do Meio Ambiente da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/01/2010 a 23/01/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 09/01/2017 à 09/02/2017.

Palhoça, SC, em 18 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4419/2016**

PORTARIA Nº. 4419/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CESSAR LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES da servidora ANGELIA DE SOUZA, matrícula nº. 800451-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, com efeitos a contar de 01/02/2017.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4420/2016**

PORTARIA Nº. 4420/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2104 de 03 de maio de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora TATIANA SILVEIRA MINA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 14/04/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4421/2016**

PORTARIA Nº. 4421/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANAINA DAMIANI RICARDO ROGERIO, matrícula nº. 127639-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2007 a 08/02/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/11/2016 à 25/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4422/2016**

PORTARIA Nº. 4422/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR JOSIANE COSTA DA LUZ, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4423/2016**

PORTARIA Nº. 4423/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2016.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
3761314-1	Bruna Durigon Fiori	90%
3761312-1	Douglas Henrique Rodrigues de Paiva	90%
3761313-1	Natane Cellarius	90%
3761315-1	Oscar Felipe Gorayeb Arriaza	90%

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4424/2016**

PORTARIA Nº. 4424/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MARAYSA GOULART MELO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Passa Vinte da Secretaria de Saúde da

Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2014, com efeitos a contar de 02/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4425/2016**

PORTARIA Nº. 4425/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CLAUDIA ZIMMER, Matricula nº. 3760827-1 titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4426/2016**

PORTARIA Nº. 4426/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2016.

#### **ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
801843-2	Kelly Cristina Silva Lohn	R\$ 578,40
122121-1	Maria Celina Jorge	R\$ 703,05
125451-2	Taysi Vieira de Souza	R\$ 669,60

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4427/2016**

PORTARIA Nº. 4427/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR MARCOS V. MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível I, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/10/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4428/2016**

PORTARIA Nº. 4428/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ELIZABETE PETRONILHA DA SILVA, Matrícula nº. 100619-4 titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4429/2016**

PORTARIA Nº. 4429/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para TAYSI VIEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 125451-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4430/2016**

PORTARIA Nº. 4430/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A contar de
Fabíola Marega de Valgas	40	20	14/12/2016
Márcia Helena Duarte	40	20	14/12/2016
Maria Benta da Silva	40	20	14/12/2016

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4431/2016**

PORTARIA Nº. 4431/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para MARIA CELINA JORGE, matrícula nº. 122121-1, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Realizar da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4432/2016**

PORTARIA Nº. 4432/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para KELLY CRISTINA SILVA LOHN, matrícula nº. 801842-2, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Ulisses Guimarães da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar



de 02/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4433/2016**

PORTARIA Nº. 4433/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SIMONE ITSO, Matricula nº. 210476-5 titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4434/2016**

PORTARIA Nº. 4434/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR MAYCON MARTINS DA SILVA, titular do cargo de Calceteiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4435/2016**

PORTARIA Nº. 4435/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ADRIANA MARIA FRANCISCO DA SILVA, Matricula nº. 210924-6 titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura,

com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### **PORTARIA Nº. 4436/2016**

PORTARIA Nº. 4436/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2016.

#### **ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
190023-2	Maria de Lourdes Fontoura	R\$ 560,06
802205-9	Rosiane Altiva da Silveira	R\$ 511,86
801814-4	Terezinha Horstmann Mengarda	R\$ 578,40

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

### **PORTARIA Nº. 4437/2016**

PORTARIA Nº. 4437/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR as Portarias, que Contratou por Tempo Determinado (ACT) os servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2016 a 28/02/2017.

Matrícula	Nome	Cargo
3760839-1	Aline Buss Petry da Silva	Professor
3760851-1	Alvaro Valdemar da Silveira	Professor
211137-11	Andrea Aparecida Spricigo dos Santos	Professor
3760998-1	Danielly de Lima	Professor
210857-4	Edson Melquior de Abreu	Professor
210983-5	Fernanda Maria Schmit	Professor
129900-6	Isaias Fraga	Professor
210984-5	Jocelia Isaltina Silveira Pacheco	Professor
210978-17	Luiz Henrique de Oliveira	Professor
3761084-2	Marcos Vinicius Martins	Professor

210848-6	Natanael Sotero Truppel	Professor
3745758-3	Rafael da Silva Gonçalves	Professor
210979-17	Solange de Souza Alves	Professor
210980-14	Valdemar Joaquim Cristovão	Professor

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4438/2016**

PORTARIA Nº. 4438/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ROSIANE ALTIVA DA SILVEIRA, matrícula nº. 802205-9, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Nova Geração da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

#### **PORTARIA Nº. 4439/2016**

PORTARIA Nº. 4439/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para TEREZINHA HORSTMANN MENGARDA, matrícula nº. 801814-4, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 02/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4440/2016**

PORTARIA Nº. 4440/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 03 de novembro de 2016.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
251750-4	Cibele de Oliveira França	90%

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4441/2016**

PORTARIA Nº. 4441/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para BRUNA SCHWEITZER DELDUQUE MELO, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4442/2016**

PORTARIA Nº. 4442/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para SIMERE APARECIDA DA SILVA, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4443/2016**

PORTARIA Nº. 4443/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para CLEIDELIZ COMIN, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4444/2016**

PORTARIA Nº. 4444/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR CARLA CRISTINA DA SILVA SATURNINO COELHO, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4445/2016**

PORTARIA Nº. 4445/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARA RUBIA VARELLA, Matrícula nº. 210861-6 titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4446/2016**

PORTARIA Nº. 4446/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR ANA LUCIA PRUDENCIO, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4447/2016**

PORTARIA Nº. 4447/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROSIMEIRE DA SILVA RABELO, Matrícula nº. 3761074-1 titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/12/2016.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4449/2016**

PORTARIA Nº. 4449/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 10 de dezembro de 2016.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
800623-2	Giseli Guilhermina Rodrigues de Souza	R\$ 703,05
802051-1	Larissa Julian de Amorin	R\$ 578,40

801868-5	Priscila Bestetti Ibarra Barreto	R\$ 578,40
----------	----------------------------------	------------

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 4450/2016**

PORTARIA Nº. 4450/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 11 de dezembro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	PARA	LOCAL
3745379-1	Adriana Cardoso Silva	R\$ 1.100,00	Diretor do CEI Primeiros Passos

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN  
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Geral



# Palma Sola

## PREFEITURA

### LEI 1957/2017



## Estado de Santa Catarina Município de Palma Sola

**LEI 1957/2017 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.**

### **DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Cleomar José Mantelli**, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 98.676,75 (noventa e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e cinco centavos), e um crédito suplementar no valor de R\$ 2.739.759,95 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos), para remanejamento em diversas Secretarias, como segue:

02. Poder Executivo	
02.01. Gabinete Prefeito	
04.121.0002.2.002- Manutenção e Func. Gabinete Prefeito	
3.1.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
03. Secretaria de Administração	
03.01- Secretaria da Administração	
04.122.0004.2.003- Manutenção e Func. Secretaria Administração	
3.1.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
03.02- Secretaria da Fazenda	
04.123.0003.2.004- Manutenção e Func. Secretaria Fazenda	
3.3.50.00.00.00.00.0100- Transferencia a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 20.000,00
3.3.71.00.00.00.00.0100- Transferencia a Consórcio Públicos	R\$ 3.912,00
28.843.0031.2.047- Pagamento da Dívida Interna	
4.6.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 102.000,00
04- Educação e Esporte	
04.01- Creches	
12.365.0012.2.061- Manutenção e Func. Fundeb Creche	
3.1.90.00.00.00.00.0119- Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
04.02 - Pré Escola	
12.365.0012.2.062- Manutenção e Func. Fundeb Pré-Escola	
3.1.90.00.00.00.00.0119- Aplicações Diretas	R\$ 89.000,00



## Estado de Santa Catarina

### Município de Palma Sola

04.06- Diretoria de Esporte e Turismo
27.812.0030.1.041- Construção e/ou Ampliação Ginásio de Esporte
4.4.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas R\$ 688.250,00
05- Fundo Municipal de Saúde
05.03- Fundo Municipal de Saúde
10.301.0008.1.016- Aquisição Equipamentos para Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.0123- Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
10.301.0008.2.017- Manutenção e Func. Fundo Municipal Saude
3.1.90.00.00.00.00.00.0102- Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00.0102- Transferencia a Consórcios Públicos especial R\$ 4.955,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0102- Transferencia a Consórcios Públicos R\$ 44.446,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0102- Aplicações Diretas R\$ 361.657,68
3.3.90.00.00.00.00.00.0164- Aplicações Diretas R\$ 177.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0171- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
10.305.0008.2.018- Manutenção e Func. Vigilância Sanitária
3.1.90.00.00.00.00.00.0166- Aplicações Diretas especial R\$ 15.663,92
10.305.0008.2.019- Manutenção e Func. Vigilância Epidemiologica
3.1.90.00.00.00.00.00.0166- Aplicações Diretas especial R\$ 11.336,08
06- Secretaria Agricultura e Meio Ambiente
06.02- Fundo Municipal de Meio Ambiente-FMMA
20.541.0026.2.041- Preservação do Meio Ambiente
3.3.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas R\$ 79.109,32
07- Secretaria de Infra-Estrutura e Transporte
07.01- Diretoria de Obras e Serviços Urbanos
15.452.0022.2.033 - Manutenção e Func. Diretoria Obras e Serv. Urbanos
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas especial R\$ 61.815,46
15.451.0022.1.024 - Construção de Passeios nas Vias Públicas
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas R\$ 30.614,49
07.02- Secretaria de Infra-Estrutura e Transporte
26.782.0029.2.046- Manutenção da Secretaria Infra-Estrutura e Transporte
3.3.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
10- Secretaria de Assistência Social
10.01- Secretaria de Assistência Social



## Estado de Santa Catarina

### Município de Palma Sola

08.244.0007.2.008- Manutenção e Func. Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
11- Sec. Indústria E comércio Empreendedorismo	
11.01- Sec. Indústria E comércio Empreendedorismo	
22.661.0045.2.066- Manut. e Funcion. Sec. Indústria e Comércio	
3.1.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 44.500,00

Art. 2º As despesas do artigo anterior correrão por conta de excesso de arrecadação, e de anulações de dotações de diversos setores do Orçamento Municipal como segue:

Superávit Financeiro do exercício de 2016 do Recurso 166 conforme Repasse do Fundo Fundo Saúde do Bloco de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica	R\$ 27.000,00
Superávit Financeiro do exercício de 2016 do Recurso 124 conforme Convênio de Diesel para Recuperação de Estradas Vicinais firmado junto a SDR- Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira	R\$ 24.915,63
Excesso de arrecadação do Recurso 124 conforme Convênio firmado Junto ao Ministério do Esporte contrato de repasse nº 1006214-57/2013	R\$ 97.654,32
Superávit Financeiro do exercício de 2016 do 123 conforme Repasse Fundo a Fundo para ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE - Emenda Parlamentar Proposta nº 11312.770000/1150-01	R\$ 45.000,00
03- Secretaria Administração	
03.01- Secretaria de Administração	
04.122.0004.1.003- Construção/Reforma Prédio da Prefeitura	
4.4.90.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
04.122.0004.1.056- Aquisição de Veículos Administração	
4.4.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00
04.122.0004.1.057- Ampliação/Manut/Instalação Informática/Telefonia	
3.3.90.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 500,00
06.182.0049.1.062- Segurança por Videomonitoramento	
3.3.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 28.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 4.100,00
4.4.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
04.122.0043.2.064 - Plano Diretor	
3.3.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 23.500,00
3.3.90.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 1.500,00
03.02- Secretaria da Fazenda	
04.123.0003.2.004- Manutenção e Func. Secretaria Fazenda	
3.1.90.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 460.000,00



## Estado de Santa Catarina

### Município de Palma Sola

28.843.0031.2.047- Pagamento da Dívida Interna	
3.2.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
04- Secretaria de Educação e Esporte	
04.01- Creches	
12.365.0012.1.018- Aquisição Equipamentos Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
12.365.0012.1.035- Aquisição Terreno Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
12.365.0012.2.063- Pró Infância	
3.1.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
04.03- Educação Especial	
12.367.0011.2.013- Manutenção e Func. Educação Especial	
3.1.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
04.04- Secretaria Educação	
12.361.0010.1.010- Ampliação Unidades Escolares	
4.4.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00
12.361.0010.1.011- Construção Pavilhão Prática de Educação Física	
4.4.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 30.284,00
12.361.0010.2.011- Manutenção e Func. Educação	
3.1.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0101- Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
3.3.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
12.361.0047.1.036- Construção/Reforma Quadras Esportivas do PAR	
4.4.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 22.000,00
12.361.0047.1.037- Construção/Ampliação/Reforma Escolas do PAR	
4.4.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 37.000,00
12.361.0047.1.039- Aquisição de Veículos do PAR	
4.4.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
12.361.0010.1.051- Construção/Ampliação Muro Unidades Escolares	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
12.361.0041.1.0158- Transporte Escolar Caminho na Escola	
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
12.361.0010.2.057- Manutenção e Funcionamento do FUNDEB 40%	



## Estado de Santa Catarina

### Município de Palma Sola

3.1.90.00.00.00.00.00.0119- Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0119- Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0119- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
12.361.0047.2.076- Manutenção e Func. Do PAR	
3.3.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0101- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
04.06- Diretoria Esporte	
27.812.0030.1.034- Aquisição Terreno Construção Ginásio Esporte	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
27.812.0030.1.040- Construção/Reforma Quadra Areia/Society/Pista Atletismo	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
27.812.0030.1.043- Construção Arquibancada e Vestiários Estádio Municipal	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
05- Fundo Municipal de Saúde	
05.03 - Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0008.2.017- Manutenção e Func. Fundo Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.0165- Aplicações Diretas	R\$ 170.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0171- Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
10.301.0008.2.083- Manutenção Programa NASF	
3.3.90.00.00.00.00.00.0165- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0164- Aplicações Diretas	R\$ 2.500,00
06- Secretaria Agricultura	
06.01- Secretaria Agricultura	
20.606.0025.1.029- Aquisição de Veículo Agricultura	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 - Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
20.606.0024.2.035- Feiras e Exposições Agropecuárias	
3.3.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 38.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 500,00
06.02- Fundo Municipal de Meio Ambiente-FMMA	
20.541.0037.1.055 - Proteção de Fontes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
20.541.0026.1.059- Obra de Infraestrutura Turismo Ecológico	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
20.541.0026.2.041- Preservação do Meio Ambiente	
3.3.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
07- Secretaria de Infraestrutura e Transporte	



## Estado de Santa Catarina

### Município de Palma Sola

07.01- Diretoria de Obras e Serviços Urbanos	
15.451.0009.1.009- Construção/Reforma de Abrigos Passageiros	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 - Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
15.512.0020.1.021- Canalização de Sanga	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 8.056,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
15.451.0022.1.022- Asfaltamento/Calçamento das Ruas da Cidade	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 130.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 514.010,00
15.451.0022.1.060- Construção de Praça	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
15.451.0022.1.061- Construção Calçamento/Asfalto Interior	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 - Aplicações Diretas	R\$ 21.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 - Aplicações Diretas	R\$ 130.000,00
07.02- Secretaria de Infraestrutura e Transporte	
26.782.0029.1.044- Construção/Reformas Pontes	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
26.782.0029.1.045- Construção/Reforma Bueiros	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
26.782.0029.1.046- Construção/Reforma Garagem Municipal	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 13.740,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
26.782.0029.1.047- Aquisição Veículos/Máquinas/Equipamentos/ Patrulha Rodoviária	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 - Aplicações Diretas	R\$ 4.500,00
26.782.0029.2.046- Manutenção E Func. Secretaria Infraestrutura Transporte	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
07.03- Fundo Rotativo Habitacional	
16.482.0023.1.026- Aquisições Imóveis Construção Unidades Habitacionais Populares	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
16.482.0023.1.027- Apoio Habitação	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
10- Secretaria de Assistência Social	
10.01- Secretaria de Assistência Social	
08.244.0007.1.005- Construção e/ou Ampliação Centro de Múltiplo Uso	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 - Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
08.241.0007.1.006- Aquisição de Equipamentos para Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124 - Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
08.244.0007.1.030- Construção/Reforma do CRAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00



## Estado de Santa Catarina Município de Palma Sola

14.244.0035.2.052- Manutenção da Casa da Cidadania	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
08.244.0007.2.072- Manutenção/Reforma do Cras Pronatec	
3.1.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 94.000,00
10.02- Fundo Municipal da Infância e Adolescência	
08.243.0007.1.042- Construção e Reforma da Casa Lar	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
08.243.0007.2.075- Manutenção e Func. Da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
10.03- Fundo Municipal de Direitos do Idoso	
08.241.0007.1.054- Construção/Ampliação/Reforma Centro dos Idosos	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
11- Secretaria de Indústria e Comércio	
11-01- Secretaria de Indústria e Comércio	
22.661.0028.1.038- Construção de Pavilhões Industriais	
4.4.90.00.00.00.00.00.0124- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
22.661.0028.1.050- Aquisição Áreas Terras Construção Industrias	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 4º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares nos termos dos itens contidos no § 1º, do Art. 43, da Lei nº 4.320/64.

Art. 6º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.





## **Estado de Santa Catarina Município de Palma Sola**

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, em 17 de Janeiro de 201

**Cleomar José Mantelli**  
**Prefeito Municipal**

*Registrada e publicada*

*Elizete T. Vissoto*  
*Secretaria de Planejamento*

# Palmitos

## PREFEITURA

### Decreto nº 005/17

DECRETO Nº 005/2017  
De 17 de janeiro de 2017.

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO PAGAMENTO DE DIÁRIAS AO PREFEITO, VICE-PREFEITO E AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dair Jocely Enge, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Ordinária Municipal nº 3.840/2015 de 23 de março de 2015.

#### DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o Anexo I, da Lei nº 3.840/2015, de 23 de março de 2015, esta que dispõe sobre os valores pagos referentes às diárias do Prefeito, Vice-Prefeito e aos demais Servidores efetivos e ocupantes de cargos em comissão, integrantes do quadro de pessoal do Município de Palmitos, sempre que a serviço ou em atividade de interesse do Município fora da respectiva sede, conceder-se-á além do transporte relativo aos deslocamentos, o pagamento antecipado de diárias, a título de indenização de despesas decorrentes de alimentação, hospedagem e despesas eventuais, estes atualizados e corrigidos anualmente, sempre no mês de janeiro, com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC.

Art. 2º Desta forma o Anexo I, da Lei Ordinária Municipal nº 3.840/2015, passa a vigorar com os seguintes valores:

Deslocamento até Lages, Correia Pinto, Ponte Alta, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, Monte Castelo, Major Vieira, Canoinhas e Três Barras (incluindo estes).	Valor da diária (INPC 6,58%)
Prefeito e Vice-Prefeito.	R\$ 415,11
Secretários, Chefe de Gabinete, Coordenador do Controle Interno, Assessores Jurídico, Assessor de Planejamento, Tesoureiro e Diretor Geral de Contabilidade.	R\$ 355,81
Demais servidores.	R\$ 237,20

DECRETO Nº 005/2017  
De 17 de janeiro de 2017.

Deslocamento após Lages, Correia Pinto, Ponte Alta, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, Monte Castelo, Major Vieira, Canoinhas e Três Barras.	Valor da diária
Prefeito e Vice-Prefeito.	R\$ 711,61
Secretários, Chefe de Gabinete, Coordenador do Controle Interno, Assessores Jurídico, Assessor de Planejamento, Tesoureiro e Diretor Geral de Contabilidade.	R\$ 415,11
Demais servidores.	R\$ 296,51

Deslocamento para outros Estados	Valor da diária
Prefeito e Vice-Prefeito.	R\$ 711,61
Secretários, Chefe de Gabinete, Coordenador do Controle Interno, Assessores Jurídico, Assessor de Planejamento, Tesoureiro e Diretor Geral de Contabilidade.	R\$ 415,11
Demais servidores.	R\$ 296,51

Deslocamento para Brasília – DF	Valor da diária
Prefeito e Vice-Prefeito.	R\$ 1.186,02
Secretários, Chefe de Gabinete, Coordenador do Controle Interno, Assessores Jurídico, Assessor de Planejamento, Tesoureiro e Diretor Geral de Contabilidade.	R\$ 593,01
Demais servidores.	R\$ 593,01

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 17 de janeiro de 2017.

DAIR JOCELY ENGE  
Registrado e Publicado em local de costume

Oberdan Francisco Ferrari  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

# Passos Maia

## PREFEITURA

### EDITAL N.º 001/2017 DE PROCESSO SELETIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2017

O Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com art. 37, II da Constituição Federal e demais legislações pertinentes, TORNA PÚBLICO a realização do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação de servidores para o Quadro de Pessoal do Município de Passos Maia (SC), conforme vagas descritas no ANEXO I do edital. INSCRIÇÕES: as inscrições estarão abertas a partir das 12h do dia 17 de janeiro de 2017 até as 12h do dia 31 de janeiro de 2017. As exigências para a realização das inscrições e dados inerentes constam no edital. Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações na Prefeitura Municipal de Passos Maia (SC), no horário de expediente, no site do Município – [www.passosmaia.sc.gov.br](http://www.passosmaia.sc.gov.br) e no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

Passos Maia/SC, 17 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 001, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor EDSON SALVADEGO, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo, Código SEX-2, lotando-o no Órgão Gabinete do Prefeito, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público o servidor ora nomeado fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

### PORTARIA Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 002, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Tributação, Código DIT-8, lotando-o na Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público o servidor ora nomeado fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

### PORTARIA Nº 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA Nº 003, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor IVANDRE BOCALON, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico Municipal, Código AJM, lotando-o no Departamento Jurídico Municipal, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público o servidor ora nomeado fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 100% (cem por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 004, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 004, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 47, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora IVANIA SANGALLI DALORSOLETTA, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Educação e Esportes, Grupo Ocupacional Direção Superior, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público, a servidora ora nomeada fará jus ao subsídio fixado no art. 1º da Lei Municipal nº 776, de 27 de junho de 2016.

Art. 2º Revogar os efeitos da Portaria nº 938, de 16 de maio de 2016.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 005, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 005, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62,

X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 47, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora NILVANIA BORTOLINI DE OLIVEIRA, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Saúde, Grupo Ocupacional Direção Superior, lotando-a na Secretaria Municipal da Saúde, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público, a servidora ora nomeada fará jus ao subsídio fixado no art. 1º da Lei Municipal nº 776, de 27 de junho de 2016.

Art. 2º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 006, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor NILSSO PEROZZA, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Infraestrutura, Código DIE-23, lotando-o na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público o servidor ora nomeado fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 100% (cem por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 007, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 007, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o Senhor ALEX SANDER ZANCHET, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Administração, Código DIA-7, lotando-o na Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público o servidor ora nomeado fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 008, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 008, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR a Senhora ELISNARA SUTIL DE OLIVEIRA, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Secretaria, Código ASS-12, lotando-a na Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público o servidor ora nomeado fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 40% (quarenta por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 009, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 009, de 02 de janeiro de 2017.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o Senhor DOUGLAS TEIXEIRA DA ROSA, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Secretaria, Código ASS-12, lotando-o na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público o servidor ora nomeado fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 010, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 010, de 02 de janeiro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ROSELI DA

LUZ LEAL LOPES, matrícula n. 9194, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, símbolo ACS, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, sendo 15 (quinze) dias referentes ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016 e 15 (quinze) dias referentes ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017, para serem gozadas do dia 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

#### **PORTARIA Nº 011, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.**

PORTARIA Nº 011, de 02 de janeiro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias;  
Considerando a necessidade de antecipar o período de férias da servidora em virtude da redução das demandas da secretaria este período do ano;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora MARIZA DE FÁTIMA AGUILERA, matrícula n. 10.428, ocupante do cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-3, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 05/02/2016 a 04/02/2017, para serem gozadas do dia 03/01/2016 a 01/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação  
dos Atos Oficiais.

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO 0008/2017**

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0008/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0003/2017

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Leomar Roberto Listoni, justifica a Dispensa de Licitação para prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Valor: R\$ 10.170,00

Amparo Legal: Art.2º § 1, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18 do decreto federal nº 6.017/07; no artigo 24, inciso XVIII, primeira parte e inciso XVI segunda parte da lei federal nº. 8.666/93; e na lei municipal nº. 696 de 18/03/2013 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 17 de janeiro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2017

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, para aquisição de tubos e calhas de concreto para uso da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) até as 09h00min do dia 31/01/2017. A sessão pública será realizada a partir das 09h10min do dia 31/01/2017, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 17 de janeiro de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal



# Penha

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 56**

PORTARIA N.º 56/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JEAN DE MIRANDA para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DO CRAS, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 57**

PORTARIA N.º 57/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. JOSÉ SIMONI DE ALMEIDA BORGES para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE AGRICULTURA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 58**

PORTARIA N.º 58/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. MAYKON ALCANTARA DE SOUZA para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE FROTAS, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº. 59**

PORTARIA N.º 59/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MAIARA NEZELI DE SOUZA para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº.60**

PORTARIA N.º 60/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. EVERALDO LOURIVAL FRANCISCO para ocupar o cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezessete.

LEANDRO DE LIMA BORBA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

# Petrolândia

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 01 2017 - MERENDA ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços para eventuais aquisições de gêneros alimentícios para preparo de merenda escolar de alunos matriculados na Rede Pública de ensino desta municipalidade. Empresa ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 21.593.746/0001-26, valor R\$ 76.981,20. Empresa COMERCIAL FRIDOLINO EGER LTDA, inscrita no CNPJ: 85.266.963/0001-94, valor R\$ 34.049,00. Empresa CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME, inscrita no CNPJ: 18.531.205/0001-69, valor R\$ 18.670,30. Empresa ALINE RAITTS ME – DISTRIBUIDORA DESTAQUE, inscrita no CNPJ: 23.970.820/0001-01, valor R\$ 76.124,50. Data: 17/01/2017. Valor Total: R\$ 205.825,00. Petrolândia, 18 de janeiro de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### CHAMADA PÚBLICA 01 2017 - MERENDA ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 10/2017 na modalidade CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO DE 2017. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 07/02/2017, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 18 de janeiro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 10/2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA ABERTURA DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 010/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O prefeito de Pinheiro Preto faz saber a todos os interessados que fica apazada a data de 30/01/2017 para recebimento dos documentos até às 16:00 hs e abertura das propostas às 16:15 hs, do edital de licitação nº 010/2017, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço telecomunicações de fornecimento de LINK DE INTERNET DEDICADO 30MB FULL DUPLEX. Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalteradas. Pinheiro Preto, 17 de janeiro de 2017.

.PEDRO RABUSKE

Prefeito

### DECRETO 4529

DECRETO Nº 4.529, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 4.768,80 (Quatro mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função:20 - Agricultura

Subfunção:606 - Extensão Rural

Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte 334

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2016, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 647115-1 Conv. Equip agrícolas)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 16 DE JANEIRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 4530

DECRETO Nº 4.530, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Função: 4 -ADMINISTRAÇÃO

Subfunção:122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 3 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte 389 ALIENAÇÃO DE BENS

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2016, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 16 DE JANEIRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 032

PORTARIA Nº 032 DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA DALVANA SASSO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE PROJETOS, CONFORME ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a partir de 12 de janeiro de 2017 DALVANA SASSO, brasileira, solteira, portadora CPF nº 061.808.799-07, residente e domiciliada na Rua Antônio Costenaro Filho, 455, neste município de Pinheiro Preto-SC, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Projetos, , nível de vencimento DAS-02, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e filiada ao Regime Geral de Previdência Social

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 12 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 033**

PORTARIA Nº 033 DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA ELOISA HACK PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR a partir de 13 de janeiro de 2017 ELOISA HACK, brasileira, solteira, portadora CPF nº 087.400.439-08, residente e domiciliada na Av. Arthur Costa e Silva, 303, neste município de Pinheiro Preto-SC, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, nível de vencimento DAI-04, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 034**

PORTARIA Nº 034 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

NOMEIA KELY REGINA PIVA PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DO CENTRO EDUCACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR a partir de 16 de janeiro de 2017, KELY REGINA PIVA, brasileira, casada, inscrito no CPF sob nº 950.764.509-82, residente a Rua Antônio Carlos Konder Reis, Município de Pinheiro Preto-SC, para exercer o cargo de provimento em Comissão de SECRETÁRIA DO CENTRO EDUCACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, e filiada ao Regime Geral de Previdência Social

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 16 de janeiro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### CA01\_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato: 001/2017
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE GESTÃO DA AÇÃO SOCIAL. Valor: R\$: 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais) Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017
Planalto Alegre- SC em 02 de janeiro de 2017.
JUARES BET
Prefeito

### CA04\_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Administrativo nº: 004/2017
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: PIAZZA COMERCIO DE TRATORES E MAQUINAS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR DE PNEUS. Valor: 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) Vigência: 31/03/2017 Licitação – Pregão Presencial nº: 033/2016
Planalto Alegre- SC, 17 de Janeiro de 2017
Juares Bet
Prefeito

### CA03\_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Administrativo nº: 003/2017
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: PIAZZA COMERCIO DE TRATORES E MAQUINAS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR DE PNEUS. Valor: 89.000,00 (oitenta e nove mil reais) Vigência: 31/03/2017 Licitação – Pregão Presencial nº: 032/2016
Planalto Alegre- SC, 17 de Janeiro de 2017
Juares Bet
Prefeito

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 045/2017

DECRETO Nº 045/2017, DE 11 DE JANEIRO DE 2017.

□DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS□.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.297, de 14 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.2001.2.021 – Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada

Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS - 103 R\$ 97.500,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos reais), provenientes do provável excesso de arrecadação do Exercício de 2017, da Fonte de Recurso 024 Transferências Convênio União.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JANEIRO DE 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.



# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 001/2017 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 001/2017 - FME

Tipo de licitação: Menor preço por Global;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem dos campeonatos Municipais, realizados pela Fundação Municipal de Esportes, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 30/01/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 30/01/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 rama 213 ou pelo e-mail administração@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de Janeiro de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 035/2017

DECRETO Nº 035, de 12 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a atualização monetária dos Tributos Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, Inciso I, Alínea "m", da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 012/00, de 22 de dezembro de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 033, de 29 de dezembro de 2014 combinado com o § 2º, do Art. 97, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional,

#### DECRETA:

Art. 1º As Taxas e Impostos que compõem o Sistema Tributário Municipal terão reajuste de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento), de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, de janeiro a dezembro de 2016, apurada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 036/2017

DECRETO Nº 036, de 12 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a Atualização Monetária dos valores constantes nos Anexos I e II da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei Municipal nº 4.321/2015 de 05 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, Inciso I, Alínea "m", da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei Municipal nº 4.321, de 05 de maio de 2015, que regem o FUNREBOM no Município de Porto União,

#### DECRETA:

Art. 1º Os valores constantes dos Anexos I e II da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei Municipal nº 4.321, de 05 de maio de 2015, terão reajuste de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento), de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, de janeiro a dezembro de 2016, apurada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 037/2017

DECRETO Nº 037, de 12 de janeiro de 2017.

Determina a data de vencimento das parcelas e descontos para pagamento à vista do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, TFR – Taxa de Funcionamento Regular, TOS – Taxa de Ocupação de Solo, para o exercício de 2017, de acordo com a Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto nos Artigos 28, 69 e 249 da Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999,

#### DECRETA:

Art. 1º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício de 2017:

I- à vista, até 15 de março de 2017, com 10% (dez por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 09 (nove) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	15 de março de 2017
2ª	17 de abril de 2017
3ª	15 de maio de 2017
4ª	16 de junho de 2017
5ª	17 de julho de 2017
6ª	15 de agosto de 2017
7ª	15 de setembro de 2017
8ª	16 de outubro de 2017
9ª	16 de novembro de 2017

Art. 2º Os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN (por homologação) deverão efetuar o pagamento do referido tributo no mês imediatamente posterior ao do fato gerador, de acordo com a seguinte tabela:

FATO GERADOR	VENCIMENTO
Janeiro	15 de fevereiro de 2017
Fevereiro	15 de março de 2017
Março	17 de abril de 2017
Abril	15 de maio de 2017
Maio	16 de junho de 2017
Junho	17 de julho de 2017
Julho	15 de agosto de 2017
Agosto	15 de setembro de 2017
Setembro	16 de outubro de 2017
Outubro	16 de novembro de 2017
Novembro	15 de dezembro de 2017
Dezembro	15 de janeiro de 2018

Art. 3º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN (base fixa), referente ao exercício de 2017:

I- à vista, até 31 de março de 2017, com 10% (dez por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	31 de março de 2017
2ª	28 de abril de 2017
3ª	31 de maio de 2017
4ª	30 de junho de 2017

Art. 4º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação da Taxa de Funcionamento Regular – TFR, referente ao exercício de 2017:

I- à vista, até 20 de março de 2017, com 10% (dez por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 03 (três) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	20 de março de 2017
2ª	20 de abril de 2017
3ª	22 de maio de 2017

Art. 5º A Taxa de Ocupação de Solo – TOS, referente ao exercício de 2017 deverá ser quitada em parcela única, com vencimento em 20 de março de 2017, sem descontos.

Art. 6º Para fins do parcelamento das taxas e impostos dispostos nos Artigos 1º, 3º, 4º e 5º do presente Decreto, levar-se-á em conta o valor de R\$ 35,00 (Trinta e cinco reais) como valor mínimo permitido para cada parcela.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 12 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

## DECRETO Nº 038/2017

DECRETO Nº 038, de 12 de janeiro de 2017.

Determina o reajuste da Taxa Coleta de Lixo, de acordo com a Lei Municipal nº 4.374, de 02 de dezembro de 2015 e Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no disposto no Artigo 171 da Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999, tendo em vista a Lei Municipal nº 4.374, de 02 de dezembro de 2015,

### DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustados os valores da Taxa de Coleta de Lixo na ordem de 6,58% (seis virgula cinquenta e oito por cento), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado de janeiro a dezembro 2016.

Art. 2º O valor a ser cobrado tem como referência a categoria do imóvel (residencial, comercial/industrial/utilidade pública ou mistas), o consumo de água/esgoto e o número de economias cadastradas/contidas na matrícula da SANEPAR, conforme consta do Anexo Único.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2017, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

ANEXO ÚNICO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 038, de 12 de janeiro de 2017.

### TABELA TAXA DE COLETA DE LIXO

Classe do Gerador de Lixo:	Código da Classe	Histórico de consumo de água mensal:	Valor da taxa (R\$):
Taxa Social de coleta de lixo – categoria 013	AA	-	R\$ 7,14
RESIDENCIAL	AB	Até 10m³	R\$ 16,95
RESIDENCIAL	AC	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 22,87
RESIDENCIAL	AD	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 27,46
RESIDENCIAL	AE	De 20,01m³ até 30m³	R\$ 30,50
RESIDENCIAL	AF	De 30,01m³ até 50m³	R\$ 38,12
RESIDENCIAL	AG	Acima de 50,01m³	R\$ 45,75
COM-IND-UTP *	AH	Até 10m³	R\$ 22,87
COM-IND-UTP *	AI	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 27,46
COM-IND-UTP *	AJ	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 30,50
COM-IND-UTP *	AK	De 20,01m³ até 30m³	R\$ 38,12
COM-IND-UTP *	AL	De 30,01m³ até 50m³	R\$ 45,75
COM-IND-UTP *	AM	Acima de 50,01m³	R\$ 71,94
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AN	Até 10m³	R\$ 20,59
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AO	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 25,17
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AP	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 28,98
1 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AQ	Acima de 20,01m³	R\$ 34,32
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AR	Até 10m³	R\$ 21,35
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AS	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 24,46
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AT	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 29,49
1 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	AU	Acima de 20,01m³	R\$ 35,59
1 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	AV	Até 10m³	R\$ 21,73
1 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	AW	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 26,31
1 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	AX	Acima de 20,01m³	R\$ 29,75
2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AY	Até 10m³	R\$ 19,82
2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	AZ	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 24,41

2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BA	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 28,47
2 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BB	Acima de 20,01m³	R\$ 33,04
3 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BC	Até 10m³	R\$ 19,44
3 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BD	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 24,02
3 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BE	Acima de 15,01m³	R\$ 28,22
1 RES** + 4 (COM-IND-UTP*)	BF	Até 10m³	R\$ 21,97
1 RES** + 5 (COM-IND-UTP*)	BG	Até 10m³	R\$ 18,30
2 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	BH	Até 10m³	R\$ 21,05
2 RES** + 3 (COM-IND-UTP*)	BI	De 15,01m³ até 20m³	R\$ 29,29
3 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	BJ	Até 10m³	R\$ 20,13
3 RES** + 2 (COM-IND-UTP*)	BK	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 24,71
4 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BL	Até 10m³	R\$ 19,22
4 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BM	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 23,79
5 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BN	Até 10m³	R\$ 19,07
5 RES** + 1 (COM-IND-UTP*)	BO	De 10,01m³ até 15m³	R\$ 23,65

\*COMÉRCIO – INDÚSTRIA – UTILIDADE PÚBLICA

\*\*RESIDENCIAL

**EXTRATO DE TERMO DE POSSE**

## EXTRATO DE TERMO DE POSSE

REFERENTE: Termo especial de Transmissão e Posse no cargo de Prefeito de Porto União (SC).

Às onze horas e trinta minutos do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e dezessete, nas dependências do Gabinete da Prefeitura de Porto União, o Senhor Eliseu Mibach recebeu do Senhor Anizio de Souza o cargo de Prefeito Municipal de Porto União, bem como todos os documentos exigidos pela legislação vigente, que após conferidos foram aceitos por se acharem completos e em ordem. O Senhor Eliseu Mibach, Prefeito empossado, assume também o cargo de Presidente da Junta do Serviço Militar, sob juramento à Bandeira Nacional. Este Termo especial foi testemunhado por autoridades civis, militares e eclesiásticas, e convidados que se fizeram presentes.

Porto União (SC), 01 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito empossado

ANIZIO DE SOUZA

Transmissor do Cargo

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE 2016

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>95.384.352,00</b>	<b>95.384.352,00</b>	<b>11.398.408,02</b>	<b>11,95</b>	<b>63.450.265,41</b>	<b>66,52</b>
RECEITAS CORRENTES	79.674.758,50	79.674.758,50	10.972.080,59	13,77	60.563.083,67	76,01
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.816.960,00	10.816.960,00	1.358.617,38	12,56	10.046.900,51	92,88
IMPOSTOS	8.057.280,00	8.057.280,00	925.327,64	11,48	7.598.824,17	94,31
TAXAS	2.710.400,00	2.710.400,00	433.289,74	15,99	2.448.076,34	90,32
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	49.280,00	49.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.558.400,00	4.558.400,00	893.710,18	19,61	4.548.761,67	99,79
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.449.600,00	3.449.600,00	597.464,76	17,32	3.118.242,13	90,39
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.108.800,00	1.108.800,00	296.245,42	26,72	1.430.519,54	129,02
RECEITA PATRIMONIAL	10.088.712,71	10.088.712,71	1.371.254,54	13,59	7.989.203,48	79,19
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	36.960,00	36.960,00	1.134,00	3,07	5.670,00	15,34
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	9.250.952,71	9.250.952,71	1.370.120,54	14,81	7.983.533,48	86,30
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	800.800,00	800.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.353.680,00	51.353.680,00	6.881.914,96	13,40	35.671.229,38	69,46
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	51.310.560,00	51.310.560,00	6.881.914,96	13,41	35.547.145,49	69,28
TRANSF. DE CONV.	43.120,00	43.120,00	0,00	0,00	124.083,89	287,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.857.005,79	2.857.005,79	466.583,53	16,33	2.306.988,63	80,75
MULTAS E JUROS DE MORA	960.960,00	960.960,00	315.152,55	32,80	1.454.818,17	151,39
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	332.637,79	332.637,79	10.949,08	3,29	70.791,33	21,28
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	862.400,00	862.400,00	59.421,71	6,89	472.680,68	54,81
RECEITAS DIVERSAS	701.008,00	701.008,00	81.060,19	11,56	308.698,45	44,04
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>15.709.593,50</b>	<b>15.709.593,50</b>	<b>426.327,43</b>	<b>2,71</b>	<b>2.887.181,74</b>	<b>18,38</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.360.000,00	3.360.000,00	181.547,06	5,40	1.516.026,01	45,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.360.000,00	3.360.000,00	181.547,06	5,40	1.516.026,01	45,12
ALIENAÇÃO DE BENS	305.547,84	305.547,84	31.255,80	10,23	235.829,00	77,18
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	123.211,84	123.211,84	0,00	0,00	79.550,00	64,56
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	182.336,00	182.336,00	31.255,80	17,14	156.279,00	85,71
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.044.045,66	12.044.045,66	213.524,57	1,77	1.135.326,73	9,43
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.123.968,00	2.123.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.920.077,66	9.920.077,66	213.524,57	2,15	1.135.326,73	11,44
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>2.956.800,00</b>	<b>2.956.800,00</b>	<b>481.617,55</b>	<b>16,29</b>	<b>2.545.160,27</b>	<b>86,08</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>98.341.152,00</b>	<b>98.341.152,00</b>	<b>11.880.025,57</b>	<b>12,08</b>	<b>65.995.425,68</b>	<b>67,11</b>

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Operações de Crédito Internas						
Mobilização						
Contratual						
Operações de Crédito Externas						
Mobilização						
Contratual						
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>98.341.152,00</b>	<b>98.341.152,00</b>	<b>11.880.025,57</b>	<b>12,08</b>	<b>65.995.425,68</b>	<b>67,11</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>98.341.152,00</b>	<b>98.341.152,00</b>	<b>11.880.025,57</b>	<b>12,08</b>	<b>65.995.425,68</b>	<b>67,11</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>									
<b>DESPESAS CORRENTES</b>									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	93.448.910,32	97.639.215,59	10.327.635,85	52.740.570,03	44.898.645,56	10.532.337,08	51.547.722,57	46.091.493,02	49.731.120,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	65.826.313,63	69.035.848,78	9.098.582,25	46.240.435,82	22.795.412,96	9.250.216,09	45.453.521,27	23.582.327,51	43.972.181,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.010.422,81	41.369.422,81	5.522.876,88	27.792.624,40	13.576.798,41	5.596.283,97	27.792.008,26	13.577.414,55	27.485.560,07
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>									
INVESTIMENTOS	401.632,00	401.632,00	0,00	31.783,74	369.848,26	0,00	31.783,74	369.848,26	31.783,74
INVERSOES FINANCEIRAS	25.414.258,82	27.264.793,97	3.575.705,37	18.416.027,68	8.848.766,29	3.653.932,12	17.629.729,27	9.635.064,70	16.454.837,29
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	23.596.420,69	24.577.190,81	1.229.053,60	6.500.134,21	18.077.056,60	1.282.120,99	6.094.201,30	18.482.989,51	5.758.939,79
RESERVA DE CONTINGENCIA	22.870.980,69	23.875.750,81	1.136.446,07	6.206.834,09	17.668.916,72	1.189.513,46	5.800.901,18	18.074.849,63	5.481.267,57
RESERVA DO RPPS	24.640,00	640,00	0,00	0,00	640,00	0,00	0,00	640,00	0,00
	700.800,00	700.800,00	92.607,53	293.300,12	407.499,88	92.607,53	293.300,12	407.499,88	277.672,22
	4.026.176,00	4.026.176,00	0,00	0,00	4.026.176,00	0,00	0,00	4.026.176,00	0,00
	4.026.176,00	4.026.176,00	0,00	0,00	4.026.176,00	0,00	0,00	4.026.176,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)		
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>4.892.241,68</b>	<b>4.775.841,68</b>	<b>447.350,32</b>	<b>2.390.094,03</b>	<b>2.385.747,65</b>	<b>447.350,32</b>	<b>2.388.769,45</b>	<b>2.387.072,23</b>	<b>2.196.533,27</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>98.341.152,00</b>	<b>102.415.057,27</b>	<b>10.774.986,17</b>	<b>55.130.664,06</b>	<b>47.284.393,21</b>	<b>10.979.687,40</b>	<b>53.936.492,02</b>	<b>48.478.565,25</b>	<b>51.927.654,16</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>98.341.152,00</b>	<b>102.415.057,27</b>	<b>10.774.986,17</b>	<b>55.130.664,06</b>	<b>47.284.393,21</b>	<b>10.979.687,40</b>	<b>53.936.492,02</b>	<b>48.478.565,25</b>	<b>51.927.654,16</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>12.058.933,66</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>98.341.152,00</b>	<b>102.415.057,27</b>	<b>10.774.986,17</b>	<b>55.130.664,06</b>	<b>—</b>	<b>10.979.687,40</b>	<b>65.995.425,68</b>	<b>—</b>	<b>51.927.654,16</b>
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>									
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b> <b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	<b>PREVISÃO INICIAL</b>		<b>PREVISÃO ATUALIZADA (a)</b>		<b>RECEITAS REALIZADAS</b>		<b>SALDO</b>		
	2.956.800,00	2.956.800,00	2.956.800,00	2.956.800,00	481.617,55	16,29	2.545.160,27	86,08	411.639,73
	2.956.800,00	2.956.800,00	2.956.800,00	2.956.800,00	481.617,55	16,29	2.545.160,27	86,08	411.639,73
	2.956.800,00	2.956.800,00	2.956.800,00	2.956.800,00	481.617,55	16,29	2.545.160,27	86,08	411.639,73
	2.956.800,00	2.956.800,00	2.956.800,00	2.956.800,00	481.617,55	16,29	2.545.160,27	86,08	411.639,73

Continua 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	4.892.241,68	4.775.841,68	447.350,32	2.390.094,03	2.385.747,65	447.350,32	2.388.769,45	2.387.072,23	2.196.533,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.892.241,68	4.775.841,68	447.350,32	2.390.094,03	2.385.747,65	447.350,32	2.388.769,45	2.387.072,23	2.196.533,27

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.457.946,18

PORTO UNIAO, 16/01/2017

ANIZIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

SOFIA SYDOL

SEC. MUN. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

AFONSO WASMANN NETO

CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

LAURECI FREISLEBEN

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	93.448.910,32	97.639.215,59	10.327.635,85	52.740.570,03	95,66	10.532.337,08	51.547.722,57	46.091.493,02
Ação Legislativa	2.833.600,00	2.862.000,00	0,00	1.230.532,12	2,23	0,00	1.193.968,87	1.668.041,13
Administração	2.833.600,00	2.862.000,00	0,00	1.230.532,12	2,23	0,00	1.193.968,87	1.668.041,13
Planejamento e Orçamento	5.928.120,00	5.938.120,00	562.896,43	2.938.641,83	5,33	575.873,51	2.910.127,93	3.027.992,07
Administração Geral	381.920,00	381.920,00	52.539,77	260.141,55	0,47	54.237,77	260.141,55	121.778,45
Administração Financeira	4.664.088,00	4.674.088,00	379.818,78	1.995.851,96	3,62	386.643,43	1.967.745,86	2.706.342,14
Defesa Nacional	882.112,00	882.112,00	130.537,88	682.646,32	1,24	134.992,31	682.240,52	199.871,48
Defesa Terrestre	2.464,00	2.464,00	53,73	245,13	0,00	53,73	245,13	2.218,87
Segurança Pública	2.464,00	2.464,00	53,73	245,13	0,00	53,73	245,13	2.218,87
Policimento	744.128,00	764.128,00	69.033,46	363.234,86	0,66	38.913,50	324.955,29	439.172,71
Defesa Civil	189.728,00	209.728,00	35.130,55	144.521,24	0,26	11.231,89	115.073,99	94.654,01
Assistência Social	554.400,00	554.400,00	33.902,91	218.713,62	0,40	27.681,61	209.881,30	344.518,70
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.756.560,00	2.836.806,77	162.060,87	1.411.025,22	2,56	181.737,23	1.357.845,84	1.478.960,93
Assistência Comunitária	230.384,00	230.384,00	23.511,89	39.905,30	0,07	17.153,39	33.546,80	196.837,20
Previdência Social	2.526.176,00	2.606.422,77	138.548,98	1.371.119,92	2,49	164.583,84	1.324.299,04	1.282.123,73
Previdência do Regime Estatutário	12.403.776,00	12.403.776,00	566.310,88	2.625.235,48	4,76	566.728,78	2.624.494,98	9.779.281,02
Saúde	12.403.776,00	12.403.776,00	566.310,88	2.625.235,48	4,76	566.728,78	2.624.494,98	9.779.281,02
Atenção Básica	18.124.200,00	20.109.455,44	3.087.698,65	15.021.503,98	27,25	3.297.393,91	14.755.024,39	5.354.431,05
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.295.120,00	13.566.375,44	2.212.485,04	11.704.404,49	21,23	2.368.268,83	11.565.276,76	2.001.098,68
Educação	5.829.080,00	6.543.080,00	875.213,61	3.317.099,49	6,02	929.125,08	3.189.747,63	3.353.332,37
Educação Infantil	16.818.334,32	17.488.523,72	2.175.033,90	11.779.151,93	21,37	2.270.205,03	11.547.290,50	5.941.233,22
Educação de Jovens e Adultos	9.978.559,18	10.667.731,60	1.466.752,39	7.837.170,09	14,22	1.543.027,58	7.609.715,01	3.058.016,59
Cultura	4.973.538,60	5.036.555,58	683.160,63	3.865.386,79	7,01	702.268,07	3.862.133,19	1.174.422,39
Diffusão Cultural	1.866.236,54	1.784.236,54	25.120,88	76.595,05	0,14	24.909,38	75.442,30	1.708.794,24
Urbanismo	763.840,00	763.840,00	34.906,56	338.670,49	0,61	40.892,92	333.650,49	430.189,51
Infra-Estrutura Urbana	763.840,00	763.840,00	34.906,56	338.670,49	0,61	40.892,92	333.650,49	430.189,51
Serviços Urbanos	12.980.176,00	14.598.886,66	1.650.997,27	8.487.522,47	15,40	1.542.808,52	8.145.454,57	6.453.432,09
Lazer	9.653.776,00	9.975.579,46	966.540,42	4.691.087,09	8,51	1.044.489,01	4.540.750,75	5.434.828,71
Habituação	3.080.000,00	4.376.907,20	684.456,85	3.788.171,52	6,87	498.319,51	3.596.439,96	780.467,24
Habituação Urbana	246.400,00	246.400,00	0,00	8.263,86	0,01	0,00	8.263,86	238.136,14
Saneamento	2.330.944,00	2.330.944,00	0,00	64.119,95	0,12	0,00	64.119,95	2.266.824,05
Saneamento Básico Urbano	2.330.944,00	2.330.944,00	0,00	64.119,95	0,12	0,00	64.119,95	2.266.824,05
	1.478.400,00	1.478.400,00	9.504,10	190.804,21	0,35	76.133,52	187.735,51	1.290.664,49
	1.478.400,00	1.478.400,00	9.504,10	190.804,21	0,35	76.133,52	187.735,51	1.290.664,49

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)			% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Gestão Ambiental	93.448.910,32	97.639.215,59	10.327.635,85	52.740.570,03	95,66	10.532.337,08	51.547.722,57	95,57
Preservação e Conservação Ambiental	598.752,00	598.752,00	45.873,59	252.464,90	0,46	46.696,32	252.464,90	0,47
Recursos Hídricos	524.832,00	524.832,00	45.873,59	252.464,90	0,46	46.696,32	252.464,90	0,47
Agricultura	73.920,00	73.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	997.920,00	1.048.523,00	244.935,92	763.235,85	1,38	118.273,17	620.554,31	1,15
Promoção da Produção Agropecuária	12.320,00	12.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	985.600,00	1.036.203,00	244.935,92	763.235,85	1,38	118.273,17	620.554,31	1,15
Promoção Industrial	482.944,00	482.944,00	9.491,91	66.110,87	0,12	9.491,91	66.110,87	0,12
Produção Industrial	359.744,00	359.744,00	9.491,91	66.110,87	0,12	9.491,91	66.110,87	0,12
Comércio e Serviços	123.200,00	123.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	182.336,00	182.336,00	5.148,46	17.101,11	0,03	5.473,37	17.040,71	0,03
Comunicações	182.336,00	182.336,00	5.148,46	17.101,11	0,03	5.473,37	17.040,71	0,03
Telecomunicações	12.320,00	12.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	12.320,00	12.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	369.600,00	369.600,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02
Transporte	369.600,00	369.600,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02
Infra-Estrutura Urbana	7.287.280,00	6.819.030,00	783.036,55	3.460.409,05	6,28	830.749,93	3.433.006,41	6,36
Transporte Rodoviário	36.960,00	48.710,00	0,00	11.750,00	0,02	0,00	11.750,00	0,02
Transporte Hidroviário	7.188.720,00	6.708.720,00	783.036,55	3.448.659,05	6,26	830.749,93	3.421.256,41	6,34
Desporto e Lazer	61.600,00	61.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	1.781.472,00	1.781.472,00	157.459,43	597.078,45	1,08	157.139,27	592.023,27	1,10
Encargos Especiais	1.781.472,00	1.781.472,00	157.459,43	597.078,45	1,08	157.139,27	592.023,27	1,10
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	4.571.744,00	4.766.894,00	763.194,14	3.120.232,13	5,66	773.772,46	3.108.368,65	5,76
Refinanciamento da Dívida Interna	492.800,00	492.800,00	81.548,56	436.864,62	0,79	81.548,56	436.864,62	0,81
Outros Encargos Especiais	1.095.040,00	1.095.040,00	92.607,53	325.083,86	0,59	92.607,53	325.083,86	0,60
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	2.983.904,00	3.179.054,00	589.038,05	2.358.283,65	4,28	599.616,37	2.346.420,17	4,35
Ação Legislativa	4.892.241,68	4.775.841,68	447.350,32	2.390.094,03	4,34	447.350,32	2.388.769,45	4,43
Assistência Social	123.200,00	94.800,00	0,00	16.590,54	0,03	0,00	16.590,54	0,03
Assistência Comunitária	123.200,00	94.800,00	0,00	16.590,54	0,03	0,00	16.590,54	0,03
Previdência Social	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	184.800,00	184.800,00	2.649,16	13.313,03	0,02	2.649,16	11.988,45	0,02
Atenção Básica	184.800,00	184.800,00	2.649,16	13.313,03	0,02	2.649,16	11.988,45	0,02
	949.624,00	935.624,00	84.132,91	523.914,11	0,95	84.132,91	523.914,11	0,97
	833.024,00	833.024,00	81.297,22	514.304,64	0,93	81.297,22	514.304,64	0,95

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Saúde	4.892.241,68	4.775.841,68	447.350,32	2.390.094,03	4.34	447.350,32	2.388.769,45	2.387.072,23
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	949.624,00	935.624,00	84.132,91	523.914,11	0,95	84.132,91	523.914,11	411.709,89
Educação	116.600,00	102.600,00	2.835,69	9.609,47	0,02	2.835,69	9.609,47	92.990,53
Ensino Fundamental	2.712.937,68	2.638.937,68	226.812,68	1.140.312,28	2,07	226.812,68	1.140.312,28	1.498.625,40
Educação Infantil	1.415.532,64	1.365.532,64	134.959,07	684.551,05	1,24	134.959,07	684.551,05	680.981,59
Educação de Jovens e Adultos	925.323,80	925.323,80	91.853,61	455.761,23	0,83	91.853,61	455.761,23	469.562,57
Encargos Especiais	372.081,24	348.081,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	348.081,24
Outros Encargos Especiais	911.680,00	911.680,00	133.755,57	695.964,07	1,26	133.755,57	695.964,07	215.715,93
TOTAL (III) = (I + II)	98.341.152,00	102.415.057,27	10.774.986,17	55.130.664,06	100,00	10.979.687,40	53.936.492,02	48.478.565,25

FONTE:

PORTO UNIAO, 16/01/2017

ANIZIO DE SOUZA	SOFIA SYDOL	AFONSO WASMANN NETO
PREFEITO MUNICIPAL	SEC. MUN. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4
LAURECI FREISLEBEN		
RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO		

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	9.079.840,00	9.079.840,00	8.137.547,07	89,62
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.334.560,00	5.334.560,00	4.159.684,36	77,98
1.1.1- IPTU	4.743.200,00	4.743.200,00	4.739.438,51	99,92
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	110.880,00	110.880,00	39.805,31	35,90
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	596.288,00	596.288,00	312.171,54	52,35
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	369.600,00	369.600,00	190.298,89	51,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(485.408,00)	(485.408,00)	(1.122.029,89)	231,15
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	825.440,00	825.440,00	313.087,82	37,93
1.2.1- ITBI	825.440,00	825.440,00	313.087,82	37,93
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.032.800,00	2.032.800,00	2.646.992,09	130,21
1.3.1- ISS	2.236.080,00	2.236.080,00	2.668.322,97	119,33
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(203.280,00)	(203.280,00)	(21.330,88)	10,49
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	887.040,00	887.040,00	1.017.782,80	114,74
1.4.1- IRRF	887.040,00	887.040,00	1.017.782,80	114,74
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	34.027.840,00	34.027.840,00	25.671.099,95	75,44
2.1- Cota-Parte FPM	20.944.000,00	20.944.000,00	13.513.158,87	64,52
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.944.000,00	20.944.000,00	12.982.813,77	61,99
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	530.345,10	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.856.000,00	9.856.000,00	9.084.234,97	92,17
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	49.280,00	49.280,00	36.795,60	74,67
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	184.800,00	184.800,00	128.455,12	69,51
2.5- Cota-Parte ITR	36.960,00	36.960,00	143.272,14	387,64
2.6- Cota-Parte IPVA	2.956.800,00	2.956.800,00	2.765.183,25	93,52
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>43.107.680,00</b>	<b>43.107.680,00</b>	<b>33.808.647,02</b>	<b>78,43</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.547.393,48	1.547.393,48	1.263.114,46	81,63
5.1- Transferências do Salário-Educação	985.600,00	985.600,00	800.825,55	81,25
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	406.560,00	406.560,00	391.321,43	96,25
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	147.840,00	147.840,00	66.271,38	44,83
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	7.393,48	7.393,48	4.696,10	63,52
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	130.592,00	130.592,00	122.363,56	93,70
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.677.985,48</b>	<b>1.677.985,48</b>	<b>1.385.478,02</b>	<b>82,57</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	6.805.568,00	6.805.568,00	5.028.148,77	73,88
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.188.800,00	4.188.800,00	2.596.562,52	61,99
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.971.200,00	1.971.200,00	1.816.846,07	92,17
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	9.856,00	9.856,00	7.359,10	74,67
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	36.960,00	36.960,00	25.690,91	69,51
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	7.392,00	7.392,00	28.654,32	387,64
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	591.360,00	591.360,00	553.035,85	93,52
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	13.464.640,00	13.464.640,00	8.530.163,32	63,35
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	13.438.880,00	13.438.880,00	8.496.194,96	63,22
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	25.760,00	25.760,00	33.968,36	131,86
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>6.633.312,00</b>	<b>6.633.312,00</b>	<b>3.468.046,19</b>	<b>52,28</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.765.440,00	10.765.440,00	6.401.739,68	59,47	6.401.739,68	59,47
13.1- Com Educação Infantil	3.822.267,55	3.822.267,55	2.674.336,23	69,97	2.674.336,23	69,97
13.2- Com Ensino Fundamental	6.943.172,45	6.943.172,45	3.727.403,45	53,68	3.727.403,45	53,68
14- OUTRAS DESPESAS	2.699.200,00	2.699.200,00	1.512.881,01	56,05	1.512.881,01	56,05
14.1- Com Educação Infantil	799.778,97	799.778,97	660.942,69	82,64	660.942,69	82,64
14.2- Com Ensino Fundamental	1.899.421,03	1.899.421,03	851.938,32	44,85	851.938,32	44,85
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	13.464.640,00	13.464.640,00	7.914.620,69	58,78	7.914.620,69	58,78
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						7.914.620,69
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						75,05
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						17,74
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						7,22
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 *						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	10.776.920,00	10.776.920,00	8.452.161,76	78,43		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.510.749,14	5.594.749,14	4.041.081,15	72,23	4.037.827,55	72,17
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	12.031.808,15	12.409.808,15	7.290.342,83	58,75	7.124.261,56	57,41
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.842.593,48	8.842.593,48	4.579.341,77	51,79	4.579.341,77	51,79
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.189.214,67	3.567.214,67	2.711.001,06	76,00	2.544.919,79	71,34
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	17.542.557,29	18.004.557,29	11.331.423,98	62,94	11.162.089,11	62,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						3.468.046,19
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						33.968,36
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						62,64
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						3.502.077,19
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						7.660.011,92
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						22,66
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.852.930,22	2.011.119,62	1.534.256,46	76,29	1.471.729,90	73,18
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.852.930,22	2.011.119,62	1.534.256,46	76,29	1.471.729,90	73,18
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	19.395.487,51	20.015.676,91	12.865.680,44	64,28	12.633.819,01	63,12



MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	62,64	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	62,64	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.496.194,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		33.968,36	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		8.530.163,32	0,00

PORTO UNIAO, 16/01/2017

ANIZIO DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

AFONSO WASMANN NETO  
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **PROCESSO 003 2017 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONNERS E CARTUCHOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

REGISTRO DE PREÇOS/ MULTIENTIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017 – MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 09:00 horas do dia 30/01/2017, licitação que tem por objeto o Registro de Preços para: Aquisição de Tonners e cartuchos de tinta para uso nas impressoras da Secretaria de Administração, Planejamento, Agricultura, Esporte, Assistência Social, Educação, e Fundo Municipal de Saúde. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 ou pelo e-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 17 de Janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### **PROCESSO 004 2017 - ASSESSORIA DE PROJETOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 – MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 15:00 horas do dia 30/01/2017, licitação que tem por objeto o Contratação de empresa qualificada tecnicamente para prestação de serviços de gestão de projetos, convênios e contratos, e assessoria continuada para a elaboração de propostas e cartas consultas, buscando viabilizar por meio de programas de políticas públicas e execução de obras e serviços no município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 ou pelo e-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 17 de Janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 24 DE 17.01.2017

DECRETO Nº. 24, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE CANCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, em conformidade ao art. 43, da Lei Complementar nº 018, de 17 de dezembro de 2013 e o disposto no inciso V do art.156 C/C 174, do Código Tributário Nacional.

DECRETA:

Art. 1º. A Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Tributos e Fiscalização e a Contabilidade a baixar valores lançados em Dívida Ativa, em decorrência da ausência de causas suspensiva ou interruptiva da prescrição, causando a extinção do crédito tributário.

Contribuinte: Nilceu Balen	CPF: 401.286.799-72
Inscrição: 5168	Data inscr.: 30/06/2007
Valor Original: R\$ 521,73	Valor Total: R\$ 1.948,11
Fundamentos (Prescrição)	CTN. Art. 156,inc.V e art. 174 c/c art. 43, inc.IV do CTM

Contribuinte: Nilceu Balen	CPF: 401.286.799-72
Inscrição: 5167	Data inscr.: 05/08/2006
Valor Original: R\$ 861,69	Valor Total: R\$ 1.990,60
Fundamentos (Prescrição)	CTN. Art. 156, inc.V e art. 174 c/c art. 43, inc.IV do CTM

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 17 de janeiro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 25 DE 17.01.2017

DECRETO Nº 25, DE 17 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade, levando em consideração as férias dos conselheiros tutelares detentores do mandato;

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADA a Sra. NULCE CORONETTI ANGLER, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa, Linha Cruzeiro, Interior, portadora do CPF nº. 788.071.239-91, para ocupar o cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, lotada na Secretaria de Administração, Planejamento e Fazenda, agente político, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 16 de Janeiro de 2017, enquanto perdurarem as férias dos conselheiros tutelares detentores do mandato.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 16.01.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
17 de Janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 04/2017-FMS - REUNIDAS

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: REUNIDAS TURISMO S.A.

Contrato: 04/2017-FMS

Processo Licitatório: 03/2017-FMS

Inexigibilidade de licitação: 02/2017-FMS

Fundamento Legal: Art. 25, I, da Lei 8.666/93 de demais legislação aplicável.

Objeto: Aquisição de PASSAGENS TERRESTRES ESTADUAIS - São José do Cedro/SC a Florianópolis/SC, com utilização de ônibus, para pacientes que necessitem de tratamento fora de domicílio.

Data da Assinatura: 13/01/2017

Data da Publicação: 18/01/2017

Vigência: de 13/01/2017 a 31/12/2017

Valor Total: R\$ 5.775,00 (cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais)

Forma de Pagamento: Parcelado, conforme utilização das passagens.

### EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 3/2017-FMS - INEXIGIBILIDADE 02/2017 - PASSAGENS FLORIANÓPOLIS

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 03/2017-FMS

Inexigibilidade de Licitação 02/2017-FMS

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada a "Contratação de Pessoa Jurídica que realize o fornecimento de PASSAGENS TERRESTRES INTERESTADUAIS - São José do Cedro/SC a Florianópolis/SC, com utilização de ônibus, para pacientes que necessitem de tratamento fora de domicílio". A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 13 de janeiro de 2017. Edilson Miguel Volkweis - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2017 FMS.**

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: FORZA PROJETOS IMOBILIÁRIOSLTDA.

Contrato: 05/2017-FMS

Processo Licitatório: 04/2017-FMS

Dispensa de licitação: 03/2017-FMS

Fundamento Legal: Art. 24, X, da Lei 8.666/93 de demais legislação aplicável.

Objeto: Contratação de Locação de imóvel residencial, modalidade apartamento, destinado a residência do profissional médico designado pelo "Projeto Mais Médicos" para atuar no Município de Princesa/SC.

Data da Assinatura: 13/01/2017

Data da Publicação: 18/01/2017

Vigência: de 01/01/2017 a 31/12/2017

Valor Total: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Forma de Pagamento: mensal até o 15º do mês subsequente.

objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA/SC, 17 DE JANEIRO DE 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2017-FMS, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2017 FMS.**

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 04/2017-FMS

Dispensa de Licitação 03/2017-FMS

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada a "Contratação de Locação de imóvel residencial, modalidade apartamento, destinado a residência do profissional médico designado pelo "Projeto Mais Médicos" para atuar no Município de Princesa/SC". A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 13 de janeiro de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 28 DE 17.01.2017.**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE PRINCESA

PORTARIA Nº. 28, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Clédina de Oliveira, Daiane Pagno, Márcia Cristina V. Bisutti, Daiana P. Flach, Mariele C. Bruder e Rossana Beal, brasileiras, servidoras públicas municipais, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do concurso, instaurado através do Edital nº. 001/2017.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 15/12/2016

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2016, na Sala de Reuniões do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal da Fazenda: Patricia Soares; II – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; III – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda: Jonny Schmidt; IV – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação: Ana Paula Nunes; Aberta a audiência, a Secretária fez a leitura da ata da Reunião do dia 01/12/2016, a qual foi aprovada em unanimidade pelos membros. Em ato contínuo, a Secretária entregou ao Presidente o Relatório dos Lançamentos, composto pelo valor lançado em guias complementares, devido ao indeferimento de processos de isenção, qual seja, em torno de R\$ 85.073,87 (data base 09/12/2016); bem como, o número total de vistorias efetuadas – total de 957 vistorias. Na sequência, o Presidente agradeceu o esforço e empenho de todos os membros, bem como, parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido durante o ano de 2016. Colocou ainda que, devido ao ponto facultativo a Comissão entra em recesso do dia 17 de dezembro de 2016 ao primeiro dia de janeiro de 2017, devendo os trabalhos serem retomados no segundo dia do mês de janeiro de 2017. Por final, agradece a presença de todos e renova os agradecimentos pelo trabalho desenvolvido. Encerrada a sessão.

Ronaldo da Rocha  
Presidente da Comissão

Patricia Soares

Ana Paula Nunes

Jonny Schmidt

### EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/17

RIO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/17.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Rafael Goral	Xxx.378.099-xx	162127
Osnildo Meurer	Xxx.253.609-xx	163180

Rio do Sul, 17 de janeiro de 2017

LEONICE WITTE  
Protocolo Geral

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal da Fazenda Interno

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 06/2017 COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO DOS CEDROS - SC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 06/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO DOS CEDROS - SC, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 27/01/2017 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 27/01/2017 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 17 de Janeiro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

# Salto Veloso

## PREFEITURA

**PORTARIA N.º 339/2016**

PORTARIA Nº. 339/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica exonerado, o Sr. PAULO HOFFELDER do cargo de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, 40hrs semanais, nomeado pela Portaria nº 170/2015.

Artigo 2º. A partir de 1º de janeiro de 2017 o servidor passa a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidor Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 31 de dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 340/2016**

PORTARIA Nº. 340/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica exonerada a Sra. MÔNICA GIACOMIN do cargo de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, 40hrs semanais, nomeado pela Portaria nº 158/2015.

Artigo 2º. A partir de 1º de janeiro de 2017 a servidora passa a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidora Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 31 de dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 341/2016**

PORTARIA Nº. 341/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica exonerado o Sr. IVAN ELIAS BRUNETTA do cargo de SECRETÁRIO DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, 40hrs semanais, nomeado pela Portaria nº 147/2015.

Artigo 2º. A partir de 1º de janeiro de 2017 o servidor passa a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidor Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 31 de dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 342/2016**

PORTARIA Nº. 342/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica exonerado o Sr. RUDIMAR CORNELLI do cargo de SECRETÁRIO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, 40hrs semanais, nomeado pela Portaria DP nº 0002/2013.

Artigo 2º. A partir de 1º de janeiro de 2017 o servidor passa a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidor Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 31 de dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 343/2016**

PORTARIA Nº. 343/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica exonerada a Sra. MARILDE DEL MORO PAGANINI do cargo de DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 40hrs semanais, nomeado pela Portaria nº 255/2015.

Artigo 2º. A partir de 1º de janeiro de 2017 a servidora passa a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidora Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 31 de dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal



# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 30 de Janeiro de 2017 às 09h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino, conforme anexos do edital. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br), site: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br).

Santa Cecília, 17 de janeiro de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

### PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2017 - PROCESSO SELETIVO

ATO 001/2017

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 01/2017 - PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, torna público a primeira retificação do edital, conforme segue:

1. Ficam incluídos no anexo I do edital nº 01/2017, os Conteúdos Programáticos dos Conhecimentos Gerais Comuns para todos os Cargos de Professores, que passam a vigorar da seguinte forma:

#### CONTEÚDOS GERAIS - COMUNS AOS CARGOS DE PROFESSORES

1- Concepções de Educação e Escola. 2- Função social da escola e compromisso social do educador. 3- Ética no trabalho docente. 4- Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. 5- A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. 6- Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. 7- Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino-aprendizagem. 8- Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos. 9- Avaliação. 10- Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando. 11- Educação inclusiva. 12- Gestão participativa na escola. 13- Lei das Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB.

2. Os demais itens do referido edital permanecem inalterados.

Santa Cecília (SC), 16 de Janeiro de 2017.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

MARINEZ RIBEIRO ROSA MARTINS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 - DL

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC.

Objeto: Serviços médicos especializados, exames não prestados no município, para atendimento a pessoas carentes do município de Santa Rosa do Sul, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC e Assessoria e Manutenção de Programas de Saúde exercício 2017.

Da justificativa: A Dispensa de licitação para realização de exames e consultas médicas especializadas se faz necessário ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios do extremo sul catarinense

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Do Valor: o valor dos serviços é de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme proposta do fornecedor e relatórios prestados.

Vigência: 11/01/2017 a 31/12/2017.

Ana Regina Paulo de Borba

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2017 - FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2017 - FMS  
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

#### EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS.

Objeto: Repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, pessoal e manutenção de software de gerenciamento.

Valor: R\$ 54.675,20 (cinquenta e quatro mil seiscentos e setenta e cinco reais vinte centavos).

Vigência: 12.01.2017 a 31.01.2017.

Assinatura: 12 de janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 13:15 horas do dia 30 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios em geral destinado a alimentação escolar das escolas municipais de Ensino Fundamental, Pré – Escola, Centro de Educação Infantil e Creche Municipal para o exercício de 2017.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, ou pelo site [www.staterezhaprogresso.sc.gov.br](http://www.staterezhaprogresso.sc.gov.br), ou e-mail [compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br](mailto:compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br)

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 18 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 15:30 horas do dia 30 de Janeiro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto a aquisição de material odontológico para manutenção das atividades do setor de odontologia da UBS ( unidade básica de saúde ) para o exercício de 2017.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, ou pelo site [www.staterezhaprogresso.sc.gov.br](http://www.staterezhaprogresso.sc.gov.br), ou e-mail [compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br](mailto:compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br)

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 18 de Janeiro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017 - FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO "VOTRIENT" DE ORDEM JUDICIAL PARA PACIENTE, CONFORME MANDADO DE CITAÇÃO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA AUTOS Nº 0300715-87.2016.8.24.0058 PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: Oncoexpress Com. Prod. Farmacêuticos Ltda.

Valor Total: R\$ 8.290,00.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2017.

TIAGO MARTINHUK – Diretor de Suprimentos e Patrimônio

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 2/2017 FMS

#### JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO "VOTRIENT" DE ORDEM JUDICIAL PARA PACIENTE, CONFORME MANDADO DE CITAÇÃO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA AUTOS Nº 0300715-87.2016.8.24.0058 PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

II – Contratado: Oncoexpress Com. Prod. Farmacêuticos Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento dos medicamentos se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição dos medicamentos, por se tratar de medicamento essencial para a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravamento de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (...) O paciente demonstrou nos autos nº 0300715-87-2016.8.24.0058 a necessidade e urgência na aquisição do medicamento. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos medicamentos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 8.290,00) do medicamento a ser adquirido dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos medicamentos.

3 – VALOR: R\$ 8.290,00

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA 06/2017**

PORTARIA Nº 006 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

“Revoga Portaria”

O DIRETOR-PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,  
RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria de nº 3/2017, que autoriza servidor a dirigir o carro da Fundação Cultural de São Bento do Sul;

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2017.

MÁRCIO BROSOWSKY

DIRETOR-PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO CULTURAL

**PORTARIA 07/2017**

PORTARIA Nº 007 DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

“Revoga Portarias”

O DIRETOR-PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,  
RESOLVE:

Art. 1º Revogar as Portarias de nº 4/2017 e 5/2017, que cedem servidores da Fundação Cultural de São Bento do Sul;

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2017.

MÁRCIO BROSOWSKY

DIRETOR-PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO CULTURAL

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2017

Decreto nº 001/2017

Delega Poderes ao Secretário Municipal de Finanças.

Ricardo de Souza Carvalho, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, RESOLVE:

#### DELEGAR:

Art. 1º Fica delegado a Secretária Municipal de Finanças, Simone Maria Moenster Hawerth, para agir conjuntamente com o Prefeito Municipal, os poderes abaixo relacionados:

- 01 – emitir cheques
- 02 – abrir contas de depósito
- 03 – autorizar cobrança
- 04 – utilizar o crédito aberto na forma e condições
- 05 – receber, passar recibo e dar quitação
- 06 – solicitar saldos e extratos
- 07 – requisitar talonários de cheques
- 08 – autorizar débito em conta relativo a operações
- 09 – retirar cheques devolvidos
- 10 – endossar cheques
- 11 – requisitar cartão eletrônico
- 12 – movimentar conta corrente com cartão eletrônico
- 13 – efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico
- 14 – sustar/contrapor ordenar cheques
- 15 – cancelar cheques
- 16 – baixar cheques
- 17 – efetuar resgates/aplicações financeiras
- 18 – cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- 19 – efetuar saques – conta corrente
- 20 – efetuar saques – BB rural rápido
- 21 – efetuar saques – poupança
- 22 – efetuar pagamento por meio eletrônico
- 23 – efetuar transferências por meio eletrônico
- 24 – efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- 25 – efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- 26 – solicitar movimentação de contas no exterior
- 27 – efetuar movimentação financeira no RPG
- 28 – consultar contas/aplic. Programas repasse recursos federais – RPG
- 29 – liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro/AASP
- 30 – solicitar saldos/extratos, exceto investimentos e op. Crédito
- 31 – solicitar saldos/extratos de investimentos
- 32 – solicitar saldos/extratos de operações de crédito
- 33 – emitir comprovantes
- 34 – efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico
- 35 – efetuar transf. Eletrônica p/alívio de numerário coban
- 36 – fechar operações de derivativos
- 37 – encerrar contas de depósito
- 38 – consultar obrigações de débito direto autorizado – DDA
- 39 – cartão transporte – autorizar déb/transf meio eletrônico
- 40 – atualizar fat pelo gerenciador financeiro

Art. 2º A presente delegação refere-se às Contas da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Fundo Municipal de Habitação e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, todas do Município de São Bonifácio.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A.S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

## **DECRETO Nº 002/2017**

Decreto n º 002/2017

Normatiza os Procedimentos Licitatórios

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Art. 115 da Lei 8.666 de 21/06/93 e atualizações posteriores e da Lei Orgânica do Município de São Bonifácio, RESOLVE:

### **DECRETAR**

Art. 1º - A Comissão Permanente de Licitação para o ano de 2017 será constituída pelos Servidores Municipais, Jorge Luis Catânio, Deisi Feuser, Maria Helena Kuhl, Uilson Buchner e André Rohling, sob a presidência do primeiro.

§ Único – É competência da referida Comissão de Licitações, o controle do cadastro de fornecedores, elaboração dos processos licitatórios, publicação e divulgação, recebimento e julgamento das propostas, lavratura de atas, divulgação dos materiais comprados e execução dos demais atos inerentes a este procedimento administrativo.

Art. 2º - Os Atos da Administração Municipal de São Bonifácio, sobre Licitações, para conhecimento do público em geral, serão publicados na imprensa quando exigidos por Lei, e no mural localizado no "HALL" de entrada da Prefeitura Municipal, sito a Avenida 29 de dezembro, n º 12.

§ 1º - Os Atos da Administração referidos no caput deste artigo, ficarão expostos durante 05 (cinco) dias quando se referirem a modalidade Convite; 15 (quinze) dias, 30 (trinta) dias e 45 (quarenta e cinco) dias, quando se tratarem das modalidades de Licitação TOMADA DE PREÇOS ou LEILÃO, CONCURSO e CONCORRÊNCIA, respectivamente.

§ 2º - Os demais documentos afixados no mural, ali permanecerão por 10 (dez) dias, em local visível e ao alcance de todos, durante o horário de expediente externo, cabendo a Comissão Permanente de Licitação o controle de afixação, retirada e arquivamento dos documentos.

Art. 3º - Fica estabelecido que a Praça a que se refere a Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, em seu art. 22, § 6º, é a Região da Grande Florianópolis e Tubarão.

Art. 4º - A Administração Municipal adotará registro cadastral próprio dos seus fornecedores em obediência ao que se dispõe no Art. 34 da Lei n º 8.666/93 e atualizações posteriores.

§ Único – Fica instituído o Cadastro de Fornecedores, o Certificado de Registro Cadastral e definida a relação de documentos necessários para a inscrição ou renovação do Cadastro na forma estabelecida nos Anexos I, II e III, deste Decreto.

Art. 5º - Para efeitos de cadastramento, ficam convidados todos os fornecedores e prestadores de serviço a comparecerem junto a Comissão de Licitação, munidos dos documentos exigidos pela Lei n º 8.666/93, atualizações posteriores, na forma do anexo III, deste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, sobremaneira o Decreto n º 069/2016.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

### **ANEXO I**

#### **CADASTRO DE FORNECEDOR**

Data de Vencimento: ...../ ..... /.....

Ramo .....

.....

Razão Social: .....

.....

Endereço: .....



N º ..... Andar ..... Sala ..... Bairro .....  
Cidade ..... UF .....  
CEP: ..... Caixa Postal .....  
CGC ..... Insc. Estadual .....  
Telefone ..... Telex ..... Fax .....  
Contato .....  
Telefone ..... Ramal .....  
Banco ..... Ag. N º .....  
Conta .....

São Bonifácio, ..... de ..... de 2017.

.....  
Responsável pela Empresa  
Nome  
N º CI

## ANEXO II

### CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

VENCIMENTO:

RAMO:

EMPRESA:

ENDEREÇO:

A Prefeitura Municipal de São Bonifácio, no cumprimento do que estabelece a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e atualizações posteriores, certifica que a Empresa acima identificada está escrita no Cadastro de Fornecedores desta Prefeitura, e habilitada a participar dos processos de licitação cujo objeto tenha relação com o seu ramo de atividade.

São Bonifácio, de de 2017.

Prefeito Municipal  
ANEXO III

### DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSCRIÇÃO/RENOVAÇÃO DO CADASTRO

#### I - CAPACIDADE JURÍDICA

- ( ) a) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física;
- ( ) b) Prova de Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual;
- ( ) c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;
- ( ) d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- ( ) e) Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade exigir;
- ( ) f) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade.

#### II – CAPACIDADE TÉCNICA

- ( ) a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente se houver, ou declaração da própria empresa atestando a não existência de entidade profissional que regule as suas atividades, ficando sujeita às sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;
- ( ) b) Atestado de capacidade técnica de no mínimo de 2 (dois) órgãos públicos ou de empresas privadas, especificando os materiais, serviços ou obras civis para o (s) qual (is) deseja habilitar-se;
- ( ) c) Relação discriminada de todos os materiais e serviços oferecidos pela empresa.

#### III – IDONEIDADE FINANCEIRA

- ( ) a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes e balanços provisórios;
- ( ) b) Certidão negativa de falência, concordata expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

#### IV – REGULARIDADE FISCAL

- ( ) a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), conforme o caso;
- ( ) b) Certidão negativa de débito da Receita Federal;
- ( ) c) Certidão negativa de débito da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da empresa;
- ( ) d) Certidão negativa de débito da Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

( ) e Prova de quitação para a seguridade social, através da apresentação da certidão negativa de débito – CND, do INSS e do FGTS, em vigor.

**V- PREENCHIMENTO DO BOLETIM CADASTRAL DO FORNECEDOR (ANEXO I)**

Preencher o formulário de Cadastro do Fornecedor, (Anexo I). O formulário deverá ser assinado por pessoa responsável pela empresa.

**VI – ALTERAÇÃO DO REGISTRO CADASTRAL**

Para qualquer alteração do registro cadastral, a empresa deverá apresentar documento que comprove a alteração, juntamente com a correspondência solicitando a devida alteração cadastral.

**VII – VALIDADE DO REGISTRO**

O Certificado de Registro Cadastral desta diretoria poderá ser emitido em qualquer época do ano e terá validade de 12 (doze) meses.

**VIII – PRAZO DE EMISSÃO**

O prazo de emissão do Certificado Cadastral, será de até 10 (dez) dias após a entrega da documentação correta.

**IX – DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

- Os documentos solicitados para o cadastramento, deverão ser apresentados em 1 (uma) via, em original, por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão de imprensa oficial.

- Todos os documentos deverão ser endereçados à PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO, sito a Avenida 29 de dezembro n º 12, CEP 88.485-000 – SÃO BONIFÁCIO – SC.

- Os documentos acima citados estão de acordo com o que dispõe a Lei n º 8.666/93, e atualizações posteriores.

- A documentação requerendo o Certificado de Registro Cadastral será devolvida, se não tiver solução de continuidade no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de entrada no protocolo.

**DECRETO Nº 003/2017**

Decreto n º 003 de 04 de janeiro de 2017.

Homologa Calendário de Feriados e Pontos Facultativos.

Ricardo de Souza Carvalho, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de sua competência que lhe confere o item III, do artigo 60, seção II, da Lei Orgânica de São Bonifácio, RESOLVE:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos para o exercício de 2017, para o Município de São Bonifácio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições do Decreto n º 068/2016.

São Bonifácio, 04 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA 2017

DIA/MÊS	DIA DA SEMANA	EVENTO	FERIADO/P.FACULTATIVO
01/01	Domingo	Confraternização Universal	Feriado Nacional
27/02	Segunda-feira	Carnaval	Ponto Facultativo
28/02	Terça-feira	Carnaval	Feriado Nacional
01/03	Quarta-feira	Cinzas	Ponto Facultativo até às 12:00hs
13/04	Quinta-feira	Quinta-Feira Santa	Ponto Facultativo
14/04	Sexta-feira	Paixão de Cristo	Feriado Nacional/Municipal
21/04	Sexta-feira	Tiradentes	Feriado Nacional
01/05	Segunda-feira	Dia do Trabalho	Feriado Nacional
25/05	Quinta-feira	Ascensão do Senhor	Ponto Facultativo
05/06	Segunda-feira	Dia do Padroeiro	Feriado Municipal
15/06	Quinta-feira	Corpus Christi	Feriado Nacional
15/08	Terça-feira	Assunção de Nossa Senhora	Feriado Nacional
07/09	Quinta-feira	Independência do Brasil (1822)	Ponto Facultativo
12/10	Quinta-feira	N. S. Aparecida Pad. do Brasil	Feriado Nacional
28/10	Sábado	Dia do Funcionário Público	Ponto Facultativo
02/11	Quinta-feira	Finados	Feriado Nacional
15/11	Quarta-feira	Proclamação da República (1889)	Feriado Nacional
08/12	Sexta-feira	Imaculada Conceição	Feriado Municipal
24/12	Domingo	Véspera de Natal	Ponto Facultativo
25/12	Segunda-feira	Natal	Feriado Nacional
29/12	Sexta-feira	Emancipação Política (1962)	Feriado Municipal
31/12	Segunda-feira	Véspera Ano Novo	Ponto Facultativo

São Bonifácio, 04 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2017 – MODALIDADE PREGÃO 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Edital de Pregão 02/2017 do Tipo: Menor Preço por Item; OBJETO: Aquisição Parcelada de Combustível para as Máquinas e Veículos do Município de São Bonifácio, conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 13:00 horas do dia 27/01/2017. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone/fax (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 17 de Janeiro de 2017. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 001/2017

Portaria n º 001/2017

Exonera Função Gratificada de Chefe de Setor de Serviços Gerais FG-2.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, ELISANGELA APARECIDA SCHMOELLER NIENKOETTER, brasileira, casada, da Função Gratificada, de Chefe de Setor de Serviços Gerais FG-2, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 002/2017**

Portaria n º 002/2017

Nomeia Chefe de Gabinete.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

NOMEAR, ELISANGELA APARECIDA SCHMOELLER NIENKOETTER, brasileira, casada, Administradora, funcionária pública municipal, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Gabinete – FG-1, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 003/2017**

Portaria n º 003/2017

Nomeia Secretário Municipal.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

NOMEAR, SIMONE MARIA MOENSTER HAWERROTH, brasileira, casada, contadora, funcionária pública municipal, para exercer a Função Gratificada de Secretária Municipal de Finanças – FG-1, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 004/2017**

Portaria n º 004/2017

Nomeia Diretora de Controle Interno.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

NOMEAR, MARISA MOENSTER BACKES, brasileira, casada, Pedagoga, funcionária pública municipal, para exercer a Função Gratificada de Diretora de Controle Interno– FG-1, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 005/2017**

Portaria n º 005/2017

Nomeia Secretário Municipal.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

NOMEAR, CIRENEU DE SOUZA, brasileiro, casado, funcionário público municipal, para exercer a Função Gratificada de Secretário Municipal de Obras, Rodovias e Serviços Urbanos – FG-1, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 006/2017**

Portaria n º 006/2017

Exonera Responsável pelo Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria do SUS – FG-2.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

EXONERAR, MARIA HELENA KUHL, brasileira, solteira, funcionária pública municipal, da Função Gratificada de Responsável pelo Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria do SUS – FG-2, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 007/2017**

Portaria n º 007/2017

Nomeia Secretário Municipal.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

NOMEAR, MARIA HELENA KUHL, brasileira, solteira, funcionária

pública municipal, para exercer a Função Gratificada de Secretária Municipal de Saúde – FG-1, a partir do dia 02 de janeiro de 2017. São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 008/2017**

Portaria n º 008/2017

Nomeia Chefe de Departamento.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, RODRIGO LOCH, brasileiro, casado, funcionário público municipal, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Departamento de Estradas de Rodagem – FG-2, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 009/2017**

Portaria nº 009/2017

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de São Bonifácio

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de São Bonifácio, o servidor VALTER SCHARF FILHO, Assistente Administrativo III, durante o exercício de 2017.

Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de São Bonifácio, os servidores:

Jorge Luis Catanio  
Deisi Feuser  
Maria Helena Kuhl  
Uilson Buchner  
André Rohling

Parágrafo único: o Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 010/2017**

Portaria n º 010/2017

Nomeia Secretário Municipal.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, ROSANE SCHADEN PREUSS, brasileira, casada, funcionária pública municipal, para exercer a Função Gratificada de Secretária Municipal de Educação – FG-1, a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 011/2017**

Portaria n º 011/2017

Designa Responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, GRAZIELA VANROO, brasileira, solteira, Vice-Prefeita, para responder pelo Expediente da Secretaria Municipal de Assistência Social, contados a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 012/2017**

Portaria nº 012/2017

Designa Responsável pelo Expediente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e, pela Secretaria Municipal de Desporto.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, ROSANE SCHADEN PREUSS, brasileira, casada, para Responder pelo Expediente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e, pela Secretaria Municipal de Desporto, contados a partir do dia 02 de janeiro de 2017.

São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017-O Município de São Bonifácio, verificado todos os pressupostos legais e formais, ratifica nos termos do artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93, o Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2017, cujo objeto é aquisição de combustível para o abastecimento da frota municipal até a realização do competente processo licitatório, pelo prazo de 30 (trinta dias), atendendo à solicitação da Chefia de Gabinete deste município, sendo contratada a empresa Auto Posto São Bonifácio Ltda., inscrito no CNPJ nº 01.261.359/0001-85, pelo valor de R\$ 3,01 o litro do óleo diesel, R\$ 3,96 o litro da gasolina comum, R\$ 3,15 o litro do óleo diesel S-10 e R\$ 3,00 o litro do ARLA-32. Publique-se. São Bonifácio, 02 de janeiro de 2017. Ricardo de Souza Carvalho - Prefeito Municipal

# São Domingos

## PREFEITURA

### **CONTRATO PREFE N 001 DE 02.01.2017 CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JANEIRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE N. 001 de 02/01/2017

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 360.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/01/2017

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL E RECEBIMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

CPF/CNPJ: 04.328.816/0001-08

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

### **PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 006/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 006/2017

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO n. 001/2017

A Prefeita Municipal de São Domingos, com base na Lei 11.947/09, e Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013, vem realizar Chamada Pública para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, que serão destinados ao fornecimento de alimentação (merenda) nas Instituições Educacionais de Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Município, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolas – PNAE. Desse modo, estará efetuando cadastro dos interessados junto a Secretaria Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal, do dia 20 de janeiro de 2017 a 09 de fevereiro de 2017. Os produtos alimentícios a serem adquiridos, a forma de fornecimento, bem como a documentação necessária para cadastro estão estabelecidas no edital. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: [licitacao@saodomingos.sc.gov.br](mailto:licitacao@saodomingos.sc.gov.br).

São Domingos, SC, 13 de janeiro de 2017.

ELIEZE COMACHIO – Prefeita Municipal



# São João Batista

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO 005/PMSJB/2017 - PP 05/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO Nº 005/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Pregão Presencial nº 005/PMSJB/2017, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 02/02/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 02/02/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 206/214, ou pelos e-mails: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita01@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita01@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 7h às 13h, em dias úteis. São João Batista, 17 de janeiro de 2017. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO 006/PMSJB/2017 - PP 06/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 006/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 006/PMSJB/2017, para a AQUISIÇÃO PARCELADA DE AREIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES, ESCOLAS E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 07/02/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 07/02/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 214/206, ou pelos e-mails: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br), [licita01@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita01@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita02@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita02@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 7h às 13h, em dias úteis. São João Batista, 17 de janeiro de 2017. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### PP 09.17 PEÇAS MAQ

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de peças para manutenção de máquinas pesadas do setor de obras do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes até as 09:00 horas do dia 30 de janeiro de 2017 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 17 de setembro de 2.017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

### PP 10.17 OLEOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017 com registro de preço para eventual aquisição

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 010/2017, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de óleos e graxas para manutenção dos veículos das diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00 horas do dia 02 de fevereiro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:00 horas do dia 02 de fevereiro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 17 de janeiro de 2017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

### PP 11.17 RECAPAGEM PNEU

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 – com sistema de registro de preço para eventual aquisição.

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 011/2017, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para efetuar a recapagem de pneus dos veículos de propriedade do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 02 de fevereiro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 02 de fevereiro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 17 de janeiro de 2.017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

### PP 12.17 PNEUS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017 – com sistema de registro de preço para eventual aquisição

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 012/2017, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores de pneu para os veículos de propriedade do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00 horas do dia 03 de fevereiro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:00 horas do dia 03 de fevereiro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 17 de janeiro de 2017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 015/2017

DECRET O Nº 015/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADAS as seguintes pessoas: - JADER GEISSLER DE MOURA, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Controle Interno. – ADRIANO RODRIGUES TAVARES, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor de Saúde, sendo que o mesmo vai optar pela gratificação do referido Cargo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 17 de Janeiro de 2017.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### ROL DE INSCRITOS - SELETIVO Nº 001/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

GIOVANI NUNES, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O ROL DE INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO 001/2016, CONFORME SEGUE:

FICA ABERTO O PRAZO PARA RECURSO NOS DIAS 17 E 18/01/2017.

### ROL DE INSCRITOS

INSCRIÇÕES DEFERIDAS	
2º PROFESSOR - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
275	NEOMAR NESI DE MATOS
434	PATRICIA DA SILVA
171	SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING
2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
266	ANDRÉA ARRUDA CAMARGO
125	DAIANA ALVES
72	EVANIR CEQUINEL DO AMARAL
39	FERNANDA PEREIRA MATTOS
38	FRANCIELLY SOUZA DE ABREU
11	INDIARA CORDOVA FERON
335	JOZI CARLA RODRIGUES
222	NALVA GRAZIELA MATTOS
41	PATRICIA DEMESSIANO
15	VERONICA RODRIGUES BORGES
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	
Nº Inscrição	Candidato
271	JAIR JOSÉ DIAS
400	JEAN MICHEL BATISTA DA LUZ
366	JOAO PROENCA NUNES

40	JOAQUIM ADILTON MARAFIGO
274	MICHAEL WILLIAN DA ROSA
403	RODRIGO COSTA DE OLIVEIRA
Candidatos no Cargo:	6
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SERVENTE/FAXINEIRA/MERENDEIRA	
Nº Inscrição	Candidato
114	ADRIANA APARECIDA ARTISMO GUIMARAES
423	ADRIANA LIMA
404	ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS ORENCIO
409	ALESSANDRA PEREIRA
386	AMANDA NUNES GARCIA
365	ANA CARLA BORGES DE SOUZA
146	ANA CRISTINA VIEIRA DE FIGUEREDO
426	ANA MARIA DE SOUZA
58	ANA MARIA MARAFIGO
244	ANA PAULA VIEIRA ARTISMO
235	ANDREA REGINA DO PRADO
417	BRUNA DE OLIVEIRA PADILHA
180	CARLA RENATA VERTUOSO
349	CELINA DE FIGUEREDO
187	CINTIA ANTUNES DO AMARAL
204	CRISTIANI RIBEIRO SOUZA FLORES
80	DAIANE FURTADO RIBEIRO NUNES
391	DAMARIS MEDEIROS GODINHO
68	DANIELA DAS GRAÇAS ANDRADE
27	DAYANE DA SILVA XAVIER
390	DENIZE GILCIANE DA SILVA LIMA
181	EIDI MARCIA LIMA MARTINS
292	ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA PADILHA
288	ELIZA CABRAL GOMES
76	ELZA DOS SANTOS
56	EMILIA MARCIA RODRIGUES
372	ESTER ANDRADE DOS SANTOS
142	FERNANDA ANTUNES
119	FRANCIELE PATRICIA LIMA DE ALMEIDA
279	GRACIELLE DA CRUZ
437	HELOISA HELENA BIOLO MONTEIRO
128	IDONE DE SOUZA GUALBERTO
339	IRENE SALETE MACHADO
89	JESSICA QUINTINHO BRUCH
411	JOSE VILSON DE OLIVEIRA
36	JOSIANE LEHMKUHL
5	JOZE CARLA DE SOUZA
249	JUÇARA DOS SANTOS
243	KEILA DA SILVA MATOS
110	LENITA DE FATIMA SOUZA DIEI
73	LORENA NUNES DA SILVA VALEIRO
369	MARIA COSTA LIMA
338	MARIA IVONE PEREIRA
116	MARIBEL APARECIDA DA SILVA
195	MARIBEL PROCHONOFF GIL
353	MARISETE APARECIDA RIBEIRO
10	MICHELE CASSAO MUNIZ
160	NAIR MATTOS DE SOUZA
416	NAZARE DE OLIVEIRA
111	ORALICE SANTOS DE OLIVEIRA GODINHO

436	PATRINA APARECIDA DA SILVA
356	PAULA BORGES VELHO
332	ROSANE APARECIDA BRUCH
424	ROSILENE CASSAO RIBEIRO
226	ROSILENE MARIA CABRAL
248	SABRINA MACEDO ANDRADE
241	SALETE DO AMARAL SILVA
350	TAISE NUNES FIGUEREDO
265	TAMARA RODRIGUES CASSAO
46	TANIA APARECIDA SEIFERT UEDA
182	TATIANE DE FATIMA IENDRAS
293	TATIANE HENRIQUE DA SILVA
328	VANESSA APARECIDA VIEIRA DA SILVA
26	VANUSA APARECIDA PINTO
28	VIVIANE DOS SANTOS LUCRECIO

**AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL**

Nº Inscrição	Candidato
66	ALESSANDRA ANDRADE PINTO
341	ALESSANDRA APARECIDA FURTADO
209	CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO
419	DAYANNE PEREIRA OLIVEIRA
227	FRANDIHELLE MARTORANO MARTINS
31	JAQUELINE NUNES DE BRIDA
25	KAROLAINE BORGES
231	KEILA ROBERTA NUNES VIEIRA
217	LAIS DE SOUZA ALVES
94	MARCILENE PINTO OLIVEIRA
316	MARCOS ROBERTO HEBERLE
225	RAFAELA CABRAL DE LIMA
282	SANDRA MARA ROSA DE SOUSA
7	SILVANA SANTOS ROSA

**FISCAL DE TRIBUTOS**

Nº Inscrição	Candidato
383	ANA CLAUDIA MIYOCO CARNEIRO KINOSHITA
412	ANA PAULA BORGES ANDRADE
63	ANDERSON BRYHAN DE OLIVEIRA
317	ANDRÉIA CRISTIANE BIOLO
334	BIANCA DA SILVA OLIVEIRA
385	BIANCA DE ANDRADE LINHAGUE
252	CLAUDIA MARIA DOS SANTOS
57	DARLENE DA SILVA RODRIGUES
381	ENIO CARVALHO
12	GISLAINE DO AMARAL VIEIRA
184	HENRIQUE HELION CAVALHEIRO DUTRA
236	JOSE CARLOS RIBEIRO DE MELO
105	KARLINE LEITE IZIDORO
325	LUIZ GONZAGA DE SOUZA JUNIOR
132	MAICON FIGUEIREDO NUNES
326	MORGANA SA PEREIRA HOSOI
203	NATACHA ZAMPRONIO DENOVAIS
308	PATRICIA BORGES VELHO
387	PAULO SERGIO HUGEN DE ABREU
440	RAFAEL AUGUSTO CASTILHOS
413	RICARTE COSTA NUNES
374	SUELEN DOMINGOS GODINHO
268	TAÍS DE SOUZA ALVES

**MOTORISTA DA EDUCAÇÃO**

Nº Inscrição	Candidato
306	ALEXSANDRA CAVALHEIRO VARGAS BERNARDO
300	FABIANO BORGES DE SOUZA
439	LUIZ DAIR DA SILVA

**MOTORISTA DEMAIS SECRETARIAS**

Nº Inscrição	Candidato
371	ALTAIR DONIZETE COSTA IENDRAS

433	ANDERSON RAFAEL VALIM
336	BRUNO BORGES SANTOS
213	DANIEL DA SILVA GUIMARAES
166	DIEGO RIBEIRO GOULART
233	EDSON FABIANO MARQUES
47	EDUARDO OSMAR CLAUDIANO CABRAL
200	EVANDRO DONIZETE SANTOS
344	FABIANO HASCKEL
384	FABIO MALUCHE
303	FERNANDO DE JESUS ARTISMO
346	JAISON DOS SANTOS
319	JOSE IVAN GOULART
143	JOSE TAMARINDO MELO JUNIOR
388	JULIANO HASCKEL
422	LEOBERTO ANTONIO DE MELO
427	LINDOMAR DA SILVA GUIMARAES
212	LUCAS LIMA DOS SANTOS
140	MAIKON FERNANDES
223	MAURI DONIZETE GOULART
280	NERITON OSNI SANTOS CAMARGO
337	RAFAEL MORAES DE OLIVEIRA
253	ROSOMAR MARTINS FERREIRA
402	VILSON NUNES DA ROSA

**MOTORISTA SOCORRISTA SAMU**

Nº Inscrição	Candidato
393	ANDERSON PIERRE DA ROSA
327	CLEDER GUEDES
101	DANILO OLIVEIRA FLORES
93	FABRÍCIO GODINHO PEREIRA
112	IRONI DE OLIVEIRA
397	JEFFERSON GEVIESKI OURIQUES
432	JULIANO CARDOSO MACHADO
373	MARCELO IUNG
254	OSVALDO VIEIRA ARTISMO

**OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Nº Inscrição	Candidato
357	ALCEU ITAMAR DA ROSA
186	ALEXSANDRO CASSAO BORGES
398	JAISON DE SOUZA RODRIGUES

**ORIENTADOR DE ARTESANATO**

Nº Inscrição	Candidato
347	EDU DE SOUZA MELO
321	ENOEMIA DE LOURDES LOURENÇO DE MEDEIROS
59	MARCOS CARDOSO
109	TÂNIA APARECIDA CORRÊA RODRIGUES

**ORIENTADOR DE DANÇA**

Nº Inscrição	Candidato
420	ANA CAROLINE LIMA
220	PABLO CRISTIANO BIRK DA SILVA
394	SUELEN AMARAL

**ORIENTADOR DE MÚSICA**

Nº Inscrição	Candidato
54	SUIANI ELINIS OLIVEIRA DA ROSA

**PROFESSOR ANOS INICIAIS - HABILITADO**

Nº Inscrição	Candidato
273	ANGELINA COSTA LINHARES
352	CLEUZA APARECIDA BORGES
97	DAIANE APARECIDA VITORINO
167	DAIANI BECCARI NUNES
270	DANYELLA CANDIDO DOS SANTOS
377	DARLENE APARECIDA FERREIRA
175	DEIZIANE PADILHA
320	GABRIELA VENZON GONÇALVES DE AZEVEDO
330	GLECI TEREZINHA DOS SANTOS

165	GRAZIELI MAURICIO
33	LAIANE APERECIDA PADILHA MACHADO MELO
281	LEONOR SERAFIM DE SOUZA NUNES
13	LINDOLFO RODRIGUES DOS SANTOS
314	MARIA GORETE GARCIA
389	MARIA IOLANDA MACEDO
407	MARLY DE FATIMA PEREIRA MARTINS
414	NEURA MARA DOS SANTOS
343	PAULA MARTORANO NUNES
291	PRISCILA FIGUEIREDO CARVALHO
309	RITA DE CASSIA JESUS
430	SUZETE DE SOUZA AGUIDA
PROFESSOR ANOS INICIAIS - MAGISTÉRIO	
Nº Inscrição	Candidato
370	ARMANDA NATALINO MELO
150	CAROLINA XAVIER LIMA
218	CIRINHA DE OLIVEIRA
35	ELAINE SILVA ROCHA ROSA
396	LUCIANA CAPPELLARI DE OLIVEIRA
159	MILENE CARVALHO FRONZA
219	MILENE FÁTIMA DE SOUZA
144	SILVIA RIBEIRO DE LIZ DA SILVA
PROFESSOR ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
193	ANDRESA PATRICIO BARBOSA
211	DANIELA APARECIDA DE LIMA
378	MARIELA DE SOUZA CORRÊA
103	RINARA SILVA TEODORO
PROFESSOR DE ARTE 10 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
214	MARCIA RIBEIRO
PROFESSOR DE ARTE 10 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
107	RITA DE CASSIA R. BORGES
PROFESSOR DE ARTE 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
60	ANDREIA RAMOS FLORES
382	ELIANE OLIVEIRA NUNES
196	ERICA DE SOUZA AMARAL
359	MARIA ELIZANDRA PADILHA
323	ROSEMERY DA SILVA MELO
230	SABRINA ARCARO MATOS
PROFESSOR DE ARTE 20 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
88	ADRIANA DE FATIMA NUNES
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
251	ADRIANA APARECIDA MACEDO
257	BRUNO ZANELATTO SCHLICHTING
117	CÉLIA TEREZINHA PEREIRA
256	DAIANE MARTINS DE SOUZA
122	DANIELA MARTINS DE SOUZA
364	FRANCIELE RODRIGUES RIBEIRO
234	JOSIELY ZANELLA FERNANDES
96	TATYANA VIEIRA DE SOUZA DA SILVA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
392	CAROLINE MARIA ALVES
395	CASSIANO SUHRE DA ROSA
106	MAIANE VIEL
8	MICHEL PEREIRA LUCIANO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
360	MARIS APARECIDA COSTA SHISHITO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
77	ADRIANA MATIAS DO AMARAL MATOS
95	ADRIANA PEREIRA DE SOUZA
261	ALINE RODRIGUES
50	DAÇAÉLEN SOUZA SANTOS
348	LETÍCIA SILVA PEREIRA
342	ROBERTO LUIZ FERNANDES JUNIOR
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
263	ADRIELI COSTA MARTINS
136	ANDRESSA PAGANINI
307	EDSON DOS SANTOS OLIVEIRA
285	GUILHERME AMARAL ANTUNES
64	JACKELINE SOUZA
4	JUCELINO HECK
1	MARIOZAN CARDOSO WOLFF
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
260	JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
429	JOSIELLE DA SILVA PADILHA
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
158	CLAUDIONEI GÓSS
70	GIZELI RIBEIRO MATTOS
37	LILIAN KATIANI ABATT
178	VERA LUCIA DE ALMEIDA
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
445	DANIELA MENDES RODRIGUES
442	ELIZABETE CECHELINEL
333	GIOVANE ROSA ZIMMERMANN
351	LUCIMAR GUEDES ANDRADE RODRIGUES
259	LUZIANI RIBEIRO SOUZA
277	MARIA ZALMIRA PEREIRA DA SILVEIRA
379	ROGERIO MARQUES FERNANDES
207	SUÉLEN SOUZA CAVALHEIRO
124	VALÉRIA DA SILVA BATISTA
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
295	ELAINE RODRIGUES DO AMARAL
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
361	ITALIA VLADIS COSTA
PROFESSOR DE MÚSICA - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
331	GRAZIELI CRISTINI DA SILVA
305	MARILÉIA APARECIDA OLIVEIRA
PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS GINÁSIO 30 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
228	SUELEN LUCIANO DA SILVEIRA
PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS GINÁSIO 40 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
208	GILBERTO MARTINS
PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS GINÁSIO 40 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
65	RAFAEL RIBEIRO SOUZA
PROFESSOR DO AEE - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato



239	JOSÉ LEONARDO DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO AEE - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
20	MARIELA TAINÁ DE JESUS
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
3	DAIANE PORTO DA ROSA ROTTA
329	FABIANA DOMINGOS DE SOUZA
264	JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI
242	JANICE LOPES KOHAUT DA SILVA
287	MARIA IZABEL BORGES
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - MAGISTÉRIO	
Nº Inscrição	Candidato
188	CRISTIANE DE FÁTIMA BARBOSA
355	ELENICE SANTOS OLIVEIRA PEREIRA
210	ELIZABETE GUEDES DE LIMA
71	EVANDRA APARECIDA MARAFIGO DA ROSA
297	LUCIANA DE FATIMA DA SILVA
415	LURDES DANIELA CRUZ OLIVEIRA
408	MARILEI MOTA MACEDO
118	MAYRA FIGUEREDO DA SILVA
358	VANDRÉIA OLIVEIRA BARBOSA
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
250	ROSIANE ARRUDA DO NASCIMENTO
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
170	ALINE DA SILVA RODRIGUES
53	ANA PAULA DE LIMA.
324	CLEIDE ELISE SOUZA WALTRICK VIEIRA
444	DANIELA DE SENA AMARAL
145	ELIANA OLIVEIRA DA SILVA
86	ELIZANDRA DA SILVA PEREIRA
81	ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSÃO
79	ESOLETA TOMASI PEREIRA
84	IARA DENIZE DE FATIMA FARIAS SILVA
406	KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL
363	MARCIA BITTENCOURT OLIVEIRA
198	MARIA ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA
168	MARIA HELENA NUNES RIBEIRO
83	MARIA ISABEL PEREIRA DO ROZARIO
98	SABRINA MACEDO DA ROSA
272	SONIA LARA BORGES
55	VIVIANE PEREIRA DA SILVA
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS - MAGISTÉRIO	
Nº Inscrição	Candidato
431	ANDREIA DE FÁTIMA SEIFERT
177	CARLA BIANCA PEREIRA COSTA
345	EDMARA MARTINS
32	GRAZIELA RAIZER DA CRUZ
298	IVONETE DOS PRAZERES RODRIGUES DO AMARAL
194	JANAINA APARECIDA RIBEIRO ROSA
247	JULIANA BORGES ANSELMO
185	LAURA MARISTELA ROCHA MORAES
246	RAFAELA LEMOS MACEDO
238	TEREZINHA GORETI DO NASCIMENTO PEREIRA
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
302	CHARLÔ PEREIRA DA SILVA
92	DAIANE BIRK DA SILVA
14	JAQUELINE APARECIDA SERAFIM HUGEN
149	JOICE KELLY DE OLIVEIRA MACEDO SILVA
224	JOSIELE MELNEK

138	KARINE JORDÃO
240	MARIA ADRIANA DA SILVA
147	ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL
215	SILVANA NUNES DA SILVA
PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA 10 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
205	RUAN MEDEIROS DE SOUZA
PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
304	ELIZABETH BATHKE VIEIRA
283	FABIANA PORTO
129	GISELA MENDONÇA GOULART
90	GUIOANA BORGES
286	JANAINA UIARA DE ANDRADE
340	JOZIANI DOS SANTOS
290	MAIARA FIGUEIREDO
23	MARICRIS TEREZINHA VELHO DE ANDRADE MATOS
9	PATRICIA NUNES DE BRIDA
62	SIRLEI RODRIGUES DE SOUZA
163	VANUZA RODRIGUES DOS SANTOS
PROFESSOR MATEMÁTICA 10 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
401	RENATA STEFFEN DE BETIO
PROFESSOR MATEMÁTICA 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
34	JANAINA BORGES HABITZREUTER
421	MARINÉS IUNG FIGUEIREDO
435	MARLISE PADILHA NESI
PROFESSOR MATEMÁTICA 20 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
104	LUAN ALVES DUARTE
299	STEFANI SILVA BARBOSA
17	TAIZE DE SOUZA VELHO
PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
237	ELIANE RODRIGUES
443	MARIA KÁTIA DA SILVA
276	ORACELIA APARECIDA CANDIDA DE LIMA
157	TATIANI FOGAÇA VELHO
PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR - MAGISTÉRIO	
Nº Inscrição	Candidato
301	JULIANA APARECIDA VALTRIQUE MATOS
399	SONIA REGINA COSTA
PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
428	KATIA CILENE MESQUITA LUCIANO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU	
Nº Inscrição	Candidato
375	ALBANI TEREZINHA GODINHO
172	EDINEIA MARTORANO
19	ELEDIR FARIAS
2	IVANA CUSTODIA GODINHO
99	JOSEANE GUANABARA DE LIZ
206	JULIANO CARVALHO DA CRUZ
173	LEA MARAFIGO DE JESUS NUNES
18	MICHELE VITORIA ROCHA
201	OLIVIA OLIVEIRA FIGUEIREDO
131	RENATA RODRIGUES DO ROZARIO
INSCRIÇÕES INDEFERIDAS	
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL	
Nº Inscrição	Candidato
21	11
179	JOAO CARLOS LIZ DA SILVA JUNIOR

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SERVENTE/FAXINEIRA/MERENDEIRA	
Nº Inscrição	Candidato
152	ALEX SANTOS DE SOUZA
199	CINTIA LUCRECIO MACHADO
183	DAIANE DE SOUZA
191	EDNA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA PEREIRA
85	ELIZETE APARECIDA OLIVEIRA
425	ELIZIANE DA LUZ ROSA
312	FABIANE REGINALDA ALVES NUNES
154	KELER CORREIA DA ROSA
354	LETICIA BORGES CARDOSO
197	LURDES SIMONE LUCRECIO
410	MARLEI DE FATIMA DA SILVA AMARAL
313	PAMELA RAMOS BOAROLI
6	TAMARA ZANELATTO TONELLI
189	VERA LUCIA DA SILVA
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	
Nº Inscrição	Candidato
134	ALINE DUARTE FERNANDES
169	EMANUELLE OLIVEIRA DA SILVA
255	FERNANDA DE CÁSSIA DE SENA DAMASCENO
418	GABRIELA TEIXEIRA ZACHARIAS DA SILVA
362	MAIKELE DE OLIVEIRA MARCA
278	VITOR MARCELO BATTISTI
FISCAL DE TRIBUTOS	
Nº Inscrição	Candidato
294	ANA PAULA SOLIMAN SOUZA
48	CARLA ROLING
120	CLOVIS KAUE WEBER
441	ÉRICA DOMINGOS GODINHO
115	JANAINA PRISCILA MUNIZ GOSS MALINVERNI
267	JESSICA BERSCH SCHERER
42	JESSICA SAYONARA GRAF
67	KERLEN PITZ GODINHO DE LIMA COSTA
133	LILIAN BIOLO NUNES
130	LUCAS NUNES ALMEIDA
49	LUCIANO ANZILIERO
164	MAIKO RAFAEL BURRIGO DE SOUZA
289	MARCUS DAVID ROCHA VAZ DA COSTA
318	MURILO GEVIESKI OURIQUES
315	NATHAN CABRAL COSTA
126	NORBERTO JOÃO LEITE
311	OSCAR WILLIAM RODRIGUES LEITE
108	REYNAN IURY BARLOESIU SILVERIO
MOTORISTA DA EDUCAÇÃO	
Nº Inscrição	Candidato
221	ANDRIGO PADILHA GOULART
MOTORISTA DEMAIS SECRETARIAS	
Nº Inscrição	Candidato
296	DIEINNY SILVA DE LIMA
367	EDSON HAMILTON NUNES
87	FLÁVIO ALEXANDRE VARGAS
102	JEFERSON OLIVEIRA ROSA
141	JUAN ROMERO SARTORI DE SOUZA
232	LUCAS SANTOS ROSA
192	LUIZ CARLOS LOCATELLI
155	MARCIO MARIANO SCHMIDT
91	RAFAEL DE ARRUDA
148	SANTELMO XAVIER DE LIMA FILHO
245	VILSON NAZARENO SOUZA JUNIOR
MOTORISTA SOCORRISTA SAMU	
Nº Inscrição	Candidato
69	GILMAR GOEDERT JUNIOR
30	PAULO ROBERTO RODRIGUES

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
Nº Inscrição	Candidato
29	CARLOS ROBERTO RONCAGLIO FILHO
ORIENTADOR DE ARTESANATO	
Nº Inscrição	Candidato
45	ROSA MARIA OLIVEIRA DOS SANTOS
ORIENTADOR DE DANÇA	
Nº Inscrição	Candidato
16	JÉSSICA HALL MONTEIRO
161	SARA VASCONCELOS DOS SANTOS
PROFESSOR ANOS INICIAIS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
202	CLEUMARA DA ROSA
74	ELIZANE GENEROSO RODRIGUES
123	IVAN PEREIRA LACOMBE
PROFESSOR ANOS INICIAIS - MAGISTÉRIO	
Nº Inscrição	Candidato
22	LUZIA GERUZA FERREIRA
PROFESSOR ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
262	ALEXANDRE DA SILVA ROSA
322	NEURA CANDIDA DE LIMA
PROFESSOR DE ARTE 20 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
162	THAYZA VALLE DA SILVA
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
258	KARINE DIAS
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
438	JOSE CRISTOVÃO DA CRUZ FILHO
376	LEONARDO LIMA RIBEIRO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
82	LUDMILA QUARESMA AGUIAR DOS SANTOS
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
137	HECTOR WILLIAM BARROS BASILE SILVA
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
100	MARIA PERPÉTUA FELIPPETO
PROFESSOR DE MÚSICA - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
51	LUCIANA COSTA
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
113	DAIANE SOUZA DE LIMA HUFF
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
446	EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA
43	GISELLE MORAES RODRIGUES DE SOUZA
380	JANAÍNE FOGAÇA DE MORAES
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
174	MAISA MARINHO DE CARVALHO
PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA 20 HORAS - NÃO HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
121	ALINE NUNES DA SILVA MICOSKI
PROFESSOR MATEMÁTICA 20 HORAS - HABILITADO	
Nº Inscrição	Candidato
269	TATIANA DE SOUZA ARRUDA GOEDERT
PROFESSOR MATEMÁTICA 20 HORAS - NÃO HABILITADO	



Nº Inscrição	Candidato
405	CARLA MARIZELIA NERI
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU	
Nº Inscrição	Candidato
61	CARLOS LEONARDO SCHULLER
190	CARMEN JUREMA OLIVEIRA DA SILVA
229	DAIANE DE SOUZA PADILHA
135	FRANSUELE CRISTINA LIMA
78	MARIA DE FÁTIMA SILVA SANTOS
127	MARIA DE LOURDES GOMES DOS SANTOS SALÇO-NI
44	MARILINDA DE ABREU CORREA
216	NORMA SIMAO
368	RAY GLOY ALVES ANDRADE
176	RENAN WILLIAN DOMINGUES DIDTBERNER

SÃO JOAQUIM 16 DE JANEIRO DE 2017

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA

Presidente da Comissão

# São José

## PREFEITURA

**CONTRATO/CT: Nº 137/2016 – DL 453/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 137/2016 – DL 453/2016 – Processo 724/2016 – Proc. Adm. 26783/2016 - Contratado: VIDA NOVA IMÓVEIS LTDA. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO À RUA CAMILO VERISSIMO DA SILVA, Nº 104, MARGINAL DA BR101, BAIRRO ROÇADO – SÃO JOSÉ/SC, DESTINADO À INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA – CENTRO POP NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de entrega de chaves e do termo de vistoria do imóvel. Valor: O valor da locação mensal será de R\$6.000,00 (seis mil reais), totalizando a importância de R\$72.000,00 (setenta e dois mil reais) para um período de 12 (doze) meses. Data da Assinatura do Contrato: 20 de dezembro de 2016

.

.

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.05/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2017  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº05/2017, Edital de Pregão Nº05/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, ANTIRATIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E ESCUPINIZAÇÃO, NAS ESCOLAS MUNICIPAIS e OUTROS SETORES DA MUNICIPALIDADE. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 31/01/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plínio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 041/2017

PORTARIA Nº 041/2017.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Art. 67º, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora Pública Municipal Leda Maria Britz Lunkes, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Escola, Grupo DAC, Nível 25, Matrícula 2867, referente ao período aquisitivo de 01/08/2015 a 31/07/2016, para serem gozados no período de 02 a 11 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 17 de janeiro de 2017.  
JOSÉ DE CONTO,  
Prefeito em exercício.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,  
Departamento de Pessoal.

### PORTARIA Nº 043/2017

PORTARIA Nº 043/2017

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal, Catarina de Lima Zanetti, ocupante do cargo efetivo de Merendeira, Grupo TSG, Nível 02, matrícula 1259, referente ao período aquisitivo de 07/02/2015 a 06/02/2016, para serem gozados no período de 02 a 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 17 de Janeiro de 2017.  
JOSE DE CONTO,  
Prefeito em exercício.

ELANDIR JOAO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Administração.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017 - SRP - PR Nº 005/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 30/01/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES, PARA ATUAR COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO NO EXERCÍCIO 2017, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL 11.788 DE 25/09/08 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de janeiro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2017 - SRP - PR Nº 006/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 31/01/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLOTAGENS E IMPRESSÕES DE DOCUMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO NO EXERCÍCIO DE 2017. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de janeiro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - PR Nº 002/2017 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o Anexo I, do Edital, e a data de entrega e abertura dos envelopes, do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, E POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2017. (PUBLICADO NO DOM/SC DIA 16/01/2017, ED. 2169, PG. 613). Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 30 de janeiro de 2017, às 15h15min e 15h30min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste, 16 de janeiro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**DECRETO Nº 5.591, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 5.591, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o artigo 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01.15.451.4511.1.063	4.4.90.00.00.00.00.0.1.0083	132	Aplicação Direta R\$ 470.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o artigo 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO Nº 188/2017**

RESOLUÇÃO Nº 188, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre o repasse financeiro a Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina - ACANOR, para o exercício financeiro 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos termos regimentais, e de acordo com o Decreto Legislativo nº 513, de 23 de abril de 2002, RESOLVE:

Art. 1º O repasse financeiro a Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina - ACANOR, para o exercício financeiro 2017, será na ordem R\$ 11.040,00 (onze mil e quarenta reais), fracionado em 12 parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 920,00 (novecentos e vinte reais).

Parágrafo único. O valor foi aprovado em assembleia geral da Acanor, realizada no dia 20 de outubro de 2016, conforme Ata nº 79, Anexo Único.

Art. 2º Os valores a serem repassados, de forma mensal, serão utilizados pela Acanor na execução de suas finalidades e manutenção de suas atividades, especialmente no que dispõe os artigos 3º e 4º do Estatuto Social.

Art. 3º A Diretoria da Acanor prestará contas anuais, na forma prevista em seu Estatuto e em observância a legislação vigente.

Art. 4º Para cobertura das despesas decorrentes desta Resolução serão utilizados recursos constantes no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, exercício de 2017, na seguinte classificação: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesa 3.3.3.50.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, SC, 10 de janeiro de 2017.

Vereador Agostinho Assis Menegatti

Presidente da Câmara Municipal

**ANEXO ÚNICO**

RESOLUÇÃO Nº 188, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Ata/ACANOR nº 79/2016

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, SC, 10 de janeiro de 2017.

Vereador Agostinho Assis Menegatti

Presidente da Câmara Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2016 - ASSIST. SOCIAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2016  
Processo Licitatório nº 9/2016  
Pregão Presencial nº 3/2016  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO, COM MICRO ÔNIBUS CUJO ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SEJA INFERIOR A 2009, EQUIPADO COM ELEVADOR E QUE CUMPRAM AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE, PARA ATENDER AOS PROGRAMAS SOCIOASSISTÊNCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EVENTUAIS VIAGENS INTERMUNICIPAIS.  
VIGENCIA: Prorrogado até 31/12/2017.  
ASSINA pela CONTRATANTE: MARTA REGINA SOTILLI ASSINA pela CONTRATADA: LUIZ JUSTINO DE ROCCO  
São Miguel do Oeste, SC, 17 de janeiro de 2017.

### **2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 38/2016 - ASSIST. SOCIAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 38/2016  
Processo Licitatório nº 22/2016  
Pregão Presencial nº 15/2016  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO, COM MICRO ÔNIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 25 LUGARES, CUJO ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SEJA INFERIOR A 2009, EQUIPADO COM ELEVADOR E QUE CUMPRAM AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE, PARA ATENDER AOS PROGRAMAS SOCIOASSISTÊNCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.  
VIGENCIA: Prorrogado até 31/12/2017.  
ASSINA pela CONTRATANTE: MARTA REGINA SOTILLI ASSINA pela CONTRATADA: LUIZ JUSTINO DE ROCCO  
São Miguel do Oeste, SC, 17 de janeiro de 2017.

### **5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 93/2015 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 93/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2015  
TOMADA DE PREÇO Nº 15/2015  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DA 3ª ETAPA DA ÁREA DO ANTIGO LIXÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, REFERENTE AUTOS Nº 067.98.000302-0, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO  
CONTRATADO: ALBATER TERRAPLANAGEM LTDA - ME

VIGENCIA: PRORROGADO ATÉ 30/04/2017.  
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: FABIO JÚNIOR ALBA  
São Miguel do Oeste, SC., 17 de janeiro de 2017.

### **6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76/2015 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXT. 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015  
TOMADA DE PREÇO Nº 09/2015  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADO PARA A DRENAGEM DE AGUA PLUVIAIS RUA PLACIDO DE CASTRO, BAIRRO ANDREATTA E O PROJETO DE AMPLIAÇÃO DE PONTILHÃO COM GALERIAS PRÉ-MOLDADAS, RIO GUAMERIM, BAIRRO SAGRADO CORAÇÃO CFE CONTRATO DE REPASSE N.º 806324/2014/ MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA PROCESSO N. 2623.1018717-74/2014, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS  
CONTRATADO: BARAZZETTI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA  
VALOR: Suprimido o valor de R\$ 2.098,66  
ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER  
ASSINA pela CONTRATADA: RICARDO BARAZZETTI  
São Miguel do Oeste, SC., 17 de janeiro de 2017.

### **DECRETO 8.808-REAJUSTE E CONCESSÃO TRANSPORTE COLETIVO**

DECRETO N. 8.808/2017  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO PRECÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere no art. 72, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO, que os serviços de transporte coletivo urbano é serviço público de interesse local que tem caráter essencial, não podendo sofrer solução de continuidade (Constituição Federal, art. 30, V);

CONSIDERANDO, que a concessão de serviços públicos de transporte coletivo urbano encontra-se vencida há mais de dois anos e não houve lançamento de novo edital de concessão de tal serviço público até o momento;

CONSIDERANDO, que a concessão de serviço público dá-se por meio de concorrência pública, que necessita de prazo de no mínimo 45 dias entre a publicação do edital e a abertura das propostas;

CONSIDERANDO, que o preço das passagens para o transporte coletivo urbano atualmente praticado no município de São Miguel do Oeste/SC foi reajustado pela última vez em 12 de janeiro de 2016, conforme Decreto nº 8.538/2016;

CONSIDERANDO, que a aplicação do índice inflacionário resultaria



em valor que dificultaria o troco, tanto para o concessionário quanto para o usuário, arredonda-se o valor, sendo que no próximo reajuste haverá compensação dessa diferença.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogada a CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO a título precário, à empresa Extremoeste Agência de Viagens e Turismo Ltda, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 79.659.892/0001-97, com sede na Cidade de São Miguel do Oeste, SC, compreendendo os serviços de transporte coletivo urbano pelo prazo de 01 (um) ano, ou até a conclusão do processo licitatório - o que for menor - a contar da data de publicação deste ato.

Art. 2º Fica concedido o reajuste inflacionário no preço da passagem de transporte coletivo urbano no importe de 7,19%, índice apurado pelo IGPM/FVG, Índice Geral de Preços de Mercado – Fundação Getúlio Vargas, ficando fixada a tarifa do transporte coletivo urbano de São Miguel do Oeste em R\$ 3,00 (três reais).

Art. 3º Ficam encarregadas as Secretarias e Departamento competente para elaboração e lançamento de Edital de Concorrência Pública para a concessão de serviço público.

Art. 4º. Para estudantes e professores fica fixado o importe de 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem.

Art. 5º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.  
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 17 de janeiro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 04/2017 - AGRICOLA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de combustíveis destinados para os veículos e maquinários do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h15min do dia 30 de janeiro de 2017.

Abertura: às 08h30min. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 17 de janeiro de 2017.

RENATO ROMANCINI

Gestor do Fundo

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 04/2017 - AÇÃO SOCIAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de combustíveis destinados para os veículos do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 30 de janeiro de 2017.

Abertura: às 09h. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 17 de janeiro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Assistência Social

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 05/2017 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

O Fundo Municipal de Saúde, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de combustíveis destinados para os veículos do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h15min do dia 30 de janeiro de 2017

Abertura: às 09h30min. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 17 de janeiro de 2017.

LEONIR CARON

GESTOR DO FUNDO



**PROCESSO LICITATÓRIO N. 08/2017 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de combustíveis destinados para os veículos e maquinários das Secretarias Municipais, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 30 de janeiro de 2017.

Abertura: às 10hs. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 17 de janeiro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara/SC

CEP: 88125-000 – Fone: (48) 3277-0122 – Fax: (48) 3277-0219

CONTRATO Nº 001/2017

Contrato que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO ALCÂNTARA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e de outro lado a empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 00.867.301/0002-06, com sede na Rua Fernando Ferrari, nº. 35, bairro Nossa Senhora de Lourdes, Joaçaba (SC), neste ato representada por quem de direito, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei 8.666/93, e as seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de locação e assessoria técnica do sistema G-MUS – Gestão Municipal de Saúde concedido por parte da CONTRATADA, que será implantado na CONTRATANTE.

1.2 - Não é de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer necessidades de ajustes, configuração ou instalação de redes ou sistemas de terceiros.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 O valor do presente contrato é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) anual.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 Para receber o pagamento a CONTRATADA terá que cumprir com todas as suas obrigações assumidas, bem como deverá entregar a PREFEITURA o documento fiscal correspondente aos serviços prestados.

3.2 A PREFEITURA pagará os valores acima todo dia 05 de cada mês, ou no próximo útil subsequente, após apresentação, por parte da CONTRATADA, da nota fiscal competente.

3.3 - Os módulos do sistema cobertos por este contrato, o preço e as condições de pagamento devidas pela CONTRATANTE estão relacionados no ANEXO I. A inclusão ou exclusão de módulos a serem cobertos por este contrato serão feitas pela substituição do citado anexo.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 O prazo de vigência deste Contrato é do dia 02 de janeiro de 2017 até o dia de 31 de dezembro de 2017.

4.2 O termo final do presente contrato não extingue as obrigações decorrentes de garantia do bem ou serviço executado.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos materiais;

6.2 Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido na Lei 8.666/93.

6.3 Cabe a CONTRATADA, além de manter atualizada a versão do Sistema, esclarecer as suas alterações, mantendo-o em pleno funcionamento, dentro das características da concessão.

6.4 Corrigir eventuais defeitos nos programas em uso.

6.5 Alterar os Sistemas, quando solicitado pelo usuário, para adaptação a normas legais.

6.6 Esclarecer se consultada por via telefônica, correspondência, email e comunicador interno, etc., dúvidas de operação do Sistema, excluindo os problemas relacionados com operação de equipamento ou dos utilitários quando a CONTRATANTE deverá recorrer a empresa vendedora.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES DA PREFEITURA

7.1 Efetuar o pagamento devido a CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

7.2 Fiscalizar a execução dos serviços através de seus prepostos, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento do bem em conformidade com as demais cláusulas efetuando os recebimentos provisórios e definitivos.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 A inexecução total ou parcial do presente contrato, enseja a sua rescisão, na forma estipulada nos artigos 77 e seguintes da Lei nº

8.666/93, ficando desde já reconhecido pela CONTRATADA os direitos da Administração previstas nestes artigos.

8.2 Será assegurado a parte que tiver dado motivo á rescisão, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1 Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

9.1.2 Por acordo das partes:

9.1.3 quando conveniente à substituição da garantia de execução;

9.1.4 quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

9.2 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

9.3 Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a PREFEITURA deverá restabelecer, por adiantamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

9.4 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como, o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de adiantamento.

9.5 Na hipótese de modificação unilateral deste contrato, as suas cláusulas econômico-financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

10.1 A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.2 A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 À CONTRATADA cabe:

11.1.1 Recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos casos de :

11.1.1.1 Rescisão do contrato pela PREFEITURA, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais;

11.1.1.2 Aplicação pela PREFEITURA da penalidades de advertência, suspensão temporária ou de multa;

11.1.1.3 Representação ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação relacionada com o objeto deste contrato, de que não caiba recurso.

11.2 As intimações serão feitas pessoalmente.

11.3 O Prefeito Municipal, justificadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.

11.4 O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal, que proferirá a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.5 Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

13.1 Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

São Pedro de Alcântara, 02 de janeiro de 2017.

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_ . 2 \_\_\_\_\_.

ANEXO I

1. MÓDULOS DO SISTEMA

Abaixo marcados com "X" os módulos do sistema G-MUS – Gestão Municipal da Saúde que fazem parte deste contrato:

## Pacote básico:

	Agendamentos e regulação de consultas		Controle de frota
	Atendimentos		Controle de imunizações (vacinas)
	Autorização e regulação de exames		Faturamento (BPA / BPA-I)
X	Cadastros		Odontológico
	Consulta geral do paciente		Prontuário multiprofissional
	Controle de benefícios	X	Tratamento fora de domicílio (TFD)
X	Controle de estoque / farmácia		

## Módulos e funcionalidades adicionais:

	Ações programáticas em saúde		Laboratório de análises clínicas*
	Business Intelligence (BI)		Portal de saúde
	Centro de testagem e aconselhamento (CTA)		Radiodiagnóstico
	Controle de AIH's		Saúde da Família / SIAB
	Controle de APAC's		Vigilância epidemiológica
	Financeiro		Vigilância sanitária
	Internações		Painel multimídia para chamada de pacientes

(\*) Número de cópias e licenças comercializadas para o módulo de Laboratório de análises clínicas: \_\_\_\_\_ cópias.

## 2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Apresentam-se na tabela abaixo os valores do presente contrato:

TABELA DE VALORES PROPOSTOS	
Licença de uso do software G-MUS	R\$
Treinamento do software **	R\$
Taxa de manutenção mensal	R\$ 500,00
Deslocamento diário (para atendimento e treinamento no cliente)	R\$
Hora-trabalhada (para atendimento e treinamento no cliente)	R\$

(\*\*) Número de horas de Treinamento do software comercializadas neste contrato: \_\_\_\_\_ horas.

## I. Para Licença de Uso

O pagamento do valor integral da licença de uso do software será realizado em parcela única 05 (cinco) dias após a primeira visita ao cliente onde é realizada a implantação, configuração e parametrização do sistema.

## II. Para Treinamento do software

O pagamento do treinamento do software será pago gradativamente conforme a realização do treinamento. A contratante realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

## III. Para Taxas de Manutenção Mensal

O pagamento da taxa de manutenção mensal será pago mensalmente, sendo o primeiro pagamento realizado 30 (trinta) dias após a primeira visita ao cliente, e assim sucessivamente nos próximos meses.

## IV. Para deslocamento diário para atendimento e treinamento no cliente

O deslocamento diário para atendimento na sede da contratante será cobrada em todas as visitas realizadas ao cliente, a contratante realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

## V. Para hora trabalhada para atendimento e treinamento no cliente.

A hora trabalhada para atendimento e treinamento no cliente será cobrada em todas as visitas realizadas ao cliente, a contratante realizará o pagamento junto com a taxa de manutenção mensal do mês subsequente a data do atendimento.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 002/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 002/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 06.312.970/0001-09, com sede a Rua 3 de outubro, nº 5877, Prado, Biguaçu/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a instalação e manutenção de Link de internet dedicada com IP (válido) velocidade de 10 mbts, com fornecimento de material, equipamentos e serviços necessários para seu funcionamento, na Sede do Conselho Tutelar.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 948,00 (novecentos e quarenta e oito reais) anual, sendo a mensalidade de R\$ 79,00 (setenta e nove reais) por mês.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 02/01/2017 a 31/12/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA Contratado
---	--

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 003/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 003/2017**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado AJ MANUTENÇÃO, inscrito no CNPJ sob nº. 16.935.417/0001/86, com sede a Rua Bertoldo Hames, nº. 1418, Cubatão, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de pequenos reparos elétricos, reparos hidráulicos e serviços de carpintaria, junto a todos os setores e imóveis pertencentes à Prefeitura Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 666,00 (seiscentos e sessenta e seis reais) mensais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 02/01/2017 a 31/12/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2- A despesa com o deslocamento e ferramentas utilizadas será de responsabilidade do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

AJ MANUTENÇÃO

Prefeito Municipal

Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 004/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 004/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado VERA LUCIA CUNHA PFLEGER, portadora do RG. 2.305.055, inscrita no CPF sob nº. 860.520.639-04, Pis/Pasep 133.39966.72-8, residente a Estrada Geral Campo de Demonstração, s/nº, Santa Filomena, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza do Centro de Cultura Campo de Demonstração, serviço este a ser executado duas vezes por mês.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 02/01/2017 a 29/12/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

VERA LUCIA CUNHA PFLEGER

Prefeito Municipal

Contratado



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 005/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 005/2017**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado GRACIANA LOHN, portadora do RG. 3.650.057, inscrita no CPF sob nº. 024.243.999-30, Pis/Pasep 125.43455.97-5, residente a Estrada Geral Boa Parada, nº 1533, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza da Casa Mortuária e do Conselho Tutelar, serviço este a ser executado duas vezes por mês.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 02/01/2017 a 29/12/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

GRACIANA LOHN

Prefeito Municipal

Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 008/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000  
- Fone: (48)3277-0122 www.pmspa.sc.gov.br administração@pmspa.sc.gov.br**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 008/2017**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PERICIAL SUL PERICIAS MEDICAS SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº. 01.993.899/0001-53, com sede a Avenida Osmar Cunha, nº. 183 – Centro – Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de Técnica Médica – Pericial tais como:

Perícia de Atestado; Laudo de Readaptação; Laudo de Aposentadoria; Atestado Admissional e Demissional.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de:

- Perícia de Atestado R\$ 110,00 (cento e dez reais);
- Laudo de Readaptação R\$ 90,00 (noventa reais);
- Laudo de Aposentadoria R\$ 160,00 (cento e sessenta reais);
- Atestado Admissional ou Demissional R\$ 50,00 (cinquenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

O preço contratado poderá ser reajustado de acordo entre ambas às partes.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

O prazo de vigência deste contrato é de 10/01/2017 a 29/12/2017.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de Janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	PERICIAL SUL PERICIAS MEDICAS SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA. Contratado
---	---

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 009/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 009/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JEONICIO JOSEMAR VERLICH TRANSPORTES ME, inscrito no CNPJ sob nº 13.715.125/0001.40, com sede a Rodovia SC 407, s/nº., Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de lavagem, higienização do carpet, bancos, teto e motor dos veículos listados abaixo:

- Palio placas MIL 4023;
- Fiat uno placas MEF 3803;
- Saveiro Placas QHZ 7959
- H100 placas MCH 2072.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por veículo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado poderá ser reajustado mediante acordo entre ambas as partes.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 10/01/2017 a 20/01/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	JEONICIO JOSEMAR VERLICH TRANSPORTES ME Contratado
---	---

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 010/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 010/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 08.971.900/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO EIRELI – EPP, inscrito no CNPJ sob nº. 06.312.970/0001-09, com sede a Rua 3 de outubro, nº 5877, Prado, Biguaçu/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a manutenção de Link de internet dedicada com IP (válido) velocidade de 10 mbts, com fornecimento de material, equipamentos e serviços necessários para seu funcionamento, nas Unidades de Saúde do Município.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 583,30 (quinhentos e oitenta e três reais e trinta centavos) mensais.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 10/01/2017 a 29/12/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO EIRELI – EPP Contratado
---	---

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 011/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 011/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado BRASIL TRANSPORTES DE ENTULHOS LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob nº. 07.175.044/0001-00, com sede a Rua Jorge José Zimmermann, s/nº, Sertão do Imaruim – São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a locação de caçamba estacionária de 5m³, para coleta de material (barro) junto ao Cemitério de São

Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, com direito de até 03 (três) trocas no mês.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12/01/2017 a 29/12/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

BRASIL TRANSPORTES DE ENTULHOS LTDA - EPP Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 012/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 012/2017

Contrato que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente de Prefeitura e de outro lado AP OXIGÊNIO COMERCIAL LTDA, com sede a Avenida São Cristóvão, nº. 2915 – Aririu - Palhoça – SC, inscrita no CNPJ sob nº 01.499.087/0001-56, neste ato representado pelo Sr. Paulo Roberto Kuhnen, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto o fornecimento de oxigênio gás medicinal m³, oxigênio gás medicinal G (cilindro 1m³), ar comprimido gás medicinal m³ e a locação de cilindros.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de:

R\$ 41,04 (quarenta e um reais e quatro centavos) por M³ de oxigênio gás medicinal 7m³;

R\$ 114,67 (cento e quatorze reais e sessenta e sete centavos) por M³ de oxigênio gás medicinal G (cilindro 1m³);

R\$ 43,99 (quarenta e três reais e noventa e nove centavos) por M³ de ar comprimido gás medicinal 7m³;

R\$ 85,44 (oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) a locação mensal por cilindro num total de 05 (cinco) cilindros.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste contrato será de 12/01/2017 a 29/12/2017.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de São José para dirimir qualquer questão

Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Pedro de Alcântara, 12 de janeiro de 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN AP OXIGÊNIO COMERCIAL LTDA  
Prefeito Municipal Contratado

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 013/2017**

#### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 013/2017**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado DIEGO FERNANDO DA SILVA, portador do RG: 3.771.051, inscrito no CPF sob nº 005.260.469-10, residente a Rua João Leopoldo Reitz, nº. 213, Centro – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de criação de logomarca e arte no Corel Draw conforme descrito abaixo:

- Criação da logomarca e arte, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Secretaria de Cultura;
- Criação da logomarca e arte, 190 Anos da Imigração Alemã em Santa Catarina, 1829/2019;
- Criação da arte, Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara. Primeira Colônia Alemã de Santa Catarina;
- Criação da arte, Asfalto Já. SC 281.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 16/01/2017 a 26/01/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de janeiro 2017.  
ERNEI JOSÉ STAHELIN DIEGO FERNANDO DA SILVA  
Prefeito Municipal Contratado

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 014/2017**

#### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 014/2017**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado INFO PUBLIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E PROCESSAMENTOS DE DADOS LTDA – ME, inscrito no CNPJ sob nº. 15.653.345/0001-11, com sede a Rua Princesa Isabel, nº 110, Fundos – Ponte do Imaruim – Palhoça/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para configuração e auxílio no envio de informações ao E-sfinge ao TCE/SC, e auxílio nas atividades de Contabilidade.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 16/01/2017 a 16/05/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

INFO PUBLIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 006/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 006/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PIAZZA CONTABILIDADE E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 83.198.184/0001-84, com sede a Rua Anita Garibaldi, nº 314, bairro Centro, Município de Içara/SC, neste ato representado pelo Sr. Leonardo Casagrande Piazza, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. O objeto deste contrato é a prestação de serviços de assessoria para a operacionalização de sistemas junto ao governo Federal (SI-CONV), Governo Estadual (SIGEF) e instituições financeiras. As atividades de apoio a serem realizadas consistem em:

- Elaboração de planilhas gerenciais;
- Coordenação do levantamento situacional;
- Elaboração de relatório de planejamento;
- Elaboração dos planos de trabalho para a recepção de recursos decorrentes de emendas parlamentares sempre que necessário;
- Assessoria de imprensa para coberturas de audiências do Prefeito em Brasília sempre que necessário para fortalecer politicamente o apoio aos projetos;
- Curso sobre captação de recursos federais e sobre SICONV para a equipe de projetos da Prefeitura; Produção de relatórios mensais, com base no planejamento, sobre o andamento de todos os projetos em Brasília;
- Coordenação de ações e estratégias continuadas para a aprovação dos projetos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais.

2.2. O pagamento será efetuado mediante a apresentação de nota fiscal e acompanhado de relatórios de trabalhos realizados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 02/01/2017 a 29/12/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.



**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

- 6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

PIAZZA CONTABILIDADE E SERVIÇOS LTDA  
Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 007/2017****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 007/2017**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ZENILDO ALVES, inscrito no CNPJ sob nº. 17.361.066/0001-00, com endereço a Rua Augusto Deschamps, nº 385, Centro, neste Município, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

- 1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviço, pelo CONTRATADO à PREFEITURA, de borracharia (conserto e troca de pneus) para os veículos municipais, veículos do fundo municipal de saúde e veículos da polícia Civil e Militar.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E DO PAGAMENTO:**

- 2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação dos serviços definidos na cláusula supra os seguintes valores:

- 2.1.1. Serviços em pneus e pequeno porte: R\$ 20,00 (vinte reais).
- 2.1.2. Serviços em pneus e pequeno porte (Vans e Caminhonetes): R\$ 30,00 (trinta reais).
- 2.1.3. Serviços em pneus grandes (caminhões e caçambas): R\$ 40,00 (quarenta reais).
- 2.1.4. Serviços em pneus grandes (máquinas): R\$ 60,00 (sessenta reais).

- 2.2. Para pagamento o CONTRATADO deverá apresentar à PREFEITURA, mensalmente, nota fiscal de prestação dos serviços, numerando e informando todos os veículos em que foram prestados os serviços no período.

- 2.3. Juntamente com a nota fiscal o CONTRATADO deverá apresentar os requerimentos de conserto, sem os quais o serviço referido não será pago.

- 2.4. O pagamento será efetuado sempre no quinto (5.º) dia útil de cada mês, devendo o CONTRATADO apresentar ao setor de contabilidade da PREFEITURA, até cinco dias antes do pagamento, dos documentos referidos nos itens 2.2 e 2.3 supra.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

- 3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

- 4.1. O termo final deste contrato é o dia 29/12/2017, sendo seu início a data de sua assinatura.
- 4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.
- 4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

- 5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

- 6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

ZENILDO ALVES  
Contratado

**PORTARIA N.º 041/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

PORTARIA n.º 041/2017

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor JUCÉLIO FREIBERGER BAUNGARTEN, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 16/01/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 042/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 – R.222

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

PORTARIA n.º 042/2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ROSEMARI REITZ FRANCENER, ocupante do cargo de Professora II, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ROSEMARI REITZ FRANCENER, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de 30/12/2016, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30/12/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº01/2017**

PORTARIA N.º 01/2017

“Delega Poderes para a movimentação Financeira da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara.”

AMARILDO NAZARENO STÄHELIN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, caput e art. 20, II, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Para as movimentações bancárias referentes à Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, ficam delegados poderes ao Presidente e ao Vice-Presidente para:

EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

ENDOSSAR CHEQUE

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

EFETUAR SAQUES - POUPANCA

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSO

LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

EMITIR COMPROVANTES

EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-

EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMERÁRIO

FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS

ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Pedro de Alcântara, 09 de janeiro de 2017.

Amarildo Nazareno Stähelin

Presidente da Câmara

# Schroeder

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 6.893/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº. 6.893/2017, de 17 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Dayana Fogolari Gonçalves, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo o nível salarial nº FG-1-C Gratificados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de janeiro de 2017.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**PORTARIA Nº. 6.894/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº. 6.894/2017, de 17 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Amanda Risso dos Santos, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo o nível salarial nº 002 – Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de janeiro de 2017.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**PORTARIA Nº. 6.895/2017, DE 17 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº. 6.895/2017, de 17 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Karolline Lins de Carvalho Ananias, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo o nível salarial nº 002 – Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de janeiro de 2017.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1184

DECRETO Nº 1184, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

Reajusta os serviços de Maquinas, Equipamentos e Veículos do Município de Seara para atendimento da Lei 1658, de 06 de outubro de 2011, que autoriza executar serviços de máquinas, equipamentos e veículos próprios, mediante remuneração e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal e no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e § 1º do art. 2º da Lei nº 1658, de 6 de outubro de 2011, que autoriza executar serviços de máquinas, equipamentos e veículos próprios, mediante remuneração e dá outras providências,

### DECRETA

Art. 1º Fica reajustada a Tabela de Serviços de Máquinas e Equipamentos e Veículos estabelecidos no art. 2º da Lei nº 1658, de 6 de outubro de 2011, em 7,19071% correspondente a variação verificada de janeiro de 2016 a dezembro de 2016 do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. - FGV, com excessão do Trator de Pneus com Equipamentos, que passa a vigorar com os seguintes valores:

Equipamento/Máquinas/Veículos	Unidade	Valor por Unidade (R\$)
Retro Escavadeira (75-CV)	Hora	88,13
Retro Escavadeira Traçada	Hora	102,82
Trator de Esteira (D-51)	Hora	176,27
Trator de Esteira (D-50)	Hora	132,20
Trator de Esteira (D-7)	Hora	117,51
Moto Niveladora	Hora	146,89
Caminhão	Km	3,82
Veículo Leve	Km	1,03
Pá Carregadeira	Hora	95,48
Trator de Pneus com Equipamento	Hora	65,78
Caminhão Tranque	Hora	51,41
Caimhão de Terra	Carga	73,44
Transporte de Terra	Carga	22,03
Tranporte de Pedras	Carga	73,44
Transporte de Água	Carga	22,03
Transporte de Lenha	Carga	73,44
Transporte de Máquinas	Carga	73,44
Escavadeira Hidráulica	Hora	176,27

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2017.

Seara,SC, 16 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 16 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 1185**

DECRETO Nº 1185, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

Estabelece calendário para cobrança de tributos municipais e altera o prazo de vencimento do Alvara de Funcionamento Regular de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal e combinado com o art. 62, parágrafo único do art. 132, do art. 228 e art. 263 da Lei Complementar nº 25/2006 que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Seara, revoga leis anteriores, e dá outras providências,

**DECRETA**

Art. O Calendário Fiscal do exercício de 2017, para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, da Taxa de Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação De Serviços e Outros - TVFR, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros - TCVL e Taxa de Coleta de Lixo - TCL, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN - Fixo, fica assim estabelecido:

MESES													
TRIBUTOS	DIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
IPTU	20			X	X	X							
TVFR	15		X	X	X								
TCVL	20			X	X	X							
TCL	20			X	X	X							
ISSQN	15		X	X	X	X	X	X					

§ 1º No pagamento em parcela única (valor integral do IPTU), a ser realizado até o dia 20 de março, haverá um desconto de 10% (dez por cento) do valor total do imposto.

§ 2º No pagamento do IPTU em três parcelas, sendo a primeira no dia 20 de março e as demais nos meses seguintes, não haverá o desconto previsto no parágrafo anterior do presente artigo.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 16 de janeiro de 2017

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 16 de janeiro de 2017

Neri Cosmann

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 1186**

DECRETO Nº 1186, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

Designa servidores municipais responsáveis pela realização de despesas sob o regime de adiantamento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e art. 5º da Lei 1.736, de 04 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Regime de Adiantamento e dá outras providências,

**DECRETA**

Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores públicos municipais como responsáveis pela realização de despesas sob o regime de adiantamento nos termos da 1.736, de 04 de setembro de 2013:

I – Elizabete Aparecida Ramos - Secretaria Municipal de Saúde;

II – Neri Cosmann - Demais Secretarias Municipais e Órgãos da Administração Municipal.

Parágrafo único. O servidor responsável na forma estabelecida no caput do presente artigo, para movimentação de recursos na forma do § 3º do art. 20 da presente Lei 1.736, de 04 de setembro de 2013, poderá realizar sub-adiantamentos, cujos adiantamentos a ele estão subordinados, destinados aos atendimentos das demandas dos respectivos setores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 17 de janeiro de 2017  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em, 17 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº. 1182**

DECRETO Nº 1182, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

Reajusta as diárias dos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde para os deslocamentos e afastamentos do Município, a serviço da Administração Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, art. 3º da Lei nº 1.737, de 27 de setembro de 2013, que institui e fixa tabela de diárias dos agentes políticos e detentores de cargos comissionados identificados para os deslocamentos e afastamentos do Município, a serviço da Administração Pública Municipal, e dá outras providências e § 2º do art. 3º da Lei 1801 de 12 de março de 2015 da Lei 1801 que institui e fixa gratificação de plantão e tabela de diárias aos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica reajustado em 13,80979 %, correspondente a variação do INPC – IBGE de abril de 2015 à dezembro de 2016, as diárias dos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde para os deslocamentos e afastamentos do Município, a serviço da Administração Pública Municipal, constante dos incisos I, II e III do art. 3º da Lei nº 1801, de 12 de março de 2015, cujo percentual incidirá sobre os valores constantes do Anexo I da Lei nº 1.737, de 27 de setembro de 2013, que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC, 16 de janeiro de 2017  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 16 de janeiro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº. 1183**

DECRETO Nº 1183, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

Reajusta os serviços de Máquinas, Equipamentos e Veículos do Município de Seara para atendimento da Lei 1626, de 29 de dezembro de 2010, que cria Programa Agropecuário de Desenvolvimento Rural - PROADER e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e §§ 1º e 2º do art. 17 da Lei 1626, de 29 de dezembro de 2010, que cria Programas Agropecuários de Desenvolvimento Rural - PROADER e dá outras providências, alterada pela Lei nº 1753, de 19 de dezembro de 2013,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica reajustada a Tabela de Serviços de Máquinas, Equipamentos e Veículos estabelecidos no art. 17 da Lei nº 1626, de 29 de dezembro de 2010, em 7,19071%, correspondente a variação verificada de janeiro a dezembro de 2016 do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M - FGV, com excessão do trator de Pneus com Equipamentos, que passa a vigorar com os seguintes valores:

Equipamento/Máquinas/Veículos	Unidade	Valor por Unidade (R\$)
Retro Escavadeira (75-CV)	Hora	88,13
Retro Escavadeira Traçada	Hora	102,82
Trator de Esteira (D-51)	Hora	176,27
Trator de Esteira (D-50)	Hora	132,20

Trator de Esteira (D-7)	Hora	117,51
Moto Niveladora	Hora	146,89
Caminhão	Km	3,82
Veículo Leve	Km	1,03
Pá Carregadeira	Hora	95,48
Trator de Pneus com Equipamento	Hora	65,78
Caminhão Tranque	Hora	51,41
Caimhão de Terra	Carga	73,44
Transporte de Terra	Carga	22,03
Tranporte de Pedras	Carga	73,44
Transporte de Água	Carga	22,03
Transporte de Lenha	Carga	73,44
Transporte de Máquinas	Carga	73,44
Escavadeira Hidráulica	Hora	176,27

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2017.

Seara,SC, 16 de janeiro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 16 de janeiro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 02/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2017					ANEXO I DECRETO 39/2009			
NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS								
EDEMILSON CANALE, Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto nº 39/2009, de 05 de junho de 2009, que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Seara, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:								
Período/Data da Liberação dos Recursos:					02 a 15 de Janeiro de 2017			
ATO LEGAL		CONCEDENTE					VALOR LIBERADO	
		TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS					169.391,42	
Programa		• Atenção Básica - PAB Fixo					34.010,00	
Programa		• SUS - Estado						
Programa		• Saúde da Família - PSF						
Programa		• Saúde da Família - NASF						
Programa		• Agentes Comunitários de Saúde - PACs						
Programa		• Epidimiologia e Controle de Doenças						
Programa		• Farmácia Básica - União						
Programa		• Farmácia Básica - Estado						
Programa		• Saúde Bucal						

Programa	• Teto Municipal da Média e Alta Compl. Amb. eHosp	94.814,84
Programa	• Incentivo Hospitalar - SUS Estado	
Programa	• Melhora do Acesso e Qualidade - PMAQ	
Programa	• PMAQ - Atenção Básica	
Programa	• SAMU - União	
Programa	• Média e Alta Complexidade - Mamografia	
Programa	• Piso Fixo - Promoção Saúde PFVPS	
Programa	Transf SUS Investimento Equip.Mat.Permanente	
Programa	• MAC - AMB Hospitalar - FAEC	
Programa	• SUS - Estado Co - Financiamento	
Programa	• Teto Municipal Rede Brasil s/ miséria (BSOR-SM)	7.500,00
Programa	• Teto Municipal Rede Saúde Mental (RSME)	28.423,98
Programa	• Transferência SUS Cirurgias Eletivas	
Programa	• Transferência SUS Estado - Prog. Nac. Imunização	-
Programa	• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte ANVISA	
Programa	• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte FNS	
Programa	• Transferência SUS Estado - Incentivo Hospitalar	
Programa	• Transferência SUS Estado - Co-Financiamento	
Programa	• Atenção Básica - Saúde da Família	-
Programa	• CAPS - Centro de Atenção psicossocial	
Programa	• Qualificação das ações Vigilância Saúde (PVVS)	4.642,60
Programa	• MAC- FAEC AIH - Cirurgias Eletivas Compn. Único	
Programa	• Assistência Financeira Complementar ACE - 95%	
Programa	• Forta. Das Políticas Afetivas da Estrat. ACE - 5%	
Programa	• Incentivo Pontuais Ações de Serviços Vigila. Saúde	-
Programa	Prog de Qualif.das Ações de Vig.em Saúde (PVVS)	
Programa	• Transf. SUS/Estado - Prótese Dentária	
Programa	Transf SUS/Estado-Oxigenação Domiciliar	
Programa	• FAEC SAI - Mamografia ras. (RCA -RCAN PO 0008	
	TRANSF. FUNDO NAC. ASSIST. SOCIAL - FNAS	-
Programa	• Piso Básico Fixo FNAS- PBF1	-
Programa	• Piso de Transição de Média Complexidade FNAS - PTMC	-
Programa	• Piso Variável de Média Complexidade FNAS - PVMC	-
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família FNAS - IGD/PBF	-
Programa	• FEAS - Investimentos	-
Programa	• FEAS - Custeio	-
Programa	• Transferência FNAS - PBF / PAIF	-
Programa	• Transferência FNAS / BL GBF	
Programa	• Transferência FNAS - CPBF	
Programa	• Transferência FNAS - BPC	-
Programa	• FNAS Piso Basico - SC FV	-
Programa	• FNAS ACESSUAS	-
Programa	• FEMAS Benefícios Eventuais	-
Programa	Transferências FNAS/BL GSUAS	
Programa	Transferências FNAS/BL PSB	
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social FNAS - IGDSUAS	-



	TRANSF. FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO - FNDE	45.451,72
Programa	• Alimentação Escolar - PNAE	
Programa	• Transporte Escolar - PNATE	
Programa	• Alimentação Escolar Ensino Infantil - PNAC	
Programa	• Salário Educação	45.451,72
Programa	• Alimentação Escolar Creche	-
Programa	• Alimentação Escolar EJA	-
Programa	• Alimentação Escolar - PNATE	
Programa	• Transporte Escolar - Estado	
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO/UNIÃO	200.000,00
Convenio	• Conv MEC/FNDE Quadra Escola DeolindoZilio	
Convenio	Minist.Int.Nacional Proc.59050.001232/2014-46	
Convenio	Estruturação Rede Serv.AtençãoBasica de Saúde	200.000,00
Convenio	ADR/Seara - Construção Centro de Idosos B. Industri	
Convenio	ADR/Seara-Convenio (TR)001733	
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO/DATA.....R\$:		414.843,14
Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionados, podem ser obtidas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Prefeitura Municipal de Seara, situada na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, ou pelo telefone (49) 3452-8300.		
Seara-SC,	em 17 de Janeiro 2017	
	EdemilsonCanale Prefeito Municipal	
	DirleiGiombelliWildner Consultora de Controle Interno	
Registra-se e Publica-se,		
Em, 17 de Janeiro de 2017		
Neri Cosmann		
Secretário de Administração		

## EXTRATO DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016

Extrato dos Contratos e Convênios do mês de Dezembro de 2016

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Contrato nº. 159/2016 – Tomada de Preços nº. 004/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maroso Geoambiental Ltda – ME, CNPJ nº 23.088.390/0001-07 - Contratada. OBJETO: Obras de proteção, estabilização e revestimento vegetal de encosta junto à rua Tranquilo Borba. PRAZO: 02 meses. VALOR: R\$ 82.320,78. DATA DO CONTRATO: 05/12/2016.

Contrato nº. 160/2016 – Dispensa de Licitação nº 028/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Macrolicit Comércio de Equipamentos Ltda, CNPJ nº 26.228.996/0001-80 - Contratada. OBJETO: Aquisição de peças para manutenção da retroescavadeira marca JCB 4CX, frota 109. PRAZO: 05 dias. VALOR: R\$ 9.806,00. DATA DO CONTRATO: 06/12/2016.

Contrato nº. 161/2016 – Dispensa de Licitação nº 029/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Gama Contabilidade e Assessoria Ltda - ME, CNPJ nº. 21.988.288/0001-24 - Contratada. OBJETO: Serviços de assessoria contábil no encerramento do exercício e mandato, bem como orientação em lançamentos contábeis do patrimônio referente leilão de bens móveis e elaboração de notas explicativas do balanço, em atendimento às NBCASP. PRAZO: 28/02/2017. VALOR: R\$ 7.800,00. DATA DO CONTRATO: 08/12/2016.

Contrato nº. 162/2016 – Pregão Presencial nº 066/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Janaina Favero - ME, CNPJ n.º 10.599.681/0001-10 - Contratada. OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e utensílios em geral destinados as atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social de Seara. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 6.614,00. DATA DO CONTRATO: 13/12/2016.

Contrato nº. 163/2016 – Pregão Presencial nº 066/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Lira da Luz & Cia Ltda - ME, CNPJ nº. 05.192.522/0001-56 - Contratada. OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e utensílios em geral destinados as atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social de Seara. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 2.708,00. DATA DO CONTRATO: 13/12/2016.

Contrato nº. 164/2016 – Pregão Presencial nº 066/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maxi Móveis e Papelaria Ltda - ME, CNPJ nº. 23.518.341/0001-59 - Contratada. OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e utensílios em geral destinados as atividades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social de Seara. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 1.122,00. DATA DO CONTRATO: 13/12/2016.

Contrato nº. 165/2016 – Pregão Presencial nº 067/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Rosane Fátima da Silva Cosmann 03800707900, CNPJ nº. 21.763.173/0001-31 - Contratada. OBJETO: Prestação de serviços de higienização e limpeza nas dependências da 3º/20º BPM/FRON - Quartel da Polícia Militar de Seara. PRAZO: 12 meses. VALOR: R\$ 11.400,00. DATA DO CONTRATO: 13/12/2016.

Contrato nº. 166/2016 – Termo de Aditamento n.º 004/2016 ao Contrato nº. 106/2015 Tomada de Preços nº. 069/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa ECGT Construções Ltda - EPP, CNPJ nº. 06.907.152/0001-59 - Contratada. OBJETO: Acréscimo nos materiais e serviços. VALOR: R\$ 19.054,03. DATA DO CONTRATO: 20/12/2016.

Contrato nº 167/2016 - Termo de Aditamento nº. 004/2016 ao Contrato nº. 091/2015 - Tomada de Preços nº. 055/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Setep Construções S.A., CNPJ nº. 83.665.141/0001-50 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº. 091/2015 em mais 90 (noventa dias), a contar de 30/12/2016. DATA DO CONTRATO: 20/12/2016.

Contrato nº. 168/2016 – Termo de Aditamento n.º 005/2016 ao Contrato nº. 126/2015 Tomada de Preços nº. 061/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa ECGT Construções Ltda - EPP, CNPJ nº. 06.907.152/0001-59 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato nº. 126/2015 em mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 30/12/2016. DATA DO CONTRATO: 20/12/2016.

Contrato nº. 169/2016 – Termo de Aditamento n.º 003/2016 ao Contrato nº. 149/2015 Dispensa de Licitação nº. 121/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maroso Geoambiental Ltda – ME, CNPJ nº 23.088.390/0001-07 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato nº. 149/2015 em mais 90 (noventa) dias, a contar de 30/12/2016. DATA DO CONTRATO: 20/12/2016.

Contrato nº 170/2016 - Termo de Aditamento nº. 003/2016 ao Contrato nº. 108/2016 - Tomada de Preços nº. 001/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa RJunior Construtora e Incorporadora Ltda - ME, CNPJ 19.685.906/0001-15 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº. 108/2016 em mais 90 (noventa) dias, a contar de 30/12/2016, e acréscimo nos materiais e serviços. VALOR: R\$ 16.188,82. DATA DO CONTRATO: 20/12/2016.

Contrato nº. 171/2016 – Pregão Presencial nº 068/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Gambatto Veículos Ltda, CNPJ nº. 76.863.877/0001-78 - Contratada. OBJETO: Aquisição de um veículo novo, tipo camionete, modelo Weekend Adventure 1.8, 16V, flex, destinado às atividades da Polícia Militar. PRAZO: 10 dias. VALOR: R\$ 69.900,00. DATA DO CONTRATO: 21/12/2016.

Contrato nº 172/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 173/2015 – Dispensa de Licitação nº. 153/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, CNPJ nº. 09.427.503/0001-12 – Contratado. OBJETO: Prorrogação do contrato n.º 173/2015 até 31/12/2017. VALOR: R\$ 15.480,00. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato nº 173/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 001/2016 – Inexigibilidade de Licitação nº. 001/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Liz Serviços Online Ltda, CNPJ n.º 03.725.725/0001-35 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 10.315,56. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato nº 174/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 146/2016 – Concorrência Pública nº 001/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Ronetran Ltda - EPP, CNPJ nº. 00.776.042/0001-19 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 122.892,61/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato nº. 175/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 009/2014 – Inexigibilidade Licitação nº. 010/2014. PARTES: O Município de Seara – Concedente, e a empresa Reunidas S/A Transportes Coletivos, CNPJ nº 83.054.395/0001-32 – Concessionária. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da concessão por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 4.598,52. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 176/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 016/2015 - Pregão Presencial nº. 153/2014. PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Bordignon & Cia Ltda, CNPJ nº. 10.843.136/0001-17 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 612,71/dia. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 177/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 023/2015 - Pregão Presencial nº. 153/2014. PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa PM – Transportes Ltda - ME, CNPJ nº. 04.794.438/0001-40 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 284,55/dia. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 178/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 018/2015 - Pregão Presencial nº. 153/2014. PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Cleice Somensi - ME, CNPJ nº. 05.513.340/0001-30 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 500,87/dia. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 179/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 044/2016 - Pregão Presencial nº. 011/2016. PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa PKS Servicos Ltda, CNPJ nº. 05.631.897/0001-75 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 5.834,00/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 180/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 099/2015. PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Varitus Brasil Eireli, CNPJ nº. 10.227.276/0001-60 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 505,17/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato nº. 181/2016 - Termo de aditamento nº 002/2016 ao Contrato n.º 141/2015 - Dispensa de Licitação n.º 112/2015. PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Seara, CNPJ nº 75.321.323/0001-86 - Locador. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 2.500,00/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato nº. 182/2016 - Termo de aditamento nº 001/2016 ao Contrato n.º 116/2015 – Pregão Presencial n.º 084/2015. PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Digimaq Multimarcas Comércio de Máquinas e Suprimentos Ltda-ME, CNPJ n.º 01.974.813/0001-45 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2016. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 87.480,00. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 183/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato nº. 063/2012 - Edital de Concorrência Pública n.º 029/2012. PARTES: O Município de Seara – Concedente, e a empresa Luciano Pedro Epim 03080047958, CNPJ nº. 14.402.151/0001-80, – Concessionária. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da concessão até 04/04/2017. VALOR: R\$ 505,99/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato nº. 184/2016 - Termo de aditamento nº 002/2016 ao Contrato n.º 004/2014 - Dispensa de Licitação n.º 004/2014 PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a Sra. Eni Zanuzzo Laitano, CPF n.º 134.224.139-87 – Locadora. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 750,61. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 185/2016 - Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato nº. 119/2016 – Pregão Presencial nº 049/2016. PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Betha Sistemas Ltda, CNPJ nº 00.456.865/0001-67 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: 14.407,00/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 186/2016 - Termo de Aditamento ao Contrato n.º 013/2016 - Dispensa Licitação nº. 003/2016. PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Alcebiades Rodrigues, CPF n.º 777.057.429-34, e a Sra. Inelci de Almeida Rodrigues, CPF n.º 986.533.509-34 - Locadores. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 490,00/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato nº. 187/2016 - Termo de aditamento nº 002/2016 ao Contrato n.º 005/2014 - Dispensa de Licitação n.º 005/2014. PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Antonio Mezzaroba, CPF n.º 284.159.300-20 – Locador. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 667,87/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 188/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato nº. \_080/2015 — Pregão Presencial nº. 038/2015. PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Editora Gazeta Oeste Ltda, CNPJ n.º 07.786.094/0001-15 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 46.555,00. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 189/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato nº. \_079/2015 — Pregão Presencial nº. 038/2015. PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Editora Belos Montes Ltda - ME, CNPJ n.º 04.348.476/0001-79 – Contratada.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 98.015,00. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 190/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 062/2015 - Pregão Presencial n.º 026/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Rádio Belos Montes de Seara Ltda-ME, CNPJ n.º 81.387.490/0001-22 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: 100.680,00. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 191/2016 - Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato n.º 018/2016 - Pregão Presencial n.º 150/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Prigol Transportes Ltda - ME, CNPJ n.º 05.443.799/0001-04 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 473,00/dia. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 192/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 017/2015 - Pregão Presencial n.º 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Clair e Vitalino Transportes Ltda - ME , CNPJ n.º 04.753.884/0001-06 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 570,85/dia. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 193/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 003/2013 - Pregão Presencial n.º 082/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Clair e Vitalino Transportes Ltda - ME , CNPJ n.º 04.753.884/0001-06 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 310,26/dia. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 194/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 021/2015 - Pregão Presencial n.º 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Loiri A. Christ - ME, CNPJ n.º 10.620.413/0001-22 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 297,11/dia. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 195/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 019/2015 - Pregão Presencial n.º 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Transportes Coletivos Hermes Ltda - ME, CNPJ n.º 14.787.651/0001-88 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 449,33/dia. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 196/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 156/2013 - Dispensa de Licitação n.º 108/2013.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e Moacir Nadir Schneider, corretor de imóveis, CRECI nº 16984, CPF Nº. 541.321.429-49 – Locador. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 384,33/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 197/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 133/2015 - Dispensa de Licitação n.º 099/2015.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e Moacir Nadir Schneider, corretor de imóveis, CRECI nº 16984, CPF Nº. 541.321.429-49 – Locador. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 328,48/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 198/2016 - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 087/2015 - Dispensa de Licitação n.º 060/2015

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e Moacir Nadir Schneider, corretor de imóveis, CRECI nº 16984, CPF Nº. 541.321.429-49 – Locador. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 823,73/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 199/2016 - Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato n.º 172/2015 – Concorrência Pública n.º 139/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Loiri A. Christ - ME, CNPJ n.º 10.620.413/0001-22 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 29/12/2016. VALOR: R\$ 600,82/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 200/2016 - Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato n.º 191/2013 - Pregão Presencial n.º 127/2013.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços Ltda - ME, CNPJ n.º 10.954.970/0001-80 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: 17.921,98. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 201/2016 - Termo de aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 003/2014 - Dispensa de Licitação n.º 003/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Jeam Carlos Paludo, CPF n.º 052.045.549-55– Locador. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 620,59/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 202/2016 - Termo de aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 002/2014 - Dispensa de Licitação n.º 002/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a Sra. Lúcia Maria Depicoli Thiele, CPF n.º 021.164.849-36 – Locadora. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 585,12/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 203/2016 - Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato n.º 021/2016 - Pregão Presencial n.º 150/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Dalamar Transportes Ltda ME, CNPJ n.º 11.216.027/0001-32 – Contratada.



OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 596,00/dia. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato nº. 204/2016 - Termo de aditamento nº 002/2016 ao Contrato n.º 090/2015 - - Dispensa de Licitação n.º 066/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Zanuzzo e Cia Ltda, CNPJ nº. 86.261.666/0001-19 – Locadora. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 1.757,29/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato nº. 205/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 177/2014 -- Pregão Presencial nº. 131/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda, CNPJ nº. 07.753.029/0001-93 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 330,99/mês. DATA DO CONTRATO: 26/12/2016.

Contrato n.º 206/2016 - Termo de Aditamento nº 002/2016 ao Contrato n.º 006/2014 -- Dispensa de Licitação n.º 006/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Neuri Balzan, CPF n.º 626.456.099-53 – Locador. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 700,00/mês. DATA DO CONTRATO: 27/12/2016.

Contrato n.º 207/2016 - Termo de Aditamento nº 002/2016 Contrato n.º 057/2014 – Dispensa de Licitação n.º 033/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Altivo Jacob Consalter, CPF nº 020.697.419-15, e a Sra. Rosemari Barbieri Consalter, CPF nº. 513.820.839-04 - Locadores. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 956,86/mês. DATA DO CONTRATO: 27/12/2016.

Contrato n.º 208/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. \_154/2014 - Pregão Presencial nº. 103/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Frosinet – Frosi Informática Ltda - ME, CNPJ n.º 04.351.269/0001-73 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 2.567,05/mês DATA DO CONTRATO: 27/12/2016.

Contrato n.º 209/2016 - Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. \_015/2016 - Pregão Presencial nº. 149/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Frosinet – Frosi Informática Ltda - ME, CNPJ n.º 04.351.269/0001-73 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 1.004,00/mês DATA DO CONTRATO: 27/12/2016.

Contrato nº. 210/2016 - Termo de Aditamento nº. 003/2016 ao Contrato nº. 020/2015- Pregão Presencial nº. 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa KS Tur Agência de Viagens e Turismo Ltda - ME, CNPJ nº. 11.208.754/0001-58 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: 213,20/dia. DATA DO CONTRATO: 27/12/2016.

Contrato nº. 211/2016 - Termo de aditamento nº. 003/2016 ao Contrato nº. 001/2014 -- Pregão Presencial nº. 125/2013.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Editora Positivo Ltda, CNPJ nº. 79.719.613/0001-33 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Contrato n.º 212/2016 – Termo de Aditamento nº 001/2016 ao Contrato n.º 124/2016 - Dispensa de Licitação nº. 023/2016.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Senhor Antonio Neuri Pozzebon, CPF nº 195.821.299-7e a Senhora Roseclair Inês Nardi Pozzebon, CPF nº 347.382.829-72, Locadores. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 1.182,06/mês. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Contrato nº. 213/2016 - Termo de Aditamento nº. 003/2016 ao Contrato nº. 019/2016 - Pregão Presencial nº. 150/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maristela F. M. Fernandes – ME, CNPJ nº. 08.204.755/0001-10 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 458,85/dia. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Contrato nº. 214/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 225/2015 - Tomada de Preços nº 146/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Instituto Giombelli de Educação e Assessoria em Gestão Empresarial Ltda ME, CNPJ nº 07.820.557/0001-18 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 9.710,35/mês. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Contrato n.º 215/2016- Termo de Aditamento nº 002/2016 ao Contrato n.º 100/2014 – Dispensa de Licitação n.º 064/2014.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e o Sr. Neodir Francisco Rossi, CPF n.º 716.122.629-53, e a Sra. Lorena Garghetti Rossi, CPF nº. 777.169.659-72, - Locadores. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 1.189,92/mês. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Contrato n.º 216/2016 - Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato nº. 009/2012 - Tomada de Preços nº. 008/2012.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Unitecno – Cooperativa de Trabalho de Profissionais e Serviços Tecnológicos, CNPJ nº. 02.696.637/0001-90 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual até 27/01/2017, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 3.954,16 (estimado). DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Contrato n.º 217/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 139/2014 – Pregão Presencial nº. 092/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa KS Tur Agência de Viagens e Turismo Ltda- ME, CNPJ nº. 11.208.754/0001-58 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 161,96/dia.

DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Contrato n.º 218/2016 - Termo de Aditamento n.º 003/2016 ao Contrato n.º 022/2015 - Pregão Presencial n.º 153/2014.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Montanha Transportes Ltda - ME, CNPJ n.º 01.615.836/0001-63 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR TOTAL: R\$ 1.187,77/dia. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Contrato n.º 219/2016 - Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato n.º 020/2016 - Pregão Presencial n.º 150/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Montanha Transportes Ltda - ME, CNPJ n.º 01.615.836/0001-63 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 01/01/2017. VALOR TOTAL: R\$ 176,00/dia. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Contrato n.º 220/2016 Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato n.º 112/2015 — Pregão Presencial n.º 076/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa RI Soluções em Planejamento e Desenvolvimento Regional Ltda - ME, CNPJ n.º 12.665.060/0001-02 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: 3.312,50/mês. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Contrato n.º 221/2016 – Termo de Aditamento n.º 003/2016 ao Contrato n.º 113/2012 - Dispensa de Licitação n.º 068/2012.

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e a empresa Sul Invest Imobiliária Ltda, CNPJ n.º 07.848.429/0001-82 - Locadora, e o Sr. João Witinski, Beneficiário. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual até o contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: 339,71/mês. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016

Contrato n.º 222/2016 - Termo de aditamento n.º 001/2016 ao Contrato n.º 251/2014 - Dispensa de Licitação n.º 160/2014

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI, CNPJ n.º 83.052.191/0001-62 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. VALOR: R\$ 1.871,19/mês. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Contrato n.º 223/2016 - Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao Contrato Administrativo n.º 212/2006 – Convite n.º 119/2006.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e o Sr. Gian Carlo Possan, CPF n.º 798.875.979-53 – Contratado. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2017. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Convênio n.º 043/2016.

PARTES: O Município de Seara – Concedente, e a Associação Comercial e Industrial de Seara – ACIS – Conveniente – CNPJ n.º 80.633.746/0001-71. OBJETO: Cooperação Financeira, objetivando o repasse de recursos necessários ao pagamento de consultoria especializada para execução do DEL. VALOR: R\$ 30.000,00. DATA DO CONVÊNIO: 09.12.2016.

Convênio n.º 044/2016.

PARTES: O Município de Seara – Concedente, e a Associação Esportiva, Recreativa, Cultural e Assistencial Toldo Pinhal – Conveniente – CNPJ n.º 15.079.602/0001-53. OBJETO: Cooperação Financeira – Orçamento Participativo. VALOR: R\$ 8.595,00. DATA DO CONVÊNIO: 15.12.2016.

#### FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA – FCS

Contrato n.º 003/2016-FCS - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato n.º 001/2013-FCS Dispensa de Licitação n.º 002/2013-FCS.

PARTES: A Fundação Cultural de Seara – Locatária, e o Sr. Erni Schumann, CPF n.º 032.032.209-20 – Locador, OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2016. PRAZO: 31/12/2017. VALOR: R\$ 106,07/mês. DATA DO CONTRATO: 27/12/2016.

#### FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS

Contrato n.º 030/2016-FMS – Pregão Presencial n.º 015/2016–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa J. Gambatto Veículos Premium Ltda, CNPJ n.º 24.022.849/0001-24 - Contratada. OBJETO: Aquisição de uma ambulância nova, zero km, pequena, Marca Peugeot Partner, para transporte de pacientes do município de Seara. PRAZO: 20 dias. VALOR: R\$ 72.700,00. DATA DO CONTRATO: 06/12/2016.

Contrato n.º 031/2016-FMS – Pregão Presencial n.º 016/2016–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa Adagil Climatização Eireli, CNPJ n.º 95.811.790/0001-00 - Contratada. OBJETO: Aquisição de climatizadores, destinados às atividades do Fundo Municipal de Saúde de Seara. PRAZO: 10 dias. VALOR: R\$ 51.600,00. DATA DO CONTRATO: 09/12/2016.

p

Contrato n.º 032/2016 -FMS - Dispensa de Licitação n.º 008/2016-FMS.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Betha Sistemas Ltda, CNPJ n.º 00.456.865/0001-67 - Contratada. OBJETO: Prestação de serviços técnicos com denominação "Saúde Fly. PRAZO: 02 meses. VALOR: R\$ 3.996,00. DATA DO CONTRATO: 09/12/2016.

Contrato n.º 033/2016-FMS – Pregão Presencial n.º 017/2016–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa Indiyana Comércio de Veículos Ltda, CNPJ n.º 08.655.160/0002-61- Contratada. OBJETO: Aquisição de dois veículos novos, tipo sedan, marca Chery Cler ACT, destinados às atividades das Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica. PRAZO: 30 dias. VALOR: R\$ 97.800,00. DATA DO CONTRATO: 16/12/2016.

Contrato n.º 034/2016-FMS – Termo de Aditamento n.º 006/2016 ao Contrato n.º 016/2014-FMS – Tomada de Preços n.º 019/2014–FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a empresa Artebraz Serviços de Construções Ltda – ME, CNPJ nº. 09.266.219/0001-01 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº. 016/2014 em mais 90 (noventa) dias, a contar de 30/12/2016. DATA DO CONTRATO: 20/12/2016.

Contrato n.º 035/2016-FMS – Termo de Aditamento n.º 001/2016 ao contrato nº 001/2013 – Dispensa de Licitação nº 001/2013-FMS. PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Locatário, e o espólio de Ermelinda Casarotto Adami, representado pela Sra. Iracy Libera Casarotto, CPF n.º 065.671.779-34 - Locador. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2017 e reajuste de valor. PRAZO: 31/12/2017. VALOR: R\$ 1.070,32/mês. DATA DO CONTRATO: 27/12/2016.

Contrato n.º 036/2016-FMS – Termo de Aditamento nº 002/2016 ao Contrato n.º 019/2014-FMS – Dispensa de Licitação nº. 026/2014-FMS. PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Locatário, e o Senhor Darci Arnedo Jung, CPF nº 501.904.589-68 e a Senhora Selizane Reginato Jung, CPF nº 433.591.400-87, Locadores. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2017. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 4.455,14/mês. DATA DO CONTRATO: 27/12/2016.

Contrato n.º 037/2016-FMS - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato nº 002/2014 –FMS – Inexigibilidade de Licitação nº. 004/2014-FMS. PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Roque de Seara, Contratada, CNPJ n.º 83.506.030/0006-06. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2017. DATA DO CONTRATO: 27/12/2016.

Contrato n.º 038/2016-FMS - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato nº 003/2014 –FMS – Inexigibilidade de Licitação nº. 005/2014-FMS. PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Roque de Seara, Contratada, CNPJ n.º 83.506.030/0006-06. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2017. DATA DO CONTRATO: 27/12/2016.

Contrato n.º 039/2016-FMS - Termo de Aditamento n.º 002/2016 ao Contrato nº 016/2015 –FMS – Inexigibilidade de Licitação nº. 009/2015-FMS. PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Roque de Seara, Contratada, CNPJ n.º 83.506.030/0006-06. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para mais 12 meses a contar de 01/01/2017. DATA DO CONTRATO: 27/12/2016.

Contrato n.º 040/2016-FMS – Termo de Aditamento nº 002/2016 ao Contrato n.º 003/2012-FMS – Tomada de preços nº. 005/2012 - FMS. PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Contratante, e a Senhora Maria Luiza Marcon, Contratada, CPF nº. 385.689.509-49. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual até 08/02/2017. VALOR: R\$ 2.134,10/mês. DATA DO CONTRATO: 28/12/2016.

Seara, SC, 17 de janeiro de 2017.

Mirian L. Gabriel  
Departamento de Licitações

### **PORTARIA 056/2017**

Portaria nº. 056/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VI, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 44/2016, resolve, Contratar, Rafael Antonio Marostica de Amorim, em caráter temporário, para exercer a função de Médico, Anexo I, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 330, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara – SC., Lei Complementar 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de janeiro de 2017 a 16 de janeiro de 2018, para atender serviços essenciais do município, em vaga não preenchida por concurso, podendo ser rescindido nos termos do artigo 10 da Lei Complementar 30/2008, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências e as disposições contratuais estabelecidas entre as partes. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 17 de janeiro de 2017.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 17 de janeiro de 2017  
Neri Cosmann  
Secretário da Administração



# Siderópolis

## PREFEITURA

### 01/2016 AVISO DISPENSA

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS Nº. 01/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS 01/2017

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com o art. 24, inciso X da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação subsequente, comunica que estará realizando Locação de imóvel residencial, para instalação provisória do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial de Siderópolis, o motivos e a escolha do fornecedor obedeceram os requisitos do artigo 26 da Lei 8666/93, sendo:

LOCADOR: Claudete Florentino Silvestre  
CPF: 686.390.749-68  
VALOR: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) mensais. VIGÊNCIA: 12 meses, podendo ser prorrogado, no termos da lei.  
Siderópolis, 17 de janeiro de 2017.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

### 02/2016 AVISO CREDENCIAMENTO FARMACIAS

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO FMS Nº 02/2017  
AVISO DE CREDENCIAMENTO FMS N. 01/2017

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Licitações, INFORMA às empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, que estará realizando o CREDENCIAMENTO de farmácias locais para fornecimento de medicamentos constantes do guia da farmácia, para uso emergencial e cumprimento de mandados judiciais, perante prescrição médica, para o exercício de 2017. O credenciamento estará aberto a todas as empresas do ramo, a partir da data de publicação do Edital até o dia 03/02/2017 às 11h00min. O instrumento convocatório, na íntegra, encontra-se disponível para download no site da municipalidade: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br). Maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3435.8900, ou através do e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br).  
Siderópolis, 17 de janeiro de 2017.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

### 03/2016 AVISO CREDENCIAMENTO LABORATORIOS

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO FMS Nº 03/2017  
AVISO DE CREDENCIAMENTO FMS N. 02/2017

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Licitações, INFORMA às empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, que estará realizando o CREDENCIAMENTO

DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, para realização de exames laboratoriais, ao preço da tabela SIA/SUS. O credenciamento estará aberto a todas as empresas do ramo, a partir da data de publicação do Edital até o dia 03/02/2017 às 12h00min. O instrumento convocatório, na íntegra, encontra-se disponível para download no site da municipalidade: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br). Maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3435.8900, ou através do e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br).  
Siderópolis, 17 de janeiro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

### 03/2017 AVISO PREGÃO SISTEMA EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 03/2017  
ATO EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 02/2017

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que de conformidade com a Lei Nº 10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 31/01/2017, até às 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA), na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro se reunirá a pregoeira e equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas para a Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrada e software para gestão de carteirinhas de transporte escolar, conforme as condições estabelecidas em Edital. O edital na íntegra, encontra-se disponível para download no site da municipalidade: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br). Maiores Informações: Fone: (48) 3435 8900 ou e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br).  
Siderópolis, 17 de janeiro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

### 05/2017 AVISO PREGÃO MERENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 05/2017  
ATO EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 03/2017

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que de conformidade com a Lei Nº 10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 01/02/2017, até às 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA), na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro se reunirá a pregoeira e equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas para a Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para a merenda escolar e produtos para a Secretaria de Administração, durante o exercício de 2017, o edital na íntegra, encontra-se disponível para download no site da municipalidade: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br). Maiores Informações: Fone: (48) 3435 8900 ou e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br).  
Siderópolis, 17 de janeiro de 2017.

HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 011/2017

DECRETO Nº. 011, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs.385/2001 de 01/06/2001, 384 de 01/06/2001 e artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Servidor Público Municipal CLEONIR PROVENCI, portador do CPF sob nº.052.534.839-50, a partir desta data, para exercer as funções de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, PODENDO movimentar as contas do Fundo Municipal de Saúde, podendo assinar os cheques de todas as contas junto às agências bancárias, bem como a movimentação eletrônica, bem como responsável perante o CNPJ do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº.12.320.017/0001-05. Sendo que os cheques deverão ser assinados juntamente com o Servidor/tesoureiro JOSÉ REZENDE, CPF sob nº.503.335.269-53.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 18 de janeiro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Data Supra:

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 005-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 005/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2017  
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, pelo Sistema de Registro de Preços (prazo de 12 meses) para a contratação dos seguintes serviços: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL. O recebimento das propostas e documentação será até as 09h00min do dia 01/02/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h10min do mesmo dia. Maiores informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064.

Tigrinhos (SC), 17 de Janeiro de 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

# Tijucas

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA 01/2017**

PORTARIA N.º 001/2017/CMT, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR André Luiz de Souza Junior, matrícula n.º 200, para desempenhar o cargo comissionado de Gerente de Assuntos das Assessorias Parlamentares.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 02/2017**

PORTARIA N.º 002/2017/CMT, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Venina Rodrigues, matrícula n.º 205, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 03/2017**

PORTARIA N.º 003/2017/CMT, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Kátia Rosa Costa, matrícula n.º 207, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 04/2017**

PORTARIA N.º 004/2017/CMT, DE 03 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR André Ferreira da Silva, matrícula n.º 209, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 05/2017**

PORTARIA N.º 005/2017/CMT, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Israel Miliorini Régis, matrícula n.º 203, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Jurídico.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 06/2017**

PORTARIA N.º 006/2017/CMT, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Lays Teixeira Zimermann, matrícula n.º 204, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 07/2017**

PORTARIA N.º 007/2017/CMT, DE 05 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Norberto Lima, matrícula n.º 201, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 08/2017**

PORTARIA N.º 008/2017/CMT, DE 05 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Rogério dos Anjos, matrícula n.º 202, para desempenhar o cargo comissionado de Gerente de Assuntos Legislativos.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 09/2017**

PORTARIA N.º 009/2017/CMT, DE 05 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Gilvane Soares, matrícula n.º 211, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 10/2017**

PORTARIA N.º 010/2017/CMT, DE 05 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Rhammyses Linhares, matrícula n.º 214, para desempenhar o cargo comissionado de Gerente Administrativo.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 11/2017**

PORTARIA N.º 011/2017/CMT, DE 05 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Luiz Antônio da Silva, matrícula n.º 215, para desempenhar o cargo comissionado de Gerente de Assuntos das Comissões.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 12/2017**

PORTARIA N.º 012/2017/CMT, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Orivaldo Teixeira, matrícula n.º 206, para desempenhar o cargo comissionado de Gerente Financeiro.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 13/2017**

PORTARIA N.º 013/2017/CMT, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Elenita Mara Alexandre, matrícula n.º 208, para desempenhar o cargo comissionado de Chefe de Gabinete.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 14/2017**

PORTARIA N.º 014/2017/CMT, DE 06 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Mariana Ferreira do Amaral, matrícula n.º 213, para desempenhar o cargo comissionado de Diretor Geral.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 15/2017**

PORTARIA N.º 015/2017/CMT, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR William Clemes, matrícula n.º 210, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 16/2017**

PORTARIA N.º 016/2017/CMT, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Rodolfo Altino da Veiga Filho, matrícula n.º 212, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 17/2017**

PORTARIA N.º 017/2017/CMT, DE 09 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Heloise Cristine Dadam, matrícula n.º 222, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 18/2017**

PORTARIA N.º 018/2017/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Fabio Correia, matrícula n.º 221, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 19/2017**

PORTARIA N.º 019/2017/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Adilson Weber, matrícula n.º 223, para desempenhar o cargo comissionado de Gerente de Patrimônio.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 20/2017**

PORTARIA N.º 020/2017/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre a nomeação dos integrantes da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro da Câmara Municipal de Tijucas/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, de acordo com a Lei Federal 8.666/1993, Zenir Dionei Atanázio, matrícula nº. 169, Ricardo Alexandre Vieira, matrícula nº. 171, e Rogério dos Anjos, matrícula nº. 202, respectivamente, Presidente, Secretário e Membro da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Tijucas/SC (CPL/CMT).

Art. 2º Designa Zenir Dionei Atanázio, Presidente da CPL/CMT, para exercer as funções de Pregoeiro, na realização de licitação na modalidade Pregão Presencial e Eletrônico.

§ 1º - Para Equipe de Apoio, ficam designados os membros da CPL/CMT.

§ 2º - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio desenvolverão suas atividades para condução e julgamento dos processos licitatórios na modalidade acima mencionada, mediante acompanhamento do Órgão Jurídico, que assinará os atos correspondentes.

§ 3º - Os trabalhos deverão ser executados nos moldes previstos pela legislação em vigor, em especial na previsão contida na Lei Federal 10.520/2008, e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/1993, observadas as demais legislações pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial as Portarias nº 003 e 004/2016.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 21/2017**

PORTARIA N.º 021/2017/CMT, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Carlos Alexandre da Silva, matrícula n.º 225, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

**PORTARIA 22/2017**

PORTARIA N.º 022/2017/CMT, DE 11 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Lucas Regis, matrícula n.º 224, para desempenhar o cargo comissionado de Assessor Parlamentar.

ELÓI PEDRO GERALDO  
Presidente

# Timbó

## CÂMARA MUNICIPAL

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017.

#### CAUSA ENSEJADORA:

Dispensa de licitação, com base no artigo 24, II c/c art. 23, II, "a", da Lei 8.666/93.

#### JUSTIFICATIVA:

Licitação dispensada em razão do valor da proposta apresentada ser inferior ao limite legal que exige a abertura de procedimento licitatório.

#### RAZÃO DA ESCOLHA:

Dentre as empresas consultadas para apresentar orçamento foi o menor preço apresentado.

#### JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO:

O preço de R\$ 200,00 para até 5.000 páginas e de R\$ 0,04 por página excedente foi a melhor proposta encontrada entre as empresas pesquisadas.

#### OBJETO DO CONTRATO:

Prestação de serviço de impressão com tiragem mínima de 5.000 páginas mensais, mediante o comodato de duas impressoras multifuncionais (copiadora, fax, scanner e impressora) com suprimento de toner, manutenção preventiva, equipamento de suporte (back up) quando necessário, suporte técnico, instalação e configuração.

#### CONTRATADO:

S.O.S. Soluções em Tecnologia Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.485.215/0001-01, com sede na Rua João Simas, nº 20, Glória, Blumenau (SC).

#### VALOR:

O valor estimado de gastos até Dezembro de 2017 é de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Timbó (SC), 02 de Janeiro de 2017.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2017

Câmara Municipal de Timbó

Estado de Santa Catarina

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 01/2017

Dispensa de licitação 01/2017

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratado: S.O.S. Soluções em Tecnologia Ltda -ME

Objeto: Prestação de serviço de impressão com tiragem mínima de 5.000 páginas mensais, mediante o comodato de duas impressoras multifuncionais (copiadora, scanner e impressora) com suprimento de toner, manutenção preventiva, equipamento de suporte (back up) quando necessário, suporte técnico, instalação e configuração.

Valor: O preço mensal dos serviços objeto deste contrato é de R\$ 200,00 (duzentos reais), com franquia de 5.000 cópias, acrescido de R\$ 0,04 (quatro centavos) por cópia que exceder a franquia.

Assinado: 02 de Janeiro de 2017 pela Câmara Municipal de Timbó (Douglas Emanuel Marchetti) e S.O.S. Soluções em Tecnologia Ltda -ME (Cleusio Izidoro).



# Três Barras

## CÂMARA MUNICIPAL

### LEI ORGÂNICA MUNICIPAL TRÊS BARRAS-SC LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS

#### PREÂMBULO

Nós, os representantes do povo de Três Barras, constituídos em Poder Legislativo Orgânico deste Município, reunidos em Câmara Municipal, com atribuições previstas no artigo 29 da Constituição Federal, SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, votamos e promulgamos a seguinte LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

#### TÍTULO I

##### DOS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

\*Art. 1º - O Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e tem como fundamentos: ELO 15/2007

I - a autonomia;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Art. 2º - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

Art. 3º - São objetivos fundamentais dos cidadãos deste Município e de seus representantes:

I - assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento local e regional;

III - contribuir para o desenvolvimento estadual e nacional;

IV - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais na área urbana e na área rural;

V - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º - Os direitos e deveres individuais e coletivos, na forma prevista na Constituição Federal, integram esta Lei Orgânica e devem ser fixados em todas as repartições públicas do Município, nas escolas, nos hospitais ou em qualquer local de acesso público, para que todos possam, permanentemente, tomar ciência, exigir o seu cumprimento por parte das autoridades e cumprir, por sua parte, o que cabe a cada cidadão habitante deste Município ou que em seu território transite.

#### TÍTULO II

##### DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

##### CAPÍTULO I

###### DA ORGANIZAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA

Art. 5º - O Município de Três Barras, reger-se-á por esta Lei Orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de 10 (dez) dias e aprovação por 2/3 (dois terços) do Plenário, que a promulgará para que seja publicada pelo Executivo Municipal, no prazo de 10 (dez) dias, não lhe cabendo veto.

Art. 6º - Atendidos os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual, obedecer-se-ão aos seguintes preceitos:

\*I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de 4 (quatro) anos, em pleito direto, realizada no primeiro

domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder;

\*II - O Prefeito ou quem o houver sucedido ou substituído no curso do mandato poderá ser reeleito para um único período subsequente.

\*ELO 009/98\*

Parágrafo Único - A eleição do Prefeito importará na do Vice-Prefeito com ele registrado. Será considerado eleito Prefeito, o candidato registrado por partido político ou coligação partidária que obtiver a maioria dos votos, e maioria absoluta de votos, não computados ou nulos e os em branco.

Art. 7º - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse perante a Câmara de Vereadores, jurando manter, preservar e cumprir as Constituições Federal e Estadual, observando as Leis, obrigando-se a promover o bem estar do povo sustentando a autonomia do Estado e do Município e a integridade e independência do Brasil.

§ 1º - Iniciando o mandato a primeiro de Janeiro do ano seguinte ao da eleição.

§ 2º - Se, decorridos 10 (dez) dias da data da posse, o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 8º - O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito no impedimento, sucedendo-o em caso de vaga.

\*§ 1º - Cabe ao Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em Lei Complementar, auxiliar o Prefeito quando convocado, em missões especiais.

\*§ 2º - Quando nomeado para o desempenho de cargo junto à Administração, é facultado ao Vice-Prefeito optar pelo subsídio ou pela remuneração do cargo respectivo.

\*ELO 010/98\*

Art. 9º - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Prefeitura, o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara de Vereadores.

Parágrafo Único - Se o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara de Vereadores não quiserem assumir, eleger-se-á, imediatamente, dentre os Vereadores, o Prefeito substituto.

Art. 10 - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga, pela Câmara de Vereadores.

§ 1º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores.

§ 2º - Ocorrendo a vacância no último ano de mandato, assumirá o Presidente da Câmara, que completará o período.

\*Art. 11 - REVOGADO \*ELO 015/2007\*

\*Art. 12 - REVOGADO \*ELO 015/2007\*

\*Art. 13 - REVOGADO \*ELO 015/2007\*

##### CAPÍTULO II

###### DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

##### SEÇÃO I

###### DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

**Art. 14 - Compete ao Município:**

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
  - II - Suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;
  - III - elaborar o plano plurianual e o orçamento anual;
  - IV - instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei;
  - V - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
  - VI - Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
  - VII - dispor sobre organização, administração e execução de serviços municipais;
  - VIII - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;
  - IX - instituir o quadro, os planos de carreira e o regime único dos servidores públicos;
  - X - organizar e prestar, diretamente, ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais, inclusive o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
  - XI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
  - XII - instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;
  - XIII - amparar, de modo especial, os idosos e os portadores de deficiência;
  - XIV - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
  - XV - planejar e contratar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o de zona urbana;
  - XVI - estabelecer normas de edificações, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território, observadas as diretrizes da Lei Federal;
  - XVII - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos;
  - XVIII - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de indústrias comerciais, prestadores de serviços e outros;
  - XIX - cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento cuja atividade venha a se tornar prejudicial à saúde, à higiene, à segurança, ao sossego e aos bons costumes;
  - XX - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos, indústrias comerciais, de serviços, de divertimentos e outros, atendidas as normas da legislação federal aplicável;
  - XXI - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;
  - XXII - fiscalizar nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios, observada a legislação federal pertinente;
  - XXIII - disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais cuja conservação seja de sua competência;
  - XXIV - regular as condições de utilização dos bens públicos de uso comum;
  - XXV - regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar, conforme o caso:
    - a) o serviço de carros de aluguel;
    - b) os serviços de mercados, feiras e matadouros públicos.
  - XXVI - assegurar a expedição de certidões, quando requeridas às repartições municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, com prazo de 15 (quinze) dias;
- § 1º - As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei.
- § 2º - A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, deve ser consubstanciada em Plano Diretor de

Desenvolvimento Integrado, nos termos do art. 182, § 1º, da Constituição Federal.

**SEÇÃO II****DA COMPETÊNCIA COMUM**

Art. 15 - É da competência comum do Município, da União e do Estado, na forma prevista em lei complementar federal:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, educação e à ciência;
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisas e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII - estabelecer e implantar política de educação para o trânsito;
- XIII - realizar atividades de defesa civil, inclusive a de prevenção e combate a incêndios;
- XIV - realizar a prevenção e proteção dos habitantes, contra sinistros ou calamidade de qualquer natureza, e, caso ocorram, os trabalhos de salvamento das pessoas e seus bens;
- XV - realizar as buscas e os salvamentos em geral.

**SEÇÃO III****DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR**

Art. 16 - compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual no que couber aquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse, visando a adaptá-la à realidade e às necessidades locais.

**CAPÍTULO III****DAS VEDAÇÕES**

Art. 17 - Além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica, ao Município é vedado:

- I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, colocar funcionários à disposição dos mesmos, embarçar-lhes o funcionamento ou manter com estes ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público;
- II - recusar fé aos documentos públicos;
- III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;
- IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar à campanha ou objetivos estranhos à administração e ao interesse público.

**CAPÍTULO IV****DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****SEÇÃO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

\*Art. 18 - A administração pública direta, indireta de qualquer dos Poderes do Município obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

\*I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em Lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

\*II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IV - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

\*V - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o inciso XXIII do art. 32 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

\*VI - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

\*VII - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público, não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

\*VIII - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto no inciso VII deste artigo, no § 7º do art. 19 da Lei Orgânica Municipal e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

\*ELO 009/98\*

IX - somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;  
X - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, os serviços, compras de alienação serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes;

XI - as obras, serviços, compras e alienações contratadas de forma parcelada, com o fim de burlar a obrigatoriedade do processo de licitação pública, serão considerados atos fraudulentos, possíveis de anulação, por eles respondendo os autores, civil, administrativa e criminalmente na forma da lei;

XII - a não observância do disposto nos incisos II, III, IV e IX, deste Artigo implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável nos termos da Lei;

XIII - os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade de bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em Lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo Único - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em Lei.

## SEÇÃO II DOS SERVIDORES PÚBLICOS

\*\*\*\*Art. 19 - O Município instituirá conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

\*§ 1º - A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

\*I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

\*II - os requisitos para a investidura;

\*III - as peculiares dos cargos.

\*§ 2º - Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no Art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

\*ELO 009/98\*

\*§ 3º - É facultado ao servidor público converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor de remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

\*\*§ 4º - O servidor que preferir não gozar, integralmente, a licença-prêmio, poderá optar, mediante expressa e irrevogável declaração, pelo gozo de metade do período, recebendo a remuneração do seu cargo, correspondente à outra metade.

\*§ 5º - As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas à atribuições de direção, chefia e assessoramento.

\*§ 6º - O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

\*§ 7º - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

\*§ 8º - O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no parágrafo anterior e no inciso V do art. 18.

\*§ 9º - Lei do Município poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no § 7º.

\*§ 10 - Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

\* 11 - A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 8º.

\*ELO 005/97 \*\*ELO 006/97 \*\*\*ELO 007/97\*\*\*\*ELO 009/98\*

\*Art. 20 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco se mulher, com proventos proporcionais;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - A lei poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "a" e "c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§ 2º - A lei disporá sobre aposentadoria em cargos ou empregos

temporários.

§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

§ 4º - Aplica-se ao servidor público o disposto no § 2º do art. 202 da Constituição Federal.

§ 5º - Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos, quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§ 6º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

\*§ 7º. Aos servidores públicos municipais, dos Poderes Executivo e Legislativo, ocupantes de cargo de provimento efetivo, respeitadas as normas constitucionais, ficam garantidos os direitos à percepção da remuneração total do cargo, em caso de eventual diferença a menor dos benefícios a serem pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, por ocasião da aposentadoria. ELO 016/2008

\*§ 8º. Eventual diferença da remuneração de que trata o parágrafo anterior, será custeada pelos cofres do Tesouro Municipal. ELO 016/2008

\*§ 9º. Verificado o pagamento do benefício pelo Instituto de Seguridade Social - INSS a menor do que a remuneração do cargo, deverá o interessado protocolar requerimento junto à Secretaria de Administração do poder correspondente, instruído com a documentação pertinente, visando à complementação dos valores. ELO 016/2008

\*§ 10. Processado e deferido o requerimento, o mesmo será encaminhado ao Setor de Pessoal e Contábil para que formalizem o cadastramento do benefício, o qual será custeado pelo Poder Público, de acordo com a dotação orçamentária própria. ELO 016/2008

\*Art. 21 - São estáveis, após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

\*§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

\*I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

\*II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

\*III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa.

\*§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

\*§ 3º - Extinto o cargo ou declarado sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

\*§ 4º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão constituída para essa finalidade.

\*ELO 009/98\*

Art. 22 - Ao servidor público em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as disposições do art. 38 da Constituição Federal.

### TÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

##### CAPÍTULO I

##### DO PODER LEGISLATIVO

### SEÇÃO I

Art. 23 - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Cada legislatura tem a duração de quatro anos, correspondendo cada ano a uma sessão legislativa.

Art. 24 - A Câmara Municipal compõe-se de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representante do povo, com mandato de quatro anos.

§ 1º - São condições de elegibilidade para o exercício do mandato de Vereador, na forma da Lei Federal:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de dezoito anos;

VII - ser alfabetizado;

VIII - ter residência fixa no Município comprovada.

\*\* § 2º - A Câmara Municipal é composta de 11 (onze) Vereadores, a partir de 1º de janeiro de 2013, proporcional à população do Município, nos termos do art. 29, IV, alínea b, da Constituição Federal. \*ELO 011/04\*\*ELO 019/11\*

\*Art. 25 - A Câmara Municipal reunir-se-á, anual e ordinariamente, no Município, de 02 de fevereiro a 22 de Dezembro.

\*ELO 001/1991\* \*ELO 015/2007.

§ 1º - As reuniões inaugurais de cada sessão legislativa, marcadas para as datas que lhes correspondem, previstas no parágrafo anterior, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando coincidirem com sábados, domingos e feriados.

§ 2º - A convocação da Câmara é feita no período e nos termos estabelecidos no "caput" deste artigo, correspondendo à sessão legislativa ordinária.

§ 3º - A convocação extraordinária da Câmara far-se-á:

I - pelo Prefeito, quando este entender necessária;

II - pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros desta, em caso de urgência ou interesse público relevante;

IV - pela Comissão Representativa da Câmara.

§ 4º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 26 - As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de seus membros, salvo disposto em contrário previsto na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 27 - A sessão legislativa ordinária não será interrompida, sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária.

Art. 28 - As sessões da Câmara realizar-se-ão em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no art. 32, XIII, desta Lei Orgânica.

§ 1º - O horário das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal é o estabelecido em seu Regimento Interno.

§ 2º - Poderão ser realizadas sessões solenes fora do recinto da Câmara.

Art. 29 - As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 30 - As sessões somente serão abertas com a presença de, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - considerar-se-á presente à sessão, o Vereador



que assinar o livro de presença e participar dos trabalhos do Plenário e das votações.

## SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 31 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

- I - tributos municipais, arrecadações e dispêndio de suas rendas;
- II - isenção e anistia em matéria tributária, bem como de dívidas;
- III - orçamento anual, plano plurianual e autorização para abertura de créditos suplementares e especiais;
- IV - operações de crédito, auxílios e subvenções;
- V - concessão, permissão e autorização de serviços públicos;
- VI - concessão administrativa de uso dos bens municipais;
- VII - alienação de bens públicos;
- VIII - aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doações sem encargo;
- IX - organização administrativa municipal, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, bem como a fixação dos respectivos vencimentos;
- X - criação e estruturação de Secretarias Municipais e demais órgãos da administração pública, bem assim a definição das respectivas atribuições;
- XI - aprovação do Plano Diretor e demais Planos e Programas de Governo;
- XII - autorização para a assinatura de convênios de qualquer natureza com outros Municípios ou com entidades públicas ou privadas;
- XIII - delimitação do perímetro urbano;
- XIV - transferência temporária da sede do governo municipal;
- XV - autorização para mudança de denominação de vias e logradouros públicos;
- XVI - normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento.

\*Art. 32 - É de competência exclusiva da Câmara Municipal:

- I - eleger os membros de sua Mesa Diretora;
- II - elaborar o Regimento Interno;
- III - organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;
- \*IV - tomar a iniciativa de lei propondo a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- \*ELO 009/98\*

- V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e Vereadores;
- VI - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias;
- VII - exceder a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo;
- \*VIII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos: ELO 15/2007
- a) o parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;
- \*b) decorrido o prazo de 90 (noventa) dias, sem deliberação pela Câmara, o processo relativo às contas será colocado na ordem do dia da sessão imediata, a qual destinar-se-á exclusivamente para a matéria, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final. ELO 15/2007

- c) no decurso do prazo previsto na alínea anterior, as contas do Prefeito ficarão à disposição de qualquer contribuinte do Município, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei;
- d) rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao

Ministério Público para os fins de direito.

IX - decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;

X - autorizar a realização de empréstimo ou de crédito interno ou externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

XI - proceder à tomada de contas do Prefeito através de comissão especial, quando não apresentada a Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;

\*XII - os convênios, ajustes, acordos e instrumentos congêneres firmados pelos órgãos e entidades da administração pública serão submetidos à Câmara de Vereadores no prazo de 30 (trinta) dias contados da celebração, e serão apreciados na forma e nos prazos previstos em seu regimento interno;

\*ELO 002/93\*

XIII - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XIV - convocar o Prefeito, Secretário do Município ou autoridade equivalente, funcionários para prestar esclarecimentos, aprazando dia e hora para o comparecimento, importando a ausência sem justificativa adequada, crime de responsabilidade, punível na forma da legislação federal;

XV - encaminhar pedidos escritos de informação ao Secretário do Município ou autoridade equivalente, importando crime de responsabilidade e recusa ou o não atendimento no prazo de quinze dias, bem como a prestação de informações falsas;

XVI - ouvir Secretários do Município ou autoridade equivalente, quando, por sua iniciativa e mediante entendimentos prévios à Mesa, comparecem à Câmara Municipal para expor assunto de relevância da Secretaria ou do órgão de administração de que forem titulares;

XVII - deliberar sobre o atendimento e a suspensão de suas reuniões;

XVIII - criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros;

XIX - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagens a pessoas que reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele tenham se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

XX - solicitar a intervenção do Estado no Município;

XXI - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei federal;

XXII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta;

\*\*XXIII - tomar a iniciativa de lei, fixando o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários do Município, observado o disposto na Constituição Federal, devendo o respectivo processo legislativo estar concluído até o dia 28 de fevereiro do ano anterior ao início da Legislatura \*ELO 008/98\*ELO 15/2007

XXIV - fixar critérios e limites de indenização de despesas de viagem do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores;

a) a indenização de que trata este artigo não será considerada remuneração.

## SEÇÃO III DOS VEREADORES

\*Art. 33 - Os Vereadores são invioláveis, por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município. ELO 15/2007

§ 1º - Desde a expedição do diploma, os membros da Câmara Municipal não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Casa, observado no § 2º, do art. 53, da Constituição Federal.

§ 2º - No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Câmara Municipal, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva

sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

§ 3º - Os Vereadores serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça.

§ 4º - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 34 - É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no art.22 desta Lei Orgânica.

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerável ad nutum, salvo o cargo de Secretário Municipal ou equivalente;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público no Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município, em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I.

Art. 35 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentário às instituições vigentes;

III - que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - que fixar residência fora do Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III a VI, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 36 - O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença;

II - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de secretário Municipal ou equivalente de órgão da Administração Pública Direta ou Indireta do Município conforme previsto no artigo 34 inciso II, alínea "a", desta Lei Orgânica.

§ 2º - Ao Vereador licenciado nos termos do inciso I, a Câmara Municipal poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença.

§ 3º - O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso de Legislação e não será computado para o efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 4º - A licença para tratar de interesse particular não será inferior a trinta dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato, antes do término da mesma.

§ 5º - Independente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões, de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 6º - Na hipótese do § 1º, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

\*Art. 37 - Dar-se-á a convocação do Suplente do Vereador nos casos de vaga e de licença. ELO 15/2007

§ 1º - O Suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quinze dias, contados da data de convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 2º - Enquanto a vaga, a que se refere o parágrafo anterior, não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

#### SEÇÃO IV

#### DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA

Art. 38 - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão preparatória, a partir de 1 de Janeiro do primeiro ano da legislatura, para posse de seus membros e eleição da Mesa.

§ 1º - A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independentemente de número, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 2º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior, deverá fazê-lo dentro do prazo de quinze dias do início do funcionamento ordinário da Câmara, sob pena de perda de mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3 - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 4º - Inexistindo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

\*§ 5º - A eleição para renovação da Mesa, realizar-se-á, na última sessão ordinária da sessão legislativa, empossando-se os eleitos em sessão solene, no dia 2 (dois) de janeiro, que será transferida para o primeiro dia útil subsequente, quando coincidir com sábado, domingo ou ponto facultativo

\*ELO 010/98\*

\*\*Art. 39 - O mandato da Mesa será de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na mesma legislatura.

\*ELO 004/96\*ELO 010/98\*

Art. 40 - A Mesa da Câmara se compõe de Presidente, Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e Segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 1º - Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participarem da Casa.

§ 2º - Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais idoso assumirá a Presidência.

§ 3º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da Mesa, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

Art. 41 - A Câmara terá comissões permanentes e especiais.

§ 1º - Às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de 1/3 (um terço) dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa, contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

§ 2º - As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.

§ 3º - Na formação das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou dos blocos parlamentares que participarem da Câmara.

§ 4º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 42 - A Maioria, a Minoria, as Representações Partidárias, mesmo com apenas um membro, e os blocos parlamentares terão Líder e quando for o caso, Vice-Líder.

§ 1º - A indicação dos Líderes, será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou Partidos Políticos à Mesa, nas vinte e quatro horas que se seguirem à instalação do primeiro período Legislativo anual.

§ 2º - Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, se for o caso, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

Art. 43 - Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas Comissões.

Parágrafo Único - Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Art. 44 - À Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar o seu Regimento Interno, dispondo sobre a sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços e, especialmente sobre:

I - sua instalação e funcionamento;

II - posse de seus membros;

III - eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;

IV - periodicidade das reuniões;

V - comissões;

VI - sessões;

VII - deliberações;

VIII - todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 45 - À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos Legislativos;

II - propor projetos de que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - apresentar projetos dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades internas;

VI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 46 - Dentre outras atribuições compete ao Presidente da Câmara:

I - representar a Câmara em juízo e fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos Legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar Resoluções e Decretos Legislativos;

V - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceite esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;

VI - fazer publicar os atos da Mesa, as Resoluções, Decretos Legislativos e as leis que vier promulgar;

VII - autorizar as despesas da Câmara;

VIII - representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

IX - solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual;

X - encaminhar para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao tribunal de Contas do estado ou ao órgão a que for atribuída tal competência.

## SEÇÃO V

### DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 47 - O Processo Legislativo Municipal compreende a elaboração de:

I - Emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - Leis Complementares;

III - Leis Ordinárias;

IV - Leis Delegadas;

V - Resoluções;

VI - Decretos Legislativos.

Art. 48 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - do Prefeito Municipal.

§ 1º - A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de 10 (dez) dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica Municipal, será promulgada pela Mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Art. 49 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, que exercerão sob a forma de moção articulada, subscrita no mínimo, por cinco por cento do total de eleitores do Município.

**\*\*Parágrafo único.** Não será objeto de deliberação qualquer proposição legislativa que tenha por finalidade a regulamentação de políticas de ensino, currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero ou orientação sexual. **\*\*ELO 20/215\*\***

Art. 50 - As leis complementares somente serão aprovadas, se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara



Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único - Serão leis complementares dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras;

III - Código de Posturas;

IV - Lei instituidora de regime jurídico único dos Servidores Municipais;

V - Lei Orgânica instituidora da guarda municipal;

VI - Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

VII - Lei que institui o Plano Diretor do Município.

Art. 51 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos, na Administração Direta, autárquica ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, da Administração Indireta e autarquias, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos da Administração Pública;

IV - matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções.

Parágrafo Único - Não será admitido aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte, deste artigo.

Art. 52 - Compete à Mesa da Câmara, além de outras atribuições estipuladas no Regimento Interno:

I - enviar ao Prefeito Municipal, até dia 10 (dez) de Janeiro, as contas do exercício anterior;

II - propor ao Plenário projetos de Resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observadas as determinações legais;

III - propor ao Plenário projetos de Resolução para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV - elaborar e encaminhar ao Prefeito, até 31 de agosto, após a aprovação pelo Plenário, a proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município, prevalecendo na hipótese da não aprovação pelo Plenário, a proposta elaborada pela Mesa.

§ 1º - A Mesa decidirá sempre por maioria de seus membros.

§ 2º - Nos Projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara, não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste Artigo, se assinado pela maioria dos Vereadores.

Art. 53 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até 45 (quarenta e cinco) dias sobre a proposição, contados da data do recebimento da solicitação.

§ 2º - Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3º - O prazo do § 1º, não ocorre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos da lei complementar.

Art. 54 - Aprovado o projeto de lei, será este enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte,

inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento.

§ 2º - Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 3º - O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º - A apreciação do veto, pelo Plenário da Câmara, será feito dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§ 5º - Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 53 desta Lei Orgânica.

§ 7º - A não promulgação da lei no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 5º autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo em igual prazo.

Art. 55 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - Os atos de competência privativa da Câmara, a matéria reservada à Lei Complementar, os planos plurianuais e orçamento, não serão objetos de delegação.

§ 2º - A delegação ao Prefeito será efetuada sob a forma de Decreto Legislativo, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - O Decreto Legislativo poderá determinar a apreciação do projeto pela Câmara, que fará em votação única, vedada a apresentação de emenda.

Art. 56 - Os projetos de Resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos de Decretos Legislativos, sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo Único - Nos casos de projeto de Resolução e de projeto de Decreto Legislativo, considerar-se-á concluída a deliberação, com a votação final à elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 57 - A matéria constante de projeto de lei rejeitada, somente poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

## SEÇÃO VI

### DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

\*Art. 58 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial do Município, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em Lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

\*§ 2º - As contas do Prefeito, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 90 (noventa) dias, após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência e, uma vez vencido esse prazo, sem deliberação pela Câmara, o processo relativo às contas será colocado na ordem do dia da sessão imediata, a qual destinar-se-á exclusivamente para a matéria, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final. ELO 15/2007

§ 3º - Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão.

§ 4º - As contas do município ficarão, no decurso do prazo previsto no § 2º, deste artigo, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade nos termos da lei.

§ 5º - As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado, serão prestadas na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementá-las, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

§ 6º - As contas a que se refere o § 4º, deste artigo, ficarão nas dependências da Câmara.

§ 7º - A Câmara Municipal julgará as contas, independentemente do parecer prévio do tribunal de Contas, caso este não o emita até o último dia do exercício financeiro em que foram prestadas.

Art. 59 - O Executivo manterá sistemas de controle interno a fim de:

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II - acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV - verificar a execução dos contratos.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidade perante a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas do Estado.

## CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

### SEÇÃO I

Art. 60 - O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores com atribuições equivalentes ou assemelhadas.

Parágrafo Único - Aplica-se à elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito, o disposto no § 1º, do artigo 24, desta Lei Orgânica, no que couber, e a idade mínima de vinte e um anos, e aplica-se ainda ao Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no Título II, Capítulo I desta Lei Orgânica.

Art. 61 - A eleição de Prefeito e do Vice-Prefeito, realizar-se-á simultaneamente com a dos Vereadores, nos termos estabelecidos no artigo 29, inciso I e II da Constituição Federal.

Art. 62 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a 15 (quinze) dias, sob pena de perda do cargo ou de mandato.

Parágrafo Único - O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I - impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II - em gozo de férias;

III - a serviço ou em missão de representação do município.

\*Art. 63 - O Prefeito gozará férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

Parágrafo único. Os Secretários Municipais terão direito a férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do subsídio, assim como décimo-terceiro subsídio.\* ELO 18/2010.

Art. 64 - A remuneração do Prefeito será estipulada na forma do inciso XXIII, do artigo 32, desta Lei Orgânica.

### SEÇÃO II

Art. 65 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I - iniciar o processo Legislativo, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

II - representar o município em juízo e fora dele;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;

IV - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;

V - nomear e exonerar os Secretários Municipais e os Diretores dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta;

VI - decretar nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

VII - expedir Decretos, portarias e outros atos administrativos;

VIII - permitir ou autorizar o uso de bens municipais, por terceiros;

IX - prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;

X - enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual e ao plano plurianual do Município e das suas autarquias;

XI - encaminhar à Câmara Municipal, até 28 de fevereiro, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;

XII - encaminhar aos órgãos competentes, os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XIII - fazer publicar os atos oficiais;

XIV - prestar à Câmara, dentro de 15 (quinze) dias, as informações pela mesma solicitadas, salvo prorrogação, a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção, nas respectivas fontes, de dados necessários ao atendimento do pedido;

XV - prover os serviços e obras da administração pública;

XVI - superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou de créditos votados pela Câmara;

XVII - colocar à disposição da Câmara, dentro de 10 (dez) dias, de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez e, até o dia 20 (vinte) de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo os créditos suplementares e especiais;

XVIII - aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando imposta irregularmente;

\*XIX - resolver em até 15 (quinze) dias sobre indicações, reclamações, representações ou requerimentos que lhe forem dirigidos; ELO 21/2015

XX - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

XXI - conceder auxílios e prêmios, mediante prévia autorização da Câmara;

XXII - conceder subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara, para quem requerer até o final de março de cada ano;

XXIII - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado, para garantia do cumprimento de seus atos;

XXIV - solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a 15 (quinze) dias;

XXV - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XXVI - remeter à Câmara Municipal, até o último dia útil do mês subsequente, a prestação de contas do mês anterior, acompanhada

das respectivas notas de empenho;  
XXVII - os Decretos e portarias do Poder Executivo, terão que ser remetidos através de cópias para a Câmara Municipal, no prazo de até 15 (quinze) dias.

Art. 66 - Compete também ao Prefeito as demais atribuições previstas em lei.

### SEÇÃO III DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 67 - É vedado ao Prefeito, assumir outro cargo ou função na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no Artigo 38, II, IV e V, da Constituição Federal, e no Artigo 22 desta Lei Orgânica.  
§ 1º - Ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, é vedado desempenhar função, a qualquer título, em empresa privada que tenha concessão, ou seja concessionária de serviço público.

§ 2º - Ao Prefeito e ao Vice-Prefeito é vedado residir fora do Município.

§ 3º - A infringência ao disposto neste Artigo e em seus parágrafos, implicará perda de mandato.

Art. 68 - As incompatibilidades declaradas no Artigo 35 desta Lei Orgânica, estendem-se no que forem aplicáveis, ao Prefeito e aos Secretários Municipais ou autoridades equivalentes.

Art. 69 - São crimes de responsabilidade do Prefeito, os previstos em Lei Federal.

§ 1º - Admitida a acusação contra o Prefeito Municipal, por dois terços dos membros da Câmara Municipal será ele submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado, nas infrações penais comuns, ou perante a própria Câmara Municipal, nos crimes de responsabilidade.

§ 2º - O Prefeito Municipal ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Tribunal de Justiça do Estado;

II - nos crimes de responsabilidade após a instauração de processo pela Câmara Municipal.

§ 3º - Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Prefeito, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 4º - O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 70 - São infrações político-administrativas do Prefeito Municipal, sujeitos ao julgamento pela Câmara Municipal e sancionadas com a cassação do mandato, além de outras já previstas nesta Lei Orgânica, as seguintes:

I - impedir o funcionamento regular da Câmara;

II - impedir o exame de livros, folhas de pagamentos e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços Municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria regularmente instituída;

III - desatender, sem motivo justo, às convocações ou aos pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V - deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à Administração da Prefeitura;

VIII - praticar, contra expressa disposição de Lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

IX - ausentar-se do Município por tempo superior ao permitido em Lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara Municipal;

X - proceder de modo incompatível com a dignidade e decoro do cargo.

Art. 71 - Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo, aceito pela Câmara, dentro do prazo de 10 (dez) dias;

III - infringir as normas dos Artigos 35 e 62, desta Lei Orgânica;

IV - perder ou tiver suspensos os seus direitos políticos.

### SEÇÃO IV DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO

Art. 72 - São auxiliares diretos do Prefeito:

I - os Secretários Municipais;

II - os Diretores de órgãos da Administração Pública Direta.

Parágrafo Único - os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito.

Art. 73 - A Lei Municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Art. 74 - São condições essenciais para a investidura no cargo de Secretário ou Diretor:

I - ser brasileiro;

II - estar no exercício dos direitos políticos;

III - ser maior de vinte e um anos.

### CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 75 - O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da Lei Complementar.

### CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 76 - A Administração Municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

### CAPÍTULO V

#### SEÇÃO I DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

\*Art. 77 - A publicação das leis e dos demais atos municipais far-se-á em órgão oficial, ou alternativamente em órgão da imprensa local e regional, como também, em caráter obrigatório, por afixação em local próprio e de acesso público na sede da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores e em meio eletrônico digital de acesso público - Internet.

ELO 14/2005

§ 1º - A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos, far-se-á através de licitação, em que se levarão em conta, não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, tiragem e distribuição.

§ 2º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

Art. 78 - O Prefeito fará publicar:

I - diariamente, por edital, o movimento do caixa do dia anterior;

II - mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa:

III - mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

IV - anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas de administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

## SEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 79 - O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções.

Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição, os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Art. 80 - A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em Lei Federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal, nem nele receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios.

## SEÇÃO III DAS CERTIDÕES

Art. 81 - A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridos para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade de autoridade ou do servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo, deverão atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pelo juiz.

Parágrafo Único - As certidões relativas ao Poder Executivo, serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor de Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

## CAPÍTULO VI DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 82 - Cabe ao Prefeito, a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto aqueles utilizados em seus serviços.

Art. 83 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre procedido de avaliação, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública.

Parágrafo Único - Dispensada a concorrência pública nos casos de doação e permuta.

Art. 84 - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

\*Art. 85 - O uso de bens municipais por terceiros, poderá ser através de concessão de direito real de uso, concessão, cessão, permissão e autorização de uso.\*

\*ELO 012/04\*

\*§ 1º. A concessão de direito real de uso, concessão e cessão se dará mediante autorização legislativa específica.

\*§ 2º. A autorização e permissão de uso se dará a título precário,

por tempo determinado e independente de autorização legislativa.  
\*ELO 017/09\*

\*§ 3º. Poderão ser concedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do Município e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

\*ELO 012/04\*

## CAPÍTULO VII DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 86 - Nenhum empreendimento de obras e serviços do município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II - os pormenores para sua execução;

III - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1º - Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de seu custo.

§ 2º - As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e por terceiros, mediante licitação.

Art. 87 - A permissão de serviço público, a título precário, será outorgada por Decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com a autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1º - Serão nulos de pleno direito, as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - As concorrências para concessão de serviço público, deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 88 - Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienação, será adotada a licitação, nos termos da Lei.

Parágrafo Único - As Comissões de licitações da Prefeitura Municipal, terão pelo menos um membro da Câmara Municipal.

Art. 89 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio, com outros Municípios.

Parágrafo Único - Os convênios autorizados pela Câmara Municipal, só terão validade após a homologação Legislativa.

## TÍTULO IV DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, DA RECEITA E DESPESA E DO ORÇAMENTO

### CAPÍTULO I DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 90 - São tributos municipais os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria decorrentes de obras públicas, instituídas por Lei Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de direito tributário.

Art. 91 - Compete ao Município instituir imposto sobre:



I - propriedade predial e territorial urbana;  
II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito a sua aquisição;  
III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;  
IV - extração de terras, argila, areia e outros;  
V - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na Lei Complementar prevista art. 156, IV da Constituição Federal e excluídas de sua incidência as exportações de serviços para o exterior.  
§ 1º - O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.  
§ 2º - O imposto previsto no inciso II, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente, for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.  
§ 3º - A Lei que instituir tributo municipal observará, no que couber, as limitações do poder de tributar, estabelecidas, nos artigos 150 a 152 da Constituição Federal.

Art. 92 - As taxas serão instituídas em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva, ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à disposição do Município.

Art. 93 - A contribuição de melhoria poderá ser instituída e cobrada em decorrência de obras públicas, nos termos e limites definidos na Lei Complementar, a que se refere o art. 146 da Constituição Federal.

Art. 94 - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados à capacidade econômica do contribuinte.

Parágrafo Único - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 95 - O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores para o custeio, em benefício destes, do sistema de previdência e assistência social que criar e administrar.

## CAPÍTULO II DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 96 - A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em impostos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da Utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 97 - Pertencem ao Município:

I - o produto de arrecadação do imposto da União, sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município, suas autarquias e fundações por ele mantidos;  
II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União, sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;  
III - setenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativos a título ou valores mobiliários, incidente sobre o ouro, observado o disposto no artigo 153, § 5º., da Constituição Federal;  
IV - cinquenta por cento do produto de arrecadação do imposto do Estado, sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

V - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado, sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 98 - A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito, mediante edição de Decreto.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Art. 99 - Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.  
§ 1º - Considera-se notificação, a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da Lei Complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal.  
§ 2º - Do lançamento do tributo, cabe recurso ao Prefeito assegurado para sua interposição, o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

Art. 100 - A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art. 101 - Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita, sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara Municipal, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 102 - Nenhuma Lei que crie ou aumente despesa será executada, sem dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 103 - As disponibilidades de caixa do Município, de suas autarquias, fundações e das empresas por ele controladas, serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em Lei.

## CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO

\*Art. 104 - A elaboração e a execução da Lei Orçamentária, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual, obedecerão as regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado, nas formas de Direito Financeiro e Orçamentário. ELO 13/2005

Parágrafo Único - O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 105 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais, serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças à qual caberá:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;  
II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos, e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara.  
§ 1º - As emendas serão apresentadas na Comissão, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental.  
§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovadas caso:  
I - sejam compatíveis com o plano plurianual;  
II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídos os que incidam sobre:  
a) dotação para pessoal e seus encargos;  
b) serviço de dívida; ou

III - sejam relacionados:

- a) com correção de erros ou omissões;
- b) com os dispositivos de texto do projeto de lei.

§ 3º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 106 - A Lei Orçamentária compreenderá:

- I - o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos da administração direta e indireta;
- II - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculadas, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.

\*Art. 107 - O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na Lei Complementar Federal, a proposta de Orçamento, as Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual. ELO 13/2005

§ 1º - O não cumprimento do disposto no caput deste artigo, implicará a elaboração pela Câmara, independentemente do envio da proposta, da competente Lei de meios, tomando por base a Lei Orçamentária em vigor.

§ 2º - O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor a modificação do projeto de Lei Orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

\*§ 3º - Na ausência da Lei Complementar Federal regulando o prazo para envio dos Projetos de Lei de que trata o caput deverão ser observado os seguintes prazos:

- I - Plano Plurianual até 30 de julho;
- II - Diretrizes Orçamentárias até 15 de setembro;
- III - Orçamento até 30 de outubro. ELO 13/2005

Art. 108 - A Câmara não enviando, no prazo consignado na Lei Complementar Federal, o projeto de Lei Orçamentária à sanção será promulgada como Lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

Art. 109 - Rejeitado pela Câmara, o projeto de Lei Orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se-lhe a atualização dos valores.

Art. 110 - Aplicam-se ao projeto de Lei Orçamentária, no que não contrariarem o disposto neste Capítulo, as regras do processo Legislativo.

Art. 111 - O orçamento será uno, incorporando-se obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Art. 112 - O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem a fixação da despesa anteriormente autorizada.

Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição a:

- I - autorização para a abertura de créditos suplementares;
- II - contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos de lei.

Art. 113 - São vedados:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual;
- II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas, que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- III - a realização de operações de créditos que excedam o montante

das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara por maioria absoluta;

- IV - a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 158 e 159, da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, e a prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receitas, previstas no art. 112, II desta Lei Orgânica;
- V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
- VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
- VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social, para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;
- IX - a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado, sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem Lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 114 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

\*\*Art. 115 - A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

\*Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

\*I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

\*II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

\*ELO 003/95\*\*ELO 009/98\*

## TÍTULO V DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 116 - O Município, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art. 117 - A intervenção no Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e solidariedade social.

Art. 118 - O trabalho é obrigação social, garantindo a todos o direito ao emprego e a justa remuneração, que proporcione existência

digna na família e na sociedade.

Art. 119 - O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem estar coletivo.

Art. 120 - O Município assistirá aos trabalhos rurais e suas organizações legais, objetivando proporcionar a eles, dentre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem estar social.

§ 1º - Para o fiel cumprimento do disposto neste Artigo, o Município criará plano de desenvolvimento agrícola, sendo obrigatório cumpri-lo.

§ 2º - O Município terá um plano de desenvolvimento agrícola, o qual será planejado, controlado e avaliado, com a efetiva participação das classes produtoras, trabalhadores Rurais e profissionais técnicos no setor, devendo estar em consonância com a capacidade de uso sustentado dos recursos naturais, obedecendo técnicas adequadas de planejamento e buscando integrar com o planejamento regional e estadual, a fim de harmonizar as ações do serviço público.

§ 3º - O Município co-participará com o Governo do Estado e da União, na manutenção do serviço de assistência e extensão rural oficial assegurando, prioritariamente ao pequeno, a orientação sobre a produção agro-silvo pastoril, a organização rural, a comercialização do uso de preservação dos recursos naturais, a administração das unidades de produção, a melhoria das condições de vida e bem estar da população rural e a profissionalização informal.

§ 4º - O Município instituirá uma Comissão Agrária Municipal, contará com a participação efetiva de todos os segmentos sociais, inclusive trabalhadores rurais, a fim de ordenar as ações inerentes a esta questão.

§ 5º - O Município dará condições de acesso às propriedades e empresas rurais, para que possam escoar seus produtos agrícolas e industriais, e assegurará condições de locomoção à pessoas do interior criando linha de ônibus.

Art. 121 - Aplica-se ao Município, o disposto no Artigo 171 § 2º., e 175 e parágrafo único, da Constituição Federal.

Art. 122 - O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 123 - O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Parágrafo Único - A fiscalização de que trata este artigo, compreende exame contábil e as perícias necessárias à apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

Art. 124 - O Município dispensará à micro-empresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em Lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, providenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas, por meio de Lei.

## CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA

Art. 125 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em Lei, tem por objetivo, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social, quando

atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 126 - O Município poderá, mediante Lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da Lei Federal, do proprietário do solo urbano não edificado, sub-utilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de:

I - parcelamento ou edificação compulsória;

II - imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - os imóveis não são objetos de desapropriação com indenização, através de título da Dívida Pública.

Art. 127 - São isentos de tributos, os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

## CAPÍTULO III DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 128 - O Município dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo.

§ 1º - Caberá ao Município, promover e executar as obras que por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º - O plano de assistência social do Município, nos termos que a Lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no Artigo 203 da Constituição Federal.

Art. 129 - Compete ao Município, suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na Lei Federal.

## CAPÍTULO IV DA SAÚDE

Art. 130 - Sempre que possível o Município promoverá:

I - formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário;

II - serviços hospitalares e dispensários, cooperando com a União e o Estado;

III - combate às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

IV - combate ao uso tóxico;

V - serviços de assistência à maternidade e à infância;

VI - é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções à instituições privadas com fins lucrativos.

§ 1º - Compete ao Município, suplementar, se necessário, a legislação federal e a estadual que disponham sobre a regulamentação, fiscalização e controle das ações e serviços de saúde, que se organizam em sistema único, observados os preceitos estabelecidos na Constituição Federal.

§ 2º - É assegurado aos profissionais de saúde, a isonomia salarial, admissão através de concurso, incentivo a dedicação exclusiva e tempo integral, capacitação e reciclagem permanentes, condições adequadas de trabalho para execução de suas atividades em todos os níveis.

Art. 131 - A inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino municipal, terá caráter obrigatório e será mensal.

Art. 132 - O Município cuidará do desenvolvimento das ruas e serviços relativos ao saneamento e urbanismo, com a assistência da União e do Estado, sob condições estabelecidas em Lei Complementar Federal.



## CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

§ 1º - Ao Município compete complementar, quando necessário, a Legislação Federal e a Estadual, dispondo sobre a cultura.

§ 2º - A Lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

§ 3º - À administração municipal cabe, na forma da Lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear suas consultas a quantos dela necessitem.

§ 4º - Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, em articulação com os Governos Federal e Estadual.

§ 5º - O Município, além da manutenção de seus sistemas de ensino, poderá atuar, mediante convênio, em colaboração com Poder Público Estadual, visando a melhoria de qualidade do ensino através de:

I - programas de transporte escolar para alunos da área rural;

II - consulta médica aos educandos, através do SUDS ou do programa de saúde que vier substituí-lo.

Art. 134 - O dever do Município com a educação, será efetivado mediante garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escolar às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público, recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 135 - O sistema de ensino municipal assegurará aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar.

Parágrafo Único - Será assegurado ao aluno de 1ª à 8ª série, comprovadamente carente, o material escolar e também uniforme.

Art. 136 - O ensino oficial do Município, será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa.

§ 3º - O Município orientará e estimulará, por todos os meios, a educação física, que será obrigatória nos estabelecimentos municipais de ensino.

§ 4º - O Município fomentará as práticas formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino, a entidades desportivas, à Comissão Municipal de Esportes e a promoções desportivas de clubes locais.

§ 5º - O Município incentivará o lazer como forma de promoção social.

Art. 137 - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais de educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelos órgãos competentes.

Art. 138 - Os recursos do Município serão destinados às escolas públicas.

Art. 139 - O Município manterá o professorado municipal em nível econômico, social e moral, à altura de suas funções.

Art. 140 - A Lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e do Conselho de Cultura.

Art. 141 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 142 - É da competência comum da União, do Estado e do Município, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Parágrafo Único - O sistema de ensino municipal, será organizado em regime de colaboração com a União e o Estado.

## CAPÍTULO VI DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 143 - O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições normais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º - Serão proporcionadas aos interessados, todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º - A Lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais, assegurada aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

§ 3º Compete ao Município, complementar a legislação federal e a estadual dispondo sobre a proteção à infância, a juventude e às pessoas de deficiência, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

§ 4º - No âmbito de sua competência, a Lei Municipal disporá sobre a adaptação dos logradouros e dos edifícios de uso público, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 5º - Para execução do previsto neste Artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - amparo às famílias numerosas e sem recurso;

II - ação contra os males que são instrumentos da dissolução da família;

III - estímulo aos pais e às organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;

IV - colaboração com as entidades assistenciais que visem à proteção e educação das crianças;

V - amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, e garantindo-lhes o direito à vida;

VI - colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios, para solução do problema dos menores desamparados ou de desajustados, através de processos adequados de permanente recuperação;

VII - criar, através de Lei Municipal, o Conselho Popular de Defesa da Criança desde a sua concepção, e do Adolescente, para

viabilizar a efetiva participação comunitária, na definição e implementação política para a criança e o adolescente.

## CAPÍTULO VII DO MEIO AMBIENTE

Art. 144 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente, equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - O Município, em articulação com a União e o Estado, observadas as disposições pertinentes do artigo 23 da Constituição Federal, desenvolverá as ações necessárias para o atendimento do previsto neste Capítulo.

§ 2º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

IV - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

V - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VI - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies, ou submetam cruelmente os animais;

VII - as indústrias já instaladas no Município e as que pretendem se instalar, ficarão obrigadas a apresentar projeto anti-poluente.

§ 3º - O Município definirá em seu espaço territorial, áreas ecológicas representativas, como unidades de conservação municipal a serem especialmente protegidas, sendo sua alteração e a sua supressão, permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

I - proteger a fauna e a flora silvestre, em especial as espécies em risco de extinção, reprimindo a extração, captura, transporte, comercialização de animais capturados na natureza e consumo de seus espécimes e subprodutos, e vedadas as práticas que submetam os animais nestes, compreendidos também, os exóticos e domésticos à crueldade;

II - promover a proteção das águas contra ações que possam comprometer o seu uso, atual ou futuro, proteger os recursos hídricos, minimizar a erosão e a sedimentação, e efetuar levantamento dos recursos hídricos, incluindo os do subsolo, para posterior compatibilização entre os seus múltiplos efeitos e potenciais, com ênfase no desenvolvimento, e no emprego de métodos e critérios de avaliação da qualidade das águas;

III - fiscalizar para que, enquanto não forem aprovados os estudos de impacto ambiental, não sejam liberados financiamentos ou aplicações de recursos para projetos, planos ou programas que causem danos no meio ambiente;

IV - determinar a realização periódica, preferencialmente por instituições científicas idôneas, de auditorias nos sistemas de controle de poluição e prevenção de riscos de acidentes, das instalações e atividades de significativo potencial poluidor, incluindo a avaliação detalhada dos efeitos de sua operação, sobre a qualidade física, química e biológica dos recursos ambientais;

V - promover medidas judiciais e administrativas de responsabilidade dos causadores de poluição ou de degradação ambiental, e dos que praticarem pesca predatória;

VI - estabelecer política tributária, visando o estímulo à proteção e

recuperação do meio ambiente, vedada a concessão de incentivo fiscais e atividades que desrespeitem os padrões e normas de proteção ambiental;

VII - garantir às entidades associativas e às diversas formas organizadas da população, a participação no processo de educação ambiental e da conservação da natureza, com incentivos e apoio do Município;

VIII - implementar política setorial, visando a coleta seletiva, transporte, tratamento e disposição final de resíduos urbanos, hospitalares e industriais, dando ênfase nos processos que envolvam sua reciclagem, com a participação orientada da comunidade;

IX - o Município dará ampla divulgação da legislação ambiental à comunidade;

X - cooperar com as autoridades estaduais na proibição à caça, sob qualquer pretexto, em todo o Município;

XI - os servidores públicos encarregados da execução da política municipal do meio ambiente, que tiverem conhecimento de infrações persistentes, intencionais ou por omissão dos padrões e normativo público, indicando os elementos de convicção, sob pena de responsabilidade administrativa, na forma da lei;

XII - as indústrias de carvão vegetal, deverão ser situadas em um raio mínimo de 5 (cinco) quilômetros do perímetro urbano, e 2 (dois) quilômetros das rodovias federais;

XIII - o Município fiscalizará o desmatamento indiscriminado;

XIV - é de competência do Município, controlar o destino do lixo urbano, através de aterros centrais ou concessões à iniciativa privada, para industrialização;

XV - criar uma guarda florestal municipal;

XVI - as autorizações de desmatamentos, e/ou planos de exploração florestal nativas de lenha, madeira nobre (de lei), madeiras de qualidade, deverão passar por uma avaliação e acompanhamento de autoridade competente municipal;

XVII - o Município deverá ter viveiro próprio ou credenciado, para a produção de mudas florestais nativas, preferencialmente, ou exótica para atender a demanda;

XVIII - promover a Semana Nacional do Meio Ambiente, em todos os seus aspectos, educativos, de conscientização, de divulgação, de execução e de desenvolvimento comunitário;

XIX - o Poder Público é obrigado a criar local apropriado, longe de moradores, para depósito do lixo público e aterro sanitário, conforme a lei.

§ 4º - Aquele que explorar recursos minerais, fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da Lei.

§ 5º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 6º - Manter e recuperar, a mata nativa, principalmente nas cabeceiras, encostas de rios e vertentes.

§ 7º - Todas as áreas novas a serem reflorestadas e que contiverem mata nativa, deverão manter 20% (vinte por cento) de reserva legal de sua área, além de preservação permanente, preconizadas em Lei.

§ 8º - A Lei regulamentará as licenças para instalação de postos de lavagem de veículos, nas margens dos rios e afluentes, principalmente os que lavam veículos que transportam produtos tóxicos.

§ 9º - É totalmente proibido, o desmatamento nas encostas e cabeceiras de rios, bem como vertentes de águas do Município.

## TÍTULO VI DA COLABORAÇÃO POPULAR

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 145 - Além da participação dos cidadãos, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, será admitida e estimulada a colaboração

popular em todos os campos de atuação do Poder Público.

Parágrafo Único - O disposto neste Título, tem fundamento nos Artigos 5º., XVII, XVIII, 29, X e XI, 174 § 2º e 194 VII, entre outros da Constituição Federal.

Art. 146 - Incumbe ao Município:

I - auscultar permanentemente a opinião pública para isso, sempre que o interesse público não aconselhar o contrário;

II - adotar medidas para assegurar a celebridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo disciplinarmente nos termos da Lei, os servidores faltosos;

III - facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo rádio e pela televisão;

IV - O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica, para distribuição nas escolas e entidades representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que se faça a mais ampla divulgação do seu conteúdo.

## TÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1º - O uso de veículos oficiais da Municipalidade, será regulamentado em Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da promulgação desta Lei Orgânica.

Art. 2º - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art. 3º - O Município não poderá dar nomes de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 4º - Os cemitérios, no Município, terão sempre caráter secular, e serão administrados pela autoridade municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas, praticar neles os seus ritos.

Parágrafo Único - As associações religiosas e as particulares poderão, na forma da Lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados, porém, pelo Município.

\*Art. 5º - É vedado ao Município despendar mais de 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da receita corrente, com pessoal, conforme o art. 115, limite este a ser alcançado, no máximo, em 5 (cinco) anos.

\*ELO 003/95

Art. 6º - Até a entrada em vigor da Lei Complementar Federal, o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do mandato em curso do Prefeito, e o projeto de Lei Orçamentário anual, serão encaminhados à Câmara Municipal até 3 (três) meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvidos para sanção até o encerramento da seção legislativa.

Art. 7º - O Executivo Municipal tem cento e oitenta dias para elaborar as Leis Complementares, regulamentando o previsto na Lei Orgânica após sua promulgação, transcorrido este prazo, a Câmara Municipal poderá tomar esta iniciativa.

\*Art. 8º - A atual Mesa Diretora fica assegurado o mandato de 2 (dois) anos, encerrando-se em 31 de dezembro de 1996.

\* ELO 004/96\*

\*Art. 9º - O mandato da atual Mesa Diretora é de um ano, encerrando-se em 31 de dezembro de 1998.

\*ELO 010/98\*

Art. 10 - Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos membros da Câmara Municipal de Três Barras, e promulgada pela Mesa entra

em vigor na data de sua promulgação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal Constituinte de Três Barras (SC), em 03 de abril de 1.990.

JOEL BASÍLIO

Presidente

MILTON AURÉLIO UBA DE ANDRADE

Vice-Presidente

ERNANI WOGGINAKI

1º Secretário

JOSÉ DE RAMOS PIRES

2º Secretário

JORGE LUIZ OSSAIF DE SOUZA

Relator Geral

LINEU PACHECO

Presidente da Comissão de Sistematização

CERIVAL DA CRUZ

DJALMA CORREA

SÉRGIO JARSCHER

JOÃO PEDRO SIMÃO

Vereador licenciado

## **Resolução n. 25/93 - Regimento Interno Câmara**

RESOLUÇÃO Nº 025/93 DE 28 DE OUTUBRO DE 1993

ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, ESTADO DE SANTA CATARINA

O Presidente da Câmara Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Edilidade em Sessão Plenária aprovou e eu promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO

### TÍTULO I

#### DA CÂMARA MUNICIPAL

### CAPÍTULO I

#### DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

Art. 1º - O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Art. 2º - As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de Emendas à Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município.

Art. 3º - As funções de fiscalização financeira consistem no exercício do controle da Administração local, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, integradas estas àquelas da própria Câmara, sempre

mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 4º - As funções controle interno da Câmara implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da ética política-administrativa, com a tomada das medidas sanatórias que se fizerem necessárias.

Art. 5º - As funções julgadoras ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar os Vereadores, quando tais agentes políticos cometem infrações político-administrativas previstas em Lei.

Art. 6º - A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara realiza-se através da disciplina regimental de suas atividades, da estruturação e da administração de seus serviços auxiliares.

## CAPÍTULO II DA SEDE DA CÂMARA

Art. 7º - A Câmara Municipal tem sua sede no prédio de nº 240, da Rua Prefeito Emiliano Uba, sede do Município.

Art. 8º - No recinto de reuniões do Plenário não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica, religiosa de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

§ 1º - O disposto neste artigo não aplica à colocação de brasão ou bandeira do País, do Estado ou do Município, na forma da legislação aplicável, bem como de obra artística de autor consagrado.

§ 2º - Igualmente o disposto neste artigo não se aplica com relação à galeria dos ex-presidentes, à placa de inauguração do prédio, aos quadros dos Vereadores Constituintes e ao crucifixo.

Art. 9º - Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos a sua função, sem prévia autorização do Presidente.

## CAPÍTULO III DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA, DA POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO E O INÍCIO DA LEGISLATURA

Art. 10 - A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão especial, independentemente de convocação e do número de Vereadores presentes, às 10 (dez) horas do dia 1º de janeiro do primeiro ano de cada Legislatura, quando será presidida provisoriamente pelo Vereador mais idoso dentre os presentes, com a seguinte ordem do dia:

I - compromisso e posse dos Vereadores e instalação da Legislatura, e

II - compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, quando for o caso.

Parágrafo Único: Ao Presidente provisório que presidir a sessão nos termos deste artigo, compete conhecer da renúncia de Vereador eleito e que deveria ser empossado, convocando o Suplente a quem couber a vaga.

Art. 11 - Os Vereadores munidos do respectivo diploma, tomarão posse na sessão de instalação, perante o Presidente provisório a que se refere o art. 10, o que será objeto de termo lavrado em livro próprio por Vereador Secretário "ad-hoc" indicado por aquele, e após haverem todos manifestados compromisso, que será lido pelo Presidente, que consistirá da seguinte fórmula:

"Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar de seu povo".

Art. 12 - Prestado o compromisso pelo Presidente, o Vereador Secretário "ad-hoc" fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará:

"Assim o prometo".

Art. 13 - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no art. 11 deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do início do funcionamento ordinário da Câmara, quando prestará compromisso individualmente, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 14 - Imediatamente após a posse, os Vereadores apresentarão declaração de bens, que será atualizada anualmente e na data em que encerrar-se o mandato, transcritas em livro próprio.

Art. 15 - O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo a que se refere o art. 13.

Art. 16 - Após a posse dos Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito, munidos do respectivo diploma, tomarão posse perante o Presidente provisório da Câmara, seguindo a fórmula estabelecida no art. 11, aplicando-se-lhes, igualmente, o previsto no art. 14.

Art. 17 - Cumprindo o disposto no art. 16, o Presidente provisório facultará a palavra por 5 (cinco) minutos, a cada um dos Vereadores indicados pela respectiva bancada, ao Prefeito e ao Vice-Prefeito e a quaisquer autoridades presentes que desejarem manifestar-se.

Art. 18 Terminada a cerimônia de posse e compromisso, a sessão será suspensa por 30 (trinta) minutos, a fim de ser preparada a eleição da Mesa Diretora, na qual somente poderão votar ou ser votados os Vereadores empossados.

## TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

### SEÇÃO I DA FORMA DA MESA E DE SUAS MODIFICAÇÕES

Art. 19 - A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na mesma Legislatura. (redação dada pela Resolução nr. 08/98 de 26.10.98).

Art. 20 - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes e, havendo a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo Único: Não havendo maioria absoluta para deliberar, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 21 - A eleição dos membros da Mesa far-se-á por maioria absoluta em primeira votação, assegurando-se o direito de voto inclusive aos candidatos a cargos da Mesa.

Art. 22 - Na hipótese de que o candidato ao respectivo cargo da Mesa não obtenha os votos de maioria absoluta dos membros da Câmara na primeira votação e, somente nesse caso, será realizada segunda votação e a eleição far-se-á, então, por maioria simples.

Art. 23 - A critério dos Vereadores, poderá ser apresentada chapa



completa para os cargos da Mesa, seguindo-se para eleição o procedimento previsto nos artigos 21 e 22.

**Parágrafo Único:** Havendo formação de chapa para concorrer aos cargos da Mesa, nos termos deste artigo, a mesma deverá ser protocolada junto à Secretaria da Câmara no espaço de tempo em que a Sessão estiver suspensa conforme o estabelecido no artigo 18.

**Art. 24 –** Não havendo formação de chapas para eleição da Mesa, esta será realizada mediante 4 (quatro) votações distintas, para a eleição do Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, respectivamente, seguindo-se o procedimento previsto nos artigos 21 e 22.

**Art. 25 –** Havendo formação de chapa ou chapas para a eleição da Mesa e persistindo candidaturas individuais isoladamente, seguir-se-á, sempre, o procedimento previsto nos artigos 21 e 22, constando da cédula de votação a denominação da chapa ou chapas protocoladas e o nome do candidato ou candidatos que estejam concorrendo isoladamente, observando-se nesse caso, a realização de 4 (quatro) votações distintas, nos termos do art. 24.

**Art. 26 –** O Vereador que integrar uma determinada chapa, devidamente protocolada, não poderá fazer parte de outra chapa e não poderá lançar sua candidatura individual para qualquer dos cargos da Mesa.

**Art. 27 –** Para a eleição dos membros da Mesa, utilizar-se-ão cédulas de papel, datilografadas ou impressas, das quais constem a denominação da chapa ou chapas regularmente protocoladas e, se for o caso, o nome dos candidatos que estejam concorrendo isoladamente.

**Art. 28 –** Ocorrendo a hipótese prevista no art. 22, somente participarão da segunda votação a chapa ou chapas e os candidatos isolados que tenham participado da primeira, observado o seguinte:  
I – Havendo 2 (duas) chapas ou mais, ou 2 (dois) candidatos ou mais, com votos desiguais, serão candidatos os 2 (dois) mais votados.

II – Havendo 2 (duas) chapas ou mais, ou 2 (dois) candidatos ou mais, com votos iguais, serão candidatos os 2 (dois) mais idosos, considerando-se, no caso da chapa, a idade do candidato ao cargo de Presidente da Mesa.

III – Havendo mais de 2 (duas) candidaturas, através de chapa ou isoladamente, com empate em 2 (duas), serão candidatos o mais votado e o mais idoso dos que obtiverem empate, considerando-se, no caso da chapa, o critério de idade definido no inciso anterior.

IV – Persistindo o empate entre os 2 (dois) concorrentes finais, através de chapa ou de candidatura isolada, será considerado eleito o Vereador mais idoso e, no caso de chapa, observado o critério de idade definido no inciso II deste artigo.

**Art. 29 –** Para eleição da Mesa Diretora, os Vereadores votarão à medida em que forem chamados e depositarão as cédulas respectivas em urna própria, à vista dos presentes, sob o controle do Presidente provisório, auxiliado pelo Secretário "Ad-hoc", por ele constituído.

**Art. 30 –** Encerrada a votação ou votações, o Presidente provisório, auxiliado pelo Secretário "Ad-hoc", procederá a escrutinação e apuração dos votos e proclamará o resultado, cedendo a Presidência ao Presidente eleito.

**Art. 31 –** A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última Sessão Ordinária da Sessão Legislativa, empossando-se os eleitos em Sessão Solene, no dia 2 (dois) de janeiro, às 19 (dezenove) horas, que será transferida para o primeiro dia útil subsequente, quando coincidir com Sábado, Domingo ou ponto facultativo. (redação dada pela Resolução nr. 08/98 de 26.10.98).

**Art. 32 –** Para as eleições a que se refere o "caput" do art. 20, poderão concorrer quaisquer Vereadores titulares, ainda que tenham participado da Mesa da Legislatura precedente, para as eleições a que se refere o art. 31, é vedada a reeleição para o cargo antes ocupado na Mesa.

**Art. 33 –** O Suplente de Vereador convocado poderá ser eleito para cargo da Mesa quando não seja possível preenchê-lo de outro modo.

**Art. 34 –** Os Vereadores eleitos para a Mesa serão empossados, mediante termo lavrado pelo Secretário em exercício, na Sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício.

**Art. 35 –** Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e dos blocos parlamentares que participarem da Casa.

**Art. 36 –** Vagando qualquer cargo da Mesa, este será preenchido por eleição, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, não podendo ser votados os Vereadores legalmente impedidos, sendo que o eleito completará o mandato do antecessor.

**Parágrafo Único -** Vagando o cargo de Presidente da Mesa, tendo decorrido mais da metade do mandato, assumirá o Vice-Presidente, que completará o mandato do antecessor. (redação dada pela Resolução nr. 08/98 de 26.10.98).

**Art. 37 –** Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:  
I – extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;  
II – licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias;  
III – haver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular; e  
IV – for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário.

**Parágrafo Único:** A renúncia do cargo da Mesa deverá ser apresentada por escrito, com firma reconhecida por tabelião.

**Art. 38 –** As funções dos membros da Mesa cessarão com o término do mandato da Mesa ou com o término do mandato de Vereador. (Redação dada pela Resolução nº 005/95, de 20.04.95).

**Art. 39 –** Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

**Art. 40 –** Os membros da Mesa poderão fazer parte das Comissões Técnicas, exceto o Presidente.

**Art. 41 –** Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente compete ao 1º e 2º Secretário, sucessivamente, a direção dos trabalhos.

**Art. 42 –** Ausentes os Secretários, convidará o Presidente qualquer Vereador para assumir os encargos da Secretaria.

**Art. 43 –** Verificando-se a ausência da Mesa e de seus substitutos regimentais, presente, no entanto, número legal de Vereadores, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso que escolherá, entre seus pares, um Secretário.

## SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DA MESA

**Art. 44 –** A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos

e administrativos da Câmara.

Art. 45 – Compete à Mesa da Câmara, privativamente, em colegiado:

- I – propor ao Plenário projetos de Resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como fixem as correspondentes remunerações iniciais;
- II – propor as Resoluções e os Decretos Legislativos que fixem ou atualizem a remuneração do prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal.
- III – propor as Resoluções e os Decretos Legislativos concessivos de licença e afastamento ao Prefeito e aos Vereadores;
- IV – elaborar e encaminhar ao Prefeito, até o dia 31 de agosto, após a aprovação pelo Plenário, a proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluído na proposta geral do Município, prevalecendo, na hipótese da não aprovação pelo Plenário, a proposta elaborada pela Mesa;
- V – propor ao Plenário projetos de Lei para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;
- VI – enviar ao Prefeito Municipal, até o dia 10 (dez) de janeiro, as contas do exercício anterior;
- VII – promulgar a Lei Orgânica e suas Emendas;
- VIII – representar junto ao Executivo, sobre as necessidades internas;
- IX – tomar as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- X – declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos Membros da Mesa, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal, assegurada ampla defesa;
- XI – representar, em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Distrito Federal;
- XII – organizar organograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao trespasse mensal das mesmas pelo Executivo;
- XIII – devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara no final do exercício;
- XIV – enviar ao Prefeito, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, as contas do mês anterior;
- XV – assinar, por todos os membros, as Resoluções e os Decretos Legislativos;
- XVI – deliberar sobre a realização de sessões fora da sede da Edilidade; e
- XVII – determinar, no início da Legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na Legislatura anterior.

Art. 46 – A Mesa decidirá sempre por maioria de seus membros.

Art. 47 – Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara, não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal, se assinada pela maioria dos Vereadores.

Art. 48 – O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e será substituído, nas mesmas condições, pelo Primeiro Secretário, assim como este pelo Segundo Secretário.

Art. 49 – Quando, antes de iniciar-se determinada Sessão Ordinária ou Extraordinária, verifica-se a ausência dos membros da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso dentre os presentes, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário "ad-hoc".

### SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS DA MESA

Art. 50 – O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-se ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe confere este Regimento Interno.

Art. 51 – Ao Presidente da Câmara, entre outras atribuições, compete:

- I – representar a Câmara Municipal em Juízo e fora dele, inclusive prestando informações em mandato de segurança contra ato da Mesa ou Plenário;
- II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- IV – promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as Leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;
- V – fazer publicar os atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;
- VI – declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em Lei;
- VII – requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;
- VIII – autorizar as despesas da Câmara;
- IX – exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em Lei;
- X – designar comissões especiais nos termos deste Regimento Interno, observando as indicações partidárias;
- XI – mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimento de situações;
- XII – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;
- XIII – administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área do órgão;
- XIV – representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais, estaduais e distritais e perante as entidades privadas em geral;
- XV – credenciar agente da imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;
- XVI – fazer expedir convites para as Sessões Solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a honraria.
- XVII – conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e horas prefixadas;
- XVIII – requisitar força, quando necessária à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara;
- XIX – empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, após a investidura dos mesmos nos respectivos cargos perante o Plenário;
- XX – convocar suplente de Vereador, quando for o caso;
- XXI – declarar destituído Membro da Mesa e de Comissão Permanente, nos casos previstos neste Regimento Interno;
- XXII – designar os Membros das Comissões Especiais e os seus substitutos e preencher vagas nas Comissões Permanentes;
- XXIII – dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral em conformidade com as normas legais e deste Regimento, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões, ou à qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados, e em especial exercendo as seguintes atribuições:
  - a) convocar sessões Extraordinárias da Câmara, e comunicar aos Vereadores as convocações partidas do Prefeito ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa, inclusive no recesso;
  - b) supervisionar a organização de pauta dos trabalhos legislativos;
  - c) abrir, presidir e encerrar as sessões da Câmara e suspendê-las quando necessário;
  - d) determinar a leitura, pelos Vereadores Secretários das atas, pareceres, requerimentos e outras escritas sobre as quais deve deliberar o Plenário, na conformidade do expediente de cada sessão.
  - e) cronometrar a duração do expediente e da ordem dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivo;
  - f) manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excesso;
  - g) resolver as questões de ordem;
  - h) interpretar o Regimento Interno, para aplicação às questões

emergenciais, sem prejuízo de competência do Plenário para deliberar a respeito, se o requerer qualquer Vereador;

i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado de votação;

j) proceder à verificação de quorum, de ofício ou a requerimento de Vereador; e

l) encaminhar os processos e os expedientes às Comissões Permanentes, para parecer, controlando-lhes o prazo, e esgotado este sem pronunciamento, nomear relator "ad-hoc" nos casos previstos neste Regimento;

XXIV – praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

a) receber as mensagens de propostas legislativas, fazendo-as protocolizar;

b) encaminhar ao Prefeito, por ofício, os projetos de Lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovada, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas, pelo Plenário e convidá-lo a comparecer ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares para explicações, quando haja convocação da Edilidade em forma regular;

d) solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário; e

e) proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura do saldo de caixa existente na Câmara no final de cada exercício;

XXV – ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento juntamente com o servidor encarregado do movimento financeiro;

XXVI – determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara quando exigível;

XXVII – apresentar ao Plenário, mensalmente, o balancete da Câmara do mês anterior;

XXVIII – administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Legislativo, vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidades administrativas civil ou criminal de servidores faltosos e aplicando-lhes penalidades; julgando recursos hierárquicos de servidores da Câmara, praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;

XXIX – mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direito e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXX – exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do recinto da mesma;

XXXI – zelar pelo seu prestígio da Câmara de Vereadores, dignidade e consideração de seus membros;

XXXII – comunicar ao Tribunal de Contas do Estado o resultado do julgamento das contas do Prefeito;

XXXIII – comunicar ao Prefeito, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o decurso para aprovação de projeto de Lei, quando a ocorrência importar na sua aprovação automática;

XXXIV – fixar o horário de funcionamento da Secretaria da Câmara Municipal e a jornada de trabalho de seus funcionários aos quais se aplicam, quanto aos pontos facultativos, os decretos expedidos pelo Prefeito;

XXXV – cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara;

XXXVI – comunicar à Justiça Eleitoral:

a) a vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito e quando não houver mais suplentes de Vereador; e

b) o resultado dos processos de cassação de mandatos.

Art. 52 – O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito, nos casos previstos em Lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou participar de qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 53 – O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

Art. 54 – O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que é exigível o quorum de votação de 2/3 (dois terços), e ainda nos casos de desempate, de eleição e de destituição de Membros da Mesa e das Comissões Permanentes e em outros previstos em Lei.

Parágrafo Único: O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

Art. 55 – Compete ao Vice-Presidente da Câmara substituir o Presidente em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças.

§ 1º - Sempre que o Presidente não se achar no recinto da Câmara, à hora regimental do início dos trabalhos, o Vice-Presidente e, em sua falta, o Primeiro Secretário ou o Segundo Secretário, substituí-lo-ão em exercício das funções que lhe são transmitidas tão logo esteja presente.

§ 2º - Quando o Presidente tiver a necessidade em abandonar a Presidência, durante a reunião, proceder-se-á de acordo com o estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 56 – São atribuições do Primeiro Secretário:

I – organizar o Expediente e a Ordem do Dia;

II – secretariar as reuniões plenárias, tomando assento à direita do Presidente;

III – fazer chamada geral dos Vereadores, sempre que necessário;

IV – ler as atas ou delegar a quem as elaborou a mesma competência;

V – supervisionar a elaboração da ata;

VI – dar conhecimento ao Plenário, resumidamente, do teor da correspondência recebida na seguinte ordem:

a) do Prefeito Municipal;

b) de diversas origens; e

c) dos Vereadores;

VII – fazer fotocopiar ou mimeografar cópias dos projetos de Emendas à Lei Orgânica, Lei Complementar, Lei, Decreto Legislativo e Resolução para distribuir aos Vereadores;

VIII – assinar, juntamente com o Presidente, as atas das reuniões e todos os papéis nos quais se exija assinatura da Mesa, bem como referendar as Resoluções, Decretos Legislativos e Leis por ele promulgadas;

IX – substituir o Vice-Presidente quando este tiver que assumir a Presidência ou estiver ausente;

X – dirigir e inspecionar todos os trabalhos da Secretaria;

XI – fiscalizar os serviços da Secretaria e arquivos, no que concerne a boa ordem e zelo na guarda dos livros e documentos da Câmara.

Art. 57 – São atribuições do Segundo Secretário:

I – redigir ou mandar elaborar atas das sessões, lê-las em sessão subsequente e assiná-las, depois do Primeiro Secretário;

II – assinar ou referendar Resoluções, Decretos Legislativos e Leis promulgadas pelo Presidente;

III – contar os votos, nas deliberações plenárias, havendo dúvida e anotar as votações nominais; e

IV – substituir o Primeiro Secretário em suas ausências e impedimentos temporários.

## CAPÍTULO II DO PLENÁRIO

Art. 58 – O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituindo-se do conjunto dos Vereadores em exercício em local, forma e quorum legais para deliberar.



§ 1º - O local é o recinto de sua sede e só nos termos do § 2º do art. 28 da Lei Orgânica Municipal, bem como por motivo de força maior o Plenário se reunirá, por decisão própria, em local diverso.

§ 2º - A forma legal para deliberar é a sessão.

§ 3º - Quorum é o número determinado na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento Interno para a realização das sessões e para as deliberações.

§ 4º - Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto durar a convocação.

§ 5º - Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art. 59 – São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

I – elaborar as Leis Municipais sobre matérias de competência do Município;

II – discutir e votar o orçamento anual, o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias;

III – apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;

IV – autorizar, sob forma de Lei, observadas as restrições constantes da Constituição e da Legislação incidente, os seguintes atos e negócios administrativos:

a) abertura de créditos adicionais, inclusive para atender a subvenções e auxílios financeiros;

b) operações de crédito;

c) aquisição onerosa de bens imóveis;

d) alienação e oneração de bens imóveis;

e) concessão e permissão de serviços públicos;

f) concessão de direito real de uso de bem municipal;

g) participação em consórcios intermunicipais; e

h) alteração de denominação de próprios, vias e logradouros;

V – expedir Decretos Legislativos quanto a assuntos de sua competência privada, notadamente nos casos de:

a) perda de mandato de Vereador;

b) aprovação ou rejeição das contas do Município;

c) concessão de licença ao Plenário nos casos previstos em Lei;

d) consentimento para o Prefeito se ausentar do município por prazo superior a 15 (quinze) dias;

e) atribuição de título de cidadão honorário a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços à comunidade;

f) fixação ou atualização da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito; e

g) delegação ao Prefeito para a elaboração Legislativa;

VI - expedir Resolução sobre assuntos de sua competência interna, mormente quanto aos seguintes:

a) alteração do Regimento Interno;

b) destituição de membros da Mesa;

c) concessão de licença a Vereador, nos casos permitidos em Lei;

d) julgamento de recursos de sua competência, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal e neste Regimento Interno;

e) constituição de comissões especiais; e

f) fixação ou atualização da remuneração dos Vereadores;

VII – processar e julgar o Vereador pela prática de infração político-administrativa;

VIII – solicitar informação ao Prefeito sobre assuntos de administração quando deles careça;

IX – convocar os auxiliares diretos do Prefeito para explicações perante o Plenário sobre matérias sujeitas à fiscalização da Câmara, sempre que assim o exigir o interesse público;

X – eleger a Mesa e as Comissões Permanentes e destituir os seus Membros na forma e nos casos previstos neste Regimento;

XI – autorizar a transmissão por rádio ou televisão, ou a filmagem e a gravação de sessões da Câmara;

XII – dispor sobre a realização de sessões sigilosas nos casos concretos; e

XIII – propor a realização de consulta popular na forma da Lei Orgânica Municipal.

### CAPÍTULO III DAS COMISSÕES

#### SEÇÃO I

#### DA FINALIDADE DAS COMISSÕES E DE SUAS MODALIDADES

Art. 60 – As Comissões são órgãos técnicos compostos de 3 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matérias em tramitação na Câmara e emitir parecer sobre a mesma, ou de proceder estudos sobre assuntos de natureza essencial ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da Administração.

Art. 61 – As Comissões da Câmara são Permanentes e Especiais.

Art. 62 – Às Comissões Permanentes incumbe estudar as proposições e os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário.

Parágrafo Único: As Comissões Permanentes são as seguintes:

I – de Legislação, Justiça e Redação Final;

II – de Finanças, Orçamento e Contas do Município;

III – de Obras, Serviços Públicos, Transportes, Comunicações e Ecologia; e

IV – de Educação, Cultura, Saúde e Promoção Social.

Art. 63 – As Comissões Especiais destinadas a proceder a estudo de assunto de especial interesse do Legislativo, terão sua finalidade especificada na Resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem o relatório de seus trabalhos.

Art. 64 – A Câmara poderá constituir Comissões Especiais de Inquérito, com a finalidade de apurar irregularidades administrativas do Executivo, da Administração Indireta e da própria Câmara.

Parágrafo Único: As denúncias sobre irregularidades e a indicação das provas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da Comissão de Inquérito.

Art. 65 – As Comissões Especiais de Inquérito, que terão poderes de investigação próprias das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 66 – A Câmara constituirá Comissão Especial Processante a fim de apurar a prática de infração político-administrativa de Vereador, observado o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 67 – Em cada Comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

Art. 68 – Ressalvada a competência específica de cada uma, às Comissões Permanentes cabe:

I – discutir e votar as proposições que lhes forem distribuídas sujeitas a deliberação do Plenário, emitindo o respectivo parecer;

II – discutir e votar projetos de Lei, dispensada a competência do Plenário, excetuados os projetos:

a) de Lei Complementar;

b) de Código;

c) de iniciativa popular;  
d) de Comissão;  
e) relativas à matéria que não possa ser objeto de delegação, consoante o § 1º do art. 68 da Constituição Federal;  
f) que tenham recebidos pareceres divergentes; e  
g) em regime de urgência especial e simples;  
III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;  
IV – convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

V – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidade pública;  
VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;  
VII – apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;  
VIII – acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução.

§ 1º - Na hipótese do inciso II deste artigo e dentro de 3 (três) sessões a contar da divulgação da proposição na ordem do dia, o recurso de que trata o art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal, dirigido ao Presidente da Câmara e assinado por 1/10 (um décimo) pelo menos, dos membros da Câmara, deverá indicar expressamente, entre a matéria apreciada pela Comissão, o que será objeto de deliberação do Plenário.

§ 2º - Durante a fluência do prazo recursal o avulso da ordem do dia de cada sessão deverá consignar a data final para interposição do recurso.

§ 3º - Transcorrido o prazo de interposição de recurso, ou improvido este, a matéria será enviada à redação final ou arquivada, conforme o caso.

§ 4º - Aprovada a redação final pela Comissão competente, o projeto de Lei torna à Mesa para ser encaminhado ao Poder Executivo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 69 – Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às Comissões, sobre projetos que com eles se encontrem para estudo.

Parágrafo Único: O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para pronunciamiento e seu tempo de duração.

Art. 70 – As Comissões Especiais de representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município.

## SEÇÃO II DA FORMAÇÃO DAS COMISSÕES E DE SUAS MODIFICAÇÕES

Art. 71 – Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na primeira Sessão Ordinária ou Extraordinária do ano Legislativo, por um período de 01 (um) ano mediante voto secreto, considerando-se eleito, em caso de empate, O Vereador mais idoso.(redação dada pela Resolução nº 027/93 de 22.11.93)

Parágrafo único - Far-se-á votação separada para cada Comissão, através de cédulas impressas ou datilografadas, contendo a indicação dos nomes dos Vereadores.(redação dada pela Resolução nº 032/12 de 17.09.12).

Art. 72 - Na organização das Comissões Permanentes,

obedecer-se-á ao disposto no art. 67 deste Regimento, mas não poderão ser eleitos para integrá-los o Presidente da Câmara e o Vereador que não se achar em exercício. (redação dada pela Resolução nº 024/95 de 22.12.95).\*\*(redação dada pela Resolução nº 032/12 de 17.09.12).\*\*

Art. 73 – A Comissão de inquérito poderá examinar documentos municipais, ouvir testemunhas e solicitar, através do Presidente da Câmara, as informações necessárias ao Prefeito ou à dirigente de entidade da Administração Indireta.

§ 1º - Mediante o relatório da Comissão, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis, no âmbito político-administrativo, através de Decreto Legislativo, aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º - Deliberará ainda o Plenário sobre a conveniência do envio de cópias de peças do inquérito à justiça, visando a aplicação de sanções civis ou penais aos responsáveis pelos atos objeto da investigação.

Art. 74 – O Membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto neste artigo observar-se-á a condição prevista no parágrafo único do art. 37 deste Regimento Interno.

Art. 75 – Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam a 3 (três) reuniões consecutivas ordinárias, ou 5 (cinco) intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

§ 1º - A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar a autenticidade da denúncia declarará vago o cargo.

§ 2º - Do ato do Presidente caberá recurso para o Plenário, no prazo de 3 (três) dias.

Art. 76 - O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer Membro de Comissão Especial.(redação dada pela Resolução nº 032/12 de 17.09.12).

Parágrafo Único: O disposto neste artigo não se aplica aos Membros de Comissão Processante e de Comissão de Inquérito.

Art. 77 – As vagas nas Comissões serão supridas por qualquer Vereador, por livre designação do Presidente da Câmara, observado o disposto no parágrafo segundo do art. 71 deste Regimento Interno. (redação dada pela Resolução nº 006/95 de 20.04.95)

## SEÇÃO III DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 78 – As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Vice-Presidentes e prefixar os dias e horas em que se reunirão ordinariamente.

Parágrafo Único: O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente e este pelo terceiro Membro da Comissão.

Art. 79 – As Comissões não poderão se reunir, salvo para emitir parecer em matéria sujeita a regime de urgência especial, no período destinado à ordem do dia da Câmara, quando então a Sessão Plenária será suspensa, de ofício, pelo Presidente.

Art. 80 – As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos 2 (dois)

de seus Membros, devendo, para tanto, serem convocados pelo respectivo Presidente.

Art. 81 – Das reuniões das Comissões Permanentes lavrar-se-ão atas, datilografadas, pelo servidor incumbido de assessorá-las, as quais serão assinadas por todos os membros.

Art. 82 – Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes:

I – convocar reuniões extraordinárias da Comissão respectiva por aviso afixado no recinto da Câmara;

II – presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;

III – receber as matérias destinadas à Comissão e designar-lhes relator ou reservar-se para relatá-las pessoalmente;

IV – fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;

V – representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI – conceder visto de matérias, por 3 (três) dias, ao Membro da Comissão que o solicitar, salvo no caso de tramitação em regime de urgência; e

VII – avocar o expediente, para a emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não o tenha feito o relator no prazo.

Parágrafo Único: Dos atos dos Presidentes das Comissões, com os quais não concorde qualquer de seus Membros, caberá recurso para o Plenário no prazo de 3 (três) dias, salvo se tratar de parecer.

Art. 83 – Encaminhado qualquer expediente ao Presidente da Comissão Permanente, este designará relator em 48 (quarenta e oito) horas, se não se reservar a emissão do parecer, o qual deverá ser apresentado em 7 (sete) dias.

Art. 84 – É de 10 (dez) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§ 1º - O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias, plano plurianual, do processo de prestação de contas do Município e triplicando quando se tratar de projeto de codificação.

§ 2º - O prazo a que se refere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar de matéria colocada em regime de urgência e de emendas e substitutivos apresentados à Mesa e aprovadas pelo Plenário.

Art. 85 – Poderão as Comissões solicitar, ao Plenário, a requisição ao Prefeito das informações que julgarem necessárias, desde que se refiram a proposição sob a sua apreciação, caso em que o prazo para a emissão de parecer ficará automaticamente prorrogado por tantos dias quantos restarem para o seu esgotamento.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo aplica-se aos casos em que as Comissões, atendendo à natureza do assunto, solicitem acesso externo de qualquer tipo, inclusive a instituição oficial ou não oficial.

Art. 86 – As Comissões Permanentes deliberarão, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator, o qual, se aprovado, prevalecerá como parecer.

§ 1º - Se forem rejeitadas as conclusões do relator, o parecer consistirá da manifestação em contrário, assinando o relator como vencido.

§ 2º - O membro da Comissão que concordar com o relator, aporá ao pé do pronunciamento daquele "pelas conclusões" seguida de sua assinatura.

§ 3º - A aquiescência às conclusões do relator poderá ser parcial, ou por fundamento diverso, hipótese em que o membro da Comissão que a manifestar usará a expressão "de acordo, com restrição".

§ 4º - O parecer da Comissão poderá sugerir substitutivo a proposição, ou emendas à mesma.

§ 5º - O parecer da Comissão deverá ser assinado por todos os seus membros, sem prejuízo da apresentação do voto vencido em separado, quando o requeira o seu autor ao Presidente da comissão e este defira o requerimento.

Art. 87 – Quando a Comissão de legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre o veto, produzirá, com o parecer, projeto de Decreto Legislativo, propondo a rejeição ou a aceitação do mesmo.

Art. 88 – Quando a proposição for distribuída a mais de uma Comissão Permanente da Câmara, cada uma delas emitirá o respectivo parecer separadamente, a começar pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, devendo manifestar-se por último a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município.

Parágrafo Único: No caso deste artigo, os expedientes serão encaminhados de uma Comissão para outra pelo respectivo Presidente.

Art. 89 – Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer, por escrito, ao Plenário, a audiência da Comissão a qual a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar devidamente o requerimento.

Parágrafo Único: Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará aos mesmos prazos a que se referem os artigos 84 e 85.

Art. 90 – Sempre que determinada proposição tenha tramitado de uma para outra Comissão, ou somente por determinada Comissão sem que haja sido oferecido, no prazo, o parecer respectivo, inclusive na hipótese do art. 82, VII, o Presidente da Câmara designará relator "ad-hoc" para produzi-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único: Escoado o prazo de relator "ad-hoc" sem que tenha proferido o parecer, a matéria, ainda assim, será incluída na mesma ordem do dia da proposição a que se refira, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 91 – Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou solicitação do Presidente da Câmara por despacho nos autos, quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência especial, ou regime de urgência simples, na forma deste regimento.

§ 1º - A dispensa de parecer será determinada pelo Presidente da Câmara, na hipótese do art. 89 e seu parágrafo único, quando se tratar das matérias dos arts. 97 e 98.

§ 2º - Quando for recusada a dispensa de parecer o Presidente em seguida sorteará relator para proferi-lo oralmente perante o Plenário antes de iniciar-se a votação da matéria.

#### SEÇÃO IV

#### DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 92 – Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre os assuntos nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo de adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º - Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em todos os projetos de Emendas à Lei Orgânica, Leis, Decretos Legislativos e Resoluções que tramitem pela Câmara.

§ 2º - Concluindo a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, seu parecer seguirá ao Plenário para ser discutido e, somente quando for rejeitado, prosseguirá aquele a sua tramitação.

§ 3º - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, principalmente nos seguintes casos:

- I – organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;
- II – criação de entidade de Administração Indireta ou de Fundação;
- III – aquisição e alienação de bens imóveis;
- IV – participação de consórcios;
- V – concessão de licença ao Prefeito ou a Vereador; e
- VI – alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Art. 93 – Compete à Comissão de finanças, Orçamento e Contas do Município obrigatoriamente opinar sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando o for caso de:

- I – plano plurianual;
- II – diretrizes orçamentárias;
- III – proposta orçamentária;
- IV – proposições referentes a matérias tributárias, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que , direta ou indiretamente, alertam a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidades ao Erário Municipal ou interessem ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal; e
- V – as proposições que fixem ou aumentem a remuneração do servidor e que fixem ou atualizem a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores e a verba de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara;

Art. 94 – Compete à Comissão de Obras, Serviços Públicos, transporte, Comunicações e Ecologia opinar nas matérias referente a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais e ainda sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares.

Parágrafo Único: A Comissão de Obras, Serviços Públicos, Transportes, Comunicações e Ecologia opinará, também, sobre a matéria do art. 92, § 3º, III e sobre o Plano de Desenvolvimento do Município e suas alterações.

Art. 95 – Compete à comissão de Educação, Cultura, Saúde e Promoção Social manifestar-se em todos os projetos de matérias que versem sobre assuntos educacionais, artísticos, inclusive Patrimônio Histórico, desportivos e relacionados com a saúde, o saneamento e assistência e previdências sociais em geral.

Parágrafo Único: A Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Promoção Social apreciará obrigatoriamente as proposições que tenham por objetivo:

- I – concessão de bolsas de estudos;
- II – reorganização administrativa da Prefeitura nas áreas de Educação e Saúde; e
- III – implantação de centros comunitários, sob auspício oficial.

Art. 96 – As comissões Permanentes, às quais tenha sido distribuída determinada matéria, reunir-se-ão conjuntamente para proferir parecer único no caso de proposição colocada no regime de urgência especial de tramitação e sempre quando o decidam os respectivos membros, por maioria, nas hipóteses do art. 89 e do

art. 92, § 3º, I.

Parágrafo Único: Na hipótese deste artigo, o Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final presidirá as Comissões reunidas, substituindo-o, quando necessário, o Presidente de outra Comissão por ele indicado.

Art. 97 – Quando se tratar de veto, somente se pronunciará a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, salvo se esta solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto do parágrafo único do art. 96.

Art. 98 – À Comissão de finanças, Orçamento e Contas do Município serão distribuídas as propostas orçamentárias, as diretrizes orçamentárias, o plano plurianual e o processo referente às contas do Município, este acompanhado do parecer prévio correspondente, sendo-lhe vedado solicitar a audiência de outra Comissão.

Parágrafo Único: No caso deste artigo, aplicar-se-á, se a Comissão não se manifestar no prazo, o disposto no § 1º do art. 91.

Art. 99 – Encerrada a apreciação conclusiva da matéria sujeita à deliberação do Plenário pela última Comissão a que tenha sido distribuída, a proposição e os respectivos pareceres serão remetidos à Mesa até a Sessão subsequente, para serem incluídas na ordem do dia.

### TÍTULO III DOS VEREADORES

#### CAPÍTULO I DO EXERCÍCIO DA VEREANCIA

Art. 100 – Os Vereadores são agentes políticos de mandato Legislativo Municipal para uma Legislatura de 4 (quatro) anos, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art. 101 – É assegurado ao Vereador:

- I – participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, o que comunicará ao Presidente;
- II – votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;
- III – apresentar proposições e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo;
- IV – concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal e/ou regimental; e
- V – usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

Art. 102 – São deveres do Vereador, entre outros:

- I – quando investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista na Constituição Federal ou na Lei Orgânica Municipal;
- II – observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;
- III – desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público e às diretrizes partidárias;
- IV – exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em Comissões;
- V – comparecer às sessões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e participar das votações, salvo quando se encontrar impedido;
- VI – manter o decoro parlamentar;
- VII – não residir fora do município; e
- VIII – conhecer e observar o Regimento Interno.

Art. 103 – Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da



Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

I – advertência em Plenário;

II – cassação da palavra;

III – determinação para retirar-se do Plenário;

IV – suspensão da sessão, para entendimentos na sala da Presidência; e

V – proposta de perda de mandato de acordo com a Legislação.

## CAPÍTULO II

### DA INTERRUPTÃO E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DA VEREANCIA E DAS VAGAS

Art. 104 – O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à Presidência e sujeito à deliberação do Plenário, nos seguintes casos:

I – por motivo de doença;

II – para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por Sessão Legislativa; e

III – para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º - Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente de órgão da Administração Direta ou Indireta do Município conforme previsto no art. 34, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município.

§ 2º - Ao Vereador licenciado nos termos do inciso I, a Câmara Municipal poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença.

§ 3º - O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da Legislatura e não será computado para efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores.

§ 4º - A licença para tratar de assuntos de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato, antes do término da mesma.

§ 5º - Independentemente de requerimento, considerar-se-á como licença o não comparecimento às reuniões, de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 6º - Na hipótese do § 1º, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 105 – Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença.

§ 1º - O Suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, quando o prazo será prorrogado.

§ 2º – Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á quorum em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 106 – O afastamento para desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como de licença, fazendo o Vereador jus à remuneração estabelecida.

Art. 107 – As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou perda de mandato de Vereador.

§ 1º - A extinção se verifica por morte, renúncia, falta de posse no prazo legal ou regimental, perda ou suspensão dos direitos políticos, ou por qualquer outra causa legal hábil.

§ 2º - A perda dar-se-á por deliberação do Plenário, na forma e nos casos previstos na Legislação vigente.

Art. 108 – A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato extintivo pelo Presidente, qual o fará constar da ata, a perda de mandato se torna efetiva a partir do Decreto Legislativo, promulgado pelo Presidente e devidamente publicado.

Art. 109 – A renúncia do Vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara, devidamente assinado e com firma reconhecida por tabelião, reputando-se aberta a vaga a partir da sua protocolização.

Art. 110 – Em qualquer caso de vaga, licença ou investimento no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o respectivo Suplente.

§ 1º - O Suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo previsto para o Vereador, a partir do conhecimento da convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º - Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente comunicará o fato dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

## CAPÍTULO III

### DA LIDERANÇA PARLAMENTAR

Art. 111 – A maioria, a minoria, as representações partidárias, mesmo com apenas um membro, e os blocos parlamentares terão líder e quando for o caso, Vice-Líder.

§ 1º - A indicação dos Líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou partidos políticos à Mesa, nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 2º - Os líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, se for o caso, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

§ 3º - Na falta de indicação, considerar-se-ão Líder e Vice-Líder, respectivamente, o primeiro e o segundo Vereadores mais votados de cada bancada.

§ 4º - É facultado ao Prefeito indicar através de ofício dirigido à Mesa, Vereador que interprete o seu pensamento junto à Câmara. (redação dada pela Resolução nº 003/94, de 18.07.94)

Art. 112 – As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário pessoalmente, desde que observadas as restrições constantes deste Regimento.

Art. 113 – Além de outras atribuições previstas neste Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas Comissões.

Parágrafo Único: Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão, exercidas pelo Vice-Líder.

## CAPÍTULO IV

### DAS INCOMPATIBILIDADES E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 114 – As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição e na Lei Orgânica do Município.

Art. 115 – São impedimentos do Vereador aqueles indicados neste Regimento Interno e na Lei Orgânica do Município.

## CAPÍTULO V DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 116 – A remuneração dos agentes políticos será fixada nos termos do art. 32, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município.

Art. 117 – No recesso, a remuneração dos Vereadores será integral.

Art. 118 – Ao Vereador em viagem a serviço da Câmara ou da Comunidade para fora do município é assegurado o ressarcimento dos gastos com locomoção e alimentação, no sistema de diárias ou equivalente.

## TÍTULO IV DAS PROPOSIÇÕES E DE SUA TRAMITAÇÃO CAPÍTULO I DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÃO E DE SUA FORMA

Art. 119 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 120 – São modalidades de proposição:

I – os projetos de Emenda a Lei Orgânica Municipal;

II – os projetos de Lei Complementar;

III – os projetos de Lei;

IV – os projetos de Decreto Legislativo;

V – os projetos de resolução;

VI – os projetos Substitutivos;

VII – as Emendas e as subemendas;

VIII – os Pareceres das Comissões Permanentes;

IX – os Relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;

X – as Indicações;

XI – os Requerimentos;

XII – os Recursos; e

XIII – as representações.

Art. 121 – As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo seu autor ou autores.

Art. 122 – Exceção feita às Emendas e às subemendas, as proposições deverão conter emenda indicativa do assunto a que se referem.

Art. 123 – As proposições consistentes em projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município, Lei Complementar, Lei, Decreto Legislativo, Resolução ou projeto Substitutivo deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas de justificação por escrito.

Art. 124 – Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao objeto.

## CAPÍTULO II DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE

Art. 125 – Os Decretos Legislativos destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo.

Art. 126 – As Resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político ou administrativo a assuntos de economia interna da Câmara.

Art. 127 – A iniciativa dos projetos de Lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e as cidadãos nos termos do art. 49 da Lei Orgânica do Município, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do Executivo.

Art. 128 – Substitutivo é projeto de Lei, de Resolução ou de Decreto

Legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão Permanente para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único: Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 129 – Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

§ 1º - As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§ 2º - Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 3º - Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra.

§ 4º - Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra.

§ 5º - Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra.

§ 6º - A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

Art. 130 – Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

§ 1º - O parecer será individual e verbal somente na hipótese do § 2º do art. 91 deste Regimento Interno.

§ 2º - O parecer poderá ser acompanhado de projeto de Substitutivo ao projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal, ao projeto de Lei Complementar, ao projeto de Lei, ao projeto de Decreto Legislativo ou ao projeto de Resolução que suscitaram a manifestação da Comissão, sendo obrigatório esse acompanhamento nos casos de manifestação sobre veto, recursos contra ato do Presidente da Câmara e quanto ao pronunciamento sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, no tocante às contas do Prefeito.

Art. 131 – Relatório da Comissão Especial é o pronunciamento escrito e por esta elaborado, que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo Único: Quando as conclusões de Comissões Especiais indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá se acompanhar de projeto de Lei, Decreto Legislativo ou Resolução.

Art. 132 – Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos Poderes competentes.

Art. 133 – Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de comissão, feita ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente, ou da ordem do dia, ou de interesse pessoal do Vereador.

§ 1º - Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

I – a palavra ou a desistência dela;

II – a permissão para falar sentado;

III – a leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV – a observância de disposição regimental;

V – a retirada, pelo autor, de requerimento ou proposição ainda não submetida à deliberação do Plenário;

VI – a requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;

VII – a justificativa de voto e sua transcrição em ata;

VIII – a retificação de ata; e  
IX – a verificação de quorum.

§ 2º - Serão igualmente verbais e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

- I – prorrogação de Sessão ou dilatação da própria prorrogação;
- II – dispensa a leitura da matéria constante da ordem do dia;
- III – destaque de matéria para votação;
- IV – votação a descoberto;
- V – encerramento de discussão;
- VI – manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com matéria em debate; e
- VII – voto de louvor, congratulações, pesar ou repúdio.

§ 3º - Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

- I – renúncia de cargo na Mesa ou Comissão;
- II – licença de Vereador;
- III – audiência de Comissão Permanente;
- IV – juntada de documento ao processo ou seu desentranhamento;
- V – inserção de documento em ata;
- VI – preferência para discussão de matéria ou do interstício regimental por discussão;
- VII – inclusão de proposição em regime de urgência;
- VIII – retirada de proposição já colocada sob deliberação do Plenário;
- IX – anexação de proposição com objetivo idêntico;
- X – informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio ou a entidades públicas ou particulares;
- XI – constituição de Comissões Especiais; e
- XII – convocação de Secretário Municipal ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar esclarecimentos em Plenário;

Art. 134 – Recurso é toda petição de Vereador ao Plenário contra ato do Presidente, nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

Art. 135 – representação é a proposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara ou ao Plenário, visando a destituição de membro da Comissão Permanente, ou a destituição de membro da Mesa, respectivamente, nos casos previstos neste Regimento Interno.

Parágrafo Único: Para efeitos regimentais, equipara-se à representação a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob a acusação de prática de ato ilícito político-administrativo.

### CAPÍTULO III DA APRESENTAÇÃO E DA RETIRADA DA PROPOSIÇÃO

Art. 136 – Exceto nos casos dos incisos VI, VII e VIII do art. 120 e nos de projetos Substitutivos oriundos das Comissões, todas as demais proposições serão apresentadas na Secretaria da Câmara, que as carimbará com designação da data e as numerará fichando-as, em seguida e encaminhando-as ao Presidente. (redação dada pela Resolução nº 04/96, de 28.02.96).

Art. 137 – Os projetos Substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art. 138 – As Emendas e Subemendas serão apresentadas à Mesa até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da Sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a proposição a que se referem, para fins de publicação, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates; ou se tratar de projeto em regime de urgência, ou estejam elas assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º - As Emendas à proposta orçamentária, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Plano Plurianual serão oferecidas no prazo de 10 (dez) dias a partir da inserção da matéria no expediente.

§ 2º - As Emendas aos projetos de codificação serão apresentadas no prazo de 20 (vinte) dias à comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art. 139 – As representações se acompanharão sempre, obrigatoriamente, de documentos hábeis que as instruam e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.

Art. 140 – O Presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará proposição:

- I – que vise delegar a outro Poder atribuições privativas do Legislativo, salvo a hipótese de Lei Delegada;
- II – que seja apresentada por Vereador licenciado ou afastado;
- III – que tenha sido rejeitada na mesma Sessão Legislativa, salvo se tiver sido subscrita pela maioria absoluta do Legislativo;
- IV – que seja formalmente, inadequada, por não observar os requisitos dos artigos 121, 122, 123 e 124 deste Regimento Interno;
- V – quando a Emenda ou Subemenda for apresentada fora do prazo, não observar restrição constitucional ao poder de emendar, ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;
- VI – quando a indicação versar sobre matéria que, em conformidade com este Regimento, deve ser objeto de Requerimento;
- VII – quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou argüir fatos irrelevantes ou impertinentes.

Parágrafo Único: Exceto nas hipóteses dos incisos II e V, caberá recurso do autor ou dos autores ao Plenário, no prazo de 10 (dez) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art. 141 – O autor de projeto que receber substitutivo ou emenda estranha ao seu objetivo poderá reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e de sua decisão caberá recurso ao Plenário pelo autor do projeto ou da Emenda, conforme o caso.

Parágrafo Único: Na decisão do recurso poderá o Plenário determinar que as Emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto sejam destacadas para constituírem projetos separados.

Art. 142 – As proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seus autores ao Presidente da Câmara, se ainda não se encontrarem sob deliberação do Plenário ou com a anuência deste, em caso contrário.

§ 1º - Quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos os requeiram.

§ 2º - Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.

Art. 143 – No início de cada Legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na Legislatura anterior que se achem sem parecer, exceto as proposições sujeitadas à deliberação em prazo certo.

Parágrafo Único: O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retransmissão.

Art. 144 – Os requerimentos a que se refere o § 1º do artigo 133 serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo irrecorrível a decisão.



## CAPÍTULO IV DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 145 – Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação no prazo máximo de 3 (três) dias, observado o disposto neste Capítulo.

Art. 146 – Quando a proposição consistir em projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal, de Lei Complementar, de Lei, de Decreto Legislativo, de Resolução ou de projeto Substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o expediente, será encaminhada pelo Presidente às Comissões competentes para os pareceres técnicos.

§ 1º - No caso do § 1º do art. 138, o encaminhamento só se fará após escoado o prazo para emendas ali previstos.

§ 2º - No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

§ 3º - Os projetos originários elaborados pela Mesa Diretora ou por Comissão Permanente ou Especial em assuntos de sua competência dispensarão pareceres para a sua apreciação pelo Plenário, sempre que o requerer o seu próprio autor e a audiência não for obrigatória, na forma deste Regimento.

Art. 147 – As emendas a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 138 serão apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária; as demais somente serão objeto de manifestação das Comissões quando aprovadas pelo Plenário, retornando-lhes, então, o processo.

Art. 148 – Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicado o veto a esta, a matéria será "incontinenti" encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que poderá proceder na forma do art. 97.

Art. 149 – Os Pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art. 150 – As indicações, após lidas no expediente, serão encaminhadas, independentemente de deliberação do Plenário, por meio de ofício, a quem de direito, através da Secretaria da Câmara.”(NR - RES. 23/2005)

Parágrafo Único: No caso de entender o Presidente que a Indicação não deve ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia, independentemente de sua figuração no expediente.

Art. 151 – Os requerimentos a que se referem os §§ 2º e 3º do art. 133 serão apresentados em qualquer fase da Sessão e postos imediatamente em tramitação, independentemente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.

§ 1º - Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o § 3º do art. 133, com exceção daqueles dos incisos III, IV, V, VI e VII e, se o fizer, ficará remetido ao Expediente e à Ordem do Dia da Sessão seguinte.

§ 2º - Se tiver havido solicitação de urgência simples para o requerimento que o Vereador pretende discutir, a própria solicitação entrará em tramitação na Sessão em que for apresentada e, se for aprovada, o requerimento a que se refere será objeto de

deliberação em seguida.

Art. 152 – Durante os debates, na Ordem do dia, poderão ser apresentados requerimentos que se referiram estritamente ao assunto discutido. Esses requerimentos estarão sujeitos à deliberação do Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos Líderes partidários.

Art. 153 – Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de ciência da decisão, por simples petição e distribuição à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitirá parecer acompanhado de projeto de Resolução.

Art. 154 – A concessão de urgência especial dependerá de assentimento do Plenário, mediante provocação por escrito da Mesa ou de Comissão quando autora de proposição em assunto de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda por proposta da maioria absoluta dos membros da Edilidade.

§ 1º - O Plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos, exigir apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

§ 2º - Concedida a urgência especial para projeto ainda sem o parecer, será feito o levantamento da Sessão, para que se pronunciem as Comissões competentes em conjunto, imediatamente, após o que o projeto será colocado na Ordem do Dia da própria Sessão.

§ 3º - Caso não seja possível obter-se de imediato o parecer conjunto das Comissões competentes, o projeto passará a tramitar em regime de urgência simples.

Art. 155 – O regime de urgência simples será concedida pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento por escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo Único: Serão incluídos no regime de urgência simples, independentemente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I – a proposta orçamentária, diretrizes orçamentárias, plano plurianual, a partir do escoamento da metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II – os projetos de Lei do Executivo sujeitos à apreciação em prazo certo, a partir das 3 (três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III – o veto, quando escoadas 2/3 (duas terças) partes do prazo para sua apreciação.

Art. 156 – As proposições em regime de urgência especial ou simples, e aquelas com pareceres, ou para as quais não sejam exigíveis, ou tenham sido dispensados, prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título V.

Art. 157 – Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua re tramitação, ouvida a Mesa.

## TÍTULO V DAS SESSÕES DA CÂMARA

### CAPÍTULO I DAS SESSÕES EM GERAL

Art. 158 – As Sessões da Câmara serão Ordinárias, Extraordinárias ou Solenes, assegurado o acesso do público em geral.

§ 1º - Qualquer cidadão poderá assistir às Sessões da Câmara, na parte do recinto reservado ao público, desde que:

I – apresente-se convenientemente trajado;

II – não porte arma;

III – conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV – não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no Plenário; e

V – atenda as determinações do Presidente.

§ 2º - O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

§ 3º - As sessões serão levantadas antes de finda a hora a elas destinadas nos seguintes casos:

I – tumulto grave;

II – em homenagem à memória de pessoas falecidas, quando determinado pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento de qualquer Vereador;

III – quando presentes menos do número legal dos membros da Câmara; e

IV – por falta de matéria para ser discutida ou votada, de oradores inscritos ou não. (redação dada pela Resolução nº 008/95 de 20.04.95).

§ 4º - As Sessões da Câmara serão transmitidas ao vivo e a publicação da pauta de votação far-se-á, também, pela Internet. (redação dada pela Resolução nr. 34/14 de 11.04.14).

Art. 159 – As Sessões Ordinárias serão semanais, no total de 6 (seis) reuniões mensais, realizando-se nas segundas e quartas-feiras das primeiras semanas do mês considerado, sempre das 19 (dezenove) às 21 (vinte e uma) horas. (redação dada pela Resolução nr. 30/12 de 11/11/2010).

§ 1º - Ocorrendo feriado ou ponto facultativo as reuniões ordinárias realizar-se-ão no primeiro dia útil.

§ 2º - A prorrogação das Sessões Ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal do Vereador, pelo tempo necessário à conclusão de votação de matéria já discutida.

§ 3º - O tempo da prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até 10 (dez) minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.

§ 4º - Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá-la à sua vez, obedecido, no que couber, o disposto no parágrafo anterior, devendo o novo requerimento ser oferecido 5 (cinco) minutos antes do término daquela.

§ 5º - Havendo 2 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação, será votado o que visar menor prazo, prejudicados os demais.

§ 6º - A antecipação ou adiamento da data e horário das Sessões Ordinárias poderá ocorrer mediante a provocação escrita e justificada por 1/3 (um terço) dos Membros da Edilidade. (redação dada pela Resolução nº 014/95 de 18.08.95).

Art. 160 – As Sessões Extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, inclusive domingo e feriados ou após as Sessões Ordinárias.

§ 1º - As Sessões Extraordinárias serão realizadas de acordo com o previsto na Lei Orgânica Municipal e nos termos deste Regimento Interno.

§ 2º - A duração e a prorrogação da Sessão Extraordinária regem-se pelo disposto no art. 159 e parágrafos, no que couber.

Art. 161 – As Sessões Solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora, para fim específico, não havendo prefixação da sua duração.

Parágrafo Único: As Sessões Solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

Art. 162 – A Câmara poderá realizar Sessões Secretas, por deliberação tomada pela maioria absoluta de seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário à preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo Único: Deliberada a realização de Sessão Secreta, ainda que para realizá-la se deva interromper Sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências dos assistentes, dos Servidores da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

Art. 163 – As Sessões da Câmara serão realizadas no Município, nos termos da Lei Orgânica e deste Regimento Interno.

Art. 164 – A Câmara observará o recesso Legislativo determinado na Lei Orgânica do Município.

§ 1º - Nos períodos de recesso Legislativo, a Câmara poderá reunir-se em Sessão Legislativa Extraordinária quando regularmente convocada, para apreciar matéria de interesse público relevante e urgente.

§ 2º - Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para qual foi convocada.

Art. 165 – As Sessões somente serão abertas com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos membros da Câmara.

Art. 166 – No recinto do Plenário, durante as Sessões, só serão admitidos os Vereadores da própria Legislatura e os Servidores da Câmara, em serviço exclusivo da reunião. (redação dada pela Resolução nº 007/95 de 20.04.95).

§ 1º - A convite do Presidente, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão se localizar nesta parte, para assistir a Sessão, as autoridades públicas Federais, Estaduais, Distritais ou Municipais, presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§ 2º - Os visitantes recebidos em Plenário em dias de Sessão poderão usar da palavra para agradecer à saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

Art. 167 – As sessões da Câmara de Vereadores serão gravadas e de cada sessão lavrar-se-á ata dos trabalhos, contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário, observada a exceção prevista no § 1º. (redação dada pela Resolução nº 35/14 de 11.04.14).

§ 1º - As proposições, os pronunciamentos e manifestações dos Senhores Vereadores e os documentos apresentados em Sessão, serão transcritos na Ata sucintamente, com menção do objetivo a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário. (redação dada pela Resolução nº 35/14 de 11.04.14).

§ 2º - A ata da Sessão Secreta será lavrada pelo Secretário, lida e aprovada na mesma Sessão, lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra Sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 3º - A ata da última Sessão de cada Legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria Sessão com qualquer número, antes de seu encerramento.

## CAPÍTULO II DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art. 168 – As Sessões Ordinárias compõem-se de três partes: Expediente, Ordem do Dia e Palavra Livre.

Art. 169 – À hora do início dos trabalhos, o Presidente, havendo número legal, declarará aberta a Sessão.

Parágrafo Único: Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 (quinze) minutos que aquele se complete e, caso assim não ocorra, fará lavrar ata sintética pelo Secretário efetivo ou "ad-hoc" com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização da Sessão.

Art. 170 – Havendo número legal, a Sessão se iniciará com o expediente, o qual terá duração indeterminada, destinando-se à leitura de trecho bíblico, à leitura, discussão e aprovação da ata ou das atas da Sessão ou das Sessões anteriores e à leitura dos documentos de quaisquer origens. (redação dada pela Resolução nº 09/95 de 20.04.95).

Parágrafo Único: O expediente iniciar-se-á com a leitura de breve trecho bíblico, ocasião em que o Presidente da Sessão solicitará aos presentes que fiquem em pé, em reverência à Palavra de Deus, permanecendo a Bíblia no Plenário, em estante própria. (redação dada pela Resolução nr. 10/99 de 13.05.99).

Art. 171 – Lido o trecho bíblico, far-se-á a leitura da ata ou das atas da reunião ou das reuniões anteriores, que será submetida ou serão submetidas a discussão e votação do Plenário. (redação dada pela Resolução nº 09/95 de 20.04.95).

§ 1º - O Vereador que desejar retificar ou emendar a ata poderá fazê-lo verbalmente, ao ser submetida à apreciação.

§ 2º - Cabe ao Presidente julgar procedente ou não a retificação ou emenda proposta, cabendo recurso para o Plenário.

§ 3º - Não poderá impugnar a ata o Vereador ausente à Sessão a que a mesma se refira.

Art. 172 – Após a aprovação da ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecendo à seguinte ordem:

- I – expediente oriundos do Prefeito;
- II – expediente oriundos de diversos; e
- III – expedientes apresentados pelos Vereadores.

Art. 173 – Na leitura das matérias pelo Secretário, obedecer-se-á a seguinte ordem:

- I – projetos de Emenda à Lei Orgânica Municipal;
- II – projeto de Lei Complementar;
- III – projetos de Lei;
- IV – projetos de Decreto Legislativo;
- V – projetos de Resolução;
- VI – Requerimentos;
- VII – Indicações;
- VIII – Pareceres de Comissões;
- IX – Recursos; e
- X – outras matérias.

§ 1º - Dos documentos apresentados no expediente, serão

oferecidas cópias aos vereadores quando solicitadas pelos mesmos ao Diretor da Secretaria da Casa, exceção feita aos documentos relativos ao processo Legislativo, cujas cópias serão entregues obrigatoriamente.

§ 2º - A correspondência, depois de tornada pública, será despachada pelo Presidente.

Art. 174 – Findo o expediente, passar-se-á à matéria constante da Ordem do Dia.

Art. 175 – Para a Ordem do Dia, far-se-á verificação de presença e a sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria dos Membros da Câmara.

Parágrafo Único: Não se verificando o quorum regimental, o Presidente aguardará por 15 (quinze) minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a Sessão.

Art. 176 – Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia regularmente publicada, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início das Sessões, salvo disposição em contrário da Lei Orgânica do Município e deste Regimento Interno. (redação dada pela Resolução nº 05/96 de 28.02.96).

Parágrafo Único: Nas Sessões em que devam ser apresentadas a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual nenhuma outra matéria figurará na Ordem do Dia.

Art. 177 – A organização de pauta da Ordem do Dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:

- I – matérias em regime de urgência especial;
- II – matérias em regime de urgência simples;
- III – vetos;
- IV – matérias em redação final;
- V – matérias em discussão única;
- VI – matérias em Segunda discussão;
- VII – matérias em primeira discussão;
- VIII – recursos; e
- IX – demais proposições.

Parágrafo Único: As matérias, pela ordem de preferência, figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação entre aquelas da mesma classificação.

Art. 178 – Independentemente de inscrição prévia, o Vereador pode usar a palavra para discutir matéria constante da Ordem do Dia, obedecendo-se a seguinte escala preferencial:

- I – o autor;
- II – o Líder do Governo, se a proposição for originária do Executivo;
- III – o Relator; e
- IV – os demais Vereadores.

Art. 179 – Cada um dos Vereadores poderá ocupar a tribuna pelo tempo de 10 (dez) minutos para debater qualquer matéria em discussão.

Parágrafo Único: Ao autor, líder do Governo e relator será dada oportunidade de debater os argumentos contra a proposição.

Art. 180 – Encerrada a discussão, fato que será expressamente declarado pelo Presidente, será a proposição votada em seguida.

Art. 181 – A justificativa das proposições dos Vereadores deverá ser feita, se assim o desejar o autor, tão logo seja anunciada sua discussão.

Art. 182 – Terminada a votação das proposições escritas, poderão

ser apresentadas proposições verbais que envolvam votos de pesar ou louvou, ou moções de apoio, desaprovação e desagrado.

Parágrafo Único: As proposições de que trata este artigo sofrerão uma única discussão e, se aprovadas serão deferidas de plano pelo Presidente e registradas em ata.

Art. 183 – A Ordem do Dia terá duração ilimitada e encerrar-se-á por falta de matéria ou decurso de prazo de duração da reunião.

§ 1º - O Presidente ou qualquer Vereador poderá propor a prorrogação do tempo regimental de duração da reunião para concluir a discussão ou a votação das matérias da Ordem do Dia.

§ 2º - Qualquer proposta de prorrogação de prazo deverá ser aprovada pelo Plenário.

Art. 184 – Terminada a Ordem do Dia, será o tempo restante da reunião dividido pelo número de oradores inscritos e dada a palavra pela ordem de inscrição.

§ 1º - A lista de inscrição estará à disposição dos Vereadores desde meia hora antes da reunião até o final do expediente.

§ 2º - Será facultado a qualquer orador inscrito ceder parte ou todo o seu tempo a colega que necessite de maior espaço para seu pronunciamento.

§ 3º - Os oradores inscritos para a Palavra Livre poderão abordar da tribuna assuntos de sua livre escolha, mas não poderão ultrapassar o tempo que lhes for determinado.

§ 4º - O Vereador inscrito que não se achar no recinto quando lhe for franqueada a palavra, perderá a vez de falar e só poderá fazê-lo na mesma reunião se ainda houver tempo disponível depois que todos os oradores inscritos tenham falado.

§ 5º - Não haverá prorrogação do tempo regimental de duração da Sessão, salvo para concluir a discussão ou votação de matéria constante da Ordem do Dia.

Art. 185 – Após haverem falado todos os oradores inscritos, se houver tempo disponível, será franqueada a palavra aos Vereadores que não estavam inscritos, pelo tempo restante da reunião.

Art. 186 – Não havendo mais Vereadores para falar, ou se ainda os houver, achar-se, porém, esgotado o tempo regimental, o Presidente declara encerrada a Sessão.

### CAPÍTULO III DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 187 – As Sessões Extraordinárias serão convocadas na forma prevista na Lei Orgânica do Município mediante comunicação escrita aos Vereadores, com a antecedência de 3 (três) dias, se convocada em período ordinário, e com antecedência de 7 (sete) dias, se convocada durante o período de recesso e afixação de edital, no átrio do edifício da Câmara que poderá ser reproduzido pela imprensa local.

§ 1º - Sempre que possível, a convocação far-se-á em Sessão, caso em que será feita a comunicação escrita apenas aos ausentes à mesma.

§ 2º - O Vereador que ausentar-se do Município durante o período de recesso parlamentar, comunicará o Diretor Geral da Câmara o endereço para localização em caso de convocação de Sessões Extraordinárias. (redação dada Resolução nº 015/95 de 18.08.95).

Art. 188 – A Sessão Extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que cingirá à matéria objeto da convocação e aprovação da ata ou atas, relativamente, à Sessão ou Sessões anteriores.

Parágrafo Único: Aplicar-se-ão as Sessões Extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às Sessões Ordinárias.

Art. 189 – É vedada a realização de mais de 4 (quatro) reuniões extraordinárias remuneradas durante o mês.

### CAPÍTULO IV DAS SESSÕES SOLENES

Art. 190 – As Sessões Solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, por escrito, indicando a finalidade da reunião.

§ 1º - Nas Sessões Solenes não haverá expediente nem ordem do dia formal, dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença.

§ 2º - Não haverá tempo predeterminado para o encerramento de Sessão Solene.

§ 3º - Nas Sessões Solenes, somente poderão usar da palavra, além do Presidente da Câmara, o líder partidário ou o Vereador pelo mesmo designado, o Vereador que propôs a Sessão como orador oficial da cerimônia e as pessoas homenageadas.

### TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES E DAS DELIBERAÇÕES

#### CAPÍTULO I DAS DISCUSSÕES

Art. 191 – Discussão é o debate pelo Plenário de proposição figurante na Ordem do Dia, antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

§ 1º - Não estão sujeitos à discussão:

I – as indicações, salvo o disposto no parágrafo único do art. 150;  
II – os requerimentos a que se refere o § 2º do art. 133;  
III – os requerimentos a que se referem os incisos I a V do § 3º do art. 133;

§ 2º - O Presidente declara prejudicada a discussão:

I – de qualquer projeto com objetivo idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma Sessão Legislativa, excetuando-se, nesta última hipótese, aprovação pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;  
II – da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;  
III – de requerimento repetitivo; e  
IV – de emenda ou subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada.

Art. 192 – A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos Membros da Câmara.

Art. 193 – Terão discussão única as seguintes matérias:

I – as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;  
II – as que se encontrem em regime de urgência simples;  
III – os projetos de Lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;  
IV – o veto;  
V – os projetos de Decreto Legislativo ou de Resolução de qualquer natureza; e  
VI – os requerimentos sujeitos a debates.

Art. 194 – Terão 2 (duas) discussões todas as matérias não incluídas no art. 193.

Parágrafo Único: Os projetos de Resolução que disponham sobre o Quadro de Pessoal da Câmara serão discutidos com o intervalo



mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre a primeira e a segunda discussão.

Art. 195 – Quando se tratar de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

Art. 196 – Quando se tratar de Proposta Orçamentária, Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual, as Emendas possíveis serão debatidas antes do projeto, em primeira discussão.

Art. 197 – Na discussão única e na primeira discussão serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão, somente se admitirão emendas e subemendas.

Art. 198 – Na hipótese do artigo anterior, sustar-se-á a discussão para que as emendas e os projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes a que esteja afeta a matéria, salvo se o Plenário rejeitá-los ou aprová-los com a dispensa de parecer.

Art. 199 – Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma Sessão que tenha ocorrido a primeira discussão.

Art. 200 – Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo Único: O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual preferirá esta.

Art. 201 – O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§ 1º - O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§ 2º - Apresentados 2 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menos prazo.

§ 3º - Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

§ 4º - O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerimentos e pelo prazo máximo de 3 (três) dias para cada um.

Art. 202 – O encerramento de discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

Parágrafo Único: Somente poderá ser requerido o encerramento da discussão após terem falado pelo menos 2 (dois) Vereadores favoráveis à proposição e 2(dois) contrários, entre os quais o autor do requerimento, salvo desistência expressa.

## CAPÍTULO II DA DISCIPLINA DOS DEBATES

Art. 203 – Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo o Vereador atender as seguintes determinações:

- I – falar de pé, exceto se tratar do Presidente, e quando impossibilitado de fazê-lo requererá ao Presidente autorização para falar sentado;
- II – dirigir-se ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder o aparte;

III – não usar da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente; e

IV – referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Excelência.

Art. 204 – O Vereador a que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronuncia e não poderá:

- I – usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado para que solicitou;
- II – desviar-se da matéria em debate;
- III – falar sobre matéria vencida;
- IV – usar de linguagem imprópria;
- V – ultrapassar o prazo que lhe competir; e
- VI – deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 205 – O Vereador somente usará a palavra:

- I – no expediente, quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata ou quando se achar regularmente inscrito;
- II – para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;
- III – para apartear, na forma regimental;
- IV – para explicação pessoal;
- V – para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimentos à Mesa;
- VI – para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza; e
- VII – quando ser dignado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art. 206 – O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

- I – para leitura de requerimento de urgência;
- II – para comunicação importante à Câmara;
- III – para recepção de visitantes;
- IV – para votação de requerimento de prorrogação da sessão;
- V – para atender a pedido de palavra "pela ordem", sobre questão regimental.

Art. 207 – Quando mais de 1 (um) Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

- I – ao autor da proposição em debate;
- II – ao relator do parecer em apreciação;
- III – ao autor da Emenda; e
- IV – alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Art. 208 – Para o aparte ou interrupção do orador para indagação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

- I – o aparte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a 3 (três) minutos;
- II – não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador;

III – não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala "pela ordem", em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto; e

IV – o aparteante permanecerá de pé quando apartear e enquanto ouve a resposta do apartado.

## CAPÍTULO III DAS DELIBERAÇÕES

Art. 209 – As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, sempre que não se exige a maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações constitucionais, legais e regimentais aplicáveis em cada caso.

Parágrafo Único: Para efeito de quorum computar-se-á a presença

de Vereador impedido de votar.

Art. 210 – A deliberação se realiza através da votação.

Parágrafo Único: Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Art. 211 – O voto será sempre público nas deliberações na Câmara.

Parágrafo Único; Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante Sessão Secreta.

Art. 212 – Os processos de votação são 2 (dois): simbólico e normativo.

§ 1º - O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2º - O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratarem de votações através de cédulas em que essa manifestação não será extensiva.

Art. 213 – O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferir-la.

§ 2º - Não se admitirá segunda verificação de resultado de votação.

§ 3º - O Presidente, em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art. 214 – A votação será secreta para a eleição da Mesa ou destituição de membros da Mesa, bem como, na eleição ou destituição de membro da Comissão Permanente.

Art. 215 – Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo Único: Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido de mau súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art. 216 – Antes de iniciar-se a votação, será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, por um de seus integrantes, falar apenas um vez para propor aos seus co-partidários a orientação quanto ao mérito da matéria.

Art. 217 – Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-as em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Parágrafo Único: Não haverá destaque quando se tratar da proposta Orçamentária, das Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual, do Veto, do julgamento das Contas do Município e em qualquer caso em que aquela providência se revele impraticável.

Art. 218 – Terão preferência para votação as Emendas Supressivas e as Emendas e Substitutivos oriundos das Comissões.

Parágrafo Único: Apresentadas 2 (duas) ou mais Emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da Emenda que melhor se adaptar ao projeto, sendo o requerimento apreciado pelo Plenário, independentemente de discussão.

Art. 219 – Sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art. 220 – O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo Único: A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art. 221 – Enquanto o Presidente não haja proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art. 222 – Proclamado o resultado da votação, poderá o Vereador impugná-lo perante o Plenário, quando daquele tenha participado o Vereador impedido.

Parágrafo Único: Na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art. 223 – Concluída a votação de proposição, com Emendas aprovadas, ou de projeto de Lei Substitutivo, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e redação Final, para adequar o texto à correção vernacular.

Art. 224 – Poderá ser dispensada a redação final em proposições sem Emendas e em regime de urgência, quando requerido por qualquer Vereador.

Art. 225 – Caberá à Mesa a redação final dos projetos de Decreto Legislativo e de Resolução.

Art. 226 – A redação final será discutida e votada depois de sua publicação, salvo se o Plenário a dispensar a requerimento de Vereador.

§ 1º - Admitir-se-á a Emenda à redação final somente quando seja para despojá-la de obscuridade, contradição ou improbidade lingüística.

§ 2º - Aprovada a Emenda, voltará a matéria à Comissão, para nova redação final.

§ 3º - Se a nova redação final for rejeitada, será o projeto mais uma vez encaminhado à Comissão, que a reelaborará, considerando-se aprovada se contra ela não votar a maioria absoluta dos componentes da Edilidade.

Art. 227 – Aprovado pela Câmara um projeto de Lei, este será enviado ao Prefeito, para sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo Único: Os originais dos projetos de Lei aprovados serão, antes da remessa ao Executivo, registrados em livro próprio e arquivados na Secretaria da Câmara.

#### CAPÍTULO IV DA CONCESSÃO DE PALAVRA AOS CIDADÃOS EM COMISSÕES

Art. 228 – Qualquer associação de classe, clube de serviço, entidade comunitária ou pessoa que seja eleitora no Município, poderá



solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos e opiniões, junto às Comissões do Legislativo, sobre projetos que nelas se encontrem para estudo.

Art. 229 – O Presidente da Câmara enviará o pedido a que se refere o artigo anterior ao Presidente da respectiva Comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

## TÍTULO VIII DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

### CAPÍTULO I DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

#### SEÇÃO I DO ORÇAMENTO

Art. 230 – Recebida do Prefeito a proposta Orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará publicá-la e distribuir cópia da mesma aos Vereadores, enviando-a à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município nos 10 (dez) dias seguintes para parecer.

Parágrafo Único: No decêndio, os Vereadores poderão apresentar emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas, as quais serão publicadas na forma do art. 138.

Art. 231 – A Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município pronunciar-se-á em 20 (vinte) dias, findos os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira Sessão desimpedida.

Art. 232 – Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se sobre o projeto e as emendas, assegurando-se preferência ao relator do parecer, da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município e os autores das emendas no uso da palavra.

Art. 233 – Se forem aprovadas as emendas, dentro de 3 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município para incorporá-las ao texto, para o que disporá de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único: Devolvido o processo pela Comissão, ou avocado a esta pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído em pauta imediatamente, para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art. 234 – Aplicam-se as normas desta Seção à Proposta do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias.

#### SEÇÃO II DAS CODIFICAÇÕES

Art. 235 – Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 236 – Os projetos de codificação, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídos por cópia aos vereadores e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, observando-se para tanto o prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Nos 15 (quinze) dias subsequentes, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas e sugestões a respeito.

§ 2º - A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Final, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialista na matéria desde que haja recursos para atender à despesa especificada, ficando nesta hipótese suspensa a tramitação da matéria.

§ 3º - A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas.

§ 4º - Exarado o parecer, o projeto será incluído na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.

Art. 237 – Na primeira discussão observar-se-á o disposto no art. 195.

§ 1º - Aprovado em primeira discussão, voltará o processo à Comissão por mais 10 (dez) dias, para incorporação das emendas aprovadas.

§ 2º - Ao atingir este estágio o projeto terá a tramitação normal dos demais projetos.

#### \*SEÇÃO III DA CONCESSÃO DE HONRARIAS

Art. 237-A. A concessão de títulos de Cidadão Honorário e Benemérito de Três Barras e demais honrarias, observado o disposto na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, relativamente às proposições em geral, obedecerá as seguintes regras:

I – dar-se-á tramitação a somente uma proposição de cada Vereador, por Sessão Legislativa, para uma das espécies de honraria;  
II – a proposição de concessão de honraria deverá estar acompanhada de justificativa escrita, com dados biográficos suficientes para que se evidencie o mérito do homenageado;

III – será secreto o processo de votação das proposições de concessão de honrarias, em dois turnos, com interstício mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara;

IV – no primeiro turno de discussão e votação, fará uso da palavra, obrigatoriamente, o autor da proposição, para justificar o mérito do homenageado.

Art. 237-B. Aprovada a proposição, a Mesa providenciará a entrega do título, na sede do Legislativo Municipal ou em outro local designado, em Sessão Solene antecipadamente convocada, determinando:

I – expedição de convites individuais a autoridades civis, militares e eclesásticas;

II – organização do protocolo da Sessão Solene, tomando todas as providências que se fizerem necessárias.

§ 1º - Poderá ser outorgado mais de um título em uma mesma Sessão Solene.

§ 2º - Havendo mais de um título a ser outorgado na mesma Sessão Solene, ou havendo mais de um autor de projeto concedendo a honraria, os homenageados serão saudados por, no máximo, dois Vereadores, escolhidos de comum acordo, dentre os autores dos projetos de Decreto Legislativo respectivos; não havendo acordo, proferirão a saudação os líderes das duas bancadas majoritárias.

§ 3º - Para falar em nome dos homenageados, será escolhido um dentre eles, de comum acordo, ou, não havendo consenso, por designação da Presidência da Câmara.

§ 4º - Ausente o homenageado à Sessão Solene, o título ser-lhe-á entregue, ou a seu representante, no Gabinete da Presidência.

§ 5º - O título será entregue ao homenageado, pelo Prefeito, ou pelo autor da propositura, ou pelo Presidente da Câmara, ou, ainda, por autoridade presente à Sessão Solene, designada pela Presidência.

Art. 237–C. Os títulos, confeccionados em tamanho único, em pergaminho ou em outro material similar, conterão:

- a) o brasão do Município;
- b) a legenda: "República Federativa do Brasil, Estado de Santa Catarina, Município de Três Barras";
- c) os dizeres: "A Câmara de Vereadores de Três Barras, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Decreto Legislativo nº ..... , datado de ..... de ..... 19 ..... , de autoria do Vereador(a) ..... , confere ao(a) Ex-mo(a). Sr.(a) ..... , o Título de ..... de Três Barras, para o que mandou expedir o presente diploma;
- d) data e assinaturas do autor e do Presidente da Câmara.

Art. 237–D. Serão anexadas aos respectivos processos, cópias das notas datilografadas alusivas aos pronunciamentos feitos em relação aos homenageados, durante a discussão da matéria, e por ocasião da Sessão Solene de outorga do título. (redação dada pela Resolução nr. 12, de 23.11.1999).

## CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

### SEÇÃO I DO JULGAMENTO DAS CONTAS

Art. 238 – Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, independentemente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópias do mesmo, bem como do balanço anual, a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município que terá 20 (vinte) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento, acompanhado de projeto de Decreto Legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas.

§ 1º - Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município receberá pedidos escritos de Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§ 2º - Para responder aos pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art. 239 – O projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município sobre a prestação de contas será submetido a uma discussão e votação, assegurado aos Vereadores debater a matéria.

§ 1º - Não se admitirão emendas ao projeto de Decreto Legislativo.

§ 2º - Será secreto o processo de votação da proposição apresentada sobre as contas do Município. (redação dada pela Resolução nº 004/94 de 18.07.94).

Art. 240 – Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o projeto de Decreto Legislativo conterá os motivos da discordância.

Art. 241 – Nas Sessões em que se devam discutir as contas do Município, a Ordem do Dia será destinada exclusivamente a matéria.

### SEÇÃO II

### DO PROCESSO DE PERDA DE MANDATO

Art. 242 – A Câmara processará o Vereador pela prática de infração político-administrativa definida na legislação incidente, observadas as normas adjetivas, inclusive quorum, estabelecidas nessa mesma legislação.

Parágrafo Único: Em qualquer caso, assegurar-se-á ao acusado plena defesa.

Art. 243 – O julgamento far-se-á em Sessão ou Sessões Extraordinárias para esse efeito convocadas.

Art. 244 – Quando a deliberação for no sentido de culpabilidade do acusado, expedir-se-á Decreto Legislativo de perda de mandato, do qual se dará notícia à Justiça eleitoral.

### SEÇÃO III DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 245 – A Câmara poderá convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, para prestarem informações sobre a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo.

Art. 246 – A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo Único: O requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara, indicando o dia e hora para o comparecimento e dando ao convocado ciência do motivo de sua convocação.

Art. 247 - Aprovado o requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara, indicando o dia e hora para o comparecimento e dando ao convocado ciência do motivo de sua convocação.

Art. 248 – Aberta a Sessão, o Presidente da Câmara exporá ao Secretário Municipal, que se assentará à sua direita, os motivos da convocação e, em seguida, concederá a palavra aos oradores inscritos com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para as indagações que desejarem formular, assegurada a preferência ao vereador proponente da convocação ou ao Presidente da Comissão que a solicitou.

§ 1º - O Secretário Municipal poderá incumbir assessores, que o acompanhem na ocasião, de responder às indagações.

§ 2º - O Secretário Municipal, ou o assessor, não poderá ser aparteado na sua exposição.

Art. 249 – Quando nada mais houver a indagar ou a responder, ou quando escoado o tempo regimental, o Presidente encerrará a Sessão, agradecendo ao Secretário Municipal, em nome da Câmara, o comparecimento.

Art. 250 – A Câmara poderá optar pelo pedido de informações ao Prefeito por escrito, caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessários à elucidação dos fatos.

Parágrafo Único: O Prefeito deverá responder às informações observado o prazo indicado na Lei Orgânica do Município.

Art. 251 – Sempre que o Prefeito se recusar a prestar as informações à Câmara, quando devidamente solicitado, o autor da

proposição deverá produzir denúncia para efeito da cassação do mandato do infrator.

#### SEÇÃO IV DO PROCESSO DESTITUITÓRIO

Art. 252 – Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação, deliberará, preliminarmente, em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante, sobre o processamento da matéria.

§ 1º - Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, autuada a mesma pelo Secretário, o Presidente ou seu substituto legal, se for o denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 3 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusativa e dos documentos que a tenha instruído.

§ 2º - Se houver defesa, quando esta for anexada aos autos, com os documentos que a acompanharem, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 3º - Senão houver defesa, ou, se havendo, o Representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á Sessão Extraordinária para a apreciação da matéria, na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação, até o máximo de 3 (três) para cada lado.

§ 4º - Não poderá funcionar como relator qualquer membro da Mesa.

§ 5º - Na Sessão, o relator, que se assessorará de servidor da Câmara, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrar a assentada.

§ 6º - Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos, para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§ 7º - Se o Plenário decidir, por 2/3 (dois terços) de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

#### TÍTULO VIII DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL

##### CAPÍTULO I DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES

Art. 253 – As interpretações de disposições do Regimento Interno feitas pelo Presidente da Câmara, em assuntos controversos, desde que o mesmo assim o declare perante o Plenário, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, constituirão precedentes regimentais.

Art. 254 – Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cujas decisões se considerarão ao mesmo incorporadas.

Art. 255 – Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação e à aplicação do Regimento.

Parágrafo Único: As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende alucidar, sob pena de o Presidente as repelir sumariamente.

Art. 256 – Cabe ao Presidente resolver as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, sem prejuízo de recurso ao Plenário.

§ 1º - O recurso será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

§ 2º - O Plenário, em face do parecer, decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como prejudicada.

Art. 257 – Os precedentes a que se referem os artigos 253, 255 e 256 § 2º serão registrados em livro próprio, para aplicação aos casos análogos, pelo Secretário da Mesa.

#### CAPÍTULO II DA DIVULGAÇÃO DO REGIMENTO E DE SUA REFORMA

Art. 258 – A Secretaria da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando cópias à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, ao Governador do Estado, ao Presidente da Assembleia Legislativa, a cada um dos Vereadores e às Instituições interessadas em assuntos municipais.

Art. 259 – Ao fim de cada ano legislativo a secretaria da Câmara, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, elaborará e publicará separata a este Regimento, contendo as deliberações regimentais tomadas pelo Plenário, com eliminação dos dispositivos revogados e os precedentes regimentais firmados.

Art. 260 – Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da Edilidade mediante proposta:

I – de 1/3 (um terço) no mínimo dos Vereadores;

II – da Mesa; e

III – de uma das Comissões da Câmara.

#### TÍTULO IX DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA

Art. 261 – Os serviços administrativos da Câmara incumbem à sua Secretaria e reger-se-ão por ato regularmente próprio baixado pelo Presidente.

Art. 262 – As determinações do Presidente à Secretaria sobre expediente serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos servidores sobre o desempenho de suas atribuições constarão de portarias.

Art. 263 – A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, bem como preparará os expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 264 – Os papéis da Câmara serão confeccionados em tamanho oficial e timbrados com símbolos identificativo, conforme ato da Presidência.

Art. 265 – As despesas da Câmara, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias, consignadas no orçamento do Município e dos créditos adicionais, serão ordenadas pelo Presidente da Câmara.

Art. 266 – A movimentação financeira dos recursos orçamentários da Câmara será efetuada em instituições financeiras oficiais, cabendo à tesouraria movimentar os recursos que lhe foram liberados.

Art. 267 – As despesas miúdas de pronto pagamento definidas em Lei específica poderão ser pagas mediante a adoção do regime de adiantamento.

Art. 268 – A contabilidade da Câmara encaminhará as suas demonstrações até dia 15 (quinze) de cada mês, para fins de incorporação à contabilidade central da Prefeitura.

#### TÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 269 – A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 270 – Nos dias de Sessões deverão estar hasteadas, no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação Federal.

Art. 271 – Não haverá expediente do Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Município.

Art. 272 – Os prazos previstos neste Regimento são contínuos e irrelevantes, contando-se o dia de seu começo e o de seu término e somente se suspendendo por motivo de recesso.

Art. 273 – A data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art. 274 – Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 275 – Revogadas as disposições que o contrariem.

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, 28 de outubro de 1993.

ERNANI WOGGINAKI  
PRESIDENTE

SAULO PINTO SABATINI  
VICE-PRESIDENTE

SÉRGIO JARSCHER  
1º SECRETÁRIO

ORLANDO DOS SANTOS  
2º SECRETÁRIO

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2017

EXTRATO DE CONTRATO 02/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: E & E CONFECÇÕES LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de uniformes escolares para os alunos matriculados na Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander do município de Treze Tílias, para o ano letivo de 2017, conforme Anexo I do edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preços nº 77/2016

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias previstas para 2017.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 22.246,50 (Vinte e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: A vigência da será até 31/12/2017, contados da data da assinatura.

DATA ASSINATURA: 16/01/2017

TREZE TÍLIAS, 16/01/2017

### PORTARIA Nº 23/2017

PORTARIA Nº 023/17 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias no uso de suas atribuições, e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, os senhores(as) abaixo relacionados(as) para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO com a finalidade específica de avaliar os veículos abaixo descritos, pertencentes a Secretaria de Transportes e Obras:

- Veículo marca VW modelo Gol 1.6 (Placas MHU 0936)
- Veículo marca VW modelo Gol 1.0 (Placas MHT 8236)
- Veículo marca VW modelo Gol (Placas MBS 5932)
- Veículo marca VW modelo Saveiro (Placas MDB 3290)
- Motocicleta marca Honda modelo CG 125 (Placas MDY 9241)
- Trator de pneu marca Valmet 78 cor amarela
- Trator de pneu marca Yanmar 1050D cor vermelha
- Trator de pneu marca Agrale 5085A cor cinza (Ano 2010)
- Trator de pneu marca Tramontini T 8075-4 série Brasil 4x4 cor vermelha (Ano 12/12)

COMISSÃO:

- Rafael Hensel;
- Edson Ancillero;
- Jorge Kandler;
- Werner José Felder;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC) 16 de janeiro de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário Mun. de Administração e Finanças



# Tunápolis

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO AOS PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2017,04/2017,05/2017 COMUNICA ERRATA NO EDITAL, PUBLICADO NO DIA 13/01/2017.

Aviso de retificação aos PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2017,04/2017,05/2017

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 13/01/2017.

Onde se lê: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2017 e PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2017 e PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2017 e PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017.

leia –se: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2017 e PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2017 e PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2017 e PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017.

"Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 18 de janeiro de 2017.

SHEILA INÊS BIEGER  
Pregoeira

### CREDENCIAMENTO 02/2017

Credenciamento 02/2017

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para o conhecimento dos interessados, para efeitos do artigo 25, caput e na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 1872/2017 de 17 de janeiro de 2017 se acha aberto o processo de credenciamento de pessoas jurídicas na área de saúde, para prestação de serviços em exames laboratoriais de acordo com a tabela do SUS, desenvolvido pela Secretaria Municipal da Saúde de Tunápolis.

Entrega das propostas e Credenciamento a partir do dia 18 de janeiro de 2017 no horário de expediente do município de Tunápolis.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 17 de janeiro de 2017

Clarice Weis Staub  
Secretária Municipal do Fundo Municipal da Saúde.

### MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 02/2017

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 02/2017

O Município de Tunápolis - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste, o processo de credenciamento de pessoas jurídicas na área de saúde, para prestação de serviços em exames laboratoriais de acordo com a tabela do SUS, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal 1872/2017 de 17 de janeiro de 2017, cujo procedimento obedecerá às seguintes condições regulamentares:

#### 1. DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente edital é o de credenciar empresas prestadoras de serviços, para exames laboratoriais de acordo com a tabela do SUS, no atendimento a pacientes do Município de Tunápolis, conforme segue:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Análise de Caracteres Físicos, elementos e sedimentos na urina (EQU) (0202050017)	UNID.	1200	3,70	4.440,00
2	Antibiograma (0202080013)	UNID.	150	4,98	747,00
3	Cultura de Bactérias para Identificação (0202080080)	UNID.	400	5,62	2.248,00
4	Determinação de fator reumatóide (0202030075)	UNID.	200	2,83	566,00
5	Determinação de tempo de coagulação (0202020070)	UNID.	100	2,73	273,00



6	Determinação de tempo e atividade da protrombina (TAP) (0202020142)	UNID.	450	2,73	1.228,50
7	Determinação de Velocidade de Hemossedimentação (VHS) (0202020150)	UNID.	300	2,73	819,00
8	Determinação direta e reversa de grupo ABO (0202120023)	UNID.	50	1,37	68,50
9	Fator RH (0202120082)	UNID.	50	1,37	68,50
10	Determinação do tempo de tromboplastina ativada (KTTP) (0202020134)	UNID.	600	5,77	3.462,00
11	Dosagem de Acido Úrico (0202010120)	UNID.	300	1,85	555,00
12	PSA Total e Livre	UNID.	600	18,59	11.154,00
13	Dosagem de Bilirrubina total e frações (0202010201)	UNID.	150	2,01	301,50
14	Dosagem de Colesterol Total (0202010295)	UNID.	3500	1,85	6.475,00
15	Dosagem de Colesterol HDL (0202010279)	UNID.	3500	3,51	12.285,00
16	Dosagem de Colesterol LDL (0202010287)	UNID.	3500	3,51	12.285,00
17	Dosagem de Creatinina (0202010317)	UNID.	3500	1,85	6.475,00
18	Dosagem de Fosfatase Alcalina (0202010422)	UNID.	100	2,01	201,00
19	Dosagem de Glicose (0202010473)	UNID.	3500	1,85	6.475,00
20	Beta HCG - Dosagem de Gonadotrofina Corionica Humana (0202060217)	UNID.	50	7,85	392,50
21	Dosagem de Proteina C Reativa (0202030202)	UNID.	100	2,83	283,00
22	Dosagem detriglicerideos (0202010678)	UNID.	3500	3,51	12.285,00
23	Dosagem de Ureia (0202010694)	UNID.	2500	1,85	4.625,00
24	Hemograma completo (0202020380)	UNID.	4000	4,11	16.440,00
25	Aslo - Pesquisa de anticorpos Antiestreptolisina (0202030474)	UNID.	100	2,83	283,00
26	Pesquisa de Anticorpos Anti HIV-1 +HIV-2 (Elisa)(0202030300)	UNID.	300	10,00	3.000,00
27	Pesquisa de Anticorpos IGG Antitoxoplasma (0202030768)	UNID.	150	16,97	2.545,50
28	Pesquisa de Anticorpos IGM Antitoxoplasma (0202030873)	UNID.	150	18,55	2.782,50
29	HBSAG - Pesquisa de Antigeno de Superfície do Virus da Hepatite B (0202030970)	UNID.	300	18,55	5.565,00
30	Teste de VDRL p/ detecção de Sífilis (0202031110)	UNID.	100	2,83	283,00
31	Teste de VDRL p/ detecção de Sífilis em Gestante (0202031179)	UNID.	150	2,83	424,50
32	Teste Indireto de Antiglobulina Humana - TIA (0202120090)	UNID.	30	2,73	81,90
33	Determinação de curva Glicemica Classica 5 dosagens(0202010074)	UNID.	30	10,00	300,00
34	Dosagem de Transaminase Glutaminico-oxalacetica (TGO) (0202010643)	UNID.	2000	2,01	4.020,00
35	Dosagem de Transaminase Glutamico-piruvica (TGP) (0202010651)	UNID.	2000	2,01	4.020,00
36	Pesquisa de ovos e Cistos de Parasitas (0202040127)	UNID.	50	1,65	82,50
37	Contagem de Plaquetas (0202020029)	UNID.	500	2,73	1.365,00
38	Hemoglobina glicosilada (0202010503)	UNID.	150	7,86	1.179,00

39	Pesquisa de Anticorpos Contra Antígeno de Superfície do Virus da Hepatite B - Anti HBS (0202030636)	UNID.	50	18,55	927,50
39	Baciloscopia Direta p/ BAAR Tuberculose (diagnostico) (0202080048)	UNID.	50	4,20	210,00
40	Baciloscopia Direta p/ BAAR Tuberculose (controle) (0202080064)	UNID.	50	4,20	210,00
41	Eritrograma (eritrocitos, hemoglobina, hematocrito) (0202020363)	UNID.	20	2,73	54,60
42	Hematocrito (0202020371)	UNID.	20	1,53	30,60
43	Dosagem de Hemoglobina (0202020304)	UNID.	20	1,53	30,60
44	Pesquisa de Sangue Oculto nas Fezes (0202040143)	UNID.	50	1,65	82,50
45	Dosagem de Proteínas (0202050114)	UNID.	50	2,04	102,00
46	Exame microbiológico a fresco do conteúdo cervic0-vagina (0211040037)	UNID.	20	2,80	56,00
47	Determinação de tempo de sangramento -duke (0202020096)	UNID.	30	2,73	81,90
48	Leucograma (0202020398)	UNID.	20	2,73	54,60
49	Dosagem de hormônio tireoestimulante (tsh)(0202060250)	UNID.	50	8,96	448,00
50	Dosagem de fenilalanina e tsh ou t4(0202110052)	UNID.	20	12,10	242,00
51	Determinação de t3 reverso (0202060039)	UNID.	20	14,69	293,80
	TOTAL GERAL			132.908,50	

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Para participar deste certame é necessário conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital e apresentar os documentos exigidos, conforme especificado no item 4.

2.2. Não serão admitidas:

2.2.1. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.2.2. Os interessados que por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou; e

2.2.3. Os interessados inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao Município.

2.3. Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse da Empresa em participar do presente credenciamento, implicará na submissão às normas vigentes e todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

## 3. DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento permanecerá aberto durante todo o prazo e nos termos estabelecidos no item 10, para as pessoas jurídicas habilitadas, observado os critérios de interesse público, e as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. A habilitação ocorrerá após apresentação dos documentos exigidos no item 4, observadas as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, o Fundo Municipal de Saúde fornecerá à pessoa jurídica Certificado de Credenciamento. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão de Credenciamento, no Setor de Compras do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do indeferimento.

3.4. Os documentos da habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado em que conste:

Município de Tunápolis  
Fundo Municipal de Saúde  
AVISO DE CREDENCIAMENTO N.02/2017  
ENVELOPE N . 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
(Razão Social ou nome do Licitante)

3.5. Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis – SC., na Rua João Castilho, 111, no setor de compras e licitação, no horário das 07:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:00 hrs às 17:00 hrs, de segunda a sexta-feira.

3.5.1. Os documentos da habilitação não poderão ser remetidos via e-mail([compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br))

3.6. O interessado em se credenciar deverá apresentar a Solicitação de Credenciamento conforme modelo identificado como ANEXO I a este edital, devendo neste identificar para quais os itens quer se credenciar.

#### 4. DA HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS EXIGIDOS

4.1. Para participarem do processo de credenciamento, deverão os proponentes interessados apresentar em envelope lacrado, os documentos a seguir relacionados:

##### 4.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e respectivas alterações contratuais.

##### 4.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

##### 4.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

##### 4.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal.

b) Comprovante de habilitação na especialidade credenciada.

4.1.5 – Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Obs.: Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Itapiranga - SC., ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

A Comissão de Licitações farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

Caso a validade não conste nas certidões, estas serão consideradas válidas por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

#### 5. DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1. O Município pagará pelos serviços prestados, os valores constantes da Tabela de Referência do SUS.

5.2. O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados.

5.3. É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa à tabela adotada, em qualquer hipótese, do paciente ou do Município, quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.

5.4. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da Tabela de Referência do SUS, na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## 6. CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados nos termos e condições previstas neste edital.

6.2. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação da Requisição do Exame, documento de identidade ou documento compatível, acompanhada da autorização emitida pela Secretaria de Saúde.

6.3. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior; aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie.

6.4. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício.

6.5. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual.

6.6. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

7.1. A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os exames laboratoriais para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde.

7.2. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde.

7.3. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal;

7.4. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

7.5. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

7.6. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros.

7.7. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo.

7.8. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

7.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados.

7.10. Na execução das atividades objeto deste Edital, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais pacientes.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1. A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas.

8.2. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços.

8.3. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz.

8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços.

8.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### 9. DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

9.1. As obrigações decorrentes da execução dos serviços a serem firmados entre a Administração Pública e a Credenciada, serão formalizadas através de Termo de Credenciamento, observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e na legislação vigente;

9.2 - O Termo de Credenciamento deverá ser assinado, no máximo, dentro de 10 (dez) dias após a convocação.

#### 10. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

10.1. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2017, podendo qualquer pessoa jurídica do ramo, durante esse prazo, e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério do Fundo Municipal de Saúde.

#### 11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS

11.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (10) do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis, do ano de 2017.

11.2 - Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 12. DO DESCRENCIAMENTO

12.1. O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas, para os atendimentos constantes neste Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos pacientes, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

- A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

#### 14. ESCLARECIMENTOS

14.1. O Aviso de credenciamento e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, sendo que quaisquer informações e esclarecimentos adicionais relativos a este procedimento deverão ser solicitados durante horário comercial, sendo das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3632-1122, ou ainda pelo e-mail: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

14.2. A CPL terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder ao questionamento.

14.3. Se a solução dada ao questionamento motivar alterações no presente Edital de Chamamento, as Empresas participantes serão imediatamente informadas.

#### 15. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

15.1. O presente Aviso de Credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 16. DA IMPUGNAÇÃO AO CHAMAMENTO

16.1. Qualquer cidadão ou Empresa poderá impugnar o presente Edital de Chamamento por eventuais irregularidades, devendo protocolar seu pedido conforme disposto no artigo 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. À Comissão de Licitações, além do recebimento e exame da documentação e das propostas, caberá o julgamento e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como dirimir sobre dúvidas ou omissões.

17.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Aviso de Credenciamento.

17.3. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da Empresa interessada ou por Procurador legalmente habilitado.

17.4. O proponente credenciado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do Termo de Credenciamento, conforme minuta identificada como ANEXO II a este edital, fazendo dele parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

17.5 - Integram este Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo da Solicitação de Credenciamento

ANEXO II – Minuta do Termo de Credenciamento

TUNÁPOLIS – SC., ..... de Janeiro de 2017

CLARICE WEIS STAUB

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Assessoria Jurídica

#### ANEXO I

#### MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

AO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2017

A empresa ....., CNPJ nº ....., com sede e foro na ..... (rua,etc) da cidade de ....., Estado de ....., por seu representante legal, Sr ....., portado do CPF nº ....., ..... (cargo/função), residente e domiciliado ....., que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços consistentes na realização dos Exames Laboratoriais a seguir relacionados:

ITEM	EXAME
01	
02	
03	

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de chamamento para Credenciamento de Empresas Prestadoras de serviços em exames.

Atenciosamente

Representante legal

#### ANEXO II



**MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo Gestora Sra. CLARICE WEIS STAUB, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis- SC, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa ....., com sede na Rua ....., nesta cidade de ..... inscrito no CNPJ/MF sob nº ....., neste ato representado por ....., brasileiro, ....., residente e domiciliado na cidade e Município de ....., inscrito no CPF/MF sob nº ....., RG nº ....., e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de exames laboratoriais para a população do Município de Tunápolis - SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 002/2017 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto o credenciamento para prestação de serviços de exames laboratoriais de acordo com a tabela do SUS para a população do Município de Tunápolis - SC., a saber:

ITEM	EXAME
01	.....
02	.....

**CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação da Requisição do Exame, documento de identidade ou documento compatível, acompanhada da autorização emitida pela Secretaria de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou desc credenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

O Município pagará pelos serviços prestados, os valores constantes da Tabela de Referência do SUS. O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da Tabela de Referência do SUS, na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO** - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (10) do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis, do ano de 2017.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS**

A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os exames laboratoriais para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO**

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31/12/2017 podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC.,

Contratante                      Contratada

**TESTEMUNHAS:**

Nome:                              Nome:  
CPF:                                CPF:

Assessoria Jurídica

# **MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 02/2017**

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 02/2017

O Município de Tunápolis - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste, o processo de credenciamento de pessoas jurídicas na área de saúde, para prestação de serviços em exames laboratoriais de acordo com a tabela do SUS, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal 1872/2017 de 17 de janeiro de 2017, cujo procedimento obedecerá às seguintes condições regulamentares:

## **1. DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente edital é o de credenciar empresas prestadoras de serviços, para exames laboratoriais de acordo com a tabela do SUS, no atendimento a pacientes do Município de Tunápolis, conforme segue:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Análise de Caracteres Físicos, elementos e sedimentos na urina (EQU) (0202050017)	UNID.	1200	3,70	4.440,00
2	Antibiograma (0202080013)	UNID.	150	4,98	747,00
3	Cultura de Bactérias para Identificação (0202080080)	UNID.	400	5,62	2.248,00
4	Determinação de fator reumatóide (0202030075)	UNID.	200	2,83	566,00
5	Determinação de tempo de coagulação (0202020070)	UNID.	100	2,73	273,00
6	Determinação de tempo e atividade da protrombina (TAP) (0202020142)	UNID.	450	2,73	1.228,50
7	Determinação de Velocidade de Hemossedimentação (VHS) (0202020150)	UNID.	300	2,73	819,00
8	Determinação direta e reversa de grupo ABO (0202120023)	UNID.	50	1,37	68,50
9	Fator RH (0202120082)	UNID.	50	1,37	68,50
10	Determinação do tempo de tromboplastina ativada (KTP) (0202020134)	UNID.	600	5,77	3.462,00
11	Dosagem de Acido Úrico (0202010120)	UNID.	300	1,85	555,00
12	PSA Total e Livre	UNID.	600	18,59	11.154,00
13	Dosagem de Bilirrubina total e frações (0202010201)	UNID.	150	2,01	301,50
14	Dosagem de Colesterol Total (0202010295)	UNID.	3500	1,85	6.475,00
15	Dosagem de Colesterol HDL (0202010279)	UNID.	3500	3,51	12.285,00
16	Dosagem de Colesterol LDL (0202010287)	UNID.	3500	3,51	12.285,00
17	Dosagem de Creatinina (0202010317)	UNID.	3500	1,85	6.475,00
18	Dosagem de Fosfatase Alcalina (0202010422)	UNID.	100	2,01	201,00
19	Dosagem de Glicose (0202010473)	UNID.	3500	1,85	6.475,00
20	Beta HCG - Dosagem de Gonadotrofina Corionica Humana (0202060217)	UNID.	50	7,85	392,50
21	Dosagem de Proteina C Reativa (0202030202)	UNID.	100	2,83	283,00
22	Dosagem detriglicerideos (0202010678)	UNID.	3500	3,51	12.285,00
23	Dosagem de Ureia (0202010694)	UNID.	2500	1,85	4.625,00
24	Hemograma completo (0202020380)	UNID.	4000	4,11	16.440,00
25	Aslo - Pesquisa de anticorpos Antiestreptolisina (0202030474)	UNID.	100	2,83	283,00
26	Pesquisa de Anticorpos Anti HIV-1 +HIV-2 (Elisa)(0202030300)	UNID.	300	10,00	3.000,00
27	Pesquisa de Anticorpos IGG Antitoxoplasma (0202030768)	UNID.	150	16,97	2.545,50

28	Pesquisa de Anticorpos IGM Antitoxoplasma (0202030873)	UNID.	150	18,55	2.782,50
29	HBSAG - Pesquisa de Antígeno de Superfície do Virus da Hepatite B (0202030970)	UNID.	300	18,55	5.565,00
30	Teste de VDRL p/ detecção de Sífilis (0202031110)	UNID.	100	2,83	283,00
31	Teste de VDRL p/ detecção de Sífilis em Gestante (0202031179)	UNID.	150	2,83	424,50
32	Teste Indireto de Antiglobulina Humana - TIA (0202120090)	UNID.	30	2,73	81,90
33	Determinação de curva Glicêmica Classica 5 dosagens(0202010074)	UNID.	30	10,00	300,00
34	Dosagem de Transaminase Glutaminico-oxalacetica (TGO) (0202010643)	UNID.	2000	2,01	4.020,00
35	Dosagem de Transaminase Glutamico-piruvica (TGP) (0202010651)	UNID.	2000	2,01	4.020,00
36	Pesquisa de ovos e Cistos de Parasitas (0202040127)	UNID.	50	1,65	82,50
37	Contagem de Plaquetas (0202020029)	UNID.	500	2,73	1.365,00
38	Hemoglobina glicosilada (0202010503)	UNID.	150	7,86	1.179,00
39	Pesquisa de Anticorpos Contra Antígeno de Superfície do Virus da Hepatite B - Anti HBS (0202030636)	UNID.	50	18,55	927,50
39	Baciloscopia Direta p/ BAAR Tuberculose (diagnostico) (0202080048)	UNID.	50	4,20	210,00
40	Baciloscopia Direta p/ BAAR Tuberculose (controle) (0202080064)	UNID.	50	4,20	210,00
41	Eritrograma (eritrocitos, hemoglobina, hematocrito) (0202020363)	UNID.	20	2,73	54,60
42	Hematocrito (0202020371)	UNID.	20	1,53	30,60
43	Dosagem de Hemoglobina (0202020304)	UNID.	20	1,53	30,60
44	Pesquisa de Sangue Oculto nas Fezes (0202040143)	UNID.	50	1,65	82,50
45	Dosagem de Proteínas (0202050114)	UNID.	50	2,04	102,00
46	Exame microbiológico a fresco do conteúdo cervic0-vagina (0211040037)	UNID.	20	2,80	56,00
47	Determinação de tempo de sangramento -duke (0202020096)	UNID.	30	2,73	81,90
48	Leucograma (0202020398)	UNID.	20	2,73	54,60
49	Dosagem de hormônio tireoestimulante (tsh)(0202060250)	UNID.	50	8,96	448,00
50	Dosagem de fenilalanina e tsh ou t4(0202110052)	UNID.	20	12,10	242,00
51	Determinação de t3 reverso (0202060039)	UNID.	20	14,69	293,80
	TOTAL GERAL			132.908,50	

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Para participar deste certame é necessário conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital e apresentar os documentos exigidos, conforme especificado no item 4.

2.2. Não serão admitidas:

2.2.1. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.2.2. Os interessados que por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou; e

2.2.3. Os interessados inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao Município.

2.3. Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse da Empresa em participar do presente credenciamento, implicará na submissão às normas vigentes e todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

### 3. DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento permanecerá aberto durante todo o prazo e nos termos estabelecidos no item 10, para as pessoas jurídicas habilitadas, observado os critérios de interesse público, e as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. A habilitação ocorrerá após apresentação dos documentos exigidos no item 4, observadas as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, o Fundo Municipal de Saúde fornecerá à pessoa jurídica Certificado de Credenciamento. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão de Credenciamento, no Setor de Compras do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do indeferimento.

3.4. Os documentos da habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado em que conste:

Município de Tunápolis  
Fundo Municipal de Saúde  
AVISO DE CREDENCIAMENTO N.02/2017  
ENVELOPE N . 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
(Razão Social ou nome do Licitante)

3.5. Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis – SC., na Rua João Castilho, 111, no setor de compras e licitação, no horário das 07:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:00 hrs às 17:00 hrs, de segunda a sexta-feira.

3.5.1. Os documentos da habilitação não poderão ser remetidos via e-mail([compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br))

3.6. O interessado em se credenciar deverá apresentar a Solicitação de Credenciamento conforme modelo identificado como ANEXO I a este edital, devendo neste identificar para quais os itens quer se credenciar.

### 4. DA HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS EXIGIDOS

4.1. Para participarem do processo de credenciamento, deverão os proponentes interessados apresentar em envelope lacrado, os documentos a seguir relacionados:

#### 4.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e respectivas alterações contratuais.

#### 4.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

#### 4.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

#### 4.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal.

b) Comprovante de habilitação na especialidade credenciada.

4.1.5 – Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezois anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Obs.: Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Itapiranga - SC., ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

A Comissão de Licitações farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

Caso a validade não conste nas certidões, estas serão consideradas válidas por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

## 5. DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1. O Município pagará pelos serviços prestados, os valores constantes da Tabela de Referência do SUS.

5.2. O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados.

5.3. É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa à tabela adotada, em qualquer hipótese, do paciente ou do Município, quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.

5.4. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da Tabela de Referência do SUS, na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## 6. CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados nos termos e condições previstas neste edital.

6.2. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação da Requisição do Exame, documento de identidade ou documento compatível, acompanhada da autorização emitida pela Secretaria de Saúde.

6.3. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie.

6.4. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício.

6.5. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual.

6.6. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

7.1. A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os exames laboratoriais para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde.

7.2. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde.

7.3. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal;

7.4. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

7.5. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

7.6. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros.



7.7. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo.

7.8. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

7.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados.

7.10. Na execução das atividades objeto deste Edital, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais pacientes.

#### 8. DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1. A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas.

8.2. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços.

8.3. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz.

8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços.

8.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### 9. DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

9.1. As obrigações decorrentes da execução dos serviços a serem firmados entre a Administração Pública e a Credenciada, serão formalizadas através de Termo de Credenciamento, observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e na legislação vigente;

9.2 - O Termo de Credenciamento deverá ser assinado, no máximo, dentro de 10 (dez) dias após a convocação.

#### 10. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

10.1. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2017, podendo qualquer pessoa jurídica do ramo, durante esse prazo, e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério do Fundo Municipal de Saúde.

#### 11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS

11.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (10) do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis, do ano de 2017.

11.2 - Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 12. DO DESCRENCIAMENTO

12.1. O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas, para os atendimentos constantes neste Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos pacientes, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

- A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

#### 14. ESCLARECIMENTOS

14.1. O Aviso de credenciamento e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, sendo que quaisquer informações e esclarecimentos adicionais relativos a este procedimento deverão ser solicitados durante horário comercial, sendo das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3632-1122, ou ainda pelo e-mail: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

14.2. A CPL terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder ao questionamento.

14.3. Se a solução dada ao questionamento motivar alterações no presente Edital de Chamamento, as Empresas participantes serão imediatamente informadas.

#### 15. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

15.1. O presente Aviso de Credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 16. DA IMPUGNAÇÃO AO CHAMAMENTO

16.1. Qualquer cidadão ou Empresa poderá impugnar o presente Edital de Chamamento por eventuais irregularidades, devendo protocolar seu pedido conforme disposto no artigo 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. À Comissão de Licitações, além do recebimento e exame da documentação e das propostas, caberá o julgamento e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como dirimir sobre dúvidas ou omissões.

17.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Aviso de Credenciamento.

17.3. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da Empresa interessada ou por Procurador legalmente habilitado.

17.4. O proponente credenciado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do Termo de Credenciamento, conforme minuta identificada como ANEXO II a este edital, fazendo dele parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

17.5 - Integram este Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo da Solicitação de Credenciamento

ANEXO II – Minuta do Termo de Credenciamento

TUNÁPOLIS – SC., ..... de Janeiro de 2017

CLARICE WEIS STAUB

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Assessoria Jurídica

ANEXO I

## MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

AO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2017

A empresa ....., CNPJ nº ....., com sede e foro na ..... (rua,etc) da cidade de ....., Estado de ....., por seu representante legal, Sr ....., portado do CPF nº ....., ..... (cargo/função), residente e domiciliado ....., que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços consistentes na realização dos Exames Laboratoriais a seguir relacionados:

ITEM	EXAME
01	
02	
03	

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de chamamento para Credenciamento de Empresas Prestadoras de serviços em exames.

Atenciosamente

Representante legal

## ANEXO II

## MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo Gestora Sra. CLARICE WEIS STAUB, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis- SC, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa ....., com sede na Rua ....., nesta cidade de ..... inscrito no CNPJ/MF sob nº ....., neste ato representado por ....., brasileiro, ....., residente e domiciliado na cidade e Município de ....., inscrito no CPF/MF sob nº ....., RG nº ....., e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de exames laboratoriais para a população do Município de Tunápolis - SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 002/2017 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto o credenciamento para prestação de serviços de exames laboratoriais de acordo com a tabela do SUS para a população do Município de Tunápolis - SC., a saber:

ITEM	EXAME
01	.....
02	.....

**CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação da Requisição do Exame, documento de identidade ou documento compatível, acompanhada da autorização emitida pela Secretaria de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

O Município pagará pelos serviços prestados, os valores constantes da Tabela de Referência do SUS. O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da Tabela de Referência do SUS, na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO** - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (10) do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis, do ano de 2017.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS**

A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os exames laboratoriais para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO**

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31/12/2017 podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC.,

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Assessoria Jurídica

# Turvo

## PREFEITURA

### PORTARIA 014/2017

PORTARIA Nº 014/17, de 09 de Janeiro de 2017.

ADMITE MÉDICO E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 09/11 de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

Considerando o término do Programa Mais Médicos com o Governo de Cuba e a necessidade de substituir os dispensados,

#### RESOLVE

Art. 1º - Admitir a servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Sara Fernandes Silva Vieira 017.683.025-10

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 09 de Janeiro de 2017 e encerrará em 08 de Abril de 2017.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de serviços Gerais I, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Luciana Carla de Jesus 011.707.415-25

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciará em 09 de Janeiro de 2017 e encerrará em 22 de Dezembro de 2017.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 015/2017

PORTARIA Nº 015/17, de 12 de Janeiro de 2017.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. ARISTIDES SPILERE, CPF nº 298.559.859-15, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de

Transportes, Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os subsídios estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Nomear a Sra. FRANSUELI FABRI DORDETE, CPF nº 078.714.369-37, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 016/2017

PORTARIA Nº 016/17, de 13 de Janeiro de 2017.

ADMITE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando a necessidade de abrir a Creche Maria M. Sartor durante o mês de Janeiro,

#### RESOLVE

Art. 1º - Admitir as servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Vanderlene da Silva Tomé Manenti 814.075.059-04

Cristiane Cardoso Machado 019.433.739-14

Art. 2º - Admitir as servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercerem a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Bruna Gonçalves Amaro 094.884.069-25

Jucélia Premoli 863.064.649-72

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º e 2º desta Portaria, iniciará em 13 de Janeiro de 2017 e encerrará em 31 de Janeiro de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.



Turvo (SC), 13 de janeiro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

# Urussanga

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA

ATA DE INSTALAÇÃO DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA / TERMO DE POSSE. Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às vinte horas, na sede da Sociedade Recreativa Urussanga, compareceram os Agentes Políticos eleitos em dois de outubro de dois mil e dezessete e Diplomados pela Justiça eleitoral da 34ª zona, no dia quinze de dezembro de dois mil e dezessete, para instalarem a Décima Oitava Legislatura e tomarem posse dos respectivos cargos. Assumiu a Presidência Interina, conforme determina o art. 21, § 3º da Lei Orgânica do Município, por ter mais recentemente exercido cargo hierárquico na Mesa, a Vereadora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori/PMDB. Ocuparam seus respectivos lugares os Senhores Elson Roberto Ramos/PMDB, Gilson Casagrande/PP, Jair Nandi/PSD, João Batista Bom/PDT, José Carlos José/PP, Marcos Roberto Silveira/PT, Odivaldo Bonetti/PP, Vanderlei Marcírio/PMDB, Vereadores Eleitos. A Mesa de Autoridades foi composta, além da Presidente e Secretário Provisórios, pelo Excelentíssimo Senhor Johnny Felipe, Prefeito de Urussanga no período de 2013 a 2016; pelos Senhor Luiz Henrique Martins, Vice-Prefeito de Urussanga no período de 2013 a 2016, e pelo Senhor Luiz Carlos Zen, Prefeito de Urussanga no período de 2005 a 2012. Ato contínuo foi anunciada a presença dos eleitos Luis Gustavo Cancellier, Prefeito, e Décio da Silva, Vice-Prefeito, que acompanhados por suas esposas, tomaram assento nos lugares que lhes foram reservados. A Presidente interina designou seu colega Marcos Roberto Silveira/PT para secretariar os trabalhos desta Sessão. Em continuidade, a cerimonialista agradeceu, em nome do Poder Legislativo, as demais autoridades presentes. A Presidente Interina declarou aberta a Sessão, fazendo um breve comentário sobre a atual situação econômica e política do país, e sobre a exposição cultural sobre os vinte e cinco anos do Gemellaggio entre Urussanga e Longarone. Na sequência a Orquestra Municipal executou o Hino Nacional Brasileiro. Foi informado que os eleitos entregaram as documentações exigidas por Lei a Secretaria Administrativa da Casa Legislativa e que após análise verificou-se que os mesmos estão aptos a posse. Os participantes foram convidados a acompanharem os históricos fotográfico e biográfico de cada Vereador eleito, que foi apresentado através de um áudio. Os Vereadores eleitos foram convidados para, de pé, e voltados ao Pavilhão Nacional, proferirem o seguinte compromisso: "Por minha honra e por minha Pátria, prometo, solenemente, manter, defender, e cumprir a Lei Orgânica do Município, as Constituições Federal e Estadual e as demais leis, bem como desempenhar com zelo o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso e bem-estar geral dos munícipes." Proferido o compromisso, o Secretário Provisório chamou os eleitos, para formalizarem, individualmente, o Juramento declarando: "Assim o Prometo" e assinar o Termo de Posse. Além disso, cada Vereador empossado recebeu uma pasta contendo uma agenda da Câmara Municipal de Urussanga, ano 2017, uma caneta personalizada, um botão do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, conforme seu cargo, e um DVD com o vídeo de seu perfil biográfico. Seguidamente foi apresentado aos presentes, através de áudio, um histórico fotográfico e biográfico do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e os mesmos foram convidados a proferirem o seguinte Juramento: "Por minha honra e por minha Pátria, prometo, solenemente manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município de Urussanga, as Constituições Federal e Estadual e as demais leis, bem como desempenhar com zelo o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso e bem estar geral dos munícipes." Assinando o Termo de Posse, a Presidente Interina, declarou-os empossados. Na sequência foi passada a palavra ao Vereador Jair Nandi/PSD, para falar em nome do Poder Legislativo. Inicialmente cumprimentou a todos e agradeceu a Deus por tudo que estava acontecendo. Agradeceu a oportunidade de poder estar falando em nome da Casa Legislativa, e deu as boas vindas aos demais Vereadores empossados. Cumprimentou a imprensa de um modo geral, todos os familiares presentes, entidades civis e religiosas e o judiciário. Cumprimentou o ex-prefeito Johnny e seu vice-prefeito Luiz Henrique, bem como todos os servidores pela condução da cidade nesses quatro anos. Desejou sucesso ao Prefeito empossado Luis Gustavo Cancellier e ao seu vice Décio da Silva, e disse que podem contar com o Legislativo nas ações que visem o bem comum. Destacou uma citação do político Ulisses Guimarães, o qual tem muita admiração, onde dizia que a política não tem função hepática, política não se faz com ódio e sim com debate, e fundamentalmente ouvir as pessoas sempre. Falou que a Casa Legislativa tem como função primordial, além de cuidar do dinheiro público e legislar, ouvir as pessoas e sempre ter muito diálogo. Disse que os Vereadores ouvirão as pessoas, sejam entidades públicas ou entidades privadas. Enfatizou que não serão os donos da verdade e nem da moral, mas que reconhecem nas pessoas de Urussanga a expressão da vontade popular, porque foram elas que os elegeram e é para elas que precisam trabalhar, por isso precisam tratar a todos com respeito e dignidade. Destacou que essa noite é especial, pois ocupar uma cadeira no Poder Legislativo é uma grande honra. Disse que não concorda com aqueles que criticam a política para se sobressair e se estão ocupando esse lugar é porque são apaixonados pelo que fazem. Falou que tem certeza que através da política os Vereadores podem buscar ferramentas para transformar a vida das pessoas, e disse que nessa Casa existe vários exemplos de pessoas que através de uma política séria e transparente, melhoram a vida das pessoas do seu tempo. Falou da situação do país que esta em crise e há uma descrença grande da população em relação a classe política, mas que este é momento de fazer uma mudança em relação a isso. Destacou que a relação do homem público não acaba nas urnas, mas se perpetua e devem estar preparados para as novas demandas. Disse que todos os empossados nesta noite têm um compromisso com a democracia, e de fazer a população acreditar nos políticos e nas entidades democráticas, em especial esse Poder Legislativo, porque esse Poder e a democracia estão diretamente ligados, porque o Legislativo é o esteio da democracia, é o fiador da normalidade institucional. Destacou que o fortalecimento da Casa Legislativa não esta somente na pessoa do Presidente, e sim em todos os Vereadores e todos os cidadãos. Também falou que em muito momentos é importante mostrar as feridas desse Poder para poder construir o novo. Finalizou desejando um Feliz 2017 a todos os urussanguenses, e que esperem do Poder Legislativo e Executivo muito trabalho em prol da cidade de Urussanga. Também deixou sua mensagem o Senhor Luis Gustavo Cancellier, Prefeito empossado. O Prefeito iniciou sua fala cumprimentando a todos os presentes, Vereadores empossados, autoridades da mesa, imprensa em geral e familiares. Disse que era com muita honra que estavam assumindo a responsabilidade de governar pelos próximos quatro anos a cidade de Urussanga, e que se estavam aqui hoje, foi graças a confiança do povo que acreditou em suas propostas e apostaram na vontade de fazer de Urussanga uma cidade melhor para todos. Destacou que estava falando em seu nome e em nome do seu vice Décio da Silva. Falou que toda história é composta por fatos e personagens e que há momentos especiais em nossas vidas, que nem os mais sábios escritores conseguem expressar em letras e frases, sendo que este é um desses momentos. Destacou que foi com a permissão de Deus, e guiados por suas mãos durante a campanha, que conseguiram chegar até aqui, e que tem certeza que ele os acompanhara durante o mandato. Disse que essa posse materializa o objetivo que se tornou possível no dia da eleição em dois de outubro de 2016, quando os urussanguenses confiaram em sua proposta. Enfatizou que foi uma campanha limpa e

propositiva, e que a vitória trouxe alguns compromissos, como colocar em prática a área industrial; de gerar novos postos de trabalho a disposição da população para desenvolver a economia da cidade e ajudar na renda dos munícipes; de fazer uma administração enxuta e profissional; de proporcionar mais qualidade de vida aos estudantes e proporcionar profissionais qualificados para atender as empresas; de facilitar o acesso as escolas técnicas e universidades; de fazer com que a educação cumpra seu papel, preparando as crianças e jovens para o futuro; de promover uma vida melhor aos agricultores, proporcionando estradas com qualidade no interior, e com políticas que ajudem o produtor rural e façam com que o jovem permaneça no campo; com a saúde aumentando o número de médicos, exames e remédios. Destacou que o maior compromisso é cuidar das pessoas, melhorando a vida do cidadão e enfrentando todas as situações com seriedade e compromisso de quem trabalhou em prol do povo, demonstrando todo o respeito com o cidadão. Falou que tem esperança e fé de que juntos conseguirão realizar esses compromissos, suportar todos os desafios e vencer todos os obstáculos, transformando Urussanga e defendendo os urussanguenses. Enfatizou que essa é mais uma etapa das suas vidas, e com certeza uma das mais importantes. Se comprometeu em ser solidário e lutar por aqueles que mais precisam, sendo a maior marca desse governo. Disse saber dos enormes desafios que terão pela frente e da grande responsabilidade de trabalhar pelo bem de todos, mas também sabem do apoio e incentivo que terão de todos durante essa caminhada. Falou que vão trabalhar unidos com foco no que foi o propósito da campanha, atenção a saúde, ao emprego e as pessoas, pois foram as pessoas que os receberam em suas casas que mostraram o caminho a seguir, que passa por uma educação de qualidade, oportunidade aos jovens e incentivo ao agricultor, buscando o desenvolvimento econômico e valorizando a gente de Urussanga. Destacou que são parceiros de Urussanga e vão trabalhar pela cidade daqui pra frente, bem como têm a noção exata da responsabilidade que estão assumindo neste momento, e que ao lado do seu vice, Vereadores, e toda equipe que irá trabalhar com eles por Urussanga e para Urussanga, irão trabalhar incansavelmente para cumprir todos os compromissos que assumiram com os urussanguenses. Disse que terão muito trabalho pela frente, mas garantiu que não tem medo de desafios, pois o último que aceitaram os transformaram em Prefeito e vice da cidade, e se sentem capacitados para esse trabalho. Disse ter a convicção que esses desafios que terão pela frente os farão avançar, e que as conquistas virão, mas para isso precisam de muito trabalho, planejamento, sacrifício, dedicação, pulso firme, paciência e apoio de todos os urussanguenses, pois ninguém faz nada sozinho. Falou que não irá fazer uma política partidária, pois a eleição já passou, e a partir de hoje irão governar por Urussanga, para todos, pensando na inclusão, na transparência e na realização de todas as metas, tendo compromisso com a ética e com tudo que aprenderam com suas famílias. Agradeceu sua família pelo incentivo e apoio em todas as suas decisões; sua mãe que é seu porto seguro e esta sempre presente; seu pai que já faleceu, mas de onde está esta avalizando suas decisões; aos seus irmãos Cristina, Saul e Silvío por estarem sempre ao seu lado, serem incansáveis na campanha e se dispuseram para que ele estivesse aqui hoje. Também agradeceu também aos seus cunhados, sobrinhos, sogra, sogro que sempre estiveram presentes, bem como sua esposa, que sempre o incentivou e acompanhou, e pela dedicação e paciência que sempre teve com ele, além de cuidar com muito afeto das suas filhas. Agradeceu ao seu vice Décio, sua esposa e sua família pelo trabalho desenvolvido e pela história familiar. Estendeu o agradecimento aos vinte e três candidatos a Vereador da coligação, que estiveram trabalhando incansavelmente durante a campanha, bem como os presidentes dos partidos da coligação e os membros dos partidos. Agradeceu aos amigos e a todos que votaram neles. Destacou que a caminhada começou nas ruas, de porta em porta, e durante essas visitas perceberam que as pessoas tinham esperança no coração, por isso não podem e não vão decepcionar essas pessoas. Disse que acredita em Urussanga, pois foi aqui que nasceu e quer continuar a sua vida. Prometeu que será um Prefeito e vice-prefeito comprometidos, que vão fazer tudo o que é possível para dar a essa cidade o respeito que ela merece. Agradeceu a todos, desejou um Feliz 2017 a todos e pediu a proteção e Deus nessa caminhada. A Presidente Interina finalizou a cerimônia de posse dos novos agentes políticos de Urussanga, que estarão à frente dos Poderes Executivo e Legislativo, e declarou empossados os eleitos para o pleito dois mil e dezessete, dois mil e vinte. Ato contínuo aconteceu a assinatura do termo de transmissão do cargo do prefeito período dois mil e treze, dois mil e dezesseis, senhor Johnny Felipe, para o prefeito empossado Senhor Luis Gustavo Cancellier. Ambos foram convidados para se aproximarem do livro e ouvirem a leitura do Termo de Transmissão: "Termo de Transmissão de cargo de Prefeito Municipal, que faz o Senhor Johnny Felipe ao Excelentíssimo Senhor Luis Gustavo Cancellier, eleito no pleito de dois de outubro de dois mil e dezesseis. Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às vinte e uma horas, nas dependências da Sociedade Recreativa Urussanga, onde se encontrava o Senhor Johnny Felipe, cujo mandato de Prefeito Municipal findou no dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis, compareceu o Excelentíssimo Senhor Luis Gustavo Cancellier, recém empossado no mencionado cargo, em sessão solene do Poder Legislativo, com a participação de autoridades e convidados. O Senhor Johnny Felipe, no uso da palavra, comunicou a transmissão do cargo ao sucessor, fazendo-lhe a entrega de todos os documentos constantes no ofício encaminhado pelo Prefeito eleito, em conformidade ao que determina o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. O Excelentíssimo Senhor Luis Gustavo Cancellier, em seu discurso, agradeceu o gesto do Ex-Prefeito – cuja despedida deu-se com o recebimento de cumprimentos dos presentes. Para constar, foi lavrado este Termo de Transmissão, que é assinado pelo Ex-Prefeito e pelo Prefeito empossado e por demais pessoas presentes. Johnny Felipe – Ex-prefeito, Luis Gustavo Cancellier – Prefeito empossado." Após a leitura, houve a assinatura do Termo de Transmissão. Na sequência foi passada a palavra ao Senhor Johnny Felipe, que exerceu o cargo no período dois mil e treze, dois mil e dezesseis. Iniciou desejando um ano de 2017 maravilhoso a todos, com muita saúde, paz e prosperidade. Quebrando o protocolo, chamou o senhor Luiz Henrique Martins, para fazer uso da palavra, sendo que fizeram o governo juntos. O ex-vice-prefeito cumprimentou a todos, o Prefeito e vice empossados, e disse que para ele, aconteceu duas alegrias, uma quando tomaram posse nesse lugar há quatro anos e poder trabalhar pela cidade, e outra de hoje poderem estar encerrando sua missão de cabeça erguida, de terem cumprido com o seu dever. Falou que muitas vezes os pais sofrem mais por não estarem tão preparados para enfrentar a vida política, quanto seus filhos que são políticos. Agradeceu a cidade pela oportunidade e pediu a Deus que abençoe os eleitos para que façam um bom mandato, e em nome do partido se colocou a disposição para ajudar a cidade, pois após a eleição todos tem que pensar em Urussanga. Disse que o trabalho é difícil, mas acredita que conseguiram transformar a cidade num lugar melhor do que receberam, e acredita que os novos mandatários vão deixar ainda melhor, pois essa é a lógica, de sempre melhorar cada vez mais. Com a palavra, novamente o senhor Johnny Felipe agradeceu o apoio dos funcionários, diretores e secretários, e da sua família. Parabenizou o Poder Legislativo, os novos Vereadores, disse que esse poder é muito importante e desejou sucesso nesses próximos quatro anos. Agradeceu a atuação dos Vereadores que estão deixando o cargo, pela contribuição nesses quatro anos. Desejou sucesso ao Gustavo e sua esposa, disse que são vizinhos de edifício e brincou que não foi fácil disputar o voto da filha do Prefeito eleito. Também desejou sucesso ao vice Décio e sua família e brincou que com oito irmãos, foi uma disputa injusta, pois só ali enchia uma urna de votos. Agradeceu a reciprocidade da cidade com ele e sua esposa. Desejou a todos, aos funcionários da Câmara, à Orquestra Municipal, e aos eleitos, boa sorte. E, despediu-se com um viva a Urussanga. Seguidamente o Excelentíssimo Senhor Prefeito de Urussanga, Luis Gustavo Cancellier, fez um novo pronunciamento. Iniciou novamente agradecendo a todos que depositaram confiança em todos os eleitos. Agradeceu ao Johnny e ao Luiz Henrique pela transição amistosa e tranquila que foi feita, onde puderam entrar em todas as secretarias sem formalidade, bem como ao Zebrinha que esteve muito presente nessa transição. Disse a todos que podem dormir tranquilos, irem aos seus trabalhos, porque ele e o Décio estarão na prefeitura trabalhando muito, pensando no

município, o tempo todo, dando todo seu conhecimento e experiência, escutando as pessoas para chegar nas decisões de forma mais acertada possível. Destacou que são humanos, que vão errar, pois isso faz parte da evolução. Falou que a partir de amanhã estarão na prefeitura junto com todos que querem ajudar, e as portas estarão abertas para aqueles que querem dar ideias e sugestões, para que consigam dar sua contribuição para que a cidade continue evoluindo. Agradeceu e desejou um Feliz Ano Novo a todos. Na sequência a senhora Geórgia Zanelatto Felipe, primeira dama do município, período dois mil e treze, dois mil e dezesseis fez uma homenagem as Senhoras Thaise Talamini e Cibele Zanelatto, entregando-lhes flores. Seguidamente, a ex-primeira dama recebeu flores de suas amigas pessoais, em homenagem pelo trabalho desenvolvido à frente da Associação Urussanguense de Assistência Social – AURAS. Em continuidade, a Presidente Interina cumprimentou os agentes políticos empossados: Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, desejando sucesso em seus mandatos. Da mesma forma, cumprimentou os agentes políticos que se despedem, agradecendo, em nome dos cidadãos urussanguenses, o trabalho realizado e a dedicação na representação dos anseios sociais. Com este ato foi encerrada a primeira parte da Sessão Solene, que objetivou a Instalação da Décima Oitava Legislatura, a posse dos novos agentes políticos do Município para o mandato de 2017 a 2020, e também a transmissão do cargo de Prefeito. Por determinação legal ocorreu, no mesmo local a eleição da Mesa Diretora do Poder Legislativo gestão 2017. Sob a Presidência provisória da Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB e do Secretário provisório Vereador Marcos Roberto Silveira/PT, e contando com a presença dos demais Vereadores, sob a proteção de Deus, foi aberta a presente reunião. Conforme determinam os artigos 18 a 23 do Regimento Interno da Casa, passou-se à eleição da Mesa Diretora para o exercício de 2017. Na oportunidade a Presidente solicitou a indicação de um representante das Bancadas dos Partidos Democrático Trabalhista/PDT, do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, Progressista/PP, dos Trabalhadores/PT, e Social Democrático/PSD com representação nesta Casa Legislativa, para fiscalizar o sorteio de ordem de votação e a apuração do resultado da eleição. Foram indicados: pelo PDT, o Vereador João Batista Bom; pelo PMDB, o Vereador Elson Roberto Ramos; pelo PP, o Vereador Odivaldo Bonetti; pelo PSD, o Vereador Jair Nandi; e pelo PT, o Vereador Marcos Roberto Silveira. A Presidente convidou os Vereadores indicados pelas Bancadas Partidárias a virem a frente da Mesa, para acompanharem o sorteio da ordem de votação, que foi feita pelo secretário interino, Senhor Marcos Roberto Silveira/PT. A ordem de votação ficou definida da seguinte forma: João Batista Bom/PDT, Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB, Elson Roberto Ramos/PMDB, Marcos Roberto Silveira/PT, Gilson Casagrande/PP, José Carlos José/PP, Vanderlei Marcílio/PMDB, Jair Nandi/PSD e Odivaldo Bonetti/PP. Definida a ordem de votação, a Presidente fez a chamada para que cada Vereador declarasse aberta e nominalmente, conforme artigo 20 do Regimento Interno, os seus votos para os cargos respectivos de presidente, vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário da Mesa Diretora. Iniciando, o Vereador João Batista Bom/PDT votou para presidente no Vereador Marcos Roberto Silveira/PT, para vice-presidente no Vereador Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário no Vereador Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário no Vereador João Batista Bom/PDT; a Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB votou para presidente em Jair Nandi/PSD, para vice-presidente em José Carlos José/PP, para primeiro secretário em Gilson Casagrande/PP, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB votou para presidente em Elson Roberto Ramos/PMDB, para vice-presidente em Jair Nandi/PSD, para primeiro secretário em Gilson Casagrande/PP, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador Marcos Roberto Silveira/PT votou para presidente em Marcos Roberto Silveira/PT, para vice-presidente Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador Gilson Casagrande/PP votou para presidente em Marcos Roberto Silveira/PT, para vice-presidente em Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário em Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador José Carlos José/PP votou para presidente em Marcos Roberto Silveira/PT, para vice-presidente em Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário em Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador Vanderlei Marcílio/PMDB votou para presidente em Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB, para vice-presidente em João Batista Bom/PDT, para primeiro secretário em Gilson Casagrande/PP, e para segundo secretário em José Carlos José/PP; o Vereador Jair Nandi/PSD se absteu de votar para o cargo de presidente, mas votou para vice-presidente em Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário em Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT; o Vereador Odivaldo Bonetti/PP votou para presidente em Marcos Roberto Silveira/PT, para vice-presidente em Gilson Casagrande/PP, para primeiro secretário em Vanderlei Marcílio/PMDB, e para segundo secretário em João Batista Bom/PDT. A Presidente convidou novamente os Vereadores indicados pelas Bancadas Partidárias para virem até a frente da Mesa e acompanharem a apuração da eleição da Mesa Diretora, para tanto, a Presidente suspendeu a sessão por cinco minutos. A contagem dos votos apresentou o seguinte resultado: para Presidência da Mesa Diretora o Vereador Marcos Roberto Silveira/PT obteve 5 (cinco) votos, o Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB obteve 1 (um) voto, o Vereador Jair Nandi/PSD obteve 1 (um) voto e a Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB obteve 1 (um) voto; para Vice-Presidência o Vereador Gilson Casagrande/PP obteve 6 (seis) votos, o Vereador Jair Nandi/PSD obteve 1 (um) voto, o Vereador João Batista Bom/PDT obteve 1 (um) voto e o Vereador José Carlos José/PP obteve 1 (um) voto; para Primeiro Secretário o Vereador Vanderlei Marcílio/PMDB obteve 6 (seis) votos e o Vereador Gilson Casagrande/PP obteve 3 (três) votos; para Segundo Secretário o Vereador João Batista Bom/PDT obteve 8 (oito) votos e o Vereador José Carlos José/PP 1 (um) voto. A Presidente retomou os trabalhos da sessão e fez a leitura do resultado da eleição da Mesa Diretora para a gestão na Primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, no ano de 2017, com o seguinte resultado: Presidente Vereador Marcos Roberto Silveira/PT, para Vice-Presidente Vereador Gilson Casagrande/PP, para Primeiro Secretário Vereador Vanderlei Marcílio/PMDB, e para Segundo Secretário Vereador João Batista Bom/PDT. Assim, a Presidente declarou empossada a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga. Os eleitos assumiram, automaticamente, os cargos da Mesa Diretora. Em continuidade, a Presidente Interina passou a palavra ao Presidente eleito, Vereador Marcos Roberto Silveira/PT, para que fizesse seu pronunciamento. O Presidente eleito iniciou cumprimentando a todos os presentes, o Prefeito empossado, demais autoridades e Vereadores, bem como imprensa em geral. Agradeceu a presença de todos, e disse que estava emocionado neste momento e fez uma referência à sua mãe, sua esposa e sua filha, por serem seu esteio e seu orgulho. Agradeceu a Deus pela oportunidade de conviver com seus familiares e amigos, num ambiente de amor. Disse estar ciente de que, na qualidade de Vereador escolhido democraticamente pelo voto popular, cabe assegurar a continuidade do compromisso em transformar a Câmara Municipal, direcionando as grandes decisões em prol do cidadão que vive em Urussanga. Destacou a independência do Poder Legislativo, expressa na Constituição, é a baliza reformuladora e garantidora da representação popular, perante a qual, os Vereadores têm o dever de viabilizar a melhoria de vida dos cidadãos. Falou que, ao ser eleito Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, viu em seus colegas, ser patenteada a confiança nele, creditada nas urnas em dois de outubro último. Disse que, unidos ao Executivo e Judiciário, os Vereadores têm o compromisso e o dever de bem servir ao povo urussanguense. Encerrou desejando uma boa noite a todos. Cumpridos os objetivos da solenidade, a Orquestra Municipal executou o Hino de Urussanga. Nada mais havendo a tratar a Presidente Interina encerrou a sessão agradecendo a presença de todos: autoridades, representantes de entidades, munícipes, convidados e imprensa. Agradeceu também aos colaboradores desta Sessão Solene: aos Servidores da Câmara Municipal, que com muito empenho e dedicação organizaram o evento; ao Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal, às Direções do Centro de Educação Monsenhor Agenor Neves Marques e Colégio Caetano Bez Batti e aos Senhores Fernando Fontanella, Gilson Fontanela, Hedi Damiani, Neilton Vicente Rech Bortolotto e Sérgio Maestrelli, pelo

empréstimo de materiais para realização de exposição cultural; à Sociedade Recreativa Urussanga, pela disponibilização do local para a realização desta solenidade; à Orquestra Municipal de Urussanga, por abrilhantar ainda mais a presente noite; à Senhora Karla Ribeiro e à Rádio e Fundação Marconi, pela gravação dos áudios dos perfis biográficos; e aos demais fornecedores e profissionais que atuaram nesta solenidade. Desejou sucesso aos agentes políticos empossados, comunicou que após o término da presente solenidade seria oferecido um coquetel de confraternização, e desejou a todos um feliz ano novo. Para constar, eu, Marcos Roberto Silveira, Secretário Provisório, lavrei e subscrevi a presente Ata, que segue assinada por mim e pela Presidente Interina.

Vereadora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori  
Presidente Interina

Vereador Marcos Roberto Silveira  
Secretário Provisório

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

**PROCESSO 006/2017 PR 005/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento de Passagens Rodoviárias para atender aos Alunos Universitários, residentes no Município de Vargem Bonita, em linha regular Vargem Bonita – Joaçaba – Herval D'Oeste, nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, parte integrante deste Processo.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço Global.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 01 de fevereiro 2017 às 14:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966,

Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 17 de Janeiro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal



# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12.2017 - EVENTUAL AQUISIÇÃO, LEITE, CAFÉ...**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 12/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2017

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame para Eventual aquisição de Recarga de gás de cozinha em botijão de 13kg, Leite Integral, Galão de água, café em pó, açúcar, para atender a Secretaria de Educação, Unidades Escolares de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal, Administração, Fundo Municipal de Saúde, Conselho Tutelar, Assistência social, Funderural e demais Fundos e Botijão de gás de 13kg vazio. Será adquirido conforme a necessidade.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 031/2016 em 18/02/2016 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2017, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** dia 31/01/2017 às 09:00 hrs.

**LOCAL:** Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br). Vidal Ramos, 17 de janeiro de 2017  
LAERCIO DA CRUZ - PREFEITO MUNICIPAL

### **RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº. 02/2017**

#### **RATIFICAÇÃO**

LAERCIO DA CRUZ, Prefeito do Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93 com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

RATIFICA a Dispensa de licitação nº. 02/2017 para a contratação direta das empresas: CONTRATADA: COMUNIDADE KOLPING DE VIDAL RAMOS, titular do CNPJ: Nº 83.389.718/0009-04, Centro, na cidade de Vidal Ramos/SC, CEP 88443-000, COM O VALOR DE R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) que serão pagos em 11 (onze) parcelas mensais e uma parcela se R\$ 1.000,00 (um mil reais). Total de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais). Para LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, SITO NO PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO PARA USO DE ENCONTROS DA TERCEIRA IDADE, REUNIÕES CONSELHO DA COMUNIDADE, PROGRAMAS DA SAÚDE, JOGOS (OLEV) E OUTROS EVENTOS QUE SERÃO PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO ANO DE 2017.

E autorizo o pagamento das despesas a CONTRATADA: COMUNIDADE KOLPING DE VIDAL RAMOS, titular do CNPJ: Nº 83.389.718/0009-04, Centro, na cidade de Vidal Ramos/SC, CEP 88443-000, COM O VALOR DE R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) que serão pagos em 11 (onze) parcelas mensais e uma parcela se R\$ 1.000,00 (um mil reais). Total de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais). Para LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, SITO NO PERÍMETRO URBANO DESTE MUNICÍPIO PARA USO DE ENCONTROS DA TERCEIRA IDADE, REUNIÕES CONSELHO DA COMUNIDADE, PROGRAMAS DA SAÚDE, JOGOS (OLEV) E OUTROS EVENTOS QUE SERÃO PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO ANO DE 2017.

Vidal Ramos, 16 de janeiro de 2017  
LAERCIO DA CRUZ  
PREFEITO MUNICIPAL

# Videira

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 13.713/17**

DECRETO Nº 13.713/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Suspende o pagamento de função gratificada pelo prazo de noventa dias (90) para que a Secretaria de Finanças, Secretaria de Administração e Procuradoria Geral faça análise da incidência caso a caso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX e inciso XII da Lei Orgânica do Município de Videira, a legislação em vigor,

CONSIDERANDO a natureza vinculativa da gratificação a determinado fato concreto estipulado pelas disposições dos artigos 142 e 143 da Lei n.º 129/2012;

CONSIDERANDO trata-se de ato discricionário da Administração Pública fundamentada na situação em concreto;

CONSIDERANDO a falta de conhecimento de cada situação de fato que gerou o pagamento da mencionada gratificação, é de rigor uma análise efetiva para averiguação de cada caso para diagnóstico da incidência da gratificação nos ditames legais;

CONSIDERANDO, por fim, o princípio da economicidade e eficiência previsto no caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pelo qual o Poder Público deve perseguir seus objetivos, por meio de medidas com melhor custo-benefício, dada a escassez de recursos;

**DECRETA**

Art. 1.º Fica suspenso o pagamento das gratificações pelo exercício de função de confiança e funções especiais pelo prazo de noventa (90) dias ou até a análise dos casos individualizados, com exceção das gratificações de fácil constatação nos setores essenciais do Município, para a efetiva preservação do interesse público e da eficácia da prestação dos serviços públicos essenciais.

Art. 2º Os integrantes do Grupo de Trabalho serão indicados pelos Titulares das Pastas Municipais, em até 10 (dez) dias da data da publicação deste Decreto, em número de até 2 (dois) de cada Secretaria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.714/17**

DECRETO Nº 13.714/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor para Atividades Pedagógicas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ODIRLEI MARCELO ALFLEN, para exercer o cargo comissionado de Assessor para Atividades Pedagógicas, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.687/17.

Videira, 13 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.715/17**

DECRETO Nº 13.715/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor dos CEMEIs

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, EDERSON BUYNO, para exercer o cargo comissionado de Diretor dos CEMEIs, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.716/17**

DECRETO Nº 13.716/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor de Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Educação, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.717/17**

DECRETO Nº 13.717/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, DOUGLAS ALEXANDRE GAIO, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio, símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.718/17**

DECRETO Nº 13.718/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor de Informações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, SEMI KAMEL SALHA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Informações, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.719/17**

DECRETO Nº 13.719/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor de Informática

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, JOSÉ CARLOS OLIVEIRA PEREIRA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Informática, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.720/17**

DECRETO Nº 13.720/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe do Departamento de Jardinagem e Paisagismo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, VANDERLEI ANTONIO CASSANEGO, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Jardinagem e Paisagismo, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.721/17**

DECRETO Nº 13.721/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Diretor de Oficina Central e Máquinas e Equipamentos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LAURI PIGOZZO, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Oficina Central e Máquinas e Equipamentos, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.722/17**

DECRETO Nº 13.722/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Compras

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ALTIVIR DENARDI, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Compras, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.723/17**

DECRETO Nº 13.723/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Infraestrutura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ANTONIO PALEZZO, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Infraestrutura, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.724/17**

DECRETO Nº 13.724/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe de Equipe de Tubulação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, GENOR GREGOLON, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Equipe de Tubulação, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.725/17**

DECRETO Nº 13.725/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor Administrativo da Rodoviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, CLAUDECIR SISNANDE, para exercer o cargo comissionado de Assessor Administrativo da Rodoviária, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.726/17**

DECRETO Nº 13.726/17, DE 13 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor de Equipe de Britagem

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, AFONSO BALDISSERA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Equipe de Britagem, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 13 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**TERMO ADITIVO 04/2017 - FMS**

Termo Aditivo nº 04/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 06/2014

Processo: PR nº 70/2013-FMS

Contratado: CLÍNICA MÉDICA HARMONIA VITAL S/S LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 06/2014 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 20/01/2017 até 19/01/2018 e reajustar os preços dos serviços aplicando-se o IPCA (IBGE) acumulado de dezembro/2015 a novembro/2016, no percentual de 6,9874600%.

Valor: R\$ 59.550,80

Data: 17/01/2017.



# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0001/2017, tendo como objeto a Aquisição de Lancetas descartáveis para punção e Fitas/Tiras de verificação de Glicemia incluindo aparelhos em comodato da Secretaria Municipal de Saúde, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. O recebimento das propostas será das 08h00min do dia 19 de janeiro de 2017 às 08h00min do dia 01 de fevereiro de 2017, e o início da disputa às 09h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Xanxerê-SC, 17 de janeiro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº AM 034/2017

#### DECRETO Nº AM 034/2017

ESTABELECE PISO MÍNIMO MUNICIPAL PAGO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE PERCEBEM VENCIMENTOS INFERIORES AO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE DO PAÍS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal e o parágrafo único do artigo 1º da Lei 3719/2015, de 21.01.2015, e ainda,

Considerando o disposto no Decreto Federal nº 8.948, de 29 de dezembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), salário mínimo nacional, como piso mínimo municipal, pago aos servidores públicos municipais que percebem vencimentos inferiores ao salário mínimo vigente no país.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 17 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AM 035/2017

#### DECRETO Nº AM 035/2017

ATUALIZA PISO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal e o Art. 2º da Lei Municipal nº 3724/2015, de 20.02.2015, e

Considerando o estabelecido na Lei Federal nº 11.738/2008, de 16 de julho de 2008;

Considerando o disposto no inciso II do Art. 3º da Lei Complementar nº 3375/2011, de 23 de novembro de 2011 (Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê);

Considerando o Comunicado nº 07/2017 da Federação Catarinense de Municípios, de 06 de janeiro de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º O piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica do Município de Xanxerê, será igual ao piso nacional dos profissionais do magistério publicado pelo MEC, de acordo com o quadro abaixo:

Carga Horária Semanal	Carga Horária Mensal	Valor Do Piso
40 horas	200 horas	R\$ 2.298,83
20 horas	100 horas	R\$ 1.149,41

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 17 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AM 036/2017

#### DECRETO Nº AM 036/2017

DESCREDENCIA MONITORAS DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

Considerando o disposto no Ofício nº 0012/2017, de 16 de janeiro de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam descredenciados os seguintes monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionados:

NOME	CPF	IDENTIDADE
Giselle Gonçalves da Silva Fonceca	982.529.761-15	397.320-5
Ezaura de Fátima Fernandes	892.210.449-04	3.209.622

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.



Xanxerê/SC, 17 de janeiro 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº AM 038/2017**

DECRETO Nº AM 038/2017

REVOGA DECRETO Nº AM 032/2017, NOMEIA COORDENADORA DE SERVIÇOS GERAIS E PROTOCOLO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica nomeada a senhora JESSYCA DE MARCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº 077.151.859-57, portadora da Cédula de Identidade 50723227, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Serviços Gerais e Protocolo, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto nº AM 032/2017, de 12 de janeiro de 2017.

Xanxerê/SC, 17 de janeiro de 2017.  
AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0007/2016**

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0007/2016

Locatário: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde

Locador: Edi Winckler de Bettio

Objeto: Locação de uma casa destinada ao funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial Vida Integrada - CAPS.

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 meses, contados a partir de 14/01/2017 vigorando até 13/01/2018.

Fica reajustado o valor mensal do contrato passando a ser R\$ 4.108,00 conforme IGPM/FGV acumulado.

Xanxerê-SC, 13 de janeiro de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº - RH AM 017/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 017/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

**RESOLVE**

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 09.01.2017 a 18.01.2017 a Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIMAR DEITOS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 17/R 1697.765, CPF n.º 714.257.219-15 e COREN-SC 678.091, nomeada conforme Decreto n.º JB 379/1994 e Reenquadrada conforme Portaria nº RH-BLB nº 019/2012, no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0000043/2017 datado de 09.01.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 10 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 09.01.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### PORTARIA 002/2017 (REPUBLICAÇÃO)

PORTARIA Nº 002/2017

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais, a contar dos períodos aquisitivos e de gozo das férias, conforme anexo único deste decreto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 02 de Janeiro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativo

ANEXO ÚNICO

Secretaria de Administração e Finanças	Período Aquisitivo	Período de Gozo
IZILDE JANDIRA PAWIOKIEVICZ FASOLO	03/02/15 a 02/02/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio	Período Aquisitivo	Período de Gozo
LUCAS CAON	12/01/16 a 11/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	Período Aquisitivo	Período de Gozo
ADRIANE DANNENHAUER	04/01/16 a 03/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
ANA CHIOSSI MIRANDOLLI	02/07/15 a 01/07/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
CLEIDE SEGHETTO	11/02/16 a 10/02/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
EDINEIA FATIMA PALUDO	27/12/15 a 26/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
ELENIR TICIANI	11/02/15 a 10/02/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
GEOVANI SIQUEIRA	04/01/16 a 03/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
IVANIR TERESINHA GROLI DELLAZARI	04/01/16 a 03/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JOSELAINE SCHIMIDT	10/09/15 a 09/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JUCIANE FATIMA MORETTO	03/02/16 a 02/02/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JULIANA CANTON	11/09/15 a 10/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
KATIANE MARAFON BERTAN	04/02/16 A 03/02/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
KELIN MARI MARTINI	16/09/15 a 15/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
KERLEY BRANDELERO KIPPER	15/02/16 a 14/02/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
LEONICE GAZZOLLA DALL BELLO	08/03/15 a 07/03/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
LEONILDE MARIA GEREMIA GANDOLFI	04/01/16 a 03/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
LOIRIZANE MARIA MORETTO BALEN	25/12/15 a 24/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
LUCIVANE ONGARATTO	27/12/15 a 26/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MAITE APARECIDA BICIGO LUSSI	16/09/15 a 15/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
OSEIAS CASONATTO	10/09/15 a 09/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
RAQUEL COSMANN	06/10/15 a 05/10/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
SUELI TORTELLI TREVISAN	27/12/15 a 26/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
THAIS LUANA TRIACA	16/09/15 a 15/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias

Secretaria de Saúde e Assistência Social	Período Aquisitivo	Período de Gozo
ADILSON CHIOSSI	14/12/15 a 13/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
ADRIANE FOREST CHIOSSI	04/11/15 a 03/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
CELMO MORA PEREIRA	12/09/15 a 11/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
CLEUSA ANA POLLI NARDINO	04/11/15 a 03/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
DILCE BUFFON TRIACA	03/03/16 a 02/03/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
ELIANE DALL ACQUA	07/03/16 a 06/03/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
ERONILDA DA SILVA POLLI	07/03/16 a 06/03/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
FERNANDO BORGES	19/03/15 a 18/03/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
GEAN PAULO MORES	09/09/15 a 08/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JEAN FERNANDO GANDOLFI	01/11/15 a 31/10/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
KARINE ROSSETTO	03/11/15 a 02/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MARCIO IVAN DE OLIVEIRA GONZALHES	22/10/15 a 21/10/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MARILETE LUISA PASSARELLA	13/09/15 a 12/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MARITANIA DA VEIGA	09/09/15 a 08/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MONICA CARPI DA SILVEIRA	09/09/15 a 08/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
PATRICIA CARLA BREDI	12/11/15 a 11/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
RONEI PAULO BERGAMIN	06/02/16 a 05/02/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
TEREZINHA APARECIDA DE SOUZA TRIACA	09/09/15 a 08/09/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias

Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
ADEMIR ANTONIO PARAVISI	12/11/15 a 11/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
ARI SPAGNOL	01/12/15 a 31/01/16	02/01/17 a 06/01/17 = 05 dias
ARI SPAGNOL	01/02/16 a 31/01/17	07/01/17 a 02/02/17 = 27 dias
CLEISSON FABIANO FOREST	01/07/15 a 30/06/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
CLEOCIR LUIZ BOENO	26/02/15 a 25/02/16	02/01/17 a 09/01/17 = 08 dias
CLEOCIR LUIZ BOENO	26/02/16 a 25/02/17	10/01/17 a 31/01/17 = 22 dias
CLEZIOMAR SIQUEIRA	18/02/15 a 17/02/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
CLOVIS ANTONIO TELÓ	03/02/14 a 02/02/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
DELMAR DALL BELLO	14/12/14 a 13/12/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
DIEGO FRANA	26/01/16 a 25/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
GELMIRO SEGNETTO	14/12/14 a 13/12/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
GILMAR JOSÉ BERGAMIN	02/01/15 a 01/01/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
GILVIAN GARBINI	01/10/14 a 30/09/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
IVONIR VIERO	14/12/14 a 13/12/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JOSE SEBASTIAO RIBEIRO BUENO	14/12/15 a 13/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
JOSE SILVIO ZANANDRÉA	12/12/15 a 11/12/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
UDECIR FRANA	01/06/15 a 31/05/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
VALDEMAR DALL BELLO	01/12/15 a 30/11/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias

Centro de Referência de Assistência Social	Período Aquisitivo	Período de Gozo
GERSIANE CIOTTA	14/08/15 a 13/08/16	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias
MERYEN ANDRINE RENOSTRO MARTINS DE QUADROS	23/03/15 a 22/03/15	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias

Conselho Tutelar	Período Aquisitivo	Período de Gozo
SOLENI BICIGO PALUDO	11/01/16 a 10/01/17	02/01/17 a 31/01/17 = 30 dias

**HOMOLOGAÇÃO 69/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 44/2016 - PR</b>
CNPJ: 83.009.878/0001-15 Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163 C.E.P.: 89780-000 - Xavantina - SC	Processo Administrativo: 69/2016 Processo de Licitação: 69/2016 Data do Processo: 28/12/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, ENOIR FAZOLO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 69/2016  
b ) Licitação Nr.: 44/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 12/01/2017  
e ) Data da Adjudicação: 12/01/2017 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, CARRETA PALCO, GERADOR DE ENERGIA E CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS SENDO BANDA/GRUPO/ARTISTA/DUPLA SERTANEJADJ/MC PARA ANIMAÇÃO DO 53º ANIVERSÁRIO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO XAVANTINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ITEM 10 E ANEXO "C" DESTE EDITAL.

		(em Reais R\$)		
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:		Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
Lote: 1	- 009766 - CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO -	5	0,0000	21.700,00
Total por Fornecedor:		5		21.700,00
Total:		5		21.700,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.014.3.3.90.00.00.00.00 (41)

Xavantina, 12 de Janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_  
Enoir Fazolo - Prefeito

# Xaxim

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO 110/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 04º Termo Aditivo ao Contrato. Nº. 0110/2015

Contratante: Município de Xaxim

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Acréscimo do licenciamento do direito de uso do aplicativo "Sistema de Tesouraria", parte integrante do Pregão Presencial nº 48/2015.

Valor: R\$ 663,78 (seiscentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos)

Unidade Gestora: 12.637 / Prefeitura Municipal de Xaxim

Licitação: Pregão Presencial nº 48/2015

Data de assinatura: 13/01/2017

Assinam: Pelo Município de Xaxim: Lirio Dagort – Prefeito. Pela empresa contratada: Ernesto Muniz de Souza Jr – Representante legal.

reais com setenta e um centavos)

Licitação: Pregão Presencial nº 48/2015

Data de assinatura: 13/01/2017

Assinam: Pelo Município de Xaxim: Lirio Dagort – Prefeito. Pela empresa contratada: Ernesto Muniz de Souza Jr – Representante legal.

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO 111/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 04º Termo Aditivo ao Contrato. Nº. 0111/2015

Contratante: Município de Xaxim

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Acréscimo do licenciamento do direito de uso do aplicativo "Sistema de Tesouraria", parte integrante do Pregão Presencial nº 48/2015.

Valor: R\$ 265,50 (duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Unidade Gestora: 21.067 / Fundo Municipal de Assistência Social

Licitação: Pregão Presencial nº 48/2015

Data de assinatura: 13/01/2017

Assinam: Pelo Município de Xaxim: Lirio Dagort – Prefeito. Pela empresa contratada: Ernesto Muniz de Souza Jr – Representante legal.

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO 110/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 05º Termo Aditivo ao Contrato. Nº. 0110/2015

Contratante: Município de Xaxim

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Fica suprimido ao objeto do contrato nº 0110/2015, a quantidade de 01 (um) usuário. Considerando que no contrato original nº 0110/2015 e em seus termos aditivos contemplam o número de 06 usuários para o Sistema de Contabilidade/Sapo, parte integrante do Pregão Presencial nº 48/2015 e Considerando a diminuição de pessoal no setor de contabilidade, vê-se a necessidade de diminuição de 01 usuário do referido sistema na unidade gestora Município de Xaxim.

Valor: O valor suprimido é de R\$ 885,03 (oitocentos e oitenta e cinco reais e três centavos)

Licitação: Pregão Presencial nº 48/2015

Data de assinatura: 13/01/2017

Assinam: Pelo Município de Xaxim: Lirio Dagort – Prefeito. Pela empresa contratada: Ernesto Muniz de Souza Jr – Representante legal.

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO 113/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 05º Termo Aditivo ao Contrato. Nº. 0113/2015

Contratante: Município de Xaxim

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Fica suprimido ao objeto do contrato nº 0113/2015, a quantidade de 01 (um) usuário. Considerando que no contrato original nº 0113/2015 e em seus termos aditivos contemplam o número de 04 usuários para o Sistema de Contabilidade/Sapo, parte integrante do Pregão Presencial nº 48/2015 e Considerando a diminuição de pessoal no setor de contabilidade, vê-se a necessidade de diminuição de 01 usuário do referido sistema.

Valor: O valor suprimido é de R\$ 298,71 (duzentos e noventa e oito reais com setenta e um centavos)

Licitação: Pregão Presencial nº 48/2015

Data de assinatura: 13/01/2017

Assinam: Pelo Município de Xaxim: Lirio Dagort – Prefeito. Pela empresa contratada: Ernesto Muniz de Souza Jr – Representante legal.

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO 111/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 05º Termo Aditivo ao Contrato. Nº. 0111/2015

Contratante: Município de Xaxim

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Fica suprimido ao objeto do contrato nº 0111/2015, a quantidade de 01 (um) usuário. Considerando que no contrato original nº 0111/2015 e em seus termos aditivos contemplam o número de 03 usuários para o Sistema de Contabilidade/Sapo, parte integrante do Pregão Presencial nº 48/2015 e Considerando a diminuição de pessoal no setor de contabilidade, vê-se a necessidade de diminuição de 01 usuário do referido sistema.

Valor: O valor suprimido é de R\$ 298,71 (duzentos e noventa e oito

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO 113/2015**

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 04º Termo Aditivo ao Contrato. Nº. 0113/2015

Contratante: Município de Xaxim

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: Acréscimo do licenciamento do direito de uso do aplicativo "Sistema de Tesouraria", parte integrante do Pregão Presencial nº 48/2015.

Valor: R\$ 265,50 (duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Unidade Gestora: 15.040 / Fundo Municipal de Saúde de Xaxim

Licitação: Pregão Presencial nº 48/2015

Data de assinatura: 13/01/2017

Assinam: Pelo Município de Xaxim: Lirio Dagort – Prefeito. Pela empresa contratada: Ernesto Muniz de Souza Jr – Representante legal.



# Zortéa

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO Nº 001/2017 - COMBUSTIVEL FROTA MUNICIPAL**

MUNICIPIO DE ZORTÉA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

OBJETO: Aquisição Fracionada de Combustíveis para veículos e máquinas da frota Municipal da Prefeitura de Zortéa, durante o ano de 2017. ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 26/01/2017. Tipo - MENOR PREÇO POR ITEM. INFORMAÇÕES DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Zortéa, sala de Licitações, Rua Otaviano Otoni Franceschi, nº 53 – Centro. E-mail: [compras@zortea.sc.gov.br](mailto:compras@zortea.sc.gov.br). HORÁRIO: Das 15:00 h às 19:00horas. TELEFONE Nº (49) 3557 – 2019 – ZORTÉA - SC, 16/01/2017. ALCIDES MANTOVANI – PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO Nº 001/2017 - COMBUSTIVEL FROTA SAUDE**

MUNICIPIO DE ZORTÉA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

OBJETO: Aquisição Fracionada de Combustíveis para veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde, durante o ano de 2017. ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 15:00 horas, para abertura às 15:00 horas do dia 26/01/2017. Tipo - MENOR PREÇO POR ITEM. INFORMAÇÕES DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Zortéa, sala de Licitações, Rua Otaviano Otoni Franceschi, nº 53 – Centro. E-mail: [compras@zortea.sc.gov.br](mailto:compras@zortea.sc.gov.br). HORÁRIO: Das 15:00 h às 19:00horas. TELEFONE Nº (49) 3557 – 2019 – ZORTÉA - SC, 16/01/2017. ALCIDES MANTOVANI – PREFEITO MUNICIPAL

# Associações

## AMAUC

### CONTRATO DE CONSÓRCIO CASA LAR

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO FIRMADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ARABUTÃ, IPUMIRIM E LINDÓIA DO SUL PARA CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 11.107/2005 E O DECRETO Nº 6.017/2007, QUE DISPÕE SOBRE NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.

Os municípios de Arabutã, Ipumirim e Lindóia do Sul, representados pelos seus respectivos Prefeitos Municipais, com base no Protocolo de Intenções firmado entre as partes, ratificado pelas respectivas Câmaras de Vereadores e com o objetivo de constituir um Consórcio Intermunicipal, em conformidade com a Lei nº 11.107/2007 e o Decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, firmam o presente contrato:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Da Denominação

O Consórcio de Municípios se denominará de CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIOASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, e terá a denominação fantasia de "CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE".

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Da finalidade, dos objetivos, dos princípios e das obrigações

O Consórcio terá por finalidade a instituição do serviço sócioassistencial de alta complexidade, na modalidade de abrigo para crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados:

- a) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- b) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;
- c) em razão de sua conduta.

O Consórcio terá por objetivo a execução de programas de abrigo, segundo os princípios do art. 92, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo os seguintes:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III – atendimento personalizado em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não-desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Para o cumprimento de sua finalidade e objetivos, o Consórcio deverá atender às obrigações previstas no art. 94, do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I – observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;
- II – não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;
- III – oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;
- IV – preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;
- V – diligenciar no sentido de restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;

- VI – comunicar a autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;
- VII – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;
- VIII – oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos;
- IX – oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;
- X – propiciar escolarização e profissionalização;
- XI – propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XII – propiciar assistência religiosa a aqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- XIII – proceder estudo social e pessoal de cada caso;
- XIV – reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;
- XV – informar, periodicamente, ao adolescente internado sobre sua situação processual;
- XVI – comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstias infecto-contagiosas;
- XVII – fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes;
- XVIII – manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;
- XIX – providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania a aqueles que não os tiverem;
- XX- manter arquivo de anotações onde constem data e circunstância do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento de sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.

Para o cumprimento das obrigações antes referidas, o Consórcio utilizará, preferencialmente, os recursos da comunidade.

Em caráter excepcional e de urgência, poderá abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo a comunicação do fato até o segundo dia útil imediato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Do prazo de duração

O Prazo de duração do CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE será por tempo indeterminado.

#### CLÁUSULA QUARTA

Da sede e foro

A sede será em Linha Maria Günther, no Município de Lindóia do Sul e o foro na Comarca de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA QUINTA

Da identificação dos entes da Federação que integram o Consórcio

O CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE será constituído pelos Municípios de Arabutã, Ipumirim e Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA SEXTA

Da possibilidade da inclusão de novos associados

É vedada a admissão de novos sócios.

Existindo disponibilidade e mediante ressarcimento das despesas, outros municípios poderão utilizar os serviços prestados pelo CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

Da área de atuação

A área de atuação do Consórcio será formada pela totalidade das superfícies dos municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para a finalidade a que se propõe.

**CLÁUSULA OITAVA****Da personalidade jurídica**

Será constituído como uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, da assinatura deste contrato e aprovação do Estatuto.

**CLÁUSULA NONA****Dos Estatutos**

O CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE será organizado por Estatuto Social cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas previstas no protocolo de intenções e neste contrato constitutivo.

O Estatuto Social será aprovado pela Assembleia Geral.

O Estatuto Social somente poderá ser alterado pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

O Estatuto Social e suas alterações produzirão seus efeitos mediante publicação na imprensa oficial, podendo ser de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

**CLÁUSULA DÉCIMA****Dos critérios para a representatividade do Consórcio perante outras esferas de governo**

Ao Presidente do Consórcio competirá representar os municípios integrantes, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos e convênios, bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad iudicia”, mediante decisão da Assembleia Geral.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA****Das normas de convocação e funcionamento da Assembleia Geral, inclusive para elaboração, aprovação e modificação do estatuto.**

Os municípios que integram o CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE terão direito a um membro titular e um suplente na Assembleia Geral, que terão voto desde que quites com seus compromissos financeiros com o Consórcio e demais obrigações estatutárias. O membro titular é o Prefeito Municipal e, o membro suplente, o Vice-Prefeito, que terá vez e voto na falta daquele.

Poderão participar da Assembleia Geral, sem direito a voto, representantes das Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados, representantes de outros entes da federação e da sociedade civil, desde que convidados pela Diretoria do Consórcio.

A Assembleia Geral será convocada ordinariamente pelo Presidente do Consórcio, sempre que houver pauta para deliberação e extraordinariamente para tratar de assunto específico. A reunião ordinária deverá ser convocada com antecedência de no mínimo 3 (três) dias úteis, e a a reunião extraordinária com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, e publicada em jornal de circulação regional.

A Assembleia Geral será a instância máxima de decisão do Consórcio, sendo que o voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no Consórcio. Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação. As decisões serão tomadas por maioria simples dos municípios associados presentes, com exceção das previstas no protocolo, neste contrato e no Estatuto Social.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA****Da Diretoria, eleição e duração do mandato**

O Consórcio será dirigido por uma Diretoria, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos em Assembleia Geral, por escrutínio secreto para o mandato de 1 (um) ano, sendo permitida re-eleição. Havendo uma única chapa a eleição poderá ocorrer por aclamação. No caso de empate será declarado eleita a chapa que tiver como Presidente o Prefeito mais idoso.

A eleição da primeira diretoria será realizada na primeira Assembleia Geral após a assinatura deste contrato e aprovação do Estatuto, e as seguintes serão realizadas no mês de dezembro de cada ano, para o exercício seguinte, assumindo automaticamente em 1º de janeiro.

Os membros da Diretoria não receberão remuneração a qualquer título pelo exercício do cargo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA****Do número, das formas de provimento e da remuneração dos empregados do Consórcio e dos casos de contratação temporária.**

Para atender as finalidades e objetivos do Consórcio, o quadro de pessoal e remuneração será o constante nos anexos I e II, deste Contrato.

A revisão dos salários dos empregados do Consórcio será anual, mediante aprovação da Assembleia Geral.

A contratação dos empregados do Consórcio far-se-á mediante concurso público, exceto para o cargo de coordenador social, considerado cargo de confiança, de livre escolha da Diretoria.

O regime de trabalho dos empregados do Consórcio será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Os municípios consorciados poderão ceder ou transferir servidores do quadro permanente para atuarem na Casa Lar, na forma e condições da legislação de cada um.

Na hipótese do município consorciado assumir o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

A Diretoria estabelecerá através de Resolução, os casos de excepcional interesse público para contratação de pessoal por tempo determinado

objetivando atender às necessidades temporárias, como por exemplo, a execução de estudos, projetos específicos, atendimento às obrigações assumidas por força de convênios, Ajustes de Condutas, termos, acordos, bem como substituições temporárias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Do contrato de gestão, termo de parceria e gestão associada de serviço público

O CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei 9.649/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei nº 9.790/1999, ficando a cargo da Diretoria a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembleia Geral, especialmente convocada para tal finalidade. Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos consorciados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Dos direitos e obrigações dos consorciados

Além dos direitos dos consorciados previstos no Estatuto Social, os municípios adimplentes com suas obrigações poderão exigir dos demais integrantes o pleno cumprimento das cláusulas do contrato estalecidas no Estatuto e nos contratos firmados.

O município poderá se retirar da sociedade com prévia autorização da respectiva Câmara Municipal e desde que participe sua intenção com prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias.

Fica a cargo da Assembleia Geral acertar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou projetos de que participa o retirante.

Os municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público e, os dirigentes, respondem pessoalmente pelas obrigações por eles contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisão da Assembleia Geral.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Do regime contábil e financeiro e da publicidade do atos

A execução das receitas e das despesas do consórcio deverá obedecer às normas de direito administrativo e financeiro aplicáveis às entidades públicas.

O CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado, para apreciar as contas de seu representante legal, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os municípios consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

O Consórcio obedecerá ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo que qualquer do povo tenha acesso às suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Da Gestão do CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE

Para cumprimento de suas finalidades, o CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE poderá:

- I - ser contratado pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação;
- II – firmar convênio em nome dos Municípios consorciados, com o Governo Estadual, Governo Federal, Empresas Públicas, de Economia Mista, Autarquias, Secretarias de Estado, Ministérios e organismos internacionais;
- III - mediante previsão em contrato de programa, promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

No caso de contratação de operação de crédito, o Consórcio se sujeita aos limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 52, inciso VII, da Constituição Federal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Do Contrato de Rateio

Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

A eventual impossibilidade do município consorciado cumprir as obrigações orçamentária e financeira estabelecidas em contrato de rateio obriga o Consórcio a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, o CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE deverá fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Da Contratação do CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE por Município

O Consórcio poderá ser contratado por município consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei no 11.107 de 2005.

O Contrato, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado município consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA

Das Licitações Compartilhadas

O CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Da Exclusão de Município Consorciado

A exclusão de município consorciado só é admissível havendo justa causa.

Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão, pelo município consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio, ou tornar-se inadimplente.

A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o município consorciado poderá se reabilitar.

A exclusão de consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Da extinção do Consórcio.

A extinção do Consórcio dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados, sendo que em caso de extinção:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

III - o pessoal cedido ao Consórcio retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.

IV - O Município de Lindóia do Sul, sede do Consórcio, indenizará os demais municípios pelas edificações e bens móveis adquiridos em conjunto durante a existência do Consórcio, após avaliação feita em comum acordo entre os consorciados, na mesma proporção em que foram adquiridos e dentro das condições financeiras do Município de Lindóia do Sul.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Do local e das condições para construção do imóvel destinado ao funcionamento do CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE e da aquisição dos bens móveis.

O terreno onde será construído o imóvel destinado ao funcionamento do Consórcio é de propriedade do Município de Lindóia do Sul e será cedido ao CONSÓRCIO CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE por meio de termo de comodato que terá validade no período de duração do Consórcio.

As despesas para a construção do imóvel, bem como a aquisição dos bens móveis necessários ao funcionamento do Consórcio, serão rateadas entre os municípios consorciados, por meio de contrato de rateio, em igual proporção.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Das disposições gerais

Nenhum município poderá ser obrigado a permanecer consorciado, sendo que a retirada do município do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, na forma previamente disciplinada por Estatuto Social.

Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do contrato de consórcio público ou do instrumento de transferência ou de alienação.

A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Das disposições transitórias

Os controles administrativo e financeiro, os procedimentos licitatórios e de pessoal, enquanto o Consórcio não contar com estrutura adequada para tal finalidade, serão executados por servidores do quadro de pessoal do Município de Lindóia do Sul.

Este Contrato de Consórcio será publicado na imprensa oficial, podendo ser de forma reduzida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet em que se poderá obter seu texto integral.

Concórdia-SC, 15 de setembro de 2009.

JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito Municipal de Arbutã

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal de Ipumirim

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal de Lindóia do Sul

Visto:



ROBERTO KURTZ PEREIRA  
OAB/SC 22.519

ANEXO I  
QUADRO DE PESSOAL

GRUPO	CARGO	NÍVEL	N.º DE VAGAS	Vencimento R\$	Carga Horária Semanal
1- SERVIÇOS GERAIS (SEG)	Servente	III	04	600,00	40 horas
3-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	Monitor Social	II	10	800,00	40 horas
	Coordenador Social	I	01	1.500,00	CC
5-TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)	Assistente Social	IV	01	500,00	10 horas
	Psicólogo	IV	01	500,00	10 horas

ANEXO II  
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

CARGO: SERVENTE	
REQUISITOS	ALFABETIZADO
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar atividades de limpeza geral;</li> <li>• Lavar e passar roupas;</li> <li>• Manter local limpo e arejado;</li> <li>• Realizar todas as refeições conforme cardápio da instituição;</li> <li>• Servir a alimentação aos abrigados;</li> <li>• Auxiliar os monitores, equipe técnica e coordenador quando necessário;</li> <li>• Realizar outras tarefas correlatas à função.</li> </ul>
CARGO: MONITOR SOCIAL	
REQUISITOS	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir, através de sua ação, a proteção à criança e ao adolescente que tiverem seus direitos básicos violados e ou ameaçados, respeitando os preceitos do ECA;</li> <li>• Acolher as crianças e adolescentes com procedimentos que minimizem a situação de fragilidade em que eles (as) se encontram, articulando todos os atendimentos necessários para garantir a proteção integral;</li> <li>• Produzir relatórios contendo informações sobre os atendimentos prestados às crianças e aos adolescentes abrigados;</li> <li>• Garantir a privacidade das informações e repassá-las à coordenação da Casa Lar, tendo em vista que as referidas se constituem na história de vida das crianças e adolescentes atendidos;</li> <li>• Habilidade nos cuidados com crianças e adolescentes;</li> <li>• Realizar toda e qualquer atividade relacionada às crianças e adolescentes abrigadas, tais como cuidados com higiene, frequência escolar, atividades escolares;</li> <li>• Levar e acompanhar os abrigados aos atendimentos médico, psicológico e demais relacionados a crianças e adolescentes abrigados;</li> <li>• Responsabilizar pelo desenvolvimento físico, moral e social dos infantes abrigados;</li> <li>• Auxiliar nas atividades domésticas como na elaboração da alimentação, limpeza e cuidados com o espaço físico;</li> <li>• Proporcionar momentos de recreação e discussão sobre a realidade da Casa Lar</li> <li>• Realizar outras tarefas correlatas à função.</li> </ul>
CARGO	COORDENADOR SOCIAL

REQUISITOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar as atividades e ações desenvolvidas no abrigo com disponibilidades semi-integral;</li> <li>• Levar as crianças e adolescentes ao medico sempre que necessário acompanhado do monitor;</li> <li>• Elaborar plano político-pedagógico para a instituição;</li> <li>• Planejar atividades culturais e recreativas;</li> <li>• Analisar e verificar as ações realizadas pelos monitores;</li> <li>• Elaborar escala de trabalho para a instituição;</li> <li>• Verificar se os funcionários da Casa Lar estão realizando suas atividades conforme estabelecido</li> <li>• Verificar e solicitar a lista de alimentos sempre que necessário</li> <li>• Agendar os encaminhamentos necessários aos abrigados</li> <li>• Manter contato semanal com equipe multiprofissional;</li> <li>• Manter atualizado o banco de dados do abrigo com o CEJA/SC e enviar mensalmente os dados necessários;</li> <li>• Manter arquivo com documentos dos abrigados;</li> <li>• Realizar outras tarefas correlatas à função.</li> </ul>
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL	
REQUISITOS	CURSO SUPERIOR COMPLETO
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades;</li> <li>• Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando à implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário;</li> <li>• Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família;</li> <li>• Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial;</li> <li>• Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde;</li> <li>• Desenvolver atividades que visem à promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais;</li> <li>• Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população;</li> <li>• Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para a realização de atividade na área do Serviço Social;</li> <li>• Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde;</li> <li>• Participar das ações que visem à promoção dos servidores da instituição;</li> <li>• Realizar outras tarefas correlatas à função.</li> </ul>
CARGO: PSICÓLOGO	
REQUISITOS	CURSO SUPERIOR COMPLETO, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão;
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, utilizando-se para isto dos recursos técnicos e metodológicos apropriados;</li> <li>• Prestar atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades médicas;</li> <li>• Participar de equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, com o objetivo de integrar as ações desenvolvidas;</li> <li>• Planejar, orientar, coordenar, supervisionar e, avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada;</li> <li>• Executar atendimento psicossocial, através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas;</li> <li>• Atuar em pesquisa da psicologia, em relação a saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos;</li> <li>• Participar em ações de assessoria, prestando consultoria e, emitindo pareceres dentro de sua área de atuação;</li> <li>• Participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes;</li> <li>• Participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos;</li> <li>• Atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores;</li> <li>• Zelar pela sua segurança e, de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho;</li> <li>• Participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços;</li> <li>• Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;</li> <li>• Realizar outras tarefas correlatas à função.</li> </ul>

## AMFRI

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO - CITMAR - 005 DE 2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR.

PIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 05/2016



Contratado: S & N SOLUÇÕES EM TURISMO S/S LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.620.045/0001-00, possuindo o nome fantasia "OPERA2".

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Fica a vigência do presente contrato prorrogada até a data de 31/03/2017, podendo ser novamente prorrogada, mediante necessidade e vontade das partes, através de novo Termo Aditivo.

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas não modificadas pelo presente Primeiro Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 17 de janeiro de 2016.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo CITMAR

## AMREC

### ATA 10-01-2017 REUNIÃO DOS PREFEITOS

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AMREC NR 01 DE 10 DE JANEIRO DE 2017 - FAX: Nº 001/2017 – CONVOCAÇÃO. PRESENCAS NO LIVRO 05 – FLS. 34 – HORÁRIO: 16 HORAS – PLENARINHO DA AMREC.

Aos dez dias do mês de janeiro de 2017, os prefeitos da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) se reuniram no Plenarinho da AMREC, para a primeira reunião de 2017 da Assembleia Geral Ordinária. A reunião contou com a presença do prefeito do município de Forquilha, Dimas Kammer; do ex-prefeito de Forquilha e ex-presidente da AMREC, Vanderlei Alexandre; dos prefeitos de Balneário Rincão, Jairo Celoi Custódio; de Nova Veneza, Rogério José Frigo; de Orleans, Jorge Luiz Koch; do prefeito de Cocal do Sul, Ademir Magagnin; do prefeito de Siderópolis, Hélio Roberto Cesa; do prefeito de Treviso, Jaimir Comin; do prefeito de Urussanga, Luis Gustavo Cancellier; do prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro; do prefeito de Lauro Muller, Valdir Fontanella; do prefeito de Morro da Fumaça, Agenor Coral; do vice-prefeito de Forquilha, Félix Hobold; do vice-prefeito de Siderópolis, Alexandre Feltrin Fernandes; do diretor do Instituto de Desenvolvimento de Ensino e Assistência a Saúde (IDEAS), Roberto Benedetti; do coordenador regional da defesa civil, Rosinei da Silveira; do diretor do Hospital Materno Infantil Santa Catarina (HMISC), Leon Iotti; do coordenador do Sebrae, Murilo Gelosa; do vereador de Criciúma, Júlio Cesar Kaminski; do secretário de planejamento de Nova Veneza, Renato Pieri; do coordenador da defesa civil de Orleans, Micheline Burger; do coordenador da defesa civil de Lauro Muller, José Geraldo Conceição; diretor do IDEAS, Julhano Tiago Capeletti; do secretário municipal de saúde de Nova Veneza, Adjalma Mastella; do secretário municipal de saúde de Orleans, Luana Mattei de Oliveira; do COSEMS Criciúma, Roseclair Barros; do secretário adjunta de saúde de Orleans, Alana Patrícia Stoes; do Gerência Regional de Saúde, Fernando De Fáveri; da diretora do CISAMREC, Daniria N. S. Rocha; do assessor do CISAMREC, Sidnei José De Lucca; da secretária do colegiado de Saúde, Margarete Maria Pasetto; do assessor contábil da AMREC, Jacimar Alexandre Torres; do diretor executivo do CIASAMREC, Felipe B. F. Cambruzzi; do Assessor de Imprensa da AMREC, Antonio Rozeng; do coordenador do movimento econômico da AMREC, Ailson Piva; do assessor jurídico da AMREC, Giovanni Dagostin Marchi; e do diretor executivo da AMREC, José Roberto Madeira. A reunião iniciou com o ex-presidente da AMREC, Vanderlei Alexandre, lendo o termo e dando posse ao prefeito eleito do município de Forquilha, Dimas Kammer (PP), como presidente do conselho executivo provisório da AMREC. Ficando os demais cargos da seguinte maneira: 1º vice-presidente – Jairo Celoy Custódio (Balneário Rincão - PMDB), 2º vice-presidente – Rogério José Frigo (Nova Veneza – PSDB), 1º secretário – Hélio Roberto Cesa (Siderópolis - PMDB), 2º secretário – Luís Gustavo Cancellier (Urussanga - PP), Tesoureiro – Murialdo Canto Gastaldon (Içara – PMDB). No conselho fiscal ficam os seguintes prefeitos: Jaimir Comin (Treviso – PP), Jorge Luiz Koch (Orleans - PMDB) e Clésio Salvaro (Criciúma – PSDB), como titulares e Agenor Cocal (Morro da Fumaça – PP), Ademir Magagnin (Cocal do Sul – PP) e Valdir Fontanella (Lauro Muller – PP), como suplente. O presidente da AMREC deu boas-vindas aos presentes, e iniciou a reunião colocando em votação a proposta de antecipar a data da próxima eleição para presidente da Associação, prevista em estatuto para até a primeira quinzena de março. A proposta foi aprovada por unanimidade, sendo marcada reunião no dia 26 de janeiro, às 16 horas. Dando prosseguimento a reunião, o presidente passou a palavra ao diretor executivo da AMREC, José Roberto Madeira, para dar sequência as pautas previstas na convocação. Ato seguinte o diretor passou a palavra ao coordenador regional da Defesa Civil, Rosinei da Silveira. Ele apresentou a estrutura do Estado para a defesa civil e falou aos prefeitos da importância da estruturação da Defesa Civil nos municípios, dizendo o quanto é importante um responsável de plantão 24 horas, e uma estrutura mínima disponibilizada. Seguindo reunião, foi passado a palavra aos diretores do IDEAS. O presidente do IDEAS, Julhano Capeletti, apresentou a Instituição, que passou a administrar o Hospital Materno Infantil Santa Catarina (HMISC). Os números do Hospital também foram apresentados, assim como alternativas para ampliar a estrutura física e aumento a receita da Instituição, como abrir para atendimento particular, cobrar estacionamento e abrir a possibilidade de contribuição dos demais municípios da região. Segundo os números apresentados pelo hospital, hoje são R\$ 800 mil de custeio, R\$ 180 mil de produção hospitalar, 56 mil de produção ambulatorial, e mais R\$ 17mil e 500 de UTI tipo II. Uma das propostas apresentadas foi que os municípios da AMREC, e também da AMESC, contribuíssem com o hospital com base no PIB. Seguindo a reunião, foi passado a palavra ao Coordenador Regional Sul do Sebrae, Murilo Gelosa, que apresentou o que o SEBRAE tem para oferecer na administração pública. Seguindo a reunião os prefeitos definiram os nomes que participam dos conselhos e comitês, ficando da seguinte maneira: Conselho Superior de Administração da FUCRI – CSA, prefeito Murialdo Canto Gastaldon (Içara) como titular e prefeito Agenor Coral (Morro da Fumaça) como suplente; Conselho Universitário da Unesc – CONSU, prefeito Hélio Roberto Cesa (Siderópolis) como titular e prefeito Ademir Magagnin (Cocal do Sul) como suplente; Comitê de Recuperação da Bacia Carbonífera, prefeito Clésio Salvaro (Criciúma) como titular e prefeito Valdir Fontanella (Lauro Muller) como suplente; Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Urussanga, prefeito Luiz Gustavo Cancellier (Urussanga) como titular e prefeito Jairo Celoy Custódio (Balneário Rincão) como suplente; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, prefeito Dimas Kammer (Forquilha) como titular e prefeito Rogério José Frigo (Nova Veneza) como suplente; Credisol, prefeito Jaimir Comin (Treviso) como titular e Jorge Luiz Koch (Orleans) como suplente. Passando para próxima pauta, foi escolhido três nomes para compor chapa para presidência da FECAM. Os prefeitos escolheram o prefeito de Cocal do Sul, Ademir Magagnin, representando o PP; o prefeito de Nova Veneza, Rogério José Frigo, representando o PSDB; e o prefeito de Içara, Murialdo Canto Gastaldon, representando o PMDB. Seguindo a pauta foi tratado da

contratação da Empresa para Assessoria e Consultoria Ambiental. Os prefeitos debateram sobre o assunto, alguns prefeitos se mostraram favoráveis a contratação e outra não, decidindo um debate mais amplo e deixando o assunto a ser aprofundado numa próxima reunião. Dando sequência aos assuntos gerais foi passado a palavra ao assessor contábil da AMREC, Jacimar Torres, que avisou aos prefeitos que haverá um treinamento na AMREC nos dias 2 e 3 de fevereiro, sobre a lei 13.019, que trata do Marco Regulatório da ONGs, tanto para as prefeituras, quanto para as instituições. O consultor jurídico da AMREC, o advogado Giovanni Dagostin, alertou os prefeitos para ter atenção no cumprimento desta lei, que pode gerar improbidade administrativa aos prefeitos, não podendo mais firmar convênios com entidades, sem chamamento público. Seguindo os assuntos gerais foi tratado das contribuições dos Municípios com a AMREC, onde os municípios de Criciúma, Urussanga e Lauro Muller, estão com parcelas referente ao ano de 2016 em aberto. O prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro, pediu para diminuir o valor que o município paga para a Associação, alegando dificuldades financeiras. Seguindo a reunião o prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro, propôs reunião urgente com os representantes do Estado para tratar sobre o Hospital São José. Segundo ele é o assunto mais grave de todos. Os prefeitos aprovaram ofício solicitando audiência com o vice-governador do Estado, Eduardo Moreira, para tratar do assunto junto aos prefeitos e também que seja enviado cópia do mesmo ofício ao deputado José Milton Scheffer, coordenador da frente parlamentar em defesa da saúde. A sugestão da data foi na próxima quinta-feira, dia 12, mas dependendo da disponibilidade de agenda com o governador. Nada mais foi tratado, encerrando-se a presente reunião, cuja ata será lida, aprovada e assinada na forma regimental.

Criciúma, 10 de janeiro de 2017.

Dimas Kammer  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da AMREC

Jairo Celoi Custódio  
Prefeito de Balneário Rincão

Ademir Magagnin  
Prefeito de Cocal do Sul

Clésio Salvaro  
Prefeito de Criciúma

Valdir Fontanella  
Prefeito de Lauro Muller

Agenor Coral  
Prefeito de Morro da Fumaça

Rogério José Frigo  
Prefeito de Nova Veneza

Jorge Luiz Koch  
Prefeito de Orleans

Hélio Roberto Cesa  
Prefeito de Siderópolis

Jaimir Comin  
Prefeito de Treviso

Luís Gustavo Cancellier  
Prefeito de Urussanga

José Roberto Madeira  
Diretor Executivo

**EGEM****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA\_EGEM**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017 – Assembleia Geral Ordinária

A Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, Senhora MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, Prefeita Municipal de Vargem, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto nos arts. 9, 10, 11 “a”, 12, 13, 15 “a”, 16 “b” e 16 “f” do Estatuto Social,

**CONVOCA:**

Os(as) senhores(as) prefeitos(as) membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e presidentes das associações de municípios de Santa Catarina ou seus(suas) legítimos(as) representantes para a Assembleia Geral Ordinária da EGEM, com a seguinte ordem do dia:

Data: 27 de janeiro de 2017

Horário: 08h30

Local: Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS

Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis - SC

**Ordem do Dia:**

08h30 – Primeira chamada;

09h – Segunda chamada para a Abertura da Assembleia Geral Ordinária e apresentação, apreciação e deliberação:

1. Relatório de Atividades e Balanço Anual, relativos ao exercício de 2016;
2. Plano de Trabalho da EGEM para 2017;
3. Eleição e posse dos prefeitos que comporão o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da EGEM;

10h – Encerramento da Assembleia Geral.

Florianópolis, 13 de janeiro de 2017.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER

Prefeita de Vargem

Presidente da EGEM

# Consórcios

## ARIS

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONSELHO DE REGULAÇÃO Nº 01/2017**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017

O Presidente interino do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 31 de janeiro de 2017, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 31 de janeiro de 2017

Horário: Início às 8h30

Local: Sede da ARIS (Rua Gal. Liberato Bittencourt, n. 1885, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

01) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no Processo Administrativo Punitivo nº 037/2016. Auto de Infração nº 037/2016. Autuada: CASAN. Município de Palmitos, Relator Conselheiro Willian Carlos Narzetti;

02) Analisar, deliberar e expedir resolução, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados na revisão tarifária dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pelo SAMAE, do Município de Jaguaruna;

03) Relatório de Ouvidoria;

04) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; e

05) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2017.

Afonso Veiga Filho

Presidente interino do Conselho de Regulação da ARIS

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 14/2016**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N. 14/2016

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso de suas atribuições legais, homologa o Pregão n. 14/2016 (Processo Licitatório n. 115/2016), no qual restaram vencedoras as empresas: WIK-TEL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, CNPJ: 07.783.609/0001-23, com relação ao item 02 e TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ: 02.558.157/0001-62, com relação ao item 03.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2017.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS



**CIGA****Extrato de Contrato n. 09 - Prefeitura Municipal de Camboriú**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Camboriú

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Camboriú

CNPJ: 83.102.293/0001-45

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 02/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 29.340,00 (vinte e nove mil e trezentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 03 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 10 - Câmara Municipal de Abdon Batista**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Abdon Batista

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Abdon Batista

CNPJ: 05.632.918/0001-77

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 02/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 03 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 11 - Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça

CNPJ: 83.000.323/0001-02

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 12.960,00 (doze mil e novecentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 10 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 12 - Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

CNPJ: 01.614.374/0001-60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 03/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 13 - Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

CNPJ: 01.614.374/0001-60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 02/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 14 - Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul

CNPJ: 95.954.509/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 02/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.980,00 (um mil e novecentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 15 - Câmara Municipal de Erval Velho**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Erval Velho

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Erval Velho

CNPJ: 24.734.770/0001-26

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 16 - Prefeitura Municipal de São José do Cedro**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São José do Cedro

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José do Cedro

CNPJ: 83.026.781/0001-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ? GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 17.231,52 (dezesete mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 18 - Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima

CNPJ: 82.926.593/0001-86

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 19 - Prefeitura Municipal de Fraiburgo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Fraiburgo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fraiburgo

CNPJ: 82.947.979/0001-74

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CT17PMF05

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo



Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ? GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 47.508,96 (quarenta e sete mil, quinhentos e oito reais e noventa e seis centavos)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 03 de janeiro de 2017.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 487 - Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 487/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco  
CNPJ: 82.777.244/0001-40Â  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2015  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.660,00 (três mil e seiscentos e sessenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 488 - Prefeitura Municipal de Urussanga**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 488/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Urussanga  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Urussanga  
CNPJ: 82.930.181/0001-10  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.140,00 (sete mil e cento e quarenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 489 - Câmara Municipal de Papanduva**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 489/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Papanduva  
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Papanduva  
CNPJ: 83.493.726/0001-30  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 490 - Prefeitura Municipal de Capão Alto**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 490/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Capão Alto

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Capão Alto

CNPJ: 01.599.409/0001-39

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 491 - Câmara Municipal de Irati**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 491/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Irati

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Irati

CNPJ: 20.216.183/0001-94

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e

Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 492 - Prefeitura Municipal de Abdon Batista**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 492/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Abdon Batista

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Abdon Batista

CNPJ: 78.511.052/0001-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.230,00 (sete mil e duzentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de

2017.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**RESOLUÇÃO 01/2017**

Resolução CIGA nº 01, de 16 de janeiro de 2017

Concede a revisão geral anual de salários dos empregados do CIGA, a revisão dos auxílio-saúde e auxílio-educação, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Senhor Douglas Mello, Prefeito de Lebon Régis, Considerando que compete ao Conselho de Administração do CIGA deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CIGA (inciso XI do artigo 19 do Contrato de Consórcio Público do CIGA);

Considerando o conceito de Remuneração (salário do emprego, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas no Estatuto ou em Resolução) estabelecido no artigo 50, inciso VI do Estatuto do CIGA;

Considerando que os valores dos salários dos empregos são os constantes da Tabela de Referências Salariais, de que trata o Anexo II do Estatuto, assegurada a revisão geral anual (artigo 62 do Estatuto do CIGA);

Considerando a previsão de concessão de revisão geral anual de salários aos empregados do CIGA, sempre no mês de janeiro de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (artigo 74 do Estatuto do CIGA);

Considerando a previsão de concessão, ao empregado do CIGA, com a participação financeira destes, de auxílio para o custeio de plano de saúde (artigo 69 do Estatuto do CIGA);

Considerando a Resolução do CIGA de n.º 63, de 10 de abril de 2014, que regulamenta, no âmbito do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), os procedimentos relativos ao auxílio para o custeio do Plano de Saúde aos empregados, notadamente o disposto em seus artigos 7.º e 8.º;

Considerando a Resolução do CIGA de n.º 66, de 09 de junho de 2014, que estabelece normas e procedimentos para a implantação e operacionalização do Programa de Capacitação dos servidores do CIGA e dá outras providências;

Considerando a deliberação da 13ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do CIGA, realizada na data de 04 de julho de 2016, que aprovou, por unanimidade, a concessão de reajuste aos benefícios auxílio-saúde e auxílio-educação, a contar do exercício de 2017;

Considerando que as deliberações do Conselho de Administração são expedidas por meio de Resolução do Presidente do CIGA (inciso I do artigo 37 do Estatuto do CIGA);

Considerando que é condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do CIGA a respectiva publicação no órgão oficial de publicação do CIGA (artigo 39 do Estatuto do CIGA);

**RESOLVE:**

Art. 1.º. Conceder a revisão geral anual de salários dos empregados do CIGA no percentual de 6,58% para o exercício de 2017, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo IBGE, acumulado em 2016, passando a vigorar os valores previstos no Anexo I desta Resolução, em cumprimento ao art. 37, inc. X, da Constituição Federal, ao artigo 74 do Estatuto do CIGA e às orientações e jurisprudências dos Tribunais Superiores, inclusive da Corte de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º. Autorizar a concessão de revisão do auxílio-saúde no

percentual de 57.06%, considerando os reajustes realizados pela operadora do plano no percentual de 33,67%; o INPC acumulado de abril de 2014 a dezembro de 2016 de 23.39%; passando a vigorar os valores de até R\$ 204.18/mês ao empregado titular do plano e a inclusão do valor de até R\$ 102.09/mês por dependente no plano de saúde (50% do valor do titular para cada dependente), em cumprimento à deliberação da 13ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do CIGA, realizada na data de 04 de julho de 2016.

Art. 3.º. Autorizar a concessão de revisão do auxílio-educação no percentual de 21.70%, considerando a atualização do INPC de junho de 2014 a dezembro de 2016, a ser aplicado no valor atual de R\$ 290,00, passando a vigorar o valor de R\$ 352.93/mês, em cumprimento à deliberação da 13ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do CIGA, realizada na data de 04 de julho de 2016.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2017, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2017.

Douglas Mello

Prefeito de Lebon Régis

PRESIDENTE DO CIGA

ANEXO I

TABELA DE REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referência	Salário
1	954,62
2	1.024,93
3	1.096,07
4	1.168,10
5	1.241,02
6	1.314,78
7	1.389,39
8	1.464,91
9	1.541,26
10	1.618,51
11	1.696,62
12	1.775,59
13	1.855,43
14	1.936,15
15	2.017,70
16	2.100,15
17	2.183,46
18	2.267,67
19	2.352,70
20	2.438,61
21	2.525,38
22	2.613,06
23	2.701,55
24	2.790,94
25	2.881,21
26	2.972,34



27	3.064,31
28	3.157,17
29	3.250,91
30	3.345,50
31	3.440,96
32	3.537,28
33	3.634,50
34	3.732,53
Referência	Salário
35	3.831,49
36	3.931,28
37	4.031,95
38	4.133,50
39	4.235,89
40	4.339,17
41	4.443,30
42	4.548,31
43	4.654,18
44	4.760,93
45	4.868,53
46	4.977,02
47	5.086,38
48	5.196,56
49	5.307,66
50	5.419,62
51	5.532,43
52	5.646,13
53	5.760,67
54	5.876,09
55	5.992,39
56	6.109,54
57	6.227,57
58	6.346,43
59	6.466,21
60	6.586,85
61	6.708,35
62	6.830,71
63	6.953,95
64	7.078,03
65	7.203,01
66	7.328,85
67	7.455,54
68	7.583,11

Referência	Salário
69	7.711,54
70	7.840,87
71	7.971,03
72	8.102,08
73	8.234,00
74	8.366,75
75	8.500,41
76	8.634,94
77	8.770,33
78	8.906,57
79	9.043,68
80	9.181,66
81	9.320,51
82	9.460,23
83	9.600,82
84	9.742,28
85	9.884,60
86	10.027,79
87	10.171,87
88	10.316,77
89	10.462,57
90	10.609,24
91	10.756,76
92	10.905,18
93	11.054,46
94	11.204,57
95	11.355,58
96	11.507,47
97	11.660,18
98	11.813,79
99	11.968,27
100	12.123,60

**CIMVI****RESOLUÇÃO Nº 177 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016 - ANEXO VI - CONTRATO DE RATEIO Nº 2016/07 - EXERCÍCIO 2017 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR**

CONTRATO DE RATEIO Nº 2016/07

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAR, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS NO EXERCÍCIO DE 2017.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito; GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIMVI, bem como considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2017, aprovada na 24ª Assembleia Geral Ordinária de 26 de julho de 2016, e os Contratos de Rateio aprovados na 25ª Assembleia Geral Ordinária de 08 de dezembro de 2016, tem justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. A manutenção das atividades administrativas e financeiras, objeto deste contrato será executada pelo CONSÓRCIO, direta ou indiretamente, conforme deliberação de sua Diretoria Executiva, consistindo no planejamento, organização, direção e controle das atividades concernentes à administração geral da instituição.

2.2. Para a consecução das atividades tratadas neste instrumento, os CONSORCIADOS atuarão em estrita colaboração com o CONSÓRCIO, prestando-lhe as informações pertinentes, efetuando pontualmente os repasses financeiros, cumprindo com as obrigações estatutárias e praticando todos os demais atos de sua competência.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA E CONDIÇÕES DO RATEIO**

3.1. O rateio dos recursos entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da proporção de populacional.

3.2. O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, de janeiro a dezembro de 2017, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.301-0, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

4.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2017 o valor total de R\$453.600,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais), compreendendo a previsão necessária para a manutenção das atividades contempladas no item 2.1 da Cláusula Segunda.

4.2. O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Anual (R\$)	Valor mensal (R\$)		
		Modalidade de Despesa	Valor	Total
Apiúna	17.256,00	3190	1.106,00	1.438,00
		3390	309,00	
		4490	23,00	
Ascurra	13.320,00	3190	853,00	1.110,00
		3390	239,00	
		4490	18,00	
Benedito Novo	18.576,00	3190	1.190,00	1.548,00
		3390	333,00	
		4490	25,00	
Botuverá	8.028,00	3190	514,00	669,00
		3390	144,00	
		4490	11,00	
Doutor Pedrinho	6.480,00	3190	415,00	540,00
		3390	116,00	
		4490	9,00	
Gaspar	104.160,00	3190	6.673,00	8.680,00
		3390	1.867,00	
		4490	140,00	
Guabiruba	33.132,00	3190	2.123,00	2.761,00
		3390	594,00	
		4490	44,00	
Indaial	98.580,00	3190	6.316,00	8.215,00
		3390	1.767,00	
		4490	132,00	
Pomerode	49.884,00	3190	3.196,00	4.157,00
		3390	894,00	
		4490	67,00	
Rio dos Cedros	18.480,00	3190	1.184,00	1.540,00
		3390	331,00	
		4490	25,00	
Rodeio	19.620,00	3190	1.257,00	1.635,00
		3390	352,00	
		4490	26,00	
Timbó	66.084,00	3190	4.234,00	5.507,00
		3390	1.184,00	
		4490	89,00	
Total	453.600,00	37.800,00		

4.3. Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2017.

4.4. Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

5.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento de cada CONSORCIADO, vigentes para o exercício financeiro de 2017.

6.2. Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2017.

6.3. Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

6.4. As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.001	Manutenção das Atividades
2001	Manutenção das Atividades
31900000	Aplicações Diretas
33900000	Aplicações Diretas
44900000	Aplicações Diretas
1000	Recursos Ordinários

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

7.3. O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CIMVI.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

9.3. A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

9.4. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 13 (treze) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 08 de dezembro de 2016.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

Nicanor Morro Município de Apiúna	Moacir Polidoro Município de Ascurra
Jean Michel Grundmann Município de Benedito Novo	José Luiz Colombi Município de Botuverá
Hartwig Persuhn Município de Doutor Pedrinho	Pedro Celso Zuchi Município de Gaspar
Matias Kohler Município de Guabiruba	Sergio Almir dos Santos Município de Indaial
Rolf Nicolodelli Município de Pomerode	Fernando Tomaselli Município de Rio dos Cedros
Paulo Roberto Weiss Município de Rodeio	Laércio Demerval Schuster Júnior Município de Timbó

Testemunhas:

Luiz Claudio Kades 693.125.329-87	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
--------------------------------------	--

**CIS/AMMVI****RESOLUÇÃO Nº 141-2017 - CISAMVI**

RESOLUÇÃO nº 141, de 16/01/2017.

Designa servidores para compor a Comissão de Licitações para o exercício de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMVI; e fundamentado nos artigos 6º, Inciso XVI, e 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica designado a Comissão de Licitações do CISAMVI para o exercício de 2016, composta dos seguintes empregados públicos:

Nome	Função
Cleones Hostins	Presidente
Daniella de Souza Martins	Secretária
Marcos da Rocha	Membro

Parágrafo Único – A Comissão de Licitações atuará sob a presidência do primeiro, e sem ônus para o Consórcio Público, processando as licitações, inexigibilidades e dispensa de licitação de que trata a Lei nº 8.666/93, analisando e julgando, de forma vinculada, a habilitação preliminar e as propostas respectivas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 16 de janeiro de 2017.

MATIAS KOHLER

Presidente do CISAMVI

**CISAM****ATA 16.01.2017 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DO CISAM MEIO OESTE**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO

INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

CISAM MEIO-OESTE

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se na sede do CISAM Meio Oeste, sito à Rua Lourenço Côas Netto, nº 140, Loteamento Universitário, município de Capinzal/SC, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, convocada através de edital devidamente publicado, representantes dos seguintes municípios consorciados ao CISAM Meio Oeste: ABDOM BATISTA representado pelo Sr Lucimar Salmoria Prefeito Municipal; ALTO BELA VISTA, representado pelo Sr. Gilberto Rech Gerente de Urbanismo e Habitação ; BRUNÓPOLIS, representado pelo Sr. Ademil Antônio da Rosa, Prefeito Municipal; CAMPOS NOVOS, representado pelo Sr. Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal; CAPINZAL, representado pelo Sr. Nilvo Dorini, Prefeito Municipal; HERVAL D'OESTE, representado pelo Sr. Lorival Xavier de Almeida; JOAÇABA, representado pelo Sr. Dioclesio Ragnini, Prefeito Municipal; LUZERNA, representado pelo Sr. Moisés Diersmann, Prefeito Municipal; MONTE CARLO, representado pelo Sr Aelton Gomes de Campos, OURO, representado pelo Sr. Jose Pastore, Vice Prefeito Municipal; ZORTÉA, representado pelo Sr. Alcides Mantovani, Prefeito Municipal; VARGEM Representado pela Prefeita Municipal Sra Milena A Becher; FRAIBURGO representado pela Sra Claudete Mathias Prefeita Municipal; Dando início aos trabalhos, o Sr. Sidnei Penzo fez sua saudação e agradeceu a presença de todos, esclareceu sobre os objetivos do consórcio e justificou a necessidade da assembleia extraordinária, passando em seguida à verificação do quorum. Constatou-se a participação de representantes de 13 entes, dentre os 14 (quatorze) municípios consorciados. Havendo quórum, declarou aberta a assembleia e passou à leitura do Edital de Convocação e Pauta da mesma. Em seguida, submeteu a pauta à aprovação dos presentes, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência, foi constituída a mesa oficial de autoridades, composta pelo Sr. Sidnei Penzo, Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste, pelo Sr, Nilvo Dorini Prefeito da cidade anfitriã; Foi dada a palavra ao Prefeito Anfitrião, que saudou os presentes destacando as dificuldades encontradas no decorrer da obra, mas que já está em seu estágio final, acreditando que no máximo em 120 dias deverá estar concluída. Prosseguindo os trabalhos, o Sr. Sidnei fez uma explanação sobre os objetivos gerais dos Consorcio e suas finalidades destacando a construção do laboratório de controle da qualidade da água e também a prestação de serviço na área de fiscalização e regulação, destacando a necessidade de adequação do Protocolo de Intenções/Contrato de consórcio público, apresentando proposta de adequação elaborada por comissão composta por servidores do CISAM e representantes de municípios consorciados. Foram indicados representantes dos municípios de Zortea, Capinzal e Campos Novos para compor novo grupo de análise e revisão da proposta, para que esta então possa ser apreciada e aprovada na assembleia geral ordinária de março de dois mil e dezessete. Concluída a sua explanação, o Sr. Sidnei convidou o Engº Bruno Cesar Schmitt, para que demonstrasse o estágio em que se encontra a obra da sede administrativa e laboratórios. O Mesmo deixou claro que para conclusão da obra física faltam apenas vinte e cinco por cento e resta adquirir os equipamentos laboratoriais no valor de R\$ 946.077,00. O prazo contratual para conclusão da obra trinta de abril de dois mil e dezessete. Já foi entregue ao município de Capinzal o Termo de referência para a licitação e aquisição dos equipamentos para o laboratório com previsão de recebimento até final de



agosto do corrente ano. Informou ainda que todo o recurso para a conclusão da obra já se encontra na conta da prefeitura de Capinzal, restando receber a parcela referente aos equipamentos, em seguida apresentou fotos do andamento da obra. Retomando a palavra o Sr. Sidnei convidou o Contador do Consórcio, Sr. Leomar Eggers, a fazer a exposição sobre a situação financeira do consórcio, bem como das previsões orçamentária para o corrente ano. O mesmo demonstrou que ao encerrar o ano de dois mil e dezesseis o consórcio encontrava-se com um superávit do rateio no valor de R\$ 42.583,34, já descontado os R\$ 20.227,05 de restos a pagar e R\$ 61.792,66, vinculados à aquisição de móveis e equipamentos para a sede administrativa. Esclareceu ainda de para o corrente ano o orçamento previsto é de R\$ 799.600,00, distribuído conforme evidenciado na apresentação anexa à esta ata. O Sr. Contador reforçou a necessidade de que os consorciados subscrevam os contratos de rateio e de regulação e honrem os compromissos assumidos nos mesmos, para que o consórcio tenha condições de cumprir suas finalidades. Também evidenciou as pendências de exercícios anteriores por parte dos municípios de Monte Carlo e Vargem, reforçando que a mesma foi lançada em dívida ativa, sendo necessário regularizar. O município de Vargem se manifestou que tem interesse em colocar os pagamentos em dia e solicitou para apresentar uma proposta de parcelamento dos débitos na próxima assembleia que será realizado no mês de março do corrente ano o Sr Sidnei colocou em votação e foi aprovado por unanimidade pela assembleia, já o Município de Monte Carlo se manifestou dizendo que a Prefeitura municipal fara uma visita ao Cisam para apresentar uma proposta até o mês de março, também colocado em votação também foi aprovado por unanimidade pela assembleia, Tornando a fazer uso da palavra, o Sr. Sidnei Penzo solicitou à superintendente do Consórcio que apresentasse o Plano de trabalho para o corrente ano. Assim procedeu-se e o plano de trabalho encontra-se anexo à presente ata, destacou a importância da prestação de serviço pelo laboratório principalmente as análises especiais, destacou também que haverá capacitações para coletores de amostras dos municípios que contrataram o consorcio para a realização das referidas análises, destacou também os trabalhos de regulação nos municípios que já atribuiriam esta competência ao CISAM, O Sr Moises Diersmann solicitou a Sra a Elisabet que faça uma explanação sobre a regulação, pois a ARIS vem assediando os prefeitos para que contratem a regulação com a ARIS e dizendo que o CISAM não teria competência para fazer a regulação, A Sra Elisabet destacou que a atribuição da regulação vem em decorrência da lei 11 445/07, e que a titularidade da prestação do serviço e do município e este deve delegar ou por agencia ou por consorcio a regulação dos serviços, Sr. Alcides Mantovani destacou que os prefeitos devem solicitar um parecer jurídico e quando questionados apresenta-lo, O Sr Moises destacou a importância de todos os entes delegarem a regulação ao consorcio com isso agregando força ao consorcio, ainda a Sra Elisabet destacou também que vários municípios solicitarem o desenvolvimento de regulamento e normas para implantação de loteamentos, foi então constituída um comissão e elaborado todas estas minutas e estão à disposição dos municípios consorciados, também destacou que os municípios devem ter um plano de amostragem de acordo com o a portaria 2.914/11 aprovado pela vigilância sanitária, e também aos municípios que não tem responsável técnico com registro no CRQ, e o CISAM está oferecendo este serviço o CISAM REG neste mês de janeiro deverá iniciar os trabalhos de ouvidoria, colocado em aprovação o plano de trabalho pela assembleia, foi aprovado por unanimidade. O Sr. Sidnei Penzo retomou a palavra, informando aos presentes sobre a necessidade e os procedimentos legais para a eleição do novo presidente do consórcio, informando também da necessidade de se escolher um presidente para conduzir a assembleia de eleição. o Sr Moises Diersmann foi eleito para tal solicitou então a assembleia se tem algum prefeito com interesse em se candidatar, como houve somente a candidatura do Sr. Nilvo Dorini este foi eleito por unanimidade como presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, Usando da palavra o presidente eleito indicou o Sr. Sidnei Penzo e o Sr. Aluir Flemming, para exercerem as funções de Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Técnico Operacional, respectivamente. Os indicados foram apresentados à Assembleia, informando que aceitariam a função e seus nomes foram aprovados por unanimidade. Posteriormente, foi empossada a nova Diretoria Executiva do consórcio. O presidente eleito agradeceu a confiança depositada, se comprometendo a trabalhar em prol de todos e para o bem do Consórcio, com participação de todos os municípios. Assim o presidente e sua diretoria foram considerados empossados. O presidente eleito retornou a palavra ao Sr Sidnei para que o mesmo finalizasse o cumprimento da pauta da assembleia. O Senhor Sidnei informou sobre a necessidade e os procedimentos para eleição do Conselho Fiscal, em razão da maioria dos membros do atual conselho, terem deixado de exercer a função pública no município que os indicou. Os consorciados presentes indicaram seus representantes, sendo que foram eleitos como titulares do Conselho Fiscal os senhores: Luiz Carlos Caliari, do município de Zortea; Dreone Felski Mendes, do município de Luzerna; Ana Carolina Colombo, do município de Ouro; Alexandre Kunen, do município de Campos Novos; e como suplentes: Juliana Priguli do município de Brunópolis; Vilson Sartori do município de Joaçaba; Ildo Lucas do município de Fraiburgo. Foi solicitado pelo Sr Prefeito Lucimar Salmória de Abdon Batista que na próxima eleição seja dado preferência aos municípios não representados no atual conselho. O Conselho Fiscal foi empossado, momento em que o Sr. Sidnei Penzo informou aos mesmos, a respeito de suas atribuições legais. Prosseguindo a pauta o Sr. Sidnei informou aos municípios regulados pelo CISAM, sobre a necessidade de se estabelecer procedimentos padrões de fiscalização dos sistemas de água e esgoto. Informou ainda que o consórcio, através de comissão composta por técnicos pertencentes ao e seu próprio quadro e ao quadro funcional dos municípios consorciados preparou as minutas dos procedimentos necessários à fiscalização. Assim, convidou o Presidente da Câmara de regulação e Fiscalização do Saneamento Básico, Sr. Nasser Ibrahim, para apresentação da Lista de Verificação, minuta de Termo de Infração e Resolução que estabelece os documentos de fiscalização bem como os prazos para atendimento das não conformidades, por parte dos municípios. Os documentos apresentados foram apreciados pelos presentes, ficando seu conteúdo aprovado por unanimidade, o qual integra a presente ata. Dando continuidade à pauta da Assembleia abriu-se espaço para eventuais moções de censura e aplauso, não havendo mais nada a tratar e esgotados os assuntos da pauta, Sr. Sidnei fez os agradecimentos aos presentes. Após foi efetuada a leitura da ata, a qual foi aprovada por todos os presentes e segue assinada pelos representantes dos municípios e demais participantes da Assembleia geral ordinária, ficando assim encerrada a presente assembleia geral extraordinária. -----

Zortea Alcides Mantovani	Alto Bela Vista Gilberto Rech	Brunópolis Ademil Antônio da Rosa
Capinzal Nilvo Dorini	Campos Novos Silvio Alexandre Zancanaro	Monte Carlo Aelton Gomes de Campos
Ouro José Pastore	Herval d'Oeste Lorival Xavier de Almeida	Joaçaba Dioclélio Ragnini
Luzerna Moises Diersmann	Vargem Milena A Becher	Abdon Batista Lucimar Salmoria

Fraiburgo Claudete Mathias		

**TERMO DE APOSTILAMENTO 01/2017**

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 01/2017

Segunda apostila ao Contrato administrativo nº 01/2015 e Contrato aditivo 17/2015, celebrado entre o CISAM e o município de Ouro/SC, com anuência do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE), que tem por objeto a regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do Município de Ouro/SC.

O CISAM Meio Oeste, através da CREFISBA, neste ato representado pelo presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 01/2015, com base na Resolução nº 29/2016 e mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Os preços de Regulação PR, constantes do Contrato nº 01/2015, ficam atualizados monetariamente em 7,39 %, corresponde à variação do INPC (IBGE), referente ao período de dezembro/2015 a novembro/2016.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço mensal de regulação fica fixado em R\$ 0,253 (vinte e cinco centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora) a título de PR, em relação aos serviços de abastecimento de água e R\$ 0,203 (vinte centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora), a título de PR em relação aos serviços de esgotamento sanitário.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A atualização monetária dos preços de regulação incide sobre o número de economias de água e esgotos existentes em 31 de dezembro de 2016 e vigorará a partir de janeiro de 2017.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE, a título de PR, passa a ser R\$ 500,69 (quinhentos reais e sessenta e nove centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 17 de janeiro de 2017.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste  
Nilvo Dorini – Presidente

**TERMO DE APOSTILAMENTO 02/2017**

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 02/2017

Segunda apostila ao Contrato administrativo nº 02/2015 e Contrato aditivo 18/2015, celebrado entre o CISAM e o município de Capinzal/SC, com anuência do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE), que tem por objeto a regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do Município de Capinzal/SC.

O CISAM Meio Oeste, através da CREFISBA, neste ato representado pelo presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 02/2015, com base na Resolução nº 29/2016 e mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Os preços de Regulação PR, constantes do Contrato nº 02/2015, ficam atualizados monetariamente em 7,39 %, corresponde à variação do INPC (IBGE), referente ao período de dezembro/2015 a novembro/2016.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço mensal de regulação fica fixado em R\$ 0,253 (vinte e cinco centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora) a título de PR, em relação aos serviços de abastecimento de água e R\$ 0,203 (vinte centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora), a título de PR em relação aos serviços de esgotamento sanitário.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A atualização monetária dos preços de regulação incide sobre o número de economias de água e esgotos existentes em 31 de dezembro de 2016 e vigorará a partir de janeiro de 2017.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE, a título de PR, passa a ser R\$ 2.020,68 (dois mil e vinte reais e sessenta e oito centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 17 de janeiro de 2017.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste  
Nilvo Dorini – Presidente

**TERMO DE APOSTILAMENTO 03/2017**

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 03/2017

Segunda apostila ao Contrato administrativo nº 04/2015 celebrado entre o CISAM e o município de Joaçaba/SC, com anuência do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE), que tem por objeto a regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do Município de Joaçaba/SC.

O CISAM Meio Oeste, através da CREFISBA, neste ato representado pelo presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 04/2015, com base na Resolução nº 29/2016 e mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Os preços de Regulação PR, constantes do Contrato nº 04/2015, ficam atualizados monetariamente em 7,39 %, corresponde à variação do INPC (IBGE), referente ao período de dezembro/2015 a novembro/2016.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço mensal de regulação fica fixado em R\$ 0,253 (vinte e cinco centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora) a título de PR, em relação aos serviços de abastecimento de água e R\$ 0,203 (vinte centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora), a título de PR em relação aos serviços de esgotamento sanitário.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A atualização monetária dos preços de regulação incide sobre o número de economias de água e esgotos existentes em 31 de dezembro de 2016 e vigorará a partir de janeiro de 2017.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE, a título de PR, passa a ser R\$ 4.160,40 (quatro mil, cento e sessenta reais e quarenta centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 17 de janeiro de 2017.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste  
Nilvo Dorini – Presidente

**TERMO DE APOSTILAMENTO 04/2017**

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 04/2017

Segunda apostila ao Contrato administrativo nº 05/2015 celebrado entre o CISAM e o município de Herval d'Oeste/SC, com anuência do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE), que tem por objeto a regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do Município de Herval d'Oeste/SC.

O CISAM Meio Oeste, através da CREFISBA, neste ato representado pelo presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 05/2015, com base na Resolução nº 29/2016 e mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Os preços de Regulação PR, constantes do Contrato nº 05/2015, ficam atualizados monetariamente em 7,39 %, corresponde à variação do INPC (IBGE), referente ao período de dezembro/2015 a novembro/2016.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço mensal de regulação fica fixado em R\$ 0,253 (vinte e cinco centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora) a título de PR, em relação aos serviços de abastecimento de água e R\$ 0,203 (vinte centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora), a título de PR em relação aos serviços de esgotamento sanitário.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A atualização monetária dos preços de regulação incide sobre o número de economias de água e esgotos existentes em 31 de dezembro de 2016 e vigorará a partir de janeiro de 2017.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE, a título de PR, passa a ser R\$ 2.970,21 (dois mil, novecentos e setenta reais e vinte e um centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 17 de janeiro de 2017.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste  
Nilvo Dorini – Presidente

**TERMO DE APOSTILAMENTO 05/2017**

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 05/2017

Segunda apostila ao Contrato administrativo nº 06/2015 celebrado entre o CISAM e o município de Luzerna/SC, com anuência do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE), que tem por objeto a regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do Município de Luzerna/SC.

O CISAM Meio Oeste, através da CREFISBA, neste ato representado pelo presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 06/2015, com base na Resolução nº 29/2016 e mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Os preços de Regulação PR, constantes do Contrato nº 06/2015, ficam atualizados monetariamente em 7,39 %, corresponde à variação do INPC (IBGE), referente ao período de dezembro/2015 a novembro/2016.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço mensal de regulação fica fixado em R\$ 0,253 (vinte e cinco centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora) a título de PR, em relação aos serviços de abastecimento de água e R\$ 0,203 (vinte centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora), a título de PR em relação aos serviços de esgotamento sanitário.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A atualização monetária dos preços de regulação incide sobre o número de economias de água e esgotos

existentes em 31 de dezembro de 2016 e vigorará a partir de janeiro de 2017.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE, a título de PR, passa a ser R\$ 843,74 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e quatro centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 17 de janeiro de 2017.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste  
Nilvo Dorini – Presidente

### TERMO DE APOSTILAMENTO 06/2017

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 06/2017

Segunda apostila ao Contrato administrativo nº 08/2015 e Contrato aditivo 19/2015, celebrado entre o CISAM e o município de Campos Novos/SC, com anuência do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), que tem por objeto a regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do Município de Campos Novos/SC.

O CISAM Meio Oeste, através da CREFISBA, neste ato representado pelo presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 08/2015, com base na Resolução nº 29/2016 e mediante cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Os preços de Regulação PR, constantes do Contrato nº 08/2015, ficam atualizados monetariamente em 7,39 %, corresponde à variação do INPC (IBGE), referente ao período de dezembro/2015 a novembro/2016.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço mensal de regulação fica fixado em R\$ 0,253 (vinte e cinco centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora) a título de PR, em relação aos serviços de abastecimento de água e R\$ 0,203 (vinte centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora), a título de PR em relação aos serviços de esgotamento sanitário.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A atualização monetária dos preços de regulação incide sobre o número de economias de água e esgotos existentes em 31 de dezembro de 2016 e vigorará a partir de janeiro de 2017.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE, a título de PR, passa a ser R\$ 4.585,24 (quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 17 de janeiro de 2017.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste  
Nilvo Dorini – Presidente

### TERMO DE APOSTILAMENTO 07/2017

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 07/2017

Segunda apostila ao Contrato administrativo nº 13/2015, celebrado entre o CISAM e o município de Brunópolis/SC, que tem por objeto a regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do Município de Brunópolis/SC.

O CISAM Meio Oeste, através da CREFISBA, neste ato representado pelo presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 13/2015, com base na Resolução nº 29/2016 e mediante cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Os preços de Regulação PR, constantes do Contrato nº 13/2015, ficam atualizados monetariamente em 7,39 %, corresponde à variação do INPC (IBGE), referente ao período de dezembro/2015 a novembro/2016.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço mensal de regulação fica fixado em R\$ 0,253 (vinte e cinco centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora) a título de PR, em relação aos serviços de abastecimento de água e R\$ 0,203 (vinte centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora), a título de PR em relação aos serviços de esgotamento sanitário.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A atualização monetária dos preços de regulação incide sobre o número de economias de água e esgotos existentes em 31 de dezembro de 2016 e vigorará a partir de janeiro de 2017.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE, a título de PR, passa a ser R\$ 181,15 (cento e oitenta e um reais e quinze centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 17 de janeiro de 2017.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste  
Nilvo Dorini – Presidente



**TERMO DE APOSTILAMENTO 08/2017**

TERMO DE APOSTILAMENTO CISAM – MO Nº 08/2017

Primeira apostila ao Contrato administrativo nº 07/2016, celebrado entre o CISAM e o município de Zortéa/SC, que tem por objeto a regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário, no âmbito da área do Município de Zortéa/SC.

O CISAM Meio Oeste, através da CREFISBA, neste ato representado pelo presidente Nilvo Dorini, tendo em vista o art. 50 da Resolução nº 06/2013, resolve apostilar o Contrato nº 07/2016, com base na Resolução nº 29/2016 e mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Os preços de Regulação PR, constantes do Contrato nº 07/2016, ficam atualizados monetariamente em 7,39 %, corresponde à variação do INPC (IBGE), referente ao período de dezembro/2015 a novembro/2016.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O preço mensal de regulação fica fixado em R\$ 0,253 (vinte e cinco centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora) a título de PR, em relação aos serviços de abastecimento de água e R\$ 0,203 (vinte centavos e três décimos de centavo) por economia (unidade consumidora), a título de PR em relação aos serviços de esgotamento sanitário.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A atualização monetária dos preços de regulação incide sobre o número de economias de água e esgotos existentes em 31 de dezembro de 2016 e vigorará a partir de janeiro de 2017.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O Valor mensal a ser pago pelo CONTRATANTE, a título de PR, passa a ser R\$ 341,80 (trezentos e quarenta e um reais e oitenta centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

Capinzal/SC, 17 de janeiro de 2017.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste  
Nilvo Dorini – Presidente

---

**CVC**

---

**EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES 01/2017**

EDITAL DE CHAMAMENTO AOS INTERESSADOS PARA INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 001/2017

O Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto a sua Sede, sito a Avenida Santa Catarina, nº 1022, Centro, na cidade de Coronel Freitas - SC, inscrições para fornecedores do Consórcio Público, conforme determina a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

**I - DO OBJETO:**

1.1 O objeto do presente Edital é receber inscrições de fornecedores no cadastro de fornecedores do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, para efeito de habilitação para qualquer modalidade de licitação e/ou contrato.

**II - DA DOCUMENTAÇÃO:**

2.1 Será exigido dos interessados para que comprovem a habilitação, os seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (de acordo com as exigências do Novo Código Civil);
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal (Alvará), se houver da sede da empresa proponente;
- d) Alvará Sanitário (nos casos exigidos por Lei);
- e) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- h) Certidão Negativa com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;
- i) Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

2.2 Os documentos listados no item 2.1 deverão ser apresentados em 01 (uma) via, original ou autenticada, se não for extraída da Internet.

Coronel Freitas, 02 de janeiro de 2017.

Everaldo Luís Casonatto

Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC

Prefeito de União do Oeste

**CIAPS****REPUBLICAÇÃO: RESOLUÇÃO Nº 28, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Resolução nº 28, de 16 de Dezembro de 2016.

Estima a receita e fixa a despesa do CIAPS para o exercício de 2017, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

Considerando a aprovação da proposta de Orçamento pela Assembleia Geral na reunião realizada nesta data na cidade de Apiuna; resolve:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS para o exercício de 2017, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 584.662,80 (quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos).

§ 1º - A Receita do CIAPS será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes e/ou Receitas de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	584.662,80
RECEITAS CORRENTES	580.662,80
Transferências dos Municípios – Contrato de Rateio	184.662,80
Município de Apiúna	64.192,12
Município de Ascurra	48.835,34
Município de Rodeio	71.635,34
Outras Receitas – Transferências Intergovernamentais	396.000,00
Transferências da União	336.000,00
Transferências do Estado SC	60.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00
Transferências dos Municípios – Contrato de Rateio	4.000,00
Município de Apiúna	1.390,47
Município de Ascurra	1.057,83
Município de Rodeio	1.551,70

§ 2º - As Despesas do CIAPS serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	584.662,80
Despesas Correntes	580.662,80
Pessoal e Encargos	496.660,80
Outras Despesas Correntes	84.002,00
Despesas de Capital	4.000,00
Investimentos	4.000,00

Art. 2º - A Presidência do CIAPS fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do CIAPS está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior, se for o caso;

IV - A reserva de contingência.



Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de Janeiro de 2017.

Apiúna - SC, em 16 de Dezembro de 2016.

Nicanor Morro

Presidente do CIAPS

---

## CIGAMERIOS

---

### **EDITAL DE PREGÃO N. 001/2017 – FORMA PRESENCIAL**

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO N. 001/2017 – FORMA PRESENCIAL

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jairo Rivelino Ebeling, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar, através do Pregoeira nomeada pela Resolução nº 001/2017, licitação na MODALIDADE PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do TIPO MENOR PREÇO POR LOTE.

OBJETO: Formalizar Termo de Cooperação Técnica no sentido de obter apoio técnico e operacional, na utilização de recursos de tecnologia da informação, com participação de bolsa de mercadorias, organizada sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos ou com corretoras que operam sistemas eletrônicos unificados de pregões com pluralidade na participação, que possuam serviços especializados em hospedagem e customização de plataforma de Pregão Eletrônico a distância via web, envolvendo a disponibilização do sistema, acompanhamento e assistência técnica com eventual suporte presencial, manutenção de relatórios, resultados e arquivos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos para acesso público, na forma especificada no Termo de Referência (Anexo I)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 18/1/2017 até às 08h00min do dia 30/1/2017.

CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES: 08h05min do dia 30/1/2017.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 08h20min do dia 30/1/2017.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do dia 30/1/2017.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Sede Administrativa do CIGAMERIOS, 2º piso, Av. Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha, SC.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha, SC

Pregoeira: Valquiria Astrigi

E-mail: [cigaamerios@amerios.org.br](mailto:cigaamerios@amerios.org.br)

Telefone/Fax: (49) 3664-0282 (horário expediente)

#### PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA:

Para obter cópia na íntegra do Edital e seus anexos, o Interessado poderá acessar:

[HTTP://www.amerios.org.br/cms/pagina/ver/codmapaitem/58945](http://www.amerios.org.br/cms/pagina/ver/codmapaitem/58945), ou ainda pessoalmente com a pregoeira Valquiria Astrigi no E-mail: [cigaamerios@amerios.org.br](mailto:cigaamerios@amerios.org.br).

Maravilha/SC, em 18 de janeiro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Cunha Porã

## CIRSURES

### ATA DA 1ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CIRSURES

Ata da 1ª Assembleia Geral Extraordinária CIRSURES 2017

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às 14h30min, reuniram-se na sede do CIRSURES, localizada na Rua Vidal Ramos, nº 170, sala 11, Bairro Centro, Urussanga/SC, os prefeitos dos municípios que integram Consórcio, juntamente com a equipe técnica do mesmo. Estiveram presentes os senhores Helio Roberto Cesa, prefeito de Siderópolis, Agenor Coral, prefeito de Morro da Fumaça, Ademir Magagnin, prefeito de Cocal do Sul, Jorge Luiz Koch, prefeito de Orleans, Jaimir Comin, prefeito de Treviso, Valdir Fontanella, prefeito de Lauro Müller, Decio da Silva, vice-prefeito de Urussanga, devidamente munido de instrumento de procuração com poderes específicos, o gerente geral Thiago Maragno Biava, o gerente de projetos Lindomar Caciatore Junior e o assessor jurídico Luciano Giordani Schimidtz. Havendo quórum regimental, o gerente Thiago deu início aos trabalhos, saudou os presentes e realizou breve explanação sobre o motivo da realização de Assembleia Geral Extraordinária, ou seja, a realização de eleição para os cargos de presidente e vice-presidente, bem como para formação do Conselho Fiscal, haja vista a vacância dos mesmos desde 31.12.2016, quando encerraram os mandatos dos prefeitos que então os ocupavam. O gerente também aproveitou a oportunidade para dar boas vindas aos novos prefeitos e prestou algumas informações sobre o funcionamento do Consórcio. Em seguida, a palavra foi passada ao Assessor Jurídico, o qual explicou as regras do processo eleitoral segundo o Estatuto do CIRSURES. Após isso, realizaram-se debates entre os prefeitos, e apenas uma chapa foi apresentada, sendo formada pelo prefeito de Siderópolis no cargo de presidente e pelo prefeito de Morro da Fumaça no cargo de vice-presidente. A referida chapa foi eleita com os votos, nominais e abertos, de todos os presentes, sendo empossada em seguida para cumprir mandato de um ano, conforme previsão estatutária. Ato contínuo, passou-se a escolha dos membros do Conselho Fiscal, e após breve debate foram eleitos e empossados para cumprir mandato de uma anos os prefeitos de Urussanga, Luiz Gustavo Cancellier, no ato representado pelo vice-prefeito Decio da Silva, pelo prefeito de Lauro Müller, Valdir Fontanella, e pelo prefeito de Treviso, Jaimir Comin. Concluído o processo eleitoral, passou-se a abordar os assuntos gerais da pauta, passando a Assembleia, a partir deste momento, a ser conduzida pelo presidente recém-eleito e empossado. Foram discutidas e renovadas as nomeações dos ocupantes dos três cargos em comissão do Consórcio, o de gerente geral, cujo titular é o engenheiro Thiago Maragno Biava, o de gerente de projetos, cujo titular é o engenheiro Lindomar Caciatore Junior, e o de assessor jurídico, cujo titular é o advogado Luciano Giordani Schimidtz. Em seguida, o gerente fez um alerta para os municípios que ainda possuem mensalidades em atraso, pedindo esforço na quitação das dívidas. O gerente geral também consultou os prefeitos sobre a possibilidade de reforma estatutária, tendo em vista a necessidade de aumentar o número de cargos do quadro de empregados do Consórcio e de atender à exigências do Tribunal de Contas do Estado. Os prefeitos autorizaram o início dos trabalhos, ficando decidido que o assessor jurídico apresentará a minuta do novo estatuto na próxima assembleia. Passado ao próximo ponto da pauta, o gerente solicitou a formação de um grupo de trabalho para gerir e aprimorar o serviço de coleta seletiva, sendo que cada município comprometeu-se a indicar um representante para compor o referido grupo de trabalho. Por fim, o presidente falou da conveniência de modificação na contratação dos serviços de triagem e venda de resíduos recicláveis, hoje realizados pela Cooperativa de Reciclagem Rio América sem retorno financeiro ao CIRSURES. Passou então a palavra ao gerente de projetos, Lindomar Caciatore Junior, que relatou viagem realizada por ele e por Thiago

a cidade de Santa Maria/RS, onde uma empresa explora com sucesso este tipo de atividade, sendo que a mesma teria interesse em realizar o serviço no aterro do CIRSURES. Ficou acordado entre os prefeitos que os estudos para a consecução da alteração proposta devem continuar, até que se chegue a um modelo concreto e vantajoso. Por fim, o gerente geral comunicou aos presentes que a inauguração da obra de ampliação do aterro sanitário, realizada com verbas da FUNASA, deverá ser inaugurada no dia 26 de janeiro. Não havendo mais assuntos na pauta, o presidente perguntou se alguém mais gostaria de se manifestar e, não tendo ninguém pedido a palavra, declarou encerrada a reunião, determinando ao assessor jurídico que redigisse esta ata, a qual segue assinada por todos os presentes.

Urussanga, 09 de janeiro de 2017.

Helio Roberto Cesa Presidente do CIRSURES Prefeito de Siderópolis	Agenor Coral Vice-presidente do CIRSURES Prefeito de Morro da Fumaça
Ademir Magagnin Prefeito de Cocal do Sul	Jorge Luiz Koch Prefeito de Orleans
Valdir Fontanella Prefeito de Lauro Müller	Jaimir Comin Prefeito de Treviso
	Decio da Silva Vice-prefeito de Urussanga
Thiago Maragno Biava Gerente Geral do CIRSURES	Lindomar Caciatore Junior Engenheiro Químico do CIRSURES
Luciano Giordani Schimidtz Assessor Jurídico	

### PORTARIA CIRSURES 001-2017

Portaria CIRSURES 001/2017

O presidente do CIRSURES, prefeito de Siderópolis HÉLIO ROBERTO CESA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto, e dando cumprimento ao art. 54, Parágrafo Único do mesmo, renova a nomeação do advogado LUCIANO GIORDANI SCHIMIDTZ para o cargo de Assessor Jurídico do CIRSURES.

Urussanga, 09 de janeiro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

**PORTARIA CIRSURES 002-2017**

Portaria CIRSURES 002/2017

O presidente do CIRSURES, prefeito de Siderópolis HÉLIO ROBERTO CESA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto, e dando cumprimento ao art. 53, § 1º do mesmo, renova a nomeação do engenheiro químico LINDOMAR CACIATORE JUNIOR para o cargo de Gerente de Projetos do CIRSURES.

Urussanga, 09 de janeiro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

**PORTARIA CIRSURES 003-2017**

Portaria CIRSURES 003/2017

O presidente do CIRSURES, prefeito de Siderópolis HÉLIO ROBERTO CESA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto, e dando cumprimento ao art. 26, V, e ao art. 53, § 1º do mesmo, renova a nomeação do engenheiro químico THIAGO MARRAGNO BIAVA para o cargo de Gerente Geral do CIRSURES.

Urussanga, 09 de janeiro de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA